



LA TIERRA DE GUERRA

**Conquistas, resistências e formação de espaços nos conflitos hispano-mapuches
(Reino do Chile, 1541-1626)**

ERICK MATHEUS BEZERRA MENDONÇA RODRIGUES

ERICK MATHEUS BEZERRA MENDONÇA RODRIGUES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: FORMAÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO
DOS ESPAÇOS

LA TIERRA DE GUERRA

**Conquistas, resistências e formação de espaços nos conflitos hispano-mapuches
(Reino do Chile, 1541-1626)**

ERICK MATHEUS BEZERRA MENDONÇA RODRIGUES

NATAL
2023

LA TIERRA DE GUERRA

**Conquistas, resistências e formação de espaços nos conflitos hispano-mapuches
(Reino do Chile, 1541-1626)**

ERICK MATHEUS BEZERRA MENDONÇA RODRIGUES

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Formação, Institucionalização e Apropriação dos Espaços, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Prof^a. Dra. Carmen Margarida Oliveira Alveal e coorientação do Prof. Dr. Jaime Valenzuela Márquez.

NATAL
2023

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Rodrigues, Erick Matheus Bezerra Mendonça.

La tierra de guerra : conquistas, resistências e formação de espaços nos conflitos hispano-mapuches (Reino do Chile, 1541-1626) / Erick Matheus Bezerra Mendonça Rodrigues. - Natal, 2023. 442 f.: il. color.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Natal, RN, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Carmen Margarida Oliveira Alveal.

Coorientação: Prof. Dr. Jaime Valenzuela-Márquez.

1. Tierra de Guerra - Tese. 2. Espaço - Tese. 3. Espanhóis - Tese. 4. Indígenas - Tese. 5. Resistência - Tese. 6. Mapuches - Tese. I. Alveal, Carmen Margarida Oliveira. II. Valenzuela-Márquez, Jaime. III. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 94 (83) "1541/1626"

ERICK MATHEUS BEZERRA MENDONÇA RODRIGUES

LA TIERRA DE GUERRA

**Conquistas, resistências e formação de espaços nos conflitos hispano-mapuches
(Reino do Chile, 1541-1626)**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Prof^ª. Dra. Carmen Margarida Oliveira Alveal (UFRN) – Orientadora

Prof. Dr. Jaime Valenzuela-Márquez (UC I Chile) – Coorientador

Prof. Dr. Hugo Francisco Contreras-Cruces (UTA) – Avaliador Externo

Prof. Dr. Mauricio Arango Puerta (COLMEX) – Avaliador Externo

Prof. Dr. Légio Jose De Oliveira Maia (UFRN) – Avaliador Interno

Prof. Dr. Thiago Alves Dias (UPE) – Avaliador Interno

Natal, 29 de maio de 2023

LISTA DE ABREVIATURAS

AGI	Archivo General de Indias
AHN	Archivo Histórico de la Nobleza
ANH	Archivo Nacional Histórico
BDH	Biblioteca Digital Hispánica
BNCh	Biblioteca Nacional de Chile
CDHAAS	Colección de Documentos Históricos del Archivo del Arzobispado de Santiago
CDIHCh	Colección de Documentos Inéditos para la Historia de Chile
CHCh nacional	Colección de Historiadores de Chile y Documentos Relativos a la Historia Na-
CPV	Cartas de Pedro de Valdivia
FEC	Fuentes para el Estudio de la Colonia
FHTRCh	Fuentes para la Historia del Trabajo en Reino de Chile
HFPCh	Historia Física y Política de Chile
MCD	Ministerio de Cultura y Deporte
PARES	Portal de Archivos Españoles
PHM	Los Parlamentos Hispano-Mapuches
RAC	Real Audiencia de Concepción

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Assentamentos urbanos e fortes no sul do Chile, 1550-1595	15
Figura 2 – Disposição relativa dos grupos etnolinguísticos indígenas antes da chegada espanhola.....	118
Figura 3 – Eixos da expansão hispânica no Chile entre 1541 e 1550.....	129
Figura 4 - Reconhecimento dos Estreitos, Pedro Teixeira Albernaz, 1620.....	147
Figura 5 - A Tierra de Guerra entre 1598 e 1604	158
Figura 6 - Mapa anônimo das fronteiras de guerra e do Reino do Chile, Norte e Centro, 1610	168
Figura 7 - Mapa anônimo das fronteiras de guerra e do Reino do Chile, Sul, 1610.....	168
Figura 8 - Tábula Geográfica do Reino do Chile, Cordilheira (do rio Nuble ao Reloncaví), Alonso de Ovalle, 1646.....	239
Figura 9 - Tábula Geográfica do Reino do Chile, Costa (do Itata a Chiloé), Alonso de Ovalle, 1646.....	240
Figura 10 - Planta do novo povoamento de Angol, anônimo, 1637.	265
Figura 11 - A Tierra de Guerra em meados do século XVII	286

*[...] Ved como caen em la tierra
los hijos del odio,
Villagras, Mendonzas, Reinosos,
Reyes, Morales, Alderetes,
rodaran hacia el fondo blanco
de las Américas glaciares.
Y en noche del tiempo agosto
cayó Imperial, cayó Santiago,
cayó Villarrica en la nieve,
rodó Valdivia sobre el río,
hasta que el reinado fluvial
del Bío Bío se detuvo
sobre los siglos de la sangre
y estableció la libertad
en las arenas desangradas.*

Pablo Neruda, Los Libertadores, XIII (La Dilatada Guerra)

RESUMO: *Tierra de Guerra* foi um termo usualmente utilizado nos escritos hispânicos referentes ao Chile colonial. Ele descrevia um espaço de beligerância, onde a guerra funcionava como um constante mecanismo de produção de territórios, entre outros aspectos. A guerra, nesse cenário, moldou uma forma indissociável de relação entre os grupos de conquistadores e povoadores espanhóis e os povos indígenas que habitavam o atual território chileno. Destacar-se-iam pela sua resistência os promaucaes, como os chamaram os incas, mas que ficaram mais conhecidos como araucanos ou mapuches, como foram identificados em tempos posteriores. Disso emergem certas problemáticas: em que consistia a *Tierra de Guerra*? Como era pensada? Como pacificá-la? Qual a importância da persistente resistência indígena na sua manutenção? Que relações político-espaciais engendrava? Entender os conflitos coloniais hispano-mapuches é parte fundamental para ensaiar respostas para essas dúvidas. Começamos, portanto, na gênese desse conflito: as conquistas da América. Foram as ideias ibéricas de expansionismo, religião, direito, guerra e relação com o outro que permitiram que alguns fidalgos chegassem tão longe quanto Pedro de Valdivia à *Nueva Extremadura*. A partir daí, passamos a buscar a compreensão dos fatores gerais que levaram à conquista, fixação e formação hispânica de um novo território, o mais austral do seu espraçado império americano: o Reino do Chile, cuja fundação política, em 1541, começou bastante imbricada com a guerra movida contra os grupos indígenas que cercavam a capital Santiago. Sequelado por décadas de constantes conflitos contra uma população indígena dita “rebelada” ou “de guerra”, os espanhóis, distendidos do Copiapó a Chiloé em rincões isolados e cidades sitiadas, tiveram que lidar com um levante indígena de proporções descomunais (1598-1604). A queda e abandono das cidades e fortes ao sul do rio Biobío devido à bem sucedida rebelião araucana foi o marco disruptivo do fracasso espanhol na conquista e pacificação da terra de guerra. Disso desenvolveu-se, no decorrer do século XVII, uma situação fronteiriça muito debatida. A Fronteira seria uma marca indelével dessa realidade colonial, consubstanciada em uma grande variedade de fronteiras de guerra ou de paz: nascia, portanto, um prolongado complexo fronteiriço, marcado pela alteridade, pelos conflitos e pela noção de limite subjacente. Por fim, advém perguntar como os sujeitos históricos pensavam, deliberavam e planejavam alterar, manter ou obliterar a *Tierra de Guerra*. Perpassamos obrigatoriamente pela ideação e efetivação da guerra defensiva do padre jesuíta Luis de Valdivia, contraposta pela proposta de guerra ofensiva, a *fuego y sangre*, levada a cabo por vários comandantes e governadores, entre os quais destacou-se Alonso de Ribera. Capitães, jesuítas, vice-reis e líderes indígenas conviviam e digladiavam-se em torno de diferentes projetos políticos para esse espaço. Palco de conflitos históricos centenários, a *Tierra de Guerra* é parte fundamental das renhidas relações entre espanhóis e indígenas. Altíssima, emite vultosos ecos que são ouvidos até os dias de hoje.

PALAVRAS-CHAVE: *Tierra de Guerra*, Espaço, Resistência, Mapuches, Fronteira, Espanhóis, Indígenas.

ABSTRACT: Tierra de Guerra (land of war) was a common definition used in the Hispanic texts about colonial Chile. It commonly described a warlike space, in which the war functioned as a constant mechanism for the construction of territories, among other aspects. In this scenario, warfare shaped an idiosyncratic form of relationship between the Spanish conquerors and settlers and the indigenous peoples who lived in the present-day Chilean territory. The Promaucaes, as they were called by the Incas, also known as Araucanians or Mapuches in later times, would stand out for their resistance. From this vision, some questions emerge: What constituted the Tierra de Guerra? How was it conceived? How could it be "pacified"? What was the relevance of the long period of indigenous resistance to maintain it? What kind of political and spatial relations did this produce? Understanding Hispanic-Mapuche colonial conflicts is fundamental to drafting answers to these problems. We begin with the origins of the conflict: the Conquests of America. The Iberic ideas of expansionism, religion, law, war, and otherness permitted some hidalgos to explore and conquer distant places, as Pedro de Valdivia did in Nueva Extremadura. From there, we started questioning the understanding of the general factors that led to the conquest, occupation, and Hispanic formation of a new territory, the southernmost in the scattered empery of Spain: The Kingdom of Chile, whose political foundation, in 1541, began entangled with the war waged against several indigenous groups surrounding Santiago, the capital. Afflicted by decades of constant wars and rebellions against an indigenous population, so-called "rebelada" or "de guerra", the Spaniards, settled and dispersed from Copiapó to Chiloé, living in isolated fortresses and besieged towns, had to deal with monumental native uprisings between 1598 and 1604. The fall and abandonment of the cities and fortresses south of the Biobío River was a disruptive milestone in the Spanish failure to conquer and pacify the land of war. From this, a much-debated frontier situation would develop in the 17th century. The Frontier would be an indelible mark of this colonial reality, embodied by several frontiers of war and peace. Thereafter, a long-standing complex of frontiers was established, characterized by otherness, conflicts, and the notion of the existence of a limit. In closing, it is necessary to question how historical subjects thought, deliberated, and planned to change, maintain, or obliterate the Tierra de Guerra. We mandatorily passed through the idealization and concretization of the defensive war thought by Father Luis de Valdivia, in opposition to the offensive war proposal, a Fuego y Sangre (by fire and blood), led by several commanders and governors, among them the notable Alonso de Ribera. Captains, Jesuits, viceroys, and indigenous leaders coexisted and fought over different political projects for that spatiality. The stage for historical and centenary battles, the Land of War is a fundamental part of the fierce conflicts between Spaniards and Indigenous peoples. Loudly, this land emits echoes that can be heard even today.

KEYWORDS: *Tierra de Guerra* (Land of War), Space, Resistance, Mapuches, Frontier, Spaniards, Indigenous.

Agradecimentos

Agradecimentos são eternos ardis para a memória. Consciente dessa arriscada sentença, devo incorrer em falha, mas falha maior seria não mencionar as pessoas que afortunadamente me vêm à mente e que contribuíram de diversas formas para a escrita deste texto e para a formação e/ou sobrevivência do seu escritor.

Primeiro, agradeço aos meus progenitores, Genival e Edna Rodrigues, por me proverem do sustento material, da afeição e dos estímulos necessários durante todo o meu período formativo. Sua assistência ao longo da vida foi fundamental para que eu chegasse a este ponto da minha trajetória. Seria injusto não agradecer também à minha irmã, Sarah Rodrigues, pelo seu carinho e afeição e, à minha avó, Maria de Lourdes Rodrigues, por sempre ter a atenção de perguntar-me como as coisas estão e, mais que tudo, pelo seu exemplo de vida e pela enorme força com a qual trilhou-a até hoje.

Um parágrafo não seria o suficiente para agradecer a Bruna Louise Patriota, minha esposa, amiga e companheira. Ela certamente foi e é meu principal suporte. Suspeito bastante que sem todo o seu auxílio, sua compreensão e sua dedicação à causa, essa tese dificilmente estaria como está hoje. Seu apoio emocional nos momentos mais difíceis, sua paciência nas horas de estresse do escritor e sua sabedoria ao me mandar dormir quando eu teimosamente insistia em continuar estudando (não raro dormindo sobre livros ou digitando várias palavras desvairadas em meio ao sono atribulado dos doutorandos) foram pedras basilares para meus sucessos e pináculos para continuar de pé durante os insucessos.

Eu jamais poderia esquecer-me de todo o suporte que me foi fornecido pela minha orientadora, a professora Dra. Carmen Alveal, que foi de várias maneiras inestimável para o desenvolvimento e concretização desse texto, dos projetos que o acompanharam e das subjacentes ideias que o permeiam. Seus empréstimos bibliográficos, seus insights e seu apoio geral foram elementos que consubstanciaram a minha escrita e que permitiram chegar à parte final dessa árdua empreitada. Ao Dr. Jaime Valenzuela Márquez, meu coorientador, deixo meus sinceros agradecimentos por todo o apoio intelectual, com suas correções, arguições e observações que me ajudaram a aperfeiçoar e melhorar cada parte da tese. Agradeço-o, igualmente, por me receber tão bem na Pontificia Universidad de Chile (UC), onde ele leciona, abrindo-me a oportunidade de vivenciar e participar do ambiente universitário chileno. Devo bastante aos apontamentos dos examinadores da banca de defesa, os professores Dr. Hugo Francisco Contreras-Cruces, Dr. Mauricio Arango Puerta, Dr. Lúcio José De Oliveira Maia e Dr. Thiago Alves Dias, que fizeram ponderações, críticas e questionamentos de grande relevância para a concretização

do meu trabalho. Não posso deixar de mencionar o trabalho cartográfico de Marcelo Igor Oliveira, cujos traçados ilustram e representam parte da geografia e da história das terras, povos e guerras que veremos a seguir: meu muito obrigado por tornar o trabalho mais didático e rico. Agradeço também ao PPG e à UFRN pela oportunidade ofertada de ir realizar pesquisas de campo no Chile, experiência que tanto acrescentou aos meus estudos e conhecimentos. Grato também a algumas instituições chilenas, como a *Biblioteca Nacional de Chile* e o *Archivo Nacional de Chile*, nos quais dispendi várias horas de pesquisa e estudo, acrescentando a gratidão aos respectivos funcionários cujos nomes me escapam, mas que com presteza e boa vontade me auxiliaram a destrinchar seus documentos.

Devo ainda alertar que, a despeito de todas as influências intelectuais supracitadas, responsabilizo-me por cada uma das palavras, ideias e perspectivas que flutuam e correm nos meandros deste texto. Responsabilizo-me um pouco também, mas não em demasia, pelo não dito, ou por aquilo que sai das entrelinhas, dependendo da subjetividade de cada leitor. No mais, agradeço a muitos amigos, parentes e colegas que de forma mais ou menos direta contribuíram para que eu chegasse a esta atual situação no espaço e no tempo. A todos vocês meu insuficiente, mas sincero, obrigado.

Sumário

LA TIERRA DE GUERRA.....	1
INTRODUÇÃO.....	1
<i>O que foi a Tierra de Guerra?.....</i>	<i>1</i>
<i>Um breve prefácio histórico</i>	<i>10</i>
<i>Materiais e Ferramentas: fontes, metodologia, conceitos, denominações e bases bibliográficas.....</i>	<i>16</i>
CAPÍTULO I - GUERRAS, IMPÉRIOS E DOMÍNIOS: CONCEITOS E SEUS USOS PRÁTICOS E TEÓRICOS NO NOVO MUNDO.....	32
<i>Guerra e Cultura</i>	<i>32</i>
<i>Império e Domínio</i>	<i>44</i>
<i>Guerra e expansão: entre o medievo e as conquistas da América</i>	<i>54</i>
<i>Categorias bélicas e legitimidade jurídica: ius ad bellum, conquista e pacificação...72</i>	
<i>Perspectivas e pressupostos: uma conquista ou várias conquistas da América?</i>	<i>83</i>
CAPÍTULO II - A TIERRA DE GUERRA PARA OS ESPANHÓIS: DA CONQUISTA DO CHILE AO COLAPSO HISPÂNICO (1541-1604).....	97
<i>O Reino do Chile e a Tierra de Guerra</i>	<i>97</i>
<i>Da Nueva Extremadura à Tierra de Guerra: conquistas, projetos territoriais e rebeliões (1541-1592)</i>	<i>99</i>
<i>Curalaba e o Grande Levante: ponto de virada indígena e desenlace processual hispânico</i>	<i>151</i>
CAPÍTULO III - ENTRE A GUERRA GERAL E A PACIFICAÇÃO GENTÍLICA: PROPOSTAS E POLÍTICAS PARA PACIFICAR, SUBMETER E DOMINAR A TIERRA DE GUERRA.....	202
<i>Arranjos e desarranjos: como subverter a Tierra de Guerra?</i>	<i>202</i>
<i>Fronteira e fronteiras: uma análise do termo à luz das fontes</i>	<i>206</i>
Projetos Militares, Missionários e Territoriais: táticas e estratégias para vencer a guerra de Arauco e pacificar as fronteiras de guerra.....	242
<i>Os capitães.....</i>	<i>242</i>
<i>Letrados, burocratas, vice-reis, ministros e monarcas.....</i>	<i>306</i>
<i>Os jesuítas</i>	<i>348</i>
CONCLUSÃO	399
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	407
Fontes	407
<i>De arquivos.....</i>	<i>407</i>
<i>De obras publicadas</i>	<i>408</i>
Bibliografia	411

INTRODUÇÃO

O que foi a Tierra de Guerra?

Em uma carta direcionada à corte espanhola, escrita na neófito cidade de *Santiago del Nuevo Extremo* (um nome que prenunciava seu aspecto fronteiriço), datada de 15 de outubro de 1550, o conquistador e governador do Chile, Pedro de Valdivia, relatava que em seus excepcionais trabalhos para a coroa, ele e seus homens haviam avançado suas posições, despendendo trabalho e recursos nas aguerridas paragens meridionais ao sul do dito povoamento, onde, “[...] entrando en la Tierra de Guerra puse en orden la gente que traya [...] pasado este río, llegué a outro muy mayor que se disse Buybú [...] y como allí nos salieron grand cantidad de indios [...] matamos hasta diez o doce, que no se pudo más porque echaron al agua”¹. *Tierra de Guerra*: a definição utilizada pelos espanhóis nas áreas de conflitos recorrentes, também usada pelo desafortunado conquistador Valdivia para denominar espaços especialmente belicosos no Chile, tornou-se um chamativo usual para alguns territórios desse mesmo Reino por vários séculos. Os relatos de suas contínuas entradas aos espaços indígenas não conquistados do extremo sudoeste sul-americano eram permeados pela perspectiva de sucesso e por narrativas de esforços hercúleos empregados na anexação de novas terras e na submissão de novos súditos indígenas à coroa². Tratava-se, de fato, do gradual avanço espanhol rumo aos espaços meridionais do recém-formado Reino do Chile e do Novo Mundo. De forma mais pontual, os trabalhos de Valdivia se dirigiram principalmente em direção às terras ao sul de Santiago e, logo após a pacificação dos Vales Centrais, do rio Biobío. Esse espaço viria a ser conhecido como Araucanía, graças, em grande medida, às odes escritas no famoso poema épico de Alonso de Ercilla, *La Araucana* (1569), que em sua ode épica popularizou o ideário do *araucano* guerreiro e valoroso e da guerra como parte indissociável da experiência histórica daquele espaço de conquista:

¿Qué furor es el vuestro ¡oh araucanos! que ha perdición os lleva sin sentido? [...] Volved las armas y ánimo furioso a los pechos de aquellos

¹ *Al Emperador Carlos V, Santiago, 15 de octubre de 1550. In: CPV, 1929, p. 133.* Observação: a grafia das palavras nessa e nas outras citações em língua castelhana ou espanhola no decorrer da tese, na medida em que não prejudicam nem retiram o significado original, foram adaptadas a seus usos ortográficos atuais, facilitando a compreensão das passagens citadas, oriundas de vários momentos e lugares histórico-linguísticos diferentes.

² SANTA CRUZ, Lucia Invernizzi. ‘Los trabajos de la guerra’ y ‘los trabajos del hambre’: dos ejes del discurso narrativo de la Conquista de Chile (Valdivia, Vivar, Góngora Marmolejo). **Revista Chilena de Literatura**, Santiago, v. 1, 36, 7-15, 1990.

que os han puesto en dura sujeción, con afrentoso partido, a todo el mundo manifiesto; lanzad de vos el yugo vergonzoso; mostrad vuestro valor y fuerza en esto: no derramáis la sangre del estado que para redimirnos ha quedado³.

O epíteto, *de guerra*, sublinhava umas das características marcantes das relações hispano-mapuches. A *Tierra de Guerra* era um espaço disputado, litigioso, onde as atividades bélicas sobrepunham-se às relações pacíficas. Era a antítese das “terras de paz”, que, digamos adiantadamente, eram aquelas onde havia submissão bem assentada e efetivo domínio; ou ao menos, onde havia pouca sombra de declarada subversão. Na perspectiva espanhola, da qual o termo provém, era um espaço habitado pelos *índios rebeldes*, também chamados “*de guerra*”, tal como a sua terra, o que significava que eram contrários aos desígnios dos invasores ibéricos. A *Tierra de Guerra* não era uma espécie pitoresca de espaço fixo. Era, antes, uma condição inerente a uma espacialidade (província, reino, distrito, vale etc.) em risco ou em efetiva sublevação, com habitantes, perímetros ou vizinhanças insubmissas, belicosas, onde as armas eram constantemente convocadas a desempenhar sua função basilar e os inimigos espreitavam, na prontidão na qual viviam os que optavam pela insubmissão e pela “rebelião”. Essa forma de categorizar os espaços não “pacificados” englobava uma série de pressupostos culturais. Para os espanhóis, a *Tierra de Guerra* era um espaço de ação bélica. Um campo de possibilidades para as forças cobiçosas de aventureiras ibéricos, onde as comunidades indígenas inimigas ou “rebeladas” deveriam ser levadas ao justo domínio e à verdadeira fé pela força dos braços cristãos e dos seus aliados indígenas. O aspecto bélico que envolvia esse espaço, essa *Tierra de Guerra*, foi visivelmente destacado pelo jesuíta Diego de Rosales, que sagazmente deu o nome de *Flandes Indiano* à sua História Geral do Chile⁴. Não sem razão, a experiência histórica no Reino do Chile relembra aos espanhóis outro bem conhecido trauma bélico no chamado Velho Mundo, as guerras neerlandesas⁵. A dimensão escrita desses discursos refletia uma condição conflitiva. Embora exacerbados, culturalmente parciais e politicamente engajados, desvelavam parte fundamental da experiência dos sujeitos históricos imbricados com a guerra e com sua dimensão espacial.

³ ERCILLA, Alonso de. **La Araucana**. Santiago de Chile: Pehuén Editores, 2001, p. 27. Canto II, versos 239-245. Sobre o tema, ver GABRIELA HUIDOBRO, María. **El imaginario de la guerra de Arauco**: mundo épico y tradición clásica. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica y Universidad Andrés Bello, 2017.

⁴ Referência ao Flandres europeu, região na qual emergiu o conflito de oitenta anos (1568-1648) entre a coroa espanhola e as Províncias Unidas, de orientação protestante, que lutavam pelo reconhecimento da sua independência.

⁵ “El territorio no se sometió, la guerra se hizo eterna e inacabable”: JARA, Álvaro. **Guerra y sociedad en Chile, y otros temas afines**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1984, p. 21.

Essa tese teve como ideia central pesquisar as relações entre a guerra e a formação de espaços durante o período mais acentuado de conflitos entre espanhóis e indígenas no Chile: 1541-1626. As datas não são aleatórias: 1541 marca o início formal da ocupação espanhola de territórios antes controlados por comunidades e grupos culturais diversificados, recém-liberados do poder incaico ou ainda sobre a égide do poder dos *curacas* locais, no caso dos povos que viviam acima dos vales do Maule e do Maipo-Mapocho. 1625 marca o fim formal da guerra defensiva (em suma, a proposta de uma guerra reativa, pautada na defesa dos espaços povoados e das comunidades indígenas aliadas, os alcunhados *indios amigos*, prescindindo de avanços territoriais de conquista e de ataques indiscriminados às populações indígenas hostis à dominação espanhola, chamadas de *enemigos*, *indios de guerra* ou *rebelados*) e a volta juridicamente legitimada da guerra ofensiva (a ver, a ação constante e ativa de, por meios bélicos, confrontar às populações indígenas não dominadas por meio de campanhas militares periódicas, aprisionamentos e fundação de novos fortes e cidades *tierra adentro*. Costumou-se chamá-la de *guerra a fuego y sangre*), com suas campanhas militares rumo às *Tierras de guerra*, decisão que foi localmente impetrada em 1626, mesmo que, bem antes, como veremos, a guerra ordinária de *campeadas*, expedições escravistas e outros desenlaces do conflito ofensivo, *a fuego y sangre*, já grassassem as fronteiras de guerra do Arauco.

A despeito do abismo persistente entre o que estava prescrito e as práticas ordinárias, 1625-1626 mantem-se como uma data paradigmática relativa ao câmbio político na teoria castelhana de como fazer a guerra contra os indígenas e de como ocupar os espaços insubmissos chilenos. Obviamente, será impossível não recorrer a menções e digressões que ultrapassam essa porosa barreira cronológica, mas cremos que a discussão referente à prática da guerra e à produção de uma territorialidade estará farta e largamente bem provida com os eventos que englobam ou tangenciam essas datas. Este quase um século de lutas periódicas foi, segundo o historiador chileno Sérgio Villalobos, o ponto culminante de belicosidade entre espanhóis e araucanos. Para Villalobos, esse período foi seguido por uma “acomodação”, um reordenamento das forças em conflito em torno de uma Fronteira⁶. Os estudos fronteiriços geralmente destacam o papel marginal da guerra nas relações fronteiriças. Essa tendência de substituição da atividade guerreira por interrelações econômicas e câmbios culturais, no entanto, não obliterou por completo a violência e as manifestações bélicas que, embora menos generalizadas, permaneceram como parte marcante da vida fronteiriça até a derradeira conquista araucana, em

⁶ VILLALOBOS, Sergio. **Vida fronteriza en la Araucanía**. El mito de la guerra de Arauco. Santiago: Andrés Bello, 1995. Trata-se de sua obra mais conhecida, na qual contesta o “mito” da guerra perpétua e sem quartel no Chile colonial. Voltaremos a analisar suas ideias sob um olhar e escrutínio crítico mais afrente.

fins do século XIX. Nesses dias, já não reinavam mais os antigos espanhóis, mas uma imberbe República Chilena, ansiosa por assegurar, na prática, o que seus mapas reclamavam como territórios legítimos do jovem Estado. Entre a primeira expedição de Diego de Almagro (1536) e a última grande revolta araucana do século XVII (1655), formou-se, no Chile, uma sociedade profundamente alinhada às demandas e características da guerra que, de forma intermitente, afligia o reino mais meridional do império espanhol. As demandas marciais, portanto, não eram problemas que saltavam gerações, nem se punham timidamente nas mesas decisórias. Pelo contrário, exerciam premência e demandavam os melhores anos e qualidades dos fustigados dirigentes e líderes militares do Reino. Como acertadamente falou Álvaro Jara, cujo trabalho seminal contemplou justamente a relação entre a guerra e a formação de uma sociedade colonial, “En el Chile del siglos XVI y XVII seria difícil no percibir la absorbente temática bélica que parece dominar toda la sociedad”⁷.

A guerra estava quase sempre dentro do horizonte observável de *encomenderos*, missionários, letrados, militares e comerciantes, falando especificamente do lado espanhol. Durante a primeira década de povoamento, os conflitos pululavam em todas as frentes de ocupação hispânica. Fossem os colonos de La Serena e do vale do Copiapó ao Norte, fossem os *encomenderos* de Santiago, na região central, ou fossem os conquistadores que partiam em direção ao Arauco, ao Sul: a resistência indígena interpunha diferentes desafios à tão sonhada “pacificação” destes espaços. Passado algum tempo, o Sul ganharia a definitiva alcunha de *Tierra de Guerra*. A porção central, capitaneada por Santiago, centro político e administrativo do Reino (junto a Concepción), manteve-se sempre em advertência, temerosa de uma sublevação iniciada a partir das revoltas meridionais. Do Itata para baixo e, especialmente, a partir do Biobío, começava a renhida luta pela fixação espacial, ou, do lado indígena, pela retirada do inimigo de suas terras. A documentação colonial, como veremos, refletia o clima bélico dominante. A coroa, os vice-reis e as instituições régias, por sua vez, deliberavam sobre as melhores maneiras de apaziguar e finalizar este conflito cada vez mais oneroso e improfícuo.

Propomos, portanto, estudar a relação entre guerra e espaço nessa região periférica do globalmente espreado império espanhol. Partimos de um pressuposto simples: a guerra, como modalidade de ação, influi na relação humana com o espaço. Antes de nos aprofundarmos no tema, façamos o seguinte exercício teórico: interpretemos a *Tierra de Guerra* como uma percepção espanhola de um território parcialmente inconquistado (ou, como preferiam as

⁷ JARA, Álvaro. **Guerra y sociedad en Chile, y otros temas afines**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1984, p. 13.

autoridades castelhanas, não pacificado), uma marca, sinal ou feição que identificava e passava a caracterizar determinada circunscrição de poder, ou parte dela; em suma, uma territorialidade adversa, aguerrida e perigosa⁸. A *Tierra de Guerra* era, assim, produto direto da própria atividade bélica e dessa forma violenta de lidar com o mundo e com o *outro*. Era a concepção dos contemporâneos de um território não propriamente administrativo, nem sequer unicamente comensurado por uma linearidade fronteira ou por padrões de ocupação. Mais que isso, era a percepção (oriunda da experiência) de um território criado por uma ação de domínio, ou seja, por uma relação de poder, contraposta por uma reação de resistência⁹. Era um status que se dava àquilo ou àqueles que escapavam às garras do *dominium iusrudictionis*, àqueles que teimava em perpetuar sua relação nativa com a terra, com seus costumes e com suas divindades, e que, para garanti-lo, engajavam-se na resistência armada. *Alzados, revoltosos, rebelados, de guerra*: definições loquazes para definir o substrato humano que escapava à integralidade da dominação hispânica.

A *Tierra de Guerra* era uma parte fundamental do Reino do Chile, embora pudesse transcender seus limites (nem sempre bem delimitados), o que fazia do dito Reino um território deveras inconcluso, destaquemos, em virtude da não cessação do conflito e da impossibilidade de integralizar o domínio castelhano. Não tratamos aqui do conceito atávico de território, ligado a fronteiras fixas e delimitações objetivas (sobre o conceito de fronteiras, trabalharemos *a posteriori*). Vejamos, por exemplo, o *Tesoro de la Lengua Castellana* (1611), do lexicográfico espanhol Sebastián de Covarrubias que definiu o território como “[...] el espacio de tierra que toma algún pago, o jurisdicción”¹⁰. Nesse sentido, o território pode ser compreendido como porção de terra circunscrita e delimitada por uma prática, por uma lógica de apropriação, de uso ou pela afirmação de algum outro tipo de mando (jurisdição); um espaço no qual um poder é instituído. Essa noção comunga com a conceituação proposta pelo geógrafo Claude Raffestin, que caracterizou o território como “[...] um espaço onde se projetou um trabalho [...] e que, por

⁸ Utiliza-se “territorialidade” como conceito e elemento que “[...] reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”: RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993, p. 158, sendo assemelhado a uma percepção e/ou condição (sempre variadas) que os humanos desenvolvem em relação ao seu território a partir de seu contexto experiencial, de sua memória e de suas múltiplas relações com o meio e com a sociedade desse espaço.

⁹ No Chile dos séculos XVI e XVII, nem todos os espaços político-administrativos estavam dominados, nem todas as províncias estavam subjugadas e nem todas as áreas de produção eram zonas pacificadas. Se havia um território administrativo, havia um outro, das relações socioeconômicas, e ainda outro, mais próximo do espaço “real”: o território do domínio, onde os poderes espanhóis exerciam um poder formal com mais afinco e preponderância. A parte que escapava a esse território, ou a parte desse que se revoltava, era percebido como uma *Tierra de Guerra*.

¹⁰ COVARRUBIAS OROZCO, Don Sebastián. **Tesoro de la Lengua Castellana o Española**. Madrid: por Luis Sánchez, impresor del Rey N. S., 1611, T, p. 42.

consequência, revela relações marcadas pelo poder”¹¹. A esse “trabalho” chamaremos “guerra”, “povoamento”, “evangelização”, “produção” etc. O espaço, portanto, surgia como uma dimensão quase amorfa, uma noção, o Reino do Chile, *Nuevo Extremo*, de limites tão discutíveis e virtuais quanto o poder efetivo dos espanhóis sobre os povos indígenas dentro da sua jurisdição. Uma terra de desenhos incertos e fronteiras fluidas, onde o processo de conquista e ocupação fez surgir grandes e pequenas delimitações espaciais, apropriações, circunscrições: governadoria, províncias, cidades, estâncias etc.; espacialidades que poderiam ser mais ou menos fixas, perdurando, mudando ou perdendo-se no decorrer dos eventos históricos. Nesse quadro, o espaço governativo chileno encontrou na guerra uma forma fundamental de territorialização¹². Por meio dela, o Reino passava de uma noção referencial (de espaço de conquista, não dimensionado, desconhecido) para uma circunscrição cada vez mais regular, ordenada e balizada por marcos de poder (um território). No entanto, nunca alcançara seu objetivo total: a tomada integral, o domínio completo e a submissão peremptória dos indígenas que viviam entre suas fronteiras ao Norte e o Estreito de Magalhães (a Leste, a territorialização foi igualmente dificultosa e prenhe de litígios)¹³.

¹¹ RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993, p. 144. Cabe aqui destacar que, tomando seu conceito de território, afastamo-nos de sua visão mais estritamente limitada de *espacio*, como um campo plástico, de compleições quase a-históricas e naturais, do qual moldar-se-á o território, após o qual o espaço pouco ou nada serve para a compreensão dos fenômenos históricos. Ainda que pareça válido traçar uma genealogia do território a partir de uma noção prévia de *espacio*, cabe dizer que o espaço é explicado e compreendido apenas socialmente, ou seja, num campo de imaginação, criação e inteligibilidade históricas, além do que, sendo fonte e substância ele mesmo, não se esgota na formação territorial e na criação de um território; antes, o constituiu, inescapavelmente; é parte onipresente das relações dos seres humanos com seus territórios. Quanto a isso, faz-se necessário notar que “[...] o espaço geográfico não é apenas palco, receptor de ações, substrato. Ele tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis”: SAQUETE, Marcos Aurelio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 77.

¹² Ao analisarmos suas utilizações pregressas na língua castelhana (século XVI e XVII), notamos que a palavra *Tierra* era polissêmica: podia significar a totalidade da habitação humana (o planeta), o local de origem de um indivíduo, uma propriedade de certa porção da superfície terrestre e, como é de nosso interesse aqui, a referência de um espaço específico, mais ou menos delimitado e caracterizado por uma locução adjetiva que o definia. Mudada a característica central da *Tierra*, alterava-se sua definição. Ver novamente COVARRUBIAS OROZCO, Don Sebastián. **Tesoro de la Lengua Castellana o Española**. Madrid: por Luis Sánchez, impresor del Rey N. S., 1611, T, p. 43-44. Fronteiras movediças, ocupações e desocupações periódicas, imposição de uma lógica política e existencial e, como convém em tais situações, eventual assimilação, repulsão, resistência e confronto por parte dos povos afetados poderiam servir para qualificar uma terra. Daí vem o fato de compreendermos a *Tierra de Guerra* como uma territorialidade mutável: uma relação do homem com o espaço, uma percepção transformada em um status de parte ou da integralidade de um território, onde uma série de políticas espaciais alteravam e reformavam as balizas de uma espacialidade volúvel e multifacetada. A *Tierra* territorializava-se à medida que uma lógica de poder era estabelecida.

¹³ Este processo incompleto de territorialização das circunscrições administrativas do império espanhol transmutou-se em desavenças fronteiriças e em disputas territoriais que, às vezes, desaguavam em guerras, travadas entre os Estados Nacionais que emergiram após a desintegração da América Espanhola, pois esses, por sua natureza política e institucional, não poderiam prescindir de elevar à máxima potência os limites (que deveriam ser muito bem traçados) de suas jovens e conflituosas nações. O território seria parte de sua própria identidade nacional: nasciam, então, os países.

Este conjunto de delimitações espaciais eram pequenos e grandes recortes territoriais que juntos constituíam partes indissociáveis do Reino de Chile (ou governação, que era, juridicamente, a circunscrição territorial mais abrangente, depois do vice-reino); eram partes de um território e, território estes considerados; uma tessitura espacial marcada pela confecção de “[...] uma tecnologia política [...] é produzido, mutável e fluído”¹⁴, como definiu Stuart Elden. Eram produtos de uma prática palpável sobre o espaço; prática bélica, religiosa, política e econômica (construção de fortes, deslocamento de exércitos, missões itinerantes ou aldeamentos, fundação de cidades, criação de *cabildos*, pecuária, agricultura, mineração etc.). Igualmente, possuíam uma dimensão discursivo-imagética: um espaço construído por textos, imagens, cartografias e outros mecanismos de “fazer ver”¹⁵.

Para os indígenas, é provável que a terra de guerra nada mais fosse que a sua terra, *mapu*, no *mapudungun*. Essa territorialidade hispânica, mensurada e idealizada pelas ações militares, pelo grau de resistência à ocupação e pela rejeição ao domínio, não refletia a territorialização e as concepções de espaço para os diversos povos e culturas que ali habitavam antes da ocupação espanhola¹⁶. Mas, afinal, que espaço indígena era esse para o qual a guerra era remédio e ferramenta de defesa? Que tipo de territorialidade engendrava a vida espiritual, política e socioprodutiva dos antigos mapuches? E qual a particularidade e a importância desses espaços para a manutenção identitária das etnias da *Tierra de Guerra*? Retomando o conceito de territorialidade, definindo-a como “[...] o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico [...]”¹⁷, Paul E. Little propôs o interessante conceito de “territórios sociais”, espaços identitários, produtivos, religiosos, ritualísticos, habitacionais e, sintetizando toda essa ordem de coisas, existenciais; seriam construídos por uma “cosmografia”, definida por ele como “[...] os saberes, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza

¹⁴ ELDEN, Stuart. Terra, Terreno e Território [Land, Terrain and Territory]. **Geografares / Progress in Human Geography**, Vitória, n. 21, p. 42-60, jan-jun 2016 / v. 34, abril 2010, p. 54.

¹⁵ “Especialmente onde as situações coloniais desempenham um papel dominante, pode-se observar que os textos descrevem desdobramentos, assim como criam fatos e ajudam a impor argumentos [...] mesmo quando apenas parecem designar algo, ‘faz’ algo [...]”: KIENING, Christian. **O Sujeito Selvagem**: pequena poética do Novo Mundo. São Paulo: EDUSP, 2014, p. 46.

¹⁶ Enquanto a *Tierra de Guerra* constituía-se como um espaço de litígio e apreensão para os espanhóis, sua dimensão explicativa nada nos revela sobre seu sentido para as populações indígenas. Como destacou GIUDICELLI, Christophe. Encasillar la frontera: clasificaciones coloniales y disciplinamiento del espacio en área diaguitocalchaquí (XVI-XVII). **Anuario de la Revista del Instituto de Estudios Histórico Sociales**, Buenos Aires, n. 22, p. 161-211, 2007, os termos utilizados pouco ou nada servem para entender as percepções espaciais ou identitárias oriundas da própria experiência indígena com o espaço de guerra.

¹⁷ LITTE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 28, n. 1, 2003, p. 253.

para estabelecer e manter seu território”¹⁸. Ora, o “território social” mapuche nada mais era, nos séculos XVI e XVII, que, primeiro, o espaço produtivo da terra em uma perspectiva fundiária, uma área de vivência e usufruto de uma comunidade formada por uma rede de famílias estendidas, identitariamente correlatas, possuidoras de uma liderança comum e de um mesmo centro cerimonial, o *rewé* ou *lebo*. Esses espaços “particulares”, as *parcialidades*, como chamavam os espanhóis, eram atravessados e estavam alocados dentro de uma noção espacial mais ampla, contemplado igualmente outros territórios sociais culturalmente correlatos, cuja união consubstanciava as alianças geoestratégicas dos *ayllarewes*. Essas dimensões territoriais eram baseadas em uma cosmovisão modeladora de uma cosmografia indígena, que associava o território socioprodutivo das *parcialidades* e as macrounidades espaciais com a própria ordem cosmológica do mundo. Formava-se, então, o *mapu*, a terra de origem, vida e uso indígenas. Ao espaço, alinhava-se o tempo, que se constituía pelas feições e transformações do mundo natural e, por isso, “Al estar la temporalidad constituída a través de elementos de la naturaleza, su tiempo deja de ser lineal (al modo occidental) y se constituye en um tiempo relativo”¹⁹, um tempo das estações, dos fenômenos e das cerimônias e ações comunitárias, cuja marcação e significância dependiam de uma ligação perene e estável do grupo com o território e com seu meio ambiente. Dessa relação espaço-temporal emergia o cosmos mapuche, dividido em suas diferentes dimensões²⁰.

Por sua vez, a *Tierra de Guerra* dos espanhóis era contingenciada por alguns fatores adjacentes às situações bélicas: leis, catequese, usos materiais do espaço²¹ etc. A contraparte indígena assumia variadas formas: espaços de negociação, de intercâmbio, de assimilação e de resistência. Todos coexistiam dentro de uma situação dinâmica e geograficamente variada. A resistência indígena, por seu lado, ocupou um especial quinhão na memória histórica desses

¹⁸ Ibid., p. 254.

¹⁹ PAIRICAN PADILLA, Fernando. El reloj de los antiguos: un acercamiento a la Temporalidad Mapuche. In: TAPIA, Canales; MORENO CASTILHO, Mariana (eds.). **Los Claroscuros del debate**. Pueblos Indígenas, Colonialismo y Subalternidad en América del Sur, Siglos XX y XXI. Santiago de Chile: Internacional del Conocimiento, 2016, p. 97.

²⁰ O *wenupamu*, *nagmapu* e o *minchemapu* eram zonas porosas (o mundo superior, o mundo humano, e a esfera inferior, nessa ordem), entre as quais os *machi*, homens e mulheres que serviam de mediadores em diversas funções entre os mundos humano e dos espíritos, caminhavam e orientavam a sua comunidade, rodeados por um conjunto de forças espirituais, benéficas ou maléficas, como os espíritos denominados de *ngen* e *wekufes*, respectivamente. Sobre o tema, ver FOESTER, Rolf. **Introducción a religiosidad mapuche**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1995, p. 57-87.

²¹ Foi Antônio Carlos Robert de Moraes que sugeriu que “Na formação de territórios, temos três dimensões: o território é uma construção bélica/militar, é uma construção jurídica e é uma construção ideológica”: MORAES, Antônio Carlos Roberto. Bases da Formação Territorial do Brasil. **Geografares**, Vitória, n. 2, p. 105-113, jun. 2001, p. 105. Entendendo que o autor trata sobretudo dos grandes territórios políticos, acrescentaríamos, ainda, a dimensão socioprodutiva e material: a economia do território. Para mais, ver MORAES, Antônio Carlos Roberto. **Território e História do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2008.

tempos e lugares. A resistência dos antepassados do povo mapuche é ainda hoje lembrada como motivo de orgulho étnico e de ideia motriz para lutas mais contemporâneas por direitos e identidades. Às armas das forças hispânicas, interpunham-se as rebeliões; às leis castelhanas e às ambições econômicas, os rituais indígenas e seus usos próprios do espaço; e à cristianização, o apego às crenças ancestrais e ao universo de significados que davam forma ao mundo dos povos originários. Pensando no conceito e na experiência territorial indígenas, torna-se difícil aplicar a noção de *Tierra de Guerra*, já que seu valor semântico é puramente hispânico, assim como sua larga utilização. A *Tierra de Guerra* existia onde se encontrava a *gente de guerra*, ou, em outro termo usual à época, os *indios enemigos e rebelados*, definidos de acordo com seu grau de autonomia e de conexão com o mundo hispânico²².

Para os espanhóis, guerra e paz eram palavras usadas para caracterizar e explicar certas características espaciais dos seus territórios. Essa ideia encontra-se muito bem exemplificada na mensura da terra do Reino do Chile que o governador Rodrigo de Quiroga fez ao Rei, em 1576: “Hay desta ciudad [Santiago] a la de la Concepción sesenta leguas [...] y pueden venir por tierra de paz en ocho o diez días y por la mar en dos o tres y de allí a la ciudad Imperial hay otras cuarenta leguas de tierra, de guerra toda y que con gran riesgo se camina”²³. Guerra e paz não somente caracterizavam esses espaços, mas ajudavam a definir a forma de geri-los, explorá-los e, no caso das terras de guerra, de conquistá-los. Por mais paradoxal que seja, os espanhóis comumente concebiam que a *Tierra de Guerra* seria suprimida pela ação das armas. A formação de uma *provincia de paz* pressupunha a eliminação dessa territorialidade onde imperava a violência e a rebelião. Sobre ela, deveria impor-se o justo domínio. Em outras palavras, em uma intrincada engenharia, estruturada por um projeto militar, de catequese e de construção de símbolos físicos de poder (de funções defensiva e assimilativa: cidades, caminhos, fortes, missões etc.), a terra era pacificada e dominada. Esse aspecto, no entanto, poderia ser subvertido. A definição basilar da *Tierra de Guerra* como uma territorialidade de violência ou de paz (pacificada) repousava sobre os comportamentos, demandas e ações das populações que habitam estes territórios contestados. Estudar como a guerra gestou em discursos e práticas uma territorialidade dinâmica e conflitiva, modelando (não isoladamente) a relação entre

²² “[...] en el Chile colonial, calificar al indígena de «enemigo» era reconocerle una cierta soberanía; en cambio, designarlo como «rebelde» era atribuirle un cierto grado de sujeción al poder colonial”: ZAVALA CEPEDA, José Manuel. ¿Enemigos o rebeldes? Categorización hispana de la resistencia mapuche en el Chile del siglo XVIII. In: ARAYA ESPINOZA, Alejandra; VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime (ed.). **América Colonial: denominaciones, clasificaciones e identidades**. Santiago: RIL editores, 2011, p. 200.

²³ *Carta de Rodrigo de Quiroga al Rey sobre los límites de los obispos de Santiago e Imperial, Santiago, 20 de octubre de 1576*, p. 295-296. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. III, 1959, p. 296.

indígenas e espanhóis com seus respectivos e intersectados espaços de vida, é nosso mais ambicioso objetivo.

Um breve prefácio histórico

A chegada espanhola à região donde se criaria o Chile começou após a conquista do *Tawantinsuyu* inca (1532). Diego de Almagro, até então parceiro de Francisco Pizarro, recebeu mercês para seguir conquistando os territórios ao Sul, que os incas chamavam de *Collasuyo*. Sua expedição reuniu uma portentosa hoste indiana. As “hostes” do Novo Mundo eram companhias de homens ligados por laços de parentesco, fidelidade, contratos ou interesses econômicos. Sua origem, no entanto, é ibérica e, remete às forças militares agrupadas para campanhas militares ou saques, lideradas por nobres, aventureiros ou pelos próprios monarcas cristãos²⁴. Nas Américas, essas multifacetadas e temporárias associações eram acompanhadas por números consideráveis de indígenas na condição de aliados, escravizados ou de “serviço” (*yanacunas*, em quéchua²⁵). A hoste de Almagro não obteve êxito em povoar e submeter a região pretendida, estancando próximo ao vale do Aconcagua e recuando de volta ao Peru, onde uma guerra interna entre os conquistadores explodiu. Após os fracassos da primeira expedição espanhola, apenas em 1541 outra empreitada dirigiu-se rumo ao Sul, tendo como objetivo a conquista daquelas paragens. Tratou-se da campanha liderada por Pedro de Valdivia em direção às terras do *Chili*. É necessário elucidar melhor que terra era essa. Ainda permeada de brumas para a geografia europeia, logo se descobriu estar relativamente espraiada entre duas formações naturais: a Leste, as águas frias do oceano Pacífico bordeavam a costa até um incógnito Sul, o que levava à designação dessa massa oceânica como *Mar del Sur*; a Oeste, afastada e paralela ao grande mar, estendia-se a enorme cordilheira dos Andes, que embora parecesse isolar hermeticamente os vales intermediários das planícies e pampas a oeste, na verdade era permeada por trilhas e caminhos que por toda a história permitiram diversos intercâmbios entre as regiões. Para acessá-la a pé era necessário seguir rumo a sudeste e depois cruzar os Andes, ou então seguir mais junto à costa e atravessar um inclemente e pouco povoado deserto, o Atacama. Dos

²⁴ GARCÍA, Carmen Mena. Lo Privado y lo Público en la Exploración y Conquista del Nuevo Mundo (hasta Felipe II). In: CEBRIÁ, Ernest Belenguer (org.). **De la Unión de Coronas al Imperio de Carlos V**. Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2001. p. 399-439.

²⁵ Eram indígenas geralmente atomizados e “[...] desligados de los vínculos comunitarios tradicionales” (o *ayllu*, a comunidade familiar estendida, em quéchua), que prestavam serviços variados aos espanhóis, aumentando largamente em números durante a conquista, embora fosse uma categoria social pré-hispânica: WACHTEL, Nathan. **Los vencidos**. Los indios del Perú frente a la conquista española (1530-1570). Madrid: Alianza Editorial, 1976, p. 201. Sobre o tema do *ayllu*, ver PORTUGAL, Ana Raquel. **A representação do ayllu pré-hispânico e colonial em crônicas quinhentistas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

limites meridionais, absolutamente nada se sabia, a não ser que provavelmente terminariam na região do Estreito, explorado pela expedição de Fernão de Magalhães, em 1520.

Esse espaço não possuía qualquer coesão anterior: era habitado por diversas etnias indígenas, dos Aimará e Quéchua mais ao norte às populações cunco de Chiloé. Sua unidade territorial como governação ou reino foi paulatinamente formada a partir de tratativas espanholas que, desde os tempos de Valdivia, objetivavam estender seu poderio até a Terra do Fogo, “poblandolá y sustentándola, para descubrir por ella hasta el Estrecho de Magallanes y Mar del Norte [...]”²⁶, nas palavras do próprio conquistador. Mesmo aí, muito se discutia sobre seus traçados, que *a priori* foram virtualmente estendidos para bem além da cordilheira, chegando até mesmo a englobar, em um enlevo temporário das autoridades chilenas, a maior parte do cone sul continental. Esses planos expansionistas foram frustrados por uma resistência considerável dos grupos indígenas ao sul do rio Biobío. De igual monta, a primeira década de conquista viu grandes agitações nas regiões mais ao Norte. O Atacama e os vales adjacentes estavam longe de serem pacificados. O Copiapó manteve-se insurreto até meados do século XVI e as regiões circunvizinhas a Santiago mantinham-se ameaçadoramente contrafeitas às demandas espanholas. Não obstante, com o empenho contínuo dos conquistadores e dos seus aliados indígenas, conseguiu-se pacificar em cerca de dez anos às regiões norte e central do Reino, tornando-as terras majoritariamente de paz, em contraste com os espaços transandinos a Leste e especialmente com o turbilhão conflitivo dos territórios meridionais. As dificuldades encontradas por Valdivia e seus homens nos anos iniciais foram contrabalanceadas por relativos sucessos na formação de urbes e fortes mais ao Sul. O conquistador, no entanto, foi morto na batalha de Tucapel, em dezembro 1553 e, a presença espanhola foi amplamente rechaçada na região austral. Liderados por Lautaro e Caupolicán, os araucanos queimaram Concepción e ameaçaram a própria capital colonial.

Nesse momento crítico para os hispânicos, Francisco de Villagra, capitão e braço direito de Valdivia, sofreu um duro revés, sendo derrotado em 1554 na batalha de Marihueñu. O que se seguiu foi o abandono de Concepción, Tucapel e Villarrica, e o isolamento das cidades de Valdivia e La Imperial. As forças indígenas ainda lançaram um ataque em direção à Santiago, buscando sublevar às populações pacificadas do Chile Central. Nesse momento crítico, as divisões políticas e as disputas pelo cargo vacante de governador agravaram a situação espanhola. Não obstante, Francisco Villagra conseguiu vencer e matar Lautaro na batalha de Mataquito (1557), pondo um freio no primeiro levante geral reche-mapuche. A lenta recuperação das

²⁶ *Al Emperador Carlos V, La Serena, 4 de septiembre de 1545. In: CPV, 1929 [1545], p. 13.*

idades, *encomiendas* e áreas de mineração destruídas foi acompanhada por um limbo político onde diferentes personagens clamavam para si o cargo de capitão-geral e governador. A revolta indígena ainda era forte e intensa mais ao Sul. Por fim, a governadoria foi dada a García Hurtado de Mendoza (1557-1561), filho do vice-rei do Peru, que recebeu o cargo tendo como principal dever pacificar o Arauco. Seu governo foi pautado por uma política belicista de expansão e fortalecimento da presença espanhola ao sul do Biobío, onde fundou as cidades de Osorno, Cañete e reergueu Los Confines de Angol²⁷.

O restante do século assistiu a explosões periódicas de guerra entre os indígenas e os conquistadores, principalmente na região conhecida como Arauco. Outro destaque foi a criação de uma Audiência Real na cidade de Concepción, que operou entre 1567 e 1575. As lutas constantes e a demanda por homens e recursos levaram os governadores do Chile a pleitearem suas necessidades de forma constante perante os vice-reis e o Conselho das Índias. Em resposta a alguns desses pleitos, em 1583, o governador Alonso de Sotomayor (1583-1592) chegava ao Chile. Com uma tropa de peninsulares, sua função era fortalecer as forças espanholas, defender o litoral dos ataques corsários e pacificar as comunidades rebeladas. Durante seu governo, Sotomayor teve que enfrentar as forças do pirata inglês Thomas Cavendish, que ameaçavam o litoral espanhol no pacífico. A preocupação quase constante com as rebeliões indígenas era asseverada pela ameaça, não menos presente, de ataques marítimos de corso, realizados contra o amplo e desprotegido litoral do *Mar del Sur*. No plano da conquista, o insucesso espanhol em lidar com a resistência mapuche ficou mais notável no governo de García Óñez de Loyola (1592-1598). Embora tenha adotado uma política de pacificação à canhoneira entre os chamados índios de guerra, seu governo acabou na deflagração do maior colapso jamais enfrentado pelos orgulhosos espanhóis nas *Indias Occidentales*. Encurralado na batalha/massacre de Curalaba (1598), Óñez de Loyola foi assassinado pelas forças indígenas de Purén, muito superiores em número e lideradas pelos *toquis* (chefes guerreiros) Pelantaro e Anganamón. O evento marcou uma sublevação geral, conhecida como *Destrucción de las Siete Ciudades* ou *Gran Alzamiento* (o Grande Levante, 1598-1604), que varreu quase por completo a presença espanhola nas regiões ao sul de Concepción. Segundo o soldado-cronista González de Nájera, os eventos subsequentes a 1598 levaram à “[...] rebelión general, principio de las mayores pérdidas que españoles han tenido en Chile”²⁸. A reação fez-se sentir no envio de reforços, recursos e de um experiente capitão das guerras europeias para liderar a governação: Alonso de Ribera, que

²⁷ Sobre as referências geográficas mencionadas e por mencionar, ver a figura 1, p. 14.

²⁸ GONZÁLES DE NAJERA, Alonso. **Desengaño y Reparó de la Guerra del Reino de Chile**. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889 [1614], p. 64.

chegou ao Chile sob recomendação régia, em 1601, permanecendo no cargo até 1605 (voltando a governar novamente entre 1612 e 1617). Seu governo foi pautado na reorganização militar e na construção de fortes na região do Biobío, marcando a delimitação de uma fronteira de guerra instável entre os espaços rebelados e as regiões mais bem submetidas. No plano econômico, a coroa estabeleceu, ainda em 1599, o *Real Situado*, um provento orçamentário emergencial oriundo das *cajas reales* do Peru (especialmente de Lima), que seria usado para financiar a guerra de Arauco, sobretudo na contratação, manutenção e pagamento de tropas. As perdas territoriais, no entanto, foram permanentes, e as últimas cidades e fortes, como Osorno e Valdivia, que caoticamente resistiam ao sul da Araucanía, foram abandonados definitivamente em 1604, restando apenas Chiloé e seus baluartes como enclaves austrais espanhóis na região. Foi nessa época, e mais especialmente a partir de 1612, que o jesuíta Luis de Valdivia empreendeu, sob os auspícios da coroa, a chamada “guerra defensiva”, proposta que, mesmo em seus primórdios, viu-se ameaçada pela ação incisiva de seus detratores e por causa dos eventuais embates com os indígenas, cujo mais significativo evento foi o assassinato de três jesuítas e vários aliados indígenas em Elicura, em dezembro do mesmo ano. Essa modalidade de luta deveria pautar a ação espanhola na defesa das comunidades e atividades econômicas que ainda existiam e que estavam sob seu controle efetivo, deixando a expansão, pacificação e incorporação de novos grupos indígenas nas mãos dos missionários católicos. Havendo guerra, esta deveria ocorrer apenas na garantia dos direitos, da vida e das propriedades dos súditos do rei, fossem indígenas ou espanhóis, que por sua vez deveriam se abster da realização de *entradas*, expedições e ataques violentos às terras dos seus inimigos, prática tida como irrazoável e descabida para uma guerra defensiva que almejava a pacificação.

O sonho jesuíta de um Chile pacificado pelo poder redentor do evangelho não se concretizou. Em 1625, a partir do desenrolar de intensos debates e vultosos ardis deflagrados por poderosos partidários da guerra ofensiva em Santiago, Lima e Madri, esses tiveram o seu triunfo e a guerra defensiva foi abolida pela nova política imperial de Felipe IV, ao que se retomou legitimamente às incursões periódicas para conquista e aprisionamento de *piezas*, indígenas cativos, geralmente denominados “*de guerra*” (embora subversões às regras de captura e escravização não fossem raras). O comércio de escravos oriundos da *Tierra de Guerra* intensificou-se grandemente no Chile durante o século XVII. Em 1608, a coroa estabeleceu que os homens indígenas poderiam ser escravizados a partir da idade de dez anos e meio. As mulheres tornar-se-iam igualmente imputadas a partir dos nove anos e meio. Segundo a cédula, os

indígenas “[...] se alzaron y rebelaron sin tener causa legitima para ello”²⁹. Como a guerra dos araucanos contra os cristãos não era justa e, como os espanhóis no Chile padeciam com as ininterruptas rebeliões, legitimava-se a supressão da liberdade dos índios de guerra. As tentativas de submeter e incorporar à Araucanía e afins ao Chile espanhol mantiveram uma dinâmica de guerra intermitente até meados do século XVII. Em 1541, o Parlamento de Quillín, convocado pelo governador Francisco López Zúñiga y Meneses (1639-1646), pautou o início de uma fase de negociações, um prenúncio tênue de uma mudança gradual na dinâmica bélica imperante até então: negociatas, acordos e alianças tornar-se-iam mais corriqueiros à medida que as grandes confrontações esmaeciam. Essas práticas ganharam paulatinamente um cerimonial elaborado que envolvia diplomacia, negócios e confabulações; eram os “Parlamentos”, uma política de acomodação, ou de conquista por outros meios, que buscava conjugar a diplomacia à canhoneira com uma espécie de *soft power* para trazer os indígenas ao domínio do trono castelhano. Seus efeitos, no entanto, nem sempre eram decisivos. Importantes e sangrentos levantes ainda ocorreriam nas décadas de cinquenta e sessenta. Durante o tumultuado governo de Antonio de Acuña y Cabrera (1650-1656), seus cunhados, José e Juan Salazar, imbuídos respectivamente dos cargos de chefe de praça e mestre de campo, lideraram sangrentas entradas para escravização de indígenas nos territórios dos huilliches e cuncos, levando o Chile a outra revolta geral, estancada apenas em 1661. O restante do século assistiu a um certo decréscimo no tensionamento bélico. Embora a possibilidade de novas irrupções de violência não deixasse de ocorrer e *campeadas* e *malocas*³⁰ não fossem raras, uma série de parlamentos (Santa María, 1671; Malloco, 1671; Yumbel, 1692 etc.) funcionou relativamente bem para manter à paz, enquanto velhas discussões tomavam novos direcionamentos, como a questão referente ao escravidão das *piezas* capturadas nas guerras araucanas, prática novamente proibida em 1674. No entanto, manifestações de violência coletiva, *malocas*, rebeliões e outras formas de

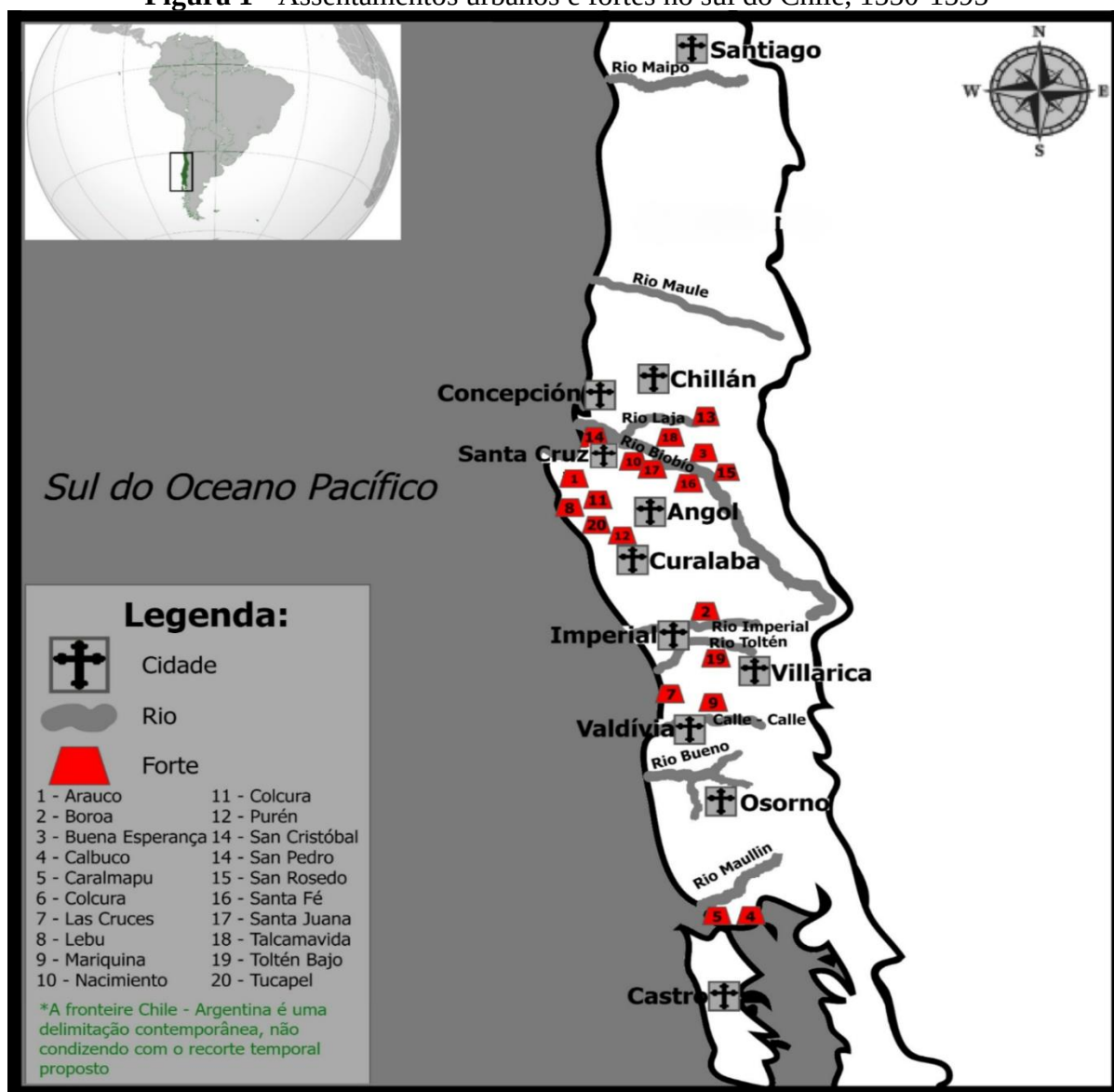
²⁹ *Real Cedula para que los indios de guerra de las provincias de Chile sean dados por esclavos...*, 26 de mayo de 1608, p. 254-256. In: FHTRCh, v. 1, 1982, p. 255.

³⁰ *Campeadas* eram expedições majoritariamente predatórias, embora também tivessem função punitiva, que eram deflagradas sazonalmente pelas forças espanholas fronteiriças no Chile em direção à *tierra adentro* (espaços não dominados além fronteira), mirando comunidades indígenas autônomas ou rebeladas. Como veremos, as *campeadas* (ato de *campear* o território inimigo) estava bem relacionada com termos análogos como *razia*, *correrías* (ato de “correr a terra”) e *entradas* (ação de sentido amplo; adentrar marcialmente à terra inimiga). *Maloca* ou *malón* é um termo de origem indígena que denota uma atividade semelhante à supracitada. O vocábulo foi assimilado pelos espanhóis e “*maloquear*” passou a ser utilizada em um sentido muito próximo ao dos termos citados. No século XVIII, os indígenas que se dedicavam à ação periódica do *malón* eram conhecidos como *maloqueiros*: “el conflicto hispano-indígena no desapareció [...] fue reemplazado por la fúria del guerrero del malón que, montado en excelentes caballos, cubierto de corseletes y armado de cuchillo, asolaba las haciendas y villas”: LEÓN LEÓN SOLIS, Leonardo. **Maloqueros y Conchavadores en Araucanía y las Pampas, 1700-1800**. Temuco: Ediciones Universidad de La Frontera, 1990, p. 15.

beliciedade não sumiram no decorrer de outros dois séculos de história, tempo que durou o império hispânico no Novo Mundo.

Esse sucinto preâmbulo nos remete ao objeto central de nosso estudo: a guerra e seus efeitos na formação dos espaços, adjunto das feições, discussões e transformações da *Tierra de Guerra*. Como destacou o historiador Álvaro Jara, “las formas bélicas no pueden ser ajenas al devenir del resto de la realidad histórica”³¹. A partir desse pressuposto, resta-nos interrogar como as perspectivas bélicas de espanhóis e indígenas reverberavam nas suas relações cotidianas com os espaços nos quais estavam inseridos, as suas respectivas *tierras de guerra*.

Figura 1 - Assentamentos urbanos e fortes no sul do Chile, 1550-1595



Fonte: Mapa temático elaborado por Marcelo Igor Oliveira por meio do Qgis 3.32.0 e Photoshop 2022. Escala: 1:5.000.000. Base cartográfica: Google Earth 2023; Antonio de Herrera y Tordesillas. Descripción de la Provincia de Chile. Amsterdã: Michiel Colijin, 1622. The David Rumsey Map Collection.

³¹ JARA, Álvaro. **Guerra y sociedad en Chile, y otros temas afines**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1984, p. 13.

Materiais e Ferramentas: fontes, metodologia, conceitos, nomações e bases bibliográficas

A documentação sobre as experiências, dinâmicas e ações espanholas na *Tierra de Guerra* é relativamente massiva. Tal sorte criou um cenário interessante para os historiadores: múltiplas fontes foram deixadas nos arquivos espanhóis e ultramarinos; cartas, *probanzas* de mérito, *relaciones*, concessões de *encomiendas*, atas, requisições, cédulas régias, vice-reais, governativas etc. Há também as tão amiúde produzidas *crônicas*, despontando entre os textos de caráter narrativo. Esse mar documental envolve temáticas díspares. Dissertam sobre guerra, direitos, exigências, descrições, mercês e um leque expansivo de outros assuntos. Ainda que “falem” bastante, seus silêncios são igualmente sentidos. Somos forçosamente levados a ler uma história dilapidada, redigida sob a ótica de importância dos “vencedores”³². Se existiram redações pós-conquista entre os mapuches, tais textos jamais chegaram ao conhecimento dos estudiosos modernos³³. A memória consuetudinária, predominantemente oral e repassada por aprendizado e ritualização, não é tão facilmente destruída, mas tende a perder-se ou a modificar-se conjunturalmente nos meandros das enormes mudanças socioculturais no espaço de quase cinco séculos³⁴. Até onde podemos observar, as únicas vozes indígenas presentes nas fontes coloniais estão dispersas nas crônicas. São predominantemente os discursos dos líderes guerreiros, dos chefes, *caciques* ou *principales*, os *toquis* mapuches, para os quais o dom da

³² Colocamos “vencedores” entre aspas em virtude de pensarmos os espanhóis não como uma civilização triunfalista. Longe disso. Por séculos, os ibéricos não obtiveram sucesso definitivo e, por vezes, foram esmagados pelos indígenas. No entanto, é importante destacar que a escrita da história do Chile foi completamente monopolizada pelos europeus ibéricos que, no seu afã de superioridade cultural, visualizavam os ameríndios a partir de uma ótica da inferioridade do outro, como já foi bem discutido por TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Esses textos, no entanto, são os indícios mais próximos dos eventos que englobavam a conquista e as reações indígenas nos séculos XVI e XVII. Nesse sentido, como destacou o supracitado KIENING, Christian. **O Sujeito Selvagem**: pequena poética do Novo Mundo. São Paulo: EDUSP, 2014, esses textos são dispositivos de poder. Remetemo-nos, então, à reflexão de Paul Veyne sobre “Non-eventworthy History”. A ótica das fontes pode desviar o trabalho historiográfico de perspectivas enriquecedoras à escrita da narrativa histórica. Portanto, faz-se necessário “[...] a struggle against the optic imposed by the sources”: VEYNE, Paul. **Writing History**: Essays on Epistemology. Middletown: Wesleyan University Press, 1984, p. 223.

³³ Embora não seja o caso do Chile, as fontes oriundas do pensamento e arcabouço erudito indígena têm ocupado um espaço cada vez mais central nas discussões historiográficas. Sobre isso, ver o trabalho pioneiro de LEÓN PORTILLA, Miguel. **Visión de los Vencidos**. México: Universidad Autónoma de México, DGSCA, 2003.

³⁴ Aqui, cabe uma pequena consideração feita por Jacques Le Goff sobre atavismo e memória em sociedades sem escrita: “Nas sociedades sem escrita a memória coletiva parece ordenar-se em torno de três grandes interesses: a idade coletiva do grupo que se funda em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem, o prestígio das famílias dominantes que se exprime pelas genealogias, e o saber técnico que se transmite por fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa”: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: SP editora da UNICAMP, 1990, p. 431. Esse é certamente um quadro correlato com a produção de uma cultura mapuche e com o desenvolvimento da memória coletiva entre essa etnia: perpetuação e readaptação de mitos de criação, manutenção da memória da ancestralidade familiar e dos referenciais totêmicos e contínua feitura dos ritos e cerimoniais religiosos. No começo do século XX, antropólogos e estudiosos refizeram o trabalho de alguns cronistas e clérigos que os precederam e buscaram coletar as tradições orais mapuches. Sobre isso, ver MORA-NAWRATH, Héctor; SAMANIEGO-SASTRE, Mario. **El pueblo mapuche en la pluma de los araucanistas**. Seis estudios sobre construcción de alteridad. Santiago: Ocho Libros Editores, 2018.

palavra era característica central do seu poder de mando. Seria possível que uma cultura mapuche assentada no dom da retórica tivesse impressionado os espanhóis a tal ponto que seus discursos, ou suas reelaborações, tivessem virado lugar-comum nos relatos de conquista? Não podemos descartar essa hipótese. Nesse contexto, dois textos ganham destaque: *Cautiverio Feliz y Razón de las Guerras Dilatadas de Chile* de Francisco Núñez de Pineda y Bascuñán (1674) e *Historia General del Reino de Chile, Flandes Indiano*, do jesuíta Diego de Rosales (1673). Ambos os textos são singularmente ricos em relatos de fala indígena. Bascuñán escreveu a partir de sua intensa experiência como prisioneiro dos indígenas durante alguns meses, lá pelo ano de 1629. Seu período de aprisionamento foi uma experiência antropológica memorizada que, posteriormente, formaria seus relatos do mundo cultural e experiencial araucano. Rosales, por sua vez, era um missionário. Trabalhou por anos em missões e ajudou diferentes governadores na tentativa de pacificar a *Tierra de Guerra*. Seu trabalho, no entanto, em nada se compara à ambição de um Bernardino de Sahagún ou ao esmero investigativo de um Diego Durán, mas nem por isso merece menos consideração³⁵. As vozes mapuches são constantemente evocadas em seus textos: os grandes líderes discursam em suas assembleias e nos Parlamentos, e os chefes guerreiros exprimem seus fundamentos para fazer a guerra ou cessá-la. Suas lembranças, mágoas, anseios e dores estão bem sincronizados com a experiência que é esperada de um conflito cruento de décadas³⁶. Cronistas como Mariño de Lobera e Góngora Marmolejo também empregam essas vozes indígenas em algumas passagens de suas crônicas, no entanto, embora mais próximos dos acontecimentos narrados, os textos carecem sempre de uma prova potencial de verossimilhança, restando ao pesquisador confrontá-lo com fatores históricos contextuais. O mesmo serve para as atas de Parlamentos, que algumas vezes trazem o ponto de vista dos líderes indígenas escritos em descrições de seus discursos e ideais. Os Parlamentos hispano-mapuches ou *koyang*³⁷, em *mapudungun*, eram importantes eventos, capazes de operar

³⁵ Sahagún, um franciscano, e Durán, dominicano, foram dois religiosos e intelectuais espanhóis que trabalharam junto às antigas populações nahuas do México em um trabalho considerável de reunião, compilação e produção de relatos sobre o mundo pré e pós-conquista. De seus esforços saíram dois dos mais importantes conjuntos documentais da história mexica no século XVI: o *códice florentino*, em nahuatl, e a *Historia de las Indias de la Nueva España* em espanhol. Um estudo sobre esses conjuntos documentais poder ser encontrada na introdução de BAUDOT, Georges; TODOROV, Tzvetan. **Relatos astecas da Conquista**. São Paulo: UNESP, 2019.

³⁶ CASANUEVA, Fernando. Chile, el Reino de la guerra sin fin: la visión del p. Diego De Rosales S. J. (1603-1677). In: CALVO, Thomas; MUSSET, Alain. **Des Indes occidentales à l'Amérique Latine**. México: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, CEMCA, IHEAL, v. 2, 2006, p. 601-612.

³⁷ “Los tratados que la sociedad mapuche llevó a cabo con la Corona de España, la república de Chile y la república de Argentina son la resultante de un ‘proceso dialéctico’ desarrollado entre sociedades en guerra, dicho proceso facilitó la creación de un espacio de negociaciones etnopolíticas que se desarrollaron durante tres siglos, y que los mapuches, desde tiempos inmemoriales denominaban ‘Koyang’”: CONTRERAS PAINEMAL, Carlos. **Los Tratados celebrados por los Mapuche con la Corona Española, la República de Chile y la República de Argentina**. Santiago de Chile: Freien Universität Berlin, 2010, p. 9.

em benefício de ambos os lados do litígio: como grandes encontros diplomáticos, colocava-se em termos as exigências dos mapuches e dos espanhóis, tendo como intenção a cessação de um conflito ou o abrandamento de uma situação potencialmente explosiva, ou ainda alguma mais escusa intenção expansionista, econômica ou exploratória³⁸. Essas são as vozes indígenas às quais temos “acesso”, mediadas pelas opções ideológicas e por reinterpretações e modificações de soldados-cronistas e jesuítas³⁹. Levando em conta essa dimensão, somos compelidos a reconhecer, nas palavras de Paul Veyne, que a “História é um conhecimento mutilado”⁴⁰.

Estudar as vozes indígenas nas fontes espanholas é uma operação delicada e, é em parte por isso que, como o presente estudo, a maioria esmagadora da historiografia colonial é pautada na interpretação documental dos fenômenos históricos recorrentemente vistos, pensados e motivados pelo lado hispânico. Não obstante, é impossível ignorar e deixar de inferir sobre como guerra e territorialização afetaram e transformaram à outra parte dos habitantes originários da *Tierra de Guerra*. Isso, comparamos os diferentes relatos, descrições e narrativas, sem as quais, afinal, pouquíssimo saberíamos dos cognominados *índios de guerra*. Essa mecânica é, nas palavras de Michel de Certeau, uma contravenção metodológica: “Não se trata apenas de fazer falar [...] e dar voz a um silêncio, ou efetividade a um possível. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona diferentemente”⁴¹. Resumidamente, damo-nos ao trabalho de entender elementos de uma cultura a partir das narrativas de terceiros. Para mais, teríamos que ser enredados em pesquisas de campo, onde uma rica cultura material emerge do trabalho de arqueólogos. Certamente, a arqueologia possui um papel fulcral na confecção de uma historiografia e etno-história dos mapuches e dos demais

³⁸ Zavala Cepeda interpretou os Parlamentos como “[...] partes autónomas que se caracterizan por su factura culturalmente mixta en cuanto son fruto de la convergencia de dos tradiciones político-diplomáticas distintas, la una hispánica, que fundamenta su fuerza legal en el texto escrito, la otra indígena, que sustenta su poder legitimador en la palabra ritualmente dicha”: ZAVALA CEPEDA, José Manuel. Origen y Particularidades de los Parlamentos Hispano-Mapuches Coloniales: entre la tradición europea de tratados y las formas de negociación indígenas. In: GONZÁLES CRUZ, David (ed.). **Pueblos Indígenas y Extranjeros en la Monarquía Hispánica: la imagen del otro en tiempos de guerra (siglos XVI-XIX)**. Madrid: Sílex, 2011, p. 310. É interessante notar que, enquanto os Parlamentos são metodicamente descritos e escritos do lado espanhol (para sorte dos historiadores), tudo o que nos resta do lado indígena são as vozes que emergem dos discursos ou requisições transcritos por cronistas ou escrivães, o que demonstra a importância do discurso, da palavra proferida e afirmada, nas relações político-sociais mapuches.

³⁹ Sobre o tema, ver o interessante estudo de GAUNE, Rafael. Guerreros, arrepentidos y transgresores. Fisonomías y voces indígenas en la obra del jesuita Diego de Rosales, siglo XVII. In: LUPI, Maria; ROLLE, Claudio. **El Orbe Católico: transformaciones, continuidades, tensiones y formas de convivencia entre Europa y América Siglos IV-XIX**. Santiago: RIL editores, 2016. p. 233-259, que percebeu a voz indígena como uma detratadora da conquista violenta, mas também como ferramenta ideológica na preconização de pontos caros às mãos que as enunciavam nas atas, crônicas e tratados.

⁴⁰ Tradução nossa. “History is a mutilated Knowledge”: VEYNE, Paul. **Writing History: Essays on Epistemology**. Middletown: Wesleyan University Press, 1984, p. 13.

⁴¹ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 82.

povos indígenas enredados nas guerras coloniais no Chile. Esse campo, no entanto, não foi explorado muito assiduamente neste trabalho, senão nas próprias referências à bibliografia especializada.

O desafio, embora mais simples, não é menos temerário no lado espanhol. Como analisar os sentidos inerentes à guerra em textos ou abertamente favoráveis às ações espanholas, ou parcialmente de acordo com o *modus operandi*? Deve-se lembrar que essas fontes são embebidas da passionalidade inerente aos seus escritores. Muitos deles completamente permeados pelas experiências sobre as quais escreveram. Sua escrita, portanto, não segue a direção de uma metodologia científica ou de um diário etnológico paramentado. Como pode o historiador captar a relação desses homens com o espaço e, eventualmente, com as guerras que os perpassavam? Confrontados com esse tipo de dúvida, quando iminentemente somos lançados aos imbróglios metodológicos da massa documental, faz-nos bem trazer à memória uma reflexão feita pelo historiador francês Marc Bloch:

Ora, muitos acontecimentos históricos só puderam ser observados em momentos de violenta perturbação emotiva ou por testemunhas cuja atenção, ora solicitada tarde demais, quando havia surpresa, ora retida pelas preocupações com a ação imediata, era incapaz de incidir com intensidade suficiente sobre as características às quais o historiador, com razão, atribuiria atualmente um interesse preponderante [...] No máximo, esses quadros nos fornecem o cenário das ações, tal como, na época do escritor, imaginava-se que devia ser⁴².

A passagem encaixa-se perfeitamente com o momento histórico que nos propomos a analisar. O torvelinho que foi o primeiro século de guerra no Chile levou uma grande parte das fontes documentais a construírem narrativas amplamente belicistas. Sua figuração dos povos originários e do próprio espaço, como veremos no decorrer dos capítulos, seguia uma noção orientada de conquista, domínio, submissão, exploração, cristianização etc. Partiam, pois, do pilar da superioridade espanhola. A memória construída tendia a um ufanismo das ações hispânicas. Em demérito, encontramos a figura do “índio aguerrido”, coberto por uma camada de estereótipos que atravessavam a visão espanhola do outro. Para os soldados-cronistas, a guerra era parte de sua experiência existencial e, os “araucanos”, um inimigo sempre à iminência do combate. Como pensar, a partir desses relatos, uma história que busque entender a relação entre guerra e espaço? Como sugere Marc Bloch, estes “cenários de ação” são importantes indícios da relação entre homem e espaço. Por meio dessas narrativas carregadas de tensões, buscamos

⁴² BLOCH, March. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. São Paulo: Zahar, 2002, p. 104.

desvelar os sentidos inerentes à ação bélica e à territorialização. Entretanto, somos impelidos a rejeitar esses documentos como “colossos da realidade”, estruturas carregadas de fatos fidedignos e inexoráveis sobre o passado, textos de onde se atribuem verdades constatadas por comparações com outros textos, ou inverdades, quando suas informações parecem enganosas ou implausíveis. Nesse olhar inegavelmente pragmático, mas inerentemente limitado (e, diga-se, possuidor de uma operacionalidade analítica necessária), há ainda o nicho do “talvez” ou do “provável”, onde apenas a impossibilidade de verificação reduz as afirmações peremptórias. Essa análise das fontes, comuns à tradição historiográfica ocidental do século XIX, não nos permite uma perscrutação mais intrínseca dos documentos. Antes, buscamos inquirir as fontes como relatos de “verdades”, construções identitárias, políticas e ideológicas que hasteiam seus paradigmas e enlaçam suas narrativas nos seus mundos de sentidos⁴³. Nas palavras de Jacques Le Goff, esses documentos são “monumentos”: “Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado”⁴⁴. Essa análise crítica dos documentos e a perícia desconstrutivista das fontes são ferramentas caras e irremediáveis para o historiador. Antes de seguirmos, no entanto, faz-se necessário evidenciar nosso conjunto documental.

As fontes que compõem esse projeto podem ser divididas em três categorias principais: as grandes narrativas oriundas das crônicas ou dos compilado históricos (as *Historias*), a documentação jurídica/administrativa local e a documentação jurídica/administrativa estrangeira-peninsular⁴⁵.

⁴³ O papel diacrônico da experiência literária colonial remete-nos à experiência dos autores com o espaço e com sua própria cultura no decorrer do tempo. De forma geral, os documentos hispânicos partem de diferentes grupos de indivíduos que, a partir das metamorfoses de sua cultura e de suas perspectivas subjetivas, tendiam a encarar a experiência na guerra do Chile e sua relação com os indígenas de formas distintas. Por isso, um ex-militar, como González de Nájera, no começo do século XVII, estava mais propenso a evocar e defender a obliteração geral do mundo indígena inimigo em prol do domínio espanhol das *tierras de guerra*, enquanto que um jesuíta, como o padre Rosales, no final do mesmo século, tenderia a analisar a longa sequência de guerra como uma prova da culpabilidade dos ambiciosos e famigerados espanhóis, inclinando-se, por conseguinte, a propor um entendimento mais cristianizado e uma guerra defensiva na relação com os “selvagens”. Essas são características marcantes nos textos coloniais que, em sua essência, “[...] são, eles próprios, formas de poder que tanto representam como revestem”: KIENING, Christian. **O Sujeito Selvagem**: pequena poética do Novo Mundo. São Paulo: EDUSP, 2014, p. 46.

⁴⁴ LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas: SP editora da UNICAMP, 1990, p. 110.

⁴⁵ Devemos mencionar duas massivas coleções de fontes, a *Colección de Historiadores de Chile y Documentos relativos a la Historia Nacional* e a *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de Chile desde el viaje de Magallanes hasta la Batalla de Maipo* (1518-1818). Ambas contaram com a substancial gerência de José Toribio Medina, que organizou vários dos seus volumes. A primeira obra começou a ser organizada ainda em 1866 e reunia em suas dezenas de tomos uma série de documentos sobre a história colonial do Chile: atas de cabildos, cartas da colônia para a península e vice-versa, concessão de mercês, relatos de conquista entre outros. Sofrendo uma breve interrupção em finais do século, o trabalho de reunião e publicação de fontes foi retomado por Medina em 1886, agora denominado de *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de Chile*, composto por nada menos que trinta tomos. As centenas de documentos apresentados pelas duas coleções fornecem

As crônicas são documentos constantemente requisitados ao longo do trabalho. Seus autores são principalmente de dois tipos: soldados-cronistas, um verdadeiro lugar-comum na conquista da América; e clérigos-cronistas, ainda mais comuns. Suas experiências, vívidas e detalhadas, deixaram não somente listas de fatos e acontecimentos, mas verdadeiros relatos experienciais. Destacamos dois exemplos proeminentes: a *Historica Relacióin del Reyno de Chile* (1646), do padre jesuíta Alonso de Ovalle (1603-1651); e a já citada *Historia General del Reino de Chile, Flandes Indiano* (1674, publicado entre 1877 e 1878) do também jesuíta Diego de Rosales (1601-1677). Esse último foi, até o momento de sua escrita, o mais completo e abrangente trabalho intelectual sobre a história e guerra no Reino do Chile. Outra obra basilar são as Cartas de Pedro de Valdivia (escritas entre 1545-1552), editadas e publicadas por José Toribio de Medina (1929). Esse conjunto epistolar foi um dos primeiros registros, em forma de *Relaciones de Conquista*, a fornecer dados sobre a entrada espanhola no Chile. A estas, segue-se um conjunto de crônicas soldadescas do século XVI. Jerônimo de Vivar escreveu a *Crónica y relación copiosa y verdadera de los reinos de Chile* (1558), primeira crônica sobre a conquista do Chile⁴⁶. O texto, no entanto, permaneceu não publicado até 1966. Alonso de Góngora Marmolejo (1523-1575) escreveu *Historia de Todas las Cosas que han Acaecido en el Reino de Chile y de los que lo han gobernado* (1575). Seu texto é rico em descrições bélicas, provavelmente espelhando a experiência de vida do autor, um dos conquistadores que seguiram junto a Pedro de Valdivia rumo à Nova Extremadura. Outro experimentado soldado a escrever uma crônica foi Pedro Mariño de Lobera (1528-1594), um soldado da guerra do Arauco que serviu sob comando de Pedro de Valdívia, Francisco de Villagra, García Hurtado de Mendonça e Rodrigo de Quiroga. Sua ampla experiência com a guerra no Chile culminou com a escrita de *Crónica del Reino de Chile* (1595), editada pelo jesuíta Bartolomeu Escobar, cuja influência sobre a obra é indubitavelmente perceptível⁴⁷. Sua Crônica permaneceu não publicada até 1865. No século XVII, destaca-se o complexo tratado de Alonso González de Nájera,

aos historiadores amplo e diversificado material para trabalhar. A CDIHCh conta também com uma segunda série editada e publicada em meados do século XX. No geral, as fontes utilizadas neste trabalho vieram de variados arquivos. Sua prospecção ocorreu em diversos sítios; a *Memoria Chilena* e a *Biblioteca Nacional Digital* fornecem diversas compilações digitalizadas de fundos documentais publicados entre o século XIX e XX, como as supracitadas; outros arquivos foram encontrados no Arquivo Histórico Nacional e na Biblioteca Nacional, sobretudo manuscritos compilado do *Archivo General de Indias*. O próprio AGI disponibiliza uma enorme quantidade de seus documentos originais digitalizados por meio do Portal de Arquivos Espanhóis (PARES). Contamos também com diversos textos editados e organizados por historiadores e estudiosos afins contendo documentos diversos, poemas, crônicas, tratados e cartas sobre temas específicos e gerais, cujas citação aparecerão ao longo do trabalho.

⁴⁶ Uma análise sobre a crônica de Vivar e sua intersecção e influência junto a outras fontes coloniais pode ser visto em ORELLANA RODRÍGUEZ, Mario. **La Crónica de Gerónimo de Bibar y la Conquista de Chile**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1988.

⁴⁷ CASANUEVA, Fernando. Crónica de una guerra sin fin: <<Crónica del Reino de Chile>> del capitán Pedro Marino de Lobera (1594). **Bulletin Hispanique**, Bordeaux, vol. 95, n. 1, p. 5-27, 1993.

Desengaño y Reparación de la Guerra del Reyno de Chile (1614). Nájera lutou no Arauco entre 1601 e 1607. Posteriormente, foi enviado à Espanha como emissário do governador perante o monarca, buscando granjear aliados para a causa da guerra ofensiva e para obter recursos e homens. Suas experiências, perspectivas e análises sobre a guerra compõem uma crítica ao desenrolar dos eventos e uma proposta de ação para acabar em definitivo com o conflito. Outro rico e diferenciado texto surgiu das mãos de Francisco Núñez de Pineda y Bascuñán. Trata-se de *Cautiverio Feliz* (1673), que descreve a experiência de cativo do autor entre os mapuches no ano de 1629, após a derrota militar de Las Cangrejeras. Bascuñán relata seus meses de prisioneiro na *Tierra de Guerra*, refletindo sobre aspectos da cultura e sociedade indígenas. Como supracitado, o texto é especialmente rico por nos mostrar um contato mais vívido e detalhado do cotidiano dos índios de guerra, além de sugerir uma interpretação para a perpetuidade das guerras coloniais prenhe de críticas ao modelo espanhol de guerra e ocupação.

Outras fontes seguem um estilo diferente. Um dos mais famosos cantos épicos do século XVI foi *La Araucana*, de Alonso de Ercilla y Zúñiga. Publicada em 1569, seus versos empregaram o heroísmo como ponto fulcral da resistência araucana e da conquista espanhola. Os grandes feitos dos personagens e seus espíritos resolutos e aguerridos constituem o épico de Ercilla, tornando-o um dos principais responsáveis pela propagação da ideia de uma *Tierra de Guerra* e do estereótipo literário do indígena heroicizado em sua selvageria nobre. Outros versos surgiram nos rastros da fama de *La Araucana*. Pedro de Oña escreveu *Arauco Domado* (1596) e Fernando de Alvarez Toledo, *Purén Indómito* (1603, publicado apenas em 1862); esse último, é um interessante relato repleto de descrições exaltadas e emocionantes em versos sobre as tragédias da Grande Rebelião, no crepúsculo do século XVI. Já outro gênero documental são os Tratados. Geralmente correspondem a uma análise breve de um tema específico. Destaco, aqui, a *Arte y Gramática General de la Lengua que Corre en todo el Reyno de Chile* (1606), do padre Luis de Valdivia. A obra do grande defensor da guerra defensiva foi uma das primeiras e mais importantes análises da língua mapuche, o *mapudungun*. Um tratado retórico e apelativo pode ser visto em *Tratado de la importancia y utilidad que ay en dar por esclavos a los indios rebelados de Chile* (1599), escrito por Melchor Calderón; texto esse aparentemente exitoso, visto que, em 1608, uma cédula real regularia a atividade escravista no Reino do Chile. Além desses, um relevante número de crônicas compõe o conjunto de fontes que embasam os capítulos que daqui se seguirão. Especialmente no primeiro capítulo, utilizamos diversas fontes sobre as conquistas da América, desde as famosas cartas de Cortés (publicadas entre 1519 e 1526), até crônicas sobre a conquista do Peru, como a *Crónica del Peru* (publicada em partes, respectivamente, em 1553 e 1871), do conquistador-cronista Pedro Cieza de León. Nos

abstemos de mencionar as fontes que aparecem de forma mais marginal e secundária para não sobrecarregar o texto.

A segunda categoria documental é especialmente importante para tratarmos da produção de domínios. Enquanto, o primeiro conjunto é centrado em narrativas, o segundo é formado por um grupo multifacetado de documentos: atas de cabildos, cedulários, requisições, cartas de mercês, atas de Parlamentos etc. Essas fontes são utilizadas para elucidar as formas pelas quais as forças locais lidavam com os conflitos com os indígenas, como relacionavam-se com os aliados, de que maneira estabeleciam vínculos com outras comunidades, os meios de utilização da mão-de-obra nativa e, especialmente, como organizavam sua vida comunitária e construíam, concebiam e reconfiguravam os espaços em torno da atividade bélica. Sua variedade informacional permite-nos traçar características *in situ* do domínio espanhol sobre o Chile, assim como suas peculiaridades. Orientados pela ideia de que o espaço colonial é constituído por intermédio de um feixe de relações de poder, utilizamos essas fontes como demonstrações de como necessidades econômicas, objetivos estratégicos e relações de políticas relacionavam-se na mecânica de imposição de uma pretensa ordem sobre esses espaços e sobre os grupos humanos que os ocupavam. Já o terceiro grupo de fontes é composto majoritariamente pelos textos do *derecho indiano*. Essas fontes prescrevem, por sua natureza jurídica, formas de lidar com o espaço e com as populações ameríndias. Utilizamos esse terceiro grupo documental para traçar as várias formas de interação entre o poder régio e suas instâncias representativas (poderes peninsulares ou vice-reais) com os territórios que buscavam dominar. Esses documentos são ferramentas de um poder ausente em sua fisicalidade máxima (o próprio rei), mas muito bem representados nos símbolos, cargos, leis e instituições de poder. Essas fontes são especialmente elucidativas sobre categorias de domínio, sobre as formas de legitimação da conquista, e sobre os objetivos régios para o espaço e seus vassalos no ultramar. As fontes jurídicas/administrativas peninsulares partem do centro político e simbólico do império: o próprio rei e as instituições representativas do poder real. Elas são, também, importantes mecanismos de contraste. A implementação de uma análise comparativa entre o segundo e terceiro corpo documental, permite-nos ver as discrepâncias e similitudes entre a conquista ou pacificação preconizada teoricamente e legitimada na Península e, sua efetivação local na América dos séculos XVI e XVII. Essa análise evidencia como o domínio era estabelecido em nível local e como ele era pensado pelas altas cortes e grupos intelectuais na Espanha e nos territórios de ultramar. Uma análise comparativa desses dois conjuntos, com suporte do primeiro, permite-nos entender o papel da guerra como ferramenta de expansão imperial, como esse processo ocorreu no Chile e como o

dominium iurisdictionis, a imposição política-jurídica da soberania régia sobre um novo território conquistado e sobre suas populações nativas, poderia ser garantido e expandido alhures.

Cabe refletir que as dimensões díspares de uma narrativa histórica são alinhadas pelos conceitos manejados pelas mãos do historiador⁴⁸. Esse estudo não é diferente. Em consequência disso, faz-se obrigatório elucidar algumas ideias-chave. No geral, utilizamos conceitos históricos dos séculos XV e XVI. Visto isso, é necessário considerar que, embora perpassem épocas, e não sejam nada estranhas aos olhos e ouvidos modernos, as palavras/conceitos nos remetem ao duro e intrincado desafio do anacronismo. Certos sentidos possuem uma data de validade: prescrevem, são esquecidos, substituídos ou ressignificados. Tendo em vista que o símbolo remete a um significado, é compreensível esperar lentas gradações no processo de significação. Não se deve esperar que *imperium* denote hoje o que denotava para um outro indivíduo há cinco séculos. Por isso, buscamos analisar as fontes, tendo em vista entender as nuances desses termos, seus usos sociopolíticos e as consequências de sua enunciação no plano geral da cultura e política da época estudada. Outra complexa questão emerge do uso de conceitos “antitéticos assimétricos”, como definiu Reinhart Koselleck⁴⁹. “Índio” e “espanhol”, por exemplo, aparecem nas fontes como categorias explicativas não apenas da condição originária de indivíduos e povos, mas também de qualificação (ou desqualificação) cultural, de superioridade (ou inferioridade) e de proeminência, relegando a contraparte a um patamar de subalteridade. São substitutos próximos, quase antonômias, para noções mais diretamente qualificativas como “bárbaro”, “selvagem”, “civilizado”, “pagão” ou “cristão”. É importante frisar que utilizamos esses termos ao longo do texto dentro da “lógica da época”, remetendo-os ao mundo de sentidos comum às fontes. Sua recorrência na escrita remete sempre ao sentido que possuíam dentro da cultura dos documentos estudados, como quando aparecem frequentemente em expressões como *aucas*, *yanaconas*, *indios de guerra*, *rebelados*, *amigos* ou *de paz*. Outros termos, como “europeus”, “indígenas” ou “hispanicos”, adjunto aos supracitados, entram na categoria de ferramentas de inteligibilidade, como palavras úteis na descrição contextual e na persecução de uma narrativa que dialoga com linguagens de dois ou mais tempos históricos e linguísticos diferentes.

⁴⁸ Priorizamos o uso de conceitos oriundos das fontes e das realidades históricas examinadas, transladando-os, com esforço, para o tempo atual de nossa escrita. Essa categoria conceitual, analisada por José d’Assunção Barros, também padece do problema mais fundamental com o qual o historiador se depara no decorrer do estabelecimento de seu quadro conceitual: a discrepância entre os significados inerentes a duas temporalidades diferentes. Para uma análise teórica dessa questão, ver BARROS, José d’Assunção. Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo. **Ler História**, n. 71, p. 155-180. 2017.

⁴⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Contraponto, 2006.

Ponderando o ainda hoje misterioso e intrincado quadro da nomenclatura, pendendo entre um processo de generalização e outro de especificação (ambos encabeçados pelos espanhóis, mas com variados graus de influência indígena), e levando em conta a maior parte das classificações dos séculos XVI e XVII, sobretudo as mais generalistas, pode-se sugerir que “[...] los aborígenes no se identificaron con estos nombres, como tampoco con uno de origen indígena [...] Sus nombres propios acentuaron la importancia de un territorio y de un ancestro común”⁵⁰. Tradição, espaço e natureza, pensados em conjunto com a uma experiência histórica partilhada, seriam os responsáveis pela produção e reprodução identitária dos povos originários dentro do Reino do Chile. Levando em consideração o caráter intercambiável das definições identitárias e o lapso documental, usaremos o termo *mapuche(s)* em uma de suas atuais perspectivas: uma noção geral para grupos étnico e linguisticamente relacionados, seja por falarem o *mapudungun* (um dos primeiros fatores que os espanhóis usaram para qualificar identitariamente aos “*indios de Chile*”)⁵¹, seja pelos laços culturais formados historicamente. Utilizamos o termo “araucano” de forma semelhante, quando tratamos dos indígenas que habitavam a região da “provincia de Arauco”, ou da região da Araucanía, conscientes que o fazemos a partir da perspectiva das fontes espanholas, e reconhecendo, portanto, a artificialidade dessa definição e seu caráter instrumental e genérico⁵². Os termos de valor mais restrito, específico, local ou regionalizado, como pehuenches, picunches, picones, promaucaes, puelches, huilliches, cuncos etc. são utilizados quando relacionados a situações específicas dentro dos espaços ou categorias focais dessas definições, embora compreendamos que a maior parte das formas de definição e identificação foram estabelecidas no contexto das conquistas e dos processos coloniais subsequentes⁵³.

⁵⁰ ORELLANA RODRÍGUEZ, Mario. **Los Aborígenes del Sur de Chile en el Siglo XVI. ¿Cómo se Llamaban?** Santiago de Chile: Ediciones de la Universidad Internacional SEK, 2001, p. 60. Ver a mesma obra para uma análise geral sobre a identidade e nomenclatura indígena no sul do Chile.

⁵¹ Em sua pioneira gramática da língua mapuche (1606), o padre Luis de Valdivia balizava seu uso entre os vales de Coquimbo e a ilha de Chiloé (Norte-Sul) e entre a Cordilheira e o Mar (Leste-Oeste): *Al Lector, In: VALDIVIA, Luis de. Arte, y Gramatica General de la Lengua que corre en todo el Reyno de Chile, con un Vocabulario, y Confessionario*: Compuestos por el Padre Luis de Valdivia, de la Compañia de Jesus, en la Provincia del Perú. Sevilla: Tomás Lopez de Haro, 1684. Ver também as definições presentes em LENZ, Rodolfo; FERRECCIO PODESTÁ, Mario (org.). **Diccionario Etimológico**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1910, p. 477 e AUGUSTA, Félix José de. **Gramática Araucana**. Valdivia: Imprenta Geral, J. Lampert, 1903, p. 243.

⁵² Sergio Villalobos interpretou a palavra *araucano* como uma forma viável de cognominar um subgrupo do macrogrupo Mapuche. Em suas análises, os araucanos surgiam como o grupo mapuche que habitava a região do Chile central, do Biobío ao Toltén, circundados pelos picunches ao norte, pehuenches ao leste e huilliches ao sul. Sobre isso, ver VILLALOBOS, Sergio. **Vida fronteriza en la Araucanía**. El mito de la guerra de Arauco. Santiago: Andrés Bello, 1995.

⁵³ Seguimos a grafia padrão da língua portuguesa em relação aos etnônimos (mapuches, tupinambás, mouros, judeus, incas etc.) e aos gentílicos (chilenos, espanhóis, ingleses etc.). As palavras em língua estrangeira encontram-se em itálico (*rewe*, *encomienda*, *mapudungun* etc.), com exceção dos termos designativos étnicos (reches, huilliches, promaucaes etc.), que foram escritas no seu grafismo hispânico mais usual, permitindo uma melhor leitura no decorrer do texto. O problema da imposição de designações étnicas pelos conquistadores espanhóis foi

No mais, de forma análoga ao de “mapuche(s)”, utilizamos por vezes o termo “reche-mapuche(s)” para fazer referência ao substrato social e cultural dos falantes do *mapudungun* em tempos coloniais mais afastados, na acepção linguística sugerida por Guillaume Boccara: “[...] los indígenas utilizaban efectivamente un término para autodesignarse, pero que no era el de mapuche (*che*: hombre, *mapu*: tierra), sino el de reche (*che*: hombre, *re*: auténtico, puro, verdadero)”⁵⁴. O antropólogo, que seguiu a premissa já levantada por Horacio Zapater e Adalberto Salas, argumentou que termos como picunches, mapuches/araucanos e huilliches não correspondem aos etnônimos indígenas do século XVI e XVII, sendo mais coerente falar respectivamente de reches do norte, centro e sul do Chile. *Mapuche*, por sua vez, surge historicamente como um termo posterior, transformado nas volúveis estradas da linguagem e do tempo. Integramos, no entanto, que o mesmo se conecta com as formas modernas de identificação de milhões de indígenas, sobretudo no Chile e na Argentina, sendo, assim, um patrimônio linguístico de especial importância. Nos meandros do estudo que se segue, “mapuche(s)” aparece corriqueiramente como uma forma de denominar ao conjunto dos indígenas falantes do *mapudungun* no período estudado, mas não sugerimos, com isso, a existência de uma homogeneidade cultural e étnica, ou a unicidade da cultura dessas populações, sobretudo no período pré-colombiano e mesmo nos dois primeiros séculos de ocupação hispânica⁵⁵. Ela serve, antes, como referencial para enquadrar um multifacetado conjunto de populações indígenas dentro de uma categoria inteligível, visto que, no passado, uma boa parcela dos povos originários chilenos

muito bem posto por MARTÍNEZ C. José Luis. ¿Cómo hablar de indios e identidades en el siglo XVI? Una aproximación a la construcción de los discursos coloniales. **Historia Indígena**, Santiago de Chile, n. 8, p. 41-55, 2004, que identificou igualmente dois níveis principais de nomenclatura identitária: um mais generalista e essencialista e outro mais específico, localizado geograficamente por uma caracterização geográfica e de aspecto mais político. Daí sobrepõem as nações, províncias, gentes e outras formas de caracterizar com as roupagens linguísticas europeias aos povos indígenas do Novo Mundo. Sobre essas definições como ferramentas de um poder colonial que encobria a maior parte das formas originais de identidade nativa, e da percepção e definição indígenas dos espaços de existência, ver o artigo GIUDICELLI, Christophe. Encasillar la frontera: clasificaciones coloniales y disciplinamiento del espacio en área diaguito-calchaquí (XVI-XVII). **Anuario de la Revista del Instituto de Estudios Histórico Sociales**, Buenos Aires, n. 22, p. 161-211, 2007.

⁵⁴ BOCCARA, Guillaume. **Los Vencedores**. Historia del Pueblo Mapuche en la Época Colonial. San Pedro de Atacama: Línea Editorial IIAM, Ocho Libros Editores LTDA, 2009, p. 15. Sobre a origem étnica a partir de uma análise etnohistórica, ver ALDUNATE del SOLAR., Carlos. **Estadio Alfarero en el Sur de Chile (500 a ca. 1800 d. C.)**. In: HIDALGO LEHUEDÉ, Jorge (ed.) Culturas de Chile. Prehistoria. Desde sus orígenes hasta los albores de la conquista. Santiago de Chile: Editorial Adres Bello, 1989, p. 329-348

⁵⁵ O termo mais prevalente hoje, *mapuche*, encontrou espaço principalmente a partir século XVIII, passando a ser incorporado à identidade indígena em um processo de etnogênese, que Boccara definiu como “[...] um processo de reconfiguração social, política, econômica e cultural que implica a redefinição do sentimento identitário e desemboca na emergência de uma nova formação social ou de uma nova entidade e identidade étnica”: BOCCARA, Guillaume. Poder Colonial e Etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os mapuches na era colonial. **Tempo**, Niterói, v.12 n.23, p. 56-72, 2007, p. 59. Sobre o processo de etnogênese mapuche e a diferença entre esse conceito e etnificação, ver BOCCARA, Guillaume Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel. **Memo-ria Americana. Cuadernos de Etnohistoria**, Buenos Aires, n. 13, p. 21-52, 2005, p. 44.

carregava elementos linguísticos e culturais comuns e espalhados; e, hoje, seus descendentes se reconhecem, no uso desse termo, como sujeitos históricos pertencentes a uma etnicidade, o povo mapuche.

Buscamos associar esses e outros conceitos com os seus usos tradicionais, contextualizando-os adjunto de formas explicativas que pudessem trazer entendimento para o leitor atual, sobretudo ao mencionar ou classificar um maior ou menor agrupamento político, cultural ou espacial⁵⁶. A guerra é o conceito central de nossa análise. Sua apreciação, no entanto, está reservada ao primeiro capítulo desta tese, adjacente a uma análise das noções de império e de domínio. Igual destino acometeu conceitos correlatos, como conquista e pacificação. A ideia de Fronteira encontrará sua discussão teórica em um capítulo posterior.

E o que dizer sobre a bibliografia especializada citada, comentada e analisada no decorrer desta tese? Quanto à historiografia, cremos que um parecer conciso do estado da arte esteja presente nos debates que se seguirão. Deixaremos, portanto, para falar sobre as correntes historiográficas preponderantes no desenrolar dos textos, especialmente nos capítulos dois e três e em suas respectivas notas de rodapé. Não há nada especialmente aglutinado, pois os estudos sobre a guerra abrangem e espalham-se em uma miríade de correntes analíticas, que vão desde uma historiografia nacionalista que emergiu ainda no século XIX⁵⁷, até propostas revisionistas, como os *estudios fronterizos*, aos quais se juntam a etno-história, a arqueologia e os estudos históricos mais atuais. Mais premente, agora, é trabalhar alguns conceitos elementares em nossas discussões. Antes, no entanto, será necessário elencar alguns poucos trabalhos que configuram o estado da arte das pesquisas de tese e dissertação sobre o Chile colonial produzidas por pesquisadores brasileiros, com especial enfoque nos conflitos ocorridos durante os dois primeiros séculos de invasão. Em uma excepcional tese doutoral defendida há menos de um ano, Gustavo Velloso realizou uma extensiva e meticulosa pesquisa da grande rebelião

⁵⁶ Sobre esses usos conceituais, retomemos as palavras de Koselleck: “Uma unidade de ação política e social só se constitui por meio de conceitos pelos quais ela se delimita, excluindo outras, de modo a determinar a si mesma [...] o conceito serve não apenas para indicar unidades de ação, mas também para caracterizá-las e criá-las. Não apenas indica, mas também constitui grupos políticos e sociais”: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Contraponto, 2006, p. 192. Como categorias explicativas, definidoras e qualificativas, os conceitos precisam ser metodicamente explicitados e criticados pelo historiador. Isso feito, advém destacar que a narrativa histórica não deve ser interpretativamente limitada, em sua semântica, aos conceitos que sua narrativa utiliza e explicita.

⁵⁷ Desse desenvolvimento intelectual, desprendem-se duas ideias base para a construção da identidade nacional: a perspectiva de um Estado nacional estável, antigo e ordenado e o mito do selvagem indômito e da guerra perene, consideradas, no XIX, ideias basilares da emergente república chilena e de sua sociedade, respectivamente. Sobre isso, ver CHIHUAILAF, Arauco. La prolongada Guerra de Arauco: ¿un mito plurisecular? **Amérique Latine: Histoire et Mémoire. Les cahiers ALHIM**, Paris, n. 19, p.79-109, 2010. Sobre o nascimento historiográfico de uma História do Chile colonial, ver SAÉZ ARANCE, Antonio. **Constitución Disciplinaria e Identidad Nacional en los Inicios de la Historiografía Chilena**. In: CARRERAS, Sandra. CARRILLO ZEITER, Katja (ed.). *Las Ciencias en la Formación de las Naciones Americanas*. Berlim: Ibero-Amerikanische Institut, 2014, p. 91-110.

mapuche ocorrida entre os anos de 1655 e 1661, destacando o contexto que a desencadeou, as formas de reação indígenas e as relações socioeconômicas, política e culturas entre os dois lados imersos no conflito, tornando-se uma obra inescapável para futuros pesquisadores do tema⁵⁸. Ainda no âmbito da pesquisa histórica, há a dissertação de mestrado de Segismundo Siqueira Filho, que se centrou nos textos de cronistas e poemas épicos de meados do século XVI para desvelar os mecanismos de resistência mapuche aos avanços da conquista e colonização⁵⁹. Embora essa seja uma ceara de pesquisas ainda nova dentro dos estudos sobre o colonialismo primevo, Hispano-América e América Colonial, esperamos que os trabalhos supracitados e esse próprio sejam impulsionadores para futuras teses, dissertações e pesquisas sobre o Chile Colonial e sobre os conflitos hispano-mapuches inerentes.

Debruçamo-nos, a seguir, sobre os meandros da guerra no Chile, especialmente no período contido entre meados do século XVI e as primeiras décadas do XVII. Buscamos sublinhar certas excepcionalidades na guerra de Arauco que nos permitem analisar esse lócus contínuo de conflitos no Novo Mundo. Em paralelo, buscamos inserir a guerra dentro de uma dinâmica imperial de um espaço às margens do império hispânico. Consequentemente, será preciso ressaltar as multifacetadas relações de fronteira, os intercâmbios e os empreendimentos econômicos. Entrementes, buscamos focar na guerra como conceito base. Tiramos daí um conjunto de questões pertinentes: qual a importância da prática espanhola da guerra na submissão do espaço e dos grupos humanos que o habitavam? Como a guerra formou uma territorialidade cognominada de *Tierra de Guerra*? O que a caracterizava como tal? Como o empreendimento militar hispânico era afetado pelas disposições da geografia física e das ações dos oponentes indígenas? Como essas populações indígenas agiram e reagiram à pressão militar e às tentativas de conquista e submissão? Para respondê-las, o primeiro capítulo traz um aprimoramento do nosso quadro teórico, pondo em perspectiva alguns dos eixos conceituais da tese, sobretudo por meio do escrutínio do conceito de guerra e de sua relação com a dominação hispânica no Novo Mundo. Além do mais, essa primeira parte da tese tem como função contextualizar e pontuar a guerra de Arauco dentro de uma longa tradição ibérica de guerra, expansionismo e conquista territorial, inserindo-a em uma tradição atávica de ideais, conflitos e perspectivas bélicas que fundamentaram a expansão ibérica. O segundo capítulo tratará sobre os primórdios da

⁵⁸ VELLOSO, Gustavo. **Os Nós da Flecha**. Crise e sublevação na fronteira meridional do Império Espanhol (Chile, 1655-1662). Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

⁵⁹ SIQUEIRA FILHO, Segismundo. **A Resistência Mapuche ao Processo de Colonização Espanhol nos Séculos XVI e XVII**: um olhar sobre as obras de Alonso de Ercilla e Jerónimo de Vivar. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de história, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

conquista espanhola do Chile e sobre as formas primevas de guerra e ocupação territorial, terminando com uma análise do colapso espacial e bélico espanhol no Reino do Chile, causado pelo levante indígena entre 1598 e 1604. Por fim, o terceiro capítulo será dedicado à discussão das ideias e noções de “fronteira” e à análise de um conjunto de pressupostos políticos, militares, burocráticos, jurídicos e teológicos de como lidar com os conflitos entre espanhóis e indígenas tendo em vista quebrar o ciclo de insucessos e tragédias hispânicas e subverter de uma vez por todas à *Tierra de Guerra*, na esperança de conseguir o objetivo último de pacificá-la. Discutiremos, portanto, as implicações da política de guerra defensiva e seus efeitos práticos, assim como as críticas subjacentes ao projeto jesuíta.

Permeando essas discussões estão vidas, narrativas e experiências interrelacionais com outros humanos, com esses espaços e com a guerra. Estão, também, sociedades e suas respectivas culturas, mundos de sentidos distintos e distantes do nosso. Universos humanos que emergiram e submergiram nos torvelinhos da história. Antes, no entanto, deixaram para trás suas concepções, suas imagens e suas palavras nas memórias coletivas ou nos arquivos de dezenas de institutos e bibliotecas ao redor do globo. Interpretar essas “marcas” que os mortos deixam no tempo é a função do historiador. Recorrer a essas experiências é interpelado pelo filtro do tempo, buscar, como afirmou Michel de Certeau, realizar um “Trabalho da morte e trabalho contra a morte”⁶⁰.

⁶⁰ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 16.

CAPÍTULO I - GUERRAS, IMPÉRIOS E DOMÍNIOS: CONCEITOS E SEUS USOS PRÁTICOS E TEÓRICOS NO NOVO MUNDO

Guerra e Cultura

Confrontados com a aparição aparentemente universal do fenômeno da guerra, podemos inferir que este comportamento, manifesto em uma miríade de culturas e sociedades no decorrer do tempo, está profundamente imbricado na própria manifestação cultural dos povos e sociedades que a utilizam em suas variadas facetas (ritual, territorial, política etc.). Dando vazão a essa compreensão inegavelmente ampla, se assumimos que a guerra é um elemento intrínseco ao arcabouço cultural das sociedades humanas (de algumas, ou de todas?), somos obrigatoriamente levados a estudar o que poderíamos chamar de uma “cultura de guerra”. Torna-se necessário, portanto, entender as percepções culturais em torno do uso coletivo da força, buscando a conceitualização corrente para a guerra e diferenciando-a de outras formas de violência. Faz-se igualmente necessário quebrar o conceito, estudando os diferentes sentidos e categorias que a guerra poderia ter para esse ou aquele conjunto cultural. De forma sequencial, discutiremos alguns conceitos basilares da ação hispânica no ultramar: as ideias de império e domínio, além de retomar a importância de conceitos como *conquista*, *pacificação* e *guerra a fuego y sangre*. Ainda nessa discussão, interessa-nos ver como diferentes grupos discutiam, entre os séculos XVI e XVII, a legitimação da guerra como Guerra Justa; em especial, no contexto da conquista ibérica do Novo Mundo.

A guerra, como conceito, vestiu-se de diferentes formas ao longo dos processos históricos humanos. O uso da violência de maneira coletiva, orientada a um fim definido e empregada de forma deliberada parece já ser constatada, como destacou o historiador inglês John Keegan, em épocas bem afastadas da história humana⁶¹. No entanto, o momento crucial que diferenciou a violência naturalizada da violência grupal culturalmente direcionada parece ainda ser um enigma para antropólogos, historiadores e arqueólogos⁶², embora alguns estudiosos, como o do arqueólogo Lawrence Keeley, tenham advogado uma origem bastante arcaica e profundamente intrincada com o próprio desenvolvimento pré-histórico do gênero humano para o fenômeno da

⁶¹ KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁶² Um estudo sobre algumas das mais novas propostas no âmbito das ciências sociais sobre a origem da guerra (*warfare*) podem ser vistos em THORPER, I. J. N. *Anthropology, archaeology, and the origin of warfare*. **World Archaeology**, Taylor & Francis Group, v. 35, n. 1, p. 145-165, Apr. 2003.

guerra⁶³. Para alguns, como o pesquisador israelense Azar Get, uma das perguntas mais fundamentais é se a guerra é uma atividade intrínseca à natureza biológica humana ou se ela se define unicamente a partir de uma noção cultural: “[...] is violent and deadly aggression, then, innate in human nature, is it ‘in our genes’, and, if so, in what way?”⁶⁴. Em seu ensaio enciclopédico sobre a guerra na história humana, Azar Get associou o evolucionismo biológico à capacidade cultural, na tentativa de analisar como, quando e por que os seres humanos despendem suas energias em encontros violentos e atividades bélicas de diferentes escalas⁶⁵. No entanto, como bem reconhece, os historiadores são sempre desconfiados de presumir um estatuto comportamental intrínseco ao comportamento humano. Na contramão, os historiadores tendem a destacar as especificidades culturais e a despende esmero e cuidado na análise de uma fração temporal exígua da história humana. Para além de um leque de opções de um dado comportamentalismo biológico, parece ser mais coerente pensar o humano e, no caso discutido, seu comportamento marcial, como parte integrante da sua capacidade de agir sobre o mundo e sobre as coisas. A guerra é, portanto, uma ferramenta cultural. Mas não basta qualificá-la como uma idiosincrasia peculiar às capacidades e estímulos culturais humanos; temos ainda que conceitualizá-la de forma mais enfática, retirando-a do perímetro que engloba formas mais ordinárias de violência individual ou até mesmo coletiva, mas que são, por sua vez, enviesadas pelas contingências do imediatismo, da passionalidade, da necessidade e do rito ordinário, onde não há a definição do guerreiro e do não guerreiro, do combatente e do não combatente, do eu e do outro, ou, ainda, do aliado e do inimigo. Daí, percebe-se que não há guerra sem a produção de alteridades conflitantes, de identidades, mesmo que momentâneas, envoltas na persecução de determinados objetivos pelas vias da força e da violência. Recorremos, nessa encruzilhada, a um conceito de guerra deveras simples, mas extremamente útil, formulado sinteticamente pelo arqueólogo Nick Thorpe, que a definiu como “[...] organized aggression between autonomous political units, and thus of wider significance than individual acts of violence”⁶⁶. A partir disso, não é possível pensar a guerra como uma simples e banalizada violência, nem a tomar como uma medonha

⁶³ KEELEY, Lawrence H. **A Guerra Antes da Civilização**. O Mito do Bom Selvagem. São Paulo: É Realizações, 2011. Essa tese surgiu em contraponto a um aparente *establishment* dentro das ciências sociais, especialmente na arqueologia, que preferiam ver nas sociedades mais antigas, em especial nas desprovidas de Estado, a manifestação de um mundo sem o predomínio ubíquo da violência.

⁶⁴ GET, Azar. **War in Human Civilization**. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 39.

⁶⁵ “The answer is that it is, but only as a skill, potential, propensity, or predisposition [...] To repeat the point, deadly aggression is a major, evolution-shaped, innate potential that, given the right conditions, has always been easily triggered. However, its occurrence and prevalence are subject to wide fluctuations, depending on the prominence of these conditions”: Ibid., p. 39-41.

⁶⁶ THORPER, I. J. N. The ancient origins of warfare. In: PEARSON, Mike Parker; THORPER, I. J. N. **Warfare, Violence and Slavery in Prehistory**: Proceedings of a Prehistoric. Oxford: BAR International series, 2005. p. 1-18, p. 2.

deflagração emocional ou instintiva de um impulso violento; antes, é preferível entendê-la como a ação orientada de um grupo que, na deflagração de uma força na perseguição de um objetivo, constrói ou sustenta uma identidade ou uma unidade associativa, produzindo, em última instância, uma alteridade. A figura do “inimigo” surge como uma antítese, um contraponto entre o “eu e os meus” e os outros. Não é preciso mais para inferir que todo esse processo não é simplesmente um dado natural, biológico, codificado nas partes mais abissais do nosso código genético. Pelo contrário, apresentamos e entendemos a guerra como uma ação eminentemente cultural, já que, como sugeriu Pierre Clastres, “A sociedade humana tem a ver não com uma zoologia, mas com a sociologia”⁶⁷.

Como pontua o historiador alemão John Rüsen, “[...] o homem só pode viver no mundo [...] se não tomar ao mundo e a si mesmo como dados puros, mas sim interpretá-los em função de suas intenções e de sua ação e paixão”⁶⁸. A atividade bélica, portanto, parece se dissociar de um mero impulso biologicamente direcionado. Parece, antes, um campo de atuações onde as ações, repletas de simbolismo que remetem à própria guerra (porte de armas, ordens de batalha, marchas, hinos, ordens comportamentais, captura ou dizimação de prisioneiros, derrubar uma muralha, queimar ou obliterar os símbolos do vencido, erguer seus próprios símbolos etc.)⁶⁹, transcorrem - em uma forma de linguagem extrema - em torno de uma violência coletivamente operacionalizada. Violência essa justificada pelo arcabouço cultural e moralmente permitida de acordo com as balizas éticas de cada tradição. Essa primazia da capacidade de ação cultural sob a mera padronização genética é um dos pontos centrais na tese do antropólogo estadunidense Clifford Geertz sobre a necessidade de entender a cultura não como parte dissociada, mas como elemento constituinte do ser humano:

De um modo geral, quanto mais inferior o animal, mais ele tende a responder a um estímulo “ameaçador” com uma série intrinsecamente ligada de atividades executadas que, tomadas em conjunto, compreendem como uma resposta “voar” ou “lutar”, uma resposta comparativamente estereotipada – o que não quer dizer não-aprendida. A resposta intrínseca do homem a tal estímulo parece consistir, porém, numa excitação de “medo” ou “raiva”, variavelmente intensa, acompanhada de algumas sequências comportamentais bem definidas [...] como um

⁶⁷ CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**. Pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 164.

⁶⁸ RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 57.

⁶⁹ O caráter simbólico da guerra inclui o substrato imagético do confronto, que se desenrola nos momentos de batalha e nas consequências posteriores, como na produção artística e intelectual sobre os conflitos. Sobre o embate semiótico entre dois conjuntos imagéticos durante a conquista da América e, posteriormente, na estruturação da sociedade e do mundo colonial, ver GRUZINSKI, Serge. **La guerra de las imágenes: De Cristóbal Colón a “Blade Runner”**, 1492-2019. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

animal assustado, um homem atemorizado pode correr, esconder-se, esbravejar, dissimular, apaziguar ou, desesperado, atacar. No caso do homem, porém, a padronização precisa de tais atos notórios é orientada predominantemente por gabaritos culturais, em vez de genéticos⁷⁰.

Como um ser vivo eminentemente cultural, o ser humano utiliza a cultura como forma de estabelecer interações com o meio ambiente, com os animais e com outros humanos. Parte dessas interações surgidas do nosso arcabouço cultural são eminentemente conflituosas, tornando-se conceitualmente, como definimos acima, guerras. Em nosso estudo, portanto, tomaremos a guerra como uma ação culturalmente direcionada⁷¹. Entender a guerra como instância cultural é dotá-la de significado dentro de um campo de ações. Como parte de uma cultura, a guerra aparece como elemento correlato a um *ethos* e a uma visão de mundo⁷². Cada cultura, portanto, desenvolve uma relação específica com os elementos bélicos que a permeiam. A ética e a moralidade envolvendo a deflagração, o processamento e a finalização da guerra são fundamentalmente definidos dentro da experiência histórica de cada grupo humano, em torno de sua relação com a violência coletiva e em consequência das contingências oriundas desse fenômeno. Ao mesmo tempo, esse *ethos* produzirá uma forma de simbolizar a atividade guerreira, legitimando-a e dotando-a de valor positivo ou negativo, a ser auferido nas leis, tradições e mitos que buscam explicar e organizar os diversos usos da violência na sociedade. É o que parece fazer, por exemplo, o muito conhecido documento do *Requerimiento* espanhol (1512), ao qual não iremos nos prender por agora, mas que emerge como uma marca retumbante da codificação de uma “razoabilidade” bélica no começo das conquistas da América, profundamente enraizado em uma base cultural que percorria caminhos conceituais diversos, que iam da noção atávica de uma Guerra Santa contra os infiéis às primeiras conceitualizações de uma Guerra Justa juridicamente sustentada e a ser aplicada nos espaços conflituosos do Novo Mundo. Às populações arredias ao julgo hispânico, prometia-se: [...] *con la ayuda de Dios nosotros entraremos poderosamente contra vosotros y vos haremos guerra por todas partes y manera que pudiéremos, y vos sujetaremos al yugo y obediencia de la Iglesia y de Sus*

⁷⁰ GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 55. Para Geertz, a cultura poderia ser bem entendida retomando uma noção weberiana de “teia de significados”. A cultura, essencialmente uma atividade simbólica, aparece como “[...] sendo essas teias e as suas análises”: Ibid., p. 4.

⁷¹ Como notou John Keegan em sua extensa crítica à perspectiva de Clausewitz de que a guerra é a continuação da política por outros meios, “[...] a cultura é um fator determinante fundamental da natureza da guerra”: KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 494.

⁷² Trago, aqui, dois sintéticos e utilitários conceitos trabalhados por Clifford Geertz: “[...] o *ethos* de um povo - o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos - e sua visão de mundo - o quadro que fazem do que são as coisas em sua simples atualidade, suas idéias mais abrangentes sobre ordem”: op. cit., p. 67.

Majestades, y tomaremos vuestras mujeres e hijos y los haremos esclavos. As ameaças proferidas certamente cumprir-se-iam algumas muitas vezes, pois eram anexadas à própria lógica da “descoberta” do novo e da conquista subsequente; ações guiadas pelos parâmetros da cultura de guerra ibérica, liberada de sua área de atuação euro-mediterrânica e levada pelas naus do Velho aos povos do Novo Mundo e alhures.

Os complexos usos da violência coletiva possuem matizes próprias que se alteram a medida em que olhamos para diferentes grupos culturais. Dito isso, constata-se que os espanhóis, desde seus primeiros contatos com o povo guanche canarino, e mais ainda a partir da invasão do Caribe, passando depois às enormes conquistas na América continental, foram rodeados por formas de guerra que lhes eram profundamente enigmáticas, com perspectivas que lhes escapavam e com lógicas profundamente discrepantes à sua cultura marcial. Essas lógicas podem ser compreendidas parcialmente a partir do que Pierre Clastres denominou de guerra das “sociedades primitivas”, qualificadas como “[...] sociedades sem Estado [...] cujo corpo não possui órgão separado do poder político”⁷³. Estado esse que, segundo Clastres, não existiria em razão da própria animosidade dessas sociedades a tudo o que é premeditado para a dominação e para a imposição de um poderio coercitivo e categórico sobre os demais membros do corpo social. Devemos evitar qualquer generalização forçosa que de pronto pode nos saltar à mente; algo como uma tentativa de enquadrar todos os povos “primitivos”, como os denominou Clastres, em um quadro explicativo unitário. Não obstante, consideradas as devidas reticências, é possível compreender a guerra dos indígenas no Chile e em outros locais do Novo Mundo a partir da ideia sugerida pelo antropólogo francês, a ver, de que “a guerra é uma estrutura da sociedade primitiva [...]”⁷⁴. Aqui cabe introduzirmos as ressalvas: a guerra não era uma ação simplesmente reacionária ao universo das mudanças monumentais que se avizinhavam do mundo indígena, ou uma forma de fechamento comunitário ao mundo externo, nem muito menos um fator de fragmentação de uma sociedade que “Em seu ser [...] quer a dispersão”⁷⁵. Era, antes, uma parte profundamente ritualizada da cultura ameríndia; por vezes, instrumentalizada (como ritual) na construção de unidades políticas, na obtenção de bens e prisioneiros, na defesa dos espaços comuns e, por conseguinte, na manutenção de certos modos de vida caros à cultura desses povos⁷⁶. Não era, portanto, um fator estanque, engessado, pois certamente não o foi para

⁷³ CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**. Pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 101.

⁷⁴ Ibid., p. 178.

⁷⁵ Ibid., p. 172.

⁷⁶ Convergimos, portanto, para bem próximo do que advogou, FOERSTER, Rolf. Guerra y Aculturación en la Araucanía. In: FOERSTER, Rolf; PINTO, Jorge; SALINAS, Maximiliano. **Misticismo y Violencia en la**

os araucanos, que sem maiores asseverações utilizaram-se habilmente das técnicas e táticas estrangeiras, mudando sua forma de guerrear e sendo socialmente transformados pela adesão às inovações bélicas trazidas junto às forças invasoras⁷⁷.

As formas de guerrear que prontamente se contrapuseram ao Novo Mundo (europeia e indígena), eram tão dessemelhantes quanto o poderiam ser duas formações históricas separadas por milênios. Isso amiúde levou alguns estudiosos a uma tendenciosa reflexão, como o fez Tzvetan Todorov, ao propor que “Os espanhóis [...] São, incontestavelmente, superiores aos índios na comunicação inter-humana”⁷⁸, o que lhes facilitaria a vitória na guerra. Tratava-se, em sua visão dos eventos, de uma questão predominantemente linguística de interpretação: aquele que melhor lesse os signos e aprendesse a manejar a cultura simbólica do inimigo melhor se sairia no confronto. A guerra não seria vencida apenas pelas armas, mas pelo jogo dos símbolos, das palavras e dos seus significados, armas mordazes nos discursos e textos dos mais sagazes “guerreiros” das artes de interpretar, traduzir, manipular e aludir. Se esta proposição não carece de verdade, é forçoso perceber que, muito diferente do caso Cortés/Montezuma (cerne da análise de Todorov), uma falha na comunicação pode ser aduzida como um fator fulcral para a queda de diversos exércitos espanhóis nas mãos dos “primitivos” araucanos, como bem veremos no caso de Curalaba, um dos pontos de inflexão da história da conquista do Chile.

O que parece haver é uma diferença substancial entre espanhóis e ameríndios uma alteridade advinda de diferentes maneiras de pensar, fazer e conceituar a guerra, mas que não se traduzia de forma mecânica e taxativa em vantagem ou desvantagem. A tecnologia foi um fator vantajoso para os hispânicos, mas quando relativamente anulada, ou mesmo quando as hostes indígenas aprendiam a manejar certas técnicas ou a mitigar seus efeitos, os conflitos tornavam-se muito mais equilibrados e equânimes. Para isso, esses povos precisaram operar um complexo jogo de transformação técnica e simbólica nas artes da violência coletiva, preservando ainda seus motivos “estruturais” ou tradicionais, oriundos de um antigo e historicamente quase insondável arcabouço cultural. O mesmo fazia seus opositores hispânicos, que encontravam novas

Temprana Evangelización de Chile. Temuco: Universidad de La Frontera, 1991, p. 186-191, a ver, que a guerra araucana estava embebida por fatores da cultura indígena, mas ressaltamos que, mais que uma conservação de uma ser social averso a mudanças, como sugeriu Clastres (acompanhado por Foerster), a função da guerra, *weichan*, ação que era ao mesmo tempo pragmática e ritual, convergia para a manutenção da autonomia mapuche sobre seus territórios, espaços etéreo-telúricos de vida. Portanto, mais que uma guerra para perpetuar o *admapu* por meio de uma ritualização recorrente, o *weichan* contra os *huincas* era uma tentativa de garantir não a perpetuação estática do corpo social, mas a autonomia endógena sobre suas terras, sua cultura e suas famílias, fosse para conservá-las, fosse para transformá-las.

⁷⁷ O assunto das inovações mapuches e das mudanças oriundas destes eventos não pode prescindir da leitura de BOCCARA, Guillaume. **Los Vencedores.** Historia del Pueblo Mapuche en la Época Colonial. San Pedro de Atacama: Línea Editorial IIAM, Ocho Libros Editores LTDA, 2009.

⁷⁸ TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América:** a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 138.

formas de lutar à medida que percorriam diferentes ambientes e situações no Novo Mundo, preservando certos paradigmas bélicos e ideológicos tradicionais e modificando alguns dos significados que consubstanciavam o sentido último de suas lutas. Isso não implica em pensar que todos os povos ameríndios eram selvagens empedernidos que vociferavam constantemente suas raivas e desejos com armas nas mãos, em um contexto muito similar à percepção que Thomas Hobbes expôs em *O Leviatã* (1651), acreditando ser possível encontrar uma situação mimética ao seu estado de guerra de “todos contra todos” entres os indígenas há pouco descobertos pelos europeus nas terras de ultramar. A famosa passagem do seu livro sobre o estado de natureza entre os ameríndios declarava que “[...] há muitos lugares onde hoje se vive assim, porque os povos selvagens de muitos lugares da *América* [...] não possuem nenhuma espécie de governo, e vivem [...] daquela maneira brutal”⁷⁹, na guerra de todos contra todos, onde a ausência de leis e a concupiscência natural abundavam sobre qualquer forma de preservação social dos indivíduos. Não é preciso dizer que a ideia teórica do filósofo inglês não condizia com qualquer realidade antropológica indígena, embora suas perspectivas tenham sido basilares para traçar a linha divisória de uma suposta superioridade das sociedades estatais europeias sobre as sociedades “tribais” mundo afora. Não cairemos, aqui, na celeuma sempre irresoluta das vociferantes divergências em torno da “condição natural” dos homens antes da confecção da sociedade estatal, que opôs Hobbes e Rousseau e seus respectivos partidários ao propor, cada lado, diferentes concepções e soluções para os problemas da origem da violência, do Estado e da preservação dos direitos individuais, alinhados à estruturação do corpo político e social. Antes, interessa-nos pensar as diferentes dinâmicas e conceitos de guerra que permeavam essas diversas culturas que foram postas em situações conflituosas, mas nem sempre como inimigas, diga-se: por vezes, agenciavam-se umas às outras na persecução de seus objetivos bélicos, correndo, juntas, para alcançar resultados díspares, com ainda mais díspares percepções de combate, conquista e poder. No mais, essas diferentes marcialidades não eram insociáveis. Com o passar do tempo, a aculturação e os intercâmbios técnicos começaram a operar: a guerra indígena mudava a guerra espanhola, e vice-versa.

No caso específico das culturas indígenas que habitavam o então Reino do Chile, é bem constatado que a guerra e outras dimensões coletivas de violência não surgiram com a invasão das forças estrangeiras, que os mapuches denominavam de *huincas*. Tornar-se-ia um trabalho estéril datar o início da guerra entre essas culturas, ao menos enquanto um substancial conjunto de dados arqueológicos não subsidiar os argumentos da etno-história. Mas é evidente, do que

⁷⁹ HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. Ou Matéria, Forma e Poder de uma República Eclesiástica e Civil. São Paulo, Martins Fontes, [1651] 2003, p. 63.

percebemos pelas rarefeitas e parciais fontes hispânicas e pelos relatos incaicos sobre os *pro-maucaes* (*aucas*), os povos indígenas refratários à dominação do cusquenha sobre o *Collasuyo* (quadrante sudeste do *Tawantinsuyu*, a terra inca dos quatro quadrantes), que o espectro bélico não era distante ou desconhecido dos indígenas que viviam ao sul do Atacama. Jerônimo de Vivar (1558), um dos primeiros soldados-cronistas do Chile, costumava categorizar em sintéticas palavras as qualidades dos povos que a expedição espanhola ia encontrando em seu avanço rumo às terras meridionais. Dessa feita, atribuía aos indígenas do Atacama o epíteto de “gente belicosa, los cuales vinieron con sus arcos y flechas [...] a punto de guerra”⁸⁰, e nas imediações do Aconcagua denominava as populações circunvizinhas de “belicosa y guerreiros”⁸¹. Sobre os *pormocoes* mais ao sul, definia-os como “[...] gente belicosa y guerreiros y dada a ladronicios y no dejarán las armas de la mano a ninguna cosa que hagan”⁸². Esses “ladrões” guerreiros representariam, talvez, uma forma desconhecida de uso coletivo da violência que não a guerra *stricto sensu*? Muito provavelmente, embora seja difícil de aduzir por meio de relatos tão sucintos e enviesados. Termos semelhantes foram usados para descrever várias populações indígenas ao sul do Biobío. Além disso, relatavam-se vários confrontos entre os dois lados, sobretudo quando os espanhóis se mostravam especialmente interessados no domínio efetivo sobre o território, como nas imediações de La Imperial, onde Vivar descreveu que “Vendo los índios que los españoles hacían sitio para estarse allí, se ayuntaron muy gran cantidad [...] determinaron ellos que hacer la guerra de aquella manera que les dejaríamos a ellos su tierra”⁸³. Do que se desprende desse e de outros relatos primevos, sugere-se a existência de um comprometimento defensivo entre os grupos indígenas locais, evocando a mobilização marcial de seus contingentes em uma luta pela manutenção de suas terras e de um modo de vida autônomo.

Deve-se ponderar também os efeitos da influência do Tiahuanaco e da posterior presença incaica, culturas estatizadas e mais centralizadoras, sobre os povos indígenas ao sul do Atacama, desprovidos de estruturas monolíticas de poder e de instituições estatais. Não obstante, essa primeira presença expansionista da força estatal inca foi igualmente bloqueada pelo que parecia ser uma associação marcial de guerreiros experientes nas artes da batalha, no que cronistas posteriores denominaram de batalha do rio Maule⁸⁴. Consideremos, pois, que estas comunidades indígenas pré-colombianas, coexistindo com as sociedades norte-andinas,

⁸⁰ BIBAR, Gerónimo de. **Crónica y Relación Copiosa y Verdadera de los Reynos de Chile**. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico José Toribio Medina, [1558] 1966, p. 13

⁸¹ Ibid., p. 35.

⁸² Ibid., p. 137.

⁸³ Ibid., p. 150.

⁸⁴ SILVA GALDAMES, Osvaldo. **¿Detuvo la Batalla del Maule la expansión inca hacia el sur de Chile?** *Cuadernos de Historia*, Santiago de Chile: n. 3, 1983, p. 7-25.

análogas a vários outros grupos indígenas sul americanos, possuíam formas elaboradas de violência coletiva, fossem disputas interétnicas ou guerras de resistência a invasões, que se tornaram a base de sua capacidade de resposta às seguidas iniciativas hispânicas de conquista e povoamento a partir do século XVI. Para isso, não é necessário reproduzir em concordância plena a tradicional tese de Keeley de que “[...] as guerras são na realidade mais frequentes nas sociedades não estatais do que em sociedades estatais”⁸⁵, já que a própria forma de fazer guerra, a sua ideação e o seu significado último diferem radicalmente em sociedades com e sem Estado. No entanto, no caso dos grupos mapuches (agregações sociopolíticas não estatais), parece certo que apenas uma sociedade com uma experiência conflitiva e com um uso cotidiano da violência seria capaz de resistir a seguidas levadas de tentativas de conquista. No entanto, não era necessariamente a guerra, na acepção de uma ação coletiva, orientada, política e produtora de uma alteridade marcante, que viabilizava o surgimento de certos níveis de marcialidade. Outras categorias de violência coletiva são e foram amiúde comuns. Na ausência de provas arqueológicas e de relatos bem estruturados, é impossível afirmar a existência de uma “guerra de todos contra todos”, em um sentido próximo ao hobbesiano, entre os povos indígenas sul americanos. E igualmente vão tentar encontrá-la na cultura reche-mapuche, cujas comunidades experimentavam variados graus de segmentação e dispersão⁸⁶. Ainda assim, parece ser igualmente errôneo descartar a existência de guerras intraculturais, diferenciadas de outras formas de violência mais ritualizadas e ordinárias, embora a frequência, a intensidade e os objetivos das mesmas só possam ser mais ou menos auferidos a partir dos relatos espanhóis.

Há nisso um desbalanço que qualquer estudo sobre o tema terá que enfrentar: enquanto o significado da guerra entre as populações indígenas só pode ser estudado a partir do destrinchar de fontes posteriores, ao mesmo tempo, as noções hispânicas eram bem explicitadas e pululavam em um variado número de tratados e outros textos. Ainda assim, não era uma ideia, uma compreensão ou uma percepção monolítica. Influenciados pelos desenvolvimentos humanísticos do período, pelas tradições bélicas atávicas e pelo desenvolvimento de ideais jurídicos

⁸⁵ KEELEY, Lawrence H. **A Guerra Antes da Civilização**. O Mito do Bom Selvagem. São Paulo: É Realizações, 2001, p. 97.

⁸⁶ “Sociedades segmentadas” é um termo bem mais coerente que “primitivos”, pois desvela uma característica fulcral desses grupos humanos. Sobre isso, ver o que dizem Silva Galdames e Farga Hernández, destacando o potencial defensivo e a capacidade de coesão desses grupos, a despeito de não possuírem Estado, em sua acepção clássica: “Las coaliciones de linajes como forma de supervivencia en las sociedades segmentadas abre, especialmente al tener que enfrentar a invasores foráneos, el camino para el surgimiento de un líder capaz de aglutinar en defensa de sus tierras”: SILVA GALDAMES, Osvaldo. El surgimiento de hombres poderosos en las sociedades segmentadas de la Frontera Inca: el caso de Michimalonko. **Revista de Historia Indígena**, Santiago, n. 2, p. 21-28, dec. 1997, p. 24. Trata-se de visualizar os mecanismos de ascensão de uma resistência coesa entre sociedades não estatais, contra as intromissões externas de impérios conquistadores. O artigo citado trata especificamente da resistência indígena entre os picunches nos vales do Copiapó e Aconcagua.

e teológicos, várias noções de guerra, ou várias categorias da mesma, tornavam o conceito um campo fértil para debates e discussões que emergiam intensos e profícuos entre religiosos, militares, letrados, juristas e outros. Claro que, para muitos europeus eruditos dos séculos XVI e XVII, entre os quais certamente estavam muitos espanhóis, essas diferenças entre categorias de violência coletiva poderiam ser demasiadamente supérfluas, levando-os a ver, como definiu o humanista holandês Hugo Grotius, a inteireza dos conflitos interpessoais e estatais como diferentes facetas da experiência da guerra, bastando dividi-las entre guerras públicas, privadas ou mistas, para as quais haveria diferentes conjuntos de postulados e leis⁸⁷. Deixando uma discussão mais elaborada para as páginas seguintes, traremos aqui uma interessante compreensão lexical da ideia de guerra entre os espanhóis. Trata-se, novamente, do *Tesoro de la Lengua Castellana, o Española* de Sebastián de Covarrubias. O filólogo espanhol definiu a guerra nos seguintes termos:

[...] el conflicto de dos ejércitos contrarios enemigos, que uno a otro se hacen guerra, y se matan: el Frances, y el Italiano llaman a este rompimiento de Reinos, o Príncipes, o comunidades, unos contra otros Guerra [...] La diferencia, que ay entre guerra y batalla es, que la guerra se entiende por todo el tiempo, que no se asientan las paces, y la batalla es un conflicto, y rompimiento de un ejército con otro [...] ⁸⁸.

Além da compreensão secundária da guerra como um evento de mais longa duração e, da batalha como um acontecimento delimitado (uma etapa da guerra), visualiza-se como principal elemento deste conceito a ideia de que a guerra é a contraposição máxima entre dois Estados, entre dois Príncipes e/ou, conseqüentemente, como o choque de duas comunidades com interesses diversos. No geral, os hispânicos pareciam compreender a guerra como o uso coletivo da violência contra uma unidade política, social ou cultural antitética. Não obstante, esse conceito que à primeira vista pode parecer extremamente sintético e prático esconde uma complexidade crescente, pois se a guerra revelava um outro manifesto na injuriosa classificação de *enemigo*, este poderia ser desde um *infiel mourisco* ou *maometano*, até um *indio de guerra* ou *rebelado*, ou ainda um *cosario inglés, francés* ou *holandés*, ou um *luterano, pagano, traidor* etc. Cada categoria desembocava em um paradigma bélico, em uma forma de encarar o conflito e em um carretel de entremeados jurídicos e teológicos difíceis de destrinchar. Para além de uma visão mais holística da guerra, que Covarrubias consegue sintetizar de forma exemplar,

⁸⁷ GROTIUS, Hugo. **On the Law of War and Peace**. Indianapolis: Liberty Fund, v. 1, 2001, 134-135, p. 240.

⁸⁸ COVARRUBIAS OROZCO, Don Sebastián. **Tesoro de la Lengua Castellana o Española**. Madrid: por Luis Sánchez, impresor del Rey N. S., 1611, p. 455.

várias situações conflitivas diferentes criavam e recriavam categorias bélicas igualmente diferentes, tanto na Europa, como no Novo Mundo. Do outro lado, confrontados com novos tipos e formas de violência que até então desconheciam, os povos do Novo Mundo foram obrigados a adaptarem-se para sobreviver. A forma disruptiva com que essa nova visão de guerra os atingiu em tantos rincões da América pode ser rapidamente mostrada em um lúgubre canto de lamento presente nos Anais de Tlatelolco (1528), escrito por algum autor indígena que permaneceu para sempre desconhecido, mas que, tudo indica, viveu e testemunhou a extremada experiência da queda de seu mundo, de seus deuses e de sua forma usual de vida, derrubados todos por via da guerra *a fuego y sangre* trazida ao mundo mexica pelos espanhóis:

E tudo isso nos aconteceu.
Nós vimos,
Nós admiramos.
Com essa sorte lamentável, essa triste sorte,
suportamos a angústia.

Nos caminhos jazem as flechas quebradas,
os cabelos estão desgrenhados.
As casas perderam o telhado,
as casas se tornaram rubras.

[...] Os escudos nos protegeram,
mas em vão quisemos povoar a solidão com escudos.

[...]

O ouro, o jade, os mantos de algodão,
as plumas de quetzal,
tudo quanto é precioso
não contava para nada⁸⁹.

Entre a destruição de um mundo e a construção de outro, a guerra operava como ferramenta cruenta das ambições espanholas; um martelo embebido na própria gênese de sua cultura como reino ibérico e como parte da cristandade. Por outro lado, funcionou também como um paradigma defensivo para os povos ameríndios. Foi, por vezes, uma forma de aliança conveniente para uma profusão de comunidades indígenas que se aliavam ou antagonizavam, ponderadas as circunstâncias, aos respectivamente ora aliados, ora inimigos do Velho Mundo. Suas belicosidades eram excitadas por símbolos imemoriais, expressos em ritos e mitos, em contos

⁸⁹ *Anais Históricos de Tlatelolco, 1528*, p. 219-243. In: BAUDOT, Georges; TODOROV, Tzvetan (eds). **Relatos astecas da Conquista**. São Paulo: UNESP, 2019, p. 235.

de glória e em tradições de conquista, de sacrifício e de um *status quo* sustentado por grupos de guerreiros. O caso dos reche-mapuches é certamente emblemático: detentora de um uso social elaborado, além de ser uma oportuna aliada para a constituição e ascensão de líderes, a guerra era também uma ferramenta comunitária instrumentalizada para garantir autonomia, para assegurar a perpetuação do corpo social ou para lavrar agravos cometidos contra as comunidades galvanizadas por linhagem ou alianças⁹⁰. Nessa sociedade, a função social do guerreiro era pedra angular, fundamentando a consolidação do *liderazgo* por meio da obtenção de prestígio. A estrutura fundamental de uma sociedade de guerreiros vislumbrava-se nas diversas etapas da vida dos reche-mapuches⁹¹. Os infantes e jovens eram educados em atividades e ações ordinárias que remetiam às atividades bélicas⁹²; eram iniciados e continuamente treinados no uso de armas, nas artes do combate e em atividades de força que, além de prepará-los para as lutas, demonstravam os atributos viris e a potencialidade de suas qualidades marciais: “Desde niños se crían en el trabajo y se ejercitan en luchar, saltar, correr y hacer pruebas de fuerza, y lo principal, en jugar la lanza y disparar flechas, y sus juegos son para ese ejercicio, como el de la *chueca* [...]”, contava o padre Rosales⁹³. Alonso de Ovalle dizia coisa semelhante, destacando a “[...] valiente compleción de estos indios, y de la gallardía de su natural, acostumbrados desde niños a los rigores del tiempo, con tanto descuido de su regalo, antes con tan mal tratamiento de sus cuerpos [...] lo que entre nosotros se tuviera por gran mortificación”⁹⁴. Aparentemente, essa formação inicial era generalizada, e a especialização dos *mocetones* dentro da função social

⁹⁰ “La guerra era la consecuencia de la transgresión de un status quo preexistente, era un agravio que había que saldar para volver al precario equilibrio que había antecedido a la vorágine del conflicto” GOICOVICH VIDELA, Francis. Un sistema de equivalencias: el ritual del sacrificio en la cultura reche-mapuche de tiempos coloniales (siglos XVI y XVII). **Historia**, Santiago de Chile, v. II, n. 51, p. 423-454, jul./dic. 2018, p. 445.

⁹¹ BOCCARA, Guillaume. Poder Colonial e Etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os mapuches na era colonial. **Tempo**, Niterói, v.12 n.23, p. 56-72, 2007. Remontamos à discussão proposta por Pierre Clastres, que diferencia uma “sociedade guerreira”, onde “[...] todos os homens são guerreiros: potenciais, pois o estado de guerra é permanente; efetivos, quando de tempos em tempos irrompe o conflito armado”: CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**. Pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 191, de uma “sociedade de guerreiros”, onde há uma especialização da guerra em torno de um substrato dedicado à realização da guerra. Ora, o mais coerente é sugerir, a partir das fontes, um nível intermédio, que avançava, com a intensificação dos conflitos hispano-mapuches, para a especialização da função social do guerreiro dentro da sociedade araucana. Sobre o assunto, Sergio Villalobos afirmou que “los Araucanos no eran una raza guerrera, porque no hay razas guerreras, sino que cada pueblo desarrolla habilidades bélicas [...]”: VILLALOBOS, Sergio. **Vida fronteriza en la Araucanía**. El mito de la guerra de Arauco. Santiago: Andrés Bello, 1995, p. 45. Uma análise crítica dessa ideia na historiografia chilena pode ser vista em CHIHUAILAF, Arauco. Acerca de la “Le-yenda de los guerreros araucanos”. **Sociedad y Discurso**, Aalborg, n. 1, p. 1-11, 2002.

⁹² Sobre o substrato especificamente guerreiro, Ercilla cantava que “Los que está a la guerra dedicados no son a otros servicios constreñidos, del trabajo y labranza reservados y de la gente baja mantenidos; pero son por las leyes obligados de estar a punto de armas proveídos, y a saber diestramente gobernallas en las lícitas guerras y batallas”: ERCILLA, Alonso de. **La Araucana**. Santiago de Chile: Pehuén Editores, 2001, p. 15.

⁹³ ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, v. 1, 1877, p. 118.

⁹⁴ OVALLE, Alonso de. **Histórica Relación del Reyno de Chile**. Roma: Francisco Caballo, 1646, p.

do guerreiro vinha durante seu amadurecimento. A posição social dos guerreiros como indivíduos de proeminência e relevância, sugeria uma importante especialização em torno da atividade bélica, cada vez mais acentuada com a intensificação dos combates na guerra de Arauco⁹⁵, nos quais os próprios espanhóis por vezes reconheciam o valor marcial indígena, marcado pelo seu empenho no combate, sua aversão à captura, “[...] el poco temor que tienen a la muerte y en la ferocidade de entrársenos por las armas y cuando los rodean y atajan los españoles en no quererse rendir”⁹⁶. A introdução da guerra *a fuego y sangre* levada a cabo pelos espanhóis, que não raro desemborcava em massacres localizados e escravização ampla, solidificou o *ethos* do guerreiro e sua função dentro do universo bélico mapuche⁹⁷. Esse processo de transformações estava correlato com a mudança na forma de guerrear e a adoção de armas, táticas e organizações assemelhadas aos modos hispânicos de guerrear. No intercruzamento desses universos de sentidos, as conquistas do Novo Mundo ascendem como guerras únicas. Nelas, dois mundos milenarmente afastados colidiram, por meio da experiência mais extremada já produzida pela espécie humana: a deliberada flagelação, anulação e morte sistemática do outro, a guerra.

Império e Domínio

A discussão que perpassa a expansão hispânica está intimamente relacionada com a emergência dos impérios globais. O termo “império” possui raiz latina e está intrincado nas aspirações políticas romanas de expansão, poder e organização estatais. Roma foi o ponto central de uma lógica imperial que influenciou milenarmente o imaginário de uma miríade de povos e civilizações, assentando a base ideológica da estruturação imperial e evocando memórias longínquas do poder dos césores⁹⁸. Como afirmou Krishan Kumar, a definição de império deve levar em conta a distensão política de um poder nuclear que engloba, de variadas maneiras, uma

⁹⁵ “[...] no nível da dinâmica da política interna, advertimos que é por intermédio da guerra que se produziam os líderes do espaço político reche [...] Existia também um grupo de guerreiros especializado que gozavam de grande prestígio”: BOCCARA, Guillaume. Poder Colonial e Etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os mapuches na era colonial. **Tempo**, Niterói, v.12 n.23, p. 56-72, 2007, p. 60.

⁹⁶ *Informe de don Miguel de Olaverria sobre el reino de Chile, sus indios y sus guerras*, 1594, p. 390-422. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. IV, 1960, p. 411.

⁹⁷ Latcham asseverou essa mudança ao afirmar que “[...] después de la llegada de los españoles, las costumbres, el régimen social y aun las creencias de los indígenas sufrieron grandes cambios. Los trastornos, provocados por un estado de constante guerra, hicieron que la vida social se subordinara casi completamente a las necesidades de un régimen militar”: LATCHAM, Ricardo E. **La organización social y las creencias de los antiguos araucanos**. Santiago de Chile: Imprenta Cervantes, 1924, p. 5.

⁹⁸ Sobre uma visão global da ideia de Império, assim como para uma análise de outras tradições imperiais, ver BURBANK, Jane. COOPER, Frederick. **Empires in the World History**. Power and Politics Difference. Princeton: Princeton University Press. 2010.

população multifacetada⁹⁹ (eticamente, politicamente, religiosamente etc.). Esse poder político expansivo é amplamente balizado por ideais de superioridade cultural e institucionaliza uma expansão, geralmente a partir da guerra, pela qual busca corriqueiramente englobar novos conjuntos populacionais à unidade imperial. A partir dessa concepção, podemos entender como a Espanha construiu uma experiência imperial globalizada, produzindo o que Serge Gruzinski definiu como uma “mundialização” de diferentes esferas humanas em circuitos globais cada vez mais conectados¹⁰⁰. Esse processo de aproximações entre diferentes partes do mundo, realizada pelos reinos ibéricos, ocorreu a partir da influência de um referencial romano de poder expansivo e transformador¹⁰¹.

A construção de um império hispânico, como destacou John Elliott, baseou-se principalmente na força do reino castelhano¹⁰². O reinado de Carlos I, ou V, para os súditos germânicos (1519-1556), consolidou o momento imperial espanhol ao colocar no trono um monarca que, além da Espanha unificada, herdara o Sacro Império Romano-Germânico e os Países Baixos. A conquista e ocupação do Novo Mundo e de outros territórios asiáticos e africanos intensificaram a expansão imperial hispânica, colocando uma miríade de diferentes povos e culturas sobre o governo do rei-imperador. Esse distendimento das forças hispânicas tornou a Espanha “[...] em muitos aspectos, o primeiro dos impérios modernos. Na sua combinação de um império terrestre e de um império ultramarino à escala mundial, criou uma dimensão inexistente em todos os impérios antigos [...]”¹⁰³. Para responder a esse desafio lançado pelas necessidades de gerenciamento de territórios e realidades tão díspares, a Espanha tornou-se o que historiograficamente convencionou chamar-se de um Estado “policêntrico”¹⁰⁴, uma unidade política repartida em diferentes instâncias decisórias: reinos, conselhos, cortes, funcionários reais, vice-reis etc. Todos esses legitimavam-se e exerciam seus poderes considerando-os como emanações da

⁹⁹ KUMAR, Krishan. **Visões Imperiais: cinco impérios que mudaram o Mundo**. Lisboa: Editora 70, 2018.

¹⁰⁰ GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**. História de uma mundialização. Belo Horizonte; São Paulo: UFMG/Edusp, 2014 e FERNÁNDEZ-ARRESTO, Felipe. **Desbravadores: uma história mundial da exploração da Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 abordam bem a questão da aproximação e intersecção de diferentes partes do mundo nos séculos XV e XVI.

¹⁰¹ “Para a maioria dos europeus, o padrão foi estabelecido pelos romanos, com a sua crença de que estavam a levar ao mundo nada menos do que a civilização - as leis romanas, as instituições romanas, a cultura romana. Consequentemente, os romanos podiam identificar o seu império com todo o mundo conhecido, o *orbis terrarum*. Os impérios europeus posteriores, a partir do Sacro Império Romano-Germânico, perpetuaram essa intenção quase exaustivamente, embora o conteúdo pudesse variar consonante a época ou lugar. Assim, embora espanhóis, como a maioria dos imperialistas, se imaginassem à imagem de Roma, era como potência católica que encaravam a sua missão, na Europa e no Novo Mundo”: KUMAR, Krishan. **Visões Imperiais: cinco impérios que mudaram o Mundo**. Lisboa: Editora 70, 2018, p. 59.

¹⁰² ELLIOTT, John. **Imperial Spain (1469-1716)**. New York: Penguin, 1990.

¹⁰³ KUMAR, Krishan, op. cit., p. 216.

¹⁰⁴ CARDIM, Pedro *et al* (ed.). **Polycentric Monarchies: how did early Modern Spain and Portugal achieve and maintain a global hegemony?** Portland: Sussex Academy Press, 2012.

vontade real, ou como o cumprimento de certo código jurídico. Não se tratava de um centralismo absoluto ou de um realismo puramente autocrático de um déspota. Politicamente, elen-cava-se a submissão e o reconhecimento à soberania régia em troca da concessão de autonomia e de certa liberdade para os súditos. Tratava-se de um sistema de reciprocidades jurídicas e regalias. Na Europa, essas demandas políticas eram comuns, visto que muitas das repúblicas, urbes e províncias englobadas aos impérios em ascensão possuíam amplas tradições autono-mistas¹⁰⁵.

Como descreveu Fernand Braudel, em sua odisséia analítica das diferentes facetas his-tóricas do Mediterrâneo, os séculos XV e XVI viram pulular os impérios na bacia do mar que repartia três continentes¹⁰⁶. A Leste, uma dignidade imperial permanecia sustentada pela deca-dente Constantinopla, cujo império grego/bizantino evocava para si o título de legítimo sucessor de Roma (ao menos até 1453, ano de sua queda nas mãos dos turcos), embora suas pretensões fossem amplamente rebatidas a oeste, onde, desde Carlos Magno (coroador imperador pelo papa Leão III, em 800, na própria Roma), um título imperial era reivindicado por poderosas famílias germânicas, que governavam nominalmente o Sacro Império Romano-Germânico. Na Penín-sula Ibérica, por sua vez, a primeira conclamação de uma posição imperial surgiu com a reivin-dicação do título de *Imperator Totius Hispaniae*, a partir do século XI. A designação, geral-mente ligada aos soberanos castelhanos, servia como símbolo de proeminência e dignidade. A despeito dessa neófito tentativa de sustentar uma titularidade imperial, o verdadeiro caminho para o império decorreu do avanço marítimo e terrestre do século XV adiante, e da exaltada união dos reinos ibéricos da Espanha, Aragão e Castela, após o casamento dos respectivos her-deiros, em 1469¹⁰⁷. A aquisição de terras na forma de novos patrimônios reais (não raramente obtidas por disputas bélicas por vezes endêmicas) aparecia como uma ambição recorrente das coroas europeias¹⁰⁸, obscurecidas, na Europa, pelos ostentosos, variados e prósperos tronos e títulos que compunham os reinos do imperador Carlos V (1519-1556), rei de Castela e impera-dor Romano-Germânico. Como demonstrou John H. Elliott, nessa conjuntura, o império espa-nhol se posicionava como uma estruturação imperial deveras nova, projetada globalmente e tendo como pilar uma monarquia policêntrica fortalecida, adjunta de uma multifuncional

¹⁰⁵ Havia, portanto, “Una multijurisdiccionalidad que aparecía como la única manera de gobernar una realidad política heterogénea, caracterizada por una pluralidad de formas de agregación y de actores sociales”: HERRERO SÁNCHEZ, Manuel. La Monarquía Hispánica e las repúblicas europeas. El modelo republicano en una monarquía de ciudades. In: HERRERO SÁNCHEZ, Manuel (ed.). **Repúblicas y Republicanismos en la Europa Moderna (siglos XVI-XVIII)**. Madrid: FCE, Red Columnaria, 2017, p. 280.

¹⁰⁶ BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II**. São Paulo: EDUSP, vols. I e II, 2016.

¹⁰⁷ ELLIOTT, John H. **Imperial Spain (1469-1716)**. London: Penguin, 1963.

¹⁰⁸ ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 31.

estrutura nobiliárquica, de um conjunto estrutural burocrático e administrativo baseado na palavra escrita e na figura do letrado, e de um conjunto de mercadores, aventureiros e clérigos que cumpriam também uma importante função intelectual¹⁰⁹.

O império, por sua vez, era acrescido de terras por meio da dominação de novos espaços adquiridos ou conquistados, fosse por tratados, fosse pela guerra. No caso dos reinos ibéricos de Espanha e Portugal, os documentos centrais de legitimação de domínio sobre os espaços ultramarinos foram, inicialmente, as bulas papais, sobretudo as alexandrinas (Alexandre VI, 1492-1503), que dotavam os reis de um preceito teológico para a descoberta e anexação de novos territórios¹¹⁰. Ainda assim, com o passar do tempo e com a avalanche de novas conquistas, as justificativas para o justo domínio e para as ambições imperiais espanholas foram tornando-se verdadeiras tratativas teóricas que estimulavam as mentes de um grande número de juristas, teólogos e letrados. Como analisou Anthony Pagden, as reivindicações legais dos europeus sobre as terras do Novo Mundo estavam assentadas em três principais situações¹¹¹: primariamente, tratar-se-ia de definir as bases de legitimação da ocupação do espaço. Em segundo lugar, a discussão legal exigia uma clarificação da situação jurídica e da autoridade que seria instituída sobre os novos territórios e sobre os povos dominados. Essa era a questão fulcral do domínio. Por último e de forma correlata, era necessário estabelecer os limites legais, as instâncias e as formas de interrelação política entre as comunidades assentadas e o poder central. Todas essas situações jurídicas permeavam a dificultosa tarefa posta ao conhecimento normativo europeu de justificar a dominação sobre outros grupos humanos. Os estudos de Thomas Duve chamam a atenção para o aspecto híbrido desse conteúdo jurídico. Em um contexto de embates contínuos e acomodações complexas, os elementos jurídicos de dominação combinavam distintos foros e normatividades. Essa convivência de leis e tradições enredava-se a um intrincado jogo de poder, onde as vicissitudes locais emergiam para definir certas características normativas da dominação, deixando um espaço reduzido (embora abrangente e operativo) para

¹⁰⁹ BARRERA-OSORIO, Antonio. **Experiencing nature:** the Spanish American empire and the early scientific revolution. Austin: University of Texas Press, 2006, p. 2.

¹¹⁰ Sobre a legitimidade da expansão imperial, ver SALDANHA, António Vasconcelos de. **Iustum Imperium:** dos tratados como fundamento do Império dos portugueses no oriente: estudo de história do Direito internacional e do Direito português. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004 e a análise clássica de GARCÍA GALLO, Alfonso. Las Bulas de Alejandro VI y el Ordenamiento Jurídico de la Expansión Portuguesa y Castellana en África e Indias. **Anuario de historia del derecho español**, España, n. 27-28, p. 461-830, 1957-58.

¹¹¹ PAGDEN, Anthony. Law, Colonization, Legitimation, and the European Background. In: GROSSBERG, Michael; TOMLINS, Christopher (ed.). **The Cambridge History of Law in America.** (1580-1815). Cambridge: Cambridge University Press, v. 1, 2008, p. 1-31.

práticas tradicionais de exercício de justiça¹¹². Esse sistema nada simplório de exercício da lei constituía o que Duve denominou de “multinomartividade”, um sistema normativo constituído por um pluralismo jurídico que atravessava diferentes culturas políticas. Tal processo relacionava-se com uma intensa produção de informações e conhecimentos sobre as populações do Novo Mundo. Nessa nova realidade transoceânica, a cultura normativa europeia precisou repensar, à luz das novas experiências, as melhores formas de impor o seu domínio¹¹³.

Essa preocupação transpassou toda a experiência ibérica no Novo Mundo. A carta que instituía o governo dos padres jerónimos (1516), ordenava que os súditos ultramarinos vivessem em *orden y en justicia*. Para alcançar esse equilíbrio, exigia-se que indígenas e espanhóis encontrassem “[...] algún buen medio que sea justo conforme a razón, para que hayan de vivir, e estar, e conversar los unos con los otros”¹¹⁴. O fracasso na capacidade de estabelecer um domínio pautado na antiga razoabilidade jurídica, adjunta do fracasso na confecção de relações normativas consideradas justas e equitativas entre indígenas e espanhóis *in situ*, foi a gênese do *derecho indiano* e, encontrou como maior expoente as *Leyes Nuevas*, de 1542, e as *Ordenanzas de Población*, de 1573. As novas práticas jurídicas originaram um fenómeno singular: “[...] a growing variety of epistemic communities produced bodies of normative knowledge, drawing on the existing texts, modifying or interpreting them, often with specific communities of practice in mind”¹¹⁵. Em 1563, por exemplo, uma *Real Cédula* endereçada à província de Los Confines, na Guatemala, instava as autoridades clericais da governação a obter informações sobre as antigas formas de tributação indígenas¹¹⁶. Pedia-se, igualmente, para enumerar os recursos pagos aos conquistadores e as mudanças tributárias transcorrentes dos câmbios de poder. O interesse recorrente nas antigas estruturas político-sociais indígenas eram facilmente evidenciáveis na *Relaciones Geograficas*, que corriqueiramente requisitavam informações sobre “[...]”

¹¹² DUVE, Thomas. **Indigenous Rights in Latin America: A Legal Historical Perspective**. Max Planck Institute for European Legal History. Frankfurt: Research Paper Series No. 2017-02, p. 1-20.

¹¹³ CARDIM, Pedro. Os povos indígenas, a dominação colonial e as instâncias de justiça na América portuguesa e espanhola. In: DOMINGUES, Ângela; RESENDE, Maria Leônia Chaves de; CARDIM, Pedro (org.). **Os Indígenas e as Justiças no Mundo Ibero-Americano (sécs. XVI-XIX)**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH-UAC) e PPGH/UFSJ, 2019, p. 29-84.

¹¹⁴ *Instrucción Dada a Los Jerónimos, 1516*, p. 112-121. In: CUESTA DOMINGO, Mariano (ed.). **Normativa para descubrimientos y ordenanzas del Bosque de Segovia**. Madrid: Colegio Universitario de Segovia, 1994, p. 113.

¹¹⁵ DUVE, Thomas. Pragmatic Normative Literature and the Production of Normative Knowledge in the Early Modern Iberian Empires in the 16th–17th Centuries. In: DUVE, Thomas; DANWERTH, Otto (ed.). **Knowledge of the pragmatic: Legal and Moral Theological Literature and the Formation of Early Modern Ibero-America**. Leiden: Brill, Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series, n. 19, v. 1, 2020, p. 1-31, 2019, p. 5.

¹¹⁶ *Real Cedula ordenando que se efectuen investigaciones sobre los modos y formas de las tributaciones realizadas a los indios durante el tiempo prehispanico, si se mantienen en el tiempo presente y razón de los nuevos impuestos, 1563*. In: SOLANO, Francisco de (ed.). **Cuestionarios para la formación de las relaciones geográficas de Indias: siglos XVI/XIX**. Madrid: CSIC, 1988, p. 8-10.

religi3n, gobierno, ritos y costumbres que los indios han tenido y tienen”¹¹⁷. O ac3mulo de informa33es reverberava na produ333o jur3dica de leis ou ordenamentos endere3ados 3s 3ndias, como um todo, ou a espa3os jur3dicos circunscritos. No Chile, essa legisla33o indiana foi multifacetada e pluralista. Abarcou, sobretudo, fatores ligados 3 guerra, labor, escraviza33o e disposi33es econ3micas. Estava, portanto, profundamente vinculada 3s condi333es locais de conquista e coloniza33o; eram ferramentas de dom3nio.

Dominium era um conceito poliss3mico no s3culo XVI. Referia-se ao dom3nio sobre objetos (*rerum*) ou sobre diferentes tipos de *potestas*, fosse de um pr3ncipe sobre seus s3ditos, fosse de um pai sobre a sua fam3lia; ou seja, perpassava sempre uma rela33o de poder. O conceito de *dominium iurisdictionis*, por sua vez, significava a instala33o de uma soberania r3gia sobre as popula333es conquistadas, que passavam, a partir de ent3o, 3 condi33o de s3ditos, o que ensejava a imposi33o de um c3digo de leis e a poss3vel convers3o a uma nova doutrina religiosa¹¹⁸. Tratava-se de uma domina33o *a priori* jur3dica e pol3tica, al3m de, paralelamente, implicar em um remodelamento religioso e econ3mico tamb3m; um constructo de poder que imperava sobre popula333es postas em diferentes categorias de submiss3o: vassalagem, servilismo ou aberta escravid3o¹¹⁹.

A primeira institui33o a estabelecer e legislar sobre o justo dom3nio foi certamente a Igreja. As bulas *inter caetera* (1493) e o Tratado de Tordesilhas (1494) foram s3mbolos paradigm3ticos desse processo, instituindo o direito 3 descoberta, anexa33o e domina33o sobre

¹¹⁷ *Real Cedulaio a la audiencia real de Quito*, 1572 p. 15-16. In: Ibid.

¹¹⁸ “O dominium se diz de dois modos: dominium rerum e dominium iurisdictionis. O primeiro corresponde ao poder de algu3m sobre alguma coisa, isto 3, ao direito de propriedade. O segundo, 3 institucionaliza33o de uma autoridade pol3tica apta a regular as rela333es humanas segundo princ3pios pr3ticos e direitos naturais, de modo que a no33o de dominium aqui n3o condiz com a de propriedade, mas com a de fun33o em prol do bem comum [...] Dominium iurisdictionis, por outro lado, condiz com o poder de imp3rio da autoridade pol3tica de conservar a ordem civil mediante a aplica33o das leis humanas e a manuten33o das institui333es, sem confundir a ordem p3blica com a esfera privada das rela333es dom3sticas”: BOEIRA, Marcus Paulo R. Lei Natural e “*Dominium*”: uma an3lise sobre a fundamenta33o dos direitos humanos em Domingo de Soto. *Unisinos Journal of Philosophy*, v. 18, n. 23, p. 234-246, sep/dec. 2017, p. 245-246.

¹¹⁹ Como demonstrou Rodrigo Bonciani em sua tese doutoral, o conceito de dom3nio teve amplas repercuss333es no trato devotado 3s popula333es amer3ndias e africanas. A partir de um elaborado arcabou3o jur3dico, a domina33o das popula333es n3o europeias foi efetivada a partir de um sistema que englobava poderes r3gios e legitimidade sacra: “A Igreja definia o estatuto das popula333es a serem submetidas e a forma dessa sujei33o: a guerra justa e os resgates permitiam a escraviza33o, ao passo que a subordina33o pol3tica favorecia o reconhecimento da liberdade ou o estabelecimento da tutela. Essas institui333es de *dominium* eram complementares, na l3gica de um sistema social tripartite [...] A realiza33o do dom3nio r3gio, por sua vez, dependia da legitimidade papal e da delega33o de poderes aos agentes coloniais”: BONCIANI, Rodrigo Faustino. **O Dominium sobre os 3ndigenas e africanos e a especificidade da soberania r3gia no Atl3ntico**: da coloniza33o das ilhas 3 pol3tica ultramarina de Filipe III (1493-1615). Tese (Doutorado em Hist3ria Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ci3ncias Humanas, Universidade de S3o Paulo, S3o Paulo, 2010, p. 39.

novas terras, ilhas e suas respectivas populações¹²⁰. Além do mais, nos pontificados de Júlio II e Paulo III, o papado garantiu o *patronato* régio à Espanha (*Universalis Ecclesiae*, 1508) e a Portugal (*Aequum Reputamus*, 1534) sobre suas possessões no Novo Mundo. Em Castela, nas primeiras décadas do século XVI, essa discussão tornou-se um intenso campo de debates entre juristas como o dominicano Matías de Paz e o letrado Juan López Palacios Rubios (autor do famoso *Requerimiento* de conquista), que influenciaram a produção das *Leyes de Burgos* (1512) e *Valladolid* (1513) e, conseqüentemente, das legislações subseqüentes.

Um dos mais destacados teólogos a enfrentar a questão teórica do justo domínio foi Francisco de Vitória (1483-1546), um destacado professor da influente Escola de Salamanca¹²¹. Em contraposição à argumentação de debilidade, selvageria e inferioridade natural dos nativos, Vitória afirmou em sua obra, *Relectio de Indis* (1539), que o domínio não era um pressuposto apenas europeu ou cristão. Mesmo em sua condição selvagem, os ditos índios permaneciam capazes, pela lei natural, de serem possuidores de domínio sobre suas coisas e sobre seus potestados. Para o teólogo de Salamanca, não restava caminho senão afirmar que “[...] antes de la llegada de los españoles, los indios eran verdaderos dueños, tanto pública como privadamente”¹²². Seguindo essa linha argumentativa, Vitória pôs em xeque a afirmação de que as bulas papais legitimavam o justo domínio sobre os indígenas. Ele negava a noção de que o papa possuía toda potestade temporal. Visto isso, “[...] los primeros españoles que navegaron hacia las tierras de los bárbaros no llevaban consigo título alguno para ocuparles sus provincias”¹²³. Embora Vitória mantivesse uma posição abertamente contrafeita às mais espetaculares ações de conquista até então desencadeadas pela ocupação espanhola do Novo Mundo, não negava que havia espaço para um justo domínio e para as pretensões imperiais espanholas. O direito de explorar os recursos da terra e do mar que não constituíssem propriedade particular de alguém, o direito de criar e defender uma comunidade ou urbes, o livre comércio e evangelismo constituíam formas legítimas de ocupar e explorar os espaços americanos.

Domingo de Soto (1494-1560) deu seguimento ao debate iniciado por Vitória, seu professor. A partir da égide da Lei Natural, Soto defendia que o domínio era parte integrante do

¹²⁰ GARCÍA GALLO, Alfonso. Las Bulas de Alejandro VI y el Ordenamiento Jurídico de la Expansión Portuguesa y Castellana en África e Indias. *Anuario de historia del derecho español*, España, n. 27-28, p. 461-830, 1957-58.

¹²¹ Provavelmente, a mais importante e influente instituição voltada à reflexão, estudo e teorização jurídica da Espanha durante o século XVI. Sobre a produção de conhecimento legal da Escola de Salamanca, ver DUVE, Thomas. La Escuela de Salamanca ¿un caso de producción global de conocimiento? Consideraciones introductorias desde una perspectiva histórico-jurídica y de la historia del conocimiento. *Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series*, Frankfurt, n. 02, p. 2-32, 2018.

¹²² VITÓRIA, Francisco de. *Relecciones Sobre los Indios y el Derecho de Guerra*. Madrid: Espasa-Calpe S. A., 1975, p. 52.

¹²³ *Ibid.*, p. 68.

ius commune e emergia como característica dos seres racionais. A partir da tese aristotélica e da leitura da Suma de São Tomás de Aquino, Soto estabeleceu a divisão aqui já referida entre *dominium rerum* e *iurisdictionis*. Sobre o justo domínio, Soto refletiu que não haveria qualquer legitimidade na dominação predatória dos povos “selvagens”, embora concebesse a existência, em paridade com Vitória, de formas legítimas de dominar outrem a partir do direito natural e do direito das gentes. Em sua concepção, permanecia vívida a disparidade natural entre diferentes tipos humanos. Nesse caso, a dominação deveria visar o aperfeiçoamento e o melhoramento dos mais desvalidos e não o usufruto dessas populações para benefício dos dominadores. Era justo o domínio por sujeição voluntária, assim como era justo o domínio sobre aqueles que fossem capturados em guerras, poupados, por misericórdia, em alternativa à morte¹²⁴. Esse conjunto de postulados jurídicos serviram de suporte para a formulação do que ficou conhecido como *Leyes de India*, base do *derecho indiano*, um multifacetado e descontínuo conjunto legal que tinha como objetivo principal regular as relações entre as práticas de domínio, o poder real e os súditos locais no Novo Mundo, fossem eles espanhóis ou indígenas. Em lei datada de 1552, Carlos V (ou seus juristas, que formularam o documento), descreveu com exatidão o conceito hispânico de *dominium iurisdictionis*, o *buen gobierno*, resultado último e imprescindível do processo de descoberta, conquista e pacificação, justificando que a ausência deste *Gobierno* em muitos locais dar-se-ia pela ignorância dos súditos dos ordenamentos jurídicos estipulados:

Sabed, que desde el descubrimiento de nuestras Indias Occidentales, Islas y Tierra Firme del mar Océano, siendo el primero y más principal cuidado de los señores Reyes nuestros gloriosos progenitores y nuestro, dar leyes con que aquellos Reinos sean Gobernados en paz y en justicia, se han despachado muchas Cédulas, Cartas, Provisiones, Ordenanzas, Instrucciones, Autos de Gobierno y otros despachos que por la dilatación y distancia de unas provincias a otras no han llegado a noticia de nuestros vasallos, con que se puede haber ocasionado grande perjuicio al buen gobierno y derecho de las partes interesadas¹²⁵.

Não há dúvida de que, para os Habsburgo, dominar era uma ação primordialmente jurídica, o que obrigava aos poderes espanhóis a manterem um cotidiano de formulação, reordenação e imposição de suas leis, repensadas na medida em que novos conhecimentos normativos e

¹²⁴ PONCELA GONZÁLEZ, Ángel. Domingo de Soto: uma análise antropológica do poder do dominium. **Anuário Filosófico**, Salamanca, v. 45, n. 2, p. 343-366, 2012.

¹²⁵ LA GUARDIA, Don Miguel de (ed.). **Las Leyes de Indias**. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Pedro Núñez, 1889, p. 18.

novas situações surgiam¹²⁶. Um dos maiores esforços jurídicos do século XVII ficou conhecido como *Recopilación de Leyes de Indias*, consolidado em 1680, durante o reinado do último Habsburgo espanhol no trono de Castela, Carlos II (1655-1700). O enorme código reunia os mais importantes conjuntos jurídicos de mais de cem anos de legislação para as Índias Espanholas. Um dos seus principais idealizadores foi Juan de Solórzano Pereira (1575-1655), um dos mais destacados juristas do *derecho indiano*¹²⁷. Solórzano estudou em Salamanca, onde teve contato com toda a bagagens da cultura jurídica que o precedera. Marcante, como se percebe em seus escritos, foi a influência de Francisco de Vitória. Adjunto a isso, contou com o crivo da experiência, visto ter passado quase duas décadas na América, com especial destaque a seu cargo de ouvidor na audiência de Lima. Esses anos despendidos no Novo Mundo foram um importante período formativo, que levou Solórzano a cargos de destaque no Conselho das Índias e no Conselho de Castela. Em 1648, estava pronta sua principal obra jurídica, *Política Indiana*. As preocupações teóricas do jurista envolviam duas questões caras aos teóricos ibéricos do direito: qual os preceitos jurídicos para o justo domínio imperial da Espanha sobre o Novo Mundo? E como a guerra pode ser uma ação justa?

Seguindo sempre bem próximo os seus predecessores, Solórzano argumentava que existia um abismo cultural considerável entre os europeus e os demais povos, recorrendo à classificação civilizacional proposta pelo jesuíta espanhol e mestre de Salamanca José de Acosta (1540-1600)¹²⁸. Esse abismo, no entanto, seria amenizado pela luz natural da razão, que na forma de direito natural, transpassava todas as barreiras do barbarismo. Ainda assim, o domínio justificava-se pela condição barbaresca, estimulada pelos estereótipos do selvagem desnudo, nômade, pagão e antropófago. A esses, segundo Solórzano, era mister fazer-lhes primeiro

¹²⁶ “Normative orders are a social and cultural construction, produced and transformed in a continuous process by a multitude of actors. They are created, modified and stabilized by the production, storage, processing, legitimization – and thus also by the delegitimization and forgetting – of normative information. This process of continuous translation of normative information into normative knowledge results in historical normative orders which take their shape through the normative information available, through the contingent configuration of actors and actants, the power relations between them, as well as through the social, cultural and material conditions peculiar to a concrete historical setting”: DUVE, Thomas. *Pragmatic Normative Literature and the Production of Normative Knowledge in the Early Modern Iberian Empires in the 16th–17th Centuries*. In: DUVE, Thomas; DANWERTH, Otto (ed.). **Knowledge of the pragmatic: Legal and Moral Theological Literature and the Formation of Early Modern Ibero-America**. Leiden: Brill, Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series, n. 19, v. 1, 2020, p. 1-31, 2019, p. 1.

¹²⁷ Uma considerável síntese biográfica pode ser vista em HERNÁN, Enrique Garcia. **Consejero de ambos mundos: Vida y obra de Juan de Solórzano Pereira (1575-1655)**. Madrid: Fundación Mapfre – Instituto de Cultura, 2007.

¹²⁸ Sobre um conjunto de postulados políticos e jurídicos de autores jesuítas e sua influência na criação de uma pensamento teológico, jurídico e político-social na primeira modernidade, ver ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *Political Theories and Jesuit Politics*. In: ZUPANOV, Ines G. (ed.). **The Oxford Handbook of the Jesuits**. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 1-29.

“homens”, no sentido europeu do termo¹²⁹. Dotar-lhes de razão era a pré-condição *sine qua non* para que os mesmos pudessem ser usados “[...] a mayor bien, y utilidad de ellos mismos”¹³⁰. Recorrendo a Santo Agostinho, Solórzano acreditava que a guerra justa era aquela que se direcionava para o alcance de um bem maior¹³¹. Nesse caso, tratava-se da consumação de um projeto político e espiritual levado a cabo pela monarquia católica de Filipe IV (1621-1655)¹³². A preocupação central do jurista castelhano parecia ser reafirmar, de forma atualizada, os principais argumentos em torno da ideia de uma justa dominação das Índias Espanholas. Essa reafirmação do poder espanhol era feita em um momento turbulento. Embora a expansão nas terras americanas tivesse sido arrefecida desde meados do século XVI, a guerra contra os ameríndios ainda grassava em locais como o Chile, local que não escapou ao olhar de Solórzano em seus escritos. Adjunto a isso, os conflitos envolvendo a Holanda, Portugal e as demais potências imperiais europeias deixaram um rastro de destruição nos domínios ultramarinos. Novas pretensões imperiais de potências reformadas somavam-se às antigas reivindicações oriundas das bulas alexandrinas. Por isso, o dinamismo jurídico ibérico precisava ser uma ferramenta para justificar guerras e afirmar direitos de posseção diante de outros atores que, à revelia da antiga ordem, contestavam o direito e a capacidade espanhola de manter e assegurar legitimamente seu império incólume.

Nesse conflituoso cenário, império e domínio apareciam como categorias conceituais intersectadas em um mundo de intrincadas relações de poder. Além disso, eram importantes objetos de discussão jurídica que pautavam a própria constituição imperial espanhola, um império mundializado, expandido pelo afã missionário, pela cobiça por novas terras e pelo comércio; assentado pela força de homens de guerra e de suas forças; defendido e definido pelos tratados de juristas e teólogos e justificado por cartas papais e outros mecanismos institucionais que germinavam para garantir a manutenção do poderio ibérico¹³³.

¹²⁹ TINAJEROS ARCE, Gonzalo. Um estudo filosófico comparado sobre o conceito de Guerra Justa em F. Vitoria, J. Solórzano Pereira e G.W.F. Hegel. *Classica Boliviana. Sociedad Boliviana de Estudios Clásicos (SOBEC)*, La Paz, n. IX, p. 121-152, 2018.

¹³⁰ SOLÓRZANO PEREIRA, Juan de. *Política Indiana*. Bélgica: Henrico e Cornélio Verdussen, 1703, p. 22.

¹³¹ TINAJEROS ARCE, Gonzalo. Opinião provável sobre guerra e paz no Indiarum Iure, de Juan Solórzano Pereira. *Veritas*, Porto Alegre, v. 65, n. 1, p. 1-14, jan./mar. 2020.

¹³² Nesse sentido, as explorações e conquistas espanholas são analisados sobre um prisma teleológico no qual Deus construiu a ponte entre o velho e o novo mundo, como uma forma de cumprir uma missão salvífica a partir dos esforços espanhóis: “A que se añade los divinos impulsos, inspiraciones, ó revelaciones, y las previas disposiciones con que Dios fue [...] llamando, disponiendo, y moviendo á nuestros Reyes, para tratar destas empresas; y á Don Christoval Colón, para que con tan gran tesón y conato, porfiase en proponerlas, y ejecutarlas”: SOLÓRZANO PEREIRA, Juan de. *Política Indiana*. Bélgica: Henrico e Cornélio Verdussen, 1703, p. 20.

¹³³ Sobre a temática dos impérios mundializados ibéricos, ver as perspectivas de mundialização e ocidentalização estudadas por GRUZINSKI, Serge. *A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 e GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo. História de uma*

Guerra e expansão: entre o medievo e as conquistas da América

O medievo ibérico foi certamente uma época de gênese para as monarquias peninsulares que iriam levar suas armas e soberanias para as outras partes do mundo, dentro de um processo de dominação e construção imperial de raízes históricas centenárias. Esses séculos de expansionismo intersectam-se com a profícua ideia de *Reconquista*, “[...] una ideología justificativa de la expansión territorial y de la conquista de los territorios detentados por los musulmanes”¹³⁴, o Al-Andalus. Essa preconcepção dos usos da guerra foi certamente muito influente no expansionismo ibérico sobre o continente americano¹³⁵. Em sua análise da expansão e feudalização dos reinos cristãos ibéricos, José María Mínguez distingue duas importantes facetas do processo de ocupação cristão das terras do Al-Andalus: a ação de *colonización* e de *repoblación*. Conceitos geralmente interligados, ambos desempenharam importante papel na construção espacial dos reinos cristãos ibéricos. A *colonización* aparecia, nesse contexto, como um processo particular, uma “[...] explotación de nuevas tierras realizadas por el colonizador directo, sea éste un individuo aislado, una familia nuclear o un grupo más extenso”¹³⁶. A *repoblación*, por sua vez, seria um processo institucionalizado, organizado pela coroa e levado a cabo pela elite nobiliárquica. Consistia basicamente na ocupação e formalização política do domínio dos reis sobre novas terras, que poderiam ser diretamente ocupadas por meio de uma campanha militar. Poderia também consistir na tomada de posse de terras anteriormente ocupadas por colonos cristãos e apenas posteriormente incorporadas ao patrimônio territorial da coroa. Essa diferenciação é essencial para entender que a dinâmica interna dos reinos cristãos foi tão importante quanto qualquer ideologia instituída para a ocupação das terras conquistadas pelo islã. Nesse sentido, *colonización* pouco se relaciona com qualquer ideia instituída de Reconquista, enquanto a *repoblación* poderia ser definida como “[...] una actividad que consiste fundamentalmente en la organización política y administrativa del territorio sobre la base de una previa

mundialização. Belo Horizonte; São Paulo: UFMG/Edusp, 2014. Sobre diferentes fatores da expansão global de Portugal e Espanha, ver YUN-CASALLILA, Bartolomé. **Iberian World Empires and the Globalization of Europa 1415-1668**. Sevilla: Palgrave Macmillan, 2019. Outra indicação atualizada sobre o tema, a partir de diversas análises, é DEL VALLE, Ivonne; MORE, Ana Herron; O'TOOLE, Sarah Rachel (ed.). **Iberian Empires and the Roots of Globalization**. Nashville: Vanderbilt University Press, 2020.

¹³⁴ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Sobre la ideología de la Reconquista: realidades y tópicos. In: **Semana De Estudios Medievales**, 13. Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, p. 151-170, 2003, p. 156.

¹³⁵ MUÑOZ GOMEZ, Víctor. El ideal militar hispánico: una propuesta sobre transferencias socioculturales y literarias de la Castilla Medieval a la conquista española de América. **Medievalismo**, n. 29, p. 323-354, 2019.

¹³⁶ MARÍA MÍNGUEZ, José. **La España de los siglos VI al XIII: guerra, expansión y transformaciones**. San Bartolomé: NEREA, 2004, p. 133.

colonización”¹³⁷. Dado isso, *re población* estava mais próxima da ideia de expansão por conquista, embora não significasse estritamente uma Reconquista, em sua acepção ideológica. É interessante destacar que o outro grande processo de ocupação territorial na história da Espanha, a conquista do Novo Mundo, ocorreu quase sempre nos termos da ação de *poblar*, palavra encontrada costumeiramente nas fontes.

Não obstante, enormes quantidades de tempo e de transformações constantes não nos permitem denominar as campanhas das hostes indianas no Novo Mundo de guerras religiosas ou de cruzadas¹³⁸. Entretanto, essas expedições carregavam uma ideia latente, atávica, de “Guerra Santa”, vinculada e advinda do histórico empreendedorismo guerreiro da nobreza ibérica e europeia em direção aos domínios muçulmanos em Castela e alhures, aos quais chamavam de *infieis*, e contra os quais recaía a culpa de, em tempos longínquos, terem audaciosamente destruído a suposta unidade cristã imposta pelo reino visigodo à península Ibérica¹³⁹. A própria *Reconquista*, como pontou Joseph F. O’Callaghan, nem sempre era encarada como uma Guerra Santa¹⁴⁰. Por vezes, obedecia a simples desígnios expansionistas e políticos que não raramente opunham cristãos contra cristãos ou aliavam cristão com muçulmanos contra outros cristãos e muçulmanos¹⁴¹. Mas com o passar dos séculos, a proclamação da guerra, fosse abertamente expansiva, fosse apenas na forma de expedições de saque e ataques rápidos, geralmente chamadas de *cabalgada*, *entrada* ou *razia*, começou a amalgamar-se fortemente com as noções de Guerra Santa que pululavam na cristandade desde o século XI¹⁴². Como destacou Francisco

¹³⁷ Ibid., p. 133. Ainda assim, parece ser difícil definir a *re población* especificamente como Reconquista, “Primero, porque no hay recuperación de un territorio perdido anteriormente; segundo, porque no existe una conquista sistemática del territorio propiamente dicha hasta finales del siglo XI, ya con anterioridad a esta época la expansión se realiza sobre territorios carentes de organización interna y sin adscripción a formación social y política alguna”: Ibid., p. 118.

¹³⁸ No plano dos estudos brasileiros destaco aqui a tese de mestrado do historiador SOUZA, Guilherme Queiroz de. **A Mentalidade Cruzada na Conquista de México-Tenochtitlán (1519-1521)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São Jorge del Rei, São João del-Rei, 2010. Ver também SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Cláudio. **La Edad Media española y la empresa de America**. Madrid: Ediciones Cultura Hispanica del Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1983.

¹³⁹ “The coincidence of the termination of the 700 years Reconquista with the ‘discovery’ of the Indies encouraged a providentialist view of Spain’s crusading mission”: HENNESSY, Alistair. The Nature of the Conquest and the Conquistadors. **Proceedings of the British Academy**, London, n. 81, p. 5-36, dec. 1993, p. 8. Essa associação pode ser vista na seguinte fonte do século XIII: MENÉZES PIDAL, Ramon (ed.). **Primera Crónica General: Estoria de España que mandó componer Alfonso X el Sábio y se continuaba bajo Sancho IV en 1239**. Madrid: Bailly-Bailliere e Hijos Editores, 1906. Já o sempre imperante cristianismo era, como definiu Le Goff, “[...] um cristianismo que é ao mesmo tempo uma religião e uma ideologia [...]”: LE GOFF. **Por uma longa Idade Média**. In: O imaginário medieval. Lisboa: Estampa, 1994, p. 38. Ver também FLORI, Jean. **Guerra Santa**. A formação da ideia de Cruzada no Ocidente cristão. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

¹⁴⁰ O’CALLAGHAN, Joseph F. **Reconquest and Crusade in Medieval Spain**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2011.

¹⁴¹ REILLY, Bernard F. **Cristianos y Musulmanes (1031-1157)**. Barcelona: Editorial Crítica, 1992. NOGUEIRA, Carlos Roberto F. A Reconquista Ibérica: a construção de uma ideologia. **Historia, Instituciones, Documentos**, n. 28, p. 277-295, 2001.

García Fitz, “la *Reconquista*, en tanto que formación ideológica, se había convertido en una guerra santa”¹⁴³. As bulas alexandrinas, tanto quanto suas predecessoras endereçadas às majestades ibéricas, eram muito semelhantes no reconhecimento tácito da subjugação política e religiosa dos infiéis (uma categoria de alteridade ampla e nunca bem definida), na primazia das forças cristãs e na afirmação do direito de tomar terras em prol do desenvolvimento espiritual da cristandade. As lutas por religião e a alteridade produzida no medievo levaram a uma conjuntura quase sempre conflitiva. Como notou o historiador Francisco Bethencourt, “A única maneira encontrada pelos cristãos latinos para lidar com as diferenças foi por meio da assimilação ou da associação hierárquica”¹⁴⁴. Lutava-se cada vez mais contra o outro: fosse ele o infiel muçulmano ou, futuramente, o índio selvagem¹⁴⁵.

Ainda assim, as lutas no Novo Mundo não eram juridicamente ou essencialmente uma guerra religiosa, embora os aventureiros e os seus líderes não hesitassem em declarar os motivos da fé, os preceitos cristãos e o fervor evangélico como razoabilidades para o desencadear de suas campanhas, massacres e dominações contra os ameríndios. O *Salvoconducto* (1492) dado pelos Reis Católicos ao almirante Cristóvão Colombo ordenava “[...] la expansión de la Fe Católica y a nuestro beneficio y utilidad”¹⁴⁶. A conquista dos primeiros territórios ultramarinos, como as ilhas Canárias, estava repleta de ideais correlatos¹⁴⁷. Não é surpreendente, portanto, ver um fidalgo tal qual Hernán Cortés proclamar às suas forças a justeza de conquistar a cidade dos mexicas para expandir sua fé e honrar seu imperador¹⁴⁸. O *Requerimiento* de submissão espanhol também não se escusava de proclamar a guerra pela fé. De forma semelhante, diversos juristas e teólogos debruçaram-se sobre o *ius ad bellum*, o direito de fazer guerra de forma justa. Combatendo-o em seus usos na América ou afirmando-o como justo e necessário, a interpretação cristã das escrituras e dos pais da teologia medieval permanecia como uma das bases

¹⁴³ GARCÍA FITZ, Francisco. La Reconquista: o estado de la cuestión, *Clio & Crimen*, Durango, n. 6, 2009, p. 144-215, p. 195.

¹⁴⁴ BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: das Cruzadas ao século XX*. Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2015, p. 87.

¹⁴⁵ “A medida que transcurrieron los años, el propósito de conquista se fue afirmando, abarcando conjuntamente con los sarracenos a los paganos y cualesquier otros infieles enemigos del nombre de Cristo, en cualquier parte que se encontrasen”: GARCÍA FITZ, Francisco, op. cit., p. 618.

¹⁴⁶ *Salvoconductos*, Granada, 17 de abril de 1592, p. 54-55. In: CUESTA DOMINGO, Mariano (ed.). *Normativa para descubrimientos y ordenanzas del Bosque de Segovia*. Madrid: Colegio Universitario de Segovia, 1994, p. 52.

¹⁴⁷ ABREU GALINDO, Fray Juan de. *Historia de la conquista de las siete islas de Gran Canaria*. Madrid: Imprenta Valentín Sanz, 1940.

¹⁴⁸ Em sua terceira carta para Carlos V, datada de 5 de março de 1521, Cortés narrou o confronto final com os Aliança Nahua e o cerco a Tenochtitlán. Falando aos seus soldados, o capitão pedia aos seus “Que vissem o quanto convinha ao serviço de Deus de vossa sacra majestade tornar a cobrar o pedido, pois para isto tínhamos justa razão. De um lado, por lutar em aumento de nossa fé e contra gente bárbara, e de outro, pela segurança de nossas vidas e pela ajuda que tínhamos de nossos amigos nativos”: CORTEZ, Hernán. *A conquista do México*. Porto Alegre: L&PM, 2011, p. 94.

principais para os argumentos proferidos¹⁴⁹. Nesse quadro histórico, é interessante perceber como as concepções teóricas sobre a guerra na cristandade e a dinâmica da Reconquista na península Ibérica (como uma ideia e como um postulado para a ação), engendraram a produção de uma perspectiva belicista que via no conflito uma maneira de lidar com a alteridade cultural, influenciando, depois, as razoabilidades e intensões imbricadas na expansão marítima e nas guerras de conquista¹⁵⁰. Todos esses aspectos, também presentes e alardeados nas crônicas, poemas e cantos sobre a Reconquista, iriam encontrar uma contraparte ultramarina na não menos polêmica e afamada “Conquista da América”, uma epopeia descontínua e disruptiva dos feitos ibéricos no Novo Mundo.

É preciso ponderarmos que, a despeito dos atavismos inerentes, a descoberta europeia da América foi um evento surpreendente, desestruturante, capaz de operar profundas mudanças nas formas europeias de conceber o mundo¹⁵¹; surgia, como propôs Edmund O’Gorman, uma quarta parte do mundo, geograficamente, e um *Mundus Novus*, como o definiu Américo Vespúcio (1503), ontologicamente¹⁵². O *miles christianus* agora voltava sua atenção para os mares até então desconhecidos. Esse *ethos* guerreiro que acompanhava aos *bellatores* (os que lutavam¹⁵³), seria atado à noção jurídico-teológica de guerra justa, um desdobramento teórico da atávica noção de guerra santa. O desenvolvimento jurídico da guerra dentro de uma percepção

¹⁴⁹ PADOA-SCHIOPPA, Antonio. **História do Direito na Europa**. Da Idade Média à Idade Contemporânea. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

¹⁵⁰ Colombo declara que “[...]na época que me dispus a ir descobrir as Índias foi com a intenção de suplicar ao Rei e à Rainha, Nossos Soberanos, que da renda que sua majestade obtivesse nas Índias, se determinasse empregá-la na conquista de Jerusalém, e assim procedi”: COLOMBO, Cristóvão. **Diários da Descoberta da América** – As quatro viagens e o testamento. Porto Alegre: L&PM, 1998, p. 180. Sobre essa influência, ver WECKMANN, Luis. **La herencia medieval de México**. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 219. Ver também MOLINA MARTÍNEZ, Miguel. Aproximación entre Granada y el Nuevo Mundo. **Revista de la Asociación Europea de Profesores de Español**, Madrid, Año XXIII-XXIV, n. 40-41, p. 52-66, 1992, sobre a conexão entre a conquista do reino mouro de Granada e o impulso para a descoberta e conquista hispana do Novo Mundo.

¹⁵¹ É impossível negar o “colapso” causado pela descoberta da América no mundo e na cosmovisão da Europa. Esse desarranjo foi seguido por um reordenamento nas formas de conceber o mundo, os homens e o próprio cosmos. Para mais, ver CASTANY PRADO, Bernat. Perdida toda coherencia: El descubrimiento de América en la “crisis de la conciencia europea”. **Anales de Literatura Hispanoamericana**, Madrid, v. 41, p. 19-44, 2012. Ver também DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt**. Petrópolis: Vozes, 1993. Sobre os efeitos das descobertas para o conhecimento europeu, a circulação de ideias, a catalogação de informações e os mecanismos ibéricos de hermenêutica do Novo Mundo ver ALVIM, Marcia helena (org.). **Conhecimento, cultura e circulação de ideias na América Colonial Luso-hispânica**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2013.

¹⁵² O’GORMAN, Edmundo. **A Invenção da América**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

¹⁵³ “Cristo encangou certos homens de estabelecer o seu reino na terra pelo uso da espada; os *oratores*, quer dizer os bispos, entregaram-lhes solenemente este objecto simbólico, instituindo-os, ou melhor dizendo, ordenando-os, atribuindo-lhes um serviço legítimo. A função militar só é, pois, exaltada nestes *bellatores* [...]”: DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 55.

eclesiástica de mundo foi marca premente na Europa em expansão¹⁵⁴. O forte poder exercido pela instituição católica e sua ortodoxia tendiam a criar um arranjo que ligava as condutas a um rígido código de consciência a ser punido ou recompensado no além¹⁵⁵, o que fazia da religião um importante ponto fundamental para compreendermos as noções de guerra que imperavam na Europa do século XVI. Neste âmbito, o continente europeu tornou-se o cerne de uma disputa infinda entre diferentes confissões de fé. A Reforma levava diversas consciências religiosas à ebulição e diversos reinos à guerra¹⁵⁶. Do lado católico, um movimento de contrarreforma efervescente tomara diferentes setores da sociedade, alçando velas junto às naus ibéricas e encontrando efeitos práticos nas epopeias ultramarinas no Novo Mundo. Um caso emblemático é o de Inácio de Loyola (1491-1566), ex-soldado do espanhol e fundador da ordem Jesuíta (1534). Loyola, um contrito religioso, chegou até mesmo a se denominar como “soldado de Cristo”¹⁵⁷, sintetizando parte dos significados, profundamente arraigados na subjetividade da cristandade, do sentido integral da relação entre a crença e a vida, a ideia e a ação¹⁵⁸. Nesse viés religioso, a guerra poderia significar algo mais que a mera persecução de prêmios terrenos; poderia significar a ação incisiva do espírito na conflagração junto aos seus pares pela afirmação do Reino de Deus. No cotidiano social, a fé era exercida coletivamente por meio dos rituais litúrgicos, do cumprimento dos deveres eclesiásticos e da devoção ardente¹⁵⁹. A Espanha, por sua vez, encontrou na afirmação de uma ortodoxia religiosa e na exaltação da tradição da Reconquista um amplo espaço de ascensão para seu poder, que se alargava sobre geografias não mais restritas às praias ibéricas. É significativo que, na última conquista antes do início das empreitadas no

¹⁵⁴ “El formalismo era parte tan integrante de caracter español en el siglo XVI como lo era la religiosidad. En isto los españoles seguían precedentes medievales”: HANKE, Lewis. **La lucha por la justicia en la conquista de América**. Madrid: Ediciones Istmo, 1998, p. 63.

¹⁵⁵ “O poder da Igreja, o poder das chaves, não está nas riquezas, no domínio político directo [...] mas *in criminibus*, na possibilidade de julgar as acções dos homens”: PRODI, Paolo. **Uma História da Justiça**. Do dualismo dos tribunais ao moderno dualismo entre a consciência e o direito. Lisboa: Editora Estampa, 2002, p. 66.

¹⁵⁶ “[...] colapso da síntese medieval, *corpus Christianum* [...] a ordem social e a existência de instituições importantes e suas estruturas políticas não mais podiam ser explicadas e justificadas pela legitimação tradicional religiosa”: LINDBERG, Carter. **História da Reforma**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017, p. 189. Sobre as guerras religiosas, ver DUNN, Richard S. **The Age of Religious Wars (1559-1715)**. New York: W. W. Norton & Company, 1979.

¹⁵⁷ É interessante notar que a percepção do fundador da Companhia de Jesus repousava sobre uma noção de cristianismo militante, ativo e missionário: “Aparentemente, Loyola identificou alguma coisa de invejável nas vidas heróicas dos santos, uma espécie de cavalaria espiritual, e decidiu seguir o exemplo”: WRIGHT, Jonathan. **Os Jesuítas**. Missões, Mitos e Histórias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, p. 25.

¹⁵⁸ “[...] os símbolos sagrados servem para sintetizar o *ethos* de um povo [...] a sua visão de mundo”: GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 66-67.

¹⁵⁹ “[...] o cristianismo era o próprio ar que se respirava no que chamamos a Europa e que era a cristandade. Era uma atmosfera na qual o homem vivia sua vida, toda a sua vida – e não apenas sua vida intelectual, mas também sua vida privada de atos múltiplos, sua vida pública de ocupações diversas, sua vida profissional, qualquer que fosse o âmbito [...] Pois hoje, escolhe-se. Ser cristão ou não. No século XVI, não havia escolha”: FEBVRE, Lucien. **O Problema da Incredulidade no século XVI**. A Religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 292.

Novo Mundo, a tomada de Granada, o cronista real Hernando de Pulgar tenha relatado que ao entrarem na Alhambra a primeira ação dos conquistadores hispânicos foi, nessa ordem, hastear uma cruz sobre a torre palaciana, o pendão real e, em seguida, o estandarte de Santiago¹⁶⁰, símbolos que seriam novamente levantados sobre pirâmides, templos e palácios ameríndios nas novas conquistas ibéricas no ultramar. Não é estranho perceber, portanto, ecos dos chamados à Guerra Santa nas empreitadas ultramarinas e nas lutas que se seguiram contra os povos nativos do Novo Mundo. Essa disposição é expressa com clareza por Francisco López de Gómara (1511-1566), sacerdote e cronista espanhol que escreveu a *Historia General de las Indias* (1552):

El trabajo y peligro vuestros españoles lo toman alegremente, así en predicar y convertir como en descubrir y conquistar. Nunca nación extendió tanto como la española sus costumbres, su lenguaje y armas, ni caminó tan lejos por mar y tierra, las armas a cuesta [...] Quiso Dios descubrir las Indias en vuestro tiempo y a vuestros vasallos, para que las convirtiéndose a su santa ley, como dicen muchos hombres sabios y cristianos. Comenzaron las conquistas de indios acabada la de moros, porque siempre guerreasen españoles contra infieles; otorgó la conquista y conversión el papa [...] Justo es, pues, que vuestra majestad favorezca la conquista y los conquistadores, mirando mucho por los conquistados¹⁶¹.

Para Gómara, a continuidade da luta contra os mouros aparecia como um processo teleológico, de razoabilidade divina, cuja próxima etapa consistia na luta contra os povos do Novo Mundo. Agenciados pelos céus, os belicosos espanhóis estariam fadados a combater e converter os pagãos e infiéis de todo o planeta, ou a expulsá-los das terras cristãs, como feito aos judeus, em meados de 1492. Na visão do cronista, essa mudança de *front* não esmaecia a característica mais marcante da luta espanhola: tratava-se de uma guerra legitimada pela superioridade espiritual do seu povo. Sua ideia de uma conquista pela cruz exalava o contexto no qual a cristandade erigiu a descoberta do Novo Mundo e as lutas de conquista subsequentes. Em seu texto, Gómara associava a ação e o dinamismo espanhol à predileção divina, fazendo da descoberta das Índias um evento divinamente inspirado. O cronista colocava a Espanha na dianteira da cristandade, representando-a como guardiã e promotora de sua confissão. Esses elementos compartilham a noção de uma conquista (e, portanto, do uso espraçado da violência) justa e gloriosa.

¹⁶⁰ PULGAR, Hernando del. **Crónica de los Señores Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón**. Valencia: Imprenta de Benito Monfort, 1780, p. 374-375. Sobre a questão, ver LADERO QUE-SADA, Miguel Ángel. **Castilla y la Conquista del Reino de Granada**. Granada: Diputación Provincial, 1988.

¹⁶¹ GÓMARA, Francisco López de. **Historia General de las Indias y Vida de Hernán Cortés**. Caracas: Biblioteca de Ayacucho, 1979, p. 7-8.

Mas o emprego das armas na anexação e ocupação de espaços não cristãos não começou especificamente com o advento da América na cena mundial. Muito menos com a ousada expedição de Colombo em 1492, sendo um processo cumulativo de experiências e lutas travadas primeiramente nos espaços circunvizinhos e, depois, em diversos cantos espalhados do mundo, movidos sobretudo pelas proezas navais lusitanas e pelo afã expansionista espanhol¹⁶². Somadas, as iniciativas ibéricas inauguraram a conquista do Novo Mundo.

A forte atmosfera religiosa não apagava as motivações mais mundanas que envolviam a guerra e as ambições terrenas. Glória, honras e prêmios estavam amplamente relacionados a uma vida de dedicação em aventuras e prodígios nos séculos das navegações e conquistas ultramarinas. Essas experiências encontravam no mundo militar das tropas europeias ou nas hostes indianas um ambiente fértil para adquirir riquezas e bom nome¹⁶³. O caminho das armas e da conquista era especialmente interessante para os fidalgos, oriundos das famílias que ostentavam diversos graus e títulos de nobreza. Um dos exemplos mais notáveis é o do Grande Capitão, Gonzalo Fernández de Córdoba (1453-1515), herói das lutas em Granada e das guerras italianas, onde ficou famoso pela conquista de Nápoles. Ao escrever um pequeno relato biográfico de sua história, o primeiro grande cronista das Índias, Gonzalez Fernandez de Oviedo, demonstrou a profunda relação entre o afã guerreiro espanhol e o sucesso material:

Cuando el Gran Capitán fue a Nápoles era únicamente un segundón de una casa ilustrísima de Castilla [...] habiendo ya adquirido con la lanza en la mano alto crédito en la guerra de los moros y conquista de Granada. Tenía una capitanía de cien jinetes. Habían le dado los Reyes Católicos una buena encomienda de la Orden de Santiago [...] de suerte que en todo podría reunir unos seis mil ducados de renta al año [...] Todo lo que ganó el Gran Capitán lo trabajó bien¹⁶⁴.

¹⁶² “[...] o Atlântico era mais uma oportunidade que um obstáculo”: RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Histórias do Atlântico Português**. São Paulo: UNESP, 2014, p. 112. Sobre as grandes contribuições e proezas portuguesas, ver também BOXER, Charles R. **O império marítimo português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 e RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Um Mundo em Movimento**. Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Algés: DIFEL, 1998.

¹⁶³ Um interessante estudo quantitativo, social e demográfico pode ser encontrando no artigo THOMPSON, Irving A. Anthony. El soldado del Imperio: una aproximación de recluta español en el Siglo de Oro. **Manuscrits**, Barcelona, n. 21, p. 17-38, 2003. Outro texto sobre o recrutamento de homens para os exércitos espanhóis pode ser visto em CONTRERAS GAY, José. El Servicio Militar en España Durante el Siglo XVII. **Chronica Nueva**, Granada, n. 21, p. 99-122, 1993-1994. Destaca-se a variação espacial dos recrutados, oriundos de diferentes grupamentos sociais e dos múltiplos espaços que compunham a Espanha. Tratava-se de uma população masculina, majoritariamente citadina, em parte recrutada jovem e que, no decorrer de seus anos de serviço, perpassava vários espaços imperiais, obtendo honras, sofrendo perdas e desagradando e encontrando a finitude.

¹⁶⁴ *Gonzalo Fernández de Oviedo sobre la vida del Gran Capitán*, p. LIX-LXXI. RODRÍGUEZ VILLA, Antonio (org.). **Cronicas del Gran Capitan**. Madrid: Librería Editorial de Bailly-Bailliére é Dijos, 1908, p. LX.

A boa sorte no campo de batalha granjeava favores e aliados. Devido ao seu sucesso, homens como Gonzalo Fernández de Córdoba obtinham vários quinhões de terra e direitos vitalícios sobre territórios. Na América, essa premiação chegava em forma de *encomiendas*, mercês de terra e outras prerrogativas. O sucesso material do *Gran Capitan* foi certamente potencializado pela sua posição social de considerável mérito e estirpe. Elementos mais picarescos podiam ser encontrados em aventureiros e soldados ordinários, que emprestavam seus braços aos serviços militares dos reis como forma de galgar melhores condições sociais por meio do status oriundo das proezas militares ou das riquezas adquiridas nas frentes de guerra¹⁶⁵. Alonso Enríquez de Guzmán é um ótimo exemplo de soldado, aventureiro e pícaro. Suas desventuras o levaram às guerras da Itália, a expedições no Norte da África e, após seu encarceramento, a um périplo no Peru. Ao lado de Diego de Almagro, sublevou-se contra Francisco Pizarro. Derrotado, voltou para a Europa e despendeu parte da vida escrevendo suas memórias no *Libro de la vida y costumbre de don Alonso Enríquez, caballero noble y desbaratado* (publicado apenas em 1862). Em uma interessante digressão sobre sua chegada ao Peru e sobre as riquezas e potencialidades da terra, Guzmán fez um comentário revelador. Tratando sobre a sorte de Pizarro e Almagro e sobre os ricos tesouros advindos da conquista e da posse dessas terras, o autobiógrafo refletiu nos seguintes termos:

[...] y así creo se descubrió por voluntad de Dios, sin ayuda de vecinos, porque aunque son honrados hombres, los compañeros Gobernadores Pizarro y Almagro, que lo descubrieron, eran dos pobres hombres [...] e aunque acá sean casi reyes, y pueden dar más que todos los del mundo juntos, porque cada día hacen merced de 10 y 20 y 40.000 vasallos, con otros tantos ducados de renta, ríos, valles, etc.¹⁶⁶

Essa simbiose entre uma perspectiva que mesclava “a vontade de Deus” com a imposição de um poder terrenal sobre a terra e sua gente convergia na criação de um rico ideário, prenhe de esperanças, potencialidades e ambições para homens como Guzmán, Cortés, Pizarro ou Pedro de Valdivia. Permitia-se, portanto, integrar ambições puramente seculares a uma missão mais nobre e etérea, tornar o mundo um *orbis christianus* pela conquista de novas terras. As forças espanholas esforçavam-se para construir uma estrutura de domínio em longínquas e

¹⁶⁵ Para um estudo sobre a condição social dos soldados e sua importância dentro do cenário das Índias Orientais espanholas, ver MAWSON, Stephanie F. *Convicts or Conquistadores? Spanish Soldiers in the Seventeenth-Century Pacific*. **Past and Present**, Oxford, n. 232, p. 87-125, 2016.

¹⁶⁶ ENRÍQUEZ DE GUZMÁN, Alonso. *Libro de la vida y costumbres de don Alonso Enríquez de Guzmán*. In: Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España, tomo LXXXV. Madrid: Imprenta Miguel Ginebra, 1886, p. 250.

pitorescas terras, apartadas da corte e do seu rei por oceanos, submetidas a outros padrões de natureza e civilização que paralelamente desnorteavam e maravilhavam aos conquistadores.

Essas conquistas ordinariamente não partiam da iniciativa prévia de reis e altos funcionários reais, embora a coroa frequentemente participasse do financiamento e, sobretudo, da legitimação dos interesses das expedições. A conquista, por sua vez, ficava a cargo majoritariamente de companhias particulares, reunidas e lideradas por um capitão principal, geralmente o indivíduo com mais proeminência e recursos, e por outros capitães secundários, que também financiavam a expedição e subdividiam funções de mando (embora não fosse raro financiamentos externos de comerciantes, particulares e até da própria coroa, no caso das expedições marítimas), além de disporem de seu poder e influência para recrutar braços de todos os tipos para o empreendimento. Esses sujeitos, uma turba multifacetada que envolvia degredados, rufiões e toda variedade da escória metropolitana, mas também pequenos nobres, aventureiros, religiosos e veteranos das guerras europeias, formavam, por associação, as hostes indianas. Esse agrupamento irregular de homens que eram ligados por ganância, contratos e laços familiares, foi um fator predominante no primeiro século de ocupação e conquista¹⁶⁷. Nos primórdios do povoamento, durante as primeiras e subsequentes conquistas, as hostes eram quase sempre grupos privados, cujo líder, um conquistador, recebia uma *capitulación* da coroa, uma carta documental que outorgava o direito de tomar posse, conquistar e ocupar uma nova terra em nome do rei¹⁶⁸. Recebia, então, o título de *adelantado*: indivíduos que, em troca de seus serviços marciais e da descoberta e subjugação de novos espaços, passavam a representar diretamente a coroa, exercendo funções militares, de justiça e de administração, além de receberem recompensas em forma de mercês e em títulos¹⁶⁹. Tratava-se, geralmente, do direito a um *repartimiento de indios* (concessão para receber tributos em produtos ou trabalhos de certa comunidade indígena, chamada de *encomienda*¹⁷⁰; ou disposição temporária da mão-de-obra em uma atividade predeterminada, como a instituição da *mita* andina) ou à concessão de certa parcela de terra (*merced de*

¹⁶⁷ Sobre a estrutura da *hueste indiana*, ver SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 106-107.

¹⁶⁸ Sobre o ordenamento jurídico da conquista e, em particular, sobre as capitulações, ver ZAVALA, Silvio A. **Las instituciones jurídicas em la conquista de América**. México: Editorial Porrúa, 2006, p. 101-105.

¹⁶⁹ SÁNCHEZ-PEDREÑO, José María. El adelantado en Indias de 1497 a 1518. **Anales de Derecho**, Murcia, 1994, p. 189-203, 1994; BARRAZA, Carlos F. La institución de los Adelantados en América. Aportación al estudio de las magistraturas indianas. **Humanidades**. Buenos Aires, n. 28, p. 519-546, 1940.

¹⁷⁰ ZAVALA, Silvio. La Encomienda Indiana. **El Trimestre Económico**, Ciudad de México, v. 2, n. 8, p. 425-451, 1935; GARCÍA GALLO, Alfonso. El encomendero indiano (estudio sociológico). **Revista de estudios políticos**, Madrid, n. 55, p. 141-162, 1951.

*tierra*¹⁷¹), além da aquisição de cargos administrativos. Esses expedicionários eram muito escalonados não apenas socialmente, mas também racialmente. Indígenas, mestiços, espanhóis, negros libertos e escravizados e não raramente estrangeiros de outros reinos europeus faziam número em expedições arranjadas por contratantes e conquistadores. As expedições costumavam levar mais indígenas de suporte que o número original de tropas, associando-se, para isso, a algum chefe nativo aliado, cooptando *yanaconas* ou utilizando *indios de encomienda*. A despeito da forma associativa, os indígenas forneciam guias, guerreiros, carregadores e tradutores à expedição. Além do mais, assomava-se considerável número de cativos africanos, parte minoritária, mas constante e nada irrelevante das conquistas. Alguns casos de africanos ou descendentes livres, forros ou escravos tornaram-se emblemáticos¹⁷². Juan Garrido foi um africano liberto que participou da conquista das ilhas caribenhas, da expedição à Flórida, das campanhas de conquista no México e de expedições posteriores às redondezas do *Anahuac* e à Baixa Califórnia. Instalou-se na Cidade do México, onde tornou-se senhor de uma propriedade urbana até o fim dos seus dias, ficando conhecido por sua vistosa *probanza* peticionando mercês e reconhecimento ao monarca por suas várias décadas de serviços militares. Um caso ainda mais conspícuo foi o de Juan Valiente, escravo de Alonso Valiente, que marchou e lutou sob o comando de Pedro de Alvarado, Diogo de Almagro e Pedro de Valdivia, junto a quem morreu, ainda juridicamente escravizado, no campo de batalha de Tucapel, em 1553. A despeito de sua morte em mãos araucanas, lograra fama e alguma fortuna nas terras chilenas por meio de seus bons serviços marciais prestados nas lutas prévias contra os promaucaes, tornando-se inclusive capitão e *encomendero*; um caso certamente raro.

Em suma, eram homens de diferentes origens, etnias, condições sociojurídicas e estatutos sociais, amealhados pela obrigação, coerção ou pela perspectiva de fortuna e de status. No geral, eram ansiosos e hábeis para tomar proveito da situação e granjear favores, serviços e

¹⁷¹ *Merced*, em um sentido amplo, poderia significar qualquer regalo ou concessão honorífica concedida pelo soberano a um determinado súdito que a pleiteava como compensação por alguma causa ou serviço prestado; na América, *merced de tierra* tornou-se uma alcunha ordinária para “[...] uma extensión moderada de tierras que, obtenidas mediante una merced real, podían poseer a título personal”: WOBSEN, Gisele von. **La formación de la hacienda em la época colonial**. El uso de la tierra y el agua. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Nacional de México, 1989, p. 14. Não obstante, a terra não era uma propriedade privada de quem recebia a concessão. É necessário percebermos que as terras não eram meras propriedades régias mas parte da soberania do rei. Ver PESET, Mariano; MENEGUS, Margarita. Rey propietario o Rei soberano, **Historia Mexicana**, Cidade do México, vol. XLIII, n. 4, p. 563-600, 1994. Sobre a lógica e a natureza jurídica da posse de terras, ver BASTIAS SAAVEDRA, Manuel. The normativity of possession. Rethinking land relations in early-modern Spanish America, ca. 1500-1800. **Colonial Latin American Review**, United Kingdom, v. 29, n. 2, p. 223-238, 2020.

¹⁷² Ver RESTALL, Matthew. Black Conquistadors: armed Africans in early Spanish America. **The Americans**, Cambridge, v. 57, n. 2, p. 171-205, oct. 2000, que explorou muito bem a categoria dos africanos ou afrodescendentes (*mulatos*) arrolados de alguma forma com os trabalhos das conquistas americanas durante o século XVI.

poderes. Essa forma de empreendimento militar foi a mais comum nas *Indias Occidentales* durante os séculos XVI. Essas hostes inscrevem-se em uma longa tradição guerreira ibérica, pautada na arregimentação de tropas para *cabalgadas* dentro dos territórios mouros e na reunião de exércitos temporários empregados na conquista de novos territórios¹⁷³. Quando o Novo Mundo ascendeu como um espaço a ser conquistado e dominado, uma *Tierra de Guerra*, esses grupos peculiares de homens, experientes ou neófitos nas artes da guerra, acabaram por constituir a espinha dorsal das conquistas ultramarinas. Seu caráter não profissional mascarava uma considerável habilidade de adaptar-se às novas situações bélicas. Os anos que se seguiram à conquista do México trouxeram de além-mar uma considerável quantidade de soldados experimentados nas lutas da Europa. Além disso, as hostes indianas fragmentavam-se e reorganizavam-se em torno de novos capitães. Essa aparente flexibilidade possibilitava a movimentação de soldados entre diferentes espaços de guerra, trazendo para a conquista de novas terras a experiência de homens já treinados em outras paragens¹⁷⁴. Toda a hoste expedicionária trabalhava em torno de uma noção recíproca de ação¹⁷⁵. Pelo seu empenho como soldados, impondo a submissão a populações nativas e anexando novos territórios em nome da coroa, esperava-se em contrapartida o direito de usufruir da mão-de-obra dos indígenas e de explorar oportunidades de obter lucros. Para o historiador José Manuel de Bernardo Ares, esse nível de ação diz respeito à relação soberania/mercê. O poder do rei era preeminente, configurando-se como “[...] un poder soberano y gracioso; ostenta en exclusiva la capacidad legislativa y judicial; se reserva la última decisión en los aspectos gubernativos [...] distribuye mercedes como recompensa obligada ante los servicios obtenidos”¹⁷⁶. A palavra final sobre o *ius ad bellum* era prerrogativa

¹⁷³ As origens da *hueste indiana* estão na estrutura guerreira ibérica. Sua genealogia remete ao baixo medievo e à formação de uma retórica de reconquista do espaços ibéricos: “[...] es desde mediados del siglo XI, especialmente en el momento en que se produce, por parte de los reinos cristianos peninsulares, la inversión de la guerra defensiva por guerra ofensiva y cambia la configuración de los ejércitos, cuando comenzamos a encontrarnos con insistencia el término «hueste» como conjunto de tropas que realizan una expedición punitiva contra el enemigo o, simplemente como conjunto de gentes armadas al mando de un jefe”: MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan; ROMERO CABOT, Ramón. El origen de la Hueste y de la Institución Militar Indianas en la Guerra de Granada. **Actas de las III Jornadas de Andalucía y América**. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1983, p. 106.

¹⁷⁴ Sobre o tema, ver VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. Del Biobío al Magdalena: para una historia conectada de experiencias militares y fronteras imperiales, Domingo de Erazo (1592-1617). In: PUERCELL, Fernando; ARIAS TRUJILLO, Ricardo (ed.). **Trascendiendo Fronteras**. Universidad de los Andes Colombia y Pontificia Universidad Católica de Chile, 2020. p. 1-34.

¹⁷⁵ GARCÍA, Carmen Mena. Lo Privado y lo Público en la Exploración y Conquista del Nuevo Mundo (hasta Felipe II). In: CEBRIÁ, Ernest Belenguer (org.). **De la Unión de Coronas al Imperio de Carlos V**. Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2001. p. 399-439; PÉREZ, Demetrio Ramos: **Determinantes formativos de la hueste indiana y su origen modélico**. Santiago de Chile: Editorial Jurídica de Chile, 1965.

¹⁷⁶ BERNARDO ARES, José Manuel de. **Luís XIV rey de España**. De los Imperios plurinacionales a los Estados unitarios (1665-1714). Madrid: IUSTEL, 2008, p. 56.

inalienável dos monarcas, originando a necessidade dos conquistadores de conseguirem sempre as graças e simpatias régias para os empreendimentos¹⁷⁷.

Em 1519, um fidalgo da Extremadura chamado Hernán Cortés, radicado em Cuba, liderou uma expedição de descoberta direcionada a explorar e inaugurar potenciais bases de ação na América Central, alcançando, no final de sua triunfante expedição, a glória de conquistar a portentosa Aliança Nahua e derrubar os senhores mexicas da Cidade do Lago, Tenochtitlán¹⁷⁸. Para os espanhóis, essas vitórias retumbantes configuraram-se como um serviço fundamental prestado a Deus e ao rei da Espanha: “Pedi que lutássemos em defesa de nossa fé para submeter ao serviço ao serviço de vossa majestade aquelas terras e províncias que se haviam rebelado”¹⁷⁹, rememorava o conquistador ao narrar o ataque final sobre os mexica-tenhochas da Cidade do Lago. Os amplos sucessos de Cortés e de seus acólitos no Novo Mundo atraíram novas levadas de aventureiros da Europa e de outras regiões da América espanhola. Deslumbrados com a nova descoberta de um povo rico, tecnicamente desenvolvido e populoso, levadas de aficionados aventureiros, fidalgos e degradados engrossaram as fileiras dos que procuravam uma nova descoberta que trouxesse à tona uma montanha repleta de riquezas minerais, ou uma cidade maravilhosa, repleta de ouro e riquezas tão grandes ou maiores que Tenochtitlán. Havia também os que buscavam coisas ainda mais inimagináveis. Pululavam entre esses homens as histórias fantásticas, como da Fonte da Juventude, procurada por Juan Ponce de León, ou de cidades imaginárias como Cibola, Quivira e as Sete Cidades Douradas, às quais até meados do século XVI somou-se, a partir da experiência espanhola na América do Sul, a lenda do *El Dorado* e, mais posteriormente, da *Ciudad de los Césares*. Esse imaginário de riquezas, prazeres e glórias descendia de um senso medieval que ligava o desconhecido (ou o pouco conhecido) ao incrível e ao maravilhoso¹⁸⁰. Em sua análise das cidades na América Latina colonial, o historiador Porfirio

¹⁷⁷ MAZÍN, Oscar. El poder y la potestad del rey: los brazos espiritual y secular en la tradición hispánica. In: LÓPEZ-CANO, María de Pilar Martínez (coord.). **La Iglesia en Nueva España**. Problemas y perspectivas de investigación. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Históricas, 2010. p. 53-68.

¹⁷⁸ Charles Gibson julgou que o comportamento de Cortés destoara de quase todos os demais conquistadores que o precederam e sucederam: “[...] in contrast to many of the lesser figures in this, was far more than a military conqueror. He possessed a vision of imperial greatness”: GIBSON, Charles. **Spain in America**. New York: Harper & Row, Publishers, 1966, p. 28. Sobre a própria conquista mexicana e as guerras de conquista subsequentes, nos territórios adjacentes ao *Anahuac*, ver GOÑI, Guillermo. **Las conquistas de México y Yucatán**. Ciudad de México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2008.

¹⁷⁹ *Terceira carta ao imperador, Cuyoacán, 15 de maio de 1522*. In: CORTEZ, Hernán. **A conquista do México**. Porto Alegre: L&PM, 2011, p. 119. Em todas as suas cartas o conquistador faz menção às “mesquitas” e “casas de ídolos”, às quais não se cansa de derrubar.

¹⁸⁰ Sobre o apelo ao maravilhoso, destaca-se aqui a clássica obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*. Sérgio Buarque levanta a tese de que a imaginação fantástica aparece muito mais evidente nos escritos castelhanos que nos portugueses. Esse fato se deveria a uma menor predisposição lusitana de pensar em termos fantásticos, preferindo basear suas perspectivas em comportamentos empíricos e “modernos”: “Mal se esperaria coisa diversa, aliás, de homens em quem a tradição costumava primar sobre a invenção, e a credulidade sobre a imaginativa”:

Sanz Camañes viu no desejo e busca pelo ouro uma das principais fontes de produção imagética desses espaços maravilhosos. Os que possuíam sonhos mais humildes sonhavam ainda com uma vultosa *encomienda*, com terras prósperas para explorar ou ainda com postos de poder que trouxessem aos seus possuidores honra e méritos. A esperança e a cobiça despertada pela conquista mexicana e pela disseminação dos textos sobre o México impulsionaram novas levas de expedições a espaços até então não mapeados ou completamente incógnitos para os europeus¹⁸¹. Foi nesse período de expansão do imaginário e das iniciativas espanholas que um outro imigrante da Extremadura, experiente soldado das guerras da Itália e pretenso conquistador, Francisco Pizarro, organizou e liderou outra ousada grande campanha de conquista no Novo Mundo¹⁸². Tratava-se da conquista do *Tawantinsuyu*, a terra dos quatro quadrantes da civilização andina dos incas¹⁸³.

Reunindo um grupo substancial de homens, a hoste encabeçada por Pizarro adentrou no interior do território inca no ano de 1532. Nessa mesma época, o exército triunfante de Atahualpa dirigia-se a Cusco, onde seus acólitos haviam capturado seu irmão e concorrente ao trono, Huáscar. Era o fim derradeiro da guerra civil que atingira o *Tawantinsuyu*, opondo o herdeiro de Quito ao de Cusco. Foi nessas circunstâncias que ocorreu a “batalha” de Cajamarca (16 de novembro de 1532), que na verdade consistiu em uma armadilha que desaguou em um massacre categórico da força inca. Convidado a conhecer os recém-chegados estrangeiros, Atahualpa decidiu estabelecer diálogo com os espanhóis. Estes, de forma sugestiva, apresentaram ao Inca um pequeno evangelho. Desconhecendo as qualidades da escrita e da própria essência do objeto que lhe foi dado para beijar, o Inca arremessara-o para fora da liteira que o carregava, em direção ao chão. Os espanhóis não poderiam esperar sacrilégio maior que ver seu livro mais sagrado lançado fora. Foi a deixa exata para que o grosso das tropas espanholas que se escondiam nas cercanias da praça do encontro trucidassem os homens trazidos por Atahualpa. O soberano, ludibriado e derrotado, caiu prisioneiro dos conquistadores. O que se seguiu a Cajamarca foi uma desintegração lenta das forças incas. Depois de pagar um resgate enorme em ouro e prata, Atahualpa foi executado por garrote sob as ordens de Francisco Pizarro,

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2010, p. 36.

¹⁸¹ “[...] la audacia de Cortés sería buen ejemplo para el hacer de otros aventureros, como sucedió con la conquista del Imperio Inca realizada durante la segunda mitad del reinado de Carlos V”: SANZ CAMAÑES, Porfirio. **Las Ciudades en la América Hispana**. Madrid: sílex, 2004, p. 96.

¹⁸² Sobre o processo histórico que desembocou na conquista do Peru, ver LAVALLÉ, Bernard. **Francisco Pizarro: Biografía de una conquista**. Lima: Institut français d’études andines, 2004 e LORANDI, Ana María. **Ni Ley, ni Rey, ni Hombre Virtuoso**. Guerra y Sociedad en el Virreynato del Perú. Siglos XVI y XVII. Barcelona: GEDISA, 2002.

¹⁸³ ROSTWOROWSKI, María. **Historia del Tahuantinsuyu**. Lima: IEP edições, 1992.

encabeçando um tribunal de julgamento sumário, onde o Inca foi acusado de traição e condenado (1533). Os incas, por sua vez, sustentaram um governo independente com sede na isolada cidade de Vilcabamba até o ano de 1572, quando o vice-rei Francisco de Toledo, para consolidar o poder hispânico, enviou diversas expedições militares contra Tupac Amaru, o último Inca governante. Capturado por Martín García Óñez de Loyola, Tupac Amaru I foi decapitado em um grande evento público em Cusco no mesmo ano. Esse mesmo capitão espanhol desempenharia um papel fundamental no cenário do Chile em fins do século XVI, onde, na função de governador, imputando-se da missão de acabar a guerra e pacificar o Arauco, acabou morto pelos guerreiros araucanos de Purén. Grande parte de seu prestígio e influência, que lhe granjearam ascendência e nome suficientes para obter uma governadoria, provinham de sua fama de soldado, aquele que acabou definitivamente com a rebelião inca e capturou o último soberano da dinastia¹⁸⁴.

O evento de Cajamarca é fundamental para entendermos algumas das percepções espanholas em torno do conceito de guerra e da lógica implícita de apropriação territorial e de subjugação jurídica. De forma correlata, o ocorrido revelava a profunda ambição dos conquistadores de impor e consolidar um domínio sobre o espaço indígena. Esse domínio era alcançado quando se submetiam os grupos humanos, no geral, e as elites dirigentes daquela territorialidade, em específico. Cajamarca, portanto, exemplificou esse conjunto de anseios e o *modus operandi* utilizado para alcançá-los. O debate em torno desse evento emblemático produziu debates acalorados. Colocava-se em mesa a justiça ou injustiça das ações espanholas na hecatombe que se seguiu. Para uma compreensão mais geral das ações espanholas correlatas a Cajamarca, torna-se imperativo entender a ideia presente no texto do *Requerimiento*, ao qual nos referimos anteriormente. Formulado pelo jurista Juan López de Palacios Rubios (1513), sob os auspícios da coroa, o *Requerimiento* era um documento de caráter coercitivo e intimidante. Deveria ser lido para os povos não cristãos e requisitava a pronta aceitação da religião e do poderio castelhano sobre suas terras. O texto sistematizava a noção geral de conquista implementada desde finais do século XV¹⁸⁵. Sob o clamor pela submissão ao rei e à fé católica, exigia-se a pronta capitulação do “gentio”, “infel” ou “pagão” em troca da sua não escravização:

¹⁸⁴ Méritos y servicios: Martín García Oñez de Loyola: Perú, 1572. In: MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 118, R.9, f. 3-4. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/123773?nm>>. Acessado em 19 de março de 2023.

¹⁸⁵ Para uma análise de suas raízes históricas, ver SEED, Patrícia. **Cerimônias de posse na conquista europeia do novo mundo**: 14921640. São Paulo: Editora UNESP, 1999. Em especial, o capítulo *O Requerimiento: um protocolo para a conquista*.

Por ende, como mejor podemos, vos rogamos y requerimos que entendáis bien esto que os hemos dicho, y toméis para entenderlo y deliberar sobre ello el tiempo que fuere justo, y reconozcáis a la Iglesia por señora y superiora del universo mundo, y al sumo pontífice, llamado Papa, en su nombre, y al Emperador y Reyna doña Juana, nuestros señores, en su lugar, como superiores y señores y Reyes de esas islas y tierra firme, por virtud de la dicha donación y consintáis y deis lugar que estos padres religiosos os declaren y prediquen lo susodicho [...] Y si no lo hicieris, o en ello maliciosamente dilación pusieres, certifico os que con la ayuda de Dios nosotros entraremos poderosamente contra vosotros y vos haremos guerra por todas partes y manera que pudiéremos, y vos sujetaremos al yugo y obediencia de la Iglesia y de Sus Majestades, y tomaremos vuestras mujeres e hijos y los haremos esclavos, y como tales los venderemos y dispornemos dellos como Su Majestad mandare, y vos tomaremos vuestros bienes y vos haremos todos los males y daños que pudiéremos, como a vasallos que no obedecen ni quieren recibir a su señor y le resisten y contradicen; y protesto que las muertes y daños que dello se recrecieren sea a vuestra culpa, y no de sus Majestades, ni nuestra, ni destos caballeros que conmigo vinieron [...]¹⁸⁶.

O texto estabelecia um padrão de ação que pautava o caminho para a deflagração de uma guerra justa de conquista em caso de não haver resposta, de resposta negativa ou resistência direta. Dessa forma, o ônus da violência recaía sobre os povos nativos que não aceitassem dobrar os joelhos ao legitimado domínio dos espanhóis, acompanhado da pregação da religião cristã e da exploração material de suas terras. Esse texto foi a base jurídica das conquistas espanholas até meados do século XVI, quando as *Leyes Nuevas* (1542), atendendo às vozes de protesto, buscaram extirpar a conversão coercitiva, os trabalhos forçados (resguardadas certas situações) e a dominação sanguinolenta. No tempo da vitória de Pizarro sobre Atahualpa, o *Requerimiento* constituía uma oportuna ferramenta jurídica para legitimar a prisão, o encarceramento e a posterior morte do Inca. Felipe Guamán Poma de Ayala (1535-1616), eminente cronista de ascendência indígena e crítico do que considerava ser o mal governo das Índias Espanholas, escreveu uma narrativa do episódio de Cajamarca em sua *Nueva Crónica y Buen Gobierno* (1615). Para Poma de Ayala, a ação desenvolvia-se em torno de uma complexa retórica de afirmação e contestação. Enquanto frei Vicente de Valverde apresentava ao Inca um evangelho, os conquistadores buscavam explicar a Atahualpa a proeminência do seu credo e da soberania do seu rei. O Inca rebateu o argumento, denominando-se igualmente de “grande senhor”. Para além desses embates retóricos, o desfecho bélico da conversação foi tido pelos

¹⁸⁶ [...] *el requerimiento de parte de su majestad que se ha de hacer a los indios caribes, alzados de la provincia del Perú* [...], p. 135-137 apud ROJAS DONAT, Luis. *Derecho político y derecho natural en América. Las juntas de Burgos y el Requerimiento* (1512). **Revista de Derecho, Criminología y Ciencias Penales**, Santiago de Chile, n. 1, p. 123-137, 1999.

espanhóis como um castigo à profanação de sua fé, já que inconsciente dos usos e do simbolismo do objeto desconhecido, Atahualpa simplesmente ignorou e lançou ao chão o breviário apresentado por frei Valverde. A violência pelas armas foi perpetrada pelo menosprezo que o soberano inca demonstrou com relação ao texto sagrado: “[...] aquí caballeros, con estos indios gentiles son contra nuestra fé [...] y dieron la escaramuza, y los soldados a matar los indios como hormigas [...]”¹⁸⁷. Pedro Pizarro, que posteriormente escreveu *Descubrimiento y Conquista del Peru* (1572), narrou o evento de uma forma semelhante. De sua visão de conquistador, a ação de Cajamarca ocorreu como efeito da negação do Inca às exigências espanholas: “envió [...] que fuesen hablar a Atabalipa y a requerille de parte de Dios y del Rei que sujetarse a ley de nuestro Señor Jesus Cristo y al servicio de S. M. [...]”¹⁸⁸. A complexa exigência demandava um grau de sujeição que eliminava toda possibilidade de entendimento pacífico.

Os efeitos dos usos do Requerimento e das ações dos conquistadores não foram ignorados na Europa. As percepções contemporâneas às conquistas do México e do Peru seguiram óticas distintas: a dos defensores da “construção” de um Novo Mundo, a dos detratores da sua destruição e a dos mediadores¹⁸⁹. Uma parte substancial das crônicas e memórias escritas na primeira metade do século XVI, por soldados, padres, letrados etc. parecem predominantemente simpáticas à guerra e aos feitos gerais das hostes indianas¹⁹⁰. Nessas e em outras obras, a conquista do império espanhol aparece em termos épicos. Os espanhóis eram apresentados como artífices de uma nova realidade, cimentada sobre a conquista de uma terra anteriormente pagã e selvagem¹⁹¹. Essas características heroicizadas da experiência bélica hispânica no Novo

¹⁸⁷ GUAMÁN POMA DE AYALA, Felipe. **Nueva Crónica y Bueno Gobierno**. Edición a cargo de Franklin G. Y. Pease y Jan Szeminski. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 278.

¹⁸⁸ PIZARRO, Pedro. **Descubrimiento y Conquista del Perú**. In: Colección de libros y documentos referentes a la historia del Perú, tomo 6. Madrid: Lima Sanmartí y Ca., 1917, p. 32.

¹⁸⁹ Pode-se falar ainda de um meio-termo. Em carta a Miguel de Arcos sobre a conquista do Peru datada de 1534, Vitoria parecia cambalear entre uma justificativa plausível da submissão do poder inca aos espanhóis e uma crítica vexatória ao *modus operandi* dos conquistadores: “*primum omnium*, Yo no entiendo la justicia de aquella guerra [...] Y creo que más ruines han sido las otras conquistas después acá [...] Yo doy todas las batallas y conquistas por buenas y santas. Pero hace de considerar que esta guerra [...] es no contra extraños, sino contra verdaderos vasallos del Emperador [...] Y aunque el Emperador tenga justos títulos de conquistarlos, los indios no lo saben ni lo pueden saber”: VITÓRIA. Francisco de. **Relecciones Sobre los Indios y el Derecho de Guerra**. Madrid: Espasa-Calpe S. A., 1975, p. 20.

¹⁹⁰ OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo Fernández de. **Historia general y natural de las Indias, islas y tierra-firme del mar océano**. Madrid: Imprenta de la Real Academia de la Historia, 1851, p. 1-8; CIEZA DE LEÓN, Pedro. **Crónica del Perú**. El señorío de los Incas. Caracas: Biblioteca de Ayacucho, 2005, p. 124; GÓMARA, Francisco López de. **Historia General de las Indias y Vida de Hernán Cortés**. Caracas: Biblioteca de Ayacucho, 1979, p. 319; DÍAZ DE CASTILLO, Bernal. **Historia verdadera de la conquista de la Nueva España**. Edición, estudio y notas de Guillermo Serés. Madrid: Real Academia Española, 2011, p. 963; etc.

¹⁹¹ A criação de um ideal heroico vinculado ao afã conquistador inaugurava o que o filósofo espanhol Eduardo Subirats denominou de um “Heroísmo mesiânico y militar”: SUBIRATS, Eduardo. **El continente vacío**: la conquista del nuevo mundo e la consciencia moderna. Madrid: ANAYA & Mario Muchnik, 1994, p. 95. Era uma percepção estimulada por séculos de uma postura ideológica que exaltava o avanço das armas e das naus cristãs frente aos infiéis.

Mundo foram largamente contestadas pelo dominicano Bartolomeu de Las Casas. Tratava-se de uma segunda perspectiva sobre a conquista. Essa visão crítica nasceu das penas de padres e monges que viam no desenrolar dos eventos uma destruição do que as Índias deveriam ser, um potencial Novo Mundo. Em sua *Brevíssima Relação da Destruição das Índias* (1552), Las Casas expôs a conquista do Peru nos seguintes termos:

En el año de mil y quinientos y treinta y uno fue otro tirano grande con cierta gente a los reinos del Perú, donde, entrando con el título e intención y con los principios que los otros todos pasados [...] creció en crueldades y matanzas y robos, sin fe ni verdad, destruyendo pueblos, apocando, matando las gentes dellos y siendo causa de tan grandes males que han sucedido en aquellas tierras, que bien somos ciertos que nadie bastará a referirlos y encarecerlos hasta que los veamos y conozcamos claros el día del juicio¹⁹².

O influente letrado e intelectual Juan Ginés de Sepúlveda (1494-1573), que entrou para a história como o principal antagonista do frei Bartolomé de Las Casas no debate de Valladolid (1550), foi certamente o mais afamado adversário do dominicano e um dos exemplos máximos de entusiasta da epopeia de conquista espanhola. Sua defesa detalhada do porquê a guerra contra os indígenas era justa e necessária encontrou ecos entre as várias gerações de conquistadores que sonhavam em ter seus trabalhos marciais reconhecidos e recompensados. Sua concepção estava parcialmente sustentada nas ideias de São Tomás de Aquino de integridade e de justiça da guerra: defender-se de um ataque, recuperar bens roubados ou punir os injuriosos por ofensas cometidas¹⁹³. Em seu *Demócrates Segundo o De La Justa Guerra Contra los Indios* (1544), Sepúlveda advogava que, graças à lei natural, os espanhóis podiam exercer o justo domínio sobre os povos menos aperfeiçoados e selvagens do Novo Mundo. De forma semelhante, a dominação e escravidão pela guerra seriam justificáveis, de um ponto de vista ético. Os sacrifícios humanos e a grave idolatria na qual os povos pagãos viviam justificavam a conquista e o cerceamento das suas liberdades¹⁹⁴. Essa alteridade radical convocava os espanhóis à escolha

¹⁹² LAS CASAS, Bartolomé. **Brevísima relación de destrucción de las Indias**. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2006, p. 130.

¹⁹³ “Estas tres causas forman el centro de la teoría medieval de la guerra justa y son, en estricto sentido, las que forman el grupo general de las causas de guerra justa”: MARTÍNEZ CASTILLA, Santiago. Juan Ginés de Sepúlveda y la guerra justa en la conquista de América. **Pensamiento y Cultura**, Chía, v. 9, n. 1, p. 111-136, 2006, p. 124.

¹⁹⁴ “Tales son en suma la índole y costumbres de estos hombrecillos tan bárbaros, incultos e inhumanos, y sabemos que así eran antes de la venida de los españoles; y eso que todavía no hemos hablado de su impía religión y de los nefandos sacrificios en que veneran como Dios al demonio, a quien no creían tributar ofrenda mejor que corazones humanos [...] Podemos creer, pues, que Dios ha dado grandes y clarísimos indicios respecto del exterminio de estos bárbaros”: SEPÚLVEDA, Juan Ginés de. **Demócrates segundo o De las justas causas de la guerra contra los indios**. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006, p. 315-317.

deliberada pela guerra. No imaginativo diálogo entre os personagens Demócrito e Leopoldo (o primeiro, partidário da guerra justa, argumentava a favor do conflito, enquanto o segundo colocava empecilhos e levantava objeções), Sepúlveda recorreu à seguinte argumentação: “Compara ahora estos dotes de prudencia, ingenio, magnanimidad, templanza, humanidad y religión, con las que tienen esos hombrecillos en los cuales apenas encontrarás vestigios de humanidad [...]”¹⁹⁵. A diferença operava não apenas no nível de religião, mas adentrava o mundo natural, a constituição material e a própria capacidade de razão. Tão distante do ideal humano de um letrado espanhol como Sepúlveda, os indígenas só poderiam tender à bestialidade, sendo seres com pouquíssima capacidade racional, cujos estímulos básicos deveriam ser controlados pela guerra, aniquilação ou ferrenha sujeição. A guerra, por conseguinte, seria justa se desencadeada por um poder legítimo, tendo como objetivo último um bem maior. As ideias de Sepúlveda, no entanto, parecem ter sido muito mais formas de legitimar uma cultura de conquista que esmaecia do que um conjunto coerente de postulados de valor jurídico. Sua empreitada teórica tendeu à rejeição depois de Valladolid, e seus escritos permaneceram não publicados até o século XIX.

Durante todo o século XVI e parte do XVII destacar-se-iam essas três propostas jurídicas sobre a *jus ad bellum*: [1] a guerra como necessidade e direito, [2] a guerra justa delimitada e contida por leis e [3] a condenação da guerra como ferramenta de domínio. Essas visões conflitantes da conquista envolviam percepções diferentes sobre o papel exercido pelos espanhóis na América¹⁹⁶. Enquanto Bartolomeu de Las Casas renegava o uso da violência como ferramenta apostólica ou dominadora, Sepúlveda defendia, baseado em conceitos aristotélicos de inferioridade natural e na natureza cristianizadora da missão, a guerra aberta contra os povos indígenas que denominava de infiéis. Francisco de Vitória foi certamente um meio-termo, insistindo num caráter corretivo, *extrema ratio*, para a implementação da guerra. Embora defendesse a ilegitimidade da guerra por simples conquista, não se escusava de justificá-la do ponto de vista do direito natural e das gentes. Certamente, Las Casas inspirou toda uma legislação indigenista. Juan Gines de Sepúlveda, por sua vez, teve seus argumentos rechaçados em Valladolid. Mas Vitória logrou perpetuar sua influência, obtendo êxito como principal formulador de uma ideia de *ius ad bellum* para o cenário do Novo Mundo. A proposta de guerra justa de Vitória e as demais legislações e tratados por ele influenciados contribuíram “[..] para retirar legitimidade à prática predatória dos conquistadores, ao mesmo tempo em que validou

¹⁹⁵ Ibid., p. 309.

¹⁹⁶ Sobre o tema, ver TOSI, Giuseppe. Guerra e direito no debate sobre a conquista da América (século XVI). *Verba Juris*, João Pessoa, v. 5, n. 5, p. 277-320, jan./dez. 2006.

juridicamente o processo de formação das sociedades coloniais americanas”¹⁹⁷. O que se instaurou foi uma dissociação entre categorias díspares de domínio: uma pautada na dominação a partir de uma missão cristianizadora, mais empenhada em catequizar e “pacificar”, embora não ignorasse a instalação de uma concretude política; e outra voltada para questões mais práticas (formação de poderios, exploração econômica, aumento territorial etc.), onde a cruz e o cetro real eram utilizados como elementos legitimadores das guerras cruentas de conquista. Portanto, não é surpreendente que, nesse exato momento de consolidação bélica do poder hispânico na América, as fontes históricas comesçassem a fazer menção a novas categorias de conflito a partir de conceitos novos e antigos, resignificados e empregados nas guerras do Novo Mundo.

Categorias bélicas e legitimidade jurídica: ius ad bellum, conquista e pacificação

A razoabilidade bélica dentro da cristandade obrigava que, ideologicamente, a guerra fosse legítima. Para isso, em seu substrato jurídico e teórico, pressupunha-se que a ação desencadeada por uma das partes fosse justa. O conflito precisava encaixar-se no *ius ad bellum*¹⁹⁸. A noção de uma guerra legítima, ou justa, já era discutida desde as *Siete Partidas*, um extenso código jurídico impetrado por Alfonso X, rei de Castela (1252-1284)¹⁹⁹. Essas discussões prosperaram largamente desde Santo Agostinho, que concebia a guerra como um elemento dos planos e da justiça divina²⁰⁰, crescendo ainda mais em complexidade com a escolástica tomista. O teólogo medieval que mais influenciou as percepções cristãs de guerra justa que seria empregada nas Índias foi certamente São Tomás de Aquino (1225-1274). Sua proposta teórica de *ius ad bellum*, escrita na sua *Summa Teológica*, avançava em relação à noção agostiniana, estipulando alguns motivos específicos, situações delimitadas, preconcebidas como aceitáveis ou

¹⁹⁷ ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. O Ocidente do Ocidente: linhas e perspectivas em confronto. **Revista de História**, São Paulo, n. 170, p. 77-106, jan./jun. 2014, p. 81.

¹⁹⁸ “[...] jurisdictional complexity was an inherent part of the legal order of Iberian society on the eve of conquest”: BENTON, Lauren. **Law and Colonial Cultures**. Local Regimes in World History: 1400-1900. New York: Cambridge University Press, 2002, p. 33. Ver também BENTON, Lauren. The Legal Logic of War of Conquest: truce and betrayal in the early modern world. **Duke Journal of Comparative & International Law**, v. 28, p. 425-448, 2018.

¹⁹⁹ “*Las Partidas*, con sus referencias a Aristóteles y a la Antigüedad y con sus nítidas definiciones de conceptos tales <<fama>>, <<traición>> y <<tiranía>>, constituyen, en cierta medida, una enciclopedia de derecho y teología, un código de conducta legal militar capaz de proporcionar al hidalgo castellano un entramado de ideas admirablemente coherente”: ELLIOTT, John H. **España y su Mundo (1500-1700)**. Madrid: Taurus, 2007, p. 54. O arcabouço jurídico medieval permaneceu como uma importante fonte jurídica no século XVI, consubstanciando vários códigos que comporiam o *derecho indiano*.

²⁰⁰ SANTO AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. São Paulo: Editora Vozes, v. II, 2000, p. 1133; Sobre a mudança operada no pensamento de Agostinho com relação à guerra, ver SOUSA, Rodrigo Franklin de. A Legitimação da Guerra no discurso Ético e Político de Santo Agostinho. **Ciências Da Religião – História E Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 193-208, 2011.

“justas”, nas quais o cristão poderia utilizar a violência e fazer guerra a outrem, tendo sempre em vista que “[...] a guerra que se hace contra los enemigos se busca el bien común”²⁰¹. São Tomás estabeleceu três critérios para que a guerra fosse considerada justa. Primeiro, a guerra deveria ser tratada como uma ação coletiva, não como um usufruto particular: “No incumbe a la persona particular declarar la guerra, porque puede hacer valer su derecho ante tribunal superior”²⁰². Desaconselhava, assim, o que Jérôme Baschet classificou como sistema de guerra de *faide*, levada a cabo pela nobreza medieval para pilhar outras paragens, capturar desafetos e reféns em troca de resgates ou vingar uma ofensa²⁰³. Como parte de uma ação coletiva, a guerra seria efetivamente justa apenas se comandada por um Príncipe, uma autoridade legítima, capaz de agir com justiça e legitimidade. Além disso, outras duas condições estavam fortemente ligadas à justeza bélica: defender-se contra os vitupérios e ameaças e ter boas intenções no desencadeamento do conflito (*ius in bello*)²⁰⁴. A principal questão para o teólogo era estabelecer limites à violência deliberada, criando definições específicas que deixavam as atribuições da guerra à república dos homens, desvinculando-a dos indivíduos e de suas querelas passionais. Essas, por sua vez, deveriam sair dos campos de batalha para os foros, onde a justiça incumbir-se-ia das causas particulares. Na Ibéria, os teólogos e juristas espanhóis, grandes conhecedores das ideias tomistas, foram os mais destacados pensadores do direito de guerra entre os séculos XVI e XVII. Dessa forma, o pensamento escolástico influenciou derradeiramente o direito indiano, tornando-se uma das bases do conhecimento normativo utilizado pela chamada Segunda Escolástica para justificar a contínua expansão dos reinos cristãos da Península sobre as terras gentias²⁰⁵.

Francisco de Vitória foi o grande responsável por formular uma noção de *ius bellum* adequada às necessidades da coroa castelhana, ao mesmo tempo em que respondia às críticas dos que impugnavam a conquista das Índias como mera barbárie. A partir da análise do direito canônico e de outras tradições jurídicas disponíveis, Vitória buscou conjugar o direito divino,

²⁰¹ TOMÁS DE AQUINO, São. **Suma de Teologia**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1990, p. 872.

²⁰² Ibid., p. 337.

²⁰³ BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006. Ver também DUBY, Georges. **A sociedade cavaleiresca**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

²⁰⁴ “Tres cosas se requieren para que sea justa una guerra. Primera: la autoridad del príncipe bajo cuyo mandato se hace la guerra [...] Se requiere, en segundo lugar, causa justa. Es decir, que quienes son atacados lo merezcan por alguna causa [...] Se requiere, finalmente, que sea recta la intención de los contendientes; es decir, una intención encaminada a promover el bien o a evitar el mal”: AQUINO. São Tomás de. **Suma de Teología**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1990, p. 337-338.

²⁰⁵ “[...] o desafio colocado aos europeus, por eles mesmos, foi o de tentar incorporar o Novo Mundo e seus habitantes a sua antiga ordem religiosa e política. O que se fez por meio da conjunção entre missão e colonização, justificada no âmbito da segunda escolástica por meio de um desenvolvimento da teoria do direito natural”: ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. O Ocidente do Ocidente: linhas e perspectivas em confronto. **Revista de História**, São Paulo, n. 170, p. 77-106, jan./jun. 2014, p. 88.

natural e civil em torno de uma proposição coerente dos limites da dominação e da violência no expandido universo hispânico das descobertas ultramarinas. Em sua obra *Relecciones Sobre los Indios y el Derecho de Guerra* (1539), Vitória concluiu peremptoriamente que “Es lícito a los cristianos militar y hacer la guerra”²⁰⁶, desde que se empenhassem na defesa de seus bens e famílias, na luta contra os malfeitores ou na correção de uma injustiça. Em suma, “las guerras deben hacerse para el bien común”²⁰⁷, para garantir a manutenção integral da República e do corpo político. Esse pressuposto, que parecia simples em sua formulação, mostrava-se muito complexo em seus desdobramentos e implicações. A despeito das requisições de alguns missionários, teólogos e juristas, a guerra permanecia como principal ferramenta na expansão dos domínios europeus na América²⁰⁸. Ela prenunciava a apropriação jurídica dos territórios conquistados e a imposição de uma nova soberania. Podemos entender, portanto, que *conquistar y poblar* exigiam uma complexa rotina de ações bélicas. Analisando este quadro, no âmbito das discussões teóricas, a guerra geralmente era representada como *extrema ratio*, a última circunstância. No campo da prática, a guerra aparecia pragmaticamente como mecanismo de expansão e ferramenta de imposição de um *dominium iurisdictionis* sobre uma determinada população e sobre os espaços ocupados por esses grupos humanos. A resistência indígena, em contrapartida, era vista como rebelião contra o justo domínio, desde que os conquistadores respeitassem os tramites e fórmulas que antecederiam a violência desencadeada pela guerra justa.

Muitas dessas situações bélicas de dominação e conquista possuíam a capacidade de gerar um estado de guerra generalizado. Em situações como essas, os espanhóis geralmente recorriam ao que chamavam de *guerra a fuego y sangre*, ou seja, uma guerra brutal, definitiva, considerada justa, de amplos impactos e realizada sobretudo tendo em vista a subjugação total ou a morte dos *rebelados* e *enemigos*. A *guerra a fuego y sangre* era menos uma categoria bélica do que uma percepção e ação dinâmica e politizada do conflito; dinâmica por moldar-se à situação da contraparte hispânica, já que era necessário entrever injustiça, crueldade ou quaisquer outras razoabilidades que levassem os espanhóis a decretar a desumanidade, a bestialidade e o barbarismo dos “índios de guerra”, tornando-os réus pré-julgados e sentenciados aos mais deletérios juízos; politizada pois, como todo o mais envolvendo a conquista hispânica,

²⁰⁶ VITÓRIA, Francisco de. **Relecciones Sobre los Indios y el Derecho de Guerra**. Madrid: Espasa-Calpe S. A., 1975, p. 111.

²⁰⁷ Ibid., p. 131.

²⁰⁸ “From the early sixteenth century until well into the eighteenth, Spain, France, and Britain waged a moral, theological, and legal battle over the legitimacy of the conquest and settlement of the Americas”: PAGDEN, Anthony. Law, Colonization, Legitimation, and the European Background. In: GROSSBERG, Michael; TOMLINS, Christopher (ed.). **The Cambridge History of Law in America**. (1580-1815). Cambridge: Cambridge University Press, v. 1, 2008, p. 3.

entremeava-se em uma complexa discussão jurídico-teológica sustentada e estimulada por diferentes forças políticas, que se digladiavam para obter vantagens e assentar suas razões. No mais, a *guerra a fuego y sangre* comumente era declarada em momentos de considerado risco, de ameaça iminente, de ato atroz ou de qualquer outra *causa belli* significativa e tida como ultrajante. Era um cenário certamente auspiciosos para o desenvolvimento de uma guerra geral, se já não se tratasse de uma. “Geral” por envolver comumente grande parte dos esforços bélicos, da produção econômica e da própria sociedade de uma determinada região, além de requerer uma atenção mais minuciosa da coroa e dos dirigentes locais²⁰⁹.

Por sua magnitude, e pela construção de uma alteridade tão pontuada entre os lados, comumente tornava-se uma guerra que não poupava da escravização os inimigos vencidos; um conflito altaneiro, onde vultosos recursos humanos e materiais deveriam ser reunidos para a derrota final do adversário, amealhados não apenas pelos esparsados grupos de conquistadores, mas pelas próprias autoridades reais; uma luta onde os poderes adjuntos, monárquicos, comunitários e socioeconômicos deveriam ser conjuntamente empregados para derrotar os oponentes. O outro era subsumido em sua alteridade, que de tão aviltante, requeria o máximo empenho em sua destruição peremptória pelas armas, escravização e dominação. No entanto, nem toda conquista desemborcava em uma Guerra Geral, e nem toda Guerra Geral era especificamente uma guerra de conquista. Por isso, não devemos pensar a Guerra Geral como prerrogativa ibérica, nem como um instrumento apenas europeu, pois, como veremos nos próximos capítulo, ela poderia muito bem emergir da persistente e espaiada ação bélica indígena. A conquista, por sua vez, não era uma ação simplória de apropriação da terra. Antes, seria melhor entendida como um esforço hercúleo que começava com o ato de “descobrir” e terminava com a imposição de uma nova ordem sobre o espaço disputado. Descobrir e conquistar eram etapas diferentes de um mesmo processo de formação territorial hispânico. A conquista era uma categoria de guerra ligada à imposição do domínio jurídico, onde as comunidades locais eram submetidas, em diferentes níveis, às leis e ao poder do rei e da Igreja. A descoberta, como categoria de ação, precedia a conquista. Descobrir era, por sua vez, uma ação primordial. É importante definir que o ato que os espanhóis denominavam de “descobrir” não estava essencialmente ligado à ação bélica, mas à capacidade de uma expedição oficial (dotada de uma carta de direitos, como uma

²⁰⁹ Ver a definição de “guerra total” em BELL, David A. **Primeira Guerra Total**. Rio de Janeiro: Record, 2012. Nessa, todo o empenho político, econômico e social de um Estado é capitalizado e posto em prol da vitória e da sobrevivência do corpo político-social; é um conflito integral e sistemático. Uma guerra geral era ainda muito diferente das futuras guerras totais dos mais centralizados, ideologizados e militarizados Estados-nacionais do XIX e XX. O que, não duvidemos, não diminuía seu impacto geral, sua sanguinolência e a obliteração que causaram no Novo Mundo e nas sociedades ameríndias.

capitulação), financiada com recursos régios, privados ou por ambos, de encontrar paragens ainda não conhecidas e catalogadas pelo conhecimento geográfico disponível. Este novo espaço passaria a integrar o raio de ação das forças expansivas, podendo tornar-se marginal e pouco explorado, ou central e extremamente cobiçado. A descoberta estava relacionada à capacidade de exploração e era seguida pela constatação de interesses vitais, reais ou imaginários, que emergiam das possibilidades projetadas naquele novo espaço. Esse momento pré-conquista tinha o papel fundamental de mensurar o espaço, dando-lhe forma em relatos que podiam impulsionar ou desencorajar uma expedição subsequente.

No mais, a guerra permanecia como ferramenta, uma alternativa à submissão pacífica, à aliança e à conversão: o conflito agia como método de garantia jurídica. A função da guerra seria, portanto, consolidar os direitos *ius ad rerum* dos reis, impondo a vassalagens aos nativos, impedindo revoltas e protegendo as novas descobertas da cobiça de outros reinos²¹⁰. A conquista era a concretização de um direito prévio de posse, uma efetivação do domínio régio. Essa preocupação pode ser constatada nas *Instrucciones dadas a los Jerónimos*, escritas pelo cardeal Cisneros (1516). Na dimensão das necessidades espirituais, ordenava-se que “Para que los indios sean industriados en nuestra fe católica, e para que sean bien tratados en las cosas espirituales debe haber en cada pueblo un religioso o clérigo [...]”²¹¹. Mas a verdadeira concepção de conquista que esse documento engendrava é percebida no tratamento que dava aos Caraíbas, grupos indígenas que habitavam algumas ilhas do Caribe e que foram reputados, nos primeiros textos de Cristóvão Colombo, como bestas selvagens e canibais. Contra esses, a conquista era um ato justo e a guerra totalmente legitimada:

Asimismo, les aprovechará mucho, que nos les mandemos dar carabelas aderezadas de bastimentos e otras cosas necesarias para que ellos mismos vayan a tomar los caribes que comen hombres, que son gente recia, y estos son esclavos porque no han querido recibir los predicadores, y son muy molestos a los cristianos, e a los que se convierten a nuestra fe, y los matan, y los comen, y los que truxeren, pártanlo entre sí y sírvanse dellos²¹².

²¹⁰ “Avança-se com o pressuposto de *jus ad rem* sobre terras e mares definidos pelos diplomas pontifícios [...] onde os habitantes, antes mesmo da consagração formal, são súbditos virtuais de um Rei [...] O pacto proposto de vassalagem ou submissão era uma alternativa pacífica ao *in possessionem mittare* materializado pela invasão militar [...] uma guerra justa entendida como acto simples de meter em posse”: SALDANHA, António Vasconcelos de. **Iustum Imperium**: dos tratados como fundamento do Império dos portugueses no oriente: estudo de história do Direito internacional e do Direito português. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004, p. 529. Ver também VINCENT, Bernard. 1492: descoberta ou invasão? Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1992.

²¹¹ *Instrucción dada a los Jeronimos, 1516*, p. 112-121. In: CUESTA DOMINGO, Mariano (ed.). **Normativa para descubrimientos y ordenanzas del Bosque de Segovia**. Madrid: Colegio Universitario de Segovia, 1994, p. 116.

²¹² Ibid., p. 119.

A alteridade produzida pelo canibalismo era utilizada na justificação da conquista e da escravização dos Caraíbas. Como pontuou Christian Kiening, no imaginário europeu, “O ato de comer carne humana esfumaça a fronteira entre o homem e o animal”²¹³. A cristandade ibérica corriqueiramente conectava o canibalismo e os demais rituais do cotidiano religioso indígena com a influência de Satã e com a prevalência do mal sobre as mentes e corpos da humanidade dessa outra parte do mundo. A conquista, então, revestia-se de um firme Norte: a luta contra o mal primordial e contra as forças das trevas, bem representadas na figura dos selvagens violentos e canibais²¹⁴. Enquanto tidos como inimigos da fé e obstáculos diretos ao domínio espanhol, restava-lhes a derrota peremptória seguida da subserviência transformadora. Nesse sentido, a conquista tornava-se um ato não apenas de imposição de um *buen gobierno*, mas uma luta ontológica entre o bem e o mal, uma performance de Guerra Santa no Novo Mundo²¹⁵. Mas, se os conquistadores católicos ousavam recorrer à fé para legitimar o sentido de suas guerras, era essa mesma fé que inspirava a crítica à guerra. Ainda assim, a justificação de que as armas trariam uma espécie de sanidade espiritual ao Novo Mundo foi uma razoabilidade marcial padrão no primeiro século de descobrimentos e conquistas. É nessa ideia que estava sustentado, por exemplo, o já visto Requerimento espanhol, assim como os seus desdobramentos, as guerras de conquista.

A concretização da conquista não era necessariamente o fim da guerra. Por vezes, era necessário pacificar à terra conquistada. A palavra *pacificación* possuía um sentido deveras interessante. Ela pulula nas fontes documentais do Novo Mundo, de forma proporcional ao aumento de animosidade entre espanhóis e indígenas. Talvez o fator mais contraditório que envolvia seus usos seja sua utilização como categoria de guerra. “Pacificar” era, na maior parte dos casos, um chamado à violência. No entanto, a despeito de quase sempre implicar conflito, pacificar um espaço podia consistir ou não em guerra. Seu objetivo principal era impor ou

²¹³ KIENING, Christian. **O Sujeito Selvagem**: pequena poética do Novo Mundo. São Paulo: EDUSP, 2014, p. 139. “Trata-se da integridade do corpo que tradicionalmente desempenhava um importante papel para a representação cristã”: Ibid., p. 139.

²¹⁴ “All The notion of an Amerindian collective servitude to the devil was closely linked to the idea that cannibalism was a widespread indigenous cultural institution”: CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. **Puritan Conquistadors**. Iberianizing the Atlantic (1500-1700). Stanford: Stanford University Press: 2006, p. 88. O horror infundido pelo ato antropofágico levou os missionários a despenderem veementes críticas a esse comportamento cultural dos indígenas. O ato, visto como sinônimo de selvageria e ação demoníaca, era uma das provas cabais da afetação do Diabo no mundo indígena: “Wherever they went in the New World, the europeans found a connection between cannibalism and collective demonic harassment”: Ibid., p. 92.

²¹⁵ “Tal fato se explica porque, para os europeus do final da Idade Média e início da Época Moderna, o devassamento dos espaços trazia consigo uma cristianização e ordenação segundo padrões culturais únicos e hegemônicos [...]: SOUZA, Laura de Mello. **Inferno Atlântico**. Demonologia e Colonização, séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 24.

reafirmar um domínio que se via combalido, ameaçado ou afetado por movimentos contestatórios. A *pacificación* era geralmente uma etapa subsequente à conquista, estando mais frequentemente ligada à supressão de um levante. Parece haver uma ligação interessante entre pacificação e domínio. Pacificar era um passo fundamental para dominar. A revolta pós-conquista era, dessa forma, a desestabilização de um trabalho inicial de povoamento, uma rebelião. Um dos documentos que melhor explicitou o significado de *pacificación* dentro da expansão imperial espanhola foi o conjunto de *Ordenanzas del Bosque de Segovia* (1573) e suas *Leyes de Población*. Esse documento prescritivo, que faziam parte do Código de Ovando, estabeleciam um conjunto de leis para descoberta e povoação de novos espaços, sobretudo na América. Declarava-se que as *ordenanzas* serviriam “[...] para que los descubrimientos, nuevas poblaciones y pacificaciones de las tierras y provincias que en las Indias están por descubrir, poblar y pacificar se hagan con más facilidad y como conviene [...]”²¹⁶. É notório que a palavra *conquistar*, amiúde utilizada antes, foi sumariamente retirada, dando-se preferência a *población* e *pacificación*. A coroa estabelecia a proscrição da conquista e da violência irrazoável como formas de expandir os territórios régios, mas não renunciava à continuidade das descobertas, instituindo uma conduta elaborada para tal ação:

Las personas que fueren a descubrimientos por mar o tierra tomen posesión en nuestro nombre de todas las tierras de las provincias y tierras que descubrieren [...] partes adonde llegaren y saltaren en tierra haciendo la solemnidad y autos necesarios de los cuales tragan fee y testimonio en pública forma en manera que haga [...]”²¹⁷.

Notemos que “Descobrir” continuou como uma política importante dos reinos europeus, mesmo após os anos áureos das primeiras navegações. A Espanha, embora tenha limitado o ato de conquistar, jamais renunciou à descoberta como ferramenta de expansão territorial. A palavra “Conquista”, por sua vez, passou a ser sinônimo de uma guerra gananciosa, cruenta e desnecessária, ao menos segundo a percepção de Juan de Ovando e dos demais juristas que deram forma ao documento. Mas esses foram desenvolvimentos conceituais bem posteriores à época áurea das conquistas, cujo ápice ocorreu antes de meados do século XVI, além do que, à revelia da rejeição à noção de conquista, guerras nesses moldes continuaram a pulular em vários domínios imperiais espanhóis, principalmente em virtude de que, em várias *tierras de guerra*

²¹⁶ CUESTA DOMINGO, Mariano (ed.). **Normativa para descubrimientos y ordenanzas del Bosque de Segovia**. Madrid: Colegio Universitario de Segovia, 1994, p. 170.

²¹⁷ CUESTA DOMINGO, Mariano (ed.). **Normativa para descubrimientos y ordenanzas del Bosque de Segovia**. Madrid: Colegio Universitario de Segovia, 1994, p. 180.

espraiadas pela América, uma empedernida resistência indígena logrou barrar o povoamento e a instauração do domínio espanhol com variados graus de sucesso e durabilidade²¹⁸.

Relegava-se a conquista bélica a ponto secundário da empreitada de povoamento. Proibia-se também o envio premeditado e desnecessário de *gente de guerra*. Qualquer novo povoamento deveria ser feito com parcimônia, preferindo-se a consolidação de relações pacíficas, como o envio de missionários que deveriam negociar e trazer os povos indígenas ao Evangelho. A conquista, tal qual ocorrera nos emblemáticos casos do México e do Peru, era abertamente proibida. Qualquer novo povoamento deveria ser pautado em uma missão espiritual e terrenal que exaltasse o papel desempenhado pela Igreja e pelo rei, livrando a Espanha das ignomínias do que viria a ser chamado de *leyenda negra*²¹⁹. Por isso, as *ordenanzas* decretavam que “Los descubrimientos no se den con título y nombre de conquistas pues habiéndose de hacer con tanta paz y caridad como deseamos no queremos que el nombre de ocasión ni color para que se pueda hacer fuerza ni agravio a los Indios”²²⁰. As novas regras buscavam dirimir os conflitos armados como forma de resolver as querelas que surgiam em meio aos dilemas sobre suserania régia e domínio. Ordenava-se, por exemplo, que “Las personas a quien se quiere de encargar nuevos descubrimientos se procure que sean aprobadas em cristiandad [...] amadoras de la paz y de las cosas de la conversión de indios [...]”²²¹. É difícil imaginar um punhado de conquistadores do século XVI que se encaixasse nesses elevados pré-requisitos morais.

Para entender o sentido inerente de *pacificación*, temos que explorar alguns documentos viscerais sobre a conquista, enraizados na experiência bélica dos espanhóis no Novo Mundo. Jerónimo de Vivar, soldado-cronista da conquista chilena, relatava que as campanhas do capitão Francisco de Villagra, em 1554, no auge do primeiro grande levante mapuche, eram motivadas “[...] porque convenía para la pacificación de la tierra y servicio de su majestad”²²². Pacificar,

²¹⁸ HORN, Rebecca; KICZA, John E. **Resilient Cultures**: America's native peoples confront European colonization, 1500-1800. New Jersey: Pearson Education, 2013.

²¹⁹ A *leyenda negra* nada mais era do que o estigma que demonizou as *conquistas* espanholas, considerando-as verdadeiras guerras ilegítimas e inglórias. Essa visão negativa da ocupação hispânica da América foi gestada em âmbito interno, pelo trabalho crítico de clérigos e humanistas, e no plano internacional, pelos inimigos e rivais da monarquia castelhana. O termo foi cunhado pela primeira vez pelo intelectual espanhol Julián Juderías y Loyot em um ensaio de 1914, chamado de *Estudios acerca del concepto de España en el extranjero*. Sobre o surgimento historiográfico do conceito, ver EDELMAYER, Friederich. The “Leyenda Negra” and the Circulation of Anti-Catholic and Anti-Spanish Prejudices. **European History Online**, Mainz, p. 1-29, 2011 e SÁNCHEZ, Joseph P. **The Spanish Black Legend**. Origins of Anti-Hispanic Stereotypes. Albuquerque, n. 2, p. 1-16, 1990. Um trabalho completo de genealogia história da ideia pode ser visto em ARNOLDSSON, Sverker. **La Leyenda Negra**. Estudios sobre sus orígenes. Göteborg: Göteborgs Universitets Arsskrift, 1960.

²²⁰ CUESTA DOMINGO, Mariano (ed.). **Normativa para descubrimientos y ordenanzas del Bosque de Segovia**. Madrid: Colegio Universitario de Segovia, 1994, p. 194.

²²¹ Ibid., p. 192. As demais *ordenanzas* eram voltadas para elementos da vida política, econômica, social e urbanística das *poblaciones*.

²²² BIBAR, Gerónimo de. **Crónica y Relación Copiosa y Verdadera de los Reynos de Chile**. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico José Toribio Medina, 1966, p. 175.

nesse sentido específico, estava relacionado à capacidade de submeter ao poder do rei os araucanos rebelados, que haviam matado o governador Pedro de Valdivia. Pacificar significava reimpor a ordem e retomar um espaço onde deveria imperar a lei castelhana. A dianteira desse projeto era a formação de uma comunidade fisicamente aglutinada em torno de um núcleo urbano ou protetivo, uma *ciudad* ou *fuerte*. Esse objetivo era, quase sempre, previamente cumprido nos primeiros momentos de cada expedição de conquista, assim que se encontrava um sítio propício para a fixação de uma praça, igreja e solares, corriqueiramente próximo de uma população indígena que seria *encomendada*, ou ainda na área estratégica de algum porto natural, vale ou passagem. A consolidação de uma urbanidade era coroada pela formação de um *cabildo* ou *ayuntamiento*, uma junta representativa dos interesses municipais formada, em seu círculo menor, por um punhado de dignatários empossados em cargos de interesse público; e pelos *vecinos*, em escala maior, a população masculina assentada localmente, possuidora de proeminência, propriedades e direitos políticos e civis²²³. Essas instituições estavam enraizadas na tradição ibérica e no direito indiano, como demonstrado no código de *población* de 1573, que ordenava a partição de quinhões do espaço urbano (*solares*) entre os *vecinos* e a formação, por parte desses, de um *cabildo*. Para alcançar essa disposição espacial, era necessário pacificar às comunidades nativas circunvizinhas aos respectivos distritos. Caso contrário, a cidade poderia ser transformada em um projeto malfadado, como ocorreu com as cidades espanholas ao sul do Biobío entre 1598 e 1604. Quando não pacificada, a redondeza citadina tornava-se um risco monumental para o povoamento espanhol.

A dinâmica da conquista e pacificação funcionava processualmente. Vejamos, por exemplo, as informações do cabildo de Villarrica que tratavam dos trabalhos de guerra e povoamento realizados por Pedro de Valdivia, ainda em 1552: “[...] salió a hacer conquista desta gobernación hacia el Estrecho y en menos de tres años conquistó, fundó y pobló, pacificó y repartió las ciudades de la Concepción [...] y La Imperial y ciudad de Valdivia y Villarrica [...]”²²⁴. A conquista era a primeira manifestação do domínio; significava assentá-lo, primariamente, por meio da submissão dos indígenas e da criação de um novo povoamento: a formalização física e simbólica do poderio do rei. Depois, era necessário povoar o distrito e organizar produtivamente a sua comarca: conquistadores tornavam-se *vecinos*, recebendo cargos,

²²³ “[...] *vecindad* denoted a social and cultural Distinction [...] Through making use of their rights and fulfilling their obligations, *vecinos* thus indicated that they were socially and politically members of the local community [...] It was applied to individuals of all three estates and, in the sixteenth century it was generally granted to all Castilian heads of households”: HERZOG, Tamar. **Defining Nations**. Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America. New Haven e London: Yale University Press, 2003, p. 7.

²²⁴ *Carta del Cabildo de Villarrica a S. M, 20 de Julio de 1552*, f. 85. BN, Manuscritos, f. MS. BA. 5d, f. 88.

formando ajuntamentos e explorando materialmente as potencialidades econômicas com suas *encomiendas* e *mercedes de tierra*. Não raramente, a terra “conquistada” se levantava em polvorosa, o que inviabilizava a exploração do território e do trabalho indígena. Tornava-se necessário, por conseguinte, restaurar a ordem do rei, assentar a dominação e punir os “rebelados”, ações que não raramente recebiam o nome de “pacificação”. Se bem efetivada, recriava-se a estrutura de partição de terras e de mão-de-obra, além dos seus respectivos usufrutos. Como bem notado por Rolf Foerster, a guerra no Reino do Chile, pouco debatida em seus usos e funções durante grande parte do século XVI, funcionava como uma vigorosa ferramenta de “paz” subjugada e de [re]formação dos sujeitos indígenas às necessidades de trabalho dos conquistadores ibéricos²²⁵.

Presumia-se que a pacificação poderia ser garantida pelo uso das armas, desde que enquadrada na vontade de apaziguar as lutas intestinas de uma província. Em uma *probanza de méritos*, datada de 1562, Santiago de Azoca, um experiente soldado que lutara no Peru e no Chile, era rememorado e ufanado pelo escrivão pelos seus feitos junto a Pizarro na cidade peruana de Guamanga (Ayacucho): “[...] se ocupaba y ocupó la gente que con él iba en la sustentación y pacificación de la dicha ciudad y tierra, en todo lo cual [...] sirvió muy bien a S. M. en todo lo que fue mandado y convenía [...]”²²⁶. Esperava-se de Azoca que ele garantisse a segurança citadina e realizasse a submissão dos povos indígenas circundantes, coisas na qual aparentemente logrou êxito, já que o documento pontuava que “[...] se redujo todos los más de los naturales que a la dicha ciudad de Guamanga servían y sus comarcas habitaban”²²⁷. A guerra, estruturada como categoria de pacificação, pretendia reconstruir uma ordem, cuja antítese aparecia na rebeldia nativa e nas suas tentativas de subversão da ordem imposta. Os rebelados deveriam, por conseguinte, ser punidos e reconvocados à condição de paz/submissão; para isso, contava-se com a ação das armas.

Para além de uma conquista fugaz em busca de riquezas, terras ou glórias, pacificar significava subjugar decisivamente. Utilizando-se das forças disponíveis, fosse de espanhóis, fosse de indígenas aliados, a guerra caminhava como forma de deteriorar a resistência dos rebelados, realocando um poder repellido pela força da revolta. Era, por extensão, uma guerra justa, pois funcionava como um braço executivo da lei ao punir o súdito desleal e rebelde que,

²²⁵ FOERSTER, Rolf. Guerra y Aculturación en la Araucanía. In: FOERSTER, Rolf; PINTO, Jorge; SALINAS, Maximiliano. **Misticismo y Violencia en la Temprana Evangelización de Chile**. Temuco: Universidad de La Frontera, 1991, p. 177-178.

²²⁶ *Probanza de los méritos y servicios de Santiago de Azoca, 17 de octubre de 1562*, p.26-161. In: CDIHCh, t. XII, 1897, p. 32.

²²⁷ Ibid.

em sua insurgência, afrontava à própria soberania real. Embora seja difícil imaginar um conquistador espanhol como um pacificador, a ideia central era que as o conflito garantiria a paz por meio da força. Novamente, transformava-se à guerra em ferramenta de domínio, não mais como um passo primário de uma anterior descoberta, mas como reação posterior a uma malograda tentativa de povoamento e exploração. O principal objetivo desta categoria de guerra era, portanto, deixar a terra letárgica e os grupos que a ocupavam obedientes aos conquistadores. A pacificação também poderia ser usada politicamente. Na conturbada conquista do Peru, as diferentes ações em torno do trato com os indígenas poderiam ser utilizadas como argumento para afamar ou difamar aliados e opositores para o rei e para o Conselho das Índias. Em carta escrita ao imperador Carlos I (1535), Francisco Pizarro declarava que “[...] estoy sirviendo a Vuestra Majestad la tierra adentro, pacificándola y poblándola [...]”²²⁸. Já encerrada a conquista principal, Pizarro colocava-se no lugar do vassalo que ordenava e estruturava a terra para seu senhor no ultramar. À revelia de suas conquistas precedentes, sua missão agora consistiria em extirpar qualquer furor e vontade subversiva entre os povos indígenas sujeitados, pacificando-os, como afirmava. Em contrapartida, a chegada de Pedro de Alvarado, famoso acólito de Cortés e conquistador da Guatemala, viria a ameaçar os ganhos de suas campanhas:

[...] y como el mariscal tenía los más de los indios de la tierra pacíficos y debajo del amparo y obediencia de Vuestra Majestad, y tuvo nueva que andaba Alvarado destruyendo los naturales de la tierra y haciéndoles muchos daños, envíole á requerir en nombre de Vuestra Majestad que no consintiese ni diese lugar a que fuesen maltratados los indios que estaban de paz, y otras cosas que convenían para quietud de la tierra y convenientes a la buena pacificación y población della y sosiego de los españoles vasallos de Vuestra Majestad [...]”²²⁹.

Pizarro sagazmente diferenciava suas campanhas militares, voltadas para o que chamava de forma nuançada de *pacificación*, das ações de Alvarado, que retratava como invasivas, gananciosas e deletérias: uma conquista *a fuego y sangre*, uma guerra carente de razão contra populações nativas já pacificadas. Ignorando o cinismo e a profunda contradição com ações passadas e subsequentes do conquistador do *Tawantinsuyu*, compreende-se que o jogo retórico da carta seguia uma clara tendência de justificativa e detração. Justificava-se uma guerra como o caminho para o bom governo e, condenava-se outra como injusta e execrável. De forma geral, as guerras pautadas em pilhagens, escravizações e extermínios, embora largamente praticadas

²²⁸ Carta de Francisco de Pizarro al Rey, enero de 1535, p. 54-57. In: CDIHCh, t. VI, 1895, p. 54.

²²⁹ *ibid.*, p. 54-55.

in loco, eram recorrentemente criticadas e compeliam os mais altos círculos de poder a legislar sobre tais situações. Essa questão já era popular na Espanha desde os primórdios das descobertas e conquistas, mas foi apenas em meados do XVI que uma robusta resposta jurídica foi formulada. Ela veio na forma das *Nuevas Leyes* (1542), que determinavam a cessação de quaisquer guerras de conquista e a não escravização dos indígenas²³⁰. Pode-se elencar ainda o profundo contrassenso da crítica de Pizarro, quando a própria conquista levada a cabo por ele e por seus irmãos no Peru, era tema de acalorados debates jurídicos e teológicos no novo e no velho mundo. A despeito das histórias pregressas, Pizarro preconizava o significado que *pacificación* adquiriria juridicamente décadas depois, como política de Estado: uma forma preferível de submeter novas terras e povos. À conquista sangrenta sobrepunha-se o avanço gradual para os interiores, a *tierra adentro* das urbes e províncias criadas ou conquistadas. Esse trabalho de pacificação presumia a adoção de uma atitude de abertura pacífica por parte dos potentados indígenas, que deveriam paulatinamente abraçar uma nova ordem política, uma outra dinâmica produtiva e uma diferente cosmovisão. Rejeitados os termos gerais do justo domínio, restava às armas a “pacificação” dos sublevados.

Perspectivas e pressupostos: uma conquista ou várias conquistas da América?

Os efeitos das mudanças no cenário da guerra foram sentidos no Novo Mundo desde o começo das conquistas espanholas. Inegavelmente, a capacidade estratégica, técnica e tática parece ter conferido uma vantagem aos diminutos números das hostes indianas frente aos seus inimigos. Entrementes, a despeito de uma massiva vantagem tecnológica, casos como as guerras araucanas parecem subverter essa lógica. Ainda assim, é inegável que, entre a chegada de Colombo às Antilhas e o esmorecer do século XVI, os espanhóis conseguiram expandir e conquistar múltiplos povos espalhados por diferentes locais do continente. O sucesso do empreendimento bélico ibérico sobre os ameríndios originou uma interpretação duradoura das conquistas da América que prestigiava gênio e a cultura europeia ante a selvageria e ilogicidade das práticas de guerra indígenas; não obstante, essa vantagem estava longe de ser plenamente garantida ou categórica, como demonstram os estudos sobre as lutas de resistência indígena espalhadas por todo o Novo Mundo. Essa, certamente, não é uma discussão recente. Faremos

²³⁰ “Item, ordenamos y mandamos que de aquí adelante, por ninguna causa de guerra ni otra alguna, aunque se aso título de rebelión ni por rescate ni de otra manera, no se pueda hacer esclavo indios alguno, y queremos que sean tratados como vasallos nuestros de la corona de Castilla, pues lo son”: *Leyes y Ordenanzas Nuevas hechas para la gobernación de las Indias y buen tratamiento de los indios, Barcelona, 20 de noviembre de 1542*. In: CUESTA DOMINGO, Mariano (ed.). **Normativa para descubrimientos y ordenanzas del Bosque de Segovia**. Madrid: Colegio Universitario de Segovia, 1994, p. 151.

referência a seguir a duas perspectivas sobre as “vantagens europeias”: a primeira, tratando da tradicional inferência à supremacia tecnológica e moral; a segunda, sugerindo uma vantagem cultural *a priori* irremediável, a capacidade semiótica de ler a cultura e usá-la para manipular aos inimigos.

O trabalho seminal de Walter Prescott sobre a conquista do México e do Peru (1843 e 1847, respectivamente)²³¹, que teve considerável influência na historiografia americanista, baseava os sucessos das conquistas espanholas em uma miríade de fatores que, geralmente, contemplavam apenas o lado hispânico, tornando-o repleto de elementos intrinsecamente vantajosos. Dessa feita, mostrava o sucesso espanhol como parte de uma crença própria imbricada entre os conquistadores de que alcançariam bom sucesso mesmo em situações adversas, o que poderia ser traduzido no que geralmente se chama de “boa moral”, refletida nos grandes feitos heroicos e em vitórias espetaculares contra massas pouco entusiasmadas de guerreiros nativos²³². O historiador oitocentista também ranqueava os povos do Novo Mundo em uma escala correspondente ao foco do seu estudo: incas e astecas em vários pontos sobressaíam-se às sociedades pouco ou não “civilizadas” que as circundavam, alcançando maiores graus de desenvolvimento científico e artístico, enquanto os demais grupos indígenas eram considerados menos desenvolvidos e inaptos à mesma condição civilizacional, aperfeiçoando-se à medida em que eram dominados pelas civilizações mais avançadas. Essa superioridade entre as culturas e potentes ameríndios reverberaria em diferentes dificuldades de conquista.

Não obstante, Prescott reconhecia que os indígenas possuíam certas qualidades adaptativas, sobretudo quando logravam usar sua única vantagem imediata: a superioridade numérica. Outro destaque de sua análise era o uso indígena de armas e estratégias de forma assemelhada aos europeus. Como relatara no caso do cerco inca a Cusco (1535-1536), quando os *lazos* ou *boleadoras*²³³ foram usados para deter a cavalaria hispânica (que inspirava um profundo temor aos indígenas), tornou-se muito mais difícil para os espanhóis irromper diante das massas de guerreiros de forma a quebrar suas formações. O exército de Manco Inca era interpretado como

²³¹ PRESCOTT, William. **The conquest of Mexico and The conquest of Peru**. New York: The Modern Library Giant, 1960.

²³² É interessante ver a continuidade dessa crença dentro da historiografia ocidental, a ver, o fato de existir um estado psicológico positivo entre os espanhóis, que enxergavam os sofrimentos como oportunidade de triunfo e glória. Mais de cem anos depois, Charles Gibson escreveria que “In conquest Spaniards demonstrated an almost superhuman determination to overcome obstacles and a supreme indifference to difficulties”: GIBSON, Charles. **Spain in America**. New York: Harper & Row, Publishers, 1966, p. 36. Torna-se crucial questionar se a superioridade psicológica era um padrão factual, uma ocorrência ocasional ou apenas mais um mito das conquistas europeias. Inclino-nos a pensar que a resposta repousa na convergência dos dois últimos fatores.

²³³ Arma de arremesso muito comum entre os indígenas sul americanos, tratava-se de um par ou trio de esferas comumente de pedra e bem polidas, ligadas por fios geralmente de origem animal. Eram muito usadas como feramentas de caça, do que proveio seu uso contra os equinos sob os quais montavam os espanhóis.

um emulador das formas militares espanholas: o próprio Inca montava um cavalo e vestia roupas e adereços espanhóis, alguns soldados indígenas aprenderam a manejar armas espanholas e alguns prisioneiros teriam instruído o Inca e seus comandantes nas artes da guerra europeia. As similitudes entre a força inca e espanhola eram, para Prescott, provas de que os incas possuíam um alto grau civilizacional. Apenas um povo mais desenvolvido teria capacidade de entender a importância de emular tão rapidamente as técnicas superiores de seus inimigos (coisa que, segundo Prescott, os astecas não conseguiram realizar tão bem quanto os incas). Isso geraria irremediavelmente uma maior perícia em batalha, levando-os a interporem um desafio militar mais significativo. No final das contas, Prescott pouco fez para reavaliar o argumento imperante de que as vantagens técnicas e civilizacionais das nações europeias foram e eram (no XIX) a principal vantagem do homem branco sobre os demais povos do mundo. Essa ideia surgia não somente como prova de uma superioridade civilizacional de aspecto quase fatalista, mas também como percepção latente de que o monopólio tecnológico era uma condição *sine qua non* para o imperialismo triunfar, cujo afrouxamento levaria a dominação europeia a tornar-se mais custosa e sangrenta.

Tzvetan Todorov teceu uma análise sobre essas dúvidas a partir de um caso paradigmático²³⁴: qual a explicação para a conquista espanhola do México, visto todas as contrariedades da expedição de Cortés? Para Todorov, além das desvantagens técnicas, da peste e dos levantes indígenas, os mexicas possuíam outro problema fundamental, a forma pela qual interpretavam fatores contingentes e como lidavam com eventualidades. Galvanizados por um substrato cultural que preconizava a ritualização da vida e da morte (e, conseqüentemente, da guerra) de maneira ordenada e a partir de ações e perspectivas ritualizadas, Montezuma e seu povo viram suas capacidades de ação diminuídas quando confrontados com Cortés e seus homens. Os espanhóis, por sua vez, embora não fossem desprovidos de ritualismo, conseguiam manipular de forma eficaz e pragmática a comunicação simbólica, tornando a guerra uma ação teatralizada para impor medo e derrotar as forças indígenas, mergulhadas num universo simbólico profundamente discrepante e desvantajoso para lidar tal situação. A capacidade dos espanhóis de “ler” os símbolos culturais dos mexicas, tlaxcaltecas, cholulas e outros, consistiria em uma vantagem monumental no processo de conquista²³⁵. Nesse sentido, as inovações técnicas, tais quais o ferro, a pólvora, a artilharia, a navegação em grande escala e as táticas de campo apareceriam

²³⁴ TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

²³⁵ “O comportamento semiótico de Cortés pertence a seu tempo e a seu lugar. Em si, a linguagem não é um instrumento unívoco: serve igualmente à integração no seio da comunidade e à manipulação de outrem. Mas Montezuma privilegia a primeira função; Cortés, a segunda”: Ibid., p. 178.

como vantagens secundárias frente à capacidade comunicativa e manipulativa dos espanhóis. Essa abordagem, no entanto, é colocada em xeque quando pensada em um terreno mais amplo. Por que os avanços espanhóis, ao longo do século XVI, esbarraram recorrentemente em guerras prolongadas contra as populações indígenas? Por quais motivos o sucesso dos usos teatrais da comunicação simbólica que foram operados no México e no Peru não lograram êxito em todos os cenários, visto a superioridade comunicativa das forças espanholas? E quanto à tecnologia de guerra, haveria uma real proeminência europeia sobre as demais forças guerreiras do mundo, como sugeria Prescott?

O problema da comunicação foi analisado criticamente no estudo de Matthew Restall sobre algumas concepções geralmente atreladas à conquista da América²³⁶. Discutindo o que considera serem “mitos” da conquista espanhola, o autor promoveu uma discussão sobre a presumida vantagem comunicativa defendida por Todorov:

Historically, the myth of communication was constructed by conquistadors and predominated during Conquest and colonial times. The myth was convenient to Spaniards in that claims that myth by modern scholars also has sixteenth-century roots [...] perhaps the best-known articulation of the modern myth of miscommunication is by Tzvetan Todorov [...] the invaders are either disinterested in communication, or they are so good at it that their skill defeats the natives. The themes of communication and miscommunication have therefore been misused as explanations of the Conquest²³⁷.

A partir desse ponto, Restall teceu uma revisão sobre esse pressuposto da “falha de comunicação”, argumentando que o fator foi mal interpretado e superestimado. A isso, deve-se acrescentar que na narrativa desses acontecimentos praticamente não existe uma visão incólume da saga da conquista que não parta da influência direta ou indireta de copistas, editores, cronistas, clérigos ou letrados europeus. Quando muito, são oriundas de indivíduos imbuídos num mundo de mestiçagem acentuada. Tendo isso em vista, tanto o fator da comunicação quanto os demais mitos da conquista abordados por Restall giravam em torno de uma pretensa superioridade europeia frente à população indígena, seja na capacidade de ler os símbolos do inimigo, seja na tecnologia bélica. Buscando obliterar uma perspectiva que recorre a um etnocentrismo marcante, o autor voltou à questão fundamental de como minguadas tropas de europeus entenderam as grandes conquistas contadas nas *probanzas*, poemas e crônicas. Para entender esse fenômeno, seria preciso, segundo sua análise, atentar para cinco fatores interconectados: as

²³⁶ RESTALL, Matthew. **Seven Myths of the Spanish Conquest**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

²³⁷ *Ibid.*, p. 85.

doenças que dizimaram as populações ameríndias; a desunião interna entre os vários grupos étnico-culturais que compunham essas sociedades; o fator tecnológico dos europeus, sobretudo em torno do uso do ferro e da pólvora; a cultura bélica espanhola e o processo de expansão global das forças europeias durante a era das descobertas. Certamente, cada um desses fatores contribuiu para os sucessos espanhóis sobre as populações indígenas. Não obstante, podemos elencar tal “receita” como pressuposto válido para todos os processos de conquista do Novo Mundo? Sendo mais preciso, podemos chegar, por meio de inferências gerais, a um entendimento específico dos sucessos e insucessos da guerra de Arauco? A partir desses questionamentos, buscamos uma abordagem focal para entender as conquistas espanholas. Aventando o papel da técnica, das divisões dentro do mundo indígena, dos balanços culturais de cada sociedade, da cultura bélica de cada conjunto humano e, dos impactos do povoamento hispânico no universo indígena e na sociedade colonial, podemos advogar que um estudo sobre a “conquista” dos povos originários só pode ser especificamente entendido dentro do seu próprio *locus*. Vejamos, por conseguinte, algumas razões gerais que, se não desacreditam, ao menos enfraquecem as ideias e presunções mais genéricas e generalizadas sobre a conquista espanhola.

O argumento do déficit ou da irrazoabilidade do pensamento de guerra indígena poderia muito bem ser confrontado com o que Claude Lévi-Strauss constatou ao analisar a suposta oposição entre o “pensamento racional” e o dito “pensamento selvagem”: “[...] A maneira pela qual os primitivos conceptualizam seu mundo é, não apenas coerente, mas a mesma que se impões em presença de um objeto cuja estrutura elementar oferece a imagem de uma complexidade descontínua”²³⁸. Lévi-Strauss instava aos que advogavam a vantagem do raciocínio a abandonarem a antítese entre o pensamento lógico-racional e a aparente irracionalidade que pulularia entre os povos ditos primitivos. Se assim fizermos, poderíamos então conceber às formas bélicas nativas como dotadas de uma racionalidade e instrumentalidade diversas. O debate, portanto, sairia do campo de uma mentalidade estruturante para a questão da eficiência. A ideia de uma “mentalidade” como estrutura entrevem comumente a essencialização de todo um povo ante as redomas daquilo que ele pensa “racionalmente” ou “irracionalmente”. Nesse quadro, transformações tornar-se-iam momentos disruptivos: o transformado é predominantemente representado como um ente passivo ou pouco ativo, que age e reage apenas de acordo com a rígida estrutura de sua mentalidade coletiva, que teima em perpetuar-se inalterado, se possível. Desse pressuposto surgiriam muitas categorizações, cuja mais popular talvez seja a do

²³⁸ LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. São Paulo: Editora Nacional, 1976, p. 304.

“selvagem”, preso por sua forma de pensar a uma forma menor e imperfeita de humanidade, cultura e civilização.

Se tomássemos essa perspectiva analítica como regra, poderíamos dizer, por exemplo, que os ameríndios temiam os cavalos por não os conceberem como seres terrenos, mas como entidades sobrenaturais, uma afirmação que não era rara na pena dos cronistas. O binômio da racionalidade secular/religiosa ocuparia um ponto fulcral em nosso estudo, levando-nos a elencar uma hierarquia do pensamento onde, todas as vezes que confrontados com o mesmo quadro, a “mentalidade” indígena pautar-se-ia pela mesma linha de ação: sempre que os nativos enfrentassem espanhóis montados, eles presumiriam, de acordo com a estrutura do seu pensamento, que os cavaleiros eram emissários das deidades ou deuses eles mesmos. Isso, obviamente, serviria para que os arautos da superioridade mental europeia proclamassem as vantagens do pensamento conquistador ante o pensamento ameríndio: incapaz de absorver e entender com celeridade e pragmatismo aos seres quadrúpedes transformados em poderosas armas, os indígenas teimariam em uma tendência de percebê-los como monstros desnaturalizados e invencíveis, até que, depois de um choque no qual foram apenas parte secundária, aprendessem finalmente que os animais eram tão pertencentes a esse mundo quanto eles mesmos. Ora, não foi de forma alguma isso que ocorreu. Muito mais dinâmicas que um monólito estrutural de ideias dadas, as próprias concepções ameríndias mudavam em consonância com os eventos. A eficiência do uso da cavalaria espanhola em combate não se apegaria a uma racionalidade estanque do lado indígena, mas a uma readequação de suas concepções. Logo, os indígenas passariam não somente a matar os animais, mas a capturá-los e treiná-los, tornando-os um fator de vantagem para a sua própria guerra, como ocorreu entre os navajos, comanches, apaches, sioux, kadiwéus, mapuches, tehuelches e outros²³⁹. A eficiência no combate mudara de lado, tanto quanto mudara certas formas de racionalizar a guerra.

Outra concepção preponderante é a ideia de uma conquista longa, articulada e ininterrupta. Os espanhóis teriam dominado de forma avassaladora a maior parte do continente em um punhado de décadas, em um processo que, embora escalonada, fazia parte perceptivelmente de uma mesma guerra: a do espanhol contra o índio, cujos exemplos máximos foram as guerras contra a Aliança Nahua e contra o *Tawantinsuyu*. A conquista do México e do potentado inca, no entanto, são dois processos repletos de idiosincrasias, iniciados respectivamente em 1519 e

²³⁹ Uma perspectiva dos efeitos e dispersão da equitação, ver MITCHELL, Peter. **Horse Nations**. The Worldwide Impact of the Horse on Indigenous Societies Post-1492. Oxford: Oxford University Press, 2015 e JONES, Emily Lena *et al.* Caballos y Humanos en el Nuevo Mundo: investigaciones arqueológicas en América del Norte y perspectivas para Argentina. **Anales de Arqueología y Etnología**. Cuyo, v. 74, n. 2, p. 247-268, jul./dic. 2019.

1532²⁴⁰. O Peru, por sua vez, possuiu um Estado inca até 1570. No que diz respeito ao México, as regiões que circundavam a antiga aliança mexica não foram rapidamente assimiladas à administração espanhola e, entre 1540 e 1542 os espanhóis tiveram que lutar contra os caxcanes e outras etnias na guerra de Mixtón, na qual morreu o afamado conquistador Pedro de Alvarado, após um acidente em combate. As conquistas, portanto, não foram processos rápidos ou decididos em uma batalha ou cerco. Incorporavam-se, na verdade, num processo maior de expansão ibérica. Ao mesmo tempo, eram afetadas por um universo de adversidades. Os meandros de cada conquista englobavam uma série única de peculiaridades nos quais fatores geográficos, biológicos e sociais interagiram de diferentes formas.

Nesses cenários, diferentes ações humanas levavam a diferentes resultados. Pensar as guerras de conquista no Novo Mundo como processo unitário, geralmente circunscrito ao século XVI, leva-nos a uma erosão das características marcantes de cada processo, envoltos em suas próprias situações, acontecimentos e variações. Dessa forma, torna-se incompreensível pensar a “conquista da América” como um processo homogêneo, cuja fórmula explicativa recai em uma equação específica de fatores elencados *a posteriori*. Ora, se esse não é um monólito, certamente não pode suportar sozinho o peso de uma análise dos “porquês” resultantes de miríades de interações de conquista entre europeus e indígenas. Tomando a multiplicidade avassaladora de distintas situações que tradicionalmente denominamos de “Conquista da América”, faz-se necessário reconhecer que “não podemos reduzir a Conquista da América a um único evento ou período. Não houve uma conquista, mas várias”²⁴¹. Portanto, resta-nos reconhecer que houve múltiplas conquistas, adjuntas de perspectivas plurais sobre seu sentido. Mais que uma variedade de formas, objetivos e realizações, as campanhas militares europeias e indígenas no Novo Mundo trouxeram uma enorme variedade de significados. Como notou Steve J. Stern, ao discutir o dilema ainda vivo da variabilidade de percepções sobre as conquistas ibéricas iniciadas a partir de 1492, “There was no single meaning of conquest, then, to those who promoted its cause, but multiple paradigms, fantasies, and utopias”²⁴². É certo que uma quantidade tão grande de subjetividades envolvidas nas conquistas não nublava certas percepções gerais, que serviam como convenientes capas jurídicas e ideológicas para explicar e justificar esses eventos: dominava-se para a glória do reino, para a propagação do nome de Cristo ou para o

²⁴⁰ MILLONES, Luis; LIMÓN OLVERA, Silvia. **La caída de los imperios**. En busca de una perspectiva indígena. Lima: CDE, CIALAC, UNAM, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Pretoperú, 2022.

²⁴¹ FERNANDES, Luiz Estevam de O., FLECK, Eliane Cristina Deckmann. A conquista da América como uma História emaranhada: o intercâmbio de significados de uma palavra controversa. In: **As Américas na Primeira Modernidade (1492-1750)**. Curitiba: Editora Prisma, v.1, 2017, p. 105.

²⁴² STERN, Steve J. Paradigms of Conquest: History, Historiography, and Politics. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 24, p. 1-34, 1992, p. 9.

motivo correlato da “humanização” dos selvagens. Latente a estes fervorosos e ideológicos argumentos, encontravam-se as utopias sugeridas por Stern: a sede por ascensão social, a ânsia pela acumulação de riquezas e, para alguns outros, a oportunidade da conversão dos nativos. Motivos que poderiam estar alinhados ou contrapostos, intersectando-se ou repelindo-se.

Podemos buscar interpretar os dados que nos falam sobre como a guerra de Cortés foi eficiente contra os mexicas de Montezuma. Igualmente, podemos buscar entender como Pizarro e Almagro utilizaram os conflitos internos entre Huáscar e Atahualpa para derrubar o império inca. No entanto, essas análises parecem ser pouco úteis para entender o motivo de Pedro de Valdivia jamais ter obtido êxito em submeter aos araucanos, os insucessos de Francisco Vázquez de Coronado na luta contra os povos indígenas no norte do Novo México ou as dificuldades viscerais da expedição de Pedro de Mendonza e dos primeiros colonos de Buenos Aires, abandonada em 1541. Igualmente, a análise da conquista dos chamados “grandes impérios” pouco nos ajuda a entender a conquista precedente das ilhas caribenhas, ou as prolongadas e exaustivas guerras contra os chichimecas (1550-1590)²⁴³. Obviamente, a desconfiança de explicações pautadas em inferências gerais para as conquistas não pode nos levar a relegar à desimportância as características econômicas, os processos políticos, o substrato cultural e o imaginário disseminado entre os espanhóis e demais europeus que efetivaram as várias conquistas do Novo Mundo²⁴⁴. Ao adotarmos essa visão descentralizada e focal, ainda é possível falar de vantagens ou desvantagens nas guerras de conquista? Como vimos, para Matthew Restall é impossível falar de uma vantagem “comunicativa”, como fizera Todorov. Qualquer pressuposto que implique numa vantagem cultural parece recorrer a um eurocentrismo marcante. Já quanto à tecnologia de guerra, parece ser inegável a vantagem do ferro espanhol contra as lâminas de obsidiana e cobre, as outras ferramentas de pedra, as armas de madeira e quaisquer outras tecnologias de corte ou impacto utilizadas pelos indígenas. As balas de canhão de fato exerciam mais poder de fogo do que as flechas, mas mesmo essa vantagem precisa ser contextualizada. Dependendo do espaço e dos modos de luta, esses objetos de artilharia, armaduras e armas poderiam parecer obsoletos e ineficazes para tais situações. Para Jeremy Black, o pressuposto de que a vantagem tecnológica reverberava sempre em vantagem no conflito é sensível e carece

²⁴³ Termo oriundo do *náhuatl* desprovido originalmente de um valor étnico bem definido, já que era usada para qualificar povos predominantemente nômades e com graus de sofisticação técnica menor que as culturas nahuas que circundavam o *Anahuac*. O termo foi adotado pelos conquistadores para denominar uma miríade de grupos étnico-linguísticos que viviam independentes ao norte do antigo território mexica.

²⁴⁴ Uma interessante reflexão advém da ideia de como diferentes conquistas produziram diferentes Américas, como propôs FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. **Las Américas**. Madrid: Debate, 2004, em sua análise em torno das experiências humanas, das sociedades e dos imaginários desenvolvidos no continente.

de ser analisado dentro de uma conjuntura de eventos²⁴⁵. Dessa forma, o advento da superioridade técnica parece ser mais um elemento contingencial do que um padrão geral. Quando os indígenas de diferentes locais aprenderam a capturar, traficar, criar e adaptar utensílios, animais e estratégias de guerra europeus, a complexidade dos conflitos alcançou outros patamares, geralmente muito mais desvantajosos para os pretensos conquistadores.

A intersecção entre desvantagens técnicas, doenças e acelerada desestruturação social pode ser ponderada como um fator fundamental na desarticulação política do mundo mexica e inca, como bem notou Nathan Wachtel²⁴⁶. Tanto quanto Todorov, Wachtel concordava que certos aspectos da cosmovisão ameríndia colaboraram para a derrocada militar desses povos, mas enquanto Todorov centrar-se-ia na capacidade de leitura semiótica, Wachtel sublinhou que eram os elementos rituais e partes de suas cosmovisões que mais influíram para uma parcial queda nas suas capacidades responsivas, concluindo que “[...] su visión del mundo contribuyó a su derrota”²⁴⁷. Este fosso entre cosmovisões, as “causas psicológicas y religiosas”, como denominou o autor, pode ser atestado em um enorme número de relatos, mas estava longe de ser um fator fundamental para a derrota indígena. Deve-se sobretudo perceber que a cosmovisão e a psicologia coletiva são fatores que se mutavam com o decorrer das respectivas conquistas. Não eram fatores estanques. Essa premissa nos leva à verificação da existência de prolongadas, sangrentas e combativas rebeliões, revoltas e levantes nos anos que sucederam à conquista primeva e à queda dos grandes potentados indígenas²⁴⁸.

A despeito de alguma desvantagem militar oriunda de suas visões de mundo, é premente observar que os processos de conquista desencadearam uma mudança de aspectos apocalípticos entre as comunidades mais afetadas, com um profundo senso de desarraigamento, de

²⁴⁵ “[...] First, the European advantage in military technique and infrastructure should not be exaggerated, although, in comparison with many other societies, there was such an advantage, especially in naval terms, from the start of the sixteenth century [...] Secondly, technology can be seen not as an independent variable, but, in part, as the product of a more wide-ranging set of developments. Thirdly, it is important when discussing the rise and fall of powers to move from a concentration on warfare”: BLACK, Jeremy. Introduction. In: BLACK, Jeremy (ed.). **War in the early modern world, 1450-1815**. London and New York: Routledge e Taylor & Francis Group, 2005, p. 6.

²⁴⁶ WACHTEL, Nathan. **Los vencidos**. Los indios del Perú frente a la conquista española (1530-1570). Madrid: Alianza Editorial, 1976.

²⁴⁷ Ibid., p. 53.

²⁴⁸ Aqui, cito o que asseverou Steve J. Stern sobre o fato das ações e reações europeias e indígenas não estarem somente contidas em um *script* cultural que impossibilitava a adaptação ou a transformação: “[...] the year 1492 launched na era of tremendous cultural fluidity, a struggle not simply to enact inherited cultural scripts and values of the day, but to determine what the values and social arrangements of the day would turn out to be”: STERN, Steve J. Paradigms of Conquest: History, Historiography, and Politics. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 24, p. 1-34, 1992, p. 25.

desestruturação e de destruição de seus padrões de vida²⁴⁹. A proporção do impacto, no entanto, não foi padronizada. Variou grandemente de acordo com o local, com as camadas sociais e com os níveis de resistência interpostos pelos indígenas ao longo do tempo. A experiência da chegada de tão diferentes estrangeiros, por sua vez, certamente produziu um considerável efeito entre as crenças e percepções de mundo dos indígenas que estavam na dianteira das conquistas. Alguns textos, como o de Francisco López de Gómara, e mesmo algumas crônicas e memórias nahuas, sugerem que a invasão espanhola foi vista como uma espécie de advento de suas deidades por alguns povos ameríndios²⁵⁰. No entanto, esses textos são geralmente enviesados e passíveis de um escrutínio crítico. É bem mais provável que os indígenas não tenham demorado muito para além dos primeiros encontros para descartar a crença (se é que tiveram) de que os espanhóis e suas bestas eram seres etéreos, deuses ou seus arautos que traziam o cataclismo para sua era. Dessa maneira, os grandes efeitos da cosmovisão no processo de conquista provavelmente repousaram mais em sua desestruturação e reorganização posteriores, na “Guerra das Imagens”, como classificou Sergei Gruzinski²⁵¹, do que no destino mais imediato da guerra e destruição política dos potentados ameríndios. Não se pode subestimar, no entanto, o grande efeito psicológico da queda de um *Tlatoani* ou de um *Inca* como prisioneiro ou como vítima fatal dos algozes conquistadores²⁵². “Estavam muito receosos, tinham muito medo [...] Um grande pavor se havia difundido, o pavor se espalhava; ninguém se arriscava a fazer o que quer que fosse [...] como se a terra estivesse morta”²⁵³: era a recordação dos sábios mexicas que ajudaram Sahagún a recompor as memórias dos dias que se sucederam à captura de Montezuma pelos espanhóis de Cortés. Logo, a despeito do primeiro trauma, o terror e o estupor transformar-se-iam em raiva e em guerra. No geral, essa dimensão psicológica permanece evasiva e dificultosa para a análise histórica. Wachtel preferiu ver nos elementos da cultura sociopolítica das comunidades do *Anahuac* e do *Tawantinsuyu* os motivos fundamentais de suas

²⁴⁹ “El traumatismo de la Conquista se define por una especie de <<desposesión>>, un hundimiento del universo tradicional”: WACHTEL, Nathan. **Los vencidos**. Los indios del Perú frente a la conquista española (1530-1570). Madrid: Alianza Editorial, 1976, p. 54.

²⁵⁰ GÓMARA, Francisco López de. **Historia General de las Indias y Vida de Hernán Cortés**. Caracas: Biblioteca de Ayacucho, 1979; BAUDOT, Georges; TODOROV, Tzvetan. **Relatos astecas da Conquista**. São Paulo: UNESP, 2019.

²⁵¹ “La aparición y después la imagen instauran y concretan la invasión de un espacio pagano por la divinidad cristiana, consagrado o supuestamente consagrado a cultos idólatras [...] La extirpación del demonio [...] es el preámbulo de una inmediata ‘resacralización operada por la imagen’”: GRUZINSKI, Serge. **La guerra de las imágenes: De Cristóbal Colón a “Blade Runner”, 1492-2019**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 143.

²⁵² Os termos se referem às autoridades hierarquicamente mais elevadas dentro, respectivamente, da aliança mexicana das cidades do vale do México, e do *Tawantinsuyu*, o potentado inca.

²⁵³ *Códice Florentino*, p. 67-216. In: BAUDOT, Georges; TODOROV, Tzvetan (ed.). **Relatos aztecas da Conquista**. São Paulo: UNESP, 2019, p. 124-125.

reverberantes derrotas: “[...] la victoria españolas se debe sobre todo a las divisiones políticas que debilitaban a tales impérios”²⁵⁴. Explorando uma conjuntura que favorecia a descentralização de algumas unidades étnicas em um turbulento tabuleiro político, os espanhóis teriam agido como catalisadores de crises intestinas, sendo agenciados por grupos indígenas que há tempos contrapunham-se à dominação e à influência de Cusco e Tenochtitlán.

A estrutura do Estado ou a ausência parcial ou completa desse é outro fator recorrentemente evocado para entender como algumas sociedades ameríndias conseguiram se interpor às forças espanholas, como pontuamos ligeiramente mais acima. John H. Elliott destacou que, onde se encontravam populações orbitando grandes centros de poder, como entre os mexicas e incas, a conquista espanhola parece ter ocorrido com uma rapidez e intensidade maiores. Ao contrário, entre populações dispersas, o domínio parecia ser sempre de difícil implementação²⁵⁵. Essa interessante observação consubstancia a ideia de uma descentralização do que antes aparecia como uma conquista unitária: diferentes estruturas políticas consistiam em diferentes dificuldades no processo de conquista e dominação. Charles Gibson havia igualmente destacado a profunda importância das dissensões entre os mexicas e outros povos para que os espanhóis firmassem seus pés nas terras que desejavam conquistar²⁵⁶. Sem certa complacência local, seria quase impossível para os invasores provindos do mar firmarem algo como uma sólida e bem defendida cabeça-de-ponte. Os relatos históricos espanhóis, por vezes, esquecem dos fatores logísticos que inexoravelmente permeiam as guerras e batalhas de todos os tempos e lugares, mas quando olhamos para a história da conquista hispânica, percebemos que a solução para os problemas de abastecimento de víveres e transporte de material foi quase completamente provida por aliados indígenas ou, subsequentemente, por nativos cooptados, escravizados ou subjugados nas primeiras conquistas, além de uma quantidade menor de africanos. Todo esse apoio local, destacou Gibson, tornara os espanhóis “[...] less dependents upon supply lines than would have been the case in more conventional military operations”²⁵⁷. A capacidade de autoabastecimento e a preciosa manutenção de um fluxo de suprimentos e de mão-de-obra para a guerra foram fatores fundamentais nas grandes campanhas que ocorreram entre 1519 e 1533, a época

²⁵⁴ Ibid., p. 125.

²⁵⁵ “The imperial structures organized by the Mexica and the Incas, with their concentration of power at a central point, made them vulnerable to a European take-over in ways that the looser tribal groupings of Yucatán or North America were not. Seize the supreme figure of authority and the mechanisms of imperial power were thrown into disarray, as Cortés and Pizarro demonstrated. [...] The Spaniards thus found themselves in a position of authority over vast populations [...] Faced, therefore, by peoples who either resigned themselves to defeat or regarded the Spanish victory as a liberation from Mexica or Inca repression, the conquerors were well placed to consolidate their domination over the heartlands of the empires they had won”: ELLIOT, John H. **Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America, 1492–1830**. Yale: Yale University Press, 2006, p. 60-61.

²⁵⁶ GIBSON, Charles. **Spain in America**. New York: Harper & Row, Publishers, 1966.

²⁵⁷ Ibid., p. 35.

áurea das conquistas. No entanto, mesmo entre esses fatores não houve padrão ou continuidade. Diferentes ambientes traziam diferentes desafios logísticos, além de haver, em várias ocasiões, falta de mão-de-obra para a campanha, ou ainda deserção e rebelião durante seu desencadeamento. Esses dois problemas foram amiúde comuns nos processos de conquista militar do Chile, como veremos.

Reafirmamos: fatores locais e situações focais foram mais relevantes no desenrolar dos acontecimentos bélicos do que uma delimitada forma de ação geral. Nesses casos supracitados, pode-se ainda estudar as diferenças que existiram entre a queda da Cidade do Lago mexicana-tenochca, o desvanecer dos últimos reinos maias e o mais lento crepúsculo do poderio dos senhores andinos do *Tawantinsuyu*. Fatores geográficos e naturais foram fundamentais para o início de uma prolongada resistência nos vales secretos de Vilcabamba, no caso do *Tawantinsuyu*, enquanto os mexicas sofreram um ataque muito mais avassalador, com uma rápida introdução do domínio espanhol sobre os potentados indígenas circundantes, fosse como aliados, fosse como vassalos derrotados. O fenômeno indiscriminado da peste entre os ameríndios também operou de formas diferentes, afetando de pronto os povos caribenhos, cuja população diminuiu drasticamente em questão de pouquíssimos anos, e os povos nahuas, entre os quais os mexicas, que tiveram que lidar com uma enorme epidemia de varíola em meio à guerra aberta contra os espanhóis de Cortés (inclusive, a doença vitimara Cuitláhuac em 1520, *Tlatoani* que substituiu Motezuma II)²⁵⁸. No Peru, é possível que a doença tenha chegado antes dos conquistadores, levando o Inca Huayna Capac e seu herdeiro à cova, o que mergulhou o *Tawantinsuyu* em uma guerra interna entre os seus filhos Atahualpa, de Quito, e Huáscar, de Cusco. Em suma, as adversidades de cada encontro, de cada campanha e de cada situação bélica levaram ao desenvolvimento de idiosincrasias marcantes dentro dos processos de descoberta, conquista e ocupação da Espanha no ultramar.

A guerra não é um evento estanque. Ela ocasiona profundas mudanças e sofre outras tantas sempre que efetivada. Nesse sentido, a guerra produziu formas de lidar com o espaço. Os conflitos também conformaram uma percepção de alteridade, como já aludimos. Geralmente, quanto mais aguerridos, mais distantes da percepção espanhola de “humanidade” ficavam os indígenas. Alonso González de Nájera, soldado-cronista do Chile no início do século XVII, exemplificou bem essa distinção entre o espanhol e o indígena “rebelado” que se insurgia. Em

²⁵⁸ HENNESSY, Alistair. The Nature of the Conquest and the Conquistadors. **Proceedings of the British Academy**, London, n. 81, p. 5-36, dec. 1993, pontua que a peste foi o fator-chave da vitória espanhola sobre as grandes civilizações ameríndias, adjunta das desavenças internas entre diferentes grupos étnicos e facções políticas. Sobre os efeitos da conquista hispânica sobre os povos Nahuas, ver LOCKHART, James. **Nahuas and Spaniards**. Post-conquest Central Mexican History and Philology. Stanford: Stanford University Press, 1991.

seu livro *Desengaño y Reparación de la guerra* (1614), o soldado da Guerra de Arauco caracterizava os araucanos como belicosos, “[...] bárbaros de naturaleza tan inclinados a derramar sangre y comer carne humana, que no se encarece todo lo que se debe su crueldad, em llamarnos crueles fieras; porque a ellas les falta el discurso y luz de la razón, para poderse compadecer en sus usadas carnicerías [...]”²⁵⁹. Posteriormente, Nájera fez uma distinção tipológica dos indígenas, considerando os índios amigos como “seguros y diligentes”²⁶⁰, corajosos, prestativos e de extrema importância em combate²⁶¹. Aos negros escravizados Nájera caracterizava como “[...] alegres, risueños [...] amigos de agrandar y dar placer. Aplícanse a nuestras costumbres, como si el haber venido a ser esclavos, hubiera sido a serlo de sólo españoles”²⁶². Esses diferentes graus de alteridade variavam a partir do grau de resistência interposta por cada grupo ao domínio hispânico. Os índios de guerra, portanto, eram diametralmente diferentes dos espanhóis, pois sua guerra era bestial e seus costumes, barbarizados. Sua natureza era feroz e sua condição, coerente com a sua predisposição natural²⁶³. Os índios amigos e negros escravizados diminuía sua distância existencial em relação aos espanhóis, já que mostravam uma atitude cooperativa e, por isso, passavam a permear, mesmo que apenas tangencialmente, o ideal humano do capitão-escritor, reduzindo o abismo que os tornava não espanhóis.

Essa alteridade aprofundada pela guerra poderia levar a um recrudescimento marcante das lutas e à escravidão legalizada dos indígenas classificados como *de guerra*, como ocorreu no Chile e alhures. O Chile, a *Nueva Extremadura*, foi um espaço gestado em meio a um progressivo embate entre espanhóis e indígenas, no que ficou conhecido como Guerra de Arauco. A guerra não produz, sozinha, um espaço. O comércio, a religião, as necessidades básicas das populações, as percepções culturais, as formas políticas e as relações interétnicas também foram e são fatores importantes na constituição territorial. Ainda assim, a guerra é um dos pilares centrais na estruturação de um território, seja mais enfaticamente, quando se ordena o espaço a partir das necessidades e possibilidades bélicas, seja operando por intermédio de uma percepção imagética latente. Nesse processo, os conflitos moldam vidas com a mesma frequência que privam os seres humanos dela. Por conseguinte, a guerra é resultado e elemento constituinte de

²⁵⁹ GONZÁLEZ DE NÁJERA, Alonso. *Desengaño y Reparación de la Guerra del Reino de Chile*. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889, p. 60.

²⁶⁰ Ibid., p. 277. Sobre essa categoria, ver o trabalho seminal de RUIZ-ESQUIDE FIGUEROA, Andrea. *Los indios amigos en la frontera araucana*. Santiago de Chile: DIBAM, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 1993, sobre o desenvolvimento histórico desse grupo.

²⁶¹ Os chamados *amigos* eram indígenas aliados por intermédio de acordos e relativamente pacificados, podendo ser cristianizados ou não e mantendo relações comerciais e alianças que geralmente contemplavam obrigações de defesa mútua e serviços militares periódicos; poderiam viver na órbita de fortes e cidades, embora não raro preservassem uma relação com suas terras tradicionais.

²⁶² Ibid., p. 265.

²⁶³ Fiero (Feroz) era uma palavra utilizada para destacar o caráter “selvagem” dos indígenas.

uma sociedade. No caso estudado, foi uma imprescindível ferramenta cultural do mundo hispânico durante a sua expansão global, mas também de um mundo indígena, confrontado com a guerra de outrem, aparatada para subverter radicalmente suas formas de vida. Nessas lutas, seriam empenhadas vidas e recursos durante longos anos, décadas ou até mesmo séculos, na tentativa de dominar ao outro e conquistar o lá de lá da fronteira. Os territórios meridionais do Reino do Chile são um exemplo loquaz dessa dinâmica. Com o tempo, seriam transformados no que os contemporâneos da guerra de Arauco costumavam denominar de uma *Tierra de Guerra*.

CAPÍTULO II - A *TIERRA DE GUERRA* PARA OS ESPANHÓIS: DA CONQUISTA DO CHILE AO COLAPSO HISPÂNICO (1541-1604)

O Reino do Chile e a Tierra de Guerra

O presente texto coloca-se como uma tentativa de focalizar os aspectos fundamentais da relação entre guerra e domínio nos espaços *de guerra* da *Nueva Extremadura*. Desenvolveremos uma análise preliminar dos aspectos iniciais da ocupação espanhola do Chile, dando ênfase ao desenvolvimento das legitimações para o exercício da guerra e para a ocupação do espaço. Estudamos, por exemplo, a dinâmica de concessões e os planos da coroa e dos conquistadores para povoar os espaços vacantes de presença espanhola que se estendiam até o Estreito de Magalhães²⁶⁴. Não nos interessa fazer uma dissertação geral sobre os aspectos conjugadas das guerras e das leis que regeram as conquistas da América, pois esse campo já foi explorado por uma extensa historiografia²⁶⁵. Pretendemos, antes, identificar os percursos históricos, as campanhas de conquista e alguns aspectos político-jurídicos que balizaram os conflitos no Chile (XVI-XVII), ajudaram a moldar um território e legitimaram a luta pela dominação dos povos araucanos e das demais etnias e culturas existentes. Dando ênfase à intrincada e conflitiva experiência colonial, seguimos o percurso da guerra de Arauco, elucidando as perspectivas emergentes sobre conquista e formação territorial em um espaço considerado majoritariamente rebelde e não pacificado. Posteriormente, refletiremos sobre a grande rebelião iniciada em 1598 e como os eventos subsequentes abalaram a estrutura de domínio político e espacial das forças espanholas, priorizando a análise dos fatores que levaram os povoadores ao pior revés de toda a sua história de conquista e ocupação no Novo Mundo. Esse evento, um divisor de águas na colonização do Chile, é o ponto culminante deste capítulo. Para destrinchar esses acontecimentos, refletimos, por conseguinte, sobre o estopim que desencadeou o colapso: o massacre do governador Martín García Óñez de Loyola em Curalaba (24 de dezembro de 1598). Buscamos

²⁶⁴ Sobre a importância estratégica e a história do Estreito, ver MARTINIC, Mateo. **Historia del Estrecho de Magallanes**. Santiago de Chile: Editorial Andres Bello, 1977.

²⁶⁵ DUVE, Thomas; PIHLAJAMÄKI, Heikki (ed.) **New Horizons in Spanish Colonial Law**. Contributions to Transnational Early Modern Legal History. A Max Planck Institute for European Legal History: Frankfurt am Main, 2015; WOLKMER, Antônio Carlos (Org). **Direito e justiça na América indígena: da conquista à colonização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998; BATAILLON, Gilles; BIENVENU, Gilles; VELASCO GÓMEZ, Ambrosio (org.). **Las teorías de la guerra justa en el siglo XVI y sus expresiones contemporáneas**. Ciudad de México: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2013; HANKE, Lewis. **La lucha por la justicia en la conquista de América**. Madrid: Ediciones Istmo, 1998; FREITAS, Ludmila Gomides. Princípios jurídicos da colonização do Novo Mundo: O debate sobre a escravidão indígena nas Américas portuguesa e espanhola. **Passagens, Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, setembro-dezembro, p. 456-472, 2015.

estabelecer um conjunto de ponderações sobre esses fatos fundamentais da guerra entre os mapuches e os espanhóis, tendo em vista entender o enorme colapso espacial sofrido pelos conquistadores à luz da reação generalizada dos indígenas contra a dominação estrangeira. Consequentemente, algumas perguntas emergem desse conjunto de reflexões: como as forças espanholas pensaram e elaboraram a conquista e ocupação dessa espacialidade que viria a tornar-se o Chile? Quais as principais ferramentas de domínio sobre as populações indígenas e de ocupação material e simbólica desse espaço? Quais os êxitos e derrotas das poucas forças espanholas no *Nuevo Extremo*? Como os eventos de fim do século XVI contribuíram para o colapso e o remodelamento de toda a estrutura espacial do povoamento espanhol ao sul do rio Biobío? Qual o significado da rebelião de 1598-1604 para a guerra de Arauco e para a ocupação da *Tierra de Guerra*? Passamos agora a refletir sobre as peculiaridades bélicas dos grupos de invasores e sobre as formas de ocupação espacial, com especial destaque para o uso da violência como forma de submeter às populações nativas. Para tal, advém perpassar momentos basilares dos conflitos, ocupações e realizações espanholas durante os anos que vão de 1541 a 1604, datas respectivas de fundação político-jurídica do Reino e do fim do segundo grande levante indígena.

Contingenciados por um número enorme de variáveis adversas (resistência indígena, fatores naturais, ataques estrangeiros etc.), as forças espanholas no Chile encontraram um difícil ambiente para impor a conquista e dominação formal que já haviam exitosamente imposto em outras partes do Novo Mundo. Durante a segunda metade do século XVI, os antigos conquistadores e povoadores lutaram para se estabilizar e, dentro de contidas possibilidades, expandir-se em diferentes direções. Contrabalanceados sobretudo pela intrépida resistência araucana, os as forças hispânicas enfrentaram enormes dificuldades para impor sua forma clássica de domínio, sendo constantemente desafiados a lutar pela sobrevivência hodierna e para manter pequenos ganhos e frágeis rincões que ascendiam como símbolos do poder cambaleante espanhol na *Tierra de Guerra*. Esse cenário nada auspicioso levou a diversos embates, cujo mais proeminente ocorreu entre os anos de 1598 e 1604, ficando conhecido como o “Grande Levante”, ou ainda “Destruição das Sete Cidades”. Notadamente, essa conjuntura levou muitos povoamentos meridionais espanhóis ao colapso generalizado. As forças hispânicas, por sua vez, precisaram repensar suas posições e seus desígnios de poder na região. Tendo em vista esse cenário, buscaremos analisar a dinâmica do desenvolvimento bélico, adjunta da projeção do domínio espanhol sobre esse espaço de guerra.

Da Nueva Extremadura à Tierra de Guerra: conquistas, projetos territoriais e rebeliões (1541-1592)

A especificidade da guerra de Arauco e os desenvolvimentos da conquista do Chile são, primeiramente, oriundos de um conjunto de disposições régias. Essas disposições elencaram a *adelantados*, conquistadores como Almagro e Pizarro, o poder de estabelecer, por meio da conquista, um domínio régio sobre novos espaços, por vezes apenas virtualmente imaginados. É nisso que consistiam as capitulações de Toledo, de 26 de julho de 1529. Estipulava-se que Pizarro obteria direito, como legado real, de fazer conquista e de estabelecer o povoamento de uma faixa de terra que se estenderia por duzentas milhas a partir do porto de Tumbes, conquistado na terceira expedição litorânea da hoste pizarrista²⁶⁶. Almagro obteve mais duzentas léguas de domínio, a partir da fronteira Sul da jurisdição de Pizarro. Seu direito sobre *Nueva Toledo* foi garantido em capitulação real de 19 de julho de 1531, na qual se concedia a Almagro “[...] por nos servir y por el bien y acrecentamiento de nuestra corona real descubrirá, conquistará y poblará las tierras y provincias que hay por la costa de la mar del sur a la parte del levante [...]”²⁶⁷. A falta de balizas mais precisas para mensurar o espaço final da jurisdição do conquistador revelava o profundo desconhecimento espanhol da geografia sulamericana²⁶⁸. Embora Fernando de Magalhães tivesse bordeado parte do território virtualmente espanhol em 1518-1519, as regiões austrais possuíam uma forma puramente imaginativa nas perspectivas cartográficas de então. Já a posterior região do Reino do Chile era um espaço amplamente desconhecido que viria a emergir como desejo de conquista apenas após a queda de Cusco e das prósperas províncias peruanas²⁶⁹. O espaço virtualmente espanhol onde depois formar-se-ia a governadoria do Chile estava, portanto, em um limbo jurídico-geográfico, sem jurisdição clara. Essas primeiras concepções abstratas de partição do espaço imperial hispânico demonstrava a concepção inerente à conquista e ocupação que predominava: a disposição do espaço ocorria

²⁶⁶ *Capitulación Celebrada con Pizarro y Almagro, Toledo, 26 de julio de 1529*, p. 48-57: “[...] doy licencia é facultad á Vos el dicho Capitán Francisco Pizarro, para que por Nos y en Nuestro nombre é de la Corona Real de Castilla podáis continuar el dicho descubrimiento, conquista é población de la dicha Provincia del Perú [...]”: CDIHCh, t. IV, 1889, p. 49. Trata-se das Capitulações de Toledo. O território de Pizarro estender-se-ia por duzentas léguas, até as imediações de Chíncha, e ficaria conhecida como *Nueva Castilla*, embora o nome indígena de *Perú* tenha sido desde o início o mais usual.

²⁶⁷ *Real cédula nombrando a Diego de Almagro gobernador de las tierras que descubriese y conquistase, Valladolid, 19 de julio de 1531*, p. 239-243. In: *Ibid.*, p. 239.

²⁶⁸ Pode-se relacionar esse desconhecimento às dificuldades interpostas pela natureza das regiões meridionais e pelas difíceis campanhas de descobrimento e povoamento que encontraram dificuldades sem precedentes mais ao sul do Novo Mundo. Sobre os desafios cartográficos e a função desse saber como ferramenta de poder na Espanha dos séculos XVI e XVII, ver PORTUONDO, Maria M. **Secret Science: Spanish cosmography and the New World**. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

²⁶⁹ Sobre a formação discursiva da *Tierra de Guerra* no Chile e a composição conflitiva do conflito na Araucanía ver TRIVIÑOS, Gilberto. *El Mito del Tiempo de los Héroes en Valdivia, Vivar y Ercilla*. **Revista Chilena de Literatura**, Santiago de Chile, n. 49, p. 5-26, 1996.

de forma prévia à ocupação, tomando essas terras como *terra nullius*, “espaços vazios” a serem devidamente dominados²⁷⁰.

Em capitulação real de 21 de maio de 1534, o espaço onde viria a se estabelecer o Chile colonial entrou interinamente no poder de Diego de Almagro, a quem se ordenava novamente que “[...] descubrirá, conquistará é poblará las tierras é provincias que hay por la costa de la mar del sur a la parte del levante [...] hacia el estrecho de Magallanes”²⁷¹. A preconização desse espaço como um espaço de conquista estabelecia um parâmetro para o uso das forças bélicas na imposição do domínio. Almagro partiu com uma grandiosa hoste indiana em 1535, atravessando os Andes e chegando ao vale de Copiapó, enquanto Gómez de Alvarado, seu capitão de campo, levou um pequeno destacamento até as imediações do rio Itata, entrando em um conflito pouco significativo com os chamados *aucas* ou *promaucaes* em Rinoguëlen (1536). A expedição deixou uma memória de brutalidade entre os indígenas dos vales centrais e indis pôs essas populações a aceitar mais brandamente o jugo espanhol. Pedro Mariño de Lobera destacou que a missão do capitão deixara um legado de horror e devastação entre os indígenas, “muchos de los cuales llevaron y presos en cadenas y collares no pocos indios de Chile, hombres, y mujeres, cojiéndolos a barrisco y sin distinción [...]”²⁷². Não parece exagero, como vários outros contemporâneos sugeriram, que a expedição de Almagro tivesse iniciado uma fama de maledicências e de desencorajamento com relação às oportunidades materiais e à atratividade de povoar o território do Chile²⁷³. Um número considerável de informes sobre os malogros e agruras da expedição foi escrito, ao que se juntavam também os testemunhos pessoais que certamente inundaram o Peru com a volta dos fracassados conquistadores. Vejamos, por exemplo, uma carta escrita por Diego de Alvarado, acólito do conquistador, na qual acusava aos irmãos Pizarro e defendia a ação do finado capitão Almagro e dos seus partidários, demonstrando, por conseguinte, os insucessos que tiveram na tentativa falha de conquistar e povoar o Chile:

[...] capituló en concierto con él que fuese a la provincia de Chile a conquistar y pacificar [...] se encargó de dicho trabajo é fue con hasta cuatrocientos hombres, por mar y por tierra, en lo cual hizo muy grande costa é gastó todo lo que tenía [...] todo con grandísimos trabajos é

²⁷⁰ SUBIRATS, Eduardo. **El continente vacío**: la conquista del nuevo mundo y la consciencia moderna. Barcelona: ANAYA & Mario Muchnik, 1994.

²⁷¹ *Capitulación con Don Diego de Almagro para la conquista y población de las tierras é provincias que hubiere en doscientas leguas que comiencen desde donde acaban los límites de la gobernación de Don Francisco Pizarro hacia el estrecho de Magallanes, Valladolid, 21 de mayo de 1534*, p. 224-239. In: CDIHCh, t. IV 1889, p. 224.

²⁷² ²⁷² MARIÑO DE LOBERA, Pedro de. **Crónica del Reino de Chile**. In: CHCh. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. VI, 1865, p. 40.

²⁷³ *Pedro de Valdivia a sus apoderados en la Corte, Santiago, 15 de octubre de 1550*, p. 95-144. In: CPV, 1929, p. 99.

peligros é pérdidas, pasando mucha sed é frio é hambre, por grandes sierras é tierras muy ásperas, é nunca en tanto espacio de tierra, por ser, como era, muy fragosa é infructuosa y estéril y pobre de gente y oro y mantenimientos, halló poblar [...]”²⁷⁴.

Uma visão tão negativa certamente não estimulava a participação e o engajamento em grande monta de novos capitães e soldados em uma expedição a espaço tão distante, sobretudo quando terras e *encomiendas* de extremo valor encontravam-se mais acessíveis nos arredores do norte-andinos. Após a retumbante queda de Almagro, o direito de explorar os espaços da costa meridional do Pacífico foi dado a Pedro de Valdivia, em 1539. A mercê foi concedida em recompensa aos serviços marciais prestados ao Marquês do Peru na derrota do seu adversário. Essa concessão, no entanto, não possuía o aval da coroa e, futuramente, demonstrou ser um oneroso problema para o conquistador do Chile. Embora seja possível aventar que Pizarro tenha baseado a decisão em um cedulaário régio, mesmo sob tal conduta, os territórios que viriam a constituir o Chile estavam geograficamente fora das possessões governativas de Almagro, que consistiam na governança da *Nueva Toledo*. Não obstante, é possível que a decisão de Pizarro estivesse balizada por um documento expedido em 3 de novembro de 1536, na qual a coroa ordenava que o Marquês escolhesse e “[...] provea persona que tenga la gobernación y confiando de vuestra fidelidad”²⁷⁵, para tomar posse e conquistar esses territórios no lugar de Almagro, caído em descrédito. Ainda assim, é difícil assegurar a legitimidade da posterior reivindicação de Valdivia, que chegou a sugerir que seu poderio deveria estender-se até o Estreito. A reivindicação aparentava ser frágil até mesmo para o próprio conquistador, que intercedia constantemente pelo reconhecimento de seu governo ao imperador Carlos V, usando como argumento seus trabalhos bélicos e sua difícil situação no Chile, que deveria ser recompensada com a oportunidade de progredir na expansão da província até a passagem explorada por Magalhães, mostrando-se consciente da questão estratégica que se avolumava, envolvendo o acesso ao Pacífico e o papel do Chile como zona de passagem de expedições de curso.

²⁷⁴ *Causa criminal seguida y substanciada en el consejo por comisión de su Majestad [...]*, 17 de abril de 1540, p. 361-441. In: CDIHCh, t. V. Santiago de Chile: 1889, p. 369.

²⁷⁵ *De oficio al gobernador Francisco Pizarro. Sobre el nombramiento de la persona que tenga la gobernación de la provincia de Toledo, muerto Almagro, Valladolid, 3 de noviembre de 1536*, p. 375-377. In: CDIHCh, t. IV, 1889, p. 375. Sergio Correa Bello corroborou a possibilidade da concessão de Pizarro estar pautada em uma cédula real, embora asseverasse que “[...] la no existencia de una referencia a Chile, se desprende claramente la ninguna autoridad que tenía Pizarro para designar a Pedro de Valdivia como teniente de gobernador de un territorio que se encontraba fuera de los límites de la gobernación de Almagro”: CORREA BELLO, Sergio. Los Fundamentos Legales del Primer Nombramiento de Pedro de Valdivia. **HISTORIA**. Santiago de Chile, v. I, n. 21, p. 167-176, 1986, p. 173.

Ao que parece, antes de uma ocupação efetiva, levada a cabo pela expedição de Pedro de Valdivia entre 1540 e 1541, o Chile inexistia como espaço político-jurídico para os espanhóis, apresentando-se como uma “terra de *Chili*” imprecisamente descrita pelos conquistadores do Peru a partir da experiência dos indígenas andinos²⁷⁶. Sem delimitações precisas, conhecimento apurado e condição jurisdicional, o Chile era um nome referencial para um espaço meridional que cambiou de doador para doador, até emergir como uma espacialidade juridicamente balizada pela tomada de posse hispânica e pela formação dos marcos territoriais por excelência da expansão ibérica, as cidades e os fortes. Todo esse momento foi predominantemente formativo, como destacou-o Giorgio Anteí, ao estudar a confecção, ou invenção linguística/retórica de um espaço geográfico e político chamado de Chile: “[...] la ‘invención’ de la región chilena se habría producido a partir de 1537, año en el que se emprendió su exploración [...] lo nuevo, pasara a ser verosímil y, por tanto, a ocupar un lugar en el campo de imágenes y significados preexistentes”²⁷⁷. Se há uma data um pouco mais exata para sua gênese como território político-jurídico (1537-1541), a ocupação e delimitação desse espaço foram muito mais lentas e processuais (e sempre infundas, durante o período colonial), contingenciadas pela experiência histórica dos sujeitos que o conheceram e o ocuparam, conformando suas balizas territoriais e matizando, com sua experiência histórica, sua imagem, representação e delimitação.

Nesse momento neófito da ocupação espanhola na América do Sul, o território sul americano foi dividido em cinco grandes jurisdições, balizados por linhas latitudinais paralelas. Em uma distribuição norte-sul encontravam-se a Tierra Firme, Nueva Castilla, Nueva Toledo, Nueva Andalucia e Nueva León, além da pequena porção da Terra do Fogo e do Estreito de Magalhães. Sobre este braço de mar, tornava-se cada vez mais imperativo que a Espanha aprendesse os segredos da navegação de tão adversa passagem antes que seus adversários²⁷⁸. Por isso, as ordens régias tenderam a estimular a exploração e o mapeamento do Estreito. Em carta régia de 1555, o imperador reforçava essa inclinação: “[...] habemos provido desta gobernación

²⁷⁶ O aspecto é ressaltado por uma fonte antiga, o texto de Jerónimo de Vivar (1558), ao sugerir as origens do nome “Chile”: “Decíanle los indios a don Diego de Almagro que eran unos indios que habían traído del Pirú que hacía en este valle *anchachire*, que quiere decir ‘gran frío’. Quedole al valle el nombre de Chire. Corrompido el vocablo le llaman Chile, y de este apellido tomó la gobernación y reino el nombre que hoy tiene que se dice Chile”: BIBAR, Gerónimo de. **Crónica y Relación Copiosa y Verdadera de los Reynos de Chile**. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico José Toribio Medina, 1966, p. 39. Sobre o tema, ver o capítulo *Del origen del nombre de Chile*, em VICUÑA MACKENNA, B. **Chile. Relaciones Históricas**. Santiago de Chile: Imp. De la Lib. Del Mercurio de E. Undurraga y Ca., 1877-78, p. 3-36.

²⁷⁷ ANTEÍ, Giorgio. **La invención del Reino de Chile**. Gerónimo de Vivar y los primeros cronistas chilenos. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1989, p. 20-21. Sobre o processo de produção cartográfica No Reino do Chile, ver TORIBIO MEDINA, José. **Cartografía Hispano-Colonial de Chile**. Santiago de Chile: Imprenta Universidad San Diego, 1924.

²⁷⁸ ONETTO PAVEZ, Mauricio. Geopolítica Americana a Escala Global: El Estrecho de Magallanes y su condición de “Pasaje-Mundo” en el siglo XVI. **Historia**, Santiago, v. 53, n. 2, p. 521-559, jul./dic. 2020.

hasta el Estrecho de Magallanes y porque nos deseamos saber las tierras y poblaciones que hay de la otra parte del [...] estrecho y entender los secretos que hay en aquella tierra [...]”²⁷⁹. Ordenava-se o envio de missões marítimas de reconhecimento que conseguissem mensurar e descrever a qualidade da terra, suas potencialidades para povoamento e os grupos humanos que habitavam a região. A posição do Reino do Chile começava a aparecer como um importante passo estratégico para a espraçada monarquia espanhola; por isso, cumpria-se a vontade dos seus já finados conquistadores e estendia-se a governação do Reino até o Estreito, visto ser a governança mais próxima dessa região tão distante, geograficamente pouco conhecida e misteriosa.

Quanto à conquista e seus primórdios, notemos que houve um diminuto número de envolvidos na empreitada de Valdivia. Suas forças eram deveras pequenas. Tratava-se de quase duas centenas de espanhóis, alguns poucos milhares de *yanacunas* e uma porção de negros e indígenas escravizados²⁸⁰, oriundos quase todos do litigado Peru. Em sua conquista e gênese político-espacial, em sintonia com os demais reinos ibéricos na atual Latinoamérica, o Chile formou-se etnicamente multifacetado, racialmente miscigenado e socialmente diverso. Isso não impediu a formação e perpetuação de hierarquias raciais e socioeconômicas formadas nos primórdios da conquista territorial. Segundo a crônica de Jerônimo de Vivar, Valdivia despendeu recursos e tempo enviando seus capitães a diferentes localidades do Peru para reunir espanhóis interessados em conquistar o Chile. O conquistador escolheu reunir sua hoste em Callao, à qual posteriormente se juntou o capitão Alonso de Monroy, em Tarapacá, Francisco de Aguirre, no Atacama, e Francisco de Villagra, em Los Caparazones, todos trazendo reforços. Esses soldados eram pessoalmente motivados pela ideia de honrarias e pela promessa de ganhos metalistas, sobretudo pela perspectiva de encontrar ouro, “[...] metal tan codicioso y que por él vienen los españoles a estas partes más que por otra cosa”²⁸¹. No geral, a quantidade coligada de indígenas e africanos livres ou escravizados superava em muito a quantidade de espanhóis. Vivar deu conta de que atravessaram o Atacama “[...] ciento y cincuenta y três hombres y dos clérigos, lo[s] ciento y cinco de a caballo y cuarenta y ocho de pie”²⁸², calando-se, como de praxe nas

²⁷⁹ *Carta de S. M. al adelantado Gerónimo de Alderete, Valladolid, 25 de mayo de 1555*. BNCh, *Manuscritos*, t. f.MS.BA.5d, f. 107.

²⁸⁰ Foram os primeiros de muitos negros escravizados que adentraram na governação, embora, diferentes de outros locais do império espanhol, não tenham constituído uma maioria laboral, como mostram os estudos de MELLAFAE, Rolando. **Breve historia de la esclavitud negra en América Latina**. Ciudad de México: Secretaría de Educación Pública, 1973 no contexto continental e MELLAFAE, Rolando. **La Introducción a la Esclavitud Negra en Chile**. Tráficos y Rutas. Santiago de Chile: Universidad de Chile: 1959, no Reino do Chile.

²⁸¹ BIBAR, Gerónimo de. **Crónica y Relación Copiosa y Verdadera de los Reynos de Chile**. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico José Toribio Medina, 1966, p. 45.

²⁸² *Ibid.*, p. 16.

crônicas memórias da época, sobre o número de *yanocanas* e *piezas* que acompanhavam a expedição. Vivar ainda mencionou a existência de uma gama de pessoas que seguiam à tropa, sem destacar sua ascendência étnica ou geográfica: “Mandó apartar los viejos y viejas y niños de menos de doce años y todos los enfermos y flacos de enfermedades, y mandoles dar provisión para el camino, y mandoles se volviesen a sustierras de donde eran naturales”²⁸³. Divididos em quatro esquadrões, Valdivia ordenou aos que restavam que cruzassem o *gran despoblado* desértico do Atacama, onde uma maior quantidade de bocas inúteis à conquista significaria retardo e perda para toda a tropa. Embora as origens dessa comitiva desmantelada de não combatentes não sejam aclaradas, supõe-se que fosse na sua maioria formada por indígenas e mestiços ligados aos soldados e capitães da hoste indiana.

Outro cronista e soldado dos primórdios da conquista, Góngora Marmolejo, também se empenhou em descrever o início da relação entre Pedro de Valdivia e seus homens. Segundo seu relato, após receber o direito de exploração dado por Pizarro, o conquistador reuniu rapidamente uma companhia de cento e setenta espanhóis e algumas centenas de índios. Parte da hoste logo encontrou-se insatisfeita com as perspectivas dos prometidos ganhos materiais, vendo as dificuldades monumentais que sobrevinham da tentativa de conquistar esse desafiante novo território. A difícil situação enfrentada para chegar aos vales chilenos, a animosidade com os nativos e as parcas perspectivas de ganhos rápidos começaram a germinar planos de fuga e rebeldia. Por isso, tornou-se imperativo para o líder da expedição congratular seus acólitos com prêmios, mercês e terras, elementos que atraíam o interesse dos soldados e tornava-os vinculados com o espaço pelo qual lutavam. Para aplacar e consolidar o poder espanhol, assim que fundou Santiago, Valdivia “[...] repartió solares en que hiciesen casas algunos caballeros que consigo llevaba y otros soldados de menor condición, dándoles indios a todos los más, conforme a la posibilidad de la tierra”²⁸⁴. A insatisfação com as difíceis condições dos primeiros anos de conquista desembocou em sedição e insubordinação. Após debelar os murmúrios de rebelião enforcando os líderes desses movimentos conspiratórios, o conquistador tratou de impor sua liderança definitiva sobre seus homens e sobre a terra que pretendia conquistar.

A noção de uma *Tierra de Guerra* já se estabelecia paulatinamente no Chile, que deixava aos poucos de ser uma espacialidade abstrata e incerta e se consolidava como um novo território, dissociando-se das subdivisões das capitulações de 1534-1539 e, após a fundação de Santiago (1541), tornando-se um novo território administrativo do vice-reino do Peru e da

²⁸³ Ibid.

²⁸⁴ GÓNGORA MARMOLEJO, Alonso de. **Historia de Chile desde su descubrimiento hasta el año de 1575.** In: CHCh. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. II, 1862, p. 6.

Espanha²⁸⁵. O que Pedro de Valdivia objetivava era receber o benemérito régio pelas guerras de conquista que ele levava a cabo, tornando esse novo domínio um espaço legitimamente sobre seu poder efetivo²⁸⁶. Tornava-se imperativo que a coroa legitimasse seu poder sobre esse espaço, para que as guerras travadas e as terras paulatinamente conquistadas não acabassem como prêmio de outrem. Foi nos idos de 1547 que novas necessidades bélicas emergiram. Confrontado com seu extenuante limbo governamental, Valdivia zarpou rumo ao Peru, onde auxiliou o vice-rei Pedro de La Gasca no combate contra seu antigo aliado, Gonzalo Pizarro, completamente derrotado na batalha de Jaquijahuana (1548). A oportunidade auxiliou Valdivia a ganhar as graças do vice-rei e a atravessar com méritos o processo interposto sobre ele, que julgou suas ações no Chile e sua legitimidade como governador. Foi o próprio La Gasca que outorgou o Chile como espaço de governo de Valdivia, partindo do vale do Copiapó e estendendo-se até as imediações da posteriormente fundada Osorno²⁸⁷. Sua função, da qual o conquistador se mostrava consciente, era prover o território conquistado com boa governança, estabelecendo a justiça e as leis régias e possibilitando a contínua expansão do domínio espanhol: “[...] tenía muchas ocupaciones, así en justiciar a los culpados, poner en tranquilidad la tierra y naturales, satisfacer servicios, despachar capitanes que le pedían descubrimientos y dar a V. M. cuenta y razón de todo”²⁸⁸. O cargo de governador, portanto, emergia como institucionalidade máxima do poder espanhol na *Tierra de Guerra* e nas demais partes da governação. Seu poder esteve perenemente ligado à capacidade de seus ocupantes de bem gerir a guerra e de prover o território com os elementos da justiça, segurança e poder impetrados pelas leis do reino espanhol.

No plano das divisões de poderio locais, Pedro de Valdivia pautou sua política de expansão na delegação de deveres. Essa característica era lugar comum na cultura bélica castelhana, já que desde o medievo as hostes conquistadoras eram subdivididas em hierarquias. No topo, predominava a figura do rei, que congratulava seus mais próximos servidores com

²⁸⁵ Sobre a importância das cartas de Valdivia e das primeiras crônicas na formação de uma territorialidade chilena, pode-se pontuar que “Tanto las cartas de relación analizadas como la Crónica de Vivar construyen un entramado que delimita, establece puntos y conexiones entre sitios que antes ni siquiera eran imaginables para los europeos; los textos erigen, de esta manera, una topografía discursiva que debemos tener en cuenta”: PÉREZ, Ezequiel. Territorios del Discurso. Representaciones del Reino de Chile en Pedro de Valdivia y Jerónimo de Vivar (1545-1558). *CELEHIS–Revista del Centro de Letras Hispanoamericanas*, Mar del Plata, v. 27, n. 35, 2018, p. 65-78, p. 66. Pontua-se, igualmente, a importância jurídica da formação de uma cidade e de seu cabildo. Além da produção imagética dos textos, a produção de uma materialidade citadina e da formação de institucionalidades davam forma ao Chile hispânico.

²⁸⁶ *Al Emperador Carlos V, La Serena, 4 de septiembre de 1545*. In: CPV, 1929, p. 11.

²⁸⁷ *Provisión de Pedro de la Gasca, presidente de la Audiencia de Lima, nombrando a Pedro de Valdivia gobernador de Nueva Extremadura [Chile], Cuzco, 18 de abril de 1548*. In: MCD, PARES, AGI, vol. CHILE, 18, R.1, N.1, f. 5-6. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/327842?nm>>. Acessado em: 01, fev. 2022.

²⁸⁸ *Al Emperador Carlos V, La Serena, 4 de septiembre de 1545*. In: CPV, 1929, p. 29.

melhores prêmios e posições oriundos das campanhas militares bem-sucedidas. A mesma situação ocorria no nível hierárquico abaixo, podendo haver uma concessão régia indireta, por meio da figura do vice-rei, por exemplo, ou direta, quando o próprio monarca ou o Conselho responsável outorgava poder a um *adelantado*. Esses indivíduos, por sua vez, geriam essas especialidades doando prêmios, em uma relação mimética da tradição que conectava o monarca com a concessão de mercês régias a partir dos serviços efetivados por seus súditos. Esse aspecto personalista de poder e posse sobre a terra desembocava na concessão de *encomiendas*, na partição do espaço produtivo e de suas populações entre os conquistadores, elementos que começaram a moldar a estrutura econômica e político-social do Reino²⁸⁹. Mas a concentração de poder pessoal também entrava corriqueiramente em choque com as pretensões da coroa. Com o passar do tempo, a repercussão da guerra de Arauco e a posição do Chile como apêndice governativo do vice-reinado do Peru levaram a um suporte e a um intervencionismo político-normativo deveras presentes durante o primeiro século de guerra e colonização. O poder régio buscou continuamente limitar o amplo controle dos antigos conquistadores sobre os espaços conquistados, incorporando um conjunto institucional (vice-reinados, bispados, audiências, Fazenda Real etc.) à vida política, religiosa e socioeconômica dos seus reinos ultramarinos²⁹⁰. Não obstante, os primeiros anos políticos do Chile foram pontuados por uma abrangente independência administrativa, visto os tumultuosos eventos que ocorriam no Peru, mergulhado nas guerras civis almagristas (1537-1542), seguidas da revolta da família Pizarro (1544-1548). Enquanto o Peru passava por instabilidades, no Chile, Pedro de Valdivia confabulava sobre como ocupar o enorme e distendido território até o Extremo Sul do continente²⁹¹.

Em um cenário repleto de conflitos como o Chile, a dificultosa guerra contra os indígenas era largamente utilizada como motivo para reivindicar legitimidade e razão para os pedidos por prêmios e reconhecimento²⁹². A obtenção de mão-de-obra em forma de *encomiendas*, o

²⁸⁹ CONTRERAS CRUCES, Hugo. **Oro, tierras e indios**. Encomienda y servicio personal entre las comunidades indígenas de Chile Central, 1541-1580. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2017, p. 73-114.

²⁹⁰ Veja-se, por exemplo, a requisição da coroa nas *Relaciones Geograficas de Indias*, onde se pediam notícias atualizadas sobre os conquistadores, seus herdeiros, terras e seus feitos após a conquista. É o que exige a real cédula ao arcebispo do México, de 27 de novembro de 1548. Demandava-se notícias exatas dos “[...] conquistadores [...] y los que de ellos son vivos, y sus herederos [...]”: SOLANO, Francisco de (ed.). **Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geograficas e Indias**. Siglos XVI - XIX. Madrid: C. S. I. C, 1988, p. 6. A grande Relação de 1573 especificava os cargos e funções dos agentes coloniais que deveriam ser descritos e relatados. No geral, pedia-se uma relação completa de todos os súditos espanhóis com funções militares, clericais e administrativas minimamente relevantes.

²⁹¹ *Carta al Emperador Carlos V. La Serena, 4 de septiembre de 1545*. In: CPV, 1929, p. 44.

²⁹² Veja-se, em um curto exemplo, a informação de serviços de um soldado chamado Gaspar de Villarroel, que traz a seguinte consideração sobre seus direitos às mercês: “[...] hay muy más justa causa y razón para que se haga muy mayor merced, por haber servido después acá mucho más en aquella tierra de lo que antes había servido,

prosseguimento da conquista dos indígenas "rebelados" e a criação de novas urbes, dominadas por *vecinos/encomenderos/conquistadores*, tornava a guerra um *modus operandi* para continuar a arregimentar braços dispostos a prosseguir na luta contra as populações não pacificadas. É o que nos mostram as *probanzas* de méritos, cartas relatoriais escritas para reivindicar para os soldados os prêmios prometidos por seus capitães. A *probanza* de Francisco de Aguirre, um dos mais destacados capitães de Valdivia, desvela um pouco dessa relação entre guerra, fidelidade e conquistas territoriais: “[...] Pedro de Valdivia, electo gobernador, le dio y depositó caciques e indios al dicho capitán Aguirre en la provincia de los Poromaucaes y en esta de Mapocho, y cree que le sirven y los posee”²⁹³. O mérito da concessão era obtido pelos serviços prestados na guerra contra atacamenhos, diaguitas e picones. Entretanto, o próprio prêmio previa que o congratulado continuasse a conquista e pacificação das regiões sob sua jurisdição. Estabelecia-se, portanto, uma subdivisão do espaço que, para os beneficiários espanhóis, constituía-se como uma oportunidade de granjear fama, poder e glória mediante seus feitos e realizações. Em outras palavras, o sucesso na prestação dos serviços bélicos era congratulado com o repartimento de populações, espaços e potencialidades econômicas, o que estimulava e possibilitava a continuação dos empreendimentos bélicos. A *probanza* sugere que as requisições de mérito do conquistador eram não somente lícitas, como juridicamente coerentes, já que Aguirre dedicou-se com esmero, cumprindo suas obrigações marciais com coragem e valor. Como exemplo, citava-se a resoluta defesa comandada pelo mesmo capitão durante o cerco e ataque do *toqui* Michimalonco a Santiago, ainda em 1541, onde o conquistador conseguiu a muito custo defender as caóticas posições citadinas, enquanto esperavam o socorro de Pedro de Valdivia²⁹⁴. Esse comportamento belicoso, direcionado a um serviço ao rei e culturalmente entendido como honroso, desembocava geralmente na obtenção de posições, em terras concedidas e nos famosos repartimentos de índios.

As *encomiendas*, por sua vez, eram o desejo econômico principal desses conquistadores no século XVI. Uma carta do cabildo de Santiago de 29 de maio de 1549 traduzia essa relação entre serviços bélicos e obtenção de recursos humanos: “[...] y porque también, cuando se

pasando muy mayores trabajos y peligros, con gran costa de su hacienda, por haber sido la fuerza y desvergüenza de los naturales después acá muy continua y muy mayor [...] suplico en el dicho nombre que, teniendo consideración a lo dicho, se le haga merced de la dicha fundición de oro y plata y de la vara de alguacil mayor de aquel reino”: *Información de servicios y varios documentos particulares referentes a Gaspar de Villarroel, 4 de agosto de 1563*, p. 68-94. In: CDIHCh, t. XVII, 1899, p. 69. Sobre a obtenção de posições sociais e as relações de mercês na conquista e ocupação ibérica, ver RAMINELLI, Ronald. **Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

²⁹³ CDIHCh, t. X, 1886, p. 21. *Informaciones de los servicios hechos en las provincias del Perú y Chile por Francisco de Aguirre, La Serena, 26 de septiembre de 1552*, p. 5-47.

²⁹⁴ Ibid., p. 23-24.

proveen las semejantes conquistas y gobernaciones, los que a ellas van pretenden más por el servicio que en ellas hacen a S. M., que se les encomiende en su nombre indios de repartimiento, e no oficios”²⁹⁵. Para além de uma política administrativa deliberada, a guerra de Arauco (iniciada propriamente em 1550, com o avanço espanhol em direção à bacia do Biobío) nasceu como uma peça fundamental no jogo da ascensão socioeconômica pela obtenção de riquezas, méritos e poderios para os conquistadores, envoltos eles mesmos em uma racionalidade muito particularista, acomodada dentro de ideais transversais como a propagação da fé cristã ou o crescimento imperial do reino. Realizadas as conquistas iniciais, o conquistador realizou uma série de ordenações e subdivisões de terras e populações entre seus ansiosos seguidores: “También repartí esta tierra [...] y desmembré a los caciques por dar a cada uno quien le sirviese; y la relación que pude tener fue de cantidad de indios desde ese valle de Mapocho hasta Maui y muchos nombres de caciques [...]”²⁹⁶. As divisões por *encomienda* amiúde não levavam em conta gradações étnicas, vínculos familiares, divisões políticas e outras formas de organização social e territorialização indígenas; antes, rompeu-as, arruinando as antigas formas de territorialização nativas nos vales centrais, utilizando-se, para isso, de uma intervenção ativa e do confronto aberto. Como destacou Hugo Contreras Cruces: “En lo social, la imposición del régimen colonial se materializó fundamentalmente en la reorganización de las comunidades originarias de acuerdo con las necesidades hispanas [...]”²⁹⁷.

A conquista do Chile emergia então sob os auspícios de uma política espacial cimentada na expansão imperial; na formação de uma cadeia hierárquica que embora pudesse ser localmente fluida, estava bastante solidificada em níveis gerais, aglutinada por ideias de honra, dever, alianças, reciprocidades e prêmios; e na disposição socioeconômica dos espaços de conquista, anexados como partes do reino castelhano. Como propôs José Manuel Díaz Blanco, o princípio hierárquico percorria um caminho descendente que se iniciava no próprio rei e nos órgãos peninsulares mais próximos ao seu poder, responsáveis pelos assuntos das *Indias Occidentales* (o Conselho das Índias e a Junta de Guerra), perpassando o vice-reino do Peru e a Audiência em Lima e chegando à governadoria, à futura audiência e aos cabildos chilenos²⁹⁸. No mais, havia uma ubíqua fragmentação das atividades de conquista e ocupação, tanto quanto

²⁹⁵ *Cabildo de 29 de mayo de 1549, Santiago* p.173-177. CHCh, t. I, 1861. p. 174.

²⁹⁶ *Carta al Imperador Carlos V, La Serena, 4 de septiembre de 1545. In: CPV, 1929, p. 44*

²⁹⁷ CONTRERAS CRUCES, Hugo. **Oro, tierras e indios**. Encomienda y servicio personal entre las comunidades indígenas de Chile Central, 1541-1580. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2017, p. 16.

²⁹⁸ *Estructura jerárquica del gobierno español de Chile*. DÍAZ BLANCO, José Manuel. Violencia intra-étnica en Chile a comienzos del siglo XVII. In: LÓPEZ-GUADALUPE, Miguel Luis; IGLESIAS RODRÍGUEZ, Juan José. **Realidades Conflictivas**: Andalucía y América en la España del Barroco. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012, p. 351.

era fragmentada a administração de territórios tão discrepantes e divididos. Isso levava à concepção fundamental de que os trabalhos de conquista e ocupação nunca acabavam (havendo sempre terras e povos adjacentes, *tierra adentro*, que estavam não dominados ou pacificados), tornando a conquista não raro um processo paulatino e oneroso, embora igualmente cobiçado e almejado. Por consequência, a formação da *Tierra de Guerra* foi fruto dessas relações entre os poderes hispânicos, confrontados com a resistência nativa, interposta em virtude da não aceitação da ingerência de vetores estrangeiros sobre seus espaços vivenciais e sobre os elementos fundamentais de sua cultura. O imbróglio que aparentemente constituía a conquista espanhola do Chile era irremediavelmente ligado a um verniz jurídico que a consubstanciava e aspergia legitimidade sobre as ações bélicas dos conquistadores. No que diz respeito ao direito de conquista, esse aspecto da guerra de Arauco foi abordado por Nestor Meza Villalobos, que sublinhou certas peculiaridades locais, como as obrigações bélicas dos *encomenderos* e os mecanismos *in situ* de jurisdição e poder sobre a terra, que eram profundamente atrelados ao domínio citadino sobre um espaço delimitado²⁹⁹. Esses fatores tiveram uma importância considerável no início do empreendimento conquistador espanhol na região e definiram muitas das características expansivas e de povoamento subsequentes.

No caso do Chile, a conquista valdiviana pressupunha, *a priori*, a formação de uma urbanidade que garantisse segurança jurídica e projeção estratégica sobre um território que deveria ser *a posteriori* pacificado. Não obstante, não raramente, nos primeiros anos de ocupação as ânsias pelos usufrutos da conquista tinham que conviver com uma endêmica insuficiência de recursos. As difíceis condições para ocupar a terra levavam os agentes da conquista a procurarem prósperas *encomiendas*, concessões de minas e a apropriação de cargos relevantes nos neófitos espaços citadinos, ganhos rápidos, se possíveis, que os compensassem por todo o trabalho e recursos despendidos. Em paralelo, os conquistadores geralmente seguiam um viés de ação baseado nas precedentes experiências hispânicas no Novo Mundo: distendia-se ao máximo possível os núcleos de ocupação, fossem fortes ou cidades, buscando integralizar um território e submeter seus interiores. De forma essencial, no Novo Extremo, precisavam lidar com os assuntos prementes da guerra e da subsistência, além das sempre desejadas novas conquistas rumo ao Sul. Ao pacificar a terra e congregar os povos indígenas de uma determinada província, Valdivia concebia a continuidade da guerra de submissão, até alcançar às terras austrais, um projeto pessoal e uma política espacial sustentados por um imaginário de heroísmo marcial, por busca de fama e por uma noção de servilismo régio, como demonstrava em seus escritos:

²⁹⁹ MEZA VILLALOBOS, Néstor. **Régimen jurídico de la conquista y de la guerra de Arauco.** In: Estudios sobre la conquista de América. Santiago: Editorial Universitaria, 1971, p. 134-167.

“[...] que no deseo sino descubrir y poblar tierras a V. M., y no otro interese, junto con la honra y mercedes que será servido de me hacer por ello, para dejar memoria y fama de mí, y que gané por la guerra como un pobre soldado, sirviendo a un tan esclarecido monarca, que poniendo su sacratísima persona cada hora en batallas contra el común enemigo de la cristiandad y sus aliados, ha sustentado con su invictísimo brazo y sustenta la honra della y de nuestro Dios”³⁰⁰.

A passagem é especialmente elucidativa sobre o imaginário de conquista e sobre o que um conquistador como Pedro de Valdivia imaginava ser sua missão no Chile. Amalgamavam-se fatores que iam desde a honra de prestar os serviços marciais ao rei, até a luta inflexível contra os povos pagãos, consubstanciando ideologicamente as bases de uma nova aquisição territorial. A concretização desse objetivo, entretanto, foi deveras difícil. Para o sucesso da empreitada na *Nueva Extremadura*, era importante pacificar os espaços que ligavam a isolada cidade de Santiago com o Alto Peru. Antes de expandir o domínio para o Sul, Valdivia precisava facilitar a passagem pelo Atacama e seu *gran despoblado*, além de efetivamente pacificar os vales que iam do Copiapó ao Maipo-Mapocho. Novamente, a *probanza* de Francisco de Aguirre nos fornece um exemplo de cálculo estratégico, relações de reciprocidade e domínio do espaço. Fundada em 1544 por Juan Bohon, tendo como objetivo pacificar os vales setentrionais ao Aconcagua e facilitar a passagem de gente entre o Chile e o Peru, La Serena foi destruída por uma rebelião indígena, em 1549. Percebendo a urgência da situação, Pedro de Valdivia delegou a Francisco de Aguirre a função de refundar a cidade e pacificar os vales circunvizinhos de Comquimbo e Copiapó, o que permitiria que os espanhóis criassem uma estrada segura entre o vice-reinado do Peru e a *Tierra de Guerra* no Chile, possibilitando a vinda de reforços, o comércio e o trânsito entre as regiões:

[...] viendo el señor gobernador don Pedro de Valdivia que esta tierra no se podía sustentar sin que primero estuviese de paz el valle de Coquimbo y Copiapó, porque les tenían tomado el paso y los que habían de venir a estas provincias habían de pasar por allí, e en viniendo y llegando a los dichos valles los dichos naturales les mataban a todos, y viendo que había enviado a conquistar los dichos valles muchas veces, y que habían muerto muchos cristianos y caballos de los vecinos desta ciudad [...] mandó al dicho capitán y teniente Francisco de Aguirre fuese a conquistar el dicho valle, y le encomendó que le conquistase y

³⁰⁰ Carta al Emperador Carlos V. La Serena, 4 de septiembre de 1545. In: CPV, 1929, p. 39.

poblase la cibdad de la Serena, porque los indios naturales del dicho valle habían muerto a todos los vecinos de ella³⁰¹.

A guerra era estrategicamente gestada para trazer segurança às recém-fundadas cidades. Por sua vez, o asseguramento de um caminho livre entre o Peru e o Chile Central mostrava a dependência existente entre os dois lugares. No Chile, a projeção expansiva ocorreu inicialmente a partir de uma série de vetores que saíam do ponto central de povoamento, Santiago. Após sua criação, diferentes tentativas de consolidação de domínio foram feitas ao Norte e ao Sul. A leste, Valdivia elencou a baía de Valparaíso para ser o porto de ligação da cidade com o Pacífico e seus fluxos. Demoraria alguns anos até que os espanhóis atravessassem a cordilheira a Oeste. Ao Norte, o primordial era assegurar a ligação com o Peru, a submissão dos indígenas atacamenhos, diaguitas e picunches (que dominavam os vales e caminhos que ligavam o Peru a Santiago) e a implementação das *encomiendas*. Então, poder-se-ia concentrar toda a força expansiva na direção Sul, até alcançar o desejado Estreito. Os cinco primeiros anos, no entanto, foram dedicados majoritariamente à conquista e pacificação dos vales centrais, sobretudo da área que ia do Aconcágua ao rio Maule, uma terra anteriormente dominada pelos incas. As fontes coloniais sugerem um importante grau de relação entre as lideranças indígenas locais e o potentado inca, já que para os antigos senhores andinos a região ofertava interessantes recursos minerais; por isso, os incas haviam criado ali uma província, dotada dos mecanismos tributários, militares e administrativos subservientes³⁰². A forte resistência enfrentada pelos espanhóis, tanto na expedição de Almagro quanto na de Valdivia, era em parte derivada da atuação das forças incas que, quando da chegada de Pizarro ao Peru (1532), ainda estavam atuantes na região austral, embora fragilizadas em virtude das guerras intestinas entre as linhagens reais rivais (*panacas*) de Huáscar e Atahualpa. Almagro parecia ter noção dessa realidade, levando consigo não apenas milhares de indígenas vindos do Peru como também altos dignatários cusquenhos, como Paullu Inca³⁰³, reivindicando recorrentemente a obediência indígena local e a aceitação da dominação espanhola, pretensos substitutos dos antigos senhores andinos³⁰⁴. Os grandes contingentes de indígenas norte-andinos, geralmente chamados de *yanaconas*, era atestados pelo próprio Valdivia, cuja expedição trouxe outra leva de milhares de indígenas do Peru,

³⁰¹ *Informaciones de los servicios hechos en las provincias del Perú y Chile por Francisco de Aguirre, Segunda Información, Santiago, 14 de septiembre de 1555 p. 47-79. In: CDIHCh, t. X, 1896, p. 53.*

³⁰² Sobre formas de espacialização e, sobretudo, sobre o status, condição e preconceção das “províncias” incas, ver ASTUHUAMÁN GONZÁLES, César W. The concept of Inca province at Tawantinsuyu. *Indiana - Estudios Antropológicos sobre América Latina y el Caribe*. Berlin, v. 28, p. 79-107, 2011.

³⁰³ MARIÑO DE LOBERA, Pedro de. *Crónica del Reino de Chile*. In: CHCh. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. VI, 1865, p. 21.

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 28.

servindo aos espanhóis em atividades fundamentais como na mineração de ouro e sobretudo na guerra: os indígenas locais frequentemente “[...] nos acosaban, matándonos cada día a las Puertas de nuestras casas nuestros anaconcillas, que eran nuestra vida [...]”³⁰⁵, queixava-se o conquistador³⁰⁶. A participação de populações correlacionadas ao *Tawantinsuyu* e provenientes do vice-reinado corroboravam com a tentativa hispânica de ressignificar o antigo território incaico, posicionando-se, num aparente vácuo de poder, como os novos senhores imperiais. A estratégia teve um êxito dúbio: embora *yanaconas* e cusquenhos agenciados tenham prestado valiosos serviços às hostes espanholas, e embora alguns *curacas* locais tenham tido a presteza de estabelecer alianças com os novos conquistadores, muitas populações antes submetidas relegaram os novos senhores e adotaram uma resistência continuada, aprofundada nas regiões meridionais que historicamente haviam resistido à entrada do *Tawantinsuyu*.

Questões como os porquês da resistência nos levarão irremediavelmente à discussão sobre o valor e a difusão da guerra entre os reche-mapuches antes e depois da chegada espanhola. Embora não desconsiderasse a existência outras formas de violência coletiva, Jorge Bengoa julgou a guerra como um elemento distante da sociedade mapuche pré-incaica. Segundo sua perspectiva, “Los *aucas*, la guerra y los guerreros vienen del norte”³⁰⁷. A influência inca e sua expansão oriunda dos Andes setentrionais teriam abalado as estruturas sócio-políticas do mundo promaucae (como denominou-se, nas fontes espanholas, aos nativos que resistiram aos incas)³⁰⁸. A invasão de uma força estatal estrangeira confrontou os indígenas com uma alteridade até então ignorada, levando-os a construir uma suposta identidade (em torno do *mapu*, sua terra, e da gente que a habitava, *che*), decorrente do que “[...] las ideas de organización social y

³⁰⁵ *Al Emperador Carlos V, La Serena, 4 de septiembre de 1545. In: CPV, 1929, p. 25.*

³⁰⁶ Sobre a migração de *yanaconas* e de populações “cusquenhas” para o Reino do Chile, ver VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. **Inmigrantes en busca de identidad: los indios cuzco de Santiago de Chile, entre clasificación colonial y estrategia social.** In: ARAYA ESPINOZA, Alejandra; VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime (eds). **América Colonial.** Denominaciones, clasificaciones e identidades. Santiago: RIL editores, 2011, p. 81-118 VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. **Inmigrantes en busca de identidad: los indios cuzco de Santiago de Chile, entre clasificación colonial y estrategia social.** In: ARAYA ESPINOZA, Alejandra; VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime (ed.). **América Colonial:** denominaciones, clasificaciones e identidades. Santiago: RIL editores, 2011. p. 81-118.

³⁰⁷ BENGOA, José. **Historia de los Antiguos Mapuches del Sur.** Desde antes de la llegada de los españoles hasta las paces de Quilín. Santiago: Catalonia, 2003, p. 36.

³⁰⁸ *Purum Aucas*, que em quéchua significa “inimigos não conquistados”. Trata-se de uma designação genérica, que em nada reflete a identidade étnica das populações indígenas que resistiram ao avanço inca. Sobre o uso do termo e sua relação identitária, ver MANRÍQUEZ, Viviana. *Purum Aucas, «promaucaes»:* de significados, identidades y etnocategorías. Chile central, siglos xvi-xviii. **Boletín de Arqueología PUCP**, Lima, n. 6, p. 337-354, 2002. Osvaldo Silva Galdames entende que os promaucas são parte do grupo mapuche. Especificamente, seriam os grupos mapuches que habitavam as regiões entre os vales do Maipo e do Maule e que interporam resistência ativa à penetração inca. Para mais, ver SILVA GALDAMES, Osvaldo. **Los Promaucaes y la frontera meridional incaica en Chile.** *Cuadernos de Historia.* Santiago: n° 6, julio de 1986, p. 7-16.

militar y la frontera territorial fueron adoptadas”³⁰⁹. Embora as transformações oriundas do contato com os incas sejam já bem constatadas, pode-se questionar se a capacidade de reação e a organização cultural mapuche em torno do uso da violência guerreira possuíam origens tão tardias, já que a penetração mais incisiva dos cusquenhos, com presença militar contínua e maior aparato estatal, ocorreram no decorrer dos cem anos prévios à chegada espanhola, sendo ainda largamente incipiente nas terras que surgiam ao sul do rio Maule. Ademais, o poderio inca encontrava-se em decadência no momento da invasão espanhola.

Ascendendo das redondezas do lago Titicaca, os incas começaram uma expansão avassaladora a partir do começo do século XIV. No *Collasuyu*, as forças andinas já haviam submetido os povos atacamenhos e diaguitas, descendo posteriormente aos vales do Copiapó, do Aconcagua, Maipo-Mapocho, do Cachapoal e do Maule, onde encontraram uma considerável resistência à sua penetração, embalada pelas populações falantes do *mapudungun*, que estavam relutantes em submeterem-se às novas levas estrangeiras e aos seus senhores, cuja expansão foi contida em uma batalha nos entornos do rio Maule. Segundo os relatos posteriores sobre a batalha do Maule, provavelmente reunidos por Garcilaso através da prospecção da cultura oralizada pela qual perpassavam a tradição das narrativas míticas e históricas dos incas, depois de três dias de batalha, as tropas andinas recuaram para a margem norte do rio: “El Inca les envió a mandar que no conquistasen más nuevas tierras, sino que atendiesen con mucho cuidado en cultivar y beneficiar las que habían ganado [...]”³¹⁰. Embora as crônicas e outras fontes pareçam estabelecer um quadro perene de conquista espacial e guerra entre os incas e promaucaes, o caráter da relação entre esses dois grupos pareceu cambiar entre momentos esporádicos de irrupções violentas e uma penetração pacífica, regida por relações diplomáticas pautadas em cerimoniais elaborados e no espraiamento da língua, de aspectos religiosos e dos produtos incas na região³¹¹. A influência andina foi estabelecida por relações de reciprocidade e tentativas de assimilação de líderes locais (*curacas*) aos quadros administrativos e representativos do estado inca³¹². Não obstante, tropas permaneceram continuamente estacionadas em *pukaras*

³⁰⁹ BENGÓA, José. **Historia de los Antiguos Mapuches del Sur**. Desde antes de la llegada de los españoles hasta las paces de Quilín. Santiago: Catalonia, 2003, p. 40.

³¹⁰ Ibid., p. 129.

³¹¹ Embora os incas não prescindissem do uso prático da força, e mantivessem uma mobilização quase que constante, podemos retomar à proposta de WACHTEL, Nathan. **Los vencidos**. Los indios del Perú frente a la conquista española (1530-1570). Madrid: Alianza Editorial, 1976, que via na redistribuição de tributos e na reciprocidade as bases de coesão entre as várias partes e entre as forças emergentes do *Tahuantinsuyu*. Nesse cenário, os tributos ocupavam um papel fundamental.

³¹² Um interessante artigo pode ser lido em LESSA, Andrea. **Paleoepidemiologia dos Traumas Agudos e o império do Tahuantinsuyu no Oásis Atacamenho sob a Perspectiva da Violência**. *Internacional Journal of South American Archaeology*. Doral: Syllaba Press International, n. 5, 2009, p. 68-75. Através do estudo das estruturas

espalhadas do Copiapó ao Maule, o que poderia sugerir uma cautela e certo tensionamento com as populações locais, que obrigavam os incas a despenderem uma presença militar ativa e constante sobre a região.

Novos estudos arqueológicos e etno-históricos parecem confirmar que, ao invés de uma guerra generalizada entre incas e as sociedades do *Collasuyo*, a dominação de Cusco parece ter variado entre uma estratégia assimiladora das lideranças locais, um deslocamento de pequenos números de *mitimaes* (populações transladas de outras partes do *Tawantinsuyu*³¹³) e moderada presença militar, o que pode ser comprovado pela presença dos *pukaras*. Como já citamos, essa presença militar, mesmo que tênue, sugere que a animosidade comum às regiões fronteiriças de um império (sobretudo de um potentado “centralizador” para os padrões ameríndios, como o foi o inca), estimulava irrupções de violência ou de revolta contra os poderes estrangeiros, como sugerem os estudos de Leonardo León, ainda que esses poderes não estivessem baseados em um modelo de dominação brutal e sanguinário³¹⁴. Como bem lembrado do caso hispânico, ainda que de indícios muito mais elusivos, é plausível concebermos que a ausência de contínuas guerras entre promaucaes e incas não significasse a falta ou raridade de relações impositivas e de outras formas de violência dominatória ou contestatória.

A presença inca não passou despercebida entre as populações araucanas mais ao sul do rio Maule, embora o grosso de sua influência provavelmente não tenha atravessado o Chile Central. Ao menos, é isso o que sugerem os dados arqueológicos, que revelam uma influência ceramista incaica mais significativa nas porções setentrionais e centrais do atual território chileno. Objetos, práticas funerárias, povoamentos e nomes de origem quéchua pululavam entre os pincones (picunche-mapochoes), sobretudo na área onde se constatava uma presença ativa de suas forças³¹⁵. As crônicas de mestiços assimilados e conquistadores são igualmente

ósseas remanescentes de populações diaguita-atacamenhas, a pesquisadora não pôde constatar um aumento significativo de mortes com danos físicos e traumatológicos durante o período de dominação inca. Pelo contrário, constatou-se um número maior de traumas físicos com provável origem violenta em períodos anteriores à chegada dos incas, o que parece sugerir uma maior violência decorrente de conflitos interétnicos. Esses dados corroboram com as ideias mais atuais da etno-história sobre a prevalência de fatores pacíficos em detrimento de uma conquista inca ampla e violenta da região do *Collasuyo*. Como adendo, vale destacar que a região diaguita-atacamenha possuía diferentes configurações culturais, políticas, sociais, ecológicas e geográficas, além de diferentes graus de contato com o norte andino. As situações de interação entre os incas e as populações mais austrais, ou mesmo dentro das zonas mais setentrionais, como no Copiapó, podem ter seguido uma dinâmica diferente e, por consequência, mais violenta. Estudos correlatos mais amplos e em outras regiões podem favorecer futuras proposições sobre essas relações.

³¹³ LORANDI, Ana María. Mitayos y Mitmaqunas en el Tawantinsuyu Meridional. **Histórica**, Lima, v. II, n. 1, 1983, 3-50, 1983.

³¹⁴ LEÓN SOLIS, Leonardo. Expansión inca y resistencia indígena en Chile, 1470-1536. **Chungara: Revista de Antropología Chilena**, Arica, n. 10, p 95-115, marzo 1983.

³¹⁵ Sobre o tema da representação dos nativos do Chile Central utilizada pelas fontes espanholas, ver o capítulo *Los conquistadores y la construcción de la imagen del «indio» en Chile Central* de Hugo Contreras Cruces, em

enfáticas, e os vestígios arqueológicos corroboram: os incas faziam-se perceber junto às populações locais. O relato tardio de dom Miguel Olaverria, datado de 1594, conta-nos que, ainda em sua época, era possível ver as antigas edificações defensivas incas nos passos andinos, próximas às passagens para Tucumán, por onde, julgava, passaram as tropas do norte andino a caminho de submeter os *aucas* do *Collasuyo*. Segundo Olaverria, os incas conseguiram impor um domínio parcial que se estendia até o Biobío, comprovado pelos “[...] fuertes que hicieron en el cerro del río Claro, donde pusieron y tuvieron frontera a los indios del estado, con quienes tuvieron muchas batallas [...]”³¹⁶. Auxiliados pela vantagem numérica, continua o informe, os araucanos conseguiram expulsar os incas, repelindo-os até as margens do rio Maule, que se consolidou como o limite mais perene da presença incaica na região. Ainda que os relatos hispânicos pareçam inclinados à afirmação de um cenário análogo ao de uma guerra generalizada entre os incas e os promaucaes da Araucanía e das áreas adjacentes (provavelmente orientados pelo reflexo de sua própria experiência na *Tierra de Guerra*), o quadro dos conflitos entre nortenhos e sulistas andinos parece ser muito mais multifacetado. Os métodos de conquista militar, penetração pacífica e ação diplomática imprimiram diferentes ritmos à presença inca no Chile, que variou de vale para vale e foi muito mais tênue ao sul do rio Maipo. Parece ser difícil endossar a ideia de que essa presença inca que, como vimos, não era integralmente brutal ou sistematicamente violenta, tenha produzido, como sugeriu Jorge Bengoa, em um período de tempo limitado, uma valorização tão significativa da guerra, ou o surgimento correlato de um segmento guerreiro acentuado entre essas populações reche-mapuches. Resta-nos inferir que os elementos que constituíam a cultura guerreira encontrada e confrontada pelas forças espanholas de Valdivia, têm origem mais antiga que a pressão inca sobre a região. Ainda assim, parece sensato sugerir que a experiência com o potentado incaico causou modificações nas formas mapuches de fazer guerra, tal como ocorreu com a posterior presença espanhola. Quando as forças do império andino chegaram à província dos promaucaes, encontraram uma reação pausada na associação guerreira de grupos dispersos, mas coesamente empenhados na defesa de suas terras e de suas autonomias. Essa bem sucedida associação de famílias, *lebos* e guerreiros obteve êxito parcial ao afastar o domínio estrangeiro das regiões abaixo do rio Maule, embora os vales setentrionais tenham entrando para a órbita do poderio de Cusco.

ARAYA ESPINOZA, Alejandra. VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime (eds). **América Colonial**. Denominaciones, clasificaciones y identidades. Santiago: RL editores, 2010.

³¹⁶ *Informe de don Miguel de Olaverria sobre el reino de Chile, sus indios y sus guerras*, 1594, p. 390-422. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. IV, 1960, p. 399.

A sombra do que fora o potentado inca ainda podia ser percebida nos vales centrais do Chile quando Pedro de Valdivia cruzou o Atacama, como demonstrava a presença do cacique Quilicanta, uma liderança de origem sententrional que governava sobre *mitimaes* e indígenas dos ditos vales, “Por ser valeroso y ser uno de los Incas de Perú estaba puesto por el Inca en esta tierra por gobernador [...]”³¹⁷. Este remanescente do domínio cusquenho estava em guerra aberta com dois curacas locais do vale do Aconcágua, Michimalonco e Tangalonco, dois líderes picunches-mapochos que, com a decadência dos senhores incas do Norte e a saída apressada de Almagro do Chile, disputavam com outros *curacas* a preeminência sobre os vales do Aconcágua. A região era especialmente interessante tendo em vista a existência de “[...] grandes minas de oro, porque ya habemos visto las minas donde los Incas, grandes señores del Pirú, se le[s] sacaba [...] y se lo enviaban al Cuzco [...]”³¹⁸. O valor aurífero da região, agregado à necessidade de mão-de-obra e, sobretudo, de sustento, levou o bando espanhol a investir em um empreendimento militar de asseguramento territorial pautado no desmantelamento de *pukaras*, fortalezas de pedra ou de madeira construídas em locais geoestratégicos³¹⁹; na instauração de uma nova ordem política e econômica baseada na *encomienda* e na *mita*; e na criação de fortalezas em áreas potencialmente rebeldes, além de vislumbrar um avanço em direção às províncias meridionais dos indígenas promaucaes ou *aucas*³²⁰, termo quéchua para definir um grupo indígena não dominado e contrafeito à dominação dos incas. Antes, no entanto, foi necessário lançar mão da guerra para dispor das riquezas minerais, com a exploração de jazidas em Marga Marga e dos demais recursos, braços e armas das populações ditas picones ou picunches e de outros grupos étnicos que habitavam os vales do Limarí, Aconcágua, Quillota, Maipo-Mapocho, Cachoapol, Rancuaga e Maule, além das áreas adjacentes (ver figura 2). Essa guerra consistiu majoritariamente no ataque aos *pukaras* indígenas que se erguiam impávidos desde o Copiapó, uma antiga e recorrente técnica local para resistir aos seguidos ataques norte-andinos

³¹⁷ BIBAR, Gerónimo de. **Crónica y Relación Copiosa y Verdadera de los Reynos de Chile**. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico José Toribio Medina, 1966, p. 38. Sobre o tema, BOUYSSÉ-CASSAGNE, Thérèse. Las minas de oro de los incas, el sol y las culturas del Collasuyu. **Bulletin de l’Institut Français d’Études Andines**, v. 46, n. 1, p. 9-36, 2017.

³¹⁸ Ibid., p. 75. Referindo-se à conquista incaica do Chile, Cieza de León, em sua *Crónica del Peru* (1554), falou que Topa Inca Yucapaqui: “[...] hizo algunos edificios y tributáronle de aquellas comarcas mucho oro en tejuelos. Dejó gobernadores y mitimaes; y puesta en orden lo que había ganado, volvió al Cuzco”: CIEZA DE LEÓN, Pedro. **Crónica del Perú**. El señorío de los Incas. Caracas: Biblioteca de Ayacucho, 2005, p. 432. Sobre a presença inca no Chile Central, ver PAVLOVIC BARBARIC, Daniel *et al.* *Rituales de la vida y de la Muerte: dinámicas de interacción entre el Tawantinsuyu y las poblaciones locales en la cuenca del Maipo-Mapocho*, Chile Central. **Estudios Atacameños**, San Pedro de Atacama, n. 63, p. 43-80, dic. 2019.

³¹⁹ “[...] ubicados en sitios elevados de difícil acceso, fáciles de defender y apropiados para arrojar proyectiles, fueron contruidos con murallas de piedras y en algunos casos se describen entradas de madera y estacadas o palenques”: STEHBERG, Rubén. **Instalaciones Incaicas en el Norte y Centro Semiárido de Chile**. Santiago de Chile: Dirección de Bibliotecas, Archivos e Museos y Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 1995, p. 39.

³²⁰ LA VEGA, Garcilaso. **Comentarios reales de los incas**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976, P. 127-128.

que, futuramente, seria igualmente importante, embora com características próprias, na defesa autóctone da Araucanía³²¹.

Debelada a primeira conflagração, liderada por Michimalonco, os espanhóis fundaram uma casa forte nas ribeiras de Limache e tentaram deslanchar o empreendimento mineiro que, no entanto, foi momentaneamente abortado pela resistência tenaz dos indígenas de Quillota e Aconcagua, submetidos apenas em 1544. Os vales centrais foram varridos por conflitos inclementes durante a meia década inicial da conquista hispânica, com contingentes indígenas mobilizados por chefaturas locais e norte-andinas em uma luta predominantemente defensiva de certos vales e pontos estratégicos³²². A região era além do mais propícia para a agricultura, havendo obras hidráulicas como canais de irrigação e terras plenamente aráveis, sobretudo devido à capacidade das populações indígenas do centro-norte de “[...] importar la tecnología andina, las semillas, las herramientas y numerosos elementos agrícolas de los vecinos con mayor desarrollo tecnológico, adaptándolo a su situación austral”³²³. Após a feitura de alianças e da dominação *a fuego y sangre*, esses indígenas agora cognominados de *amigos* ou *encomendados* iriam servir nas guerras de conquista araucanas como valiosos aliados³²⁴. O rio Maule marcava, então, a extensão máxima mais provável de penetração político-militar perene do *Tawantinsuyu* (embora a influência inca pudesse ser constatada muito mais ao sul, em diversos campos como na religião, cultura material, língua etc.³²⁵), aonde, segundo relatavam os cronistas, uma batalha entre as tropas andinas e os guerreiros *aucas* nas ribeiras do dito rio teria barrado o avanço militar dos cusquenhos³²⁶.

³²¹ LEÓN SOLIS, Leonardo. La resistencia anti-española y el rol de las fortalezas indígenas en Chile Central, 1536-1545. **Cultura, Hombre, Sociedad**, Temuco, v. 3, n. 1, p. 53-116, 1986.

³²² LEÓN SOLIS, Leonardo. La guerra de los Lonkos en Chile central, 1536-1545. **Chungara: Revista de Antropología Chilena**, Arica, n. 14, p. 91-114, 1985.

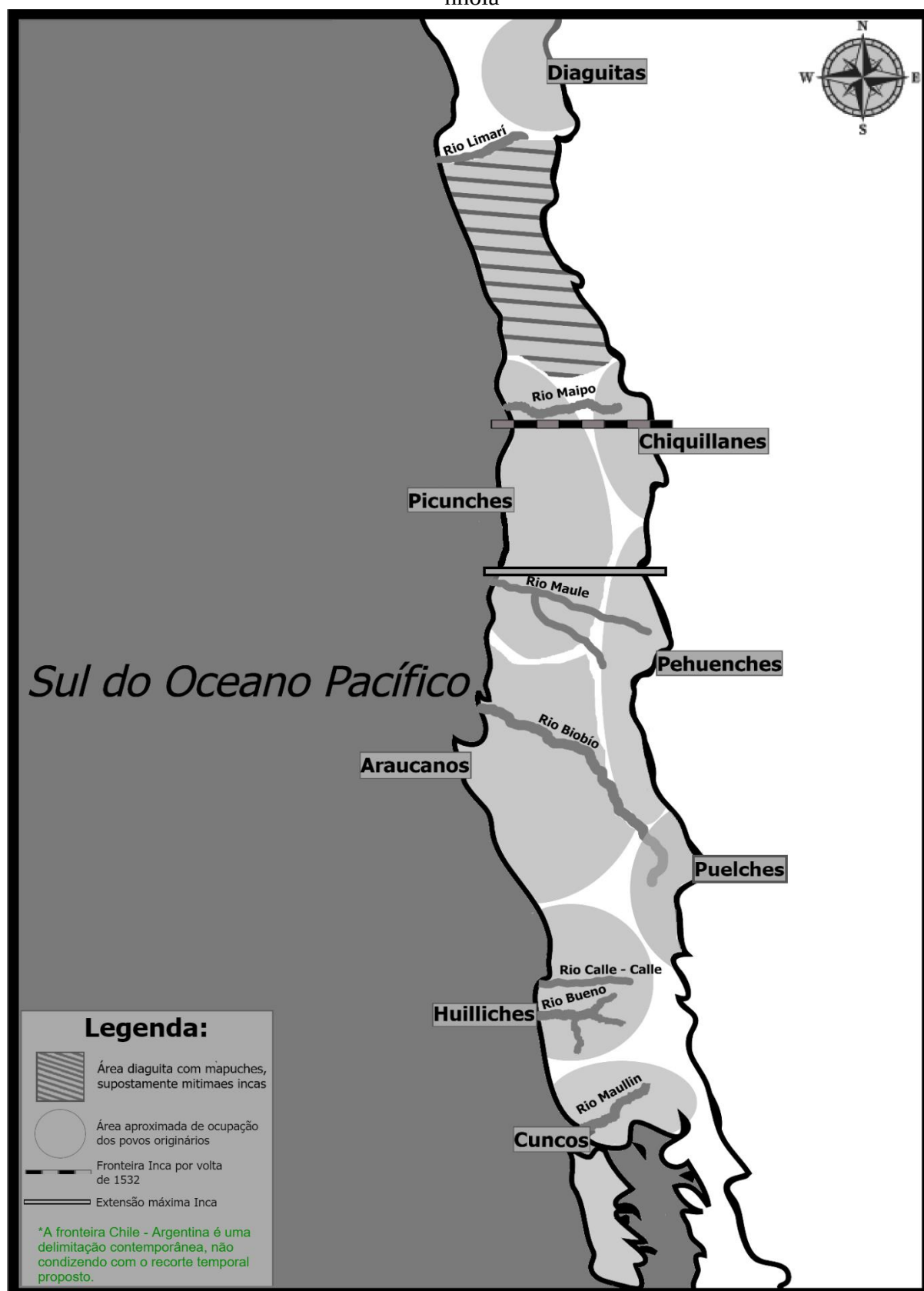
³²³ BENGÓA, José. **Historia de los Antiguos Mapuches del Sur**. Desde antes de la llegada de los españoles hasta las paces de Quilín. Santiago: Catalonia, 2003, p. 149.

³²⁴ Lobera falou que os nativos dos vales centrais serviam aos espanhóis “[...] no solamente de sacar oro [...] sino también de coadjutores en la guerra contra los indios que estaban adelante [...] con tanta fidelidad, sin hallar jamás traición en alguno dellos”: MARIÑO DE LOBERA, Pedro de. **Crónica del Reino de Chile**. In: CHCh, t. VI, 1865, p. 112.

³²⁵ Sobre a similaridade entre alguns costumes, crenças e simbolismos entre incas e mapuches, ver GREBE VICUÑA, Maria Ester. Los Mapuches de Chile en el Contexto Andino: algunas perspectivas interculturales. **Revista de Lenguas y Literatura Indoamericanas –antes Lengua y Literatura Mapuche**, n. 10, p. 23-34, 2002. Uma releitura do avanço e da influência inca pode ser vista em ZAVALA CEPEDA, José Manuel *et al.* Los mapuches de Concepción y la frontera inca: revisión de fuentes tempranas y nuevos datos. **Revista de Historia**, Santiago de Chile, v. 28, n. 2, p. 138-168, 2021.

³²⁶ Garcilaso de La Vega lembrava que os *aucas* eram instigados pelo “[...] deseo de mantener su libertad antigua y el amor de sus dioses, que non quisieran novedades, sino vivir como sus pasados”: LA VEGA, Garcilaso de. **Comentarios reales de los incas**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976, p. 126. Sobre o tema, ver SILVA GALDAMES, Osvaldo. **¿Detuvo la Batalla del Maule la expansión inca hacia el sur de Chile?** *Cuadernos de Historia*. Santiago de Chile: n. 3, 1983.

Figura 2 – Disposição relativa dos grupos etnolinguísticos indígenas antes da chegada espanhola



Fonte: Fonte: Mapa temático elaborado por Marcelo Igor Oliveira por meio do Qgis 3.32.0 e Photoshop 2022. Escala: 1:5.000.000. Base cartográfica: Google Earth 2023; Antonio de Herrera y Tordesillas. Descripción de la Provincia de Chile. Amsterdã: Michiel Colijn, 1622. The David Rumsey Map Collection.

Anteriormente, chamamos atenção para o fato de a “conquista” não ser um evento linear. Até mesmo em situações focais, como o Chile, o que se chamou de conquista na verdade era um conjunto de empreendimentos que, embora interconectados, aconteciam de forma geralmente não paralela. Ao contrário, as expedições de conquista eram processuais, lentas e passíveis de contratempos e retrocessos. Pacificado o norte do Chile e resolvidos as questões referentes à guerra civil no Peru, as atenções dos conquistadores se voltaram para as regiões ao sul do Biobío. Valdivia estava bem consciente de que seus trabalhos de guerra estavam irresolutos e expressava as demandas oriundas do cargo em carta a Carlos V, onde dizia que na sua atual conjuntura como governador, “[...] lo que deseo [...] es por emplear la vida y hacienda que tengo y hobiere, en descubrir, poblar, conquistar y pacificar toda esta tierra hasta el Estrecho de Magallanes y Mar del Norte”³²⁷. Isso seria realizado, pontuava, desde que outro *adelantado* não viesse ocupar o seu lugar. Munido de autoridade régia sobre o Chile e sobre a *Tierra de Guerra*, o conquistador buscou consolidar sua posição e continuar sua expansão. No entanto, antes de prosseguir era necessário consolidar o poder espanhol onde já estavam assentados e subdividir a conquista, legando a seus subordinados o direito de conquistar e pacificar alguns vales e províncias ainda contrafeitos ao poder espanhol. Delegar, povoar e proteger os súditos do rei eram obrigações indubitáveis de sua posição de mando. No Chile, desde os tempos de Valdivia, a função de governador englobava uma necessidade de manejar belicamente o espaço, requerendo dos ocupantes do cargo um metiê bélico e uma capacidade de organizar os povoamentos em resposta às seguidas rebeliões e levantes dos reche-mapuches. Esse cenário tornava obrigatória uma certa prontidão militar, além da construção de uma espacialidade voltada para as necessidades da guerra, como veremos posteriormente.

Consciente de que seu sucesso seria mensurado pela sua capacidade de anexar às mais demograficamente densas populações *aucas* e de expandir esse mesmo domínio para as regiões mais ao Sul, Valdivia preconizou uma série de campanhas que objetivavam a dominação da província de Penco, a redução do Arauco e a pacificação de todas as províncias indígenas do centro-sul do Chile³²⁸. Em 1544 o governador imbuíu seu capitão-geral do mar, Juan Bautista Pastene, de “[...] descubrir a la costa deste Mar del Sur hacía al Estrecho de Magallanes, y tomar posesión en la tierra donde saltáredes en nombre de S. M. y mío, y traerme lenguas della, y

³²⁷ Carta al Emperador Carlos V. La Serena, 4 de septiembre de 1545. In: CPV, 1929, p. 46.

³²⁸ Sobre a densidade populacional mensurada para a região, ver STEWARD, Julian H.; FARON, Louis C. **Native People of South America**. New York: McGraw-Hill Book Company, 1959 e DENEVAN, William M (ed.). **The Native population of the Americas in 1492**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1992.

hacer todo lo demás que conviniese a su real servicio”³²⁹. O profundo desejo de Valdivia de estender o Chile até o Estreito de Magalhães só era contrabalanceado pela sua ambição de submeter e pacificar em definitivo a *Tierra de Guerra* araucana. Esses dois objetivos permaneceram como escopo fundamental da ação hispânica até o final do século XVI. Ambos acabaram frustrados.

O próximo passo lógico era, portanto, investir na penetração dos espaços ao sul de Santiago, cidade vista pelo conquistador como “[...] el principal escalón por donde toda esta tierra, hasta el Estrecho se ha de descubrir y poblar”³³⁰. Seu avanço por terra se viu malogrado quando chegou às margens do Biobío, sendo repellido pelas forças araucanas em 1546. Não obstante, Valdivia voltaria a essas paragens incontestes quatro anos depois. Tratou-se de uma expedição de anexação e pacificação, onde os conquistadores corriam a terra tendo em vista desmobilizar as comunidades indígenas e conseguir a anuência ao domínio castelhano: “[...] cada día y a cada escuadrón y junta de indios los enviaba el gobernador a requerir con la paz y darles a entender a lo que venía de parte de su magestad, y viniesen a la obediencia porque en ello ganarían”³³¹, segundo detalhara Vivar. Essa proposta expansiva levou o conquistador a fundar uma série de cidades e fortes a partir de 1550. A mais importante dessas fundações foi Concepción, criado nesse mesmo ano na margem oeste do Biobío, próxima à desembocadura do rio. As campanhas que Valdivia efetivou entre 1550 e 1553, ano de sua morte, foram especialmente importantes no estabelecimento de um território bélico perene e potencialmente explosivo. Para pacificar às outras partes do reino ainda *de guerra*, o conquistador dividiu as responsabilidades bélicas entre seus intendentes, ordenando que marchassem a norte e a oeste de Santiago, de forma a aumentar o número de indígenas disponíveis à encomienda e de cercar à cidade de um entorno com menos probabilidade de ebulições violentas: “De aquí he proveído dos capitanes, el uno que pase la cordillera por las espaldas desta ciudad de Santiago y traiga a servidumbre los naturales que de otra parte están. E por la parte de la ciudad de La Serena entra el capitán Francisco de Aguirre [...]”³³², garantindo a segurança e aumentando a amplitude dos territórios sob poder jurídico-administrativo da sua governança. A importância da criação de urbes estava relacionada com o poder simbólico da cidade como galvanizadora das forças humanas e centro de distribuição de mercês, assim como seu caráter representativo de um do novo poder instaurado, na figura do

³²⁹ *Poder que dio Pedro de Valdivia, gobernador de la Nueva Extremadura, á Juan Bautista Pastente, su teniente de capitán general en la mar, para el viaje á que le enviaba á descubrir la costa desde puerto de Valparaíso hasta el Estrecho de Magallanes, Valparaíso, 3 de septiembre de 1544*, p. 71-82. In: CDIHCh, t. X, 1896, p. 75.

³³⁰ Ibid., p. 72.

³³¹ BIBAR, Gerónimo de. **Crónica y Relación Copiosa y Verdadera de los Reynos de Chile**. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico José Toribio Medina, 1966, p. 139.

³³² *Carta escrita a Carlos V de Santiago, 26 de octubre de 1552*. In: CPV, 1929, p. 251.

seu *cabildo*, da sua igreja e dos novos *vecinos*. A ata de fundação de Mendoza, em 1561, na parte leste andina (atual território argentino), traz uma interessante perspectiva sobre a função cidadina na imposição de um novo domínio sobre os espaços e sobre as populações submetidas durante as campanhas de conquista e povoamento na Nova Extremadura:

[...] así en lo que al servicio de Dios y de Su Majestad, como contra los naturales y españoles que en estas provincias están, y para que cesen los dichos inconvenientes y esta tierra se perpetúe y pueble y se puedan encomendar los indios en los españoles vasallos de Su Majestad que en su servicio en este dicho asiento están, para que los puedan doctrinar y enseñar en las cosas de nuestra santa fe y mostrarles a vivir políticamente, guardándoles y haciéndoles en todo justicia, me pareció convenía en este dicho asiento y valle alzar rollo y nombrar alcaldes y regidores y procurador de la ciudad y oficiales de Su Majestad [...] ³³³.

O controle territorial e o desejo de estabelecer uma dominação perene sobre os nativos estimulava a formação de um assentamento citadino que geriria e centralizaria os esforços hispânicos na região. Como notado por Alain Musset em seu trabalho sobre deslocamentos urbanos na América Hispânica, “Para esos guerreros en búsqueda de oro, gloria y pastizales, el primer acto de posesión consistía en fundar un centro urbano con el fin de marcar el territorio y fijar la población que llegaba de la Península Ibérica, ofreciéndoles un marco de vida honorífico” ³³⁴. A imposição de um domínio sobre uma circunvizinhança potencialmente rebelde e a defesa estratégica contra-ataques de fora exigiam a consolidação de uma estrutura de poder, materializada na fiscalidade das cidades espanholas do Novo Mundo. O mesmo papel “protector” e “pedagógico” seria outorgado aos empreendimentos urbanísticos nas fronteiras austrais, na *Tierra de Guerra*: eram garantidores de uma sensível dominação hispânica, que lutava para enraizar-se. Eram, também, centros de irradiação dos elementos culturais espanhóis. No mais, tendo como base a citação acima, podemos elencar alguns pontos nodais na lógica de expansão hispânica sobre o Chile: a submissão política das populações indígenas e a criação de uma territorialidade voltada à dominação efetiva, como elementos primordiais; a realização de *repartimientos* dessa população pacificada, tendo em vista sobretudo serem *encomendados*, transformando-se em elementos produtivos para o Reino; a expansão do credo cristão, norteadada pela evangelização e pela supressão das crenças tradicionais; e o assecuramento de uma ordem

³³³ Información de servicios de Pedro del Castillo y actas de fundación de la ciudad de Mendoza, provincia de Chile llamada Cuyo, p. 114-158. In: CDIHCh, t. XXIII, 1900, p. 114.

³³⁴ MUSSET, ALAIN. **Ciudades nómadas del Nuevo Mundo**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, Primera edición electrónica, 2012, p. 32-33.

político-jurídica castelhana. Essa missão mostrou-se deveras dispendiosa e difícil para os súditos espanhóis que buscavam consolidar as posições instauradas e expandi-las para o norte, o leste e, especialmente, para o sul do eixo central de povoamento, os vales centrais que orbitavam Santiago. Sobretudo onde as urbes encontraram uma situação bélica exasperante, o desenvolvimento urbano jamais alcançou níveis muito altos, e muitas cidades careciam de moradores, campos e atividades institucionais e econômicas básicas, acabando por parecerem muito mais com fortes militares que propriamente com cidades espanholas.

Em cerca de dez anos, os espanhóis viram que a *Tierra de Guerra* no Chile mudou dos vales do centro-norte para as áreas ao sul do rio Maule, onde a atividade bélica tornou-se mais intensa, sobretudo nas províncias indígenas circunvizinhas ao Biobío, cuja pacificação tornou-se um desafio duradouro e sempre inconcluso. Durante a maior parte do período colonial, as áreas que iam do rio Itata até Chiloé permaneceram como espaços de dominação contestada. Em grande medida, isso ocorreu devido à ação de Valdivia e de seus capitães, que lutavam para pacificar e explorar uma zona enquanto buscavam expandir-se pela guerra e pela povoação sobre outra. A entrada das tropas de Valdivia na Araucanía a partir de 1550 foram pautadas, nos três anos decorrentes, em uma ocupação desalinhada de fortes e novas cidades (Angol, Villarrica, La Imperial, Valdivia, Purén, Arauco, Tucapel etc.), nascidas predominantemente sitiadas entre um conglomerado de forças e comunidades indígenas profundamente refratárias à ocupação definitiva e à permanência espanhola em suas terras³³⁵. Concepción transformou-se então na porta da *Tierra de Guerra*; passados sua comarca e campos (pouco assegurados), estava o outro lado do Biobío, a Araucanía ou Estado de Arauco, espraçando-se da costa à margem ocidental da cordilheira de Nahuelbuta³³⁶. Até o Toltén, córregos de ouro se misturavam a comunidades indígenas adjacentes, pouco afeitas à exploração estrangeira do metal, sobretudo quando os invasores os forçavam ao trabalho. A belicosidade diminuía um pouco mais ao Sul, entre as populações huilliche-mapuches, de forma proporcional à intromissão estrangeira. Não obstante, em fins do século XVI, até a isolada ilha de Chiloé e os espaços adjacentes ao meridional rio Maullín haviam se transformando em espaços potencialmente conflitivos. Huilliches ao Sul, e pehuenches a Leste permaneciam amplamente independentes e menos influenciados pela presença hispânica (ver figura 2).

³³⁵ Uma interessante perspectiva sobre identidade, pertencimento e território pode ser vista em SILVA GALDAMES, Osvaldo. Hacia una redefinición de la sociedad mapuche en el siglo XVI. **Cuadernos de Historia**, Santiago de Chile, v. 14, p. 7-19, 1994, que advoga que a identificação primária dos antigos mapuches era a linhagem familiar e o território.

³³⁶ ZAVALA CEPEDA, José Manuel; DILLEHAY, Tom D. El "Estado De Arauco" Frente a la Conquista Española: Estructuración Sociopolítica y Ritual de los Araucano-mapuches en los Valles Nahuelbutanos Durante Los Siglos XVI Y XVII. **Chungara: Revista de Antropología Chilena**, Arica, v. 42, n. 2, p. 433-450, 2010.

Foi quando chegaram nas redondezas do Biobío que os espanhóis se viram desafiadoramente confrontados com os grupos mapuches que mostraram uma impressionante e perene capacidade de reagir à invasão territorial. Ao narrar o início dos conflitos entre espanhóis e mapuches, Góngora Marmolejo descreveu os indígenas nos seguintes termos:

[...] amigos gran manera de seguir la guerra y defender su tierra, para lo cual han grandísima obediencia a sus mayores, y tienen por orden cuando quieren pelear, y saben extraños entran en sus tierras entran en sus tierras, ponerles en el camino ramos de un árbol, que los españoles llaman canela, y en ellos atravesadas flechas untadas con sangre³³⁷.

O recorte sugere a valorização de um modo de vida autônomo e a aversão a ingerências estrangeiras, motivo principal para que uma guerra, categoria de violência coletiva denominada de *weichan*, em mapudungun, fosse desencadeada. Como analisado por Boccara, a guerra/*weichan* tinha como principal função garantir a autonomia política, a integridade territorial da comunidade e coesão do corpo social³³⁸. Os reche-mapuches viviam então em uma sociedade segmentada, onde o poder fragmentado diluía o poderio político em muitos cabeças e comunidades que, no mais, eram autônomas e independentes entre si. Esses pequenos conjuntos identitários foram largamente confrontados por uma sequência de invasões de povos estrangeiros (*huincas*), como os incas e os espanhóis. As formas de espacialização e agregação política, sociocultural e econômica dessas populações também obedeciam a uma lógica segmentária³³⁹. Fracionavam-se por um espaço e natureza heterogêneos e despossuíam Estado, configurando-se como o que Pierra Clastres chamou de “sociedade contra o Estado”, uma pluralidade de chefaturas que, embora possuísem poder político atuante, não eram formas políticas prioritariamente coercitivas, baseadas na equação mando-obediência ou em hierarquizações persistentes e petrificadas do seu corpo social³⁴⁰. Os mapuches ocupavam vários biomas diferentes, com características ecológicas e humanas próprias em cada região, motivo pelo qual não constituíam

³³⁷ GÓNGORA MARMOLEJO, Alonso de. **Historia de Chile desde su descubrimiento hasta el año de 1575**. In: CHCh, t. II., 1862, p. 2. Tratava-se mais especificamente de um *puron*, talvez uma flecha ou um pedaço de madeira atrelado a *quipus*. Ver, ZAVALA CEPEDA, José Manuel; ZAVALA CEPEDA, José Manuel; BACHRATY, Dagmar; PAYÀS, Gertrudis. El pron o quipu mapuche según fuentes coloniales y datos arqueológicos: antecedentes sobre su origen, uso y función. **Boletín del Museo Chileno de Arte Precolombino**, Santiago de Chile, v. 26, n. 1, p. 41-55, 2021.

³³⁸ BOCCARA, Guillaume. **Los Vencedores**. Historia del Pueblo Mapuche en la Época Colonial. San Pedro de Atacama: Línea Editorial IIAM, Ocho Libros Editores LTDA, 2009, p. 124.

³³⁹ SILVA GALDAMES, Osvaldo. Hombres fuertes y liderazgos en las sociedades segmentarias: un estudio de caso. **Cuadernos de Historia**, Santiago de Chile, n. 15, p.49-64, dec. 1995.

³⁴⁰ CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**. Pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: 1978.

uma unidade sociocultural homogênea³⁴¹. Qualquer uniformidade que conjugasse os diferentes grupos falantes do *mapudungun* em torno de uma identidade partilhada parece não ter sobrevivido à era colonial ou, simplesmente, não existiu. Dessa forma, a identificação mais plausível era com a família estendida, com a linhagem e com os espaços rituais; uma miríade de fatores que nos levam a concordar com o proposto pelo historiador John Manuel Monteiro, que, debruçando-se sobre a questão da etnogênese entre os grupos indígenas brasileiros, chegou à conclusão de que, identitariamente, “[...] pelo menos para as terras baixas da América do Sul, o mosaico etno-histórico do mapa pós-contato contrasta com um panorama pré-colombiano que mais se assemelha a um caleidoscópio”³⁴².

A primeira e mais imediata instituição comunal era familiar e, sua dimensão socioespacial era a *ruca*, agregada aos *caseiros*, unidade patrilinear, cuja união com outros *caseiros* formavam um *quiñelob* (Ao sul do rio Toltén, o termo mais comum para identificar essa agremiação social era *caví*), grupo endógamo onde organizavam-se atividades produtivas, guerreiras e rituais, segundo ponderou Boccara³⁴³. As figuras patriarcais de maior vulto dessas agregações primárias eram geralmente denominadas de *ulmen*, ou de *principales*, segundo o castelhano. A forma gregária mais preponderante de ajuntamento, identificação e territorialização parece ter sido o *lebo* ou *rewe*³⁴⁴. O *lebo* eram o centro identitário do mundo indígena, restando ao partícipe desta comunidade a integração ao plano social e ao plano espacial (ou sua marginalização, exclusão ou exílio), elementos amalgamados e indissociáveis (território e comunidade), visto que o espaço consubstanciava a própria noção de pertencimento à sociedade, pois “[...] os homens verdadeiros (os *reche*) se definiam no plano identitário e se organizavam no plano

³⁴¹ SILVA GALDAMES, Osvaldo. En Torno a la Estructura Social de los Mapuches Prehispánicos. **Cultura, Hombre, Sociedad (CUHSO)**, Santiago de Chile, v. 1, n. 1, p. 89-115, 1984; ORTIZ AGUILERA, Carlos. Percepción espacial y descripción geográfica entre los ríos Bio-Bio y Toltén. **Revista de Historia**, Concepción, v. 1, n. 17, p. 77-95, 2007. Sobre o aspecto descontínuo das unidades sociopolíticas e da produção econômica, ver CONTRERAS CRUCES, Hugo. Discontinuidad territorial y complementariedad ecológica indígena en la cuenca del río Mapocho durante los primeros años de la ocupación castellana. **Revista tiempo Histórico**, Santiago de Chile, v. 10, n. 18, p. 123-145, enero-junio 2019, p. 128.

³⁴² MONTEIRO, John Manuel. Entre o etnocídio e a etnogênese: identidades indígenas coloniais. In: MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estados de História Indígena e do Indigenismo**. Tese (Livre-docência em Etnologia) - Departamento de Antropologia da Universidade de Campinas, Campinas, 2001, p. 57.

³⁴³ Há inegavelmente um amplo conjunto de interpretações sobre as formas de organização sociais, de associação política e de espacialização dos mapuches. Sigo, aqui, a proposta de BOCCARA, Guillaume. **Los Vencedores**. Historia del Pueblo Mapuche en la Época Colonial. San Pedro de Atacama: Línea Editorial IIAM, Ocho Libros Editores LTDA, 2009.

³⁴⁴ “[...] el lebo puede ser definido como una unidad sociopolítica constituida por uno o varios patrilinajes extendidos residentes en un mismo territorio y articulados en torno a una línea de descendencia masculina principal que proveía la jefatura y posiblemente el apelativo. El lebo poseía asimismo un componente ritual de gran importancia”: ZAVALA CEPEDA, José Manuel; DILLEHAY, Tom D. El "Estado De Arauco" Frente a la Conquista Española: Estructuración Sociopolítica y Ritual de los Araucano-mapuches en los Valles Nahuelbutanos Durante Los Siglos XVI Y XVII. **Chungara: Revista de Antropología Chilena**, Arica, v. 42, n. 2, p. 433-450, 2010, p. 439.

sociopolítico em relação a um lugar verdadeiro (o *rewe*, *re*: puro; *we*: lugar)³⁴⁵. O *lebo* também possuía importantes funções na resolução de querelas, na realização de rituais e na ação guerreira³⁴⁶. Os *lebos* eram encabeçados por um grupo de *lonkos* (que as fontes hispânicas chamavam de *caciques*), indivíduos de ascendência que lideravam e manejavam as ações ordinárias de produção, certas demandas ritualísticas e as atividades bélicas de seus respectivos *lebo*, embora os assuntos marciais recaíssem principalmente sob a responsabilidade de um *gentoqui*, ou *toqui*, como são mais geralmente referenciados os *cabezas* das *parcialidades* indígenas. Tratava-se de um reconhecido chefe guerreiro, cuja posição social era alcançada por um misto de progeneritura e obtenção de honra por combate e prodígios bélicos³⁴⁷. O símbolo material de seu status era geralmente um *newenke kura*, um objeto de pedra cuidadosamente talhado que lembrava a forma de um machado³⁴⁸, significando as qualidades e a probidade do *toqui*, seu valor como guerreiro e seu papel de liderança, pois ele era o principal galvanizador humano dos demais reche-mapuche, quando se apresentava a necessidade ou a oportunidade de dar combate a um inimigo.

Os *ayllarewes* eram uma associação de diversos *rewe* (algumas fontes citam que eram a união de nove, mas esse número tendia a variar), geralmente congregados em uma área geograficamente delimitada, como a bacia de um rio, as redondezas de um lago ou o sopé de uma montanha. O *ayllarewe* não era uma instituição desprovida de conflitos internos, geralmente ocasionados por vinganças e atritos entre os *rewe*, que poderiam ser submetidos à mediação de um *toqui general*. Não obstante, havia uma relação firme de aliança entre as comunidades partícipes do *ayllarewe*, que se uniam sobretudo nas épocas de conflitos avultosos (guerra ou malones), constituindo o mais alto grau associativo de agremiação política dos mapuches em períodos pré-hispânico³⁴⁹. Os vários *lebos* congregavam-se geralmente quando lhes era exigido

³⁴⁵ BOCCARA, Guillaume. Poder Colonial e Etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os mapuches na era colonial. **Tempo**, Niterói, v.12 n.23, p. 56-72, 2007, p. 64.

³⁴⁶ “Se puede considerar al *lebo* como el nivel crucial de sociabilidad reche. En efecto, es ahí donde se regulan los problemas de política interior y exterior y donde son resueltos los asuntos de justicia, de guerra, de paz y de alianzas. Es en el nivel del *lebo* que se desarrollan las reuniones festivas y las ceremonias religiosas esenciales para la reproducción simbólica de la sociedad. El sentimiento identitario de los reche se define fundamentalmente en función de la pertenencia a esta unidad y en referencia al *rewe*, el espacio ceremonial del que cada *lebo* dispone”: BOCCARA, Guillaume. **Los Vencedores**. Historia del Pueblo Mapuche en la Época Colonial. San Pedro de Atacama: Línea Editorial IIAM, Ocho Libros Editores LTDA, 2009, p. 82.

³⁴⁷ SILVA GALDAMES, Osvaldo. Los Promaucaes y la frontera meridional incaica en Chile. **Cuadernos de Historia**, Santiago de Chile, n. 6, p. 7-16, jul. 1986.

³⁴⁸ MENARD, André. Sobre la vida y el poder de las piedras: *newenke kura* en el museo Mapuche de Cañete. **Museo Mapuche de Cañete**, Cañete, p. 1-26, 2018.

³⁴⁹ Segundo Boccara, os *ayllarewes* podem ser entendidos sobretudo a partir dos fatores identitários que os compeliavam à associação, desvelados no desencadeamento de formas várias de violência coletiva: no seu interior, havia a *vendetta*, conflito pessoal e familiar. Nela, não deveria haver a decapitação ou a antropofagia ritual, na qual se consumia o inimigo vencido. Evitava-se qualquer uso deletério do corpo do morto/derrotado. Com o inimigo

uma união guerreira contra grupos exógenos, reconhecidos como ameaças. Não obstante, por mais que não se descarte o *ayllarewe* como produtor de fatores identitários, o *lebo* ou *rewe* permanecia como fator central e fonte principal de identificação dos mapuches até bem avançada a era colonial. Esses grupos eram constituídos por hábeis guerreiros (*conas*) que manejavam diferentes armas de combate e eram competentes em batalha, como os espanhóis logo perceberam³⁵⁰. As invasões andinas e espanholas, por sua vez, tornaram essa especialização guerreira cada vez mais destacada, fazendo evidente a ascensão de importância dos *Conas* ou *Mocetones* nos conflitos. Esses guerreiros seguiam seus respectivos *lonkos*, sob liderança geral de um *toqui*, à batalha, em um estado quase constante de mobilização. Ser um guerreiro tornava-se cada vez mais uma “função social” (*rol*) de extrema relevância, como sugeriu Margarita Alvarado Pérez³⁵¹.

A faceta bélica, a estrutura sociopolítica e a distribuição territorial dos indígenas araucanos tornaram-se rapidamente empecilhos demasiadamente importunos para o almejado contínuo empurrão de Valdivia e suas tropas em direção ao Estreito. O empenho araucano em defender seu vínculo com a terra impressionou aos espanhóis. Góngora Marmolejo afirmou, no começo de sua crônica, que os indígenas do Chile eram “[...] amigos en gran manera de seguir la guerra y defender su tierra”³⁵². Os espanhóis que chegavam à região foram repetidamente eloquentes ao falar da fertilidade e da capacidade de produção das terras que encontravam ao sul do Biobío, sobretudo dos vales hidrográficos, que naquelas latitudes, como já mencionamos, sustentavam uma próspera e densa população indígena³⁵³. Lobera descreveu o vale do Cautín nos seguintes termos: “[...] no hai en toda la tierra indio pobre porque todos tienen ganado, maíz

externo, o *ayllarewe* realizava a guerra propriamente dita, *weichan*, levada a cabo pela reunião dos guerreiros sob a liderança de um chefe de guerra, o *toqui*: BOCCARA, Guillaume. **Los Vencedores**. Historia del Pueblo Mapuche en la Época Colonial. San Pedro de Atacama: Línea Editorial IIAM, Ocho Libros Editores LTDA, 2009, p. 105-113.

³⁵⁰ ALVARADO PÉREZ, Margarita. Weichafe: el guerrero mapuche. Caracterización y definición del rol del guerrero en la “Guerra de Arauco” (1536-1656). **Revista de Historia Indígena**. Santiago de Chile, n. 1, p. 35-54, 1996, p. 49. A autora define o guerreiro mapuche como *weichafe*, diferenciando-o do *cona* por considerar esse último uma espécie de soldado a serviço de um chefe indígena, enquanto que o *weichafe* seria o guerreiro propriamente dito. Não obstante, não foi possível encontrar essa dissociação nas fontes do século XVI e XVII, onde os guerreiros indígenas são normalmente denominadores de *soldados*, *mocetones* ou simplesmente *guerreros*, além de que, quando utilizado o termo próprio do *mapudungun*, denominava-se geralmente de *conas*. Propomos, portanto, que *cona* é um termo plenamente inteligível e provavelmente usual, na época, para definir a função social dos guerreiros mapuche.

³⁵¹ “[...] aunque una gran parte de la población reche se componía de guerreros, algunos eran, por así decirlo, ‘más guerreros que otros’”: BOCCARA, Guillaume. **Los Vencedores**. Historia del Pueblo Mapuche en la Época Colonial. San Pedro de Atacama: Línea Editorial IIAM, Ocho Libros Editores LTDA, 2009, p. 130.

³⁵² GÓNGORA MARMOLEJO, Alonso de. **Historia de Chile desde su descubrimiento hasta el año de 1575**. In: CHCh, t. II, 1862, p. 2.

³⁵³ PÉREZ, Ezequiel. Territorios del Discurso. Representaciones del Reino de Chile en Pedro de Valdivia y Jerónimo de Vivar (1545-1558). **CELEHIS—Revista del Centro de Letras Hispanoamericanas**, Mar del Plata, v. 27, n. 35, 2018, p. 65-78.

y frutas de sobra. [...] no hay entre ellos hombre flaco, y los rostros son de ordinario muy llenos y redondos; de suerte que en cualquier parte de las Indias se conoce luego el indio que es chilense solo por el rostro [...]”³⁵⁴. Essas áreas de produção de recursos eram bastante ricas e desenvoltas, capazes de sustentar uma densa população, mas a invasão hispânica comumente afetava à dinâmica produtiva, desestruturando os métodos de produção e coleta, retirando os braços do trabalho agrícola para outras atividades ou sobretaxando as produções locais, coisas que desemborcavam não dificilmente em carestias e fomes prolongadas. As novas responsabilidades e demandas econômicas mal podiam ser asseguradas por populações desacostumadas ao trabalho compulsório ou à exploração das suas capacidades produtivas. Essa superexploração foi constatada pelos próprios poderes coloniais. O licenciado Hernández Santillán destacou que a importância de sua *Tasa* que regulava o trabalho indígena estava relacionada à “[...] la codicia desordenada y la ceguedad que todos tienen en pensar y creer que de los indios le es lícito servirse como de esclavos [...] ningún escrúpulo tiene de conciencia de no guardarlo ni defraudarlos de aquella parte que por su sudor se les aplica [...]”³⁵⁵. Uma disruptiva lógica produtiva era progressivamente engendrada, em conjunto com a ocupação cívico-militar do espaço araucano, célere em estender-se vetorialmente para o Sul.

Após fundar Concepción em 1550, Valdivia seguiu rumo ao Sul, buscando submeter a província de Arauco e os territórios adjacentes. Essas províncias insubmissas contavam com uma alta concentração populacional e, por isso, eram potencialmente valiosos para futuras *mercedes* e *encomiendas*. Em 23 de fevereiro do mesmo ano, sob ordens de Valdivia, um forte começou a ser construído, tendo sido terminado em 3 de março. Localizava-se nas imediações da atual cidade de Penco. Em pouco tempo, a construção e as forças espanholas foram sitiadas por quatro esquadrões indígenas que, segundo o conquistador, chegavam a quarenta mil índios, número certamente hiperbólico. Nos combates que se seguiram, a ação da cavalaria, liderada por Jerônimo de Alderete, trouxe a vitória para o lado espanhol, mas o que se destaca na narrativa são os castigos imputados aos derrotados. Contava Valdivia que, para coibir qualquer outro ato de sedição e desestimular a resistência na região, “Prendiéronse trescientos o cuatrocientos, a los cuales hice cortar las manos derechas y narices, dándoles a entender que se hacía porque les había avisado viniesen de paz y me dijeron que sí harían, y vinieron de guerra, y que, si no servían, que así los había de tratar a todos”³⁵⁶. Para alquebrar a forte resistência araucana, atos

³⁵⁴ MARIÑO DE LOBERA, Pedro de. **Crónica del Reino de Chile**. In: CHCh, t. VI, 1865, p. 124. - Carta

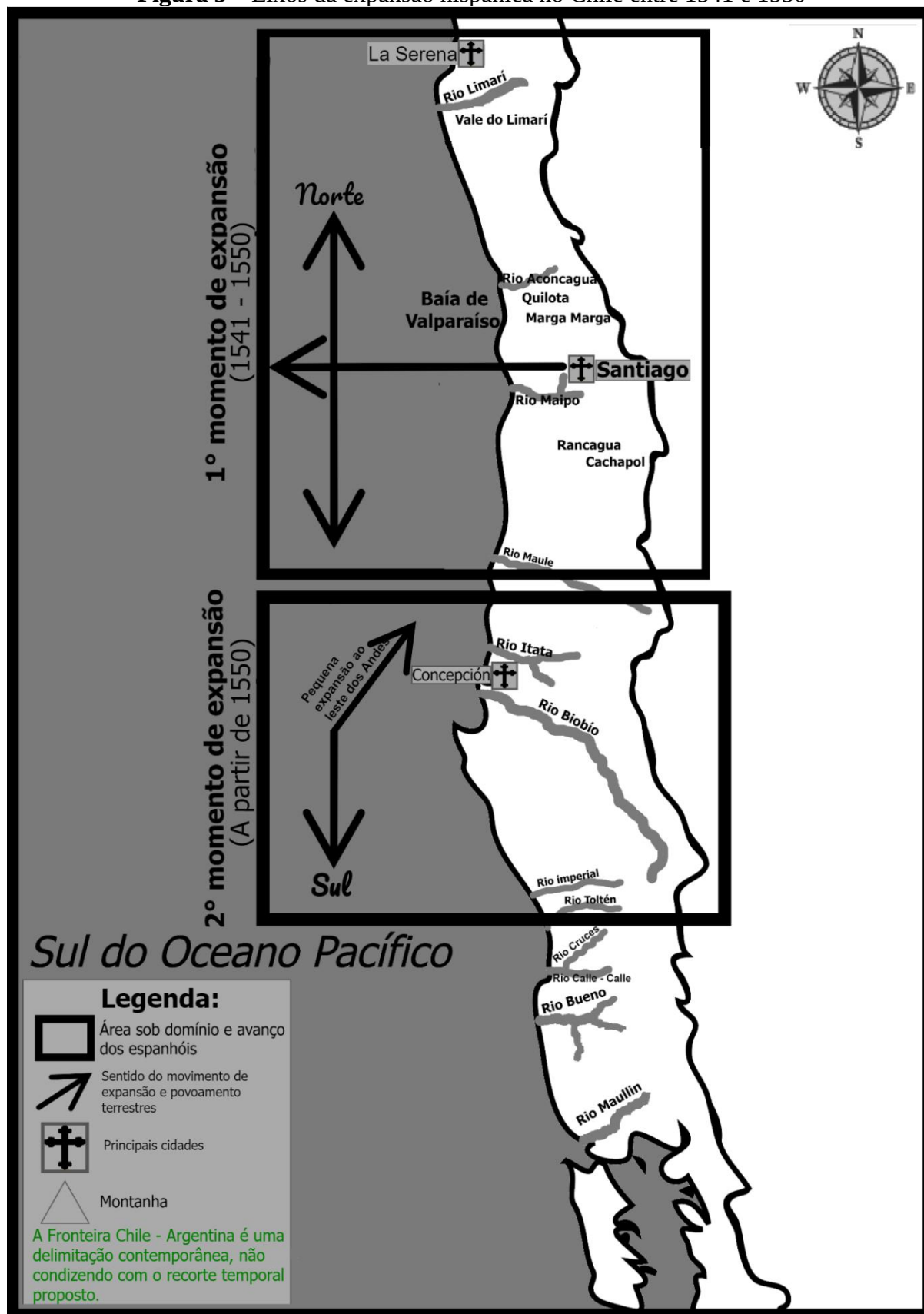
³⁵⁵ *Relación de lo que el licenciado Fernando de Santillán, oidor de la Audiencia de Lima, proveyó para el buen gobierno, pacificación y defensa de Chile, Valparaíso, 4 de junio de 1559*. In: FHTRCh, t. 1, 1982, p. 24.

³⁵⁶ *Pedro de Valdivia a sus apoderados en la Corte, Santiago, 15 de octubre de 1550*, p. 95-144. In: CPV, 1929, p. 137.

de extrema violência, pilhagens e capturas forçadas se tornaram práticas frequentes nas *entradas* terra adentro. Além do mais, arruinava-se a estrutura territorial tradicional. O sistema de *lebos/rewes* foi amplamente utilizado na distribuição das *encomiendas*, já que essas *parcialidades* pareciam apropriadamente agrupadas para a subdivisão posterior entre os conquistadores, permitindo-lhes distribuir conjuntos populacionais coesos e reunidos em torno de uma dinâmica produtiva de recursos *in natura* e organizados ao redor de lideranças atávicas bem constituídas. Vejamos, por exemplo, a *información de servicios* de Francisco Gutiérrez de Valdivia, sobrinho de Pedro de Valdivia, para quem foi transferido o seguinte *lebo*: “[...] hizo dejación de su voluntad en manos de su majestad y mías, en su real nombre, del Lebo de Millarapue, de que son caciques Angolonín, Lobomanque, Licampani, Maucande, Quetuvilo, Quillelleve, Quenquetipay y Puetaca, con todos los indios y principales a ellos sujeto”³⁵⁷. A territorialidade tradicional nativa e a dinâmica do *liderazgo* indígena serviriam de bases, no Chile e alhures, para a instauração dos métodos exploratórios e do sistema laboral dos conquistadores castelhanos. Obviamente, esses elementos originários não permaneceriam muito tempo inalterados.

³⁵⁷ *Fragmento de la información de servicios de Francisco Gutiérrez de Valdivia, 11 de junio de 1560*, p. 280-293. In: CDIHCh, t. X, 1896, p. 283.

Figura 3 – Eixos da expansão hispânica no Chile entre 1541 e 1550



Fonte: Mapa temático elaborado por Marcelo Igor Oliveira por meio do Qgis 3.32.0 e Photoshop 2022. Escala: 1:5.000.000. Base cartográfica: Google Earth 2023; Antonio de Herrera y Tordesillas. Descripción de la Provincia de Chile. Amsterdã: Michiel Colijn, 1622. The David Rumsey Map Collection.

Como analisou Francis Goicovich Videla, a primeira etapa da conquista espanhola no Chile estava balizada por três aspectos principais: a expansão da fé, a expansão dos domínios régios e as ambições pessoais³⁵⁸. Embora os conquistadores da era de Valdivia e posteriores não tenham feito nenhum esforço hercúleo para catequizar as populações conquistadas (esse esforço sistemático seria obra da ação jesuíta, cuja ordem chegou ao Chile em 1593, embora o trabalho efetivo para além do Biobío só fosse intensificado com o fim da grande rebelião), elencou-se quase sempre a propagação da fé como motivação para *conquistar y poblar*³⁵⁹. Entretanto, as principais requisições de conquista eram majoritariamente feitas em nome do rei, ante o qual os conquistadores buscavam constante legitimação para os seus atos. Quando Pedro de Valdivia despachou Jerônimo de Alderete para interceder ao rei e ao Conselho por uma autoridade espacial estendida até o Estreito, ele enumerou três pontos principais em sua carta para sustentar a legitimidade e a ação de anexar os espaços austrais até essa região. Primeiro, arguia que feita a conquista desta terra, toda a extensão do Mar do Sul pertenceria à Espanha. Em segundo, elencava uma motivação econômica: o monopólio do trânsito de especiarias na região. Por último, apresentava a possibilidade de *descubrir y poblar* toda essa terra que imaginava ser bem povoada³⁶⁰.

As *probanzas* de mérito desse período trazem um cenário repleto de esforços bélicos e glórias que caminham entre relatos de sucessos e martírios nos campos de batalha, de descobertas de jazidas minerais e de submissões de populações indígenas. Como bem se espera de um soldado desse estágio da conquista, motivações mais etéreas e abstratas não são encontradas comumente nos textos das *probanzas*. Tomemos como exemplo a relação do soldado Miguel de Velasco y Avendaño, alocado em Los Confines de Angol. A sua carta de mercês foi direcionada às autoridades da audiência real de Cusco. Ao falar de seus feitos durante o interregno entre a morte de Valdivia e o governo de García Hurtado Mendoza, Miguel de Velasco nos deu uma noção dos tipos de atividades e ações que ocupavam o tempo dos conquistadores nos primeiros anos da conquista do Chile:

[...] estando en dicha ciudad para ir al descubrimiento de las minas de plata de esa otra parte de la cordillera nevada, vino nueva que los indios

³⁵⁸ GOICOVICH VIDELA, Francis. La Etapa de la Conquista (1536-1598): origen y desarrollo del 'Estado Indómito'. **Cuadernos de Historia**, Santiago de Chile, n. 22, p. 53-110, 2002.

³⁵⁹ Segue o relato e a promessa de Valdivia, relatada por Vivar, aos nativos do vale de Guasco: "A esto respondió el general que no tuviesen miedo, que él no venía a hacerles daño ninguno sino a traerles en conocimiento de nuestra Santa Fe Católica y obediencia de nuestro rey de España": BIBAR, Gerónimo de. **Crónica y Relación Copiosa y Verdadera de los Reynos de Chile**. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico José Toribio Medina, 1966: p. 30.

³⁶⁰ *Carta al Emperador Carlos V, Santiago, 26 de octubre de 1552*. In: CPV, 1929, p. 251-252.

naturales que están a la otra parte de Biobío habían muerto à Vicencio de Monte, y luego que el dicho Gobernador lo supo me envió al castigo dellos, el cual hice de manera que los indios quedaron bien escarmen-tados, que estaban ya para pasar desta parte del dicho río para alzar y alborotar los demás qué servían y estaban de paz, y fue causa que todos se asentasen y pacificasen viendo el castigo que hice, y no se alzasen como ya comenzaban a hacerlo³⁶¹.

As corriqueiras aventuras espanholas no *Nuevo Extremo* estavam direcionadas a dois fatores principais: impor um controle espacial rígido e perene e obter obediência e trabalhos da população indígena. É por isso que as *probanzas* são fortemente marcadas pela narrativa de contínuos enfrentamentos nas lutas contra os levantes locais. Esses textos mostram como as atividades bélicas eram engendradas pelas forças conquistadoras, ansiosas pelo controle dos recursos da *Tierra de Guerra*, que teimosamente insurgia-se contra os invasores. Dessa maneira, tornava-se necessário mobilizar constantemente à pequena e insuficiente massa de soldados e capitães para pacificar os indígenas e ordenar os pequenos enclaves que ainda não tinham sido abatidos pela guerra. É o que demonstra outra *probanza* de mérito, referente aos feitos de Andrés de Pereda, que acompanhou Valdivia em sua expedição ao Arauco em 1551, na fundação de Imperial, e em 1552, quando o conquistador fundou Villarrica e a cidade sulista de Valdivia, deixando como *vecino* o referente soldado. Após a criação da cidade, Pereda continuou “[...] con sus armas y caballos pacificando y allanando la tierra [...] velando de día y de noche y [...] pasando muchos y excesivos trabajos, poniendo su vida muchas veces a peligro de muerte, y en la sustentación desta ciudad [...]”³⁶². Percebe-se que a conquista inicial das regiões araucanas não foi suficiente para obliterar e submeter em definitivo às populações da *Tierra de Guerra*. Esse território belicoso passou a significar, para os espanhóis, uma territorialidade que circundava e exasperava seus estabelecimentos citadinos, suas *encomiendas* e seus projetos expansivos. Nesse microuniverso de conflitos perenes, como o de Pereda em Valdivia, as diferenças entre *vecinos*, soldados e conquistadores desvaneciam-se, pois todos eram impelidos à defesa dos parques assentamentos e dos bens oriundos deles.

Essa estrutura de ocupação espacial marcada eminentemente pelo uso das armas nos remete à questão da legitimidade. Parece coerente afirmar que o conflito carecia de qualquer diretriz jurídica mais elaborada, ao menos *a priori*. Nesse viés, não se diferenciava muito das outras guerras de conquista do Novo Mundo, inicialmente despreocupadas em relação a

³⁶¹ *Información de méritos y servicios de Miguel de Velasco y Avendaño fecha en la ciudad de los Confines (Chile), 28 de septiembre de 1563, p.402-417. In: CDIHCh, t. X, 1896, p. 404-405.*

³⁶² *Andrés de Pereda, vecino de la ciudad de Valdivia, con Juan López de Porras, vecino de ella, sobre los indios del repartimiento de Cavi, 19 de noviembre de 1555, p. 220-244. In: Ibid., p. 222.*

discussões e teorizações mais profundas sobre a justeza ou não da conquista. Isso significa que, embora as cartas, crônicas e *probanzas* se esforçassem em delimitar as ações bélicas dentro de um campo de ações e reações heroicas, honrosas e quase sempre pragmáticas, elas não possuíam a preocupação de legitimá-las e concebê-las, em último estágio, como uma guerra justa, produzindo argumentos jurídico-teológicos ou tratativas mais elaboradas. Tratava-se de uma tentativa corriqueira de dominação que, em contrapartida, mostrava-se especialmente espinhosa. A resistência indígena prolongava a guerra que se justificava justamente pela extensão infinda da “rebelião” dos índios de guerra. Estudando justamente o conjunto de políticas e discussões espanholas no contexto das guerras de Arauco, Eugene H. Korth pontuou muito acertadamente que “The most distinctive feature of the Spanish conquest of Chile was the never-ending war with the Araucanians”³⁶³. Sua análise, pautada na relação dialógica entre promotores da guerra e da paz envolvidos no conflito araucano, sublinhou o papel central da guerra para a sociedade colonial chilena, que mesmo meio século após à invasão de Pedro de Valdivia se via impossibilitada de consolidar os ganhos territoriais dos primeiros conquistadores; ainda pior, encontrava-se parcialmente ameaçada de sofrer novas perdas e reveses. Mas, para os pioneiros da conquista, a guerra de submissão não carecia de elaboradas tratativas eruditas sobre sua natureza jurídica e seu caráter eminentemente justo. Um simples conjunto de disposições outorgadas por lei real e por tratados e a própria dinâmica histórica de expansão respectivamente autorizavam e estimulavam esses grupos famigerados de soldados a tomar posse jurídica de novos territórios, submeter suas populações a um monarca no ultramar e promover sua religião como norma. No contexto chileno, a resistência nativa levou essa dinâmica de expansão a uma peremptória encruzilhada: no centro-sul surgira uma sociedade moldada parcialmente pela constante situação de guerra, lutando ora para expandir-se, ora para defender e recuperar espaços ameaçados e porções perdidas de suas antigas conquistas. Nessa encruzilhada bélica, como preconizou Álvaro Jara, “En el Chile de los siglos XVI y XVII sería difícil no percibir la absorbente temática bélica que parecía dominar toda la sociedad”³⁶⁴.

A percepção da guerra nos primórdios da conquista estava assentada na responsabilidade (e na ambição) de garantir ao rei poder real sobre um espaço apenas virtualmente pertencente à coroa. Ainda assim, conquistadores como Valdivia pareciam possuir certa consciência de que nem toda e qualquer ação bélica era permitida. Ele e os conquistadores posteriores

³⁶³ KORTH, S. J. Eugene H. **Spanish Policy in Colonial Chile**. The Struggle for Social Justice, 1535-1700. Stanford: Stanford University Press, 1968, p. 22.

³⁶⁴ JARA, Álvaro. **Guerra y sociedad en Chile, y otros temas afines**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1984, p. 13.

obedeciam à lógica jurídica do *Requerimiento*, que era constantemente invocado em forma de ultimato. Quase sempre, a leitura estatutária e a requisição precediam o desencadeamento da guerra. A não aceitação da paz forçada e o descumprimento das requisições por submissão e vassalagens traziam os indígenas automaticamente para a condição de rebelados, tornando-os passíveis da violência da guerra e de suas atrocidades. Em carta informativa a Carlos V, Valdivia narrava que durante sua primeira expedição na Araucanía “Matáronse hasta mill e quinientos o dos mill indios [...] y prediéronse algunos, de los cuales mandé cortar hasta doscientos las manos y narices, en rebeldía de que muchas veces les había enviado mensajeros y hécholes los requerimientos que V. M. manda”³⁶⁵. Esse quadro aberto de conquista territorial e de violentos embates não se arrefeceu após a morte de Valdivia na batalha de Tucapel, em dezembro de 1553.

Entre os anos de 1554 e 1556, Francisco Villagra precisou manter uma guerra prolongada e contínua contra o levante geral iniciado pelos indígenas de Arauco e Purén, e liderado pelos *toquis* Pelantaro e Lautaro, que havia sido pajem de Valdivia. A guerra mapuche era um evento comunal. A primeira ação que precedia o desencadear dos conflitos era a ampla associação dos grupos masculinos de *conas*, galvanizados pelos laços familiares entre os *lebos*. As flechas ensanguentadas que corriam pelas *provincias* (convocando o *ayllarewe*, ou até mesmo comunidades mais distantes) eram um símbolo de um chamado à deliberação, motivada por uma instabilidade, pela ameaça ou pela afronta, situações que exigiam agrupamento, discussão e ação. As reuniões de guerra eram eventos de grande importância, nos quais os *lonkos* e *ulmenes* se reuniam e acabavam por escolher um *toqui* para liderá-los momentaneamente. A escolha de um *toqui* para a liderança das tropas (a quem os espanhóis chamavam de *capitão general*) era uma cerimônia que levava em conta as aptidões básicas no desempenho do cargo. Mariño de Lobera afirmava que, para tal escolha, não bastava a perícia comprovada com o arco, mas também “[...] correr, saltar, luchar, blandear una lanza, y otras para que se diese el cargo [...] atendiendo en primer lugar a la sagacidad, y prudencia”³⁶⁶. Segundo o mesmo, foi dessa forma que os índios de Arauco e Tucapel escolheram Caupolicán como *toqui* na época dos confrontos com Valdivia e seus acólitos. As habilidades físicas deveriam ser complementadas com a capacitação mental para manejar o quadro estratégico das coisas da guerra, e com o dom da oratória, já que o discurso e a confabulação eram os fundamentos das tratativas, das negociações e das

³⁶⁵ *Al emperador Carlos V, Concepción, 5 de outubro de 1550. In: CPV, 1929, p. 204.* Não há por que imaginar que esse tenha sido um caso isolado e não um *modus operandi* de repressão e uso da violência visando a implantação de um terror favorável à dominação espanhola.

³⁶⁶ MARIÑO DE LOBERA, Pedro de. *Crónica del Reino de Chile. In: CHCh. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. VI, 1865, p. 151.*

consequentes alianças, além de serem aspectos centrais em vários rituais e cerimônias tradicionais. A capacidade do *toqui* de arrolar novas levas de guerreiros estava associada ao seu status social. Guerreiros de sucesso e líderes vitoriosos em levantes e possuidores de bravura eram mais bem sucedidos em conseguir reforços entre indivíduos de outros *lebos*. Foi o que ocorreu após a bem-sucedida batalha na qual os indígenas trucidaram ao governador e suas tropas. Góngora Marmolejo narrou que ao chegar nas proximidades do Maule, em 1557, buscando levar a guerra a Santiago, Lautaro enviou mensageiros aos caciques da terra para que atendessem ao seu chamado e viessem em conferência. Atraídos pela fama e pelos relatos do jovem chefe guerreiro, “[...] vinieron muchos principales y indios a ver gentes que tan grandes victorias habían tenido de cristianos”³⁶⁷.

Táticas campais de logro e ofensiva durante os combates, organização dos contingentes e distribuição de tropas por especialidade e armas também marcaram o aprimoramento indígena nas técnicas bélicas. Um caso exemplar de adaptação e inovação ocorreu ainda nos primórdios da conquista, na batalha de Marihueñu, em fevereiro de 1554. Buscando vingar a morte de Pedro de Valdivia, ocorrida após o desastre de Tucapel, cerca de um mês antes, Francisco de Villagra assegurou as cidades de Valdivia e La Imperial e depois reagrupou as tropas espanholas a partir de Concepción, seguindo rumo ao Sul para vingar o governador defunto com cerca de duas centenas de espanhóis e alguns milhares de índios amigos e yanaconas, enquanto atacava, queimava e pilhava às terras indígenas em seu caminho. Góngora Marmolejo detalhou os eventos, notando o especial esmero dos guerreiros indígenas em utilizar o elemento surpresa, em dividir bem as tropas, em organizar esquadrões e em impedir a retirada espanhola, buscando o cerco e a aniquilação da força inimiga³⁶⁸. O confronto desenrolou-se na área costeira da província de Arauco, pouco abaixo da linha do Biobío, e resultou numa vitória fragorosa para os araucanos. A reação indígena não ficou contida à região araucana. As forças indígenas lideradas por Lautaro fizeram uma ampla campanha, destruindo Concepción (1554) e aproximando-se de Santiago. A cidade não enfrentava grandes rebeliões desde os levantes liderados por Michimalonco, durante seu processo formativo, e a maior parte dos picunches-mapochoes serviam, naquela época, em *encomiendas* e *repartimientos* de *mita*. O sucesso retumbante de Lautaro e a morte de Valdivia, no entanto, ameaçavam essa frágil balança de poder. As cidades e empreendimentos espanhóis agora se encontravam generalizadamente ameaçadas, requerendo

³⁶⁷ GÓNGORA MARMOLEJO, Alonso de. **Historia de Chile desde su descubrimiento hasta el año de 1575**. In: CHCh, t. II, 1862, p. 62.

³⁶⁸ Ibid., p. 46; BIBAR, Gerónimo de. **Crónica y Relación Copiosa y Verdadera de los Reynos de Chile**. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico José Toribio Medina, 1966, p. 176.

não apenas uma pronta reação local (culminada na morte de Lautaro, em 1557, em uma emboscada a um forte indígena nas redondezas de Mataquito), mas uma intervenção de Lima sobre a situação política e militar de seu território meridional. Andrés Hurtado de Mendoza, vice-rei do Peru, nomeou seu filho, García Hurtado de Mendoza, como o próximo governador-geral do Chile.

As forças espanholas ao sul do Biobío tinham sofrido um enorme revés. Valdivia estava morto, Concepción, abandonada e, as demais cidades estavam ou largadas à própria sorte, ou já sitiadas. O cabildo de Santiago, por exemplo, escrevia à Real Audiência de Lima que, no turbulento ano de 1554, seguido à morte de Pedro de Valdivia, as cidades corriam risco permanente de destruição, visto “[...] los naturales ser tantos y tan belicosos, que se procurán juntar en una hora, si quieren, doscientos mil indios de guerra y mas”³⁶⁹, revelando uma percepção hiperbólica, intensificada pela situação crítica. Embora García Hurtado de Mendoza (1557-1561) tenha mostrado menos ambições de prosseguir com uma expansão meteórica até o Estreito, seu governo foi marcado por uma igualmente dura postura marcial perante as populações indígenas insurretas, com vários casos de mutilação e execução sumárias. Além disso, dom García reinvestiu esforços na reestruturação do plano de povoamento abaixo da linha do Biobío. Em 1558, o governador fundou Cañete de La Frontera, nas imediações do antigo forte Tucapel, pontos nevrálgicos da resistência araucana. Prosseguindo em uma longa *entrada* em direção ao Sul, buscou consolidar seu avanço com a fundação de Osorno, em território huilliche, sendo ponto mais meridional de ocupação espanhola no Chile até então. Além disso, reergueu Concepción e Los Confines de Angol, ambas destruídas pelo levante geral de 1553, promovendo um contínuo estímulo de ocupação bélica da *Tierra de Guerra* e das regiões adjacentes (ver figura 1). Atravessando os Andes, seus enviados começaram a povoar as regiões conhecidas como Tucumán e Diaguitas, então sob jurisdição da governação do Chile³⁷⁰.

Dessa forma, sua meia década de poder foi pautada sobretudo em duas ações: fortalecer a presença espanhola nos territórios onde já havia povoamento e desencorajar, por intermédio

³⁶⁹ *Carta del Cabildo á la real Audiencia de Lima, dándole noticia de la muerte de Valdivia, Santiago, 26 de febrero de 1554*, p. 160-166. In: HFPCh, t. I, 1846, p. 164.

³⁷⁰ “Y llegado a la ciudad de la Serena, envió al capitán Juan Perez de Zorita con cien hombres a las mismas provincias de Tucumán y Diaguitas con los pertrechos y municiones necesarias, armas y caballos, con un sacerdote; y el dicho capitán pobló en los Diaguitas ciudad de Lóndres, y en Caltaquí, la de Córdova, y en Tucumán el viejo de Cañete, y allanó y pacificó aquellas provincias”: *Informe de la real Audiencia de Lima sobre los méritos de D. García Hurtado de Mendoza, Ciudad de Los Reyes, 21 de agosto de 1561*, p. 226-230. HFPCh, t. I, 1846, p. 227.

da guerra ou de negociações impositivas, qualquer fomento à rebelião³⁷¹. Concepción, refundada e guarnecida, tornou-se mais uma vez na dianteira da presença e intervenção militar hispânicas em direção ao Sul. Os indígenas que “vieram de paz” foram repartidos em ricas *encomiendas* e o ouro começou a ser explorado em algumas localidades, fazendo uso do trabalho de populações *encomendadas* e de *yanaconas*, como de praxe. A potencialidade da região atraiu um número considerável de *vecinos* e fez de Concepción o principal bastião administrativo e bélico dos espanhóis na *Tierra de Guerra*. A cidade requeria a maior atenção e quantidade de tempo dos governadores, pelo que rivalizava por influência com a própria Santiago. Poucos anos depois, em 1566, o rei encaminhava para a Real Audiência (instalada em Concepción) uma cédula pedindo parecer sobre se seria mais proveitoso fixar a Igreja Catedral em Concepción ou em Santiago, tendo em vista uma requisição do próprio cabildo da Catedral de Santiago, endossada pelo bispo, que argumentava que era “[...] lugar más cómodo para que los naturales sean mejor enseñados em las cosas de nuestra santa fé católica, y por el beneficio que de ello viene a los españoles [...]”³⁷². O centro gravitacional dos conflitos hispano-indígenas, tanto quanto da ação clerical junto às comunidades nativas, deslocava-se cada vez mais para o Sul, onde havia uma densa população indígena “pagã” e uma atração forte de proventos para os *vecinos* dos vales centrais. Formava-se uma nova fronteira expansiva para os missionários e para os portadores de armas, garantidoras, essas, de terras, *mitas* e *encomiendas*.

Don García interessou-se igualmente por expandir a governadoria do Chile na direção sudeste, atravessando a cordilheira em direção à província de Cuyo, atualmente pertencente à Argentina. Embora essa região não fosse jamais alvo de suas campanhas de pacificação, seu papel fundamental foi dar vassão às levadas de conquistadores que desejavam empreender novas conquistas em outros lugares sob autoridade da governação do Chile. Em 1561, enviado pelo governador, Pedro Castillo fundou a cidade de *Mendoza del Nuevo Valle de la Rioja*. Pouco mais de um ano depois, Juan Jufre, que trasladou a cidade de Mendoza para um novo sítio, fundou *San Juan de la Frontera*, ao norte de Mendoza. A abertura de uma nova área de

³⁷¹ “[...] estuvo cinco años conquistando y descubriendo y poblando aquellas provincias, y pobló en ellas nueve ciudades [...] y dejó muy sosegados y pacificadas todas aquellas provincias y dada orden en la tasa de los indios”: *Memorial de don García de Mendoza a S. M. el rey, sobre sus servicios en las Indias*, Plata, 7 de febrero de 1576, p. 148-150. In: CDIHCh, t. VI, 1963, p. 148. Essa direcionalidade aparece em outros conjuntos documentais, principalmente nos relatos de méritos das relações de serviço ou *probanzas*, que sobressaltam a ênfase do governador na pacificação da terra insurreta, geralmente tratada como um conjunto de províncias rebeladas: “[...] el dicho don García de Mendoza anduvo en la pacificación de las provincias de Chile tiempo de tres años [...]”: *Información de méritos y servicios de Bautista Ventura*, 28 de julio de 1561, p. 5-34. In: CDIHCh, t. XVII, 1889, p. 27.

³⁷² *Real Cédula por la que se pide información a la audiencia para determinar la conveniencia de instalar la Iglesia Catedral en la ciudad de Concepción o en la ciudad de Santiago*, El Pardo, 19 de octubre de 1566, p. 97-98. In: RAC, 1992, p. 98.

expansão não atraiu a atenção dos poucos braços que já estavam atribulados com as guerras araucanas. A escassa perspectiva material das empreitadas a Leste, mesmo que não confrontadas com uma resistência indígena tão denotada quanto ao Sul, acabou por tornar o Biobío o ponto focal de conquista e ocupação, sobretudo quando comparadas a grande concentração populacional indígena dessa região com a baixa densidade demográfica da província de Cuyo. Essa assimetria populacional desestimulava a vinda de novos conquistadores, ansiosos por adquirir *repartimientos de indios* ou por capturar escravos em *campeadas*. Além do mais, embora não demasiadamente abundante, havia jazidas de ouro de aluvião nos vales ao sul do Biobío. Esse desestímulo com as conquistas e povoamentos no leste andino aparece claramente na carta de mercês de Juan de Villegas, confeccionada por seu filho, Joseph de Villegas (1618). Juan de Villegas partiu para Cuyo junto a Pedro de Castillo, no governo de Hurtado de Mendoza, e participou da conquista, fundação e povoamento da cidade de Mendoza, onde, segundo nos narra a carta, “[...] le dieron en la dicha ciudad [...] cierto repartimiento de indios, del cual jamás tuvo casi provecho, sí por ser tan pocos [...] y la tierra ser tan pobre que no se saca oro ni plata”³⁷³. Havia, portanto, uma preocupação, ambição e estímulo de expansão hierarquizados, que poderia ser representada com uma seta vertical (sentido Norte → Sul), em detrimento da expansão para o outro lado da cordilheira dos Andes. Em 1618, ano no qual Joseph de Villegas confeccionou sua carta de informações e serviços, essa região se encontrava, segundo ele mesmo informou, em estado tão penoso quanto em épocas anteriores. Uma das últimas iniciativas de povoamento a leste da *Cordillera Nevada* foi a criação de San Luis, por Luis Júfre, em 1594, um isolado rincão bem mais a leste de Mendoza. San Luis permaneceu constantemente isolada e ameaçada, constituindo-se como o ponto mais avançado de povoamento sobre virtual controle administrativo da governação do Chile a Leste. A falta de iniciativas expansivas de maior vulto e a ausência de um povoamento mais ativo em Cuyo podem ser consideradas como consequências marginais (quando considerados os estímulos expansivos provenientes do Chile) da drenagem de recursos humanos e materiais, cada vez mais volumosos, em direção às desgastantes guerras na Araucanía.

A belicosidade que exauriu e formou a neófito sociedade colonial chilena não se dissipou, embora os espanhóis tenham tornando-se cada vez mais prudentes e contrafeitos a expedições e expansões demasiadamente ousadas e distendidas. Da mesma forma, diminuiu-se o ímpeto por fundar e construir cidades e fortes. A última fundação em direção ao Sul no século XVI foi a isolada Castro, na ilha de Chiloé, fundada por Martín Ruiz de Gamboa, em 1567. Os

³⁷³ *Información de méritos y servicios del capitán Juan de Villegas, de Jerónimo de Alderete y de Alonso de Reinoso, 3 de febrero de 1618*, p. 471-491. In: CDIHCh, t. X, 1896, p. 474.

conflitos intermitentes, mas constantes, eram recorrentemente evocados nas *relaciones de servicios*. Vejamos agora uma extensa citação, oriunda da *relación de servicios* de Pedro Cortés, coronel-general do Reino do Chile, escrita em 1605. O texto em destaque ressaltava os serviços de guerra prestados pelo então oficial durante um período impressionantemente longo, dando conta da maior parte dos governadores do Chile no século XVI. Seu resumo elucida parte da constância da guerra e de suas funcionalidades dentro do Reino do Chile durante as décadas que sucederam à sua formação:

[...] el maestre de campo Pedro Cortés entró en este dicho reino en compañía del marqués de Cañete don García Hurtado de Mendoza cuando le vino a gobernar, con quien se halló en pacificarle, hasta ponerle, como le puso, de paz; y después, sucediéndole el gobernador Francisco de Villagrán, habiéndose levantado a la tierra, entró con él en la provincia de Tucapel y ciudad de Cañete, andando siempre ocupado en el servicio de S. M. y reducción de los enemigos; y muerto el dicho gobernador y dejando nombrado a Pedro de Villagrán, hizo lo mesmo durante el tiempo de su gobierno, sin salir de la guerra; después de lo cual, en los gobiernos del adelantado Rodrigo de Quiroga y en el del doctor Bravo de Saravia se ocupó en el dicho ministerio y en el segundo del dicho adelantado fue capitán de caballos [...] dejando el oficio cuando murió al mariscal Martín Ruiz de Gamboa, continuando el servicio de S. M., anduvo en su compañía hasta que fue proveído el comendador don Alonso de Sotomayor [...] y lo mismo hizo gobernando Martín García de Loyola [...] ³⁷⁴.

Os trabalhos de décadas de Pedro Cortés na conquista e pacificação da *Tierra de Guerra* traduziam uma vontade frustrada dos conquistadores e governadores espanhóis no Chile, largamente impossibilitados pela resistência araucana de obter a estabilização territorial e o asseguramento das províncias indígenas e dos empreendimentos espanhóis insertados nelas. À revelia dessa vontade, eles se viam seguidamente enredados em uma série de guerras desgastantes e arriscadas, que já se tornavam tema de memórias escritas e épicos em verso e em prosa. Nesse quase meio século, que terminaria no desastre de Curalaba, a guerra apresentou-se como ferramenta ineficaz de dominação, não obstante fosse uma “ferramenta” constantemente manejada. Juridicamente, sua prevalência relembra que a Espanha ainda não triunfara sobre esse conjunto específico e peculiar de ameríndios, denominados pelos conquistadores por diferentes nomes. Essa sensação de que as forças espanholas enfrentavam uma peleja incessante, pouco proveitosa e assombrada pela perspectiva de uma nova guerra geral era repetidamente expressa

³⁷⁴ Otra información de servicios de Pedro Cortés, Concepción, 16 de mayo de 1605, p. 182-239. In: CDIHCh, t. XXIV, 1900, p. 231.

em cartas e ofícios enviados ao Peru e à Península. Em carta ao monarca datada de 1565, alguns oficiais espanhóis no Chile davam conta do estado geral de suas forças: “[...] porque enteramente no se podrá sustentar, por estar los vecinos deste reino muy pobres y endeudados y los soldados pocos y muy cansados de la guerra, que há tantos años que dura”³⁷⁵. Por conseguinte, pedia-se que o vice-rei ajudasse ao Chile a manter seus parcos esforços bélicos e sua atrofiada economia. A altissonante e constantemente evocada degradação das forças e posições espanholas no Chile era tema corriqueiro entre as autoridades locais, que barganhavam com esse estigma local para conseguir mais favores, recursos e homens. Requisitava-se frequentemente a assistência régia no sustento dos erários de guerra. É o que demonstra uma carta do cabildo de Santiago direcionada ao rei, no ano de instauração da Audiência de Concepción (1567), na qual os membros intercediam para que sua missão de serviço bélico ao sul do Biobío fosse devidamente sustentada pelos recursos régios: “[...] como no nos queda cosa con que poder sustentar los gastos de esta guerra [...] porque estan todos viejos, mancos y constituidos en todo extremo de pobreza [...] como sus leales vasallos, acudimos al llamamiento de V. A., y enviamos nuestros hijos a la guerra”³⁷⁶. A Real Provisão que ordenava aos santiaguenses eleger capitão e rumar para as guerras no Arauco estorvava os cofres da municipalidade. Os cidadãos, por sua vez, narravam de forma certamente exagerada os padecimentos da população espanhola no financiamento e na participação dos embates bélicos. A carta terminava com um pedido direto: “Y pues Dios Nuestro Señor quiere por nuestros pecados que esta guerra sea tan larga y continua, suplicamos V. A. sea servido mandar dar algún medio y orden como se conserve esta ciudad, que tanto ha servido a V. M.”³⁷⁷. Embora a guerra certamente impedisse um desenvolvimento vultoso da economia do Reino, sobretudo nas áreas de exploração mineral e produção da *Tierra de Guerra*, esses mesmos conflitos eram uma relevante justificativa para granjear proventos de outras partes do reino e justificar a pouco e incipiente arrecadação da *Hacienda Real*. Mas, no geral, a situação econômica do Reino não parecia deveras abonadora: embora as cidades *de arriba* (abaixo do Biobío) possuísem pequenas e diversificadas produções, como demonstra o recente estudo de Zavala Cepeda, a força motriz da ocupação espanhola nessa região era o ouro, um produto que corriqueiramente atravessava o Reino sem passar por casas de fundição, pelo que escapava do quinto real, situação à qual se somava a guerra intermitente

³⁷⁵ *Carta al Rey de los oficiales reales de Chile, en la que dan cuenta del mísero estado del país y de algunas operaciones del gobernador Pedro de Villagra, Santiago de Chile, 23 de enero de 1565*, p. 256-258. In: *Ibid.*, 1902, p. 256.

³⁷⁶ *Respuesta del Cabildo a la real Audiencia, sobre los pedidos que se le hacían de soldados, armas, caballos, municiones, etc. Santiago, 30 de agosto de 1567*, p. 237-240. In: HFPCh, t. I, 1846, p. 240.

³⁷⁷ *Ibid.*, p. 239.

que impedia a prospecção regular do metal e dificultava a instrumentalização da mão-de-obra repartida e encomendada nas jazidas locais³⁷⁸.

Após a saída de dom García Hurtado de Mendoza, a guerra permaneceu deveras equilibrada e cambaleante, ora favorecendo aos indígenas, ora aos espanhóis. Os governos de Francisco (1561-1563) e Pedro de Villagra (1563-1565) foram marcados por lutas constantes contra os araucanos, que sitiaram e atacaram ameaçadoramente a Concepción em 1564, que chegou ao limiar de suas forças e correu risco de ser novamente perdida. Villagra morreu sem conseguir levar a cabo as companhias pretendidas ao Sul, já bastante velho e combalido, depois de uma vida de combates na *Tierra de Guerra*. Antes, no entanto, teve que ordenar o despovoamento de Cañete, que se encontrava ameaçada e insustentável, em 1563. Pedro de Villagra não teve melhor sorte: abandonou o forte Arauco e concentrou-se basicamente em defender as cidades fundadas e em fazer campanhas repressivas aos rebelados que, nessa época, poderiam ser encontrados em zonas bem mais ao norte de Concepción e do Biobío. Os vales do Maule e do Itata encontravam-se periodicamente rebelados, tornando qualquer vislumbre de expansão mais ao Sul difícil de concebida e realizada naquele momento. O ímpeto das conquistas utópicas e da expansão até o Estreito arrefecera parcialmente. Em seu lugar, a palavra de ordem era “pacificar” às terras revoltosas.

O mar também era um caminho potencial de expansão, embora fosse uma rota igualmente perigosa, desafiante e pouco conhecida. Em 1558, o então governador García Hurtado de Mendoza enviou o navegador Juan Ladrillero em direção às terras austrais, seguindo o mesmo itinerário que Valdivia ordenara a Francisco de Ulloa (1553-1554). Navegando em três navios, a expedição de Ulloa acabou desagregando-se, mas uma das naves conseguiu atravessar o Estreito até o Atlântico e retornar ao Mar do Sul. A expedição de Ladrillero, por sua vez, terminou tragicamente com a perda da maior parte dos tripulantes de seu navio, embora o comandante tenha tido êxito em navegar pelo Estreito e retornar ao Chile. Apesar desses relativos sucessos de reconhecimento, nenhum assentamento permanente foi levantado. Por terra, o avanço foi ainda mais lento e igualmente calamitoso. Ainda assim, o delinear de uma conquista completa até o Estreito manteve-se como a ambição de diversos governadores. A crônica de Mariño de Lobera relatou com acuidade essa propensão, destacando que a expansão prosseguiu (intermitente) durante os governos de Rodrigo de Quiroga (1565-1567). Castro foi fundada

³⁷⁸ Z ZAVALA CEPEDA, José Manuel. La explotación española del oro de la Araucanía: sus características y su aporte a la economía del reino de Chile durante la segunda mitad del siglo XVI. **Fronteras de la Historia**, Bogotá, v. 27, n. 2, p. 157-183, jul./dec. 2022. Note-se a tabela das páginas 168-169 sobre o período coberto pelo contador Gálvez, do qual desprende-se a volatilidade da produção aurífera e seu declinar em fins do século XVI.

em 1567 por Martín Ruiz de Gamboa, no arquipélago de Chiloé. A região, não obstante, permaneceu profundamente isolada, a despeito de algumas tentativas locais de reconhecimento e expansão, como a realizada sob o comando do capitão Diego Mazo de Alderete (1578), que liderou espanhóis e aliados indígenas em uma expedição que correu o arquipélago de Chiloé em um trabalho brutal de descoberta e conquista³⁷⁹. Além do mais, Quiroga tentou repovoar a Cañete em 1566, sem que conseguisse sustentá-la por mais tempo, a despeito de concebê-la como um rincão estrategicamente fundamental³⁸⁰. Refundou também o forte Arauco. Seu governo sofreu um interregno durante o período de instalação da Real Audiência de Concepción (1567-1575), que foi encabeçada pelo presidente Melchor Bravo de Saravia. Rodrigo de Quiroga, não obstante, teve a oportunidade de exercer um segundo mandato (1575-1580), após a Audiência ser fechada.

Quiroga era um velho conquistador remanescente da era valdiviana quando assumiu o governo do Chile pela segunda vez. Sua administração foi largamente pontuada por conflitos, nos quais a vontade de pacificar às comunidades rebeldes e a ânsia por retomar os rincões perdidos se tornaram molas propulsoras dos enfrentamentos. Fazendo relato das suas medidas como governador, o experiente conquistador definia o Chile como “[...] consumido y perdido por la continua guerra que en él ha habido y hay y que convenía fundar de nuevo el estado de todo ello [...]”³⁸¹. Para um soldado como Quiroga, que chegou à *Nueva Extremadura* junto o bando armado de Pedro de Valdivia, a guerra deveria assemelhar-se a uma constante e ameaçadora querela de aspectos corriqueiros. Nessa mesma carta de Quiroga, datada de 1576, o então governador explicitou uma prática aparentemente usual e promissora, ao seu ver, para a cessação da guerra araucana: a transferência forçada de populações belicosas. Quiroga contava o seguinte: “[...] desterré algunos indios de los bulliciosos para las provincias del Perú, entrando que entré por los estados de Mareguano, de Purén, Arauco y Tucapel que son los que hacen la más guerra”³⁸². Embora não citasse abertamente, Quiroga buscava conseguir de Filipe II a anuência para a escravidão das populações da *Tierra de Guerra*, sugerindo, inclusive, que esses indígenas fossem transplantados para Norte, sendo empregados em Santiago e em La

³⁷⁹ “[...] En tanto que la gruesa de la gente española andaba con mucho contento de haber vencido a los enemigos en Arauco [...] pareció al capitán Diego Maso de Alderete corregidor de Castro de Chiloé que sería acertado seguir el descubrimiento de aquel archipiélago [...]”: MARIÑO DE LOBERA, Pedro. **Crónica del Reino de Chile**. In: CHCh. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. VI, 1865, p. 371-372.

³⁸⁰ “Poblé en nombre de Vuestra Majestad esta ciudad a la cual nombré de Cañete de la Frontera pus en el nombre que don García de Mendoza le dio aunque la poblé [...] asentando y pacificando estos barbaros”: *Carta de Rodrigo de Quiroga a S. M. de 1 de marzo de 1566*. In: ANH, Morla Vicuña, v. 1, p. 4.

³⁸¹ *Carta de Rodrigo de Quiroga al Rey de España, Santiago, 2 de febrero de 1576*, p. 106-112 In: HFPCh, t. I, 1846, p. 106.

³⁸² *Carta de Rodrigo de Quiroga al Rey de España, 1576*, p. 106-112. Ibid., p. 109.

Serena como mão-de-obra para a prospecção aurífera, como forma de puni-los por sua sublevação. Quiroga precisou lidar ainda com fatores multifacetados, como a rebelião do *mestizo* Alonso Díaz, um ex-soldado do bando espanhol passado aos índios de guerra, que o fizeram líder de alguns grupos sublevados. Houve também a revolta do cacique Juan de Lebu, um *ulmen* exilado pelo próprio Quiroga no Peru e que retornara ao reino com Bravo de Saraiva, levantando-se novamente em armas contra os espanhóis. Ademais, em 1577 o Chile vivenciou a invasão de Francis Drake ao Pacífico, parte de sua empreitada de corso e exploração que daria a volta ao mundo. Drake aportou entre os mapuches da ilha Mocha (sendo posteriormente hostilizado pelos indígenas) e depois seguiu para o continente, onde saqueou Valparaíso, fundeou a *Golden Hind* em uma rápida passagem para reunir mantimentos nas imediações de Coquimbo e zarpou, logo em seguida, para o Peru, onde atacaria o vultoso porto de Callao³⁸³.

É bem provável que, nesse período entre o fim da primeira grande rebelião (1557) e o desastre de 1598, houvesse uma cambaleante crença na possibilidade de conquistar a *Tierra de Guerra* pela força, embora surgisse já uma consciência prática e empírica da capacidade de reação e da irredutibilidade indígena. Em 1569, por exemplo, ocorreu o desastre de Mareguano, onde quarenta espanhóis foram sumariamente mortos em uma tentativa frustrada de tomar um bem defendido *pukara* indígena. Pouco tempo depois, o licenciado e presidente da audiência real, Melchor Bravo de Saraiva, escrevia ao rei relatando que os indígenas “[...] están tan soberbios e animosos [...] como por las victorias que han tenido que han tenido contra españoles y experiencia que tienen ya de la guerra [...] y por ver que somos tan pocos que temo según su pertenencia que nos han de echar della o acabarse todos”³⁸⁴. Alguns anos depois, em 1580, o Marechal-de-campo e governador Martín Ruiz de Gamboa (1580-1583), reconhecia a dificuldade inerente de apenas manter a ocupação já realizada, ao levar em conta que “[...] fue bueno donde hay pobladas once ciudades y las ocho de ellas con guerra es menester más copia de gente para acudir a todo”³⁸⁵. Urgia-se pelo envio de novas tropas e recursos adicionais para que o Chile fosse capaz de proteger-se da dupla ameaça dos levantes indígenas e da ação corsária. Gamboa também advogava pela construção de fortes, visto “[...] ser cosa muy útil para dar fin a las cosas de guerra, fabricar fortaleza en todo los lugares donde hubiese coyuntura para

³⁸³ Um sumário de suas ações de governo pode ser vislumbrado em: *Carta de Rodrigo de Quiroga al Virrey, 1578*. In: ANH, Varios, v. 973, f. 3.

³⁸⁴ *Carta del doctor Melchor Bravo de Saraiva a S. M., 27 de diciembre de 1569*, p. 251-254. In: CDIHCh. Segunda Serie, t. IV, 1960, p. 252.

³⁸⁵ *Carta de Martín Ruiz de Gamboa al rey de España, 1580*, p. 119-124. In: HFPCh, t. I, 1846, p. 123.

ello”³⁸⁶. Em 1580, ele, então governador, fundou Chillán, um anteparo defensivo no vale do Ñuble a nordeste de Concepción.

Ainda que a guerra fosse prevalente, algumas poucas e isoladas vozes ousavam condenar a postura majoritariamente ofensiva e violenta do empreendimento espanhol. Os anos de 1557 e 1558 foram especialmente auspiciosos para os defensores de métodos mais pacíficos para a conquista do Arauco. Aportaram no Chile, respectivamente, o frei dominicano Gil González e o licenciado e ouvidor da audiência de Lima, Hernando de Santillán. Em campos diferentes, esses dois personagens que chegaram à Nova Extremadura seguindo ao governador Mendoza, dedicaram uma parte substancial de suas carreiras a repensar a relação entre espanhóis e indígenas no Chile. As regras e estipulações da *Tasa* de Santillán tiveram um peso considerável nas relações concernentes aos usos do trabalho indígena, sobretudo na forma de *encomiendas*³⁸⁷. Tomando suas próprias palavras, o objetivo da *Tasa* de Santillán era “[...] el buen gobierno y conservación de los naturales destas partes”³⁸⁸. Impossibilitado de suprimir por completo o regime de *encomiendas*, Santillán satisfez-se em regular o acesso espanhol à mão-de-obra indígena, reformulando as formas de tributo e, principalmente, os formatos de serviço prestadas nas minas e em outras atividades fulcrais para a turbulenta governação. Embora enfrentasse a oposição de comandantes e *encomenderos*, a coroa ratificou a *tasa* (embora reconhecesse a possibilidade de alteração futura), ordenando que sua Audiência fizesse por cumpri-la e indicando a necessidade de modificar o trabalho laboral das *mitas*, grande alvo de críticas e um dos principais motivos das revoltas indígenas, pelo trabalho de negros escravizados³⁸⁹. À *Tasa* de Santillán, seguiram-se outras tentativas de normatização estatutária, como a *Tasa* de Gamboa (1580), que extinguiu o pagamento tributário em forma de serviços pessoais. Sua aplicabilidade, no entanto, excluía a *Tierra de Guerra*, não tendo validade para os territórios conflituos abaixo do rio Maule. A *Tasa* de Gamboa foi rapidamente suprimida por Sotomayor, em 1584. Em contrapartida, retomaram-se as antigas legislações no que diz respeito à

³⁸⁶ Ibid., p. 399.

³⁸⁷ KORTH, S. J. Eugene H. **Spanish Policy in Colonial Chile**. The Struggle for Social Justice, 1535-1700. Stanford: Stanford University Press, 1968. Especialmente o capítulo *Beginnings of the Struggle for Justice in Chile*, p. 22-39. Sobre os trabalhos e propostas do Frei Gil González, ver o capítulo *Fray Gil González and Defensive War*, p. 40-58. Ainda, sobre a *Tasa de Santillán*, ver JARA, Álvaro. **Trabajo y salario indígena**. Siglo XVI. Santiago de Chile: Colección Imagen de Chile, 1987 e CONTRERAS CRUCES, Hugo. **Oro, tierras e indios**. Encomienda y servicio personal entre las comunidades indígenas de Chile Central, 1541-1580. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2017, p. 199-354.

³⁸⁸ *Relación de lo que el licenciado Fernando de Santillán, Oidor de la audiencia de Lima, proveyó para el buen gobierno, pacificación y defensa de Chile, 4 de junio de 1559*, p. 19-34. In: FHTRCh, v. 1, 1982, p. 22.

³⁸⁹ *Real Cedula dirigida al presidente y oidores de la audiencia de Concepción [...] por la que se ordena cumplir las Ordenanzas de Santillán, y se haga relación, previa una junta, de aquello en que podrían modificarse*, Madrid, 26 de mayo de 1573, p. 175-176. In: RAC, 1992.

encomienda. Outras relevantes *tasas* e *ordenanzas* seriam publicadas durante o século XVII, como a *Tasa* de Esquilache (1621), a *Tasa* de Lasso de la Veja (1635) e as *Ordenanzas* de Mujica (1647)³⁹⁰.

Algumas vozes eclesiásticas entoaram de forma mais enfática sua posição contra os conflitos e contra certas categorias vexatórias de trabalho, como a escravidão e o trabalho compulsório, além de serem loquazes detratores da guerra. As *encomiendas* recorrentemente eram alvos de discursos de padres que viam a presença espanhola no Chile como um largo e exasperante desvio de função do que deveria ser o bom domínio. Entre essas vozes, a do frei Gil González foi a que mais fortemente ecoou no século XVI. Gil González não só pregava contra uma parte substancial da empreitada bélica na Araucanía, como também urgia pela revisão do sistema de *encomiendas* e qualquer outra forma deletéria de trabalho servil ou pessoal. Embora tenha deixado para sempre o Chile em 1563, sua ação durante anos entre soldados, *encomenderos*, clérigos e indígenas renderam-lhe uma visão privilegiada dos absurdos da guerra movida pelas forças cristãs. Góngora Marmolejo contou em sua crônica um pouco da ferrenha oposição do frei diante das forças militares do então governador Francisco de Villagra que, acampadas próximas a Cañete, deliberavam sobre atacar ou não aos índios de guerra rebelados. Opondo-se a tal ato, Gil González discursou efusivamente para os soldados, arguindo-os de que “[...] iban al infierno si mataban indios, y que estaban obligados a pagar todo el daño [...] porque los indios defendían causa justa, que era su libertad, casas y haciendas”³⁹¹. Subvertendo a legalidade da guerra justa, o frei afirmava que a entrada de Pedro de Valdivia no Chile não contemplou os ritos e objetivos corretos, do que se desprendia que toda a ocupação hispânica e a guerra que até então os conquistadores mobilizaram era injusta e pecaminosa. Mas sua voz não era única e solitária. Isso nos prova um interessante documento datado de 6 de março de 1562. Trata-se de uma carta dirigida a ninguém menos que ao dominicano Bartolomé de Las Casas, na qual três frades Franciscanos faziam analogia entre as maldades relatadas na *Brevísima* e a recalcitrante situação de violência e má gestão durante o governo de Francisco de Villagra no Chile: “[...] finalmente, está la pobre tierra con tres pestilencias, de enfermedad, y de guerra, y de mal gobierno”³⁹². Não se ignora o caráter político do documento, que idealizava e elogiava o governo predecessor de García Hurtado de Mendoza, um governador em nada longânime ou

³⁹⁰ Sobre essas *tasas*, ver SILVA VARGAS, Fernando. **Tierras y Pueblos de indios en el Reyno de Chile**. Esquema histórico-jurídico. Santiago de Chile: Universidad Católica de Chile, Facultad de Ciencias Jurídicas, Políticas y Sociales, Estudios de Historia del Derecho Chileno, n. 7, 1962.

³⁹¹ GÓNGORA MARMOLEJO, Alonso de. **Historia de Chile desde su descubrimiento hasta el año de 1575**. In: CHCh. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. II, 1862, p. 95.

³⁹² *Carta de tres frailes franciscanos de Chile a Fr. Bartolomé de Las Casas dando cuenta de los trabajos que sufrían los indios, Santiago, 6 de marzo de 1562*, p. 143-145. In: CDIHCh, t. XXIX, 1900, p. 144.

pacifista. Entrementes, o documento chama a atenção para a figura do destinatário, o próprio Las Casas, já na época o símbolo máximo da defesa dos direitos indígenas frente aos impérios da conquista espanhola das Índias.

Essas querelas e tratativas, no entanto, não atingiram substancialmente o desenvolvimento das guerras de conquista no Chile, nem levaram a condenações taxativas da ação espanhola na região. A coroa, por sua vez, continuou a mandar levadas de homens e recursos, providos sobretudo do Peru para sustentar essa difícil posição frente aos interesses marítimos estrangeiros, bem representados na ameaça corsária ao litoral sul do *Mar del Sur*. Prova disso foi a ambiciosa e totalmente fracassada missão de Pedro Sarmiento de Gamboa, enviado por Filipe II para povoar o Estreito de Magalhães (1581), na mesma expedição na qual seguia Alonso de Sotomayor com cerca de 400 soldados indo em direção ao Chile. Sarmiento de Gamboa construiu duas *poblaciones* que deveriam servir de anteparo à penetração estrangeira no *Mar del Sur*, mas, fundadas sob a má sorte de deserções, do mal tempo, de naufrágios, da fome e de brigas internas, os assentamentos de *Ciudad del Rey don Felipe* e *Nombre de Jesús* pereceram tão rapidamente quanto seus não mais que trezentos povoadores (ver figura 1). Gamboa havia retornado à Península para angariar mais suprimentos e objetivava retornar e reestruturar a área de povoamento. Não obstante, a empreitada falira rápido demais. Os únicos sobreviventes foram localizados pelo corsário inglês Thomas Cavendish nas imediações do povoado arruinado de *Ciudad del Rey*, ao qual Cavendish decidiu chistosamente chamar de *Puerto del Hambre*. Depois, o navegador inglês passou ao Pacífico para lá exercer seu papel de corso nas águas californianas e mexicanas, onde os galeões de Manila chegavam abarrotados de exóticas especiarias e riquezas das *Indias Orientales*. Tal desfecho da aventura de Sarmiento de Gamboa mostrava a fragilidade e a importância de fechar o Estreito ou, ao menos, de protegê-lo das investidas corsárias, embora tenha ficado evidente a dificuldade hispânica em ocupar um território inóspito e de cadeia logística tão distendida. Aflição essa muito bem demonstrada nas cartas de Sarmiento, que implorava para que o rei olhasse para “La necesidad de ocurrir a este negocio presente para suplir parte del daño pasado”³⁹³, ocasionado, segundo o navegador, pela falta de víveres e pelo abandono da expedição por parte de Diego Flórez de Valdés, a quem Sarmiento de Gamboa culpabilizava como principal responsável pelo fracasso total da iniciativa de ocupação do Estreito. Tal socorro não viera e, como vimos, toda a empresa acabou em um

³⁹³ *Cartas de Pedro Sarmiento de Gamboa: Estrecho de Magallanes, Río de Janeiro, Sanlúcar, 5 de octubre de 1585.* In: MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 33, N.3, R.60, f. 13. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/122184?nm>>. Acessado em: 28, fev. 2022.

malogro enorme, pelo que não parece ter havido nova investida da coroa em patrocinar uma expedição peninsular para povoar este extremo americano.

Restaria aos súditos do trono espanhol no Novo Mundo a oportunidade e o dever de, segundo suas possibilidades, povoar a região do braço de mar descoberto por Magalhães. Em um plano geoestratégico, havia uma noção aparente de que relegar a região à própria sorte poderia trazer consequências drásticas para a Espanha. O Duque de Medina Sidonia, alto comandante da *invencible armada* de Filipe II, alertava ao rei da necessidade de enviar socorro à região, pontuando que essa deveria ser realizado com a devida segurança, o que incluía o conhecimento preciso da área a ser povoada, além da sustentação contínua dos povoamentos. Não obstante, o ministro endossava a necessidade de insistir na defesa e povoamento da região, já imaginando que a primeira tentativa havia acabado de forma desastrosa e sabendo que o próprio Sarmiento, principal entusiasta da empreitada, acabara sendo aprisionado pelos ingleses, comandados por ninguém menos que o famoso corsário Walter Raleigh, quando bordeava os Açores³⁹⁴. O Estreito era matéria corrente dos assuntos estratégicos das altas instâncias do reino, sendo ligado com a percepção subjacente de asseguramento da costa sudoeste americana, o *Mar del Sur*. Outra expedição, capitaneada por Bartolomé Garcia de Nodal, foi enviada por Filipe III, em 1618, partindo de Lisboa com ordens de navegar (mas não de povoar) o Estreito, priorizando a averiguação de um novo caminho mais ao Sul, o que se constatou graças à passagem da expedição pelo atual Cabo Horn que anos antes tinha sido explorado pelos navegadores da VOC Isaac Le Maire e Willem Schouten. Nodal deveria “[...] ir en prosecución del descubrimiento de la boca de Mayre, y Estrecho de Magallanes, y que si el tiempo le obligase invernaria en la costa de Chile”³⁹⁵. Partindo do fato de que objetivos como esses eram verdadeiros desafios logísticos, conclui-se que a expedição de Nodal foi um grande sucesso, tendo descoberto para a coroa castelhana uma nova rota ainda mais meridional pelo Estreito de Le Maire, chegando ao cabo de San Idelfonso (Horn), alcançado as afastadas ilhas Diego Ramírez e, após transpassá-las, achando a boca oeste do Estreito, ao qual atravessou. Logo após, os barcos ganharam novamente as águas do Atlântico, empreendendo um longo e fatigante retorno ao seu ponto de partida, após cabotar a costa brasileira. O sucesso exploratório da viagem foi transcrito e desenhado na carta abaixo, um mapa feito pelo cartógrafo real dom Pedro Teixeira Albernaz

³⁹⁴ Carta del Duque de Medina Sidonia al Rey: Estrecho de Magallanes, Lima, 13 de enero de 1587. In: MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO,33,N.4,R.2, f. 1-2. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/122196?nm>>. Acessado em: 28, fev. 2022.

³⁹⁵ Carta del virrey del Perú, Príncipe de Esquilache al Rey, Ciudad de Los Reyes, 24 de abril de 1620. In: MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO,33,N.4,R.6, f. 1. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/122200?nm>>. Acessado em: 28, fev. 2022.

Alonso de Sotomayor, governador empossado pela coroa, separou-se de Sarmiento de Gamboa em Buenos Aires, de onde seguiu por uma rota transcontinental em direção ao Chile, levando uma considerável leva de quatrocentos soldados, com os quais deveria submeter definitivamente aos araucanos. Segundo supunha o padre Rosales, avaliando a situação do avançado século XVII, a missão de Sotomayor correspondia a uma vontade expressa do rei que, preocupado com a navegação e com possíveis ataques ingleses no Mar del Sur, desejava auxiliar reforçar suas forças no Chile, visto que “[...] tienen necesidad de socorrerse con brevedad porque está muy a peligro y si hubiese pasado allá los enemigos sería mucho el daño [...]”³⁹⁷. O longínquo e dificultoso Reino do Chile alojava duas questões fundamentais envolvendo domínio territorial e projeção imperial: a mais premente para a coroa era sem dúvida a interferência e ameaça estrangeiras sobre territórios pouco controlados pelas forças do rei da Espanha, ou seja, onde o domínio continuava predominantemente virtual e cambiante; a outra, mais local, dizia respeito à incapacidade espanhola de submeter definitivamente a resistência nativa, o que abria espaço para a insegurança das praças existentes e das operações de povoamento, dando margem para uma ação mais intrusiva dos navios ingleses, franceses e neerlandeses na região. Em suma, o problema da ação estrangeira era tido como correlato à resistência indígena. Em 1587, uma junta de guerra convocada pelo governador Alonso de Sotomayor produziu uma análise estipulando que a defesa costeira era indissociável da conquista territorial da *Tierra de Guerra*. Conquistar, povoar e pacificar as zonas de conflito com os indígenas requereria, segundo estipulavam, “[...] mil hombres bien proveídos de armas y los más arcabuceros con municiones y arcabuces de respeto [...] y con este socorro acometiendo por todas partes y habiendo perseverancia [...] se acabará en poco más de dos años y faltando esta será perpetua la guerra [...]”³⁹⁸. Além do mais, a junta ensejava a formação de uma armada de mar diretamente comandada pelo governo chileno, já que as armadas do vice-reino se provaram ineficientes na defesa da costa meridional do Pacífico, em virtude das enormes distâncias que as nave precisavam percorrer³⁹⁹. Com ela, seria possível patrulhar com eficiência o litoral, coibir a entrada de incursões pelo Estreito e conquistar a Ilha Mocha, um porto atrativo para os piratas, ocupada por comunidades indígenas contrafeitas aos espanhóis. A despeito de uma ideia tão disparatada

³⁹⁷ *Consulta del Consejo de Indias a Su Majestad sobre las cosas de la jornada al Estrecho de Magallanes e ida a Chile de Alonso de Sotomayor, 1 de marzo de 1581*, p. 173-179. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. III, 1959, p. 175.

³⁹⁸ *Junta de guerra mandada celebrar por don Alonso de Sotomayor para defender el mar del Sur y conquistar el Reyno, diciembre de 1587, por Juan de Ocampo San Miguel*, f. 14. In: ANH, Varios, v. 973, f. 18-19.

³⁹⁹ “Y así convendrá haya galeones que la guarden y los que estuviesen a la guardo de este Reino no podrán acudir a la necesidad del Perú por tener doscientos y cuarenta leguas de poblado que guardar que hay de la ciudad de la Serena a la de Castro sin lo que hay de ella al [Estrecho] de Magallanes”: Ibid.

como a de construir uma frota independente de Lima (às custas da fazenda peruana), havia uma tendência convergente, tanto no Chile quanto no Peru, a imaginar a guerra por terra e a guerra por mar como dois lados de uma mesma moeda.

Vê-se claramente acentuada tal preocupação no detalhado conjunto de ordenanças que o vice-rei do Peru, dom García Hurtado de Mendoza, estabeleceu para o Almirante Hernando Lamero (1591), responsável por levar um socorro material a Concepción e, de quebra, patrulhar a costa chilena em busca de qualquer sinal da ação corsária. As diretrizes eram de que quando “[...] llegados a la dicha costa de Chile tuviédes nuevas de algún corsario [...] vendréis luego reconociendo todos los puertos de la costa [...] de suerte que no se quede corsario [...] sin que le reconozcáis y procuréis de ofenderle y desbaratarle”⁴⁰⁰. O tormento da ação corsária foi avolumado depois da primeira grande investida de Francis Drake à costa americana do Pacífico, entre os anos de 1578 e 1579. A partir desse acontecimento nada alvissareiro para a coroa espanhola, o Estreito e o Chile ascenderam em importância geoestratégica, visto que Valdivia, Concepción e Valparaíso eram os primeiros (e bastante isolados) portos espanhóis no Mar do Sul. Um documento expedido pela audiência do Panamá, em 1584, ressaltava que “Después que Francis Draque, corsario inglés, entró neste mar del sur, se pudo esperar otros muchos harían lo mismo, pues la esperanza de grandes riquezas les animaría a semejantes atrevimientos”⁴⁰¹. A carta seguia com relatos da ação corsária contra navios espanhóis que navegavam entre os portos chilenos de Valparaíso e Concepción, concluindo, por fim, que as rotas marítimas do Mar do Sul não eram nada seguras. Esse cenário era agravado pelas dificuldades de povoamento no Chile e pela incapacidade de vencer em definitivo a resistência dos araucanos, insulando os pequenos povoamentos costeiros e deixando espaço para assaltos ou paradas estratégicas de corsários por toda a costa chilena. Domingo de Erazo, procurador do Chile no governo de Óñez de Loyola, desvelou em seu relato com especial detalhismo os motivos que, a seu ver, opunham tão acirrada e aguerridamente espanhóis e indígenas no Chile:

[...] y de las piezas que se prenden en las corredurías, trasnochadas y emboscadas que de ordinario se les hace, las cuales unas veces mandaban los gobernantes y ministros pasarlas a cuchillo para rigor y espanto de los demás y generalmente desterrarlos a las ciudades de Santiago y la Serena, que están la una 70 y la otra 100 leguas [...] de la tierra dellos, lisiando los varones de los pies y conociendo los dichos indios rebeldes

⁴⁰⁰ *Instrucción dada por el virrey García Hurtado de Mendoza al almirante Hernando Lamero para su viaje a Chile en guarda de la costa contra corsarios, 1591*, p. 129-137. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. IV, 1960, p. 135.

⁴⁰¹ *Carta de la Audiencia de Panamá, 18 de mayo de 1584*. In: MCD, PARES, AGI, vol. PANAMA,13,R.23,N.156, f. 1. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/380390?nm>>. Acessado em 05 de março de 2022.

que no les quedaba medio ni conveniencia alguna para restaurar la vida de los muertos [...] De la desconfianza deste interés y pretensión les nacía nueva mayor pertinencia y coraje para la venganza de aquella crueldad y agravio y se conjuraban y prometían de sustentar la rebeldía y enemistad cristiana hasta la muerte⁴⁰².

A contundente citação demonstra a consciência de muita repressão e de uma ação tida como cruel mesmo entre os espanhóis, que vislumbravam nas ações dos seus pares os motivos da persistente e infundável guerra. Não se trata de propor um quadro já superado de infinita violência, ubíqua e atemporal, mas da manutenção de um estado latente de guerra, que certas horas se tornava geral, às claras, manifesta em rebeliões locais, gerais ou em *malones* e *entradas* sazonais; um quadro estrutural, onde a guerra deixava de ser mera contingência e tornava-se um padrão de ação. Embora não fosse incessante, parecia infinda⁴⁰³. A crônica de Pedro Mariño de Lobera, que cobriu todos os governos chilenos de Valdivia até os anos iniciais de Óñez de Loyola (de 1541 a 1595), terminava de forma pessimista na descrição das ações do último governador que o soldado-cronista vira em vida. A defasagem em números, a baixa moral e a falta de uma maior capacidade ofensiva eram agravadas pela irredutibilidade das populações araucanas *de guerra*. Mesmo derrotadas ocasionalmente em batalha, os indígenas não deixavam de reorganizar suas forças e de tornar a rebelar-se, promovendo novos levantes. As cidades, recorrentemente cercadas, assumiam cada vez mais funções eminentemente defensivas, ao invés de funcionarem como postos avançados terra adentro para novos empreendimentos de exploração, conquista e ocupação. O prognóstico não era bom. A ausência de soldados levou Óñez de Loyola a abandonar alguns fortes. Lobera resumiu bem a sensação imperante: “[...] estaban todos tan cansados ya de tan largas molestias, y no vean caudal ni fuerzas para llevar adelante lo que en cincuenta años no habían podido concluir en tiempos en que había más aparejo para ellos”⁴⁰⁴.

As grandes *entradas* de conquista, as sazonais *campeadas* e a defesa constante dos rincões espanhóis haviam se tornado verdadeiras chagas para a governação empobrecida, carente dos recursos e braços oriundos do Peru e relegada a uma perpétua tentativa de pacificar espaços já “pacificados” outras vezes. Em um cenário tão díspar dentro do império hispânico, não é surpreendente que a guerra possuísse uma condição tão primordial no desenvolvimento geral

⁴⁰² *Memorial de Domingo de Erazo a S. M. Sobre el estado del reino de Chile [...], sin fecha*, p. 2-23. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. V, 1961, p. 4.

⁴⁰³ “Es verdad manifiesta que han sido más treguas que no paz porque aunque han dado algún servicio personal nunca han querido sacar oro y ha sido el darla reteniendo sus armas y caballos en su poder [...]”: *Informe de don Miguel de Olaverria sobre el reino de Chile, sus indios y sus guerras*, 1594, p. 390-422. In: CDHCH, Segunda Serie, t. IV, 1960, p. 408.

⁴⁰⁴ MARIÑO DE LOBERA, Pedro de. **Crónica del Reino de Chile**. In: CHCh. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. VI, 1865, p. 441.

da sociedade chilena e aparecesse como uma ferramenta hodierna e usual contra os problemas que a afligiam. O ritmo indefinido dos combates ao sul do Biobío e o progressivo desgaste das forças e posições espanholas levaram ao Reino do Chile a um colapso parcial em fins do século XVI, depois do qual uma parte substancial das perspectivas em torno da guerra de Arauco, dos usos do espaço e das relações com os mapuches foram transformadas. Para entender essa transformação da relação entre guerra e domínio do espaço, temos que elencar o desastre de Curalaba e a grande rebelião de 1598-1604 como pontos de análise e reflexão.

Curalaba e o Grande Levante: ponto de virada indígena e desenlace processual hispânico

As fontes da época e a historiografia parecem comungar uma ideia assemelhada sobre os eventos de Curalaba: a tragédia pessoal de Martín García Óñez de Loyola e a catástrofe posterior foram a culminância da incapacidade de décadas em submeter aos araucanos. Também foi mais do que isso. Para os espanhóis que vivenciaram os desastres subsequentes ou as suas reverberações no século vindouro, Curalaba foi o ponto de virada a partir do qual alguns dos seus territórios de presença, exploração e ocupação, por vezes mal e parcamente ocupados, por vezes relativamente consolidados, foram largamente subsumidos pela *Tierra de Guerra*, levando caos e destruição às combalidas habitações e ao domínio hispânico na região, um poder que nesse momento mostrou-se extremamente frágil. Esses anos também tiveram efeito no imaginário indígena, planando como uma época de grande sucesso e glória em ação, cuja memória seria invocada mesmo várias décadas depois como sinônimo de triunfo de seus antepassados e perdição dos espanhóis. Por meio da ótica de uma visão de superioridade, até então bem assentada no imaginário e nos discursos hispânicos, González de Nájera, o soldado-cronista que escreveu *Desengaño y Reparación de la Guerra* (1614), traduziu o significado de 1598 e das lutas posteriores para ele e seus pares, homens de guerra:

Desta muerte de Gobernador, que sucedió por diciembre el año de mil y quinientos e noventa y ocho, resultó la rebelión general, principio de las mayores pérdidas que españoles han tenido en Chile; pues rebelados todos los indios, asolaron las ciudades de Valdivia, la Imperial, la Villarrica, Osorno y la de los Infantes de Angol, haciendo en ellas aquellos fieros bárbaros tales crueldades, estrago y derramamiento de sangre, cuales jamás se vieron en ninguna entrada o asalto de los más airados y

ofendidos enemigos del mundo; pues no reservaron estado, edad, religión ni cosa sacra⁴⁰⁵.

Reduzidos às suas cambaleantes fortalezas e às suas desestruturadas vilas e cidades, a segunda morte em batalha de um governador em exercício significou uma tragédia que só poderia ser comparada à morte de Pedro de Valdivia, quase meio século antes. A incapacidade de submeter a população indígena abaixo do Biobío finalmente desembocou em uma ação generalizada, baseada na aliança territorial de vários *Ayllarewe* centrados na liderança dos indígenas de Purén e no comando dos intrépidos *toquis* Anganamón e Pelantaro, responsáveis por cercar, atacar e matar o governador, um séquito de espanhóis e algumas centenas de índios amigos que iam em direção a Angol, prestar auxílio às tropas sitiadas. A associação territorial indígena acabou por prevalecer ante a dispersão espacial e a inabilidade de vencer as distâncias, as carências e o isolamento dos *pueblos* hispânicos. Opondo-se às fragmentadas praças-fortes hispânicas, os indígenas foram capazes de organizar poderosas alianças e cooperações interprovinciais mirando a expulsão das forças espanholas. Como maior forma de associação sociopolítica do mundo mapuche, o *vutanmapu* agregava um conjunto de *ayllarewes* em alianças oras sazonais, feita para enfrentar guerras e ameaças afins; oras permanentes, estabelecendo laços diplomáticos, econômicos e ritualísticos entre diferentes e distendidas comunidades regionalmente e culturalmente afiançadas umas às outras⁴⁰⁶. Sua liderança recaía sobre um *gran toqui* ou *ngentoqui* de poder contingenciado pelas demandas da guerra e, portanto, temporário⁴⁰⁷. Essa estrutura organizacional fluida e segmentária politicamente agrupava grandes contingentes populacionais em unidades regionais que possuíam uma capacidade impressionante de associarem-se para a realização das atividades guerreiras e para defesa de seus respectivos territórios. Os *vutanmapus* ascenderam em importância no decorrer da invasão hispânica e acabaram por constituir as mais vultosas macrounidades de resistência indígena contra as ações espanholas no Chile a partir do século XVII, embora seja difícil traçar sua origem para além da grande rebelião

⁴⁰⁵ GONZÁLEZ DE NÁJERA, Alonso. **Desengaño y Reparó de la Guerra del Reino de Chile**. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889, p. 64.

⁴⁰⁶ Francis Goicovich Videla, sugeriu que essas formas de organização bélica não existiam antes das lutas desencadeadas por Pedro de Valdivia e os conquistadores subsequentes, sendo uma forma nova das comunidades mapuches resistirem à ação intensiva das hostes invasoras. Ver GOICOVICH VIDELA, Francis. La Etapa de la Conquista (1536-1598): origen y desarrollo del 'Estado Indómito'. **Cuadernos de Historia**, Santiago de Chile, n. 22, p. 53-110, 2002, p. 76.

⁴⁰⁷ ORTIZ AGUILERA, Carlos. El liderazgo indígena em la Araucanía del siglo XVI. **Tiempo y Espacio**, Concepción, n. 40, p. 34-52, 2018.

iniciada em 1598, sendo apenas discerníveis como unidades macropolíticas a partir da primeira e segunda décadas do século seguinte⁴⁰⁸.

1598 foi, portanto, um marco central na luta da Espanha contra seus inimigos indígenas na *Tierra de Guerra* do Chile. Esse marco consolidou-se na prática como um tempo de crise e perdas monumentais para os espanhóis: a perda dos domínios do Sul enfraqueceu a posição espanhola na América e sua projeção na costa do Pacífico. Tão grave quanto, a campanha bem-sucedida dos índios de guerra desestabilizou por completo a relação hispânica com o espaço araucano. Suas políticas de ocupação e submissão falharam peremptoriamente e muitas concepções sobre guerra, fronteiras e povoamento seriam repensadas. Por conseguinte, os espanhóis experimentaram um aprofundado medo e temor da larga rebelião indígena grassar por completo seus assentamentos na governação. O medo, oriundo de uma sensação de ameaça iminente, estimulava um derrotismo e causava a apreensão de que a tão jactada superioridade técnica e militar hispânica não era mais pária para lidar com a situação de guerra e destruição que enfrentavam:

A todos es notorio y manifiesto las grandes calamidades y ruinas que han venido por este miserable reino [...] causa de insignes sucesos que el enemigo ha conseguido [...] y estas adversidades no se deben sentir tanto como otras mayores que se esperan, resultantes de un temor desconsiderado que reina en los corazones de muchos con plática ajena de la nación española, en decir que ya los indios son tan buenos como los españoles, razón por cierto abominable [...]"⁴⁰⁹.

Como sugere esse relatório, contemporâneo aos eventos, a insegurança e as seguidas vitórias indígenas impulsionavam a continuação dos malogros espanhóis nas regiões meridionais do reino. No lado indígena, o *momentum* foi bem aproveitado para deflagrar uma revolta generalizada em diferentes regiões do centro-sul chileno, galvanizando as segmentadas comunidades indígenas araucanas, huilliches, pehuenches, cuncos e outras em diferentes tentativas de extirpar a presença hispânica de suas terras. Da consciência da vitória em Curalaba e dos restos mortais de Óñez de Loyola proveio o chamado geral às armas; a flecha ensanguentada correu pela Araucanía, chegando até regiões distantes, como entre os huilliche abaixo do Toltén e até mesmo ao longínquo arquipélago de Chiloé. Convocavam-se os *lebos* a unirem-se com seus congêneres de Purén em uma ampla revolta deflagrada contra a figura intrusiva e

⁴⁰⁸ GOICOVICH VIDELA, Francis. Alianzas geoétnicas en la segunda rebelión general: génesis y dinámica de los vutanmapus en el alzamiento de 1598. **Historia**, Santiago de Chile, v. I, n. 39, p. 93-154, enero-junio 2006.

⁴⁰⁹ *Relación dada por fray Antonio de Riveros y fray Pedro de Angulo a don Francisco de Quiñones sobre el estado de las ciudades del sur, sin fecha*, p. 95-98. In: CDIHCh, t. IV, 1961, p. 95.

vilipendiadora do espanhol, junto à estrutura político-espacial, laboral, socioeconômica e religiosa ordenada pelos conquistadores. O combalido Reino viu-se fragilizado diante da reação generalizada da resistência indígena e, como notou o jesuíta Rosales em seu *Flandes Indiano*, adentrou em um “[...] tropel de desgracias, muertes, malos sucesos, rebeliones, pérdidas de ciudades, destrucción de fuertes, consumo de haciendas, cautiverios, hambres, guerras, y toda la junta de los males temporales”⁴¹⁰. A onda de catástrofes foi ponderada também em termos espaciais. Na pena do jesuíta, o decaimento da estrutura territorial montada ao sul do Biobío significava a subversão das tentativas espanholas de impor um domínio firme sobre os araucanos e sobre a *Tierra de Guerra*. Escrevendo bem posteriormente, em 1674, os eventos começados em Curalaba ainda emergiam vívidos nas memórias da sociedade colonial na qual Rosales vivia. A maior parte dos espaços perdidos entre 1598 e 1604 ainda estavam em mãos indígenas. Os espanhóis, no entanto, já não possuíam o mesmo afã conquistador que seus predecessores e as entradas na *Tierra de Guerra* geralmente ocorriam com objetivos punitivos ou em forma de *malones* para obter butim e escravos.

Uma carta ao rei escrita de Santiago, representando coletivamente os pedidos e interesses da cidade em meio à guerra, demonstrava o grau de temor e insegurança que tomou conta do reino do Chile e que, segundo interpretavam os *vecinos* da dita cidade, ameaçava toda a integridade territorial do povoamento espanhol na área afetada pelo levante:

[...] Porque está Valdivia que la asolaron los indios, La Imperial y Angol que despobló don Francisco de Quiñones [...] La ciudad de Osorno y Villarrica reducidos a dos pequeños fuertes de tapias sin población ninguna. La de Castro asolada por corsarios e indios, La de Santa Cruz despoblada. Arauco y Chillán asoladas sino son dos fortézuelos de Tapias [...] ⁴¹¹.

A grande revolta mapuche foi uma subversão surpreendente do domínio territorial espanhol. Subversão perene, violenta e decisiva. Foi a vitória da *Tierra de Guerra* sobre a pacificação, o triunfo dos índios de guerra sobre as políticas de redução e a imposição dos serviços pessoais. Essa noção de que a grande rebelião foi um momento limítrofe, o zênite do ímpeto indígena, é amplamente ressaltada nos diversos textos hispânicos, das crônicas aos versos. É o caso de *Purén Indómito*, de Diego Arias de Saavedra, onde o eu-lírico narrava em versos épicos

⁴¹⁰ ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, 1878, t. II, p. 303.

⁴¹¹ *Ciudad de Santiago de Chile: trabajos que se padecían, 15 de abril de 1601*. MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 228, R.21, f. 2. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126140?nm>>. Acessado em 2 de abril de 2022.

os eventos que transcorrem entre o massacre de Curalaba e a batalha de Yumbel, favorável aos espanhóis, em fins de 1600⁴¹². Tratando-se de uma provável testemunha em primeira mão dos eventos cantados, o autor concedeu ao texto a perspectiva de um agente operante da sociedade colonial espanhola frente ao desmonte de sua estrutura territorial e de suas peças de poder⁴¹³. Seu texto possui um especial apego à fatualidade histórica, embora estivesse inserido nos padrões clássicos da poesia épica. Seu poema trazia os versos “[...] de un soldado que con la educación, la cultura y las ambiciones de los conquistadores españoles de la época, buscó describir con precisión los acontecimientos de los cuales fue testigo [...]”⁴¹⁴. Em sua visão particularista, Saavedra observava os acontecimentos desse período a partir de um conjunto de ações temerárias dos índios de guerra. Segundo sua perspectiva, esses últimos, embora decaídos inexoravelmente na selvageria, eram possuidores de qualidades marciais admiráveis. Seu olhar repousava sobre uma lente moralista que sublinhava os pecados e erros hispânicos e encarava certos eventos como a inevitável vontade divina. Por fim, o eu-lírico estabelecia um panorama repleto de atos valentes e bons feitos, sobretudo por parte das autoridades e líderes espanhóis, que buscavam constantemente prevalecer ante a situação desfavorável e a enorme ameaça indígena. Esse cenário literário amalgamava-se com a belicosidade cotidiana e com os profundos reveses da empreitada hispânica no Chile. Vejamos os seguintes versos, que falam sobre o cerco e a queda da cidade de Valdivia, destruída pelos huilliche-mapuches, em fins de 1599:

No dejaron los pérfidos malvados
 Tesoro en la ciudad que no robasen,
 Ni conventos, ni templos consagrados
 Que con furia inclemente no abrasasen:
 Ni muros, ni edificios levantados,
 Torres, fuerte, pared, que no arrasasen,
 Ni huerta que no fuese destruida,
 Ni a sacerdote alguno con la vida⁴¹⁵.

⁴¹² Deve ser levado em conta que o texto do poema foi erroneamente atribuído a Fernando Álvarez de Toledo, como consta na edição editada por Barros Arana que usamos no decorrer da tese. Para uma análise literária da obra, ver GARCÍA, Eladio. *El Purén indómito como obra literaria (prolegómenos a una edición crítica)*. **Anales de la Universidad de Chile**, Santiago de Chile, n. 119, p. 204-226, 1960.

⁴¹³ Uma crítica à estrutura do poema, à escrita e à edição de Barros Arana pode ser encontrada na obra citada no artigo da nota precedente. Outra interessante análise pode ser vista em RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Mario. *Estructura del "Purén Indómito"*, de Álvarez de Toledo. **Boletín de Filología**, Santiago de Chile, n. 16, p. 145-170, 1964.

⁴¹⁴ GABRIELA HUIDOBRO, María. **El imaginario de la guerra de Arauco**: mundo épico y tradición clásica. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica y Universidad Andrés Bello, 2017, p. 71.

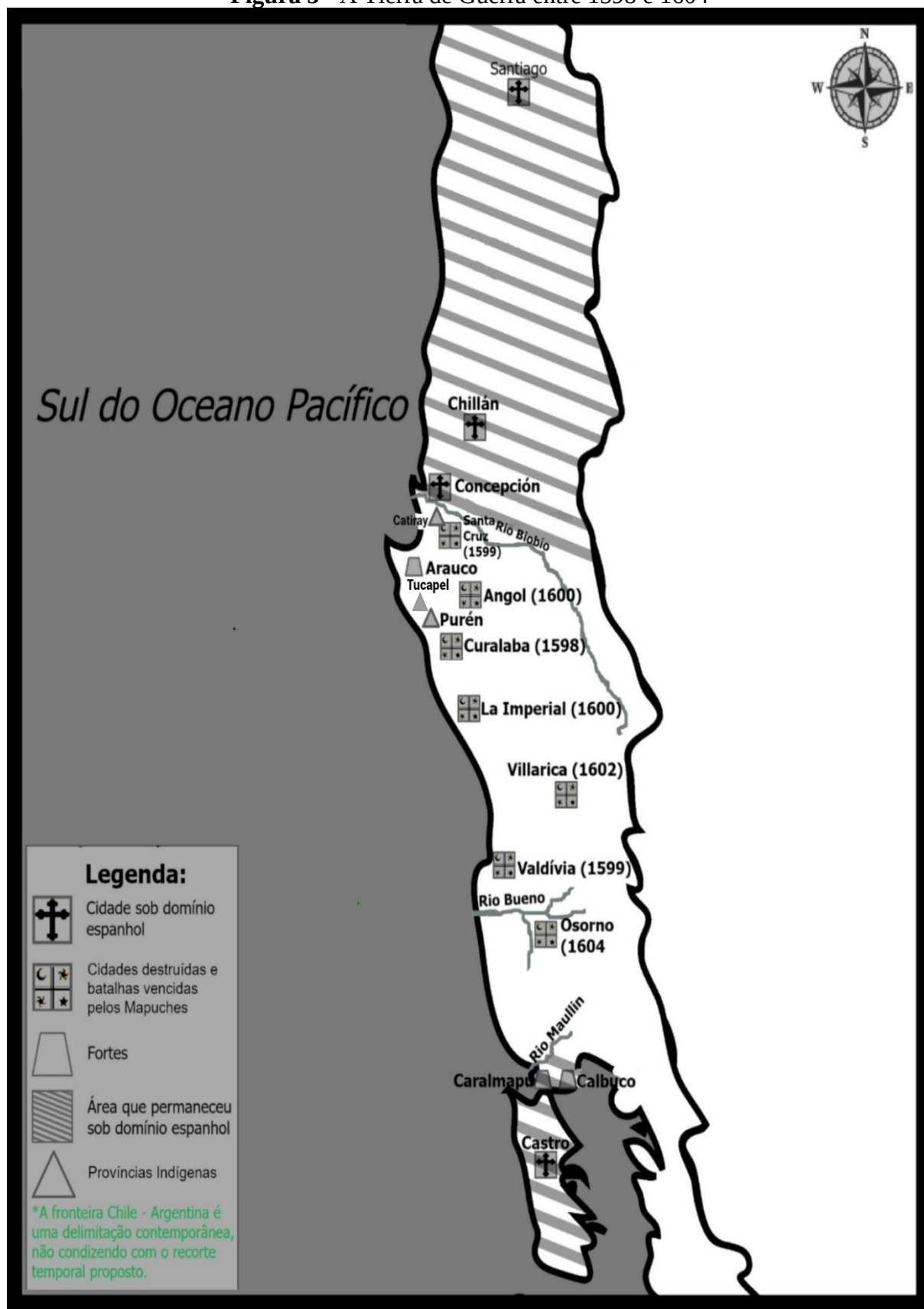
⁴¹⁵ BARROS ARANA, Diego (ed.). **Purén Indómito. Poema por el capitán Fernando Álvarez de Toledo**. Leipzig: Franck-Verdags-Buchanlung (Imp. de Bar & Hermann), 1862, p. 376, II.

A obliteração completa da cidade de Valdivia foi narrada no poema com detalhes que entremeiam o caráter selvagem e barbarizado dos indígenas com cenas de heroísmo e de massacres. Especial atenção foi dada pelo eu-lírico ao vilipêndio aos símbolos religiosos cristãos, ao massacre dos homens e ao rapto das mulheres espanholas, eventos que ficaram memorizados como uma ignomínia extrema e eram frequentemente relembrados como razão para antagonizar e ofender aos chamados *índios de guerra*. A queda da cidade foi uma perda espetacular para os hispânicos; a primeira urbe a cair nas mãos dos “inimigos”. Valdivia carregava o nome do primeiro conquistador, também considerado como o fundador político do Chile. Seus entornos eram formados por terras ricas em ouro, em gado, em frutas e em madeira (*alerce, ciprés* etc.), que era traficada para o Peru e usada na construção de embarcações. Terras também de água abundante e de fertilidade, agraciada com um ótimo porto natural e com uma densa população indígena cujos desejos mais recorrentes dos espanhóis anteviam toda *encomendada*⁴¹⁶. Tal destino, no entanto, permaneceu inconcluso e, é sobre o trauma desta derrota total que o poema de Saavedra está repleto. Para além dos aspectos estereotipados e do etnocentrismo que permeia a obra, *Purén Indômito* realçava a sensação de caos e desassossego que tomou as forças espanholas na *Tierra de Guerra*. Essa sensação está igualmente expressa nos versos de lamento entoados pela perda de Angol, que contam o cerco e a enorme mortandade dos defensores da cidade nas mãos dos indígenas rebelados, ainda em 1599: “¡Oh cuanto fué el dolor y las querellas, La turbación, las voces, los lamentos, De las dueñas, las viudas, las doncellas, Los clamores horrisonos, y acentos!”⁴¹⁷. Apesar da resistência espanhola, a cidade acabaria sendo evacuada e destruída pelos mapuches em novembro. Pouco tempo depois, um destino semelhante acometeu a La Imperial, que foi abandonada também sob ordens do então governador Francisco de Quiñones (1599-1600). Tratava-se sem dúvida de uma campanha planejada, embora não saibamos até que grau chegava a articulação das forças indígenas. No entanto, a conjuntura dos acontecimentos demonstrou que havia uma elevada capacidade de associação entre as populações indígenas. O fogo da rebelião grassou com força descomunal nos territórios que se estendiam da bacia do Biobío aos vales meridionais do rio Bueno e do Maullin, visto que a rebelião geral chegou à isolada Osorno, que resistiu com vigor até ser despovoada em março de 1604 (ver figura 5). Mesmo em um bolsão espanhol tão distantes quanto a ilha de Chiloé, alguns caciques chilotas, insuflados por emissários do continente, mancomunaram-se com os holandeses para expulsar

⁴¹⁶ Um resumo das características ecológicas e das atividades económicas da comarca de Valdivia, assim como do destino que a acometeu, pode ser visto em *Instrucción y orden de lo que el capitán Domingo de Erazo procurador deste reino y provincias de Chile ha dar cuenta y tratar con el Rey [...] en nombre de Alonso de Rivera [...], fuerte del Biobío, 15 de enero de 1601*, p. 188-208. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982, p. 200.

⁴¹⁷ BARROS ARANA, Diego (ed.), op. Cit., p. 180.

os espanhóis de suas localidades, evento que, como veremos, ocasionou uma momentânea perda da cidade insular de Castro.

Figura 5 - A Tierra de Guerra entre 1598 e 1604

Fonte: Mapa temático elaborado por Marcelo Igor Oliveira por meio do Qgis 3.32.0 e Photoshop 2022. Escala: 1:5.000.000. Base cartográfica: Google Earth 2023; Antonio de Herrera y Tordesillas. Descripción de la Provincia de Chile. Amsterdã: Michiel Colijn, 1622. The David Rumsey Map Collection.

A expansão das atividades bélicas e os constantes embates fizeram desse período um momento surpreendentemente vívido na lembrança dos soldados espanhóis. As relações de serviços e cartas de mercês demonstram o quão disruptivo e atribulado esses anos foram dentro da vida colonial hispânica, fazendo-os, por isso, uma proveitosa matéria para a requisição de prêmios por serviço. Vejamos, como exemplo, a interessante relação de serviços de um coronel espanhol, chamado Francisco del Campo, morto em combate contra os indígenas nas imediações de Osorno, por volta de 1601. O documento foi escrito pela viúva empobrecida, mãe de três filhos do Coronel, Isabel del Campo, que requisitava para si e seus filhos a concessão de mercês reais. Francisco del Campo, um *sargento mayor* experimentado nas guerras de Flandres, chegou ao Reino do Chile com Alonso de Sotomayor em 1584 e, como de praxe para muitos militares espanhóis naquela época, passou por vários outros espaços coloniais, servindo nas guerras de Arauco (para a qual foi nomeado capitão e mestre-de-campo, em 1591), na proteção do porto de Arica e na defesa da província de *Tierra Firme*⁴¹⁸. Após a batalha de Curalaba e a morte de Óñez de Loyola, o vice-rei Luis de Velasco enviou Francisco del Campo com cerca de duzentos e setenta homens para auxiliar o então governador Francisco de Quiñones na guerra contra o levante geral mapuche. Francisco del Campo alcançou Valdivia em 5 de dezembro de 1599, cerca de onze dias após a queda da cidade. Sendo impossível qualquer ação efetiva naquelas paragens, o coronel encaminhou suas forças à sitiada cidade de Osorno, reduzida à defesa de um forte, último bastião dos sitiados. Estimulados pelas novas levas de reforços, os defensores conseguiram defender e impedir momentaneamente a destruição da cidade.

Não obstante as diversas revoltas indígenas, um novo problema avolumava-se ao Sul. Quando saiu em socorro de Villarrica, o coronel del Campo recebeu a notícia de que Castro estava cercada pela ação conjunta de corsários holandeses aliados a partes da população indígena de Chiloé. O crescente medo da ação corsária nas águas chilenas não era vão. Como destacamos, desde o governo de o governo de Quiroga, a ação de corsários ingleses e holandeses no Mar do Sul era motivo de especial consternação para as autoridades reais chilenas e peruanas. Os intrusos, liderados por Baltazar de Cordes, obtiveram uma aliança temporária com as populações locais e tomaram por assalto à isolada cidade Castro que, caso não fossem os reforços trazidos por Francisco del Campo, somar-se-ia permanentemente ao número de povoadamentos espanhóis destruídos entre 1598 e 1604. Juntando seus homens à resistência do capitão Luiz

⁴¹⁸ Sobre os périplos dos soldados e, principalmente, dos oficiais espanhóis no Novo Mundo, ver o interessante artigo de VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. Del Biobío al Magdalena: para una historia conectada de experiencias militares y fronteras imperiales, Domingo de Erazo (1592-1617). In: PUERCELL, Fernando; ARIAS TRUJILLO, Ricardo (ed.). **Trascendiendo Fronteras**. Universidad de los Andes Colombia y Pontificia Universidad Católica de Chile, 2020. p. 1-34.

Peres de Vargas, o coronel del Campo resolveu retomar o povoado e restaurar o domínio espanhol sobre a ilha de Chiloé. A ação dos piratas, especialmente a dos “hereges luteranos” (denominação comum a ingleses e holandeses), tornava-se especialmente ameaçadora, visto que ocorria em concomitância ao levante-geral indígena. Segundo nos contou o jesuíta Rosales, a aliança entre as populações locais foi cimentada graças ao desejo indígena de rebelar-se contra as forças espanholas. Rosales relatara que a “flecha ensanguentada” do chamado à guerra chegou previamente às populações de Chiloé, instigando os principais da terra à rebelião⁴¹⁹. A chegada dos piratas neerlandeses, então, representou a situação ideal para sacudir o jugo espanhol. Esses anos foram de especial má fortuna espanhola, no que diz respeito à penetração corsária nas águas do Pacífico. A expedição que chegou a Chiloé era inicialmente liderada por Jaques Mahu, morto por doença antes de atravessar o Estreito, sucedido então respectivamente pelos irmãos Simon de Cordes, morto na Isla Mocha, e Baltazar de Cordes, que sobreviveu ao malfadado ataque ao arquipélago. Baltazar, por sua vez, conseguiu evadir-se e zarpou de Castro quando essa foi retomada, após o que atravessou o oceano e foi capturado e morto na Indonésia pelos portugueses, em 1601. Pouco antes, as águas do Reino haviam visto a passagem da expedição de Olivier van Noort (a primeira circunavegação holandesa, 1598-1601), que atacou barcos espanhóis no Estreito, abasteceu-se de víveres em La Mocha e atacou repentinamente Valparaíso, seguindo para o Peru e de lá para as Filipinas.

Provavelmente calculando os riscos de uma intromissão incisiva de forças estrangeiras em um momento tão delicado para as colônias espanholas no Chile, Francisco del Campo “[...] considerando los muchos inconvenientes y grandes deservicios que los dichos ingleses pudieran hacer a Su Majestad en estos reinos, en ir poblando y valiéndose de los indios [...] teniendo allí puerto seguro [...] fue sobre los ingleses, y llegado donde estaban, peleó con ellos y con los indios”⁴²⁰. O evento terminou com a vitória categórica do bando espanhol, que não apenas repeliu os estrangeiros, mas também aniquilou a resistência indígena. Vencidos os inimigos europeus e pacificadas as forças nativas, o coronel fortificou Castro e retornou a Osorno, que ainda sofria com os seguidos ataques indígenas. Antes, no entanto, Francisco del Campo liderou uma represália brutal contra os indígenas da ilha, matando centenas e queimando vivos cerca

⁴¹⁹ “Ya había pasado la flecha del alzamiento a los indios de Chiloé, que son los últimos de Chile y habitan en las islas del mar y no son tan guerreros como los demás; pero estaban esperando ocasion para alzarse y ofreciéndoseles como la pudieron desear de un navío inglés que llegó a sus costas, con quien confederaron contra los españoles”: ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, t. II, 1878, p. 340.

⁴²⁰ *Probanza de los servicios del coronel Francisco del Campo, especialmente en Chile, donde murió peleando; fecha en Lima a petición de su mujer doña Isabel Rosa de Godoy, 2 de mayo de 1602*. p. 158-175. In: CDIHCh, t. XXIII, 1900, p. 174.

de trinta caciques, para que servissem de exemplo⁴²¹. Voltando a Osorno, o coronel teve que lidar com uma situação fervilhante de intensos combates, carestias e perdas. Vendo a impossibilidade de defesa, Francisco del Campo ordenou o despovoamento da cidade e procurou abrir caminho para a população citadina em direção a Chiloé. Nessa ocasião, o coronel encontrou sua morte. Suas forças foram submetidas por uma força de setecentos índios de guerra que, segundo Rosales, eram liderados por um mestiço chamado Lorenzo Baquero, proveniente de Quito. Segundo a carta da viúva do coronel, o ataque ao capitão tratou-se de uma ação conjugada de “[...] uma gran junta de indios y algunos españoles rebeldes [...]”⁴²², o que levanta a interrogação do papel exercido pelas defecções do lado espanhol no levante e na perdição dos seus antigos pares sociais. Os trabalhos despendidos pelo coronel em seus últimos dois anos de serviços mostravam o colapso das forças espanholas, acossadas em diferentes fronteiras de guerra. Mostravam também a inabilidade das autoridades régias de enviar reforços efetivos e capazes de balancear a luta contra os indígenas, que possuíam a grande vantagem numérica e a alta moral produzida por suas vitórias anteriores. Tendo que manter um estado de luta praticamente constante e socorrendo, com poucos homens, localidades tão isoladas como Valdivia, Villarica, Osorno e Castro, o coronel del Campo é um exemplo interessante da constatação de que a luta contra indígenas e corsários era, igualmente, uma luta contra a falta de recursos e contra a distensão espacial da *Tierra de Guerra*. Opor-se a tais empecilhos mostrou-se mais difícil que bater os índios de guerra em batalha.

Reunidos alguns experimentados e opiniosos capitães espanhóis do Chile, em virtude do Conselho de Guerra convocado pelo recém-chegado governador Ribera (fevereiro de 1601, Concepción), os presentes puseram-se de imediato a preconizar e deliberar sobre qual seria a melhor aposta estratégica e ação tática para subverter, na medida do possível, a calamitosa situação na qual se encontravam. Não obstante os seus pareceres técnicos destoantes e as suas ideias por vezes inviáveis, concordavam que não deveriam abandonar ao coronel Francisco del Campo, um dos seus pares mais famosos e experientes na *Tierra de Guerra*, que pensavam naquele momento comandar indomitamente as cidades sulistas na sua acirrada resistência ao desafio indígena. Sabia-se apenas que del Campo tinha partido para defender Valdivia com 270 homens vindos do Peru. Sua sina, sucessos e derrotas, no entanto, eram coisas especulativas e amplamente ignoradas, pois como bem destacava o capitão Francisco Jufre, “En lo que toca al

⁴²¹ Um relato predominantemente narrativo, curto, bem documentado e um tanto romancado das operações holandesas em Chiloé, sobretudo dessa de 1600, pode ser visto em VÁZQUES DE ACUÑA, Isidoro. **Las incursiones corsarias holandesas en Chiloé**. Santiago de Chile: Universidad de Santiago de Chile, 1992.

⁴²² *Probanza de los servicios del coronel Francisco del Campo, especialmente en Chile, donde murió peleando; fecha en Lima a petición de su mujer doña Isabel Rosa de Godoy, 2 de mayo de 1602*, op. cit., p. 160.

coronel [...] yo no puedo saber la cantidad de gente que tiene, ni en qué la ocupa, porque a más de un ano que no se sabe del”⁴²³. Havia apenas uma noção já datada de três espanhóis que após longo périplo chegaram à fronteira do Biobío informando sobre o enclausuramento do coronel em Valdivia e sobre sua ideia inicial de ir socorrer às demais cidades sitiadas. Ao que parece, segundo contava o próprio proponente da ideia, havia uma pretensão insólita de Alonso García Ramon de sair a *campear* os índios de guerra até alcançar Osorno e Valdivia, proposta que logo esmoreceu quando Ribera tomou a dianteira nas decisões estratégicas, opondo-se abertamente ao dispêndio de homens em expedições distendidas e arriscadas a longas distâncias de suas bases no Biobío⁴²⁴. Mesmo tendendo a não distender mais a guerra, Ribera precisava dar conta da difícil missão da qual lhe incumbira o vice-rei Velasco: socorrer, reerguer e sustentar Valdivia. Forçou-se a mandar um grupo com duzentos expedicionários “[...] de buena gente, vestida y armada y con comida y municiones y lo necesarios”⁴²⁵, que iriam, sob comando do capitão Francisco Hernández de Ortiz, reedificar a o forte e porto de Valdivia e romper, se possível, o cerco que imaginavam ainda estar feito sobre Villarrica, dando novas energias às tropas do coronel ilhado, que nesse momento jazia morto. Eram pretensões grandes para um diminuto número de braços, mas embora pequeno para a imensa intencionalidade da missão, Ribera deve ter pensado que pior que pouco auxílio era auxílio nenhum. Efetivamente, del Campo resistiu com vigor, sendo capaz até mesmo de aliviar a difícil situação de Osorno, mas sua morte abandonou um Chile austral ainda mais vulnerável para as parcas forças espanholas que chegavam na esperança de encontrar um ambiente assegurado e estável. Os duzentos enviados de Ortiz nunca lograram êxito em unir suas forças às do coronel ou em socorrer com efeito às cidades ameaçadas e muitos nem sequer viveram para ver o triunfo indígena, quando esses apoderaram-se definitivamente de Osorno e Valdivia. Valdivia nada mais era que um fortim isolado, com uma guarnição assolada e sem esperanças imediatas de sucesso, pelo que Ribera preferiu ordenar seu abandono categórico, fazendo-o efetivamente em ordem datada de 1603. Adjunta estava a ordem para abandonar Osorno e evacuar sua população, desde que isso fosse feito em concordância com o *cabildo*, com o reassentamento dos seus habitantes nas circunvizinhanças dos mais tranquilos rincões de terras das comarcas de Chiloé e nos fortes adjacentes de Carelmapu e Calbuco.

⁴²³ *Pareceres que tomó Alonso de Ribera cuando llegó a Chile para el buen acierto en la guerra y Gobierno de aquel reino, Concepción, 16 de febrero de 1601*, p. 34-84. In: *Ibid.*, p. 50.

⁴²⁴ Dizia García Ramón ao rei que “[...] me he determinado aunque contra el parecer de algunos ir por tierra a buscar al coronel Francisco del Campo y que ha hecho merecimientos de aquellas afligidas ciudades confiadas en su gran manera [...]”: *Copia de carta que el Gobernador Alonso García Ramón escribió..., Concepción, 10 de enero de 1601*, p. 291-295. In: *Ibid.*, p. 29.

⁴²⁵ *Carta de Alonso de Ribera a Su Majestad, Córdoba, 20 de marzo de 1606*, p. 576-596. In: *Ibid.*, p. 587.

O despovoamento de Osorno foi apenas mais um dos reveses territoriais das forças hispânicas, impossibilitadas de defender os minguentes territórios que ainda lhes restavam. Nem sequer a chegada do governador Alonso de Ribera, em 1601, trouxe uma solução definitiva para os impropérios da revolta. Acossado pela luta cruenta mais ao Norte, Ribera, como dito, aconselhou o abandono definitivo da Osorno, caso não pudesse ser defendida. O abandono da cidade mostrava o caráter disfuncional de uma expansão fragmentária, o que se comprovava na decisão do cabildo da cidade que “[...] viendo todos como se iban consumiendo y que les era imposible el sustentarse, fueron de parecer que despoblase y se fuesen a Chiloé, que aunque estaba cuarenta leguas no había otra parte más cercana”⁴²⁶. A impossibilidade de ajuda imediata entre os vários *pueblos* de espanhóis mostrava que o povoamento hispânico tinha se distendido demais, encontrando-se ilhado por uma *Tierra de Guerra* dominada pelas forças mapuches. Até mesmo as cidades que não estavam propriamente cercadas encontravam dificuldades exasperantes de lidar com o perigo de um ataque indígena. Concepción, o grande centro militar espanhol do Sul e a principal cabeça-de-ponte das guerras araucanas apresentava um estado lastimável de manutenção e ânimo. Embora não houvesse sofrido ataques de grande monta, a população provavelmente temia a repetição dos eventos que assolaram duas vezes a neófita Concepción fundada por Pedro de Valdivia, durante o primeiro grande levante geral (1553-1557). Essa insegurança foi constatada pelo próprio Alonso de Ribera, que fez o seguinte relato de sua visão sobre Concepción e seus habitantes: “Cuando yo llegué a esta ciudad estaba la gente toda así soldados como vecinos reducidos a un fuerte que tenían hecho en el convento de S. Francisco con sus haciendas [...] el fuerte era aún peor que el de Chillán [...]”⁴²⁷. O temor não era desprovido de lógica. Santa Cruz foi abandonada nos primeiros momentos da rebelião, ainda em 1599, e Valdivia fora arrasada apenas alguns meses depois. Em 1600 foi a vez de Angol e La Imperial caírem, despovoadas pelos últimos *pobladores* e soldados que as sustentavam. Os bravos defensores de Villarrica foram finalmente varridos do mapa em 1602, depois de três anos de sítio. A tentativa de repovoamento de Valdivia, em 1602, acabou novamente em tragédia, com a total obliteração do forte de la Santísima Trinidad, em 1603. Osorno, por fim, foi despovoada em 1604. Nesse mesmo ano, os espanhóis abandonaram o forte Arauco e outras partes da *Tierra de Guerra*, sem previsão de retorno. Parecia ser um estado irremediável de desagregação territorial, uma falência sistemática e total da guerra e do povoamento espanhóis.

⁴²⁶ ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, t. II, 1878, p. 379.

⁴²⁷ *Relación del modo y orden de militar que había en este Reyno de Chile en campaña, fronteras y fuertes hasta la llegada del gobernador Alonso de Ribera que fue, 9 de febrero de 1601*, p. 144-159. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 153.

Cidades outrora promissoras caíam em mãos indígenas, que não tinham outros usos para suas construções que não o de deitá-las ao chão. Destruição sistemática dos símbolos do inimigo *huinca*: “[...] están asoladas, quemadas y destruidas por el enemigo y reducidas a unas casas fuertes de tapias”, contava o pesaroso governador Alonso de Ribera a partir do que tomara conhecimento assim que desembarcou no Chile, imbuído da onerosa missão de aliviar o quadro geral de derrotismo e destruição. A situação era pior por tratar-se também de um colapso da economia local. As *poblaciones* cercadas, queimadas ou abandonadas eram pequenos centros vitais para as microproduções econômicas de *vecinos*, *encomenderos*, mercadores, *estancieros* e outros subgrupos políticos e socioeconômicos que dependiam da manutenção de uma paz relativa com os nativos e da segurança militar, fatores que não mais existiam. Ainda assim, os relatos de outrora e as lembranças amargadas dos lamentosos sobreviventes davam uma visão aproximada do que estava a ser consecutivamente perdido. Além da produção de subsistência, os produtos de comercialização e exportação e o tão cobiçado ouro também decaíram drasticamente nesses anos. Francisco Gálvez, *verdor* e *contador* da Real Audiência, informava pelos idos de 1573 que no que dizia respeito à produção de ouro, havia seis cidades que escavavam o precioso metal em suas redondezas: La Serena e Chillán, mais ao Norte, e Villarrica, Osorno, La Imperial e Valdivia, ao Sul. Uma relação sobre a *Hacienda Real* chilena dava conta de que, no século XVI, prospectava-se ouro das ribeiras entre os meses de outubro e março, quando as chuvas arrefeciam; após esse período as minas eram fechadas em virtude das cheias dos rios e a produção era retomada ciclicamente, na dependência dos ditames climáticos locais. A produção ao Norte ocorria em Santiago e La Serena, onde se explorava ouro entre fevereiro e setembro nas quebradas e arroios, o que só era possível com as chuvas, segundo o informe, devido provavelmente à natureza mais seca e árida da região. Os indígenas que trabalhavam nas minas eram repartidos segundo a *Tasa* de Santillán, embora essa não fosse cumprida integralmente, sobretudo na questão dos *sesmos*, que era a remuneração devida (1/6 da produção) aos trabalhadores indígenas das *mitas* no Reino⁴²⁸. Ao Sul, havia variados problemas relacionados à exploração desmedida da mão-de-obra e à resistência indígena, restando aos *vecinos* beneficiados com o trabalho indígena a responsabilidade de prover ferramentas, comida e doutrina

⁴²⁸ O assunto foi muito bem explorado por ZAVALA CEPEDA, José Manuel. La explotación española del oro de la Araucanía: sus características y su aporte a la economía del reino de Chile durante la segunda mitad del siglo XVI. **Fronteras de la Historia**, Bogotá, v. 27, n. 2, p. 157-183, jul./dec. 2022, cujo texto recorreu a uma fragmentada documentação para remontar a exploração aurífera chilena durante o século XVI. Sobre um panorama geral, ver PÉREZ SÁENZ DE URTURI, Juan-Eusebio. La minería colonial americana bajo la dominación española. **Boletín Millares Carlo**, Canaria, n. 7-8, p. 53-120, 1985.

cristã⁴²⁹. Não é difícil perceber que esse cambiante e sensível ciclo aurífero, dependente de condições climáticas favoráveis, da sujeição da mão-de-obra indígena e do apaziguamento da terra colapsaria por completo no período de guerra geral deflagrada.

Espalhados em diferentes zonas ecológicas (ilhas, vales, litoral, áreas montanhosas etc.), o desenvolvimento e a sorte de cada um desses assentamentos variaram de acordo com as adversidades históricas e com a capacidade de seus habitantes e líderes de responderem aos desafios interpostos pelas populações originárias e pelo espaço físico no qual estavam instalados. Era perceptível que as cidades *de arriba* nunca tinham conseguido alcançar o pleno desenvolvimento econômico ensejado e planejado quando foram fundadas. Um relatório dirigido a Lima de 1590 relatava que, nas cidades ao sul do Biobío, “[...] se saca muy poco, que a lo que entiende serán pocos más de cien mil pesos, porque los indios andan los más casi sin dueño y lo más hurtan los indios y lo desperdician [...]”⁴³⁰. Situação atribulada essa. Villarrica nascera sitiada, já em 1552, e assim permanecera por meio século, mesmo após superada a rebelião que obrigou os acossados espanhóis órfãos de governador a um primeiro abandono, em 1553, seguido da ordem de refundação dada por Francisco de Villagra, em 1555. Desde então e, até seu fim derradeiro em 1602, permaneceu assombrada pelo fantasma da revolta indígena. Era terra aurífera, embora nunca explorada em toda a sua potência prospectiva, pois os povos indígenas que a rodeava nunca deram trégua aos sempre diminutos povoadores espanhóis. Estava a quinze léguas de La Imperial, muito bem localizada às margens de um lago que fornecia à sua população uma importante forma de subsistência nos peixes que lá pescavam. Mas sua verdadeira riqueza estava nos pomares de fruta, nas lavouras e principalmente no recurso que lhe inspirava o nome: o sempre valorado ouro, cuja mineração, confidenciavam as testemunhas, acercava-se do perímetro citadino⁴³¹. A riqueza aurífera das terras que se estendiam de Imperial a Villarrica era bem conhecida, embora considerada impossível de prospectar inteiramente, tendo em vista os ataques indígenas e a dispersão das jazidas, muitas delas de ouro de aluvião⁴³². O capitão Miguel de Olaverria informava que Villarrica se encontrava virtualmente cercada já na última

⁴²⁹ *Relación de la orden que en este Reyno de Chile se tiene de la labor del [...] minas de oro y quinto dello y otras cosas tocantes a la real hacienda*. BNCh, Manuscritos, t. MS.BA. 4D, f. 297.

⁴³⁰ *Información y comisión de don García Hurtado de Mendoza a Juan Delgadillo...*, 31 de enero de 1590, p. 32-57. In: CIDIHCh, segunda serie, t. IV, 1960, p. 47.

⁴³¹ *Instrucción y orden de lo que el capitán Domingo de Erazo procurador deste reino y provincias de Chile ha dar cuenta y tratar con el Rey [...] en nombre de Alonso de Rivera [...]*, 15 de enero de 1601, p. 188-208. In: CIDIHCh, Segunda serie, t. VII, 1982, p. 200.

⁴³² Sobre a riqueza aurífera das redondezas de La Imperial e das terras de “arriba” no Chile Colonial, ver o interessante estudo de caso da *encomienda* de Maquegua: ZAVALA CEPEDA, José Manuel; MEDIANERO SOTO, Francisco Javier; ZEBALLOS SAN MIGUEL, Mirentxu. Maquegua (Maquewe) y sus habitantes en la Araucanía del siglo XVI: geopolítica y economía aurífera en los términos de la Ciudad Imperial de Chile. **Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria**, Buenos Aires, v. 28, n. 1, p. 117-138, 2020.

década do século XVI. Exceptuando-se uma pequena parte de sua província que tangenciava as terras de Valdivia, “[...] todos los demás está de guerra y que estas cuatro ciudades [Villarrica, Valdivia, Osorno, La Imperial e Angol] han estado más de veinte años opuestas a la guerra de la cordillera nevada”⁴³³. Erro de cálculo do capitão, suspeita-se, pois desde sua tenra criação essas urbes ilhadas lutavam, ora mais, ora menos, para não sucumbir diante da ação resoluta dos grupos mapuches que as circundavam, que lutavam vigorosamente para livrar-se da incômoda presença hispânica e dos obtusos trabalhos que lhes eram cobrados.

Domingo de Erazo, capitão, procurador e, por incumbência técnica do cargo, exímio informante das coisas do Chile, escreveu uma sequência esmerada de informações bem detalhadas e tocantes sobre os aguerridos centros urbanos espanhóis no turbulento e malogrado ano de 1601 (ver figura 5 para geolocalização). A neófita Santa Cruz estava a doze léguas de Concepción e a quatorze de Chillán, mas apenas a oito do forte Arauco. Era entreposto defensivo e “[...] en términos de gente muy belicosa que serían tres mil indios”⁴³⁴ que estavam inicialmente em paz, mas que haviam se juntado aos seus congêneres sulistas durante a rebelião. Em seus arredores plantavam-se vinhas e o gado prosperava em ricas estâncias abundantes e bastante visadas pelos índios de guerra. Mas não só de carne e vinho vivia sua economia. O sítio acercava-se também das ricas minas de ouro de Quilacoya, além de outras menos famosas e exploradas. Los Confines de Angol era a antiga cabeceira da guerra nas províncias araucanas desde os tempos de Pedro de Valdivia (que a fundou em outubro de 1553), embora só encontrasse a estabilidade após 1559, quando dom García Hurtado de Mendoza, jovem e ávido por fama, a refundara a vinte léguas de Concepción e a cerca de duas léguas das margens do Biobío, em uma região de planície fértil e boa para a realização de plantios, onde também havia ouro, embora em quantidades diminutas, adjunto do valorizado gado espanhol. La Imperial, também filha das empreitadas de Valdivia (1551), subsistia entre os meandros de dois cursos d’água que Erazo dizia serem o Cautín e o rio de las Damas, com seus campos férteis repletos de produtos agrícolas, seus pastos abundantes de gado e suas minas de ouro. Terra outrora densamente povoada, sua população indígena foi reduzida a poucos milhares após o contato pernicioso com os europeus e suas doenças. Conta-nos isso o minucioso e bem informado capitão-procurador: “Tuvo, según la relación que tengo, más de trescientos mil indios de repartimiento [...] y al

⁴³³ *Instrucciones y memoriales presentados al virrey del Perú por el capitán Miguel de Olaverria por orden del gobernador Martín García de Ñez y Loyola con el objeto de obtener socorro para la guerra de Chile, Ciudad de los Reyes, abril de 1593*, p. 273-303. In: CDIHCh, segunda serie, t. IV, 1961, p. 296.

⁴³⁴ *Instrucción y orden de lo que el capitán Domingo de Erazo procurador deste reino y provincias de Chile ha dar cuenta y tratar con el Rey [...] en nombre de Alonso de Rivera [...], 15 de enero de 1601*, p. 188-208. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982, p. 199.

presente, tendrá tres mil y quinientos y había obrages de paños, cordellates, bayetas, jerga y frezadas y tenerías”⁴³⁵. Centro manufatureiro também, tanto quanto religioso, pois foi ali que em 1561 o detentor do trono castelhano, Filipe II, decidiu-se por fundar o segundo bispado do Chile, oferecendo-o ao frei Antonio de San Miguel, da ordem franciscana⁴³⁶. A cidade parece ter experimentado certa dose de fortuna e progresso demográfico na segunda metade do século XVI, pois a Real Audiência de Concepción recebeu ordens régias, em 1568, para a criação de uma universidade e de um colégio ligados à catedral meridional, visto os pedidos do bispo citadino, que destacava “[...] a cantidad de hijos de vecinos, así legítimos como mestizos, y que cada día van en crecimiento y se inclinan a seguir las letras y estúdios muchos de ellos para clérigos [...]”⁴³⁷. Além de entrepostos militares e centros produtivos, essas urbanidades imbricadas no meio de um mundo indígena ainda pouco aculturado funcionavam como locais de mestiçagem e de intercâmbio cultural.

Mais ao Sul estavam outras cidades de igual monta de riquezas e possibilidades exploratórias, mas cada vez mais enredadas nas dificultosas realidades locais interpostas pela natureza, pela resistência indígena e pelo seu isolamento do centro do Reino, ao qual eram ligadas por caminhos igualmente trabalhosos e instáveis, tanto por terra, quanto por mar. De Villarrica fizemos menção acima, de Valdivia e Castro falamos e falaremos mais adiante, e sobre Osorno, Erazo falava em termos semelhantes às demais cidades: possuía algum ouro, era fértil em comida e em gado e estava um tanto isolada ao sudeste de Valdivia, em uma região de vales densamente florestados, aprazível para empreendimentos agropastoris e com comunidades indígenas bem menos violados em sua saúde, em sua demografia e em suas liberdades que as populações mais setentrionais. Criação de Don García, Osorno marcava seu máximo avanço na *Tierra de Guerra* e possuía uma população nativa mais densa que os demais distritos do Reino, na volta, estimava Erazo, de uns sete ou oito mil *indios naturales*, quase todos esses em rebelião na época do informe, como comumente estavam quase todos os grupos indígenas abaixo do Biobío.

⁴³⁵ Ibid.

⁴³⁶ Real Cédula en que se comunica a Fr. Antonio de San Miguel que ha sido propuesto para obispo de la diócesis de La Imperial, 9 de noviembre de 1561, p. 70. In: CDHAAS, c. I. t. II, 1880.

⁴³⁷ Real Cédula relativa a la creación de un colegio y una universidad en la ciudad de la Imperial, Madrid, 26 de enero de 1568, p. 124-125. In: RAC, 1992, p. 124.

Figura 6 - Mapa anônimo das fronteiras de guerra e do Reino do Chile, Norte e Centro, 1610

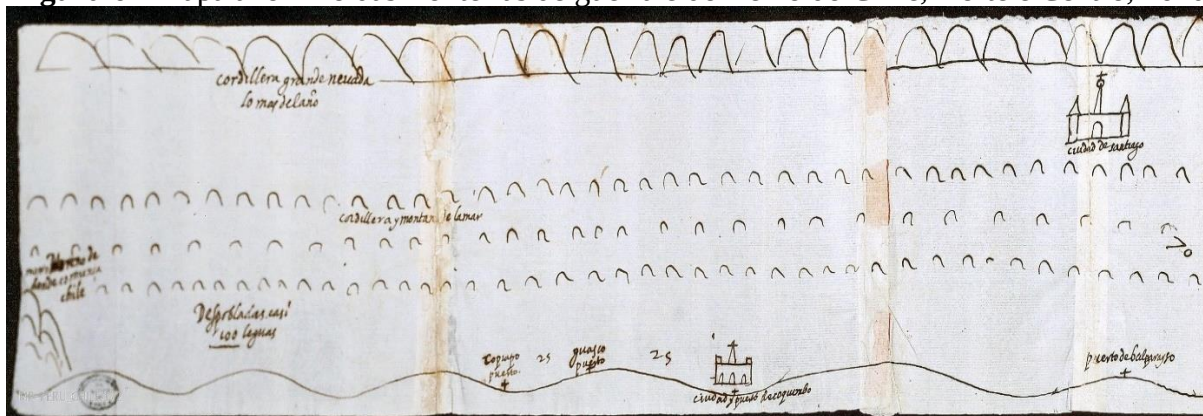
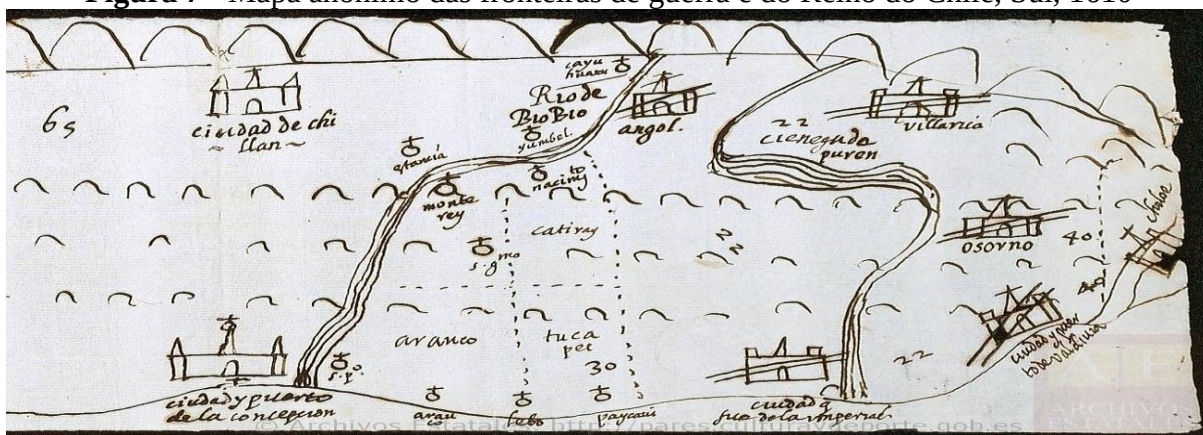


Figura 7 - Mapa anônimo das fronteiras de guerra e do Reino do Chile, Sul, 1610



Fonte: Mapa del Reino de Chile, anónimo, 1610. MCD, PARES, AGI, vol. MP-PERU_CHILE, 172, f. 1.
<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/22814?nm>. Acessado em 25 de junho de 2022.

Já em 1601, pouco dessa má estruturada rede citadina subsistia, como mostrado no mapa anônimo acima, encaminhado às autoridades vice-reais e peninsulares e desenhado para ilustrar a catástrofe dos eventos que há pouco ocorreram. Pode-se ver as cidades destruídas ou sitiadas riscadas, com especial destaque às regiões abaixo do Biobío e às províncias indígenas desenhadas pontilhadas, que formavam o “Estado de Arauco” (o mapa traz os nomes de Tucapel, Arauco e Catiray, faltando apenas Purén, cujo nome é mencionado mais o sul do desenho, adjunto às terras pantanosas, *ciénegas*, às quais, segundo alguns relatos, os “purenes” habitavam), terras involucradas nos mais intensos conflitos e nas mais prolongadas rebeliões contra os espanhóis. Essas fragilidades eram agora não apenas relatadas, mas também conhecidas e deliberadas entre os altos dignatários da Junta de Guerra. Em carta ao rei datada de 1603, os membros da Junta aconselhavam o monarca a adotar uma política de defesa costeira e concluir as guerras contra os indígenas, obsequiando em conselhos para que fosse dado aos espanhóis a ordem e os recursos para construírem outros dois baluartes defensivos entre Arauco e Valdivia, donde poderiam vigiar os traiçoeiros mares do Sul, vias por onde navegavam corriqueiramente os

temidos corsários⁴³⁸. Deveriam também fazer desses novos portos-presídios eixos seguros para ocasionais *cabalgadas* às terras de guerra adjacentes, portas de entrada para a *Tierra de Guerra* interiorana⁴³⁹. Obviamente, pouco poderia ser feito em um momento tão sensível, no qual Alonso de Ribera há muitas custas buscava estabilizar a fronteira do Biobío e assegurar os assentamentos espanhóis que ainda existiam. Outra situação agravante eram as levas de refugiados e fugitivos provindos do Sul e, no caso dos que abandonaram Osorno, dos que conseguiram alcançar Castro. Desprovidos de seus geralmente poucos recursos, essa turba multifacetada de espanhóis, mestiços e índios amigos começou a espalhar-se pelas localidades ainda não alcançadas pela grande rebelião. O padre Alonso de Ovalle fez um interessante relato tardio do estado dos migrantes e refugiados:

La gente que se escapó a esta común y general calamidad se repartió por toda la tierra que quedó de paz, que fue desde la Concepción para delante, y acomodándose cada uno donde pudo, por las quebradas, valles y campos (porque en las ciudades, no pudo haber lugar para todos, ni la pobreza, y desnudez, con que salieron les daba lugar a ellos) hicieron en ellos sus estancias [...]⁴⁴⁰.

O desarraigamento, as derrotas retumbantes e o colapso produtivo demonstravam que a convalescença do empreendimento espanhol no Chile nunca foi completa. No entanto, mesmo que acostumados ao espectro da guerra, as forças militares, os *vecinos*, comerciantes e todos os outros espanhóis ao sul do Biobío foram deveras surpreendidos pelas forças dos eventos ocorridos entre 1598 e 1604. Pode-se perguntar, portanto, se esses anos foram consequência direta da malfadada tentativa espanhola de colonização ou se, pelo contrário, o levante obteve vitórias tão espetaculares em virtude da conjuntura mais imediata e do desenrolar dos eventos após a fatídica morte de Martín García Óñez de Loyola. Segundo a tradicional análise de Diego Barros Arana, o fim do século XVI configura-se como o ponto culminante da tragédia hispânica no Chile⁴⁴¹. O governo de Óñez de Loyola é visto como o zênite de uma deterioração contínua do

⁴³⁸ Sobre a importância do controle naval de certas porções continentais e sobre o efetivo poder da guerra no mar, ver GLETE, Jan. *Warfare at Sea, 1450-1815*. In: BLACK, Jeremy (ed.). **War in the early modern world, 1450-1815**. London and New York: Routledge e Taylor & Francis Group, 2005. p. 25-52.

⁴³⁹ *Los individuos de la Junta de Guerra, dan cuenta al Rey sobre la necesidad de enviar pronto socorro a Chile, 15 de mayo de 1603*. In: MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 228, R.39, f. 1-3. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126158?nm>>. Acessado em: 24 de fevereiro de 2022. O documento traz uma série de cartas e informações sobre as notícias enviadas à Espanha sobre a situação do Reino do Chile.

⁴⁴⁰ OVALLE, Alonso de. **Histórica Relación del Reyno de Chile**. Roma: Francisco Caballo, 1646, p. 264.

⁴⁴¹ “Al terminar el siglo XVI, todo el edificio de la conquista estuvo amenazado de ruina, las armas españolas sufrieron los desastres más espantosos, y los bárbaros, robustecidos por una serie no interrumpida de triunfos, casi

poder espanhol. Embora os eventos subsequentes à sua morte não pudessem ser imputados como responsabilidade direta de sua administração, Barros Arana pontou que sua gestão foi pautada em uma falsa sensação de sucessos e paz, após conseguir, em seus primeiros anos, sustentar a presença espanhola na Araucanía, tirar as tropas do coronel García Ramon do cerco que sofriam no forte Arauco e negociar pactos de paz com alguns líderes indígenas rebelados. Os “*pequeños triunfos*” de Loyola, fizeram-no “[...] concebir la ilusión de que con los refuerzos que esperaba del Perú, podría acabar de pacificarlos para siempre”⁴⁴².

Uma perspectiva semelhante é elencada por outro intelectual do século XIX, Crescente Errázuriz, que escreveu cerca de oitocentas páginas sobre a grande rebelião mapuche em seu texto *Seis años de la Historia del Chile* (1881). Errázuriz destacava que Óñez de Loyola foi ludibriado por um falso êxito de pacificação das *tierras de guerra*, a despeito dos avisos dos seus experientes oficiais, o que não lhe permitiu agir incisivamente na prevenção e contenção de um potencial *alzamiento general*. De forma peremptória, o historiador concluía que “[...] Loyola nada hizo a fin de precaverse contra los denunciados planes de sublevación”⁴⁴³. Essas análises tinham como fato compartilhado a diluição do “fator indígena” como agentes históricos primordiais: o reconhecimento dos sucessos dos *indios de guerra* era subsumido dentro de uma narrativa que justificava a derrota não pela competência de um lado, mas pela inabilidade do outro. Barros Arana, confrontado com a excepcional qualidade marcial araucana, chegara a afirmar que “Sólo en la guerra demostraban cualidades superiores de inteligencia y de actividad [...] Estes grandes dotes guerreras han hecho de certa forma olvidar en cierto modo su ignorancia y su vicios”⁴⁴⁴. Miguel Luis Amunátegui, influente político e historiador chileno do oitocentos, identificou na ousadia e liberdade de ação dos conquistadores hispânicos a pedra fundamental da vitória espanhola sobre os povos indígenas. Esses últimos, por sua vez, estavam irremediavelmente condenados à conquista, visto que “[...] cada europeo valía por mil indios i quizá más [...] la superioridad física y moral daban a los invasores ventajas inmensas sobre los agredidos”⁴⁴⁵. Esse cenário inevitável de superioridade tornava a luta um cenário prenhe de fatalismo em detrimento da resistência indígena, embora fosse obrigatório reconhecer o

alcanzaron a deshacerse absolutamente de sus opresores”: BARROS ARANA, Diego. **Historia General de Chile**. Tomo III. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, Centro de Investigaciones Diego Barros de Arana, 2000, p. 95

⁴⁴² Ibid., p. 147.

⁴⁴³ ERRÁZURIZ, Crescente. **Seis Años de la Historia de Chile [23 de diciembre de 1598 - 9 de abril de 1605]**. Santiago de Chile: Imprenta Nacional, t. I, 1881, p. 3.

⁴⁴⁴ BARROS ARANA, Diego. **Historia General de Chile**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, Centro de Investigaciones Diego Barros de Arana, t. 1, 1999, p. 92.

⁴⁴⁵ LUIS AMUNÁTEGUI, Miguel. **Descubrimiento y Conquista de Chile**. Santiago de Chile: Imprenta Litografía I Encuadernación Barcelona, 1913, p. 11.

devotado empenho dos nativos em resistir: “[...] los españoles eran fuertes, los indios débiles; pero la resistencia fue a veces desesperada”⁴⁴⁶, concluía Amunátegui. Essa visão historiográfica cria-va um problema difícil: como explicar o retrocesso da conquista e ocupação territorial espanhola? Optou-se por interpretar quaisquer vantagens bélicas obtidas como irremediavelmente ligadas à natureza selvagem e arredia dos indígenas chilenos, que apenas transcendiam sua condição de barbárie quando dedicados à mais bárbara das atividades humanas, a guerra.

A despeito das visões da historiografia oitocentista, os eventos de 1598-1604 continuaram a despertar a crítica e a discussão historiográficas durante o século XX e começo do XXI, tendendo a assumir duas posturas por vezes correlatas com relação aos eventos: primeiro, houve a afirmação da grande rebelião como um acontecimento paradigmático, uma baliza factual a partir da qual as dinâmicas e políticas territoriais hispânicas foram ameaçadas e subvertidas⁴⁴⁷; em segundo lugar, novas análises trouxeram à tona o significativo protagonismo indígena, tendo seus feitos, competências e habilidades como parte fundamental do desenvolvimento histórico do período e da posterior política territorial hispânica para a região. A historiografia, como demonstramos, quase sempre interpretou esses eventos a partir de uma via única da fraqueza estrutural do empreendimento espanhol. Opondo-se a essa perspectiva centrada na sociedade colonial hispânica, Francis Goicovich Videla fez uma importante asseveração: “el sistema de conquista no tambaleó ni por el arribo de la orden ignaciana ni por la implantación de una nueva tecnología del poder [...] más justo es señalar que, en sus inicios, este entró en crisis por causa de un alzamiento general”⁴⁴⁸. Portanto, é necessário reconhecer que a destruição das cidades espanholas não decorreu de um acaso, nem sequer teve o seu desfecho decretado unicamente

⁴⁴⁶ Ibid., p. 11.

⁴⁴⁷ Sobre o aspecto paradigmático do momento, ver JARA, Álvaro. **Guerra y sociedad en Chile, y otros temas afines**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1984, p. 68. Uma ordem cronológica que prestigia 1598 e afins como um momento fundamental pode ser encontrada nos trabalhos de VILLALOBOS, Sergio *et al.* **Relaciones Fronterizas en la Araucanía**. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1982, p. 28; Segundo Villalobos, “[...] el triunfo araucano y el rechazo de los españoles al norte de la línea del Biobío, que toma el carácter de frontera. Se renuncia a conquistar de inmediato la Araucanía, pero se mantiene una lucha activa por las campañas e intromisiones diversas en tierra de los indígenas”: VILLALOBOS, Sergio. **Vida fronteriza en la Araucanía**. El mito de la guerra de Arauco. Santiago: Andrés Bello, 1995, p. 35-36. BOCCARA, Guillaume. **Los Vencedores**. Historia del Pueblo Mapuche en la Época Colonial. San Pedro de Atacama: Línea Editorial IIAM, Ocho Libros Editores LTDA, 2009, viu nesses eventos os primórdios da mudança do que concebia como um domínio pautado em um “poder soberano” para um “civilizador”. Esses parâmetros temporais que à primeira vista não se diferenciam muito dos estabelecidos por Villalobos, são interpretados, não obstante, sobretudo a partir dos seus efeitos sobre “los vencedores”, os reche-mapuches, principal interesse analítico da obra do antropólogo, o que deslocava a proposta focal dos eventos de transição do XVI para o XVII da aflição e catástrofe espanhola para os efeitos desses eventos sobre a estrutura político-social indígena e para as relações de domínio tecidas entre os dois lados do conflito.

⁴⁴⁸ GOICOVICH VIDELA, Francis. Entre la conquista y la consolidación fronteriza: dispositivos de poder hispánico en los bosques meridionales del Reino de Chile durante la etapa de transición (1598-1683). **Historia**, Santiago de Chile, v. II, n. 40, p. 311-332, jul./dic. 2007, p. 314. O dito autor denominou o período que foi de 1598 a 1683 de uma “etapa de transição”, ressaltando as diferentes técnicas de dominação empregadas

pela morte do governador, mas inscrevia-se em uma dimensão histórica contextual, um desenvolvimento histórico das forças e fraquezas de personagens indígenas, espanhóis, mestiços e estrangeiros, cujas trajetórias individuais e sobretudo coletivas cooperaram para a deflagração e rumo dos eventos de 1598-1604. Esses eventos, por sua vez, transformaram-se rapidamente em referenciais duradouros da memória coletiva de espanhóis e indígenas.

A escrita da história das guerras coloniais hispano-mapuches percorreu diversos caminhos. Suas concepções, temas e debates são, como qualquer outro tema historiográfico, produto das adversidades culturais, políticas e sociais dos tempos de sua confecção intelectual. Não obstante, todas essas análises não se escusam de alguns pontos nevrálgicos: a deterioração da condição espanhola, o governo de Martín García Óñez de Loyola, a reorganização e ação das forças indígenas etc. Tendo isso em vista, há uma importância fundamental em dimensionar os elementos que desaguarão em Curalaba e na grande rebelião. Para isso, é preciso contemplar as ações decorridas do governo do desafortunado dom Martín García Óñez de Loyola (1592-1598). Como as fontes documentais refletiram suas ações? Qual o peso de suas decisões e de sua política territorial para a Araucanía no desenrolar dos eventos? Qual o significado de sua morte e o peso desse evento para o desencadeamento de uma rebelião geral? E como seu governo estava enredado com a tradicional conjuntura de guerra no Reino? Esses questionamentos são fundamentais para entender o colapso da estrutura territorial de poder espanhola que decaiu sobre o Chile. O governo de Óñez de Loyola foi pautado em uma tentativa contínua de estabelecer uma vantagem de ação para as exíguas forças espanholas sobre os índios de guerra, o que possibilitaria imprimir uma superioridade marcante no povoamento ao sul do Biobío, levando as forças indígenas reticentes a dois caminhos claros: à pacificação por tratado ou à guerra de conquista. Loyola era um experiente conquistador, nascido no seio de umas das mais tradicionais famílias da região basca. Vindo ainda jovem para a América, entrou no caminho meritório da coroa sobretudo após sua liderança na supressão da resistência do último Inca, senhor de Vilcabamba, Tupac Amaru, preso e executado em 1572. Após isso, ocupou prestigiosas posições, como o cargo de corregedor em Potosí, um rincão nevrálgico da prospecção metalista mundial na época. Considerado um dos mais experientes capitães espanhóis nas *Indias Occidentales*, Loyola substituiu Sotomayor em 1592, sob ordens de Felipe II, tendo como intensão pacificar em definitivo à *Tierra de Guerra* no Chile.

O momento era sensível, pois o equilíbrio entre indígenas e espanhóis repousava em uma atenuação da belicosidade geral e na persecução de alianças com populações locais. A década precedente marcara um aumento da animosidade entre as partes, com um governador recorrentemente belicista como Sotomayor obtendo pouca vantagem no asseguramento dos

assentamentos meridionais. Essas parcas vitórias, no entanto, não conseguiram diminuir o fosso entre as ambições espanholas e a resistência araucana na *Tierra de Guerra*. Prova-se isso pelos discursos epistolares dos habitantes da dita província, plenos de considerações pessimistas sobre o desenrolar dos conflitos e repletas de prognósticos pouco promissores, prevendo que para um caminhar positivo seriam exigidas ações de grande vulto da coroa. É o que escreveu ao rei o frade Francisco Ruiz, que despendeu mais de vinte anos de trabalho clerical nas zonas de guerra meridionais. As ponderações do religioso giravam em torno da crítica à intromissão desproporcional do vice-rei, dom García Hurtado de Mendoza, nos assuntos provinciais, e dos motivos do insucesso espanhol no dito conflito. Sobre o vice-rei, o frade asseverava que a tão alardeada pacificação obtida pelo mesmo, quando este fora governador do Chile (1557-1561), só foi possível graças aos vultuosos investimentos oriundos do Peru (cujo vice-rei era pai de dom García), e pela grande quantidade de tropas empregadas na pacificação araucana, retiradas do melhor quinhão das forças espanholas no Peru naquele momento. Mas, a situação de agora contrastava bastante em relação à experiência passada de dom García, marquês de Cañete e atual vice-rei. O maior agravante, segundo o frade, era que “Los naturales rebelados contra el real servicio de Vuestra Majestad están expertos y ejercitados en la guerra, cuánto lo pueden estar todas las naciones del mundo [...]”⁴⁴⁹. Os penosos trabalhos dos experientes homens trazidos por Sotomayor da Europa e a irresolução da guerra frente a tão experimentados em combate e corajosos braços espanhóis mostrava o grau de capacidade responsiva das forças bélicas nativas. É um interessante reconhecimento do valor indígena, sobretudo em seu aspecto marcial, já que o frade ressaltava a capacidade dos índios de guerra de adaptarem-se ao desafio trazido pela conquista e ocupação espanholas.

A esse denodado desafio, somava-se as más condições da tropa hispânica, carente de recursos e de homens. Outro relato *in situ*, também datado de 1592, é o de dom Baltazar Sánchez de Almenara, um militar descrente da guerra de conquista em sua forma contemporânea. Ele aconselhava ao rei em carta que melhor seria desistir, *a priori*, da conquista do Arauco, dando prioridade a “[...] sustentar lo ganado y para asegurar la pretensión de poblar a Arauco a su tiempo si algún socorro se metiese [...] no sea para conquistar, como hasta aquí, sino para repoblar y aumentar la tierra y pueblos de paz”⁴⁵⁰. Essa, sozinha, já era uma proposta ousada. O chamado Arauco (que aqui aparece em sua definição mais restrita, como uma das “províncias”

⁴⁴⁹ Carta de Fray Ruiz al Rey sobre la guerra de Chile, Ciudad de los Reyes, 3 de mayo de 1592, p. 189-191. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. IV, 1960, p. 189.

⁴⁵⁰ Carta de Baltasar Sánchez de Almenara al Rey sobre la pacificación de Arauco y otros problemas generados por la guerra, Ciudad de los Reyes, 20 de septiembre de 1592, p. 197-203. In: Ibid., p. 201.

que circundavam as montanhas do Nahuelbuta, acabando no mar a oeste e estendendo-se verticalmente das ribeiras do Biobío às paragens de Tucapel) era um dos cerne do conflito na Araucanía e não raro as forças hispânicas na dita “província” se viam resumidas ao forte que dava para o mar. Sánchez de Almenara sabia bem disso, mas também era consciente de que as entradas espanholas em Arauco, como feitas Quiroga y Sotomayor, desguarneciam às demais localidades e estimulavam o levante nas circunvizinhanças de outras cidades. Sua carta informava que quando Rodrigo de Quiroga almejou conquistar Arauco, Osorno, Valdivia e Villarrica enfrentaram rebeliões nativa, e quando Sotomayor tentou o mesmo, Angol e Villarrica sofreram igual destino. Além do mais, Almenara destacava um dos problemas mais fundamentais do povoamento espanhol: a falta de soldados e de povoadores. Muitos dos que por algum tempo haviam tentado povoar algum distrito da terra de guerra acabaram voltando para o Peru, desbastecendo o reino de gente. Esse era o estado da guerra quando chegou o novo governador, imbuído, por função, de obter vitórias peremptórias onde seus predecessores haviam falhado. Em duas cartas direcionadas ao rei, datadas de 17 de abril e de 18 de maio de 1592, o próprio Óñez de Loyola discorreu sobre suas percepções dos desafios para vencer o conflito e para pôr um ponto final na luta de décadas contra os “naturais da terra”. Em sua última carta, o governador ressaltou que o maior obstáculo, maior até mesmo que a falta de homens e de recursos, era a estrutura sociopolítica das comunidades indígenas:

[...] la mayor fuerza y dificultad desta guerra, que la tiene tan grande quanto se puede considerar de un enemigo que se ha defendido cuarenta años de continua ofensa, por muchas comodidades que la ayudan, siendo la principal la inexpugnabilidad del áspero y montuoso sitio de su habitación y no tener para su morada congregación de pueblos sino caserías distintas y silvestres en lo más remoto de las montañas [...] demás de que no tienen cabeza de gobierno a quien fuera de materia de guerra [...] y gente que tiene estos reparos tan dificultosos de deshacer y ser la que al presente hay nacida y criada en la guerra, sin haber jamás conocido la paz ni oído de sus padres la virtud della sino la libertad [...] ⁴⁵¹.

Loyola reconhecia o valor marcial adquirido pelos indígenas e as dificuldades interpostas por sua disposição espacial e por sua organização comunitária. O governador também visualizava a impossibilidade de confiar nos acordos de paz, que eram utilizados pelos indígenas para firmar tréguas frágeis e utilitárias. As dificuldades também provinham do aspecto

⁴⁵¹ *Carta de Martín García de Óñez y Loyola a Su Majestad señalando las características de la guerra de Chile, Concepción, 18 de abril de 1593, p. 320-323. In: Ibid., p. 320.*

psicológico e geracional dessas populações: os índios de guerra advinham de uma geração de indígenas experimentada nos conflitos e que prezavam pela sua autonomia; conheciam bem o pesado jugo espanhol estabelecido sobre comunidades muitas vezes vizinhas, e isso insuflava seu apego à independência e à liberdade das ordenações, trabalhos e taxas *huincas*. O relevo tortuoso das cordilheiras e os usos indígenas dos seus multiformes territórios serviam como catalizadores das penúrias espanholas, já que as minguadas tropas eram incapazes de percorrer toda a terra de guerra e, especialmente, eram incapazes de alcançar os rincões defensivos mais isolados, verdadeiras fortalezas por vezes inexpugnáveis. Como notava claramente o governador, a luta contra os indígenas era ao mesmo tempo uma luta contra o espaço, uma luta contra a *Tierra de Guerra*, utilizada como arma de defesa e de ataque contra o bando espanhol. A variedade de formas geográficas, as densas florestas e o conhecimento espacial indígena eram constantemente instrumentalizados para resistir à invasão de suas terras. Ademais, esses fatores eram colaborados pela própria formação social desses grupos, alianças interétnicas descentralizadas, formadas por associações de linhagens e núcleos familiares segmentados, impossíveis de serem suprimidos em uma única e decisiva batalha campal, ou de serem cooptados por vias da captura ou aliança de uma cabeça ou chefe principal. Habilidade e adaptabilidade guerreira, instrumentalização do espaço como ferramenta de resistência e segmentação social foram fatores decisivos para o sucesso indígena de quase meio século nas guerras do Chile. O fato de Loyola percebê-los mostra que os espanhóis estavam bem conscientes de suas limitações, cada vez mais visíveis e agravadas com o passar do tempo.

A possibilidade de pacificação da arredia população indígena do sul chileno perpassava também pela amenização dos escandalosos casos de escravização, trabalho forçado e má gestão das *encomiendas* das populações indígenas. Logo no começo do seu governo, Loyola decidiu abordar a pacificação por meio de duas políticas correlatas: a supressão ou limitação institucional das práticas malvistas de maus-tratos e escravização indígenas; e a negociação impositiva, à “canhoneira”, com os indígenas “rebelados”. Em virtude disso, como uma das primeiras medidas para coibir práticas que corriqueiramente reificavam e tomavam como serviços perpétuos aos *indios repartidos*, *encomendados* e *de paz*, Loyola propunha que as autoridades coloniais “[...] no consientan por ninguna vía modo ni manera, directe ni indirete, los dichos conchavos, cambios, ventas y compras simuladas de los dichos indios cristianos y de paz”⁴⁵², duas categorias de indígenas demasiadamente importantes para a manutenção de uma relativa soberania espanhola sobre as terras já pacificadas. É provável que tal ação buscasse atender às críticas

⁴⁵² *Provisión del gobernador Martín García de Óñez de Loyola sobre la libertad de los naturales*, *La Imperial*, 17 de noviembre de 1593, p. 239-241. In: FHTRCh, v. 1, 1982, p. 241.

veementes interpostas a partir do Peru e da própria Península sobre a situação exasperante dos indígenas do Reino do Chile. Além disso, poderia ser uma forma de contemporizar com as próprias comunidades indígenas, evitando ranhuras junto às populações mais alinhadas aos espanhóis e possibilitando a aproximação com os indígenas refratários e insubmissos. Tais medidas comungavam com a vontade do novo governador de alcançar uma pacificação total da terra, amenizando o que todos concordavam ser uma das principais causas da perpetuidade da guerra no Chile: a profunda opressão, desmando e injustiça à qual eram submetidas partes das populações indígenas pacificadas, sobretudo as parcelas *encomendadas*. As intenções do governador Óñez de Loyola ficaram mais evidentes cerca de um ano depois, quando lançou uma nova provisão em 28 de julho de 1594, na qual estabelecia medidas contra o tráfico de cativos retirados da *Tierra de Guerra*⁴⁵³. A proposição buscava atingir principalmente os soldados que recebiam licença, dadas sobretudo pelo tenente-general, Pedro de Vizcarra (que tornar-se-ia governador interino por um curto espaço de tempo após a morte de Óñez de Loyola). Esses soldados costumavam contrabandear *piezas*, como geralmente denominavam-se os indígenas escravizados capturados nas zonas de guerra araucanas, transferindo-os por mar para os territórios setentrionais e para o Peru. Ao rescindir as licenças e ordenar a investigação dos navios, Loyola deixava clara sua intenção:

Por cuanto la majestad del Rey, con el continuo cuidado y sancto celo que tiene de la conversión, buen tratamiento y aumento de los naturales deste dicho reino, por muchas y diversas cédulas y provisiones tiene ordenado y mandado a todos sus ministros y vasallos los traten bien y de manera que se aficionen los infieles que están de guerra al nombre cristiano y los demás como vasallos libres, prohibiendo de evitar lo susodicho, despaché un mandamiento y provisión el año pasado [...] ⁴⁵⁴.

Sua intenção era estabelecer a paz, fosse construindo fortalezas na *Tierra de Guerra*, fosse trazendo os rebeldes à negociação. Almejando, provavelmente, o mesmo modelo de reduções que conhecia tão bem de sua experiência peruana, Loyola vislumbrava concretizar o poder espanhol ao sul de Concepción fortalecendo as posições já assentadas e defendendo o *Mar del Sur* da presença corsária. Foi em seu governo, ainda em 1594, que Richard Hawkins

⁴⁵³ Sobre a retirada de indígenas da região araucana entre a década final do século XVI e a inicial do século XVII, assim como seus destinos nas regiões nortenhas, ver VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. <<**Infieles traídos de la guerra del sur**>>. Perspectivas desde el bautismo de indios cautivos y desnaturalizados de la guerra de Arauco (Santiago de Chile, 1585-1610). *Anuario de Estudios Americanos*. Sevilla: v. 77, n. 1, enero-junio 2020, p. 161-192.

⁴⁵⁴ *Provisión del gobernador Martín García Óñez de Loyola, para que no se saquen indios del Reino. Acta del Cabildo de Santiago*, 28 de julio de 1594, p. 241-243. In: FHTRCh, v. 1, 1982, p. 242.

transpusera o Estreito. Seguindo a tradicional rota corsária rumo ao Peru, Hawkins ancorou forçosamente em Valparaíso, demorando-se por algum tempo no porto sem encontrar qualquer resistência. Em meados do mesmo ano, Hawkins rumou para o Peru. Não obstante, visto estarem de sobreaviso de sua expedição à costa espanhola do Pacífico, o corsário encontrou o vice-reinado em pronto-alerta. A fuga das forças espanholas acabou em sua captura nas imediações da baía de San Mateo, onde o navegador inglês foi rendido e preso entre junho e julho de 1594. Esses eventos pouco alteraram as questões relativas à guerra de Arauco, embora levantassem novamente o temor da perigosa junção da rebelião indígena com as empreitadas corsárias. Essa possibilidade temerária certamente preocupava as autoridades coloniais chilenas, especialmente o encarregado da função de governador e capitão-general, que entre as suas principais atribuições, deveria defender o litoral de intervenções e ataques marítimos de outras potências⁴⁵⁵.

As ações de Óñez de Loyola nos assuntos militares pouco destoavam das experiências precedentes. Seus arroubos de povoamento e ocupação territorial seguiram a mesma linha de possibilidades que seus predecessores, como nos prova a fundação de Santa Cruz (que havia sido primeiramente um forte), em 1595, construída como um ponto estratégico, na margem sul do Biobío, nas imediações de sua confluência com o rio Laja. A cidade, abandonada em 1599, foi pensada como uma oportunidade para impor certa dose de poderio espanhol entre os indígenas daquelas imediações, além de ser de grande valia tática no caso de um confronto mais ao Sul. Como todas as cidades que surgiam nas regiões fronteiriças naqueles dias, Santa Cruz tinha como principal objetivo ser uma cabeça de ponte para a conquista e pacificação da terra de guerra⁴⁵⁶, embora nenhuma cidade espanhola se resumisse apenas a seus aspectos militares, prevendo-se sempre a introdução de outras atividades, sobretudo de ordem econômica, fundamental para a sustentação dos jovens espaços citadinos, pois “pacificar” significa paralelamente dispor do trabalho das comunidades indígenas adjacentes, correlata à exploração dos potenciais recursos econômicos circunvizinhos. Os poucos esforços de povoamento não escondiam o desejo expansivo. Deveras, quanto à expansão, tratava-se mais de uma limitação estrutural do que uma política de contingenciamento. Havia uma percepção aparentemente bem difundida de que, no final, a pacificação araucana só poderia ser completada quando a *Tierra de Guerra* fosse

⁴⁵⁵ Sobre isso, vejamos a correlata passagem da relação de serviços de Alonso de Sotomayor, a qual nos conta que, após as incursões inglesas nas Índias Ocidentais, especialmente após a bem sucedida campanha naval de Francis Drake, “[...] dio aviso su Magestad a todos los Gobernadores de las Indias, encargandoles y mandandoles que se aperciesen para la defensa, e hiciese todas las prevenciones posibles cada uno en su distrito”: CARO DE TORRES, Francisco. **Relación de los servicios que hizo a Su Majestad del Rey Don Felipe Segundo y Tercero, don Alonso de Sotomayor [...]**. Madrid: Impreso por la viuda de Cosme Delgado, 1620, p. 54.

⁴⁵⁶ Fundación villa Santa Cruz: Martín García de Óñez y Loyola, 1595: In: MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 29, R. 40, f. 1-2. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/122086?nm>>. Acessado em: 02 de novembro de 2021.

devida e efetivamente ocupada. Essa consciência aparece nas ideias do próprio Óñez de Loyola (transcritas por ordem sua em carta de Domingo de Erazo):

Es cosa muy evidente y aprobada por experiencia tan larga que la guerra de Chile no tenía jamás fin sin seguridad, sino fuera poblando las provincias [...] donde por la disposición natural dellos se ha podido y podrá sustentar el enemigo, y se quebrantando les con corredurías y castigos [...] Y siendo las dichas poblaciones el fundamento principal de la quietud y paz de las dichas provincias [...]⁴⁵⁷.

Óñez de Loyola escolheu como parâmetro a tradicional prática hispânica de criar povoações como forma de expandir o domínio, mesmo que fossem povoamentos entrincheiradas e majoritariamente militarizadas. A falha em seu pensamento estratégica repousava exatamente na falta de percepção: não havia qualquer possibilidade de continuar um povoamento militarizado fazendo uso da criação de fortes e cidades em uma área carente de atrativos, com poucos recursos humanos, com dificuldades econômicas congênicas e sem uma contínua corrente migratória que trouxesse imigrantes dispostos a povoar e defender os novos assentamentos. Para além das limitadas capacidades de fundar e povoar novas cidades e fortes, só restava ao governador recorrer às tradicionais *campeadas*. Segundo nos narra o cronista contemporâneo, Pedro Mariño de Lobera, a técnica de *entradas* e *malocas*, a queima de sementeiras e a derrota e morte de vários indígenas em escaramuças e pequenas batalhas foi o gatilho para que os índios de guerra propusessem a paz negociada: “Y así por esto, como por la singular prudencia con que procedía en todas las cosas, vinieron los indios de las riberas de Biobio, de una y otra banda, a dar la paz, cosa que nunca se había visto en estas tierras desde los tiempos de don García de Mendoza”⁴⁵⁸. De fato, o governador conseguiu momentaneamente aplacar a animosidade indígena, principalmente nas áreas circunvizinhas à bacia do Biobío, fazendo uso incisivo dessas táticas violentas que arruinavam as comunidades e a economia locais. Segundo os relatos de Lobera, em seus primeiros anos de governo Loyola deu ênfase à pacificação de Arauco, Tucapel, Talcamaveda, Mareguano e Laulamilla, Chipimo e às terras rebeladas que cercavam Concepción. Em carta datada de 1593, o governador escrevia ao rei externando sua preocupação com a guerra, mencionando que Arauco e Tucapel eram certamente os territórios de maior força

⁴⁵⁷ Martín García de Loyola, gobernador: estado de Chile, 1595. MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO,227,R.28, f. 119. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126102?nm>>. Acessado em: 07 de novembro de 2021.

⁴⁵⁸ MARIÑO DE LOBERA, Pedro de. *Crónica del Reino de Chile*. In: CHCh. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. VI, 1865, p. 445.

opositora e dificuldade de toda a terra de guerra⁴⁵⁹. No entanto, sua preocupação também repousava com certa exatidão sobre os *lebos* que cercavam Concepción e que historicamente teimavam em insurgir-se em épocas de fragilidade, mesmo estando a bastante tempo sobre influência espanhola. Foi justamente nos *rewes* de Quilacoya, Rere e Taruchina que começaram os parlamentos hispano-mapuches em 1593, uma zona bem acercada de Concepción e com relevantes veios auríferos.

Nada nas fontes nos faz supor que o governo de Óñez de Loyola tenha contribuído de maneira diferenciada para o colapso da empreitada colonial hispânica ao sul do Biobío. Levando em consideração este pressuposto, elencamos dois fatores fulcrais que serviram de estopim para a grande rebelião: primeiro, podemos notar que o colapso foi gestado por um histórico de décadas de inabilidade bélica e de negociações, alianças e tratados malogrados; segundo, foi desencadeada pelo sucesso retumbante dos indígenas em rastrear e matar o bando de guerra liderado pelo governador, jogando os espanhóis remanescentes em um turbilhão de problemas e incertezas. Adjunto a isso, pontuemos a capacidade mapuche de criar associações mais ou menos duradouras e de agir com incisividade bélica em momentos decisivos, operando redes de mobilização e operações distendidas de ataque, reconhecimento e defesa, nem sempre bem articuladas ou convergentes (muitas vezes funcionando paralelas umas às outras), mas fundamentais para concretizar as vitórias sobre as forças espanholas. Sobre o primeiro ponto, a percepção da inabilidade espanhola em vencer a guerra contra os nativos já era bem perceptível desde o governo de Alonso de Sotomayor. A posição exasperante e desvantajosa era pontuada por dom García Hurtado de Mendoza, então vice-rei do Peru, em carta datada de 1 de maio de 1590, onde reclamava da incapacidade do governador em reduzir os indígenas do Chile e dos desafios das operações de conquista e pacificação: “Es lastimosa cosa ver la perdición de Chile [...] Finalmente, lo de Chile se ha convertido en guerra de Flandes, con que ha consumido los indios que había de paz y los vecinos que vivían en los pueblos con sus haciendas [...]”⁴⁶⁰. O alto dignatário acusava a Sotomayor de falta de combatividade e de deixar as províncias araucanas já pacificadas insurgirem-se, mesmo àquelas que antes não estavam *de guerra*.

Para fins de justiça, deve-se mencionar que havia uma série de querelas políticas e de animosidades entre o vice-rei e o governador. A despeito de falhar em obter a pacificação geral, Alonso e seu irmão, Luis de Sotomayor, conseguiram com certo sucesso aplacar os levantes

⁴⁵⁹ Carta de Martín García de Óñez y Loyola a Su Magestad señalando las características de la guerra de Chile, Concepción, 18 de abril de 1593, p. 320-323. In: CDIHCh, segunda serie, t. IV, 1960, p. 320.

⁴⁶⁰ Fragmento de carta del virrey García Hurtado de Mendoza, a Su Magestad, fechada en El Callao, dando cuenta de la guerra de Chile, la ineficacia de Sotomayor y la necesidad de socorro, 1 de mayo de 1590, p. 121-123. In: Ibid., p. 122.

indígenas nas redondezas das cidades *de arriba*, obtendo vitórias relevantes, como a captura do *mestizo* Alonso Díaz (1584), além de formularem um programa de fortificação que já contemplava o asseguramento das ribeiras do Biobío. Não obstante, a situação geral era realmente regada por análises e predições pessimistas: deterioração das relações hispano-mapuches, má gestão de homens e recursos, inabilidade administrativa dos governadores etc. Essa panaceia aparece como a receita para o caos, segundo interpretava dom García. Tratava-se de uma crítica pertinente, oriunda de um dos mais famosos contendores da guerra de Arauco, que vira uma piora sistemática na situação espanhola desde o fim de seu governo (1561). Os últimos anos do governo de Sotomayor pareceram um prenúncio do futuro turbilhão de revoltas que se seguiram à morte de Loyola. Em 1592, pouco antes de Loyola assumir o cargo, os indígenas de Arauco estavam em rebelião aberta. Um ano antes, Sotomayor, ainda governador, zarpara para o Peru, na tentativa de interceder pessoalmente por reforços adequados. Comandados provisoriamente por Alonso García Ramon, o bando espanhol enfrentou vigorosos ataques dos índios de guerra de Arauco e Tucapel. Segundo nos descreveu Lobera (embora a passagem nos remeta a uma ponderação religiosa, talvez oriunda da edição do padre Bartolomé de Escobar), os espanhóis conseguiram “[...] pacificar la tierra [...] más como ninguna cosa violenta es perpetua [...] que por más demostraciones de paz que los indios daban y se allanaban en efecto por algún tiempo, era cosa tan forzaba, estaban siempre a un pie con apetito de nunca asentarlos en servicio de los españoles”⁴⁶¹. A passagem deixa entrever as pazes entre espanhóis e araucanos como uma estratégia indígena para sanar os males da guerra e retomá-la em momento oportuno. Foi o que ocorreu pouco tempo depois. Cercados e desfalecidos, García Ramon e seus liderados precisaram contar com os reforços oriundos do Peru para debelar uma ameaçadora rebelião que galvanizou seis mil índios de guerra que buscavam derrubar os fortes espanhóis em Arauco e Tucapel. Quanto Loyola desembarcou no Chile, em setembro de 1592, García Ramón encontrava-se na liderança de cento e dez homens de guerra, envolto em uma situação extenuante e dispostos a abandonar as sofridas fortificações da região⁴⁶². As queixas sobre a incapacidade de pacificar os araucanos, sobre a indômita resistência e sobre a impossibilidade de, com os recursos

⁴⁶¹ MARIÑO DE LOBERA, Pedro de. **Crónica del Reino de Chile**. In: CHCh. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, 1865, t. IV, p. 435.

⁴⁶² O que contrasta com o tom promissor e de sucesso da relação de serviços de Sotomayor, que afirmava que “[...] viendo por experiencia el buen suceso que había tenido en la guerra, y los buenos que le sucedieron a los principios de su gobierno, conquistando y pacificando los Indios rebeldes de las ciudades de Españoles [...] determinó de venir a Lima a verse con el [Marques de Cañete]”: CARO DE TORRES, Francisco. **Relación de los servicios que hizo a Su Magestad del Rey Don Felipe Segundo y Tercero, don Alonso de Sotomayor [...]**. Madrid: Impreso por la viuda de Cosme Delgado, 1620, p. 49. O tom quase triunfal utilizado anos depois dos feitos narrados não parece dialogar com a realidade histórica dos eventos, marcados por um clima de inquietação e de guerra aberta entre espanhóis e araucanos.

disponíveis, dominar a *Tierra de Guerra*, continuaram nos anos de atuação do novo governador. Em carta dirigida a Filipe II, datada do começo de seu governo, Loyola falava sobre a impossibilidade de pôr um fim à guerra no Reino, visto que

[...] resisten de suerte las dificultades y trabajos excesivos del y flaca y suma pobreza de todo estado de gente y en particular de los naturales, por la continuación de tan larga y prolija guerra y ser ellos los que han sido firme fortaleza del sustento del, que me han forzado al desfallecimiento de la esperanza que puede haber de la poder proseguir en el estado presente y conseguir su pacificación [...]⁴⁶³.

É provável que Loyola tenha percebido que a missão de pacificar a Araucanía em muito excedia as dificuldades de suas campanhas contra o último poderio inca em Vilcabamba, que lhe granjearam tantas honras e glórias. Percebia, para além disso, a impossibilidade de uma campanha definitiva e a profunda inutilidade da ordinária guerra de malocas e de falsas perspectivas de pacificação. Certamente, o último fator surge como elemento paradoxal de seu governo, que lançaria uma política “diplomática” de alianças e negociações, reivindicando a pacificação das *Tierras de guerra*. Embora pintasse um quadro pouco alvissareiro a Lima e a Madri, o governador argumentava que a pacificação ainda poderia ser alcançada. Era necessário enviar sobretudo homens. Não quaisquer soldados, porém. Loyola escreveu ao rei requisitando soldados peninsulares, a quem julgava de valor inestimável, frente aos reforços providos do Peru. Fazia-se mister que fosse enviado “[...] bastante número y cantidad para que de una vez se acabase esta guerra a pura fuerza, porque el enemigo se acabaría con esto [...]”⁴⁶⁴, de forma a imprimir um tamanho grau de derrota, que não restaria aos indígenas outra opção que não uma paz sincera e definitiva.

Essa desesperança na atual forma da guerra dialogava com os desafios espaciais interpostos diante de uma ocupação inefetiva da *Tierra de Guerra*. No mesmo documento, Óñez de Loyola mostrava a consciência de que os trabalhos no Chile seriam perpetuamente inválidos se uma forma ativa de *población* não fosse implementada. Cético e desgostoso com o desenrolar dos eventos, o novo governador, imbuído de uma ousadia e vontade de iniciante no cargo, planejava um passo ousado, uma espécie de novo povoamento. Os fortes por si só já não bastavam. Era necessário utilizar efetivamente às armas para esmagar a resistência mapuche. Após isso, recorrer-se-ia a um programa de ocupação organizada da terra, obliterando os focos de

⁴⁶³ Carta de Martín García Óñez de Loyola a Su Majestad sobre materias de guerra, Concepción, 17 de abril de 1593, p. 310-320. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. IV, 1960, p. 310.

⁴⁶⁴ Ibid., p. 316.

resistência ativa por meio da dissolução da população concentrada de índios rebelados entre diversos locais de poderio espanhol. Sua ideia começava com uma sentença marcial, ditada ao próprio soberano: “[...] Vuestra Majestad se persuada a esta infalible verdad que nunca ellos se reducirán a servidumbre si no fuere a fuerza de armas y población”⁴⁶⁵. Mas os métodos de *población* não poderiam ser os mesmos já comprovadamente inaptos para a situação e fadados ao fracasso. Provava-se isso com exemplos, segundo o governador. O forte e cidadela de Arauco, fundado por Hurtado de Mendoza, nada tinha obtido se não a difícil missão de subsistir. Como cerne dos problemas bélicos nos primeiros anos de governo de Loyola, ele normalmente imputava o sucesso da conquista e pacificação à capacidade de dominar completamente Arauco e Tucapel, adjunto das províncias de Quilacoya y Caraupé. Essa ponderação dos pontos nevrálgicos da luta era apoiada em uma constatação já discutida: o maior desafio era descobrir a fórmula necessária para submeter uma população aparentemente acéfala ou, como preferiu denominá-la Guillaume Boccara, “multicéfala”⁴⁶⁶:

[...] que con todo habrá ben que hacer según la destreza destes indios y la inexpugnabilidad del sitio donde residen, sin congregación de pueblo formado, sino caserías distintas y silvestres que nos obligan para irlos a buscar en ellas dividir y desmembrar nuestra gente, que con facilidad son ofendidos no yendo juntos y con fuerza suficiente, además de que también nos es inconveniente no tener esta gente cabeza de gobierno a quien sino es en la conservación de la guerra obedezcan [...] ⁴⁶⁷.

Loyola expressava integralmente a incompetência hispânica na odisseia araucana. Essas palavras provêm de um conquistador cujo ápice da carreira foi a destruição de um potentado muito mais “cefálico”, decapitado em sua última cabeça, o Inca Tupac Amaru. O contraste situacional provavelmente obrigou o governador a refletir e concluir que o desafio do seu novo governo nada mais era que o desafio de subverter uma estrutura sociopolítica pautada em uma territorialidade de poderes descentralizados, embora capazes de coesão, o que obrigava os mais hierarquizados soldados e comandantes espanhóis a reinventarem sua cultura de conquista humana e de dominação espacial. A *Tierra de Guerra* apresentava uma cartografia sociopolítica difícil de subjugar. Talvez por isso, Óñez de Loyola tenha percebido a importância de insistir

⁴⁶⁵ Ibid., p. 312.

⁴⁶⁶ “Más que sociedades segmentarias, acéfalas o ‘contra-el-Estado’, estamos frente a unidades sociales auto o multicéfalas, jerarquizadas en función de mecanismos de englobamiento múltiple, determinados por imperativos identitarios, económicos y guerreros de naturaleza indisoluble”: BOCCARA, Guillaume. **Los Vencedores**. Historia del Pueblo Mapuche en la Época Colonial. San Pedro de Atacama: Línea Editorial IIAM, Ocho Libros Editores LTDA, 2009, p. 32.

⁴⁶⁷ Ibid., p. 313.

na prática de uma negociação à canhoneira, cuidando para que entrasse em acerto, ainda no começo de seu governo, com uma série de autoridades indígenas nas redondezas de Concepción e de La Imperial, em um ensaio do que alguns estudos consideraram ser uma germinação da futura prática parlamentar hispano-mapuche⁴⁶⁸. O comportamento aparentemente paradoxal do governador (uma “diplomacia” alinhada ao uso enfático do poderio militar) buscava sanar justamente a dificuldade de prover as forças espanholas da quantidade e qualidade de homens e materiais necessários para realizar extensas e onerosas guerras: as tratativas, muito assemelhadas aos antigos *requerimientos*, buscavam atrair a atenção das lideranças indígenas e granjear sua submissão de forma voluntária e negociada; falhadas, seguir-se-ia a ação militar, “[...] puesto que tienen posible y poder para conquistarlos por armas [...] les amonesta vengan a la obediencia del rey [...] con ellos veniendo de paz y les guardaran justicia como a vasallos de su majestad y que entiendan que no haciendo lo cont[enido] les hará cruda guerra [...]”⁴⁶⁹. Essas primeiras reuniões negociativas estabeleciam acertos frouxos e vacilantes. Não se tratavam, e nem o poderiam ser ainda, das reuniões e negociatas vultuosas, conspícuas, que envolviam uma grande generalidade de *parcialidades* indígenas, os futuros Parlamentos dos séculos XVII e XVIII, caracterizando-se mais como acordos locais, ainda bastante marcados por uma requisição peremptória de submissão política e conversão religiosa, que eram contrapostas pelos líderes indígenas por exigências de cessação da violência indiscriminada, de fim dos serviços compulsórios e da cessação da intromissão espanhola em assuntos políticos, comunitários e rituais das comunidades originárias. O espraio atávico do poder político indígena impossibilitava não apenas uma vitória militar decisiva, mas a feitura de uma paz unificada com os diferentes caciques, comunidades e províncias da *Tierra de Guerra*, tornando todo esforço espanhol em tal direção parcialmente vão, ao menos se se queria alcançar os padrões hispânicos de pacificação e redução dos *pueblos de indios* que se viam em outros locais, como no Peru, por exemplo.

Também em 1593, o experiente *mariscal de campo* Martín Ruiz de Gamboa escreveu uma brutal, propositiva e informativa relação de ações necessárias para conseguir a pacificação da *Tierra de Guerra*. Sua percepção territorial do conflito nos revela parte da geografia bélica e da delicada situação na qual se encontravam os espanhóis. Gamboa começou com a constatação de que o máximo que se conseguiria levantar localmente em braços aptos à guerra e

⁴⁶⁸ ZAVALA CEPEDA, José Manuel; DILLEHAY, Tom D.; PAYÀS, Gertrudis. El Requerimiento de Martín García Óñez de Loyola a los indios de Quilacoya, Rere, Taruchina y Maquecua de 1593, testimonio oficial de parlamentos hispano-mapuches tempranos. *Memoria Americana*, Buenos Aires, v. 21, n. 2, p. 235-268, jul./dec. 2013.

⁴⁶⁹ *Parlamentos de Quilacoya, Rere, Taruchina e Imperial de 1593*. In: PHM, 2015, p. 41-42.

povoamento era o ínfimo número de trezentos e cinquenta espanhóis. Esse número tornaria possível a pacificação e povoamento de apenas uma “província” araucana. Sobre essas, o *mariscal* elegia três como mais prementes de atenção: Tucapel, Purén e Millapoa. Sua análise mostrou-se de extrema acurácia. Quando os conflitos explodiram, cinco anos depois, foram os indígenas de Purén que sublevaram as outras partes da *Tierra de Guerra*. Pensando nas limitações interpostas, Gamboa se pôs a dissertar sobre as vantagens e desvantagens de priorizar cada um desses territórios incontestes e potencialmente perigosos. A receita para o fim total do conflito era clara e objetiva: “Y que para acabar de todo punto la guerra deste reino, conservando y amparando los indios que hay de paz en él, es forzoso poblar de una vez en las tres partes referidas [...] y que en todas partes se haga la guerra [...]”⁴⁷⁰. A proposição nada mais era do que uma chamada a uma forma de guerra geral, capaz de destruir por completo a resistência indígena. Tal qual formulada pelo marechal, tratava-se de uma guerra sem quartel, onde todos os recursos possíveis deveriam ser empenhados, em paralelo, na submissão das três províncias indígenas citadas. Preconizava-se, por conseguinte, a destruição das fontes de recursos indígenas, a captura dos rebelados e a pena capital para os que resistissem com armas. Antes, no entanto, era necessário aparatar os espanhóis. A conquista e o domínio efetivo sobre o território mencionado deveriam ser baseados em um tripé de ações: (1) a consolidação de um povoamento efetivo (2) obtido pela força das armas, oriunda dos recursos materiais e humanos que deveriam fluir em levas regulares do Peru e da própria Espanha, se preciso; (3) o que levaria inevitavelmente ao sucesso militar sobre os índios de guerra, que deveriam ser mortos ou pacificados, submetidos aos trabalhos servis e às leis e religião dos conquistadores. O fracasso em qualquer uma dessas etapas levaria irremediavelmente ao insucesso, prolongando indefinidamente a guerra. Por fim, o *mariscal* sugeria de forma quase profética “[...] que si no se continúa y prosigue la guerra deste reino y su pacificación [...] tiene por sin duda se perderá y consumirá todo este reino, como así lo está por no haberse hecho así”⁴⁷¹.

A ideia de um insucesso bélico entranhado na própria estrutura do Reino de Chile precedeu em anos à grande rebelião geral. As constantes requisições por reforços e recursos assomavam-se desde o começo da conquista nas antecâmaras das cortes vice-real e régia. Esses avisos serviam como elementos detratores da realidade colonial espanhola no sul do Chile. Como destacava o tenente-general Pedro de Vizcarra, em 1591, a guerra de conquista era diretamente necessitada, para todos os grandes avanços, de recursos periódicos do exterior, “porque

⁴⁷⁰ *Parecer del mariscal Martín Ruiz de Gamboa sobre la guerra de Arauco, según las preguntas formuladas por el gobernador Loyola, Santiago, 20 de julio de 1593, p. 307-310. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. IV, 1960, p. 308.*

⁴⁷¹ *Ibid.*, p. 309

faltando este socorro no se puede correr el campo ni hacer dos poblaciones ni tener con suficientes presidios las fronteras y los indios se estarán a la mirada [...]”⁴⁷². Vizcarra finalizou sua carta ao rei destacando que todos os recursos para defender o que chamou de “miserables comunidades” espanholas na *Tierra de Guerra*, eram um gasto necessário. Em sua interpretação dos fatos que lhe cercavam, os dispêndios das *cajas reales* eram um remédio menos amargo que arcar com a retomada das comunidades no *Mar del Sur* das mãos dos piratas holandeses ou de reconstruí-las depois que aniquiladas por ataques indígenas. E esses gastos não eram nada triviais, nem sequer eram raros, mesmo antes da política oficializada do *Real Situado* (1599). Havia uma regularidade periódica no envio de homens e recursos oriundos do Peru em direção ao Chile. Um documento datado de dezembro de 1594, escrito por San Juan de Belaustegui, alto funcionário da *Real Hacienda* de Lima, estipulava que apenas entre os anos de 1589 e 1594, o vice-reino despendeu o montante de 1.393.217 reales, ou 201.899 ducados, enviados por dom García Hurtado de Mendoza, vice-rei, para pagar “[...] la gente de mar y guerra que han ido al reino de Chile para el socorro, pacificación y conquista de él [...]”⁴⁷³. Entendia-se a importância de tais doações em virtude do caótico estado das forças militares da governação: “[...] por estar la gente de guerra tan pobre y desnuda [...] convenía enviárles luego algún socorro”⁴⁷⁴. Esse socorro geralmente era efetivado às custas do erário real, com o qual se obtinham produtos manufaturados e naturais, sobretudo roupas, armas e alimentos, além de quinquilharias. Pagava-se com essas mesmas remessas os soldos dos pilotos e marinheiros responsáveis pelos traslados de tropas e mantimentos, além do pagamento de alguma soma de dinheiro para os homens que se predispunham a seguir em direção à guerra de Arauco.

Embora comumente auxiliado por levas de novos soldados e conquistadores, além de receber recursos variados de outras regiões, os espanhóis dedicados às guerras chilenas não viram uma melhora acentuada na sua situação local. A geografia conflitiva da região, alinhada às sempre presentes carestias, agravavam periodicamente a situação hispânica nas áreas mais litigiosas da governação, que só perdurava graças aos esforços hercúleos dos habitantes para dirimir as perdas sofridas nos embates e subsistir em meio às adversidades interpostas. Tal postura frente a um desafio tão considerável não poderia frutificar. Pelo contrário, como sugeriu o marechal Martín Ruiz de Gamboa, a ausência de uma campanha específica para subverter a

⁴⁷² Carta del licenciado Vizcarra al Rey sobre el estado de la guerra y asuntos de la administración, 12 de marzo de 1591, p. 144-146. In: Ibid., p. 146.

⁴⁷³ Cantidades con que se ha socorrido desde el Perú al reino de Chile desde 1589 a 1594, Ciudad de los Reyes, 31 de diciembre de 1594, p. 452-459. In: Ibid., p. 459.

⁴⁷⁴ Testimonio sobre el socorro que desde Lima se envió a Chile, 1596. MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 227, R.27, f. 4. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126101?nm>>. Acessado em: 12 de novembro de 2021.

resistência da *Tierra de Guerra* fortaleceria as possibilidades de ação dos indígenas rebelados. Ao mesmo tempo, enfraqueceria a tal ponto a capacidade responsiva e defensiva das forças militares espanholas que, a não ser por uma efetiva ação externa, as incipientes áreas de colonização fronteiriças seriam varridas do mapa.

Não é surpreendente, portanto, que um evento tão categórico como a morte de outro governador em exercício tenha sido a ignição da perdição dos povoados espanhóis nas cidades *de arriba*. A morte de García Óñez de Loyola encontra-se entre os acontecimentos mais significativos da guerra de Arauco. A morte ocorreu durante um de suas expedições às cidades *de arriba*, justo no deslocamento que fazia de La Imperial ao forte Logontoro, próximo a Angol, onde planejava socorrer a guarnição sitiada. Sobre o evento, as fontes parecem percorrer dois caminhos: algumas veem Curalaba como uma ação orquestrada, um arranjo culminante implementado pela esperteza e sede de sangue indígena, estimuladas pela ânsia para obliterar a liderança hispânica e elevar as forças da rebelião; outras percebem o evento como um elemento contingente, pouco deliberado pelos seus realizadores e quase relegado à aleatoriedade, embora de reverberações profundas e significativas para o desenrolar do conflito. O soldado-cronista e famoso analista da situação militar chilena, Alonso Gonzales de Nájera, viu o episódio como um misto de ação contingente e utilitária para os índios de guerra⁴⁷⁵. Ademais, seguindo seu destacado preconceito com relação à condição indígena, Nájera ressaltou o aspecto “covarde” da ação, motivada antes por um censo primitivo de oportunismo que por uma racionalidade bélica aguçada, elemento que julgava inexistente entre os indígenas. O cronista também notou o descuido dos espanhóis em vigiar e proteger o perímetro do acampamento. Junto a isso, Nájera sublinhava o erro de cálculo estratégico do governador Loyola, que considerava erroneamente que seu governo obtivera a pacificação do reino e daquelas imediações. O soldado-cronista qualificava essa campanha de pacificação como “falsa paz”, uma estratégia típica daquelas populações indígenas para reduzir os danos às suas colheitas e obter tempo e recursos para perpetuar a luta contra os espanhóis. Os versos do *Purén Indómito*, ao contrário, relatavam o desastre de Curalaba como uma ação orquestrada. O soldado-poeta Saavedra ressaltava a aliança entre os *toquis* Navalburí e Pelantaro, empenhados em levantar a terra contra o domínio espanhol. Arquitetando uma grande rebelião, os *gran toquis* de Angol e Purén deliberavam:

⁴⁷⁵ “[...] y pasando acaso por aquel valle hasta ciento y cincuenta indios de la provincia de Purén, que andaban por aquel camino a fin de robar alguna escolta de bastimentos [...] vieron los caballos que andaban paciando, y conocieron luego que dormía allí el Gobernador [...] Viendo, pues, los indios que los convidaba tan oportuna ocasión a tan famoso hecho (al cual nunca aspiraran si ya que no había cuerpo de guardia hubiera una sola centinela) [...] se resolvieron en hacerlo [...]”: GONZÁLEZ DE NÁJERA, Alonso. **Desengaño y Reparó de la Guerra del Reino de Chile**. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889, p. 64.

Ordenaron también que se hiciese
 Un ejército grueso y se aguardase
 A que el gobernador solo viniese,
 Y por sus propios términos pasase
 Para que con esfuerzo combatirse
 Con el suyo, y la vida le quitase,
 Haciendo a fuego y sangre después guerra,
 Hasta echar los hispanos de su tierra⁴⁷⁶.

A presunção de aleatoriedade é substituída pela afirmação peremptória de que Curalaba foi uma deliberação estratégica das forças indígenas que, fatigadas da presença espanhola, decidiram por desfechar um golpe fulminante, desencadeando uma guerra definitiva. A memória desses feitos continuou a impressionar cronistas por todo o século XVII, entre os quais os eruditos jesuítas Alonso de Ovalle e Diego de Rosales, que escreveram, décadas depois (1646 e 1674, respectivamente), sobre os eventos de Curalaba. Agraciados com a distância do tempo, os religiosos, a despeito de considerarem o evento uma contingência, no caso de Rosales, e uma ação planejada, como o propôs Ovalle, preferiam vê-lo de forma derradeira como a intervenção da mão divina, uma ação celeste de punição aos erros, pecados e desvirtuamentos da epopeia hispânica no Chile⁴⁷⁷. Por sua vez, autoridades, comandantes e governadores locais tendiam a ver tanto a morte de Óñez de Loyola como o levante que dela procedeu como uma causa direta das carências militares não supridas e dos efeitos que a inação dos poderes locais, vice-reais e reais poderia causar. Todavia, as visões destoantes das fontes não são mais importantes que os efeitos práticos do confronto de Curalaba. A rebelião espalhou-se como um incêndio pela *Tierra de Guerra*. De Chillán a Chiloé, a morte de Óñez de Loyola aglutinou diversos grupos indígenas na luta para expulsar os espanhóis de suas terras. Nesse sentido, Curalaba significou um triunfo singular para as forças e para os líderes indígenas nela envolvidos. Se se tratou de uma emboscada deliberada ou de uma ação pragmática e contingencial, é extremamente improvável que se chegue a uma resposta definitiva. Pelo que podemos notar, as fontes parecem concordar que, por trás do verniz de uma paz sensível estabelecida por Loyola, os indígenas, encabeçados pelos de Purén, alimentavam as chamadas de uma revolta que, se não pensada como um evento para abalar toda a Araucanía e afins, certamente desejava expulsar definitivamente as forças espanholas ou ao menos fazê-las recuar para longe de suas comunidades, liberando os nativos

⁴⁷⁶ BARROS ARANA, Diego (ed.). **Purén Indómito. Poema por el capitán Fernando Álvarez de Toledo**. Leipzig: Franck-Verlags-Buchhandlung (Imp. de Bar & Hermann), 1862, p. 3, II.

⁴⁷⁷ ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, t. II, 1878, p. 295; OVALLES, Alonso de. **Histórica Relación del Reyno de Chile**. Roma: Francisco Cavallo, 1646, p. 253.

das ameaças e taxações dos invasores. A expansão da rebelião seria ocasionada pelos sucessos seguintes e pela deliberação pela guerra por partes dos indígenas já pacificados que, alhures, clamavam pelo auxílio dos bem-sucedidos indígenas de Purén, Arauco, Tucapel e Catiray. É improvável que houvesse conhecimento apurado de que, ao atacar as forças espanholas, atacava-se o próprio governador, embora o fato tenha sido muito proveitoso para as forças atacantes. A morte da principal autoridade colonial era um símbolo de força e vigor para os índios de guerra, e de fraqueza e decadência para os espanhóis. Francisco de Quiñones contava, por exemplo, que os vitoriosos revoltosos, “[...] con la cabeza del gobernador Martín García de Loyola y los españoles muertos procuraban intentar los indios [...]”⁴⁷⁸. Munidos de uma nova leva de capital simbólico, os líderes indígenas viram ampliar-se as possibilidades de ação, lançando bem-sucedidos ataques aos enfraquecidos e cambaleantes enclaves espanhóis e influenciando outras comunidades a enjeitarem suas antigas alianças com os espanhóis.

Para o bando espanhol, a morte do seu governador não era menos desprovida de significados. Embora imbricada em uma dinâmica fluida de guerra e povoamento, onde a hierarquia tornava-se por vezes difusa, o poder simbólico de uma sociedade política estruturalmente hierarquizada permeava o imaginário espanhol. O rei era o símbolo máximo de poder terrenal; os seus dignitários imediatos, por seu lado, constituíam uma rede dispersa de forças que remetiam ao poder da monarquia e unificavam o espraiado império em torno de um centro político simbólico⁴⁷⁹. Esse poder distante e fisicamente ausente era potencialmente representado por indivíduos específicos⁴⁸⁰, entre os quais os mais notórios eram os vice-reis e, espalhados pelos rincões fronteiriços, os governadores. Esses últimos, tais como os vice-reis acima deles, cumpriam uma função fulcral, como bem dimensionou Jaime Valenzuela Márquez: já que os reis estavam corporalmente ausentes, “[...] su lejanía lo obligaba a delegar una parte de sus poderes y de su

⁴⁷⁸ *Carta de Francisco de Quiñones a S. M. dando cuenta de su llegada al reino y pidiendo socorro para el ejército, Concepción, 15 de julio de 1599*, p. 114-119. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. V, 1961, p. 116. As cabeças capturadas em batalha tinham um importante papel político e sociocultural. É o que demonstram os historiadores Daniel Villar y Juan Francisco Jiménez, ao analisarem a importância simbólica do sacrifício, decapitação e circulação do crânio dos prisioneiros de guerra entre os reche-mapuche. Sobre a importância hierárquica do morto e a valorização simbólica dos seus restos mortais, concluem que “La importancia de la persona a quien había pertenecido potenciaba su eficacia comunicativa e incrementaba la posibilidad de lograr una movilización entre el círculo de aliados”: VILLAR, Daniel; FRANCISCO JIMÉNEZ, Juan. En lo alto de una pica: Manipulación ritual, transaccional y política de las cabezas de los vencidos en las fronteras indígenas de América meridional (Araucanía y las pampas, siglos XVI-XIX). *Indiana*, Berlín, v. 31, p. 351-376, 2014, p. 356-357.

⁴⁷⁹ Sobre essas características, ver o capítulo “*The Empires of a Composite Monarchy, 1521-1598: Problem or Solution?*” em YUN-CASALILLA, Bartolomé. *Iberian World Empires and the Globalization of Europa 1415-1668*. Sevilla: Palgrave Macmillan, 2019, p. 155-209.

⁴⁸⁰ Um interessante artigo sobre formas de representação do poder régio pode ser visto em RAMÍREZ BARRIOS, Julio Alberto. Mecanismos de persuasión del poder regio en indias: el recibimiento del sello real en la real audiencia y chancillería de Lima. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Debates*, p. 1-17, 2017.

‘presencia’ en ciertas autoridades que lo representaban a nivel local”⁴⁸¹. Pode-se então presumir que a morte de Óñez de Loyola tenha aparecido como um evento tenebroso e profundamente marcante para os já desfalecidos conquistadores e povoadores espanhóis. É interessante pontuar que, além da figura central do governador, outro punhado de lideranças, capitães e experientes soldados também acabaram encontrando a morte nessa mesma ocasião, como pontuava a carta de serviços de Francisco de Quiñones que, segundo testemunhara, conhecera a quase todos os capitães e soldados que morreram com o governador: “[...] eran de los más continuos e más granados que acudían a la guerra de este dicho reino, con cuya muerte quedó este reino tan falto de fuerzas que con facilidad se hizo el enemigo señor del campo e de las ciudades que quemó e asoló y el español sujeto e inferior en fuerzas [...]”⁴⁸². Imaginando o aspecto disruptivo do evento, como já mencionamos, o jesuíta Rosales chegou a enumerar diversos prenúncios místicos; uma forma de balizar Curalaba como um ponto fundamental de malogro e tragédia na história chilena⁴⁸³. Não tão inclinados à mística do acontecimento, os portentosos dignatários que formavam a Junta de Guerra percebiam igualmente a má sorte de ver perder-se assim um governador, assassinado e decapitado pelas mãos de indígenas inimigos: “han quedado aquellos bárbaros com tanta soberbia que se han atrevido a cercar a los españoles en sus fuertes y poblaciones, cosa que nunca intentaron”⁴⁸⁴. Era apenas uma meia verdade, pois se as revoltas destes grupos *de guerra* jamais haviam logrado uma subversão tão impactante da *Tierra de Guerra* espanhola, os indígenas não pestanejaram em ocasiões passadas quando o desejo de enxotar os espanhóis comungou com a oportunidade de fazê-lo. Assomava-se à dimensão trágica do acontecimento a já exposta desilusão tácita que os mais lúcidos viventes da guerra de Arauco demonstravam com relação a qualquer futuro sucesso retumbante em sua realização. O aspecto de desalento, adjunto a uma profunda sensação de perda territorial (uma subversão preponderante do domínio espacial efetivado até então), pode ser visto na carta escrita a Filipe III pelo cabildo de Santiago, datada de 30 de abril de 1599. Transcrevemos aqui uma longa passagem para melhor ponderar sobre as percepções hispânicas sobre as perdas espaciais e sobre a dimensão trágica que o documento demonstrava:

⁴⁸¹ VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. **Las liturgias del poder**. Celebraciones públicas y estrategias persuasivas en Chile Colonial (1609-1709). Santiago de Chile: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana / LOM Editores, 2001, p. 24.

⁴⁸² *Información hecha en la ciudad de la Concepción por orden del gobernador don Francisco de Quiñones sobre los servicios prestados por él y su hijo desde su llegada del Perú en la pacificación de Chile, 9 de diciembre de 1599*, p. 153-196. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. V, 1961, p. 170.

⁴⁸³ ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, t. II, 1878, p. 293-296.

⁴⁸⁴ *Los individuos de la Junta de Guerra, dan cuenta al Rey sobre la necesidad de enviar pronto socorro a Chile, 15 de mayo de 1603*. In: MCD, PARES, AGI, vol PATRONATO, 228, R.39, f. 1. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126158?nm>>. Acessado em: 26, fev. 2022.

Antes que sucediese la muerte del gobernador Martín García de Óñez de Loyola dimos aviso a Vuestra Majestad del estado de este reino y guerra y daño que evidentemente se esperaba recibir de enemigos que había seis años que debajo de nombre de amigos estaban tan abastecidos de armas, caballos, ganados y otros pertrechos de guerra que en la simulada paz con gran cuidado habían procurado y adquirido [...] aunque el gobernador no admitía lo que en esto se le decía [...] hasta que sucedió matarle y a todos los que con él estaban [...] El daño que después hemos recibido es como revelaba, perdiendo con algunos capitanes muchos soldados, habiéndonos acometido el enemigo casi a un mismo tiempo en las fronteras de la Imperial, Angol, Arauco y Santa Cruz y fuerte Jesús y de la Candelaria, sin otro fuertezulo de poca gente que estaban entre los indios de paz para asegurarlos y se han levantado y muerto la gente de ellos, de donde y las demás fronteras han tomado los enemigos muchas armas, caballos, gran suma de ganados y bastimentos, talando los campos y heredades, señoreándose de la campaña por la gran fuerza de caballería que tienen y de que usan con mucha destreza y nuevo modo de pelear que entre nosotros con nombre de amigos han aprendido⁴⁸⁵.

Às perdas e aos desastres narrados juntar-se-iam, como vimos, as destruições e os abandonos de Valdivia, Osorno, Imperial, Angol, Santa Cruz, Villarrica e Arauco, além da perda momentânea de Castro. Esse enxerto epistolar confirma as duas principais proposições supracitadas. Sobre Curalaba, o texto representava o evento como um ponto divisor da crise monumental que se avolumou, a ponto de ameaçar a segurança de toda a governação. O ônus recaía, segundo o cabildo, sobre os ombros do finado governador, que falhara em ouvir e ver os sinais da rebelião, abertos e evidentes. Sua morte significou o triunfo das forças rebeladas, apostas para subverter a dominação hispânica, adquirindo armas, mantimentos e fortalecendo suas posições, além de sublevarem os chamados “índios amigos”. Os índios de guerra haviam transformado praticamente todas as terras abaixo da linha do Biobío em ilhotas espanholas iminentemente ameaçadas pelas vigorosas ondas do mar de indígenas que as rodeavam. Sobre o contexto que levou ao descalabro, os *Vecinos* de Santiago fizeram questão de pontuar que o problema da guerra e do péssimo estado das forças de defesa no Chile não eram assuntos novos. A decadência histórica pela qual passou a incipiente colônia poderia ser melhor descrita como o *status quo* de um espaço que jamais conseguiu desvencilhar-se do flagelo da guerra e que encontrou nela seu mais aflitivo aguilhão. O cerco aos seus centros urbanos de domínio, o isolamento e queda de seus fortes espalhados e decrépitos, as constantes emboscadas às suas tropas

⁴⁸⁵ Carta del cabildo de Santiago a S. M. sobre el levantamiento de los indios de necesidad de situar pagas para el ejército, Santiago, 30 de abril de 1599, p. 90-93. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. V, 1961, p. 90-91.

e a total incapacidade de revolver o curso dos eventos com suas próprias forças significava que a ocupação espanhola seguia a passos largos para um profundo colapso da geografia ocupacional, bélica e econômica no Reino do Chile. Não era apenas uma perda fundamental da capacidade de dominar aos *de guerra*, era uma subversão completa à lógica imperante de superioridade ibérica frente aos povos do Novo Mundo. Era, igualmente, um dismantelo aparentemente inevitável da estrutura política-espacial, da conquista e das práticas de povoamento, fatores que se não totalmente impraticáveis naquelas circunstâncias, encontravam barreiras tão grandes para sua realização que indispunham outros espanhóis a tomarem o fardo hispânico de conquistar, pacificar e ocupar a *Tierra de Guerra* da antiga Nova Extremadura, ações preconizadas por Pedro de Valdivia quase seis décadas antes. Ponto fulcral da história daquelas terras, os conflitos hispano-mapuches ocorridas entre 1598 e 1604 marcaram a subversão da conquista espanhola por meio de uma guerra de (re)conquista indígena que reverberou por séculos como símbolo de força e poder entre as populações mapuches do sul do Chile. Em uma considerável iniciativa autóctone, como definiu sinteticamente Francis Goicovich, “La fragorosa geografía del sur estaba en manos de los reche-mapuches”⁴⁸⁶.

Pelos que revelam os testemunhos e relatos contemporâneos a tais acontecimentos, havia uma aparente atmosfera de triunfo e obstinação que permeava o imaginário e as ações indígenas, enquanto uma aura de colapso, medo e tensão era vívida e atuante entre os espanhóis e seus aliados. Quase que completamente, o empreendimento espacial espanhol foi varrido por longos anos, décadas e até séculos da *Tierra de Guerra* para além das ribeiras do Biobío, o novo rio-fronteira. Algumas localidades, como Villarica, experimentaram a solidão das ruínas e do despovoamento até quase o fim do século XIX (1883). Osorno foi refundada apenas em 1796, durante o governo de Ambrosio O’Higgins (1788-1796). Esses antigos assentamentos arruinados tornaram-se símbolos impávidos do fracasso da dominação hispânica, que até fins do século XVI tantos povos, territórios, riquezas e poder tinham trazido para o patrimônio dos reis de Castela. Eram a prova do fracasso das armas e da dinâmica governativa de variados governos espanhóis sobre o Chile, todos incapazes de obter a sonhada pacificação araucana. Ao mesmo tempo, os eventos de Curalaba e a consequente rebelião geral teriam sido inviáveis sem a capacidade responsiva dos grupos guerreiros araucanos à invasão espanhola e sem as adequações técnicas e socioculturais pelas quais passaram os mapuches. A capacidade de resistência estava especialmente ligada aos *lonkos* (líderes de linhagens e de grupos famílias, normalmente

⁴⁸⁶ GOICOVICH VIDELA, Francis. Alianzas geoétnicas en la segunda rebelión general: génesis y dinámica de los vutanmapus en el alzamiento de 1598. **Historia**, Santiago de Chile, v. I, n. 39, p. 93-154, enero-junio 2006, p. 137.

chamados de “caciques”), aos *ulmenes* (homens de destaque, chamados geralmente de “principais”) e aos *conas* (guerreiros com especial dedicação às atividades que envolviam as variadas formas de violência coletiva, também chamados de “mocetones”), liderados nos períodos de guerra por um *gran toqui* (líder com funções ritualísticas e militares, escolhidos entre os *principales* por suas capacidades, ancestralidade e demonstração de força e valor, também conhecido como *toqui general*). Nesse cenário, é defectível imaginar que uma sociedade que contava com uma camada de guerreiros dedicados com certa exclusividade às atividades bélicas⁴⁸⁷, adestrada nos usos da geografia da terra para resistir e atacar aos inimigos e possuindo uma considerável densidade demográfica fosse sobrepujada por recursos tão escassos em homens e iniciativas tão limitadas como as disponíveis e empregadas pelos conquistadores espanhóis.

O empenho dos índios de guerra era significativo, pois para perpetuar o enfrentamento aos seus adversários era necessário galvanizar outras *conas*, *ulmenes* e suas respectivas comunidades para o esforço de guerra. Nesse cenário, a desconfiança para com as propostas espanholas de pacificação era um catalizador, já que a captura de *piezas*, os deslocamentos populacionais e as duras imposições laborais eram feridas antigas e memoráveis entre os indígenas, persistentes e contínuas mesmo durante épocas de “paz”. Com isso, produzia-se um estado longo e intenso de animosidades, que atravessavam com vigor todos os grupos envolvidos nessas dinâmicas conflitivas. Em suma, os motivos para a resistência indígena geralmente expressos nas fontes eram: (1) a ordinária ação de vilipendiar os bens, as comunidades e as terras indígenas nas *entradas* periódicas que as hostes espanholas realizavam, fosse para conquistar, fosse apenas para rapinar; situações que acionavam, tendo em vista o legado sangrento e a sistematicidade dessas ações, o dispositivo cultural da vingança entre as populações nativas afetadas, elevando-a não mais ao plano ordenado da vendeta interétnica, mas a uma necessidade de retaliar e frear a invasão (*weichan*), mobilizando diferentes comunidades para resistir à ameaça que se assomava durante as “temporadas” de guerra; (2) o desenraizamento, expresso na migração forçada de comunidades “pacificadas”, no traslado dos indígenas capturados e vendidos como escravos e na subversão territorial de várias comunidades indígenas por meio de reduções, aldeamentos ou missões, formando os *pueblos de indios*, separando essas populações de sua terra e ocasionando a perda de sua ligação com os dois eixos mais fundamentais de suas vidas, o laço imemorial com a comunidade e com a família à qual pertenciam e a relação com a terra da qual provinham e na qual viviam, prenhe de seus significados espirituais; (3) e a necessidade de opor-se a tais impropérios que, para os *indios rebelados*, estavam bem manifestos na ganância

⁴⁸⁷ BOCCARA, Guillaume. **Los Vencedores**. Historia del Pueblo Mapuche en la Época Colonial. San Pedro de Atacama: Línea Editorial IIAM, Ocho Libros Editores LTDA, 2009, p. 130.

huinca por ouro e na imposição dos trabalhos compulsórios, ambos profundamente indesejados, combatidos e detratados pela maioria dos *principales da tierra* que se propunham a tratar com os espanhóis.

A disseminação da violência trazida pela conquista espanhola e o desafio que ela representava para as comunidades indígenas autônomas acelerou a roda das mudanças, obrigando-as a recorrer a seu arcabouço bélico-cultural; a mobilização perene dos guerreiros nas vendetas, *malocas* e no *weichan*, a educação e especialização dos homens nas coisas da guerra e, não menos importante, a construção de alianças geográfica com grupos de estreiteza étnica foram respostas indígenas à invasão de suas terras. O padre Luis de Valdivia destacara, ainda em 1605, que havia uma divisão cada vez mais marcante entre alguns *principales* indígenas, denominados por ele de *toquiconas*, “[...] que son capitanes unos de a cavalo y otros de ynfanteria”⁴⁸⁸, e que se contavam em dez, para cada metade de uma *regua*, o que, deduz-se, significava uma acentuada especialização de certos indivíduos em diferentes armas de combate, sobretudo em papéis destacados de liderança e instrução, imprescindíveis para aperfeiçoar os demais indígenas mobilizados e dirigi-los em ação nas épocas de guerra aberta. Constituíam-se, gradualmente, alteridades cada vez mais destacada: o reche-mapuche e o *huinca* espanhol, o *indio de guerra* e o *amigo*. O aprofundamento das diferenças e a intensificação dos embates levavam não apenas à generalização da violência coletiva em grande escala, mas ao seu enraizamento como condição sociocultural para manutenção de um modo de vida relativamente independente e autônomo entre os indígenas. Dessa necessidade última de resistir, e da retroalimentação dos motivos para a guerra generalizada, já que tais fatores assumiam uma periodicidade e ocorrência cíclicas, provinham a não cessação dos conflitos, sua perpetuação ilimitada e o furor indígena em contrapor-se à destruição derradeira de seus vínculos com a família, com a comunidade e com a terra. Um adendo faz-se necessário: A própria estruturação da experiência colonial era um convite aberto para a guerra entre espanhóis e mapuches.

O *ulmen* que convoca aos demais a proclamarem a rebelião (cujo arauto seria a cabeça decapitada do governador espanhol⁴⁸⁹), via na batalha um mecanismo de contrapor-se à presença dos *huincas* e de seus desmandos nos seus territórios. Tornado *toqui*, sua missão consistia em reunir a maior quantidade possível de *rewes* junto ao seu esforço de guerra. Entre fins do século XVI e meados do XVII, essas associações foram os embriões dos *vutanmapus* mapuches

⁴⁸⁸ *Memoria como se ha de entender las provisiones de los indios de Chile y algunos tratos particulares que entre ellos tienen [...], 1605*, p. 59. In: PHM, 2015, p. 59.

⁴⁸⁹ GOICOVICH VIDELA, Francis. Un sistema de equivalencias: el ritual del sacrificio en la cultura reche-mapuche de tiempos coloniales (siglos XVI y XVII). *Historia*, Santiago de Chile, v. II, n. 51, p. 423-454, jul./dic. 2018.

(inicialmente três e posteriormente quatro), as grandes alianças interprovinciais que, como mencionamos, prosperaram e se consolidaram nos demais séculos coloniais⁴⁹⁰. Além do mais, os indígenas viam nos conflitos uma maneira de obter duas formas distintas, mas correlatas de poder: o poder simbólico do guerreiro e do líder guerreiro vitorioso, que adicionava ao seu cabedal os elementos simbólicos de sua vitória (os crânios, armas, mulheres e bens dos derrotados); e o poder econômicos dos produtos, objetos, semoventes e humanos capturados, que iriam em breve tornar-se o bem mais premente de uma sociedade que transitaria parcialmente da horticultura e coleta para a pecuária extensiva e o comércio. O vigor dos guerreiros araucanos em fins do século XVI é atestado também nos cantos poéticos, nos relatórios oficiais, nas crônicas e nas memórias dos soldados espanhóis. Seu ímpeto, sua capacidade de adaptação e sua habilidade de constituir alianças com outras comunidades culturalmente aparentadas deram-lhe vantagens consideráveis. Dentre estes “rebelados”, alguns espanhóis, como Saavedra, gostavam de destacar o papel fundamental de algumas províncias indígenas, como a de Purén, cuja belicosidade e ímpeto indígena ultrapassava a média das demais, ao menos no imaginário e na memória histórica dos seus inimigos: “Son los purenes gente belicosa, Y cabeza de todos los chilcanos, En una gran laguna cenagosa, Viven toda cercada de pantanos: Han gozado de vida licenciosa, Sin haber tributado a los hispanos; Arauco y Tucapel se les sujetan, Y las demás provincias les respetan”⁴⁹¹, cantava os versos do *Purén Indómito*.

O triunfo indígena insurgia-se ante à proposta subjugante de territorialização bélica dos espanhóis. Para isso, os mapuches necessitaram readaptar sua cultura bélica. Essas adaptações, por sua vez, contribuíram para transformações graduais nessa cultura indígena, que possuía como trunfo “[...] un sistema de pensamiento que integra la innovación y el cambio sin perder su coherencia”⁴⁹². Escrevendo em 1605 (já saído do seu primeiro encargo de governador do Chile), após os anos de derrotas críticas, vexações e lentas recuperações da Grande Rebelião (1598-1604), Alonso de Ribera relatava ao rei “[...] cuan soberbios y armados estaban estos enemigos y como poseían gran cantidad de caballos de los que habían quitado a los españoles

⁴⁹⁰ ZAVALA CEPEDA, José Manuel. **Los mapuches del siglo XVIII**. Dinámicas interétnicas y estrategias de resistencia. Temuco: Ediciones Universidad Católica de Temuco, 2009, p. 265, identifica quatro *vutanmapus* no século XVIII, um acréscimo de um, quando comparado ao século precedente. Tratava-se do *vutanmapu* da cordilheira andina. Os quatro *vutanmapus* eram *Pire-vutanmapu* (Andes), *Inapire-vutanmapu* (pré-cordilheira), *Ragitun lefün-vutanmapu* (planalto interior) e *Lafquen-vutanmapu* (planície costeira). Sobre as alianças étnico-espaciais com intuítos bélicos durante a rebelião de 1598-1604, ver GOICOVICH VIDELA, Francis. Alianzas geoétnicas en la segunda rebelión general: génesis y dinámica de los vutanmapus en el alzamiento de 1598. **Historia**, Santiago de Chile, v. I, n. 39, p. 93-154, enero-junio 2006.

⁴⁹¹ BARROS ARANA, Diego (ed.). **Purén Indómito**. Poema por el capitán Fernando Alvarez de Toledo. Leipzig: Franck-Verdags-Buchnanlung (Imp. de Bar & Hermann), 1862, p. 2.

⁴⁹² [...]”⁴⁹² ZAVALA CEPEDA, José Manuel. **Los mapuches del siglo XVIII**. Dinámicas interétnicas y estrategias de resistencia. Temuco: Ediciones Universidad Católica de Temuco, 2009, p. 60.

desde Osorno hasta Maule”⁴⁹³, aumentando bastante o número de montarias e de animais de criação às fileiras da cavalaria indígena. Alguns anos antes, o governador Francisco de Quiñones já se queixava de que a sua gente de guerra nas fronteiras estava a pé, “[...] que es el mayor inconveniente y flaqueza desta guerra y la principal ventaja de que los indios se aprovechan y hacen demonstración com dos y três mil caballos de lanza y adarga, muy diestros y ejercitados, haciendo com ellos assaltos [...]”⁴⁹⁴. Já na entrada do novo século, em meio a uma guerra cruenta de encontros constantes, a cavalgadura estava amplamente disseminada entre os “rebelados” da *Tierra de Guerra*, tanto em virtude dos roubos generalizados das *estancias*, *haciendas* e *fuertes* espanhóis, como da reprodução dos animais anteriormente capturados⁴⁹⁵. González de Nájera (1614), um ferrenho detrator dos índios de guerra, acabou por reconhecer que a vantagem bélicas que tinham os espanhóis, a qualidade das armas e a sua cavalaria, agora tornavam-se cada vez mais obsoletas, pois os *de guerra* estavam muito seguros de suas vitórias e não temiam perder em batalha, “[...] porque han llegado a ser tan soldados que aún con hallarse señores de la campaña, a causa de ser inferiores en número de caballería, no pelean con los nuestros donde esté dudosa su ganancia [...] sino cuando ven [...] muy clara y conocida la ventaja”⁴⁹⁶. Especialização guerreira, adaptabilidade, resiliência tática, remodelamento técnico e incorporação cultural das armas do inimigo foram aspectos fundamentais para a perpetuidade da resistência araucana. Em breve, a maior parte das forças mapuches estariam repousadas sobre o dorso de portentosos corcéis, roubados ou comercializados com o campo espanhol.

Para seu sucesso, os indígenas tiveram que recorrer não apenas às novas formas ofensivas, pois embora efetivas, eram corriqueiramente mais arriscadas e penosas. Por isso produziram, à semelhança dos fortes espanhóis, mas sobretudo retomando as já conhecidas técnicas de construção e fortificação incas, um eficiente sistema defensivo de *pukaras*. Suas fortificações estavam localizadas geralmente em lugares de difícil acesso, construídas em madeira no meio de densas florestas ou em altos montes, nas quais guardavam mantimentos e armas, usando-as principalmente em momentos desfavoráveis, como quando grandes forças espanholas ou grupos indígenas inimigos vinham atacar e maloquear suas terras, sendo capazes de defendê-las com diminutos números. Francisco Núñez de Pineda y Bascuñán, autor de *Cautiverio Feliz*

⁴⁹³ Carta de Alonso de Ribera a su Majestad, Colina, 18 de septiembre de 1605, p. 559-574. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982, p. 561.

⁴⁹⁴ Carta de Francisco de Quiñones a S. M. dando cuenta de su llegada al reino y pidiendo socorro para el ejército, Concepción, 15 de julio de 1599, p.114-119. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. V, 1961, p. 116.

⁴⁹⁵ MITCHELL, Peter. **Horse Nations**. The Worldwide Impact of the Horse on Indigenous Societies Post-1492. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 253-301.

⁴⁹⁶ GONZÁLEZ DE NÁJERA, Alonso. **Desengaño y Reparó de la Guerra del Reino de Chile**. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889, p. 97.

(1673), conheceu-as bem, pois, segundo contou em seu texto, ele precisou esconder-se temporariamente em uma delas, sob ordens de seu senhor Maulicán, para escapar de uma tentativa dos caciques da Cordilheira de capturarem-no. O então cativo español definiu-as da seguinte forma: “Este ranchuelo y otros [...] tenían los más fronterizos en quebradas y montes ásperos e inexpugnables, adonde en tiempo de verano y de alborotos de armas se recogían a dormir las noches, temerosos de las malocas continuas con que eran molestados”⁴⁹⁷. Eram adaptações arquitetônicas à natureza e à geografia do espaço, elementos que, reconheciam os espanhóis, operavam quase sempre em benefício dos índios de guerra. Os índios amigos também recorriam à defesa e à proteção dos forte, embora esses fossem fortes hispânicos, aos quais achegavam-se algumas populações ditas *reducidas*, como sugeria dom Olaverria, em seu extenso informe das coisas do Chile, em 1594, ao citar a situação dos aliados nativos nas imediações de La Imperial: “Están todos los indios que sirven a La Imperial reducidos en reductos y fuertes de empalizadas y canas, fosadas y así se pueden sustentar de los ímpetus de los contrários, aunque costándole [...] muchas muertes y perdidas de sus mujeres y hijos y haciendas [...]”⁴⁹⁸. Não contavam, portanto, com a mesma potencialidade defensiva dos seus pares *de guerra*, que optavam por construir seus baluartes em locais menos vulneráveis. Por isso, os *amigos* necessitavam não raro do apoio das tropas espanholas na defesa de suas terras e comunidades das *malocas* dos inimigos.

Essas fortalezas já eram comuns no século XVI, sendo amplamente utilizadas na Araucanía; inclusive, possibilitando algumas vitórias importantes para os índios de guerra, como a que narrou Rodrigo de Quiroga em carta ao rei, onde criticava as desventuras decisórias e o manejo da guerra do presidente da Real Audiência, Melchor Bravo de Saraiva. Uma das piores derrotas bélicas espanholas ocorreu no idos de 1569, ano no qual, sob ordens do dito presidente, o capitão dom Miguel de Velasco atacou um *pukara* muito bem defendido nas serras de Catiray (evento geralmente referido como “desastre de Mareguano”), sendo fragorosamente derrotado e perdendo nada mais que cinquenta homens, segundo as contas de Quiroga. Os sobreviventes foram salvos da aniquilação pela retaguarda hispânica sob ordens de Martín Ruiz de Gamboa que, em seu juízo da situação, era contrário ao sítio. “El lugar donde este fuerte estaba es muy áspero de breñas y con fragosas montañas y tan fortalecido de su natura y tan oportuno para los

⁴⁹⁷ PINEDA Y BASCUÑAN, Francisco Núñez de. **Cautiverio Feliz, y razón de las guerras dilatadas en Chile**. In: CHCh, t. III., 1863, p.146.

⁴⁹⁸ *Informe de don Miguel de Olaverria sobre el reino de Chile, sus indios y sus guerras*, 1594, p. 390-422. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. IV, 1960, p. 393.

indios que con gran facilidad y muy seguro podían y pueden en él ofender y defenderse”⁴⁹⁹, concluía Quiroga, deixando a sugerir que a vantagem geográfica era intensificada, por um lado, pela boa gestão e manejo do espaço bélico pelos nativos, e por outro, pela inépcia de certos capitães e oficiais no desenvolvimento das campanhas. Essa perícia espacial foi igualmente constatada pelo jesuíta Ovalle, segundo o qual os planos de combate indígenas eram sempre concebidos adjuntos a uma rota estratégica de fuga, possibilitando, em caso de derrota, “[...] la retirada a pantanos y lagunas donde están más defendidos que en el más fuerte castillo”⁵⁰⁰. Os indígenas, muito espertos e habilidosos, aprenderam desde cedo a fazer de suas terras, do relevo, vegetação e hidrografia delas, uma *fortaleza*, como considerou-a González de Nájera, que enumerou entre os motivos das derrotas e da longa duração da guerra de Arauco o “fator espacial”, que nada mais era que a engenhosidade indígena para se beneficiar geograficamente de posições defensivas e da inexpugnabilidade de certos terrenos:

[...] es tan grande la seguridad que tienen los indios, hallándose en la aspereza de su tierra [...] tan seguros de nuestra gente y mosquete, como si estuvieran en las nubes; y aún muchas veces marcha nuestro campo por tales partes [...] dejan caer los enemigos grandes piedras y gruesos troncos de árboles [...] donde matan y quiebran piernas a soldados y caballos [...] Es tan grande esta ventaja que digo nos tienen los indios en aquella guerra, que aunque me quedan por referir otras muchas, no hay ninguna que llegue a lo grande y contraria que es esta de la fortaleza de su tierra⁵⁰¹.

Son más fuertes que los castillos y ciudades del mundo, dizia Nájera, chegando à desesperançosa conclusão de que seria impossível para os espanhóis conquistar e dominar completamente a essa terra enquanto os seus habitantes originários a dominassem, pois a fortaleza da terra, a ver, a sua geografia e os usos que dela faziam os indígenas, tornavam a missão simplesmente irrealizável, requerendo, antes, a expulsão, aniquilação ou total submissão das forças nativas, que então deveriam ser retiradas de seu trunfo (*a fortaleza de su tierra*) para que não mais prevalecessem contra os espanhóis com seus subterfúgios e com sua dinâmica bélico-geográfica peculiar. Obviamente, havia exageração na afirmação do soldado-cronista, pois se existia um claro favorecimento do terreno para o esforço de guerra araucano, os trunfos eram mais em razão da adaptabilidade do que do espaço propriamente dito, uma entidade inanimada

⁴⁹⁹ Carta de Rodrigo de Quiroga a S. M. formulando críticas al sistema de guerra de Bravo de Saraiva, 30 de junio de 1569, p. 227-229. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. II, 1956, p. 228.

⁵⁰⁰ OVALLE, Alonso de. *Histórica Relación del Reyno de Chile*. Roma: Francisco Caballo, 1646, p. 87.

⁵⁰¹ GONZÁLEZ DE NÁJERA, Alonso. *Desengaño y Reparó de la Guerra del Reino de Chile*. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889, p. 88.

que nada operava se não pela engenhosidade dos seus ocupantes; no entanto, era forçoso para o soldado espanhol diminuir os méritos dos seus inimigos que, como já vimos, considerava serem selvagens de inferior qualidade humana. No entanto, Nájera deixava entrevê implicitamente que a superioridade bélica no começo do século XVII repousava completamente sobre o colo dos índios de guerra, em grande parte devido à capacidade singular destes de se adaptarem às eventualidades do meio ambiente e da topografia da *Tierra de Guerra*, usando-a com engenho, técnica e resiliência como meio de resistência contra as forças espanholas e contra comunidades indígenas inimigas. A guerra, portanto, gerava metamorfoses tanto sobre o território de conquista espanhol quanto sobre as territorialidades de vida indígenas.

A resposta espanhola ao desafio araucano tornou-se uma conjunção do possível com o improvisado: despachou-se um militar profissional para gerir o Reino, além de soldados e recursos, que continuaram a fluir em ritmo e qualidade irregulares durante todo o restante do século, sem nunca alcançar o objetivo cabal da derrota e submissão dos inimigos. O primeiro governo de Alonso de Ribera (1601-1605) pôs termos à grande rebelião, construindo uma estrutura bélica na nova fronteira de guerra do Biobío, ao custo de um abandono temporário da maior parte dos territórios ao sul dali. Novo *limes*, mesma *Tierra de Guerra*. O final de seu governo foi um sucesso parcial, como descrevera o padre Luis de Valdivia, o futuro campeão da guerra defensiva:

[...] porque es el capitán de mayor comprensión y suficiencia que ha entrado por aquella guerra, y que era ya tan señor della, y tenía tan amedrentado al enemigo que temblaba toda la tierra del [...] en 4 años que gobernó hallado a todo Chile desde Maule alzado, tenía por la costa conquistadas 52 leguas de las mejores provincias de Maule hasta Paicaví [...] y la soldadesca toda, y la milicia tan disciplinada [...] ⁵⁰².

A estima do voluntarioso padre pelo capitão, no entanto, nublava uma complexidade mais difícil que a representada. As cidades perdidas não foram repovoadas, as centenas de mulheres e crianças capturadas permaneciam em cativeiros (e muitas permaneceriam até o fim de seus dias) e as forças fronteiriças eram quantitativa e qualitativamente insuficientes para levar a cabo uma pacificação geral. Ainda assim, os piores dias da grande rebelião haviam passado, e os espanhóis agora eram capazes de parar ou ao menos de segurar os avanços massivos das tropas indígenas na margem norte do Biobío e nos vales que levavam ao Chile central. Mas os

⁵⁰² *Padre Luis de Valdivia: guerra de Chile, Lima, 4 de enero de 1607*. MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 229, R.2, f. 7. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126179?nm>>. Acessado em: 02, ago. 2021.

ânimos não se arrefeceram por completo, embora canais de negociação e diplomacia tivessem sido abertos. Requisições por autonomia e liberdade também eram comuns nas recorrentes discussões entre as partes. Em 1605, Alonso García de Ramon, com a ajuda do jesuíta Luis de Valdivia, realizou uma série de Parlamentos fronteiriços (Concepción, Paicaví, Lebu, Arauco, Santa Fe, Yumbel e Rere) buscando alcançar um termo para o fim da grande insurreição, prática já iniciada por seu antecessor, Alonso de Ribera, que a despeito dos seus posicionamentos belicistas, via nas negociações uma outra maneira de alcançar seus objetivos estratégicos. Durante o Parlamento de Arauco, relatou-se que os indígenas atribuíam suas ações às degradantes práticas dos espanhóis em suas terras, que consistiam em “[...] tomarles sus mujeres hijos e hijas para el servicio personal de sus casas y haciendo sin paga ni premio y hacerles trabajar así en esto como en sacar oro desde que salía el luzero hasta dos horas de la noche”⁵⁰³. A solução encontrada pelos indígenas foi a mobilização para “[...] hechar deste reyno a todos los españoles y no parar hasta Castilla si pudiere hasta vengarse [...]”⁵⁰⁴. Enquanto isso, embora os novos planos de defesa e fortificação tivessem paulatinamente surtindo efeito, não houve trégua duradoura. Além do mais, havia informações da presença de estrangeiros margeando as praias e portos ibéricos do Mar do Sul. Esses eventos aumentavam os temores das autoridades locais, como o expressava o vice-rei Monterrey que escrevera ao rei contando de uma suposta armada avistada pelo “[...] gobernador [...] de la provincia de Buenos Ayres em cuyo puerto havia llegado nueva de venir a aquella costa una escuadra de navios de corsario com determinación de hacer ali algunos danos”⁵⁰⁵. Como relatava o preocupado vice-rei, a ação acintosa dos corsários poderia desencadear facilmente outra expedição de pilhagem, sequestro ou até mesmo de ocupação na costa oeste do Pacífico, apresentando uma ameaça direta ao Chile e ao Peru se tais navios lograssem cruzar o Estreito e fixar-se em algum porto. A situação espanhola era reconhecidamente frágil, como demonstramos mais acima. O furor da rebelião indígena encontrou um Reino estruturalmente enfraquecido e alquebrado, desprovido de mecanismos firmes e sustentáveis de preservação, defesa e expansão. A sensação de vulnerabilidade e os desastres levaram os agentes do domínio hispânico a repensarem a estrutura fronteiriça, os métodos de guerra e as formas de conquista, pacificação e anexação dos espaços abaixo da linha do Biobío.

⁵⁰³ *Parlamentos de Concepción, Paicaví, Lebu, Arauco, Santa Fe, Yumbel y Rere de 1605*, p. 47-59. In: PHM, 2015, p. 53.

⁵⁰⁴ *Ibid.*, p. 53.

⁵⁰⁵ *Virrey del Perú, Conde de Monterrey, avisa a Su Majestad del estado de la guerra del reino de Chile, 1605*. MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 228, R. 47, f. 3. . <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126166?nm>>. Acessado em: 26, nov. 2022.

São essas novas propostas de manejo da *Tierra de Guerra*, as políticas territoriais e a reorganização das fronteiras os próximos tópicos do nosso estudo.

CAPÍTULO III - ENTRE A GUERRA GERAL E A PACIFICAÇÃO GENTÍLICA: PROPOSTAS E POLÍTICAS PARA PACIFICAR, SUBMETTER E DOMINAR A TIERRA DE GUERRA

Arranjos e desarranjos: como subverter a Tierra de Guerra?

Em uma carta escrita ao vice-rei do Peru, o recém-chegado governador do Chile, Alonso de Ribera, fazia um curto e angustiado relato da sua visão da *Tierra de Guerra*. Transpareciam, em suas palavras, uma concepção disseminada entre todos aqueles sobre os quais recaíam cargos de liderança na guerra de Arauco. Sua narrativa mostrava a insólita situação do conflito até aquele momento. Os arredores de Concepción, onde estava, ainda não se encontravam assegurados. Índios de guerra percorriam os campos quase impunemente, e Chillán chegara muito próxima de cair sob o ataque sumário desses grupos, apenas alguns meses antes. Caso Chillán fosse destruída, ou se ela e Concepción caíssem, a próxima rota natural do levante seria Santiago, rodeada por uma comunidade indígena aparentemente pacificada. Caso a rebelião se espalhasse, estes *pueblos de indios* amigos e encomendados continuariam a servir fielmente aos espanhóis? Ou, o que os conquistadores consideravam uma “natureza volátil” faria insurgir também à essas populações dominadas? Não se sabia quais cidades sitiadas ainda estavam de pé, ou quais já se deitavam sob o implacável sepulcro araucano. Porém, como soldado experiente e militar competente, Ribeira não deixava de vangloriar-se dos seus imberbes trabalhos no Chile, afirmando que estava “[...] sacando fuerzas de la mucha flaqueza que esta tierra tiene”⁵⁰⁶. Neste momento (1601), uma ideia ainda turva começava a delinear-se no plano de guerra de Ribera, uma ideia que seria seguidamente gestada, repensada, teorizada e, como haveria de ser no que diz respeito a quase todos os grandes projetos bélicos no Chile, parcialmente implementada. Tratava-se de uma política de guerra e de controle territorial que envolvia o imperativo asseguramento dos meandros do rio Biobío, atravessada por uma miríade de elementos correlatos: fortificação, conquista, escravização, povoamento, evangelização etc. Não obstante, tal política não era única, nem sequer era completamente original ou consensual. Diversos outros indivíduos e grupos gestavam, a partir de seus arcabouços experienciais e teóricos, multifacetadas propostas para pôr fim à guerra e implementar o *buen gobierno*, pacificando o *Flandes Indiano*.

⁵⁰⁶ Copia de carta que el Gobernador de Chile Alonso de Rivera escribió al Virrey del Perú, Santiago, 25 de junio de 1601, p. 93-94. In: CDHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982, p. 94.

Falar em pacificação no Reino do Chile no começo do século XVII nos remete irremediavelmente aos jesuítas, encabeçados pelo seu mais famoso expoente, o padre Luis de Valdivia, sobre o qual tanto já foi escrito. De fato, essa análise não pode deixar de atravessar as concepções oriundas da Companhia de Jesus e do seu mais célebre integrante no reino. No entanto, para além das visões do militar conquistador e do jesuíta missionário, uma série de escritos e testemunhos apareceram como “lições”, “análises” e “tratados” sobre a guerra de Arauco e sobre as melhores formas de colocar um termo à guerra neste espaço conflitivo que tanto minara as potencialidades exploratórias e expansivas dos espanhóis do Reino de Chile. É na intersecção entre cada uma dessas propostas e as disposições e ordenanças régias que se formou um novo conjunto de práticas, no nível ideológico, para tratar da guerra e do indígena tido como “rebelado”. Falamos de um nível “ideológico” por tratar-se de um espaço mais especulativo, abstrato e propositivo, embora não possamos ignorar a implementação prática de algumas dessas medidas. Adiantando-nos um pouco, é premente afirmar que desses conjuntos propositivos, as visões jesuíticas e belicistas, sobretudo a encabeçada por Ribera, foram as que mais convergiram para a formação de um novo conjunto de relações no trato entre espanhóis e reche-mapuches, chamadas por algumas vertentes historiográficas de “relações fronteiriças”. Não seguiremos integralmente na mesma proposição, mas é mister assegurar que novas relações com o espaço e com seus habitantes foram tecidas nessa conjuntura, e que mudanças fundamentais para os futuros desdobramentos históricos foram urdidas, levando à reordenação de certas fronteiras nas *tierras de guerra*. Por hora, guardemos as polêmicas e os desdobramentos teóricos que o termo “Fronteira” carrega.

Quando falamos dos resultados da implementação de concepções ideológicas, falamos especificamente em propostas de como lidar com o espaço e com os grupos humanos que o habitavam. Não obstante, há outro fator tão importante quanto, quando falamos de situações semelhantes à guerra de Arauco. Trata-se do que poderíamos definir como “cotidiano”, “necessidades práticas” ou ainda “ações pragmáticas”; em suma, tratava-se de um conjunto variado de práticas, relações e perspectivas que, transgredindo ou convergindo com as ideias e concepções políticas, militares e teológicas discutidas e aceitadas, eram tão importantes quanto estas no desenvolvimento histórico das relações entre o lado espanhol e indígena e na formação histórica das fronteiras e da própria *Tierra de Guerra*. Fazemos relação com a análise da historiadora Tamar Herzog, sobre a importância de ponderar os agentes locais, as adversidades econômicas, geográficas e políticas das populações fronteiriças e as dinâmicas de poder inerentes ao intrincado xadrez espacial das fronteiras. Como ela bem ressaltou, as fronteiras não são dados naturais, ou configurações simplesmente virtuais, definidas por esquemas cartográficos

e por intrigas políticas distantes. Todavia, são antes e a despeito disso, “[...] o resultado final de processos complexos de apropriação desenvolvidos por centenas de indivíduos em milhares de interações diárias”⁵⁰⁷. Assim, as ideias trazidas por sacerdotes, novos comandantes militares e burocratas eram frontalmente confrontadas, não raramente, por práticas cotidianas, por interações intra e interétnicas e pelas necessidades socioeconômicas vivenciadas pelas populações que despendiam suas vidas na dianteira ou nas áreas circunvizinhas afetadas de várias formas pelos conflitos. Por ora, um exemplo significativo será suficiente para elucidar o supradito.

Vejamos a ordenança de Felipe III, datada de 8 de dezembro de 1611, que tratava sobre o começo da guerra defensiva. Após uma série de recomendações quanto à disposição de forças, à organização militar e à iniciativa bélica, o rei finalizou o documento estabelecendo o padre Valdivia como principal cabeça da política de pacificação e prometendo aos índios, de guerra ou pacificados, “[...] que les cumplirá lo que de mi parte le ofreciere sobre su buen tratamiento y aliviarlos de los servicios personales y los demás acuerdos que se tomaren”⁵⁰⁸. Tratava-se de uma tentativa de substituir as relações conflitivas de então, assegurando uma política de rejeição à conquista militar como principal arma de domínio. O Exército Real fronteiriço teria uma função sobretudo defensiva, pautada na garantia da vida dos espanhóis e dos índios amigos e na dissuasão de novas rebeliões. É nesse momento que as necessidades cotidianas e ações práticas divergiam da proposta do jesuíta, visto que a guerra ocupava um importante lugar nos intercâmbios de uma economia local corriqueiramente arquejante. Anos depois, foi o padre Rosales, imbuído de uma posição ideológica contrafeita à ação injustificada das armas e à imposição dos serviços pessoais e da escravidão indígena e, baseando-se, claro, nas próprias discussões e preocupações que continuavam a pulular no Chile enquanto escrevia seu *Flandes Indiano* (entre a sexta e sétima décadas do século XVII), que descreveu as asseverações de *encomenderos* e beneficiários das *mitas* com o endurecimento das obrigações relacionadas ao uso e dispêndio dos serviços pessoais indígenas. Alinhado a esses estava parte da camada militar espanhola na Araucanía, sobretudo na figura dos soldados e capitães, que deliberavam “se habían de hacer la guerra defensiva o no, queriendo no perder los provechos del pillaje de la guerra ofensiva y las malocas [...] haciéndose agoreros y adivinos de las calamidades y desdichas que habían de venir [...] como si con ella hubiera medrado algo en sesenta años”⁵⁰⁹.

⁵⁰⁷ HERZOG, Tamar. *Fronteiras da Posse: Portugal e Espanha na Europa e na América*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, p. 26.

⁵⁰⁸ *Real cédula sobre las cosas de la guerra de Chile*, p. 264-268. In: HFPCh, t. I, 1846, p. 268.

⁵⁰⁹ ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. *Flandes Indiano*. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, t. II, 1878, p. 568.

De fato, o fim da guerra ofensiva *a fuego y sangre* ou sua resolução não eram elementos contemplados em sua totalidade por tais personagens. Ao menos, não nos termos da guerra defensiva instaurada por Felipe III e preconizada pelo padre Luis de Valdivia. Contra a proposta de pacificação, portanto, levantavam-se as barreiras locais, as necessidades e expectativas socioeconômicas, as práticas de aprisionamento de *piezas* escravizadas em *entradas* e *malones* e as conseqüentes demandas de um ascendente mercado escravagista⁵¹⁰. Essas práticas comumente pesaram e influenciaram a dinâmicas das políticas desenvolvidas para a resolução da guerra no Chile e, em conjunto com as concepções teóricas de como lidar com o espaço, foram determinantes na estabilização do conflito e no desembocar processual dos eventos históricos que se sucederam ao levante reche-mapuche.

Este capítulo, portanto, objetiva desvelar algumas propostas que foram pensadas como ferramentas de supressão das guerras, como instrumento de submissão total ou parcial dos indígenas e como formas de produção de uma espacialidade de fronteira, assentada na necessidade de reverter o colapso espanhol na *Tierra de Guerra* ocorrido entre 1598 e 1604. Para isso, analisaremos alguns textos bem conhecidos, como *Desengaño y Reparación de la Guerra*, de González de Nájera, e o icônico ensaio de Melchor Calderón sobre os motivos para legitimar a escravidão dos indígenas rebelados capturados nas zonas de guerra. Veremos as cartas de Luis de Valdivia, e sua concepção de guerra defensiva, que perpassava igualmente os trabalhos de alguns de seus congêneres, como Alonso de Ovalle e Diego de Rosales. Veremos como a proposta bélica não era unívoca, por exemplo, nas diferenças entre as ideias de guerra e ocupação espacial que bem cedo se estabeleceram entre Alonso de Ribera e Alonso García Ramón, que após a saída de Ribeira (1605), ocuparia novamente o cargo de governador, desta vez, de forma interina. Pairando sobre essas visões, observaremos como algumas cédulas reais lançavam uma perspectiva por vezes paradoxal e conflitante de como gerir a guerra e de como dominar os “*naturales*” recalcitrantes. Ergue-se, portanto, o imperativo de percorrer a documentação

⁵¹⁰ Destaco aqui as palavras do historiador Jaime Valenzuela Márquez: “La guerra, por lo tanto, se transformó en algo lucrativo para todos: por un lado, se erigía como un mercado fundamental para los agricultores del valle central que alimentaban a los soldados de la frontera; por otro, una fuente de *piezas* indígenas, capturadas y esclavizadas, cuya venta beneficiaba a los soldados y procuraba mano de obra a aquellos terratenientes”: VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. Revisitando el “indigenismo” jesuita: en torno a los “bárbaros” de Arauco, la guerra y la esclavitud mapuche en el siglo XVII. In: CHAMORRO, Graciela; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira; BARROS GONÇALVES, Carlos (org.). **Fronteiras e Identidades: encontros e desencontros entre Povos Indígenas e Missões Religiosas**. São Bernardo do Campo: Nhaduti Editora, 2011, p. 71. Uma situação correlata é analisada em CONTRERAS CRUCES, Hugo. Como una guerra contra Santiago. Las licencias invernales de los soldados del Real Ejército de la frontera y su impacto en Chile Central, 1602-1655. **Cuadernos de Historia**, Santiago, v. 50, p. 43-74, junio 2019. O autor constatou o péssimo estado dos soldados araucanos e a insuficiência do soldo, o que geralmente se degenerava em práticas violentas de obtenção de recursos, fosse ao sul do Biobío, nas *capeadas* de verão, fosse em outras áreas, nos saques a comunidades indígenas aliadas e a estâncias e fazendas espanholas, ocorridas com as saídas motivadas por licenças ou deserções.

procurando os mais preponderantes indícios sobre ideações e deliberações referentes à mais viável e exequível forma de lidar com os conflitos, com as populações e com os espaços na terra de guerra. Em paralelo, resta-nos, como já sugerido, analisar essas propostas à luz de seus desdobramentos *in loco*, confrontadas com as adversidades do cotidiano colonial e com as férreas necessidades ou anseios das populações que mais fortemente vivenciavam a guerra e todas as suas facetas.

Fronteira e fronteiras: uma análise do termo à luz das fontes

Fronteira é um conceito de muitas facetas. A discussão desse termo perpassa a necessidade de aceitar que, não obstante outros desdobramentos anteriores e posteriores (aos quais aludiremos), os eventos datados entre 1598 e 1612, ano no qual se deu início a implementação da guerra defensiva, contribuíram enormemente para a posterior estabilização de uma estrutura fronteiriça no Chile, que, embora tradicionalmente seja relacionada aos meandros do Biobío, perpassava também outros rincões onde a presença espanhola não foi totalmente obliterada. Portanto, primeiro faremos uma análise do significado do termo “fronteira” para os sujeitos históricos do nosso enredo. Depois, veremos como a historiografia pensou essa ideia e que novas estratégias conceituais vêm sendo traçadas para compreender a questão das fronteiras do mundo colonial chileno.

Retornemos brevemente ao século XVI. A região araucana e suas chamadas províncias ascenderam, desde cedo, como um espaço eminentemente fronteiriço. As fontes o atestam. A carta de serviços de Francisco de Villagra, datada de 1562, afirmava que Pedro de Valdivia, preocupado com defesa da cidade de Santiago, ordenou a Villagra que estabelecesse um forte nas imediações do rio Maule, “para que allí estuviesen de guarnición y frontera, un capitán y soldados, para con más comodidad hiciesen la dicha conquista”⁵¹¹. Nesse momento inicial da conquista, a instância fronteiriça permanecia ainda muito próxima do Chile Central. Por conseguinte, era concebida como um espaço de trampolim entre um assentamento inicial (Santiago) e um espaço aberto à ocupação (o que estava ao sul do Maule). Essa menção a uma fronteira móvel que percorria um trajeto de expansão de vetor meridional pode ser atestada em fonte mais antiga. Em carta a Carlos V, Pedro de Valdivia referia-se ao envio de Francisco de Aguirre à “[...] la provincia de Itata, con gente, que tiene aquella frontera lugar que los indios

⁵¹¹ *Información de los servicios de Pedro de Villagrán, 11 de septiembre de 1562*, p. 5-338. In: CDIHCh, t. XIII, 1897, p. 10.

que por acá pasen [...]”⁵¹². Com a progressiva expansão após 1545 e a criação de um relevante conjunto de povoamentos no começo dos anos 1550, a fronteira gravitou rapidamente do Maule para o Itata e de lá para os espaços mais austrais, com a invasão da Araucanía. Concepción e as províncias sulistas tornaram-se um referencial perene da fronteira colonial chilena, estendendo-se como um espaço de litígios, alteridades e conflitos não raro denominado de *Tierra de Guerra*⁵¹³. Mais de vinte anos após a sua fundação, falava-se que “Concepción tenía necesidad de gente por estar en frontera de enemigos [...]”, prova de que seus campos e paragens tangenciavam comunidades indígenas que jamais foram submetidas, constituindo-se como uma fronteira do domínio espanhol. Em 1558, dom García fundou Cañete de la Frontera, cujo nome revelava a percepção de que a recém-criada cidade estava situada em um espaço especificamente entendido como fronteiriço. Não por acaso, “fronteira” quase sempre significava um espaço potencialmente bélico. Cañete foi despovoada por ordem de Francisco de Villagra em 1563, ação que, segundo o *cabildo* de Santiago, comprovava o perigo iminente da rebelião e da guerra para toda a colônia e a ameaça que pairava latente nas fronteiras daquele reino:

Y es que cada día se va más consumiendo y perdiendo, porque con las vitorias que han habido los naturales en la muerte de tantos españoles y en haber hecho despoblar la ciudad de Cañete de la Frontera y la casa de Arauco, que eran las dos cosas que más se requería sustentar para la sustentación de estas provincias, y con haber ocupado los caminos de las ciudades pobladas, que no puede pasar ningún español a ellas, y con no hacerles la guerra en sus tierras estén tan victoriosos [...]”⁵¹⁴.

O aspecto bélico e os seguidos embates entre espanhóis e indígenas fizeram com que a maior parte dos assentamentos ao sul do Chile fossem denominados como “fronteira de guerra”. Um informe de 1594 denominava da seguinte forma a cidade de Los Infantes (Angol): “Es frontera de guerra, donde de ordinario la ha habido tener guarniciones de Españoles. Ha costado mucho sangre y muertes [...]”⁵¹⁵. Podemos inferir que, após os entraves que a guerra opôs à realização de novas conquistas e ocupações, as regiões escassamente povoadas por espanhóis ao sul de Concepción tornaram-se um território não linear de fronteiras. Não linear porque as urbes criadas não seguiram uma organização de emparelhamento horizontal. Pelo

⁵¹² Al Emperador Carlos V, *La Serena*, 4 de septiembre de 1545, p. 11-50. In: CPV, 1929, p. 37.

⁵¹³ *Información de servicios de García Suárez Figueroa, presentada al Consejo de Indias por su Padre, Melchor Suárez, de 12 de noviembre de 1572*, p. 367-371. In: CDIHCh, t. XXIII, 1897, p. 370.

⁵¹⁴ *Carta de la ciudad de Concepción al Consejo de Indias en que le refiere los sucesos acaecidos en el gobierno de Villagra, 12 de agosto de 1563*, p. 298-299. In: CDIHCh, t. XXIX, 1901, p. 298.

⁵¹⁵ *Informe de Don Miguel de Olaverria sobre el Reyno de Chile, 1594*, p. 13-55. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 16.

contrário, foram criadas verticalmente, no exato caminho de descida das forças espanholas provenientes do Peru. Portanto, não se tratava de uma linha fronteiriça, ou de uma delimitação específica. Tratava-se, pelo contrário, de um conjunto espalhado de fortes e cidades, por vezes ilhados, com poucos meios de comunicação (sobretudo em situações de cerco, revolta ou catástrofes), que carregavam sobre si a responsabilidade de subsistir e de impor, dentro de suas possibilidades, os métodos de exploração, as leis e a religião da Espanha. Como estavam acopladas a terras e comunidades originárias insubmissas, eram irremediavelmente consideradas “fronteiras”: espaços limítrofes, mal ou pouco dominados, onde os poderes, leis e agentes espanhóis lutavam para imperar em meio ao desafio aberto da resistência autóctone.

Esse espaço fronteiriço precisava ser pacificado e submetido. Esse ponto, em específico, era um problema angular nas políticas territoriais do Chile. A situação fronteiriça não parecia cambiar favoravelmente para os conquistadores. Era mister, portanto, ao menos conservar a fronteira, reparando-a quando necessário e esperando melhores oportunidades de expandi-la até que por fim fosse possível pacificar toda a terra. Quanto a isso, a pacificação geral provavelmente consistiria na redução da população indígena em *pueblos*, comunidades alocadas em um espaço específico, representadas por lideranças indígenas, contempladas com códigos jurídicos próprios e comprometidas com os ditames da soberania régia. Em última instância, estariam acoplados à lógica produtiva, política e religiosa pleiteada pelos agentes coloniais. Longe de alcançar esse objetivo, os governadores do Chile nos séculos XVI e XVII amargaram diversos reveses em proteger o complexo fronteiriço, sendo ainda mais falhos quando ousavam fazer novas conquistas. A maior obrigação, no entanto, consistiu não propriamente no ataque (em virtude da forte oposição enfrentada), mas na defesa do que já tinha sido conquistado. É o que sugeria o relatório do então governador Rodrigo de Quiroga ao rei, em 1576: “Yo he procurado conservar y sustentar las Ciudades y lugares de este Reyno que estan poblados de Indios que estan de paz y he proveído todas las fronteras de gente, armas y bastimentos [...]”⁵¹⁶. A carta trazia informações das dificuldades das cidades do Sul e Quiroga falava orgulhosamente de ter mantido a paz nos arredores de Angol e Concepción, onde julgava que estavam mais vividas as ameaças de rebelião e de violência. Desprende-se disso um ponto interessante. Para os conquistadores espanhóis no Chile, Santiago não se constituía mais como um território fronteiriço⁵¹⁷. Nem sequer o vale do Maule, que nos anos iniciais da conquista era visto por Valdivia

⁵¹⁶ Ibid., p. 106. *Carta de Rodrigo de Quiroga al Rey, 2 de febrero de 1576, p. 106-112.*

⁵¹⁷ Góngora Marmolejo relatava em 1575, que “[...] era cierto que el año de adelante ni aun el otro no podía juntar campo para hacer la guerra, porque en las ciudades Imperial, Angol y Concepción, que estaban en frontera, había en ellas gente que bastaba para su sustento, y que de necesidad los había de dejar estar en sus casas, pues no podía

e Villagra como uma fronteira, era visualizado anos depois como tal. Visto isso, podemos assumir que o próprio status de fronteira no Chile estava fortemente ligado (1) à existência de uma situação bélica (não necessariamente de guerra aberta, mas de antagonismo) em andamento ou irresoluta, (2) correlata geralmente à deficiência nas práticas de ocupação e povoamento de um determinado território e (3) gerada pela incapacidade de dominar satisfatoriamente uma população nativa marcada por alguma forma de alteridade. Sendo assim, Concepción passou a ser uma espécie de símbolo fronteiro, o ponto a partir do qual o poder espanhol cambaleava e o domínio do espaço enredava-se com uma guerra visceral com os índios de guerra. Convergimos, portanto, na mesma direção do que apontou José Manuel Zavala Cepeda, ao conceber os usos do termo “fronteira” como uma ferramenta ideológica dos conquistadores, empregada em uma situação de completa incapacidade de prosseguir com as práticas de conquista expansiva e de redução indígena: “Los españoles, al utilizar el término ‘frontera’ para referirse a esta situación, efectuaban una operación ideológica que les permitía justificar su incapacidad de conquista [...]”⁵¹⁸. Nessa conjuntura, não é estranho que houvesse uma intersecção entre os termos *frontera* e *Tierra de Guerra*, já que ambos pareciam convergir em seu significado: a *Tierra de Guerra* era uma territorialidade sem delimitações precisas, mas visivelmente carente de domínio, onde as populações originárias tendiam à “rebelião” e no qual uma situação bélica intermitente se instaurara; as *fronteras de guerra* eram partes dessa *tierra*, especialmente categorizadas por marcarem o limite entre as partes, o local de encontro das alteridades. A diferença entre os dois termos baseava-se na ideia de que a *Tierra de Guerra* era um espaço de conflitos, fosse ou não uma *frontera*, enquanto que a *frontera de guerra* era parte constituinte da *Tierra de Guerra*. A *frontera de guerra* era onde um poder já assentado digladiava-se com os empecilhos à sua consolidação e expansão, interpostos pelos grupos humanos e pela natureza locais. Em um informe datado do ano de implantação da *Real Audiencia* em Concepción (1567), os licenciandos Egas Vanegas e Juan Torres de Veras escreveram uma carta ao rei, dando notícias da situação das *poblaciones* espanholas e do aspecto geral da terra. Nesse documento, podemos ver uma definição direta e simples do que os autores entendiam por um espaço de fronteiras e o que caracterizava àquelas como uma terra de guerra:

hacer guerra con ellos”: GÓNGORA MARMOLEJO, Alonso de. **Historia de Chile desde su descubrimiento hasta el año de 1575**. In: CHCh. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. II, 1862, p. 198. Narrativa referente aos anos de governo de Melchor de Saraiva. Destaca-se a enumeração das cidades consideradas “de fronteira” para o cronista e, concomitantemente, para seus pares.

⁵¹⁸ ZAVALA CEPEDA, José Manuel. Aproximación Antropológica a los Parlamentos Hispano-Mapuches del siglo XVIII. **Revista Austerra**, Santiago de Chile, n. 2, p. 49-58, 2005, p. 50.

[...] ha se ido siempre reforzando el campo de gente porque si acaso quisieren o intentaren rebelarse [os índios] no sean parte para ello y para este efecto se han apercebido las ciudades deste reino que envíen la tercia parte de gente de los vecinos y moradores que en ellas hubiera, para que aquellos asistan en estas fronteras y tierra de guerra tres meses y salidos unos entren otros y así anden siempre por su tanda, ha parecido este el medio más conveniente para perpetuar y dar asiento en las cosas deste reino para lo de adelante⁵¹⁹.

A fronteira era um espaço perigoso, por vezes contrafeito às formas de poder espanhol, tornando-se uma espacialidade não raramente problemática. O seu gerenciamento e a manutenção das posições já consolidadas exigia uma política de balanceamento e equilíbrio das forças em atrito. Esse equilíbrio perpassava pela capacidade governamental de arregimentar recursos e empregar novas tropas para manter e, se possível, expandir os espaços sob controle hispânico. Tal política era especialmente importante após um desastre de maiores proporções, onde uma quantidade considerável de espanhóis era massacrada ou um importante povoamento era destruído. Logo após a derrota espanhola em Mareguano, no começo de 1569, o governador Melchor Bravo de Saraiva escrevia ao rei sobre a necessidade de taxar a produção aurífera, empregar *vecinos* na defesa da terra, contratar soldados a soldo e receber reforços oriundos da Espanha: “[...] los vecinos deste reino me ayudaban con el otavo de todo el oro [...] para los gastos de la guerra, pienso con esto entretener ochenta o noventa soldados en las fronteras de los indios de guerra [...] yo procuraré sustentar esta tierra hasta que V. M. la mande socorrer [...]”⁵²⁰. É forçoso entender que esse plano estratégico revela a existência não de uma, mas de um conjunto de fronteiras. Uma fronteira era geralmente caracterizada como um assentamento militar ou povoação implantados à cabeceira ou muito para além da linha de domínio efetivo das forças espanholas (formadas em uma tentativa de expansão, normalmente); eram áreas que, quando estavam sob ameaça e litígio bélico, eram consideradas *de guerra*. Todas as cidades que estavam na iminente ameaça de ataque e rebelião indígenas e que estavam localizadas em um espaço de expansão em curso ou interrompida eram, *a priori*, uma fronteira de guerra. Um informe do *cabildo* de Concepción, datado de 1580, nos mostra essa pluralidade fronteiriça, ao

⁵¹⁹ *Carta de los licenciados Ega Venegas y Juan Torres de Veras al Rey informando de asuntos civiles y religiosos del reino, Concepción, 20 de noviembre de 1567*, p. 103-107. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. I, 1956, p. 104-105.

⁵²⁰ *Carta del gobernador Melchor Bravo de Saraiva a S. M. informando de las campañas de Miguel de Avendaño contra los araucanos y de asuntos de gobierno y hacienda, 8 de mayo de 1569*, p. 166-171. In: *Ibid.*, p. 171. Na mesma carta, o governador relatava a necessidade de retirar soldados de algumas praças de fronteira, como Concepción, e enviá-las em socorro de outros povoamentos em Angol, Arauco e Tucapel. Essa política de balanceamento de forças mostrava a construção de uma intrincada estratégia que exigia o contingenciamento rápido de potenciais explosões de rebelião e, quando sobrevinha uma tragédia, a defesa das cidades mais ameaçadas na região de fronteira.

tratar sobre o envio de tropas e de indígenas oriundos da capital provincial para sustentar a localidade: “Martín Ruiz de Gamboa [...] ha fecho un fuerte en Chillán, que es doce leguas de esta ciudad y confina con los indios de la ciudad de Santiago para reparo de aquella frontera, a causa de haberse alzado allí junto algunos indios de paz”⁵²¹. Poucas linhas abaixo, falava-se da missão do mestre de campo Juan Alvarez de Luna, que tinha a responsabilidade de “[...] asegurar estas fronteras de Angol y esta ciudad que están en más riesgo que las demás [...]”⁵²². Desvela-se daí três peculiaridades da situação fronteiriça chilena. A primeira é a do próprio *cabildo*. Concepción era certamente a segunda cidade mais importante da governação e o centro de onde se administrava a maior parte das coisas de guerra, onde os governadores despendiam a maior parte dos seus mandatos, despachando, arregimentando tropas e recursos e preparando campanhas militares. Por vezes, foi caracterizada como a “primeira” fronteira ou o como a porta da *Tierra de Guerra*. Chillán, a nordeste de Concepción, era provavelmente a zona mais setentrional a ser considerada *de frontera* e, como mostrado no documento, ocupava a posição estratégica de “portão de entrada” para o Chile Central. Angol, por sua vez, ao sul do Biobío, era reconhecida, em conjunto com as “províncias” de Arauco, Tucapel, Purén, Catiray e Maregueno, como a zona mais sensível de ação das forças castelhanas, o palco principal dos conflitos intestinos entre araucanos e espanhóis durante a maior parte dos séculos XVI e XVII, uma zona de constantes e continuadas fronteiras de guerra.

Guillaume Boccara denominou essa pluralidade espacial de “complexo fronteiriço”, conceituando-o como “[...] un espacio de soberanías imbricadas formado por varias fronteras y sus hinterlands en el seno del cual distintos grupos - sociopolítica, económica y culturalmente diversos - entran en relaciones relativamente estables en un contexto colonial de luchas entre poderes imperiales [...]”⁵²³. Dentro de um complexo fronteiriço, portanto, havia diferentes realidades de fronteira, contingenciadas por fatores como a distância de outros núcleos de ocupação, a quantidade, fidelidade ou belicosidade dos indígenas que estavam de paz ou de guerra em suas imediações, a disponibilidade de recursos humanos e naturais em suas áreas periféricas etc. O lado inverso da fronteira também era múltiplo. Para os indígenas, certamente, nem todos os pontos de contato entre suas terras e as terras dos *huincas* eram vistos da mesma maneira. A dinamicidade de suas percepções territoriais e a espacialização de suas comunidades eram

⁵²¹ *Carta del cabildo de Concepción al virrey del Perú dándole cuenta de los sucesos del reino, 15 de marzo de 1580*, p. 20-22. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. III, 1959, p. 21.

⁵²² Ibid.

⁵²³ “[...] a través de las cuales se producen efectos de etnificación, normalización y territorilización y se desancanadan procesos imprevistos de etnogénesis y mestizaje BOCCARA, Guillaume Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel. **Memoria Americana, Cuadernos de Etnohistoria**, Buenos Aires, n. 13, p. 21-52, 2005, p. 47.

expressos em um conjunto de delimitações de seus territórios que apenas marginalmente conseguimos compreender. Não há dúvida, porém, de que uma noção própria ou ressignificada de *frontera* existia entre essas comunidades, já que cotidianamente elas lutavam para delimitar e manter seus territórios, coibir entradas forçosas em suas terras e enxotar de seus espaços de existência os fortes e cidades espanhóis. No começo da era dos Parlamentos hispano-mapuches e na tenra origem da guerra defensiva, como veremos, a retirada de fortes espanhóis, como o de Paicaví, foi uma exigência fundamental para dar prosseguimento às pazes sugeridas pelos europeus. Além disso, é significativo perceber as diferentes formas de territorialização mapuche, contingenciadas pelas diferenças geográficas, históricas e culturais locais. A despeito de suas similitudes, araucanos, huilliches, cuncos, pehuenches e outros grupos possuíam diferentes formas de ocupar e dividir o espaço entre si e dentro desses mesmos grupos⁵²⁴. Isso é fruto, principalmente, de uma enorme e ampla autonomia entre os diferentes *rewes*, além de consideráveis diferenças adaptativas ao meio ambiente onde estavam localizados. Conjugados, esses elementos poderiam interpor distintas políticas de aliança ou de resistência em relação aos invasores estrangeiros.

Os diferentes quadros fronteiriços amalgamavam diferentes feixes de relações, oras conflitivas, oras pacíficas, mas jamais neutras. Esse cenário atingia a percepção hispânica e indígena dos contatos interétnicos. Os Parlamentos entabulados pelo padre Valdivia e por Alonso García Ramón, em 1605, mostravam essa multiplicidade de fatores⁵²⁵. Buscando pacificar o território fronteiriço utilizando-se de negociações de paz, o jesuíta estipulava, nas atas, os motivos gerais que ocasionavam a revolta e a sublevação entre os araucanos. Para os *rewes* da comarca de Concepción, mais próximos da estrutura laboral assentada desde os primórdios da ocupação, a principal preocupação e motivo de suas rebeliões era, naquele momento específico, “[...] el servicio personal por el qual se rebelaron [...] deseando siempre huir del dicho servicio [...]”⁵²⁶. Outro Parlamento, ocorrido nas imediações de Arauco e Tucapel, reunindo ainda alguns emissários de Purén, ressaltava uma situação mais complexa e explosiva. O

⁵²⁴ Sobre isso, ver o estudo fundamental de DILLEHAY, Tom D. **Monuments, Empires, and Resistance: The Araucanian Polity and Ritual Narratives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. Um estudo sobre a disposição espacial destes grupos indígenas e sua relação com a situação fronteiriça pode ser visto no amplo estudo de URBINA CARRASCO, María Ximena. **La Frontera de arriba en Chile Colonial**. Interacción hispano-indígena en el territorio entre Valdivia y Chiloé e imaginario de sus bordes geográficos, 1600-1800. Santiago de Chile: PUC Valparaíso y Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2009.

⁵²⁵ Um estudo sobre a relação entre os parlamentos e as noções de fronteira(s) pode ser visto em GONZÁLEZ LABRA, Cristian. Trayectoria histórica de la frontera hispano-mapuche (Chile): la carga duración para la conformación territorial, 1605-1716. Perspectivas desde la geopolítica hispana-parlamentaria. **Revista Historia**, Concepción, v. 26, n. 2, p. 129-147, 2019.

⁵²⁶ *Parlamentos de Concepción, Paicaví, Lebu, Arauco, Santa Fe, Yumbel y Rere de 1605*, p. 47-59. In: PHM, 2015, p. 48.

ayllarewe de Tucapel e Penco matinha um estado de guerra contra os espanhóis, que não cessara nem esmorecera em anos. Segundo o relato das atas, o primeiro grande empecilho à paz era a desmedida violência que provinha das primeiras entradas espanholas na província, adjunto da desagregação oriunda da guerra e da captura sistemática das mulheres, filhos e demais familiares dos indígenas. Já em Catiray, o documento citava uma situação peculiar. Uma parte da província estava pacificada, ao mesmo tempo em que uma outra mantinha uma inclinação bélica acentuada contra os espanhóis⁵²⁷. Essa situação originava-se do aspecto político segmentado e da fragmentação dos poderes dentro das ditas comunidades.

Antes mesmo do agravamento dos conflitos hispano-mapuches, alguns *rewes* de Catiray haviam parlamentarado com García Óñez de Loyola, aliando-se ao governador e comprometendo-se a auxiliá-lo na luta contra os índios de guerra, obtendo do mesmo uma promessa de segurança mútua, recompensas por sua ajuda nos empreendimentos bélicos e reparações por suas perdas nos combates. Não obstante, após a queda de Loyola, temendo a reprimenda dos antigos aliados e a imposição do trabalho pessoal, declararam rebelião contra a dominação espanhola, na qual se mantinham até então. Além disso, existia um antagonismo aberto entre os indígenas que haviam aceitado anteriormente a paz com os espanhóis e os que se mantiveram irreduzíveis⁵²⁸. Tratava-se de um conjunto plural de relações de poder, de estratégias de resistência (neste caso, de alinhamento e de não alinhamento) e de variabilidades político-diplomáticas, expressas em diferentes formas de vivenciar a relação de suas comunidades com os estrangeiros. Deduz-se deste quadro que a experiência de fronteira não era monolítica, linear ou unitária, nem para espanhóis, nem muito menos para os indígenas. Para os últimos, a fronteira de guerra era pautada em uma lógica idiossincrática, que envolvia aspectos de sua cultura local, de suas formas de espacialização tradicionais e de suas adaptações à presença hispânica; fatores estes permeados por um complexo cálculo ponderado de riscos e benefícios, responsável, em última instância, pela deflagração da guerra ou da paz. Toda essa complexidade fazia da “fronteira” um conjunto amplo de situações locais, de pequenas fronteiras, permeadas por um fluxo

⁵²⁷ “[...] respondiesen por ser de varias provincias fueron elegidos cuatro caciques uno de los Cuyumcheses llamado Callbulvar y otro de los Gualques llamado Congotegua y otro de la Relgueregua de Catiray que esta de paz llamado Millapoa antiguo amigo de los cristianos viejos y anciano y otro de la ayllaregua de Catiray que esta de guerra llamado Mavicanel”: Ibid., p. 57.

⁵²⁸ “[...] y finalmente dio la mano a Calbulican electo de los cuyuencheses los cuales con los gualques ha sido tan grandes servidores del Rey que tienen bien merecidas cuales quien mercedes y dijo que en el servicio de su Majestad por haber dado la paz le habían muerto la mayor parte de su gente los caciques de Catiray que allí estaban presentes”: Ibid., p. 58.

constante de relações, que poderiam variar da guerra aberta à aliança de paz bem (ou mal) consolidada⁵²⁹.

A diversidade das fronteiras de guerra também perpassava a experiência espanhola com este espaço limítrofe. A estrutura fronteiriça sofreu uma alta variabilidade estrutural no decorrer do século XVI, equilibrando-se entre momentos de estabilização e crises conjunturais. Essas crises variavam de lugar para lugar, mas tornavam-se cada vez mais inerentes ao complexo fronteiriço araucano como um todo, tendo em vista a crescente articulação espacial dos índios de guerra e a maior capacidade desses de tecer relações interprovinciais e de expandir o raio de ação de suas forças. Logo antes da grande rebelião mapuche de 1598, esse era o quadro imperante na fronteira de guerra araucana. Em uma carta de diligência para o envio de socorro à Araucanía, datada do governo de Óñez de Loyola, falava-se da necessidade de pagar em prata para o sustento de “[...] trescientos soldados que hay en Arauco y en las demás fronteras y otros vecinos pobres que asisten actualmente en la guerra de las dichas fronteras [...]”⁵³⁰. Esses reforços eram fundamentais para que Loyola levasse a cabo a sua ambiciosa pacificação fronteiriça desejada, ação que soçobrou com a sua morte repentina. As fronteiras, que se mantiveram em relativo equilíbrio após a primeira década de conquistas (algumas débeis, outras relativamente bem constituídas), colapsaram de forma avassaladora em meia década de profunda violência e guerra geral. O desequilíbrio das forças militares e do poder espanhol frente ao poder indígena nas áreas limítrofes levou às outras partes do reino à temerosa sensação de que uma posterior escalada do conflito faria com que a fronteira de guerra retrocedesse do Sul e avançasse sobre o centro-norte do Reino.

Os eventos desses anos trouxeram à tona novamente a importância de criar e sustentar estruturas fronteiriças fortes e bem consolidadas. Logo que assumiu o comando do Chile, Francisco de Quiñones escreveu uma carta pedindo socorro e dando notícia da difícil situação local ao rei. Nela, pontuou com afinco o grande erro que foi o despovoamento de Santa Cruz de Óñez (a primeira grande perda espanhola pós-Curalaba) durante o célere governo de Pedro de Vizcarra, o então governador interino: “[...] mayor daño ha sido el haberse despoblado la ciudad de Santa Cruz [...] que hacía frente a toda la guerra que correspondía a las ciudades de

⁵²⁹ Fronteira nunca foi um termo peremptório, mas quase sempre uma noção difusa, polissêmica e carente de definições específicas: “[...] llegamos a la conclusión de que esta frontera del reino de Chile no era algo muy bien definido y que el término servía más bien para ocultar una realidad que para dar cuenta de ella”: ZAVALA CEPEDA, José Manuel. **Los mapuches del siglo XVIII**. Dinámicas interétnicas y estrategias de resistencia. Temuco: Ediciones Universidad Católica de Temuco, 2009, p. 87.

⁵³⁰ *Diligencias hechas en la Audiencia de los Reyes por el sargento mayor Miguel de Olaverria para obtener socorro de armas y soldados para el reino de Chile, Lima, enero de 1594*, p. 423-427. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. IV, 1960, p. 425.

Angol, San Bartolomé y la Concepción y luego faltó aquel escudo y frontera [...] cargó sobre ellas el enemigo”⁵³¹. A desarticulação de um rincão defensivo, de uma parte do complexo fronteiriço, ameaçava a desarticulação das demais partes. As fronteiras, mesmo espalhadas, funcionavam normalmente como os elos de uma corrente; quando partida, a integridade de todo o corpo estava sob risco. Mesmo que não caíssem de imediato, as demais localidades hispânicas, do Itata a Chiloé, acabaram sob grave ameaça de destruição e tiveram grande parte de suas fazendas e recursos queimados ou saqueados. As principais estruturas defensivas das fronteiras de guerra falharam e os fortes e cidades restantes estavam na sua maioria cercados ou parcialmente isolados, dependendo totalmente do apoio nortenho ou estrangeiro, que à revelia dos interesses gerais, eram poucos.

Não obstante, o que talvez Quiñones não percebesse ainda era que o nexo fronteiriço estava passando por uma profunda transformação. Os fortes de fronteira eram geralmente bases provisórias, trampolins para uma futura expansão. As cidades, por sua vez, eram centros mais estáveis, onde *vecinos* dividiam as terras e solares e contingentes indígenas eram encomendados. As cidades involucradas na *Tierra de Guerra* também possuíam como função básica serem a ponta-de-lança de um avanço posterior, iniciado com a pacificação das áreas circundantes e continuado com o deslocamento de uma parcela de sua população ou de novos imigrantes para um espaço adjacente, um novo forte ou uma nova comunidade urbana criada em uma área *tierra adentro* que mostrasse especiais vantagens estratégicas e econômicas. *Tierra adentro* era uma categoria de espaço que agrupava dois sentidos gerais: o primeiro e mais imediato era o de terras que estavam para dentro do continente, “interiores”, ou seja, que se distanciavam do mar, como sugeria Pedro de Valdivia ao pedir ao imperador para fazer-lhe “[...] merced de me alargar los límites della, que sean hasta el Estrecho [...] la costa em la mano, y la tierra adentro hasta la Mar del Norte [Atlântico]”⁵³²; o segundo dizia respeito às terras além fronteiriças, os espaços onde os indígenas viviam independentes da soberania espanhola. Nessa semântica, *tierra adentro* ganhava sentido como uma medida de distância e como uma categoria de espaço afastado dos distritos espanhóis. De forma semelhante à noção de fronteira, poderia referir-se a parte da *Tierra de Guerra*, àquelas terras que estavam mais distantes do raio ordinário de ação hispânico, como muito bem ilustrou Alonso de Ribeira, em carta datada de 1604, na qual falava ao rei que seria “[...] menester ahorcar a casi todos los indios de la frontera y aún a

⁵³¹ Carta de Francisco de Quiñones a S. M. dando cuenta de su llegada al reino y pidiendo socorro para el ejército, 15 de julio de 1599, p. 114-119. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. V, 1961, p. 116.

⁵³² Pedro de Valdivia a sus apoderados en la Corte, Santiago, 15 de octubre de 1550, p. 95-144. In: CPV, 1929, p. 141.

muchos de la tierra adentro, o espantarlos que se vuelvan a levantar [...]”⁵³³. Segundo a percepção de espaço do governador, havia, portanto, os índios de guerra da fronteira, as comunidades e indivíduos que circundavam de mais de perto as balizas fronteiriças espanholas; e, havia também os índios de guerra das terras interiores, os locais nada ou pouco alcançados pela ordem e pelo poder bélico, defensivo ou ofensivo, do bando espanhol. A tradicional perspectiva hispânica de povoamento premeditava a transformação da *tierra adentro* em *frontera*, por meio da conquista, e a transformação da *frontera* em província indígena ou distrito *pacificado*, empurrando cada vez mais a fronteira em direção às terras indígenas de “adentro”.

Havia décadas, no entanto, que as cidades araucanas tratavam mais da defesa de seus perímetros do que de qualquer avanço decisivo adiante. Eram, portanto, fronteiras relativamente estáticas que perderam parte de sua dinamicidade inicial, em grande medida devido ao esfacelamento dos ímpetus originais, tão característicos às décadas douradas das conquistas espanholas no Novo Mundo. Esse era um dos sintomas da falta de estímulos econômicos na conquista do Chile. Por outro lado, havia a resistência indígena, grande responsável por frear a expansão. Vejamos novamente o exemplo de Santa Cruz de Óñez. Sendo uma cidade fronteiriça, a disposição de seu posicionamento entrevia a fixação regular de um povoamento que deveria auxiliar na pacificação de toda a região que ia de Concepción a Angol, sendo uma iniciativa cidadina pautada em uma racionalização dupla: era um local de defesa contra possíveis sublevações oriundas das terras mal dominadas a sudeste de Concepción e era também um símbolo materializado do domínio e da vontade expansiva espanhola na fronteira de guerra do Biobío, área ainda pouco assegurado. Entretanto, tornara-se oneroso defendê-la com os poucos homens à disposição do general Francisco Jufré, fator este que o levou a ordenar, com a anuência do governador Vizcarra, o seu abandono completo e o deslocamento de sua população para paragens mais seguras e defensáveis, em março de 1599.

Esse seria apenas um dos primeiros dismantelamentos do efêmero equilíbrio fronteiriço sob o qual repousava a segurança espanhola na *Tierra de Guerra*. Uma petição nada auspiciosa escrita pelo procurador Luis Jufré, também em 1599, dava uma ideia da dimensão fronteiriça ameaçada e dos obstáculos para socorrê-la. Primeiro, ele enumerava as localidades que mais imediatamente precisavam de atenção: Concepción, Chillán, Arauco, forte Jesus, Santa Cruz de Óñez, Angol, forte de Molchén, forte de Longotoro, forte de Boroa, forte de Maquegua, Villarrica e seus dois fortes, Valdivia, Osorno, Castro, La Imperial e o forte Pailachaca.

⁵³³ *Carta de Alonso de Ribera a su Majestad, Fuerte Arauco, 13 de abril de 1604*, p. 490-497. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982, p. 493.

Basicamente, toda as iniciativas urbanas e fortificações espanholas abaixo ou nas redondezas do Biobío. Essas imediações eram as principais fronteiras de guerra espanhola em fins do século XVI. Sobre seus colapsos, o procurador asseverava que “Estas ciudades, fronteras y fuertes tan distantes unas de otras son las que tienen necesidad de socorro de gente, pagas capitanes y caudillos, porque Chile debajo de Dios no puede dar a nadie una camisa y proveer de comidas [...]”⁵³⁴. A avaliação da distância e do isolamento das localidades como fator preponderante do insucesso em suas defesas e no sucesso da rebelião indígena foi um dos fatores chave para repensar certas peculiaridades da distribuição espacial dos fortes e cidades no sul do Chile, o que significava, em suma, repensar a geografia bélica e ocupacional das fronteiras de guerra. Uma progressiva mudança estava ocorrendo, sobretudo após o primeiro governo de Alonso de Ribera.

Embora a percepção da fronteira como uma ponte para posteriores ganhos territoriais jamais sumisse dos horizontes espanhóis, a concepção da marca do Biobío como uma “linha” defensiva e a ressignificação da fronteira sobretudo como unidade defensiva e protetiva levou o espaço fronteiro a uma maior estabilização, mais assemelhado à lógica dos *limes* romanos do que à antiga fronteira expansiva da Reconquista ibérica. Ainda assim, não é possível falar de uma fronteira linear, apenas de uma tendência à defensabilidade de uma área fortificada e a uma diminuição de iniciativas e campanhas de conquista e anexação para além de um território fronteiro específico. Constituía-se um *limite*, uma subdivisão planejada que cortava virtualmente um espaço mais amplo de fronteira de guerra, no qual unidades bélicas pré-alocadas poderiam operar em missões de defesa ou em incursões à *Tierra adentro*, para além do *limes* fortificado. Persistiam, no entanto, isoladas unidades defensivas, sejam fortes ou cidades, envoltos, como pequenas fronteiras insulares, por um enorme espaço insubmisso. Tal como no século XVI, no século XVII, a definição, os limites e as formas da fronteira de guerra eram gestados muito mais nos usos cotidianos e nas adversidades bélicas, comerciais e diplomáticas dos sujeitos históricos locais do que nas preconcepções virtuais que idealizavam e definiam esse território. No presente capítulo, estudaremos as modificações práticas e conceituais da fronteira de guerra que ocorreram na primeira metade do século XVII, sobretudo a partir da implementação de uma lógica político-militar defensiva e da pregação missionária católica como forma de obter uma pacificação cristianizada das populações indígenas.

⁵³⁴Petición de Luis Jufré, procurador de Chile, y acuerdo tomado en Lima para enviar socorro al reino, seguido de la Memoria de la ropa que es menester para socorrer 600 soldados que sirven en la guerra de Chile a S. M., 18 de febrero de 1599, p. 84-88. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. V, 1961, p. 86-87.

Fazendo referência à proposta do antropólogo Guillaume Boccara, parece coerente interpretar o uso terminológico de *frontera* como uma partição ideológica de dois espaços-tempos⁵³⁵. Espaços-tempos, diga-se, sobretudo imaginados, idealizados e politizados. Falamos, obviamente, da instância hispânica de percepção da fronteira, que rotulou os espaços de forma a qualificar os grupos humanos a partir da sua inserção ou distanciamento da soberania, das leis e da religião hispânica. Alonso Góngora Marmolejo, cronista do século XVI, referiu-se a essa divisão de uma maneira deveras interessante. Escrevendo em 1575, ele delimitou os territórios que iam do Copiapó a Chiloé como um enorme complexo de fronteiras. Nesse espaço, a divisão fronteira não é proveniente de uma linha ou “límite”. Em sua concepção, as dez cidades espanholas eram tangenciadas e circundadas por um conjunto refratário de “gente da tierra” que “[...] es belicosa conforme la constelación de cada ciudad de donde está poblada”⁵³⁶. A cidade, portanto, era o primeiro e mais significativo divisor cultural e temporal entre os dois povos. Não obstante, entre o lado de cá e o lado de lá, havia também similitudes. A fronteira, produto também de uma alteridade marcante, era vista por Góngora Marmolejo como uma partição porosa, onde certos fatores nuançavam as profundas diferenças percebíveis entre os mundos indígena e o espanhol. Os chamados índios do Chile, segundo interpretava, eram predominantemente sedentários e praticavam a agricultura, inclusive com grãos também produzidos na Europa. Eram, portanto, a despeito de suas peculiaridades e dessemelhanças, “[...] gente bien ajustada, por la mayor parte blanca, bien dispuestos, amigos en gran manera de seguir la guerra [...] grandes enemigos de españoles y de toda gente extranjera, y entre sí la gente más bien partida que hasta hoy ha visto en Indias”⁵³⁷.

A fronteira (como forma de delimitação objetiva) minguava, esmaecia, quase desaparecendo, se pensada em termos puramente físicos ou territoriais. Sua existência era produto primeiro das diferenças culturais, destacada na passagem acima pelo que os espanhóis denominavam corriqueiramente de “apego” ou “amor” que os indígenas tinham pela guerra (fator central na produção de alteridade, na divisão do espaço e na instauração das fronteiras, geralmente denominadas *de guerra*), produzindo um afastamento entre as partes contendedoras que era agravada pela experiência colonial. Mais que uma fronteira simplesmente de terras, o

⁵³⁵ “Además, no solo consiste en un espacio. Es también, desde la perspectiva teleológica presente en la documentación, un espacio-tiempo de la transición en la medida en que se considera a menudo que las poblaciones que viven más allá de la frontera, entendida en este caso como límite, se encuentran en una etapa inferior del desarrollo de las civilizaciones”: BOCCARA, Guillaume Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel. **Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria, Cuadernos de Etnohistoria**, Buenos Aires, n. 13, p. 21-52, 2005, p. 32.

⁵³⁶ GÓNGORA MARMOLEJO, Alonso de. **Historia de Chile desde su descubrimiento hasta el año de 1575**. In: CHCh. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. II, 1862. p. 1.

⁵³⁷ Ibid., p. 2.

espaço entre espanhóis e mapuches era dividido por um abismo cultural difícil de transpor, espraiando as semelhanças e acentuando as diferenças. Essas duas culturas que ao vivenciarem o mesmo espaço, conflitaram, eram divididas por barreiras maiores que as barreiras físicas. Tratava-se de obstáculos culturais que geravam falseadas percepções de superioridade que interpunham um tempo e experiência de vida indígena a uma temporalidade e cosmovisão estrangeiras. A fronteira representada como divisão de espaços/tempos distintos é novamente expressa no tratado lamentoso de Alonso González de Nájera. Preocupado em explicar o motivo de um conjunto de indígenas interporem e derrotarem tão recorrentemente aos espanhóis, Nájera elencou o argumento das armas e da tecnologia bélica. Sua assertiva primário é que, nas mais diversos e remotas partes da América, os espanhóis atingiram feitos incríveis de conquista. Não obstante, no Chile, seus esforços eram insuficientes. O que explicaria tal situação?

[...] no siendo inferiores en ánimo y osadía a los primeros españoles [...] ni de diferente naturaleza los indios con quien tanto afanan, que todos los vencidos y domados por ellos en aquel nuevo mundo, puesto que son hombres descalzos y desnudos, no de vestido, porque ninguno anda sin él, pero de todo defensivo reparo, especialmente para nuestras armas de fuego, y también no siendo las con que ellos militan, aventajadas a las que usaron siempre los demás occidentales indios, pues son las que común usan picas, lanzas y flechas, y aún éstas no tan nocivas (pues no son herboladas) como las con que pelearon algunas particulares naciones en su vana defensa⁵³⁸.

Incapaz de reconhecer as qualidades adaptativa e a capacidade de renovação cultural indígena (sobretudo no que diz respeito às formas de fazer guerra), Nájera apelava para o descompasso tecnológico para acentuar um suposto retardo civilizacional dos araucanos. Primeiro, o soldado-cronista negava que houvesse qualquer diferença ou melhoramento categórico na natureza ou nas técnicas de guerra araucanas que os colocasse acima dos demais povos ameríndios. Depois, equiparava-os aos espanhóis, contrastando as tecnologias dos índios de guerra aos mais avançados apetrechos europeus (aço, armas de fogo, artilharia, naus etc.) para afirmar a inferioridade que julgava como inerente a essas populações. Eram descompassos de cultura, para ele. Essa instância da fronteira de guerra (ideológica, abstrata, simbólica) era constituída dentro de uma zona de choques, embates, tensões; uma fronteira cultural pensada como irremediável entre dois estados civilizacionais destoantes. Para Nájera, a fronteira não estava expressa apenas nas cidades e fortes, ou no limite entre o poder espanhol e a *Tierra de Guerra*.

⁵³⁸ GONZÁLEZ DE NÁJERA, Alonso. **Desengaño y Reparó de la Guerra del Reino de Chile**. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889, p. 5-6.

Para além das amuradas do forte Nacimiento, que o cronista comandara, havia uma outra fronteira, que ao mesmo tempo em que abarcava os limites físicos, transcendia-os. Era a fronteira da cultura, da fé e das técnicas, que se expressava na perspectiva de que o outro, o inimigo inevitável, era, por sua condição, um tipo antiquado de homem, um selvagem barbarizado e movido pelas impulsividades do espectro humano. Para reafirmar essa crença, Nájera terminava por rebater àqueles que diziam que a Espanha possuía como antípoda o Chile. A Espanha não possuía antípoda terrestre, pois seu oposto era o próprio Oceano. Os indígenas do Reino do Chile, pelo contrário, possuíam uma antípoda terrestre: “[...] los tártaros y citas, que habitan en la parte del Asia; y así parece que se corresponden en naturaleza y costumbres, por lo que toca a ser guerreros y crueles”⁵³⁹.

Voltando propriamente à discussão terminológica, não parece necessário ordenar um outro termo em substituição à noção de fronteira para os séculos XVI e XVII. Nesse viés, não há por que distinguir, como o fez Boccara, a ideia de “limite” da ideia de “fronteira”⁵⁴⁰; ou muito menos assumir um conjunto de diferenças tão grande entre a fronteira que se estabeleceria no século XVII e o *limes* criado por Ribera nas margens do Biobío (há muito caracterizado como uma *frontera de guerra*). Foi o que sugeriu um outro estudo mais contemporâneo, que chegou a afirmar que “En 1612, la corona escogió un accidente geográfico, un referente (ambiente natural) para fundar una ficción jurídica (límite), al que, con equívoco criterio, denomina frontera”⁵⁴¹. Parece necessário refletir que, se um conceito tão manifesto nas fontes (*frontera*), era tão largamente utilizado para descrever a situação fronteiriça no Biobío (e em outras paragens), não parece haver nisso um equívoco linguístico ou conceitual dos seus utilizadores. Antes, vale a pena perguntar se não há nisso algo que nos permita refletir mais sobre o significado abrangente do termo, de seu alcance e de sua fusão com a contígua noção de *límite*. Dissociar *frontera* de *límite* afirmando o caráter abrangente e material do primeiro, em contraponto ao papel político, artificial e linear do segundo, é nublar os aspectos eminentemente políticos da formação fronteiriça (em si, também, um constructo) e, a dimensão não linear de certas formas

⁵³⁹ Ibid., p. 8.

⁵⁴⁰ BOCCARA, Guillaume Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel. **Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria**, Buenos Aires, n. 13, p. 21-52, 2005, p. 33.

⁵⁴¹ LÚGARO TÉLLEZ, Eduardo; SILVA GALDAMES, Osvaldo; GONZÁLEZ LABRA, Cristián. La fundación de la frontera hispano-mapuche en el Biobío de orden del rey: 1612. **Cuadernos de Historia**, Santiago de Chile, n. 52, p. 265-274, jun. 2020, p. 268. A ideia seria promover a diferenciação entre uma construção jurídica artificial e uma subdivisão material “real” do espaço: “Si atendemos a su *naturaleza*, el límite es un ente jurídico (un constructo legal) abstracto, de evidente raíz política, y que cobra la forma de trazado lineal. La frontera, al contrario, es un espacio material (físico), un territorio de ancho relativo. De otro modo: el límite refiere a la imagen de línea; la frontera, a la de espacio”: Ibid.

de *limes* fronteiriços, que pouco ou nada relembram às rígidas linhas fronteiriças que delimitam os Estados Nacionais (ironicamente, também denominadas de fronteiras).

Como pontuou María Ximena Urbina Carrasco, “De acuerdo al concepto, una frontera es un límite”⁵⁴². Nessa perspectiva, a dimensão fronteira-limite poderia ser concebida de duas formas principais. Antes de explicitá-las, destaquemos que a afirmação de um espaço como *frontera* carregava por antonomásia a preconcepção de que esta espacialidade era algo limítrofe, um espaço entre espaços, um divisor. Daí advém uma noção mais difusa, na qual a própria fronteira aparece, em sua inteireza, como um limite (momentâneo ou calcificado) dos potenciais expansivos hispânicos. Para lá, o não conquistado, que se estendia até o Estreito ou do outro lado da Cordilheira, *arriba* ou *adentro*. Para cá, o controlado, *encomendado*, submetido. A *frontera* era um espaço difuso entre a dimensão territorial operativa da soberania real e a virtualidade espacial ainda não controlada desse mesmo poder. Não obstante, sua concepção limítrofe poderia tomar a forma de um *limes*, uma partição mais exata, embora quase nunca tenha sido concebida como uma linearidade perfeita, nem tenha sido pensada para sê-la. Nessa condição, a fronteira/limite emergiria como o trabalho salutar de uma operação político-militar dentro de um espaço fronteiriço maior. Como veremos, é esta percepção que parece emergir das fontes, duas dimensões conceituais de fronteira: uma associava “fronteira” ao espaço fronteiriço (ou complexo fronteiriço), colocando-a como um espaço largo e pouco balizado, um limite ao poder espanhol, uma terra do porvir, que impedia ou dividia uma área consolidada de uma área a ser efetivamente dominada; a outra entrevia a fronteira como um limite mais mensurado, que poderia ser representado com mais exatidão cartográfica, embora carecesse de estabilidade e pudesse ser movido, para trás ou para frente, empurrando a dominação hispânica na *Tierra de Guerra* neste espaço fronteiriço maior⁵⁴³. Por isso falava-se tão frequentemente, em meados do século XVII, da fronteira do Biobío e da fronteira *de arriba*, de Valdivia; dois limites construídos ao longo de décadas de guerra, um mais balizado, outro não, ambos em constante e perene transformação (de ideia, de forma, de ocupação e de extensão). Ao invés de investir na antítese entre *límites* e *fronteras*, preferimos conceber a polissemia da palavra “fronteira”, de acordo com os seus usos recorrentes nos documentos estudados.

⁵⁴² URBINA CARRASCO, María Ximena. **La Frontera de arriba en Chile Colonial**. Interacción hispano-indígena en el territorio entre Valdivia y Chiloé e imaginario de sus bordes geográficos, 1600-1800. Santiago de Chile: PUC Valparaíso y Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2009, p. 27.

⁵⁴³ “El concepto, en este caso, se refiere a un área o zona fronteriza, donde el límite no es una línea sino un espacio, siendo este habitado o vacío. La idea de frontera como zona es opuesta a las actuales divisiones entre estados, que son muy precisas, pero es más parecida a la noción medieval y moderna de las fronteras, como lo fueron las marcas entre el mundo cristiano y el musulmán”: Ibid.

Também não é pertinente optar por uma delimitação conceitual gerada por um idioma que não seja o castelhano (sobretudo quando o conceito é sugerido a partir da dinâmica lexical contemporânea), como ocorre na tão comumente lembrada diferença semântica entre os termos *border*, *boundary* e *frontier* no inglês⁵⁴⁴. Isso não nos libera de pensar o conceito de fronteira como um termo plurissignificante ou de entender que seus usos, permanentemente ligados à noção de delimitação, interação e choque, transformaram-se no decorrer do tempo histórico. O léxico castelhano pode nos ajudar nesta análise. O *Tesoro de la Lengua Castellana o Española*, dicionário escrito por Sebastián de Covarrubias, em 1611, foi o primeiro léxico inteiramente castelhano, escrito e publicado em vulgata. É importante destacar que um livro de léxico não conseguirá jamais comportar toda a polissemia de um termo. Quiçá consiga captar certas percepções e sentidos mais usuais e importantes. Quando pensamos no contexto no qual Covarrubias escreveu seu original e robusto trabalho, devemos notar que a obra esteve atrelada a uma ampla atmosfera de afirmação imperial, disputas, conflitos e florescimentos culturais dentro do mundializado império hispânico e da cultura barroca e humanista do “século de ouro” ibérico. As fronteiras, portanto, cercavam e bordejavam a vida do erudito e prestigiado clérigo, ocupante de uma posição de privilégio intelectual e certo destaque político, ciente, portanto, das dinâmicas territoriais do trono castelhano e de seu império intercontinental. O conceito de *frontera* dificilmente passaria despercebido ao autor, que viu em vida a publicação de um édito real expulsando todos os mouriscos para além das fronteiras do reino da Espanha (em 1609, de Valência e em 1610, de toda Castela e Aragão)⁵⁴⁵, uma decisão que enfatizava amplamente a afirmação de um território *nuestro* (território político, o reino; e território cultural, a cristandade ibérica) e de uma *frontera* que marcava o limite entre o reino espanhol e os demais potentados; fronteira a qual os mouriscos deveriam atravessar.

O *Tesoro de la Lengua Castellana* recorria à semântica latina da palavra, ligando *frontera* a *frente*. Sua definição, simples, literal e um tanto lacônica, trazia a seguinte consideração: “Frontera puede ser parte opuesta, como en la casa frontera. Frontera la raya y termino que

⁵⁴⁴ Essa diferenciação foi utilizada por GASCÓN, Margarita. **The southern frontier of the Spanish empire: 1598-1740**. Tese de Doutorado (Philosophy in History). University of Ottawa, Ottawa, 1996, em sua tese sobre as fronteiras medievais no Chile hispânico.

⁵⁴⁵ “Por quanto habiendo yo mandado expeler todos los Christianos nuevos, moriscos, hombres, y mujeres habitantes de los mis Reynos de Valencia, Andalucía, Granada, Murcia, Cataluña, y Aragón, por las causas y razones contenidas [...]”; *Decreto de expulsión de los moriscos que habitan en los reinos de Castilla remitido a la villa de Pastrana y diligencias de su cumplimiento, Burgos, 10 de julio de 1610*. In: PARES, AHN, vol. OSUNA, C.2709, D.54, f. 2. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/12898302?nm>>. Acessado em 10 de janeiro de 2022.

parte dos Reynos por estar el uno frontero del otro”⁵⁴⁶. Desprende-se disso duas concepções de *frontera*. Uma apela a um senso mais imediato de localização na relação de (o)posição entre um observador e um objeto: a ideia seria propor que *frontera* advém de uma noção de posicionamento de um alguém/algo em relação a um outro alguém/algo. A outra, por sua vez, comunicava com a noção de delimitação baseada na orientação espacial entre duas alteridades (no exemplo dado por Covarrubias, duas alteridades políticas). Portanto, nessa segunda acepção, a fronteira era um ato político, uma delimitação territorial e uma percepção de posicionamento de uma comunidade no espaço. A fronteira nasceria da capacidade observacional (em um primeiro nível, por meio do ato de opor-se a algo que está *de frente*) e do poder de impor um limite a um determinado espaço (que Covarrubias denominou de Reino, recorrendo ao exemplo de categoria político-espacial mais bem delimitada que conhecia). Sua definição não era uma afirmação oficial; era, antes, uma avaliação dos seus sentidos e da experiência histórica e geográfica na qual estava inserido. Em sua ideação, a *frontera* se formava na existência de uma relação entre dois conjuntos opostos que se tangenciavam, contrastando seus limites subjacentes numa intersecção, um limite chamado de fronteira. Sendo assim, diríamos que mais que um limite que se transmuta em uma fronteira, essa última era uma manifestação de uma concepção específica de limite, acompanhada de uma percepção qualificativa e dinâmica do outro. Em outras palavras, a noção de fronteira estava irremediavelmente acoplada à produção de uma alteridade. Era o produto da conurbação entre uma forma de delimitação (produção de um *límite*) e a percepção de uma diferença inerente a uma outra espacialidade oposta, manifesta em seus elementos humanos e naturais. Era uma delimitação política, um limiar permeável e uma demarcação mutável, que incorporava em seu âmago uma noção de colisão, intersecção ou tensionamento entre duas dimensões territoriais.

No caso do nosso estudo, a fronteira tornou-se um espaço de choques, de intercâmbios e de conflitos entre duas culturas e sociedades amplamente distintas, enredadas nas tramas fronteiriças pela incapacidade tácita de reduzir à submissão ou extirpar totalmente a uma ou a outra. Nisso, acabaram por gestar uma territorialidade de enfrentamento e de tensão, mas também de contatos, trocas e relacionamentos de variados níveis. Recorrendo aos artifícios linguísticos de sua cultura e idioma, os espanhóis chamaram a essa situação de *frontera*. É interessante notar que o autor do *Tesoro de la Lengua Castellana* compreendia *límite* tendo em conta uma lógica eminentemente político-jurídica: “Por traslación llamamos límite aquel

⁵⁴⁶ COVARRUBIAS OROZCO, Don Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana o Española*. Madrid: por Luis Sánchez, impresor del Rey N. S., 1611, p. 414.

estado de las cosas, que si se pasa adelante no se hace con justicia, ni equidad, y así decimos pasar los límites de cualquier cosa. Limitar una cosa, es ceñirla y recogerla sacando”⁵⁴⁷. A diferença fundamental aqui é que, enquanto a fronteira é especificada como uma condição espacial de limite e diferenciação, o limite, *stricto sensu*, é uma espécie de linha deliberada, legal e justamente estabelecida, entre duas *potestas*. Há claramente uma intersecção entre os dois termos, com *límite* constituindo-se como signo linguístico amplo, e *frontera* como signo específico. A fronteira constituir-se-ia em uma forma específica de (de)limitação de um espaço. Ambos os termos, por sua abrangência, acabariam por amalgamar-se em uma dimensão espacial oriunda do contato, da ação e da percepção criada por essa experiência de atrito. A fronteira transformava-se em um limite entre poderes, limite entre a zona assegurada e a insegura, a habitada e a despovoada, a conquistada e a não conquistada; um limite não definitivo entre os espaços categorizados do espanhol e do outro (o mouro, o índio, o turco, o francês, o luterano etc.). Por fim, podemos concluir que não há fronteira que, de forma mais ou menos abstrata ou de formas mais ou menos precisa, não delimite o espaço entre duas ou mais instâncias de poder, ou entre duas realidades físicas ou culturais destoantes. Nesse cenário, *frontera* e *límite* só se constituem na presença de alteridade. Por isso, não há fronteira sem a afirmação de um “eu” e de um “outro”, possuidores de diferenças indeléveis que são marcas visíveis de suas dessemelhanças e, amiúde, de sua separação.

Para exemplificar esse breve apanhado teórico, vejamos o uso polissêmico do termo em duas passagens da crônica de Pedro Mariño de Lobera. O primeiro uso destacado ocorre durante sua descrição do governo de Alonso de Sotomayor, período marcado por uma continuidade intensa de tentativas de conquista e pacificação. Depois de uma temporada especialmente medonha de combates, com lutas travadas em todo o Arauco, Lobera relatou que as forças comandadas por Sotomayor haviam decidido descansar, reorganizando suas fileiras e esperando o tempo de sair em *campeada* da fortaleza de Purén. Reagrupados e feitos os devidos preparos, “Ya era tiempo que el gobernador visitase las ciudades que estaban en frontera de enemigo [...]”⁵⁴⁸, afirmava a crônica. Dirigindo-se a Los Infantes com suas tropas divididas entre os que asseguravam os fortes e os que saqueavam a *Tierra de Guerra*, Sotomayor teve que lidar com um enorme exército araucano, liderado pelo cacique Cadiguala, que intentara queimar e sitiar o forte espanhol de Purén. Narrando outra campanha ocorrida pouco tempo depois, em 1590, o cronista relata uma situação de potencial enfrentamento. Uma enorme força

⁵⁴⁷ Ibid., p. 525.

⁵⁴⁸ MARIÑO DE LOBERA, Pedro de. **Crónica del Reino de Chile**. In: CHCh. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. VI, 1865, p. 424.

indígena espreitava o bando espanhol, composto por soldados experientes e reforços recém-chegados do Panamá. A força era comandada pelo próprio governador e contava com 415 homens, entre os quais 250 arcabuzeiros. Entrando nas paragens da província de Arauco, “En este paso estaban fortificados los enemigos como lo habían hecho en todas las ocasiones que veían entrar españoles “[...] En frontera de este se alojó la gente española y se recogió el bagaje en lugar cómodo”⁵⁴⁹. Logo depois, deu-se o combate, amplamente favorável ao lado espanhol que, em represália, aniquilou o *pukara* indígena na qual se entrincheiravam as forças araucanas. Como desenlace padrão de uma vitória em batalha campal ou escaramuça, os vencedores passaram a assaltar e *campear* os campos circundantes.

Nesses dois casos, os usos da palavra *frontera* seguia uma racionalidade linguística dupla. O termo era empregado, em ambos os relatos, para categorizar uma força militar ou uma cidade ou forte que estava à frente (defronte ou na “fronteira”) do inimigo. Dessa forma, a posição de “fronteira” era utilizada para demarcar um limite entre poderes (a hoste indiana e a força indígena). Consequentemente, servia como presunção implícita de limiar, o qual, quando transposto, geralmente se deteriorava em conflito. Podemos inferir que, além de denominar uma espacialidade que delimitava o alcance do poder espanhol na *Tierra de Guerra*, o termo *frontera* também contemplava semanticamente uma situação onde um contingente ou uma fisicalidade (cidade, forte, acampamento etc.) avançava para além do limite fronteiro usual e postava-se frente a frente com (e contra) o *outro*, o poder opositor, representado, aqui, na figura dos grupos indígenas (*indios de guerra*) e de suas construções defensivas e habitações. A mesma percepção perpassava a visão de *frontera* do Padre Valdivia. Em uma carta oriunda de 1613, o jesuíta falava das vantagens provindas do enfraquecimento e do despovoamento de uma área fronteira que dividia as possessões espanholas das terras pertencentes aos seus inimigos indígenas: “Siguese otro bien muy gran de que entre nuestra frontera y la tierra del enemigo viene a quedar gran distância de leguas despoblada de gente por partes 25 leguas y por partes 20 de la mas cercana provincia de guerra que es Purén”⁵⁵⁰. Entre as áreas *de fronte* e a terra inimiga, o *despoblado* surgiria como uma fronteira protetiva, um limite interino que dividiria os dois bandos. Esse espaço intermédio entre a *frontera* e a *tierra* adversária serviria para balizar uma zona de domínio assegurado e um território animoso e refratário à dominação. A fronteira era vista como um elemento partícipe da terra de guerra, por vezes, partindo da

⁵⁴⁹ Ibid., p. 433.

⁵⁵⁰ Padre Luis de Valdivia: estado de la guerra de Chile, Fuerte de Buena Esperança, 20 de febrero de 1613. In: MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 229, R. 18, f. 20. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126195?nm>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2022.

premissa de que o espaço rebelde e litigado era a próxima etapa de uma experiência fronteiriça temporária, moldada para ser móvel e cambiante, capaz de, como expunha o jesuíta, a partir das margens do Biobío, estender-se paulatinamente na direção da *Tierra de Guerra* insubmissa de Purén.

Parece possível e plausível falar de diferentes dimensões da ideia de fronteira, camadas sobrepostas que conferiam diferentes significados a situações interrelacionadas. (1) Primeiro, tratava-se da existência de uma noção mais abstrata e geral de um complexo fronteiriço, uma ideia referencial sintetizada no termo *Frontera*, empregado comumente para categorizar uma região ampla e pouco circunscrita. (2) Depois, observa-se o uso da palavra para descrever uma experiência mais local e delimitada. Experiência plural, das cidades e fortalezas, das instituições, dos exércitos e dos povoadores que formavam um circuito de fronteiras, onde o espanhol era diretamente confrontado com a incapacidade ou dificuldade de distender o seu poder e onde esse empecilho à expansão era causado por fatores naturais e por diversos mecanismos de resistência armada e de negociação (também uma resistência) por parte dos grupos indígenas. Vem daí a denominação de *fronteras*, ou *frontera de guerra*, utilizada para definir essas experiências focalizadas. Cabe ressaltar, também, que essa definição era a mais comum nas fontes e estava intrinsecamente relacionada à existência de assentamentos e de áreas de ocupação ou povoação, pressupondo uma presença perene ou intermitente, mas sempre ativa, do poder espanhol. (3) Por último, havia uma instância situacional, onde a fronteira significava literalmente estar à frente de uma representação da *potestas* oposta, o *outro* antagônico (pois, na maioria das vezes, essa “situação” manifestava-se em forma de oposição violenta), que poderia ser um elemento natural, como uma montanha, rio, vale ou vulcão, ou mais comumente um artifício ou grupo humano. Etimologicamente, parece seguro sugerir que em uma ordem cronológica, o primeiro e segundo usos do termo nasceram de uma prolongada situação de *enfrentamento* (o terceiro uso), ou seja, da recorrência de uma situação de oposição. De igual forma, a primeira concepção, mais generalista, parece ser, entre todas, a mais moderna, surgindo como forma de explicar e definir a existência de várias situações locais de fronteira em um espaço contíguo.

Essas três percepções desenvolveram-se de formas que poderiam ser mais ou menos correlatas. Certamente, a crise nas fronteiras durante os anos 1598-1604 levou a transformações gerais no quadro fronteiriço, mesmo em povoados e localidades não abaladas diretamente pelos conflitos. É a partir daí que a noção de um complexo fronteiriço começou a ganhar corpo, carregada pela produção de um *limes* provisório e pela sensação de que a irredutibilidade araucana seria perene. O nexu conquistador foi parcialmente perdido no decorrer dos séculos,

embora jamais sumisse totalmente. Isso não significa que a submissão e o domínio saíram do xadrez político espanhol na Araucanía. Os mecanismos de submissão e a dinâmica cognitiva intrínseca que garantia aos hispânicos um senso de superioridade e o direito de impor o justo domínio não foram profundamente afetados. É igualmente difícil dizer quando a guerra em grande escala se tornou rara, se compreendermos que algumas *entradas* bem atestadas até finais do século XVII pouco se diferenciavam das grandes expedições militares precedentes⁵⁵¹. A violência sistêmica nunca desapareceu e, talvez tenha até mesmo se intensificado com o avanço das artes de cavalgadura entre os mapuches e com a diplomacia dúbia dos espanhóis em relação aos araucanos, opondo comunidades e instaurando (ou insuflando ainda mais) perniciosas formas de inimizade interétnica.

Quanto à concepção espacial, é certo que até o parlamento de Quillín a ideia de um *limes* estacionário e, de forma adjacente, de um complexo fronteiro que reconhecesse certos graus de autonomia indígena era ainda incipiente e embrionária. As atas revelavam que, mesmo com uma linha defensiva constituída no Biobío, o que predominava era a noção de uma zona de fronteira espraiada, uma fronteira em arquipélago. Esse complexo era formado a partir de um expandido conjunto de fronteiras (fortes e cidades, por vezes isolados), que juntas estruturavam uma zona de potencial expansão. Entretanto, o ressaltado sentimento de imobilismo ou a dificuldade de realizar qualquer pequeno avanço, já no século XVI, começava a reafirmar uma concepção mais ampla de fronteira, que galvanizava todas essas zonas conexas ou desconexas de ocupação. Esse processo foi estabelecido pelos eventos do Grande Levante e solidificado pelos novos projetos de ocupação do espaço e pelas tratativas dos Parlamentos, que fortaleceram a ideação do espaço meridional como um extenso complexo, uma Fronteira sustentada por pequenos e ameaçados rincões fronteiriços. Essa percepção era ainda forte e prevalente em 1641, como mostram as atas do Parlamento de Quillín, que mencionavam os profundos traumas oriundos da perdurante queda das cidades e territórios meridionais:

[...] ganaron las cinco más principales ciudades de Osorno, La Imperial, Angol, Villarrica, Valdivia y otras [...], y llevaron cautivos a los españoles que quedaron, con todas las mujeres y niños, de quienes se han servido como de esclavos por espacio de más de cuarenta y tres años. En que no solamente se han hecho fuertes y defendidos de las armas españolas del Real ejército que milita en el Estado y castillo de Arauco, y en el campo de San Felipe y fuerte de San Cristóbal, Talcamahuida y otros muchos, sin que en tanto tiempo se haya podido restaurar ni una

⁵⁵¹ ROSALES, Diego de. **Manifiesto apologético de los daños de la esclavitud del Reino de Chile**. In: AMUNÁTEGUI SOLAR, Domingo (ed.). *Las encomiendas de indígenas en Chile*. Santiago de Chile: Universidad de Chile, t. 1, 1909, p. 190.

almena, pero en las continuas batallas, correrías y encuentros que han tenido con nuestro ejército, nos han muerto muchísima gente española, y entre ella mucha nobleza⁵⁵².

Contra os ecos estonteantes provindos das lembranças de 1598-1604, pouco fora feito. A noção compartida de espaço, domínio e poderio, no entanto, ainda estava afeita ao reconhecimento dos centros de povoamento perdidos e dos poucos novos criados como espaços de conquista, avanço e dominação. A *frontera* ainda era *de guerra* e ainda era um arquipélago, pontuada por pequenas porções distanciadas umas das outras, que compreendiam alguns fortes mais ou menos equidistantes no Biobío, alguns postos avançados para além de suas margens (Arauco, Tucapel, Angol, Paicaví, Boroa etc.) e a fronteira *de arriba* capitaneada por Castro, enclave citadino, e por fortes insulares ou costeiros como Chacao (Chiloé), Calbuco e Carelmapu.

Ao Norte, no começo da *Tierra de Guerra*, essas fortificações defensiva/ofensivas começaram a agrupar-se como um *limes* nas margens do Biobío no alvorecer do século XVII. Isso levou variadas análises a conceberem o curso desse rio como um *front* estático, como se a expansão fosse barrada por uma política definitiva de não avanço ou como se, se possível fosse, os espanhóis não corressem impetuosamente a esmagar as províncias indígenas livres. O Biobío como um limite peremptório e definitivo jamais existiu historicamente⁵⁵³. O arquipélago fronteiro nunca foi totalmente conectado também, o que nos mostra que por todos os séculos coloniais a “fronteira” sempre foi um espaço mais bem descrito no plural. É por isso que no segundo parlamento de Quillín (1647) falava-se sobre a vinda de “[..] toquis generales, y caciques principales de las fronteras de la guerra [...]”⁵⁵⁴ para negociar e estabelecer as pazes. A mudança fundamental na percepção foi que essas espacialidades fronteiriças diversas, que formavam a *Tierra de Guerra*, começaram a ser representadas dentro de uma zona entendida como ampla, amorfa e de valor referencial. Entretanto, demoraria ao menos mais um século para que uma visão mais macroscópica de Fronteira fosse coadunada com a perspectiva plural e mais comum das *fronteras de guerra*.

Essa Fronteira, como espaço expandido, macroscópico e genérico, foi também fruto de uma percepção extrínseca que pouco atentava para a variedade e complexidade fronteiriça

⁵⁵² *Parlamento de Quillín de 1641*, p. 107-118. In: PHM, 2015, p. 108.

⁵⁵³ Isto pode ser demonstrado em um estudo de caso que relata a história do forte de Talcamávida ou Santa Juana (1626), construído na margem sul do Biobío: ESPINOZA VENEGAS, Fernando. **De Tralca-Mawida a Santa Juana**. Despliegue Histórico de una Localidad en la Frontera del Biobío (1550-1980). Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso, 2014.

⁵⁵⁴ *Ibid.*, p. 123. *Parlamento de Quillín de 1647*, p. 123-134.

chilena. Em cédula régia de 1690, a coroa arguia às autoridades chilenas para que atentassem sobre os direitos e exceções tributárias que “[...] gozan los indios de la frontera de la guerra [...] que la excepción y privilegio [...] se debía entender mientras residen en sus pueblos y reducciones y me sirven como soldados en la frontera de guerra [...]”⁵⁵⁵. O decreto, que valia para toda a fronteira de guerra, concebia implicitamente uma espacialidade ampla e homogeneizada em suas idiossincrasias políticas e humanas. Pode-se sugerir que documentos como esse preconcebiam a situação chilena como uma condição macroscópica de guerra, administração e ocupação espacial; uma engrenagem de um império mundial que há tempos encontrara uma baliza impávida ao seu avanço. A distância espacial e o desconhecimento das experiências e vivências locais faziam com que as múltiplas realidades fronteiriças *in loco* fossem interpretadas como uma grande situação, um quadro amplificado de Fronteira de guerra. Outra cédula real, outorgada após a rebelião geral de 1723-1726, voltou a tratar da Fronteira amplificada (desta vez, sem o termo “de guerra”). O texto tratava do perdão concedido aos índios rebelados e das iniciativas que deveriam ser tomadas para a pacificação geral. Além disso, parabenizava o trabalho das autoridades chilenas em relação a “[...] lo ejecutado por vos para la pacificación conseguida de los indios bravos, y para la mayor seguridad y resguardo de esa Frontera”⁵⁵⁶. Falava-se cada vez mais da Fronteira como unidade espacial homogênea; uma realidade genérica, cada vez menos concebida como um conjunto variado de experiências cotidianas, de situações locais e de diferentes e pequenas fronteiras. Seguindo essa tendência, Don Manuel de Armat y Juniet, governador do Chile (1755-1761), declarava em ata do parlamento de Concepción o seu “[...] desvelo con que desde el primer día sin intermisión trabajo en reforzar la Frontera, cuyos Fuertes y Plazas con no estar concluidas el día de hoy, se hallan en el estado más respetable que con admiración de todos, nunca se han visto [...]”⁵⁵⁷.

Frontera agora era uma palavra aplicada à totalidade espacial das experiências hispânicas de limitação (às suas iniciativas expansionistas) e de diferenciação (com o sempre vivo crivo da alteridade entre o espanhol e o índio). Relativo a isso, não há por que crer que o processo de formação conceitual de uma Fronteira macroscópica tenha dependido apenas de um conjunto de ações ou de um arranjo de concepções imagéticas hispano-*criollas*. Certamente, as várias metamorfoses no mundo indígena, a produção política de grandes cacicados, a formação dos extensos *vutanmapus*, a expansão da atividade pecuária e a consolidação das *malocas* como

⁵⁵⁵ *Real Cedula sobre que los indios fronterizos que estuvieren fuera de sus pueblos si no se redujeren a ellos, tributen, incorporándolos a la corona, 27 de julio de 1690*, p. 355-356. In: FHTRCh, v. I, 1982, p. 355.

⁵⁵⁶ *Real Cedula aprobando lo ejecutado para pacificar los indios de la Frontera, 10 de diciembre de 1727*, p. 80-82. In: *Ibid.*, p. 82.

⁵⁵⁷ *Parlamento de Concepción de 1759*, p. 257-260. In: PHM, 2015, p. 257.

elementos da cultura bélica mapuche exercerem diferentes graus de influência na confecção de um complexo fronteiro em grande escala e no desenvolvimento de uma ideia hispânica de “grande Fronteira”⁵⁵⁸. Ponderar o papel indígena na instauração, consolidação e transformação das fronteiras no Novo Mundo é demasiadamente relevante, sobretudo na medida em que re-toma o protagonismo de um dos grupos históricos fundamentais da história fronteira, geralmente subsumidos e alienados de dentro das discussões sobre a formação das fronteiras americanas, como bem pontuou Margarita Gascón⁵⁵⁹.

A intercambialidade do termo *frontera* alcançava o âmago da própria experiência fronteira chilena. Desde 1529, já se compartia a noção de que o Estreito de Magalhães era a última etapa da conquista e ocupação ibérica ao sul do Novo Mundo, com sugestões mais míticas do que empíricas da existência de uma *Terra Australis* à espera de descoberta para além do dito Estreito. As capitulações desse período, como a de Símon de Alcazaba, estabeleciam que o Estreito seria uma espécie de fronteira natural dos domínios espanhóis. Como donatário de *Nueva León*, região que se estenderia por duzentas léguas do fim da governança de Pizarro até o Estreito, Alcazaba y Sotomayor era congratulado com a oportunidade de “[...] poblar, descubrir y conquistare las tierras y provincias [...] continuando, sin perjuicio de las gobernaciones que hasta hoy por nos están proveídas y adelante proveyéremos”⁵⁶⁰. Embora a coroa pensasse nessa região, *a priori*, como um espaço relevante de expansão, muito dos seus insucessos em alcançá-la e povoá-la deveu-se à instauração das fronteiras de guerra no caminho de descida ao Estreito. A relativa rapidez da queda do império inca trouxera para o patrimônio régio uma porção enorme de novos domínios territoriais e, não havia por que não acreditar que a conquista de paragens que, aos olhos hispânicos, eram menos civilizadas, interporiam qualquer desafio considerável. Essa noção é perceptível nos primeiros relatos de Pedro de Valdivia e nas diversas descrições de conquista da expedição de Diego de Almagro, ainda em 1536. Nelas, falava-se sobre os descobrimentos e conquistas a serem realizados em uma nova etapa expansiva, como podemos visualizar na seguinte *probanza* de um dos partícipes da hoste de Diego de

⁵⁵⁸ ZAVALA CEPEDA, José Manuel. **Los mapuches del siglo XVIII**. Dinámicas interétnicas y estrategias de resistencia. Temuco: Ediciones Universidad Católica de Temuco, 2009, constrói um ótimo apanhado histórico desse conjunto de mudanças.

⁵⁵⁹ GASCÓN, Margarita. La frontera en Arauco en el siglo XVII: recursos, población, conocimiento y política imperial. **Frontera de la Historia**, Bogotá, v. 8, p. 153-182, 2002. Seu estudo sobre a fronteira araucana no século XVII ainda trouxe dois importantes pontos. primeiro, a constatação do aspecto polissêmico do termo *frontera*. Em segundo lugar, a proposição de uma interessante chave interpretativa para essa trama, propondo que a constituição das fronteiras estava atrelada à relação local entre recursos, populações e conhecimentos (naturais e antropológicos). Disso, produzir-se-iam as formas políticas da fronteira de guerra e as políticas reais para esse espaço.

⁵⁶⁰ *Real cédula determinando cómo y dónde deberán medirse las doscientas leguas que se habían concedido a Alcazaba, Toledo, 29 de julio de 1529*, p. 202-205. In: CDIHC, t. III, 1889, p. 202.

Almagro: “[...] donde [...] padecieron muchos trabajos, y en el camino descubrieron las provincias de los Charcas y Collao [...] y las provincias de Copayapo, Chile, y Maule, y todo lo que está poblado desde el Cuzco hasta las dichas provincias de Maule”⁵⁶¹. Neste quadro expansivo, o Chile ainda não se constituía como Fronteira, nem mesmo como uma província ou governação, mas apenas como uma etapa temporária da expansão, um espaço amorfo além das áreas já asseguradas de domínio espanhol. Não obstante, a morte de Valdivia, em 1553, e os insucessos posteriores deslocaram a percepção do Chile como uma etapa expansiva para a compreensão deste agora “Reino” como uma obstrução perene e renhida ao avanço espanhol, uma fronteira de guerra ao sul do Peru.

Quase trinta anos depois, a *Descripción de las Indias Occidentales* de Juan de Velasco descrevia o Chile como o reino “[...] más apartado y lejos de España en lo descubierto en las Indias Occidentales [...]”⁵⁶². O distanciamento geográfico criava uma percepção de isolamento, agravada pelo reconhecimento de que havia uma conquista inconclusa e pela exaltação do valor militar dos araucanos que, segundo o levantamento feito pelo *letrado* espanhol, estavam bem provisionados, fortes e assentados “[...] en las comarcas de las ciudades de la Concepción y los Confines y de la Imperial, y provincias de Arauco y Tucapel y valle de Puren, en los montes y quebradas de la cordillera del Pirú [...] adonde se han hecho fuertes”⁵⁶³. Embora Velasco reconhecesse que a jurisdição da governação se estendia até o Estreito, não pestanejava em afirmar que a última *población* era a isolada Castro, estando Concepción e todas as cidades ao sul dela contingenciadas pela guerra. Percebe-se que, no olhar distanciado e indireto dos burocratas que formavam o Conselho das Indias, o território do Chile passava cada vez mais a ser visto como um espaço estanque e conflitivo. A colonização do Estreito, que deveria produzir a última e definitiva fronteira no Novo Mundo, era em parte impedida pela não concretização da pacificação araucana. O vice-rei Francisco de Toledo (1580) parecia bem consciente dessa expectativa não concretizada, ao sugerir que “[...] si se abre la navegación del Estrecho será la frontera de este reino [...] para que con más causas y razón se había de sustentar lo del reino de Chile”⁵⁶⁴. Não obstante, o Estreito jamais passou a ser uma das fronteiras do Chile espanhol.

Havia outras fronteiras diferentemente relevantes para a Espanha na América. A expansão jesuítica entre os guaranis e os assentamentos entre os chiriguanos, os caminhos de

⁵⁶¹ *Información de méritos y servicios del capitán Jerónimo Costilla, Cádiz, 5 de diciembre de 1550*, p. 179-194. In: *Ibid.*, p. 183.

⁵⁶² LÓPEZ DE VELASCO, Juan. **Geografía e descripción universal de las Indias**. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Fortanet, 1894, p. 513.

⁵⁶³ *Ibid.*, p. 518.

⁵⁶⁴ *Carta del Virrey Francisco de Toledo a Su Majestad sobre asuntos de gobierno y guerra del reino de Chile, Callao, Ciudad de los Reyes, 9 de abril de 1580*, p. 28-33. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. III, 1959, p. 29.

aventureiros e religiosos na Califórnia, a *Comanchería*, a lenta e dificultosa selva amazônica etc. A União Ibérica aprofundou as possibilidades expansivas. Não obstante, nenhuma dessas fronteiras parece ter consumido quantitativamente tantos recursos e deliberações quanto a intrincada situação chilena. No século XVII, as mais altas instâncias governamentais já pareciam ter aceitado e reconhecido a existência formal de uma situação fronteiriça. Quillín marcara simbolicamente a aceitação parcial da coexistência fronteiriça, reconhecidamente marcada pela existência de espaços relativamente autônomos e apenas em letra “submissos”; espaços que deveriam pertencer ao reino castelhano, mas que subverteram essa condição pelos usos exitosos da guerra por parte de seus povos originários⁵⁶⁵. A própria coroa acabou por reconhecer a existência de um espaço diferenciado de fracasso ocupacional, que impunha um limite às suas forças, decidindo por frear a guerra de conquista e buscando pacificar os povos *de guerra* com o uso dos missionários jesuítas. Entretanto, nenhum rei de Castela jamais admitiu a independência ou a liberdade integral, sem restrições, destes indígenas das fronteiras de guerra em relação à suserania e ao domínio reais. Nesse cenário de readequações nas formas, disposições e concepções fronteiriças, o começo do século XVII foi certamente um período de metamorfoses fundamentais. A Fronteira passou cada vez mais a tornar-se um referencial espacial ampliado, limítrofe, pouco balizado (em sua acepção genérica) e marcado por uma alteridade preponderante; um espaço que tendia a um imobilismo relativo, causado pela equivalência das forças que o disputavas, embora fosse também dinâmico, nas circulações entre as partes, nos intercâmbios culturais e nas cada vez mais raras e arriscadas tentativas espanholas de romper a fronteira pela guerra, ampliando-a terra adentro; um território de guerra, onde os sonhos de pacificação esmoreciam, embora nunca sumissem; um “reino” espanhol nos limites do Novo Mundo, lugar onde a Espanha olhava para o outro e confrontava-o, vencendo ou perdendo, negociando e comercializando, defendendo ou atacando, avançando ou recuando. Sucessos e insucessos sucediam-se sem a vitória final hispânicas: para uns, isso significaria a ação cristianizadora, para outros, o extermínio dos “índios rebelados”, para alguns mais, a escravidão dos nativos, ou a submissão obediente manifesta nos tributos e nos trabalhos laborais devidos. Por trás deste quadro estava um espaço onde a falta de resultados definitivos era compensada pela volatilidade das situações. Nada parecia irremediável: fortes eram feitos, desfeitos e refeitos,

⁵⁶⁵ As atas do Parlamento de Quillín relatam o seguinte: “[...] habiéndolas oído el Marqués, les representó las que había de conveniencia para que no fuese otro el lugar para asentar las capitulaciones que se deseaban, sino el ya señalado de Quillín, por ser en medio de las fronteras y sitio neutral y despoblado”: *Parlamento de Quillín de 1641*, p. 107-118. In: PHM, 2015, p. 113. O marquês de Baidés parece estrategicamente ter escolhido um território incontestado que, por ser considerado provavelmente uma localidade não litigiosa, poderia ajudar a selar os pactos de paz, sem o simbolismo significativo que desequilibraria a balança, caso as conversações fossem travadas em uma cidade ou forte espanhol ou em uma “província rebelde” mapuche.

idades fundadas sumiam no turbilhão das rebeliões e outras cidades surgiam nos passos da pacificação, populações indígenas experimentavam declínios e crescimentos, aniquiladas por seus inimigos, pelas doenças ou pela desintegração cultural, ao mesmo tempo em que outras comunidades expandiam-se, renovando sua cultura e fortalecendo-se econômica, política e socialmente, aliando-se, traindo ou confrontando os hispano-*criollos*, imprimindo seus próprios ritmos à sua realidade fronteiriça. Não podemos nos esquecer que a Fronteira foi tão mapuche quanto espanhola.

Dentro dos debates sobre as fronteiras coloniais no Novo Mundo, é inegável o peso e da contribuição historiográfica feita pelos chamados *estudios fronterizos*, capitaneados pelos trabalhos do historiador chileno Sergio Villalobos. Uma de suas premissas mais importantes foi o confronto com a historiografia nacional tradicional que propunha o “mito da guerra distendida” entre espanhóis e indígenas, que teria durado todo o período colonial, caracterizando esse espaço fronteiriço. Em oposição, Villalobos propunha um conceito revisitado de *Frontera*, propondo-o como contraponto à ideiação de uma relação fronteiriça de séculos de guerra. Esse pressuposto fronteiriço, no entanto, pouco contemplava o histórico de combates inerentes à dinâmica de *población, conquista e pacificación* do século XVI. Villalobos restringiu-se a classificar esse período como um momento de lutas constantes e violência acentuada, 112 anos de “fronteira de luta”. Não obstante, esse quadro de choque e tensão teria ocorrido “[...] sin constituir todavía un sistema de relaciones fronterizas”⁵⁶⁶. Seu conceito de fronteira limitava-se a pensar o “fronteiriço” predominantemente em termos estáticos, um limite resolutivo e pouco variou após as grandes rebeliões do século XVII. Dessa forma, o historiador relacionava o seu conceito de *frontera*, ao que constituiria seu elemento formador, um conjunto de *relaciones fronterizas*. Essas relações formavam, a seu ver, a espinha dorsal do seu conceito.

⁵⁶⁶ VILLALOBOS, Sergio. **Vida fronteriza en la Araucanía**. El mito de la guerra de Arauco. Santiago: Andrés Bello, 1995, p. 35. Uma posição similar foi adotada pela historiadora Andrea Ruiz-Esquide Figueroa em sua análise dos “índios amigos” na fronteira araucana, que pontuou o século XVII como período formativo da fronteira. Esta mesma fronteira, segundo a historiadora, seria pautada em um conjunto de interrelações sobretudo pacíficas entre os dois universos culturais, a ponto de caracterizar a vida militar fronteiriça como “monótona”: “La vida fronteriza se desarrollaba, en lo militar, con bastante monotonía”: RUIZ-ESQUIDE FIGUEROA, Andrea. **Los indios amigos en la frontera araucana**. Santiago de Chile: DIBAM, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 1993, p. 13. Sua análise destacava que os índios amigos apareceram como uma “instituição fronteiriça”. O nascimento dessa “instituição” remeteria aos parlamentos de início do século XVII e mais especificamente a uma missiva régia de 1622, que deixava definida a função e os direitos dos indígenas amigados. Não obstante, a posição de índios amigos e o próprio termo, certas vezes intercambiável com o de “pacificados”, pode ser constatado desde os primórdios da conquista. Embora não houvesse um cedulaário régio categórico e qualificativo anterior, os usos dessas populações e suas relações com os espanhóis não apareceram ou se desenvolveram a partir dos pressupostos estabelecidos nos tratados de paz do começo do século XVII, pois eram muito mais antigos. Ignorando essas relações, a historiadora preferiu denominar os indígenas que travaram relações pacíficas e intercambiaram experiências de serviço bélicas ou laborais com os espanhóis no século precedente de “índios auxiliares”, concluindo que, em sua maioria, tratavam-se de índios de *encomienda* ou yanaconas.

Não obstante os adendos e críticas que se possam fazer, uma contribuição fundamental dos Estudos Fronteiriços foi focalizar e dimensionar a Fronteira como um objeto de estudos bem delimitado. Estudos anteriores já haviam tangenciado o tema da fronteira sem, no entanto, tecerem uma reflexão mais aprimorada sobre o conceito, embora algumas dessas análises não deixassem de reconhecer que, mais que uma Fronteira linear e homogênea, era mais plausível reconhecer o conceito como um elemento plural, embora o Biobío ainda aparecesse como o paradigma central do espaço fronteiriço⁵⁶⁷. Por conseguinte, Villalobos estabeleceria alguns pressupostos de profunda reverberação na historiografia fronteiriça: (1) as relações fronteiriças seriam relações que se manifestaram apenas a partir do século XVII, quando houve a consolidação de fato de uma Fronteira; (2) a Fronteira como um espaço onde imperava uma lógica de superioridade e inferioridade civilizacional, havendo um povo dominante e um dominado⁵⁶⁸; (3) e a revisão crítica dos papéis fulcrais da violência, da vontade de dominar e, consequentemente, da guerra na caracterização, formação e manutenção das estruturas fronteiriças no sul do Chile. Essa tendência levou a uma continuada caracterização da Fronteira como um espaço de mestiçagem, trocas culturais e circulações econômicas quase desprovidas de afetações violentas, ao menos de forma mais coletiva e massificada. É o que Sergio Villalobos esforçou-se para demonstrar em seu quadro dos conflitos e rebeliões gerais na Araucanía, que provaria o quanto os conflitos gerais foram esmaecendo no decorrer dos séculos XVII e XVIII⁵⁶⁹. Justo quando, argumentava, as *relaciones fronterizas* consolidaram a Fronteira. Para ele, a própria “integração” da Araucanía no século XIX se deveria muito mais às *relaciones* que propriamente à guerra de conquista promovida pelo Estado chileno: “La convivencia fronteriza había sido el verdadero factor de integración iniciada en el siglo XVII”⁵⁷⁰.

Esta percepção teórica dos espaços fronteiriços revisava a função da guerra apagando-a ou afastando-a, quando possível, do quadro geral da história da “Fronteira”. Relegada

⁵⁶⁷ Góngora, ao analisar as dinâmicas que denominou de “vagabunje” e as relações de deslocamento e de contatos entre a *Tierra de Guerra* e as regiões transandinas reconheceu que: “[...] no sólo existe una frontera con los araucanos y llanistas al Sur del Laja y el Biobío, sino una nueva, que se va marcando conforme transcurre el siglo, hacia el Sur de la provincia de Cuyo”: GÓNGORA, Mario. **Vagabundaje y sociedad fronteriza en Chile: siglos 17-19. Cuadernos del Centro de Estudios Socioeconómicos**. Santiago de Chile: Universidad de Chile, Facultad de Ciencias Económicas, v. 3, nº 2, 1966, p. 22. Ver também JARA, Álvaro. **Guerra y sociedad en Chile, y otros temas afines**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1984.

⁵⁶⁸ “Es preciso definir las fronteras como las áreas donde se realiza la ocupación de un espacio vacío - si es que existen espacios vacíos - o donde se produce el roce de dos pueblos de culturas muy diferentes, sea en forma bélica o pacífica. Generalmente, el pueblo dominante procura imponer sus intereses y su organización, tareas que pueden prolongarse hasta muchos años después de concluida la ocupación, antes de dar pleno resultado”: VILLALOBOS, Sergio. **Vida fronteriza en la Araucanía**. El mito de la guerra de Arauco. Santiago: Andrés Bello, 1995, p. 10.

⁵⁶⁹ Ibid., p. 37-38.

⁵⁷⁰ VILLALOBOS, Sergio. **Tres siglos y medio de vida fronteriza**. In: VILLALOBOS, Sergio *et al.* **Relaciones Fronterizas en la Araucanía**. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1982, p. 64.

sobretudo ao primeiro século de contatos (emergindo, após, timidamente e em momentos apenas pontuais), a guerra manifestava-se mais no início da formação e modelação fronteiriças, sendo um prelúdio para a apoteose do espaço de Fronteira e para seus elementos constituintes posteriores. Este foi, certamente, um dos fatores mais discutidos e rebatidos da tese *fronteriza*⁵⁷¹. O espectro da violência, das lutas coletivas e da guerra não parecem ter esvanecido à medida que a Fronteira emergia; antes, como sugeriram Foerster e Vergara, “Desde este punto de vista podría interpretarse la historia fronteriza de la Araucanía como un estado de guerra latente entre mapuches e hispanos que se actualiza en ciertos momentos y períodos”⁵⁷². A proeminência das relações de paz sobre as relações bélicas foi questionada exemplarmente por Guillaume Boccara em alguns de seus pressupostos fundamentais. Em um primeiro exercício crítico, o antropólogo questionou sobre a validade de encarar a relação hispano-mapuche sobre uma ótica de superioridade espanhola que agiria em detrimento de uma inferioridade civilizacional indígena. Desse pressuposto estabelecido de que havia um dominador e um dominado, Boccara conclui que “[...] parece difícil hablar de españoles como dominantes y de mapuche como dominados, tal como se puede inferir de la definición de frontera [...]”⁵⁷³. O pressuposto da inferioridade civilizacional induziu os estudos fronteiriços a ignorarem alguns fatores fundamentais na dinâmica das fronteiras. Ao analisar o quadro histórico a partir de uma ideia macroscópica, perdia-se de vista certas realidades locais. Em especial, deixava-se em aberto a questão das relações políticas, das situações de poder, do crescimento socioeconômico, das dinâmicas culturais, da disposição espacial e das capacidades adaptativas que aconteciam dentro do “outro mundo”, o outro lado da fronteira: o mundo mapuche. Essa sociedade mapuche em câmbio, que Boccara perspicazmente denominou de “*los vencedores*”, não apenas produziu respostas efetivas às intromissões espanholas em seus espaços, como também, por meio de suas ações, foi parte fundamental na criação e nas transformações dos espaços fronteiriços no cone sul da América.

Do lado espanhol, esse processo envolvia a readequação das forças locais à tenaz resistência araucana. Relacionava-se também com as adaptações necessárias para resistir às novas situações bélicas e à incapacidade de apoderar-se por completo dos inimigos, sendo pontuado

⁵⁷¹ Uma discussão elaborada das principais proposições teóricas feitas sobre o tema até então pode ser vista em PARENTINI GAYANI, Luis Carlos. **Introducción a la Etnohistoria Mapuche**. Santiago de Chile: Ediciones de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1996, p. 58-78.

⁵⁷² Em um artigo revisionista da tese *fronteriza* de Villalobos, os antropólogos Rolf Foerster e Jorge Iván Vergara propõem uma mudança conceitual da ideia de uma relação fronteiriça para uma relação interétnica. No mais, ver FOERSTER, Rolf; IVÁN VERGARA, José. ¿Relaciones interétnicas o relaciones fronterizas? **Revista de Historia Indígena**, Santiago de Chile, n.1, p. 9-33, junio 1996, p. 14.

⁵⁷³ BOCCARA, Guillaume. **Los Vencedores**. Historia del Pueblo Mapuche en la Época Colonial. San Pedro de Atacama: Línea Editorial IIAM, Ocho Libros Editores LTDA, 2009, p. 211.

por pequenas vitórias e tremendos reveses. A passagem do século XVI para o XVII, por exemplo, foi pautada por um remodelamento radical das fronteiras. A despeito disso, não deixaram de ser fronteiras e terras “de guerra”. Retomando à crítica de Boccara, as ações e idealizações espanholas de conquista e dominação jamais saíram dos horizontes da visão prospectiva dos agentes imperiais. O que houve foi, mais acertadamente, uma modificação gradual, durante dois séculos, das ferramentas de submissão e de imposição do domínio. Dessa forma, a continuidade da fronteira entremeia-se com uma realidade na qual a guerra, embora mais espaçada, jamais se fez completamente ausente; uma mudança nas práticas de dominação, onde “La guerra ya no se resume en un conflicto armado. Mientras las armas son silenciadas, otros dispositivos siguen funcionando y llevan una guerra a través de otros medios”⁵⁷⁴. Como destacou o intelectual mapuche Arauco Chihuilaf, “El énfasis puesto en las relaciones pacíficas minimiza la envergadura de la guerra, quita significación a la conquista y a la resistencia frente a los conquistadores [...]”⁵⁷⁵, o que contribuiria para justificar a incorporação e o processo de subsunção dos mapuches ao Estado chileno. Nesse sentido, Chihuilaf assumia que o ato de detratar o mito historiográfico da guerra permanente no Arauco levou a própria historiografia revisionista a uma problemática concepção das relações históricas e do tônico da realidade fronteiriça, que apagava e obscurecia um panorama de conflitos, violências e resistências.

Por questões de recorte temporal e interesse analítico, eximimo-nos aqui de estudar o “poder civilizador” que caracterizou a maior parte das ações espanholas nas fronteiras chilenas nos séculos XVIII e XIX. Não obstante, convimos em afirmar que a expectativa de uma continuidade tácita na forma fronteiriça, estagnada em mais de dois séculos (do XVII ao XIX), parece ser uma redução crassa da dinâmica histórica da região. Igualmente, parece ser um pressuposto oriundo de uma falsa percepção de “monotonia” política, expansionista e bélica. Diversos trabalhos modernos demonstraram como as fronteiras chilenas passaram por diferentes transformações capitais no decorrer dos séculos. O trabalho de Leonardo Sólis, *maloqueros y conchavadores*, demonstrou dois pontos fundamentais desta transformação. O primeiro é a profunda dinâmica das populações indígenas com o espaço, compreendido como um campo aberto à ação, destituído de rígidas fronteiras políticas e possuidor de delimitações muito mais relacionadas às crenças autóctones, às formas e tempos da natureza e à circunscrição econômica (de comércio e subsistência) e sociofamiliar, oriundas das tradições nativas. O avanço das práticas pecuaristas e a nova tendência à caça massificada de gado *cimarrón* (selvagem) abriu

⁵⁷⁴ Ibid., p. 229.

⁵⁷⁵ CHIHUAILAF, Arauco. La prolongada Guerra de Arauco: ¿un mito plurisecular? **Amérique Latine: Histoire et Mémoire. Les cahiers ALHIM**, Paris, n. 19, p.79-109, 2010, p. 13.

as estepes transandinas para um processo de deslocamento e migração contínuo que amalgamou huilliches, araucanos, pehuenches, puelches e tehuelches⁵⁷⁶. Estudando a dinâmica de deslocamento das populações mapuches, Sólis percebeu que foi a ação indígena a responsável por abrir uma nova área de fronteira, a partir do século XVII. Começava a gênese e maturação de um complexo fronteiriço aberto, conflitivo e dinâmico, que se estendia pelos Pampas argentinos e margeava os assentamentos hispânicos que circundavam o Rio da Prata. Nesse espaço, diferentes etnias constantemente intercambiavam mercadorias, costumes, línguas e tradições em uma corrente transandina de circulação. A abertura dessa área de expansão e as ações de interação cultural, guerreira e econômica entre as populações pampianas e transandinas certamente causou mudanças fundamentais nas áreas fronteiriças araucanas. Em segundo lugar, o estudo identificava o século XVII como o período de ascensão e de consolidação das sociedades indígenas *maloqueras*, que iriam varrer diversas *estancias*, *pueblos* e áreas campestres espanholas no decorrer dos séculos vindouros, até que as famosas Campanhas do Deserto assentassem o poder dos Estados Nacionais contra as “nações” indígenas insubmissas. O *malón* ou *maloca*, teve importantes implicações não somente para a estrutura político-social e econômica dos grupos mapuches, mas também para a dinâmica de domínio espacial e de enfrentamento entre hispano-crioulos e indígenas⁵⁷⁷.

A dinâmica espacial dos grupos humanos fronteiriços e as constantes adaptações nas formas de explorar e utilizar o espaço e seus recursos produziram contínuas mudanças na experiência hispano-mapuche de fronteira. Foi o que propôs José Manuel Zavala Cepeda em sua análise da sociedade mapuche no século XVIII. Atentando para a ambiguidade do termo “fronteira”, que poderia significar uma percepção de limite e ao mesmo tempo referir-se a um espaço para expansão contínua (que era realizada por diferentes agentes, como militares, missionários, comerciantes etc.), o autor destacava que o problema geral entre espanhóis e mapuches não estava especificamente relacionado aos contatos pacíficos, por meio dos quais a rigidez

⁵⁷⁶ “Al partir del siglo XVII, la cría de caballos había tomado entre los araucanos una extensión tal, que no había región del territorio que no los tuviese en crecida cantidad [...] Al mismo tiempo que dilatarse la crianza del caballo, el araucano supo domarlo con destreza y adaptarlo en todos sus usos a su nueva vida, desde alimentación hasta la guerra. Sin este contingente tan eficaz, la característica guerrera del indio no habría podido resistir muchos años a la superioridad del conquistador”: GUEVARA, Tomás. **Psicología del Pueblo Araucano**. Santiago de Chile: Imprenta Cervantes, 1908, p. 86.

⁵⁷⁷ “Las malocas se diferenciaban de las guerras hispano-indígenas, tanto por el número reducido de conas que participaban de ellas, como por el carácter selectivo de sus objetivos: los ataques de los maloqueros no estaban dirigidos contra los fuertes o guarniciones fronterizas, sino contra las estancias ganaderas. Otros rasgos distintivos fueron su corta duración, su intensidad logística y su periodicidad”: LEÓN SOLIS, Leonardo. **Maloqueros y Conchavadores en Araucanía y las Pampas, 1700-1800**. Temuco: Ediciones Universidad de La Frontera, 1990, p. 20. BENGIOA, José. **Historia de los Antiguos Mapuches del Sur**. Desde antes de la llegada de los españoles hasta las paces de Quilín. Santiago: Catalonia, 2003, defenderia que, após a adoção do cavalo e da pecuária, os mapuches se transformariam numa sociedade ganadeira.

fronteiriça tendia a esmaecer, dirimindo-se em delimitações mais básicas de habitat e vivência. A oposição se dava principalmente quando os indígenas eram confrontados com intenções de dominação direta, o que gerava corriqueiramente reações violentas, como os levantes e rebeliões. Nessa leitura da história fronteiriça, a estabilidade perene da Fronteira, sua estabilização tendendo à mestiçagem, à pacificação e à aculturação, apenas poderia ocorrer devido a algum engessamento das relações hispano-mapuches, o que de fato jamais ocorreu. Zavala inclusive propôs que a araucanização dos Pampas, a expansão socioeconômica, política e cultural mapuche rumo ao Leste foi, junto com a intensificação do comércio indígena transandino e com o crescimento demográfico desses grupos, prova cabal de um “apogeu” mapuche, uma sociedade que, assim como a realidade fronteiriça que conformava, jamais se manteve estática.

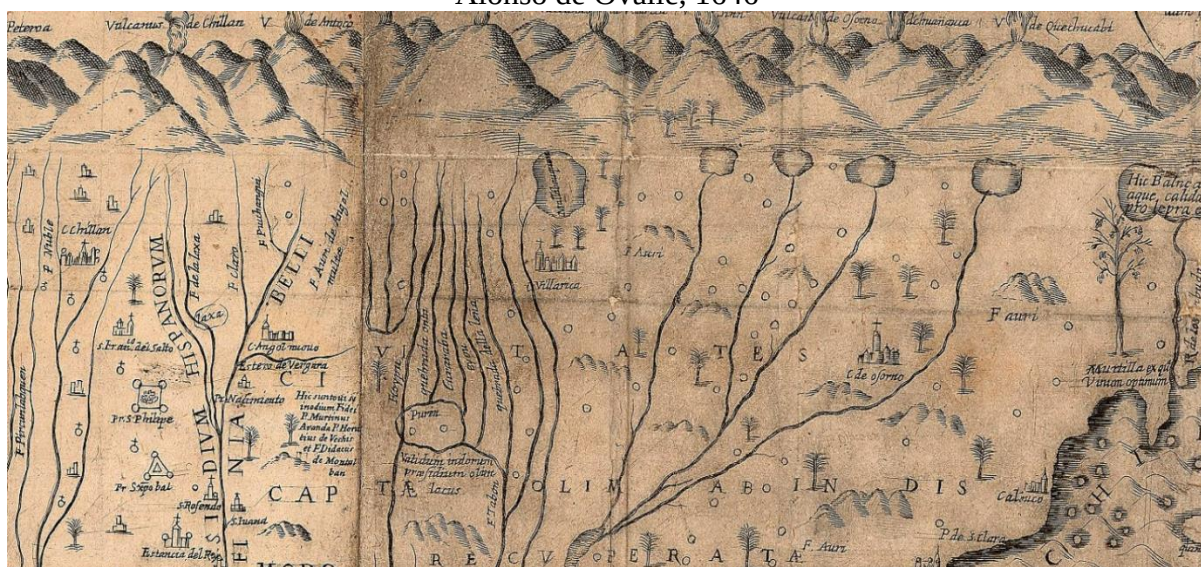
Os estudos atuais sugerem uma realidade fronteiriça fluida e variada entre os séculos XVIII e XIX⁵⁷⁸, longe de qualquer engessamento. Ademais, também não há por que negar a existência de uma situação fronteiriça ainda no século XVI. O que buscamos propor aqui é, ao dirimir a ideia de que as fronteiras chilenas ganharam forma e essência no decorrer do século XVII, afirmar que as profundas modificações da relação dos espanhóis com o espaço de guerra, no começo deste mesmo século, engendraram novas formas de conceber o avanço e a dominação da terra e das fronteiras de guerra araucanas. O Biobío foi cada vez mais representado como um *limes* entre uma área mais rigidamente controlada e um espaço de possibilidades, onde a expansão dar-se-ia por formas bélicas atenuadas ou por formas menos drásticas de dominação. Não obstante, embora as construções de fortes e cidades agora ocorressem de forma menos dispersa, o complexo fronteiriço jamais abandonou sua forma de arquipélago. Da mesma forma, jamais houve um reconhecimento formal da independência dos mapuches nos espaços fronteiriços. O parlamento de Quillín, que tradicionalmente foi exaltado como o marco principal do reconhecimento espanhol da autonomia indígena e do estabelecimento da Fronteira hispano-mapuche, reconhecia essas populações como vassalas da coroa, que “[...] habían de estar en cabeza de S.M. y debajo de su Real amparo, reconocerle vasallaje como a su señor, y que con esto se volverían a poblar sus tierras y los españoles podrían reedificar sus antiguas ciudades”⁵⁷⁹. Já sabemos que, embora os espanhóis percebessem os Parlamentos como negociatas diplomáticas desproporcionais (não havia o reconhecimento formal da equiparação política e da liberdade de autodeterminação plena dos indígenas), os *ulmenes e toquis* costumavam buscar

⁵⁷⁸ Esta era uma realidade comungada por diversos povos ameríndios que não haviam se dobrado ao avanço espanhol, adaptando suas culturas e suas formas de fazer guerra e prevalecendo independentes nos séculos subsequentes. Sobre este tema, ver WEBER, David J. **Bárbaros**. Spaniards and Their Savages in the Age of Enlightenment. New York: Yale University Press, 2005.

⁵⁷⁹ *Parlamento de Quillín de 1641*, p. 107-120. In: PHM, 2015, p. 113.

tecer importantes e produtivos tratados para seus povos. A fronteira do Biobío, portanto, era menos uma política duradoura de defesa e proteção de um império distendido que uma solução temporária para a incapacidade básica de povoar com eficácia os espaços da *Tierra adentro*. Mas o sonho expansivo jamais morreu. Em 1645, Valdivia foi repovoada, e até o final do século vários fortes e praças encontravam-se abaixo da linha defensiva formal do Biobío. Ainda assim, criava-se cada vez mais a impressão de que Concepción marcava o início de uma espacialidade limítrofe, marcada essencialmente pela guerra (ainda que a guerra aberta e generalizada diminuísse cada vez mais), por diversas outras formas de violência e, principalmente, por uma população indígena não submetida. O mapa de Alonso de Ovalle fornece-nos uma interessante perspectiva dessa visão. Às margens do Biobío pode-se ver um conjunto de fortificações, formando um cinturão defensivo em torno do Chile Central. Na margem Norte o mapa traz escrito *praesidium hispanorum*, enquanto a margem Sul traz o termo *confinia belli*, demarcando o início da *Tierra de Guerra*⁵⁸⁰. A partir daí, o mapa redesenha os espaços fronteiriços, revivendo a localização das cidades caídas e informando os locais das mais desvantajosas derrotas espanholas. Era a reconstrução fantasmagórica de um espaço quase todo perdido e desolado, mas nunca completamente abandonado⁵⁸¹.

Figura 8 - Tábula Geográfica do Reino do Chile, Cordilheira (do rio Nuble ao Reloncaví), Alonso de Ovalle, 1646



⁵⁸⁰ Respectivamente, “proteção espanhola”, em tradução livre, e “fronteiras de guerra”, também em tradução livre.

⁵⁸¹ Um breve apanhado histórico das formas de representação cartográfica do território colonial chileno pode ser visto em BISBAL-GRANDAL, Ignacio. El paisaje araucano en la cartografía de 1545 a 1646: una imagen del territorio basada en el dominio. **Revista AUS**, Valdivia, n. 26, 2019, p. 4-9.

espanhóis e as diferentes maneiras pelas quais a alteridade manifestava-se nesses espaços de choque e de relações interétnicas. Em nível mais local, há de investigar-se o peso da tradição fronteiriça espanhola na formação e consolidação das fronteiras de guerra chilenas⁵⁸³. Pode-se também trabalhar com uma área ainda pouco explorada: o quanto da Fronteira é oriunda da ação indígena? A etno-história certamente pode inverter a equação, dimensionando a formação das fronteiras de guerra como um resultado processualmente dependente sobretudo da ação indígena. Certamente, muitas lacunas e possibilidades epistêmicas não cobertas ou pensadas por esta tese e por trabalhos anteriores irão ascender como novas “fronteiras” de pesquisa.

As formas de territorialização dos poderes hispânicos no Chile colonial foram corriqueiramente confrontadas com a incapacidade de efetivá-los. Seja por causa das várias formas de oposição nativas, seja pela contradição entre certas ideias e políticas espaciais e os desejos e ações dos agentes locais, a fronteira assumiu formas muito mais influenciadas pelas eventualidades locais que pela ação categórica de agentes externos. A complexidade da relação entre a visão macroscópica do espaço e a sua vivência microscópica levou a historiadora Tamar Herzog a sugerir que “[...] a extensão e a forma que os territórios adoptavam dependiam mais da interacção humana do que de divisões estáveis e formais”⁵⁸⁴. O imbróglia fronteiriço, portanto, perpassava a capacidade hispânica de conceber políticas espaciais amplas ao mesmo tempo em que lidava com as peculiaridades de suas várias terras e fronteiras de guerra. Dessa realidade um tanto frustrante para os conquistadores espanhóis no Chile, desenvolveram-se duas dimensões discrepantes e correlatas. Ao norte do Biobío, formou-se um espaço mais estável e bem controlado, uma terra de *encomiendas*, de indígenas reduzidos, de exploração de jazidas mineiras e de outros materiais rentáveis para os cobiçosos povoadores; mais ao Sul, formou-se uma espacialidade fluida, pontuada por marcos físicos e simbólicos de um poder semipresencial espanhol, perpetuamente sob ameaça e com potencialidade de tornar-se o chão do próximo passo da expansão ibérica ou a nêmesis de todo o projeto colonial hispânico na região. Uma terra de guerra, de “naturais” rebelados e de províncias indígenas em constante estado de revolta. Essa realidade, geralmente denominada de fronteira de guerra, foi um dos principais desafios de manejo e gestão para os governadores, soldados e clérigos hispânicos no começo

⁵⁸³ PAYÀS, Gertrudis; ALONSO, Iciar. La Mediación Lingüística Institucionalizada en las Fronteras Hispano-mapuche e Hispanoárabe: ¿Un Patrón Similar? **História**, Santiago de Chile, v. I, n. 42, 185-201, enero-junio, 2009. O texto propõe uma aproximação entre a figura história dos alfaqueques na fronteira entre os reinos cristãos e o Al-Andaluz e a dos cargos institucionais de mediação fronteiriça no Chile (comissário de nações, capitães de índios, tradutores etc.), visto que ambos eram cargos oriundos de uma relação de fronteira e conflito, responsáveis por estabelecer mediações e acordos entre as comunidades em litígio.

⁵⁸⁴ HERZOG, Tamar. **Fronteiras da Posse**: Portugal e Espanha na Europa e na América. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, p. 376.

do século XVII. Lembremos de encarar as fronteiras, daqui em diante, como “[...] un proyecto, que se concreta por el ejercicio de los poderes que la definen, preservan, protegen y redefinen cada vez que la contemplan amenazada o atacada”⁵⁸⁵. Esse “projeto” nunca completamente encerrado surgia corriqueiramente como ponto de debate de certas propostas político-espaciais. Prossigamos, portanto, com a análise das concepções ideológicas, das propostas teóricas e das proposições administrativas e militares que enxamearam o convalescente Reino do Chile nos anos que se seguiram às rebeliões de 1598-1604. Façamos, ao mesmo tempo, um esforço para entender como essas ideias foram efetivadas e como as situações locais e cotidianas influenciaram a modelagem e a afirmação de um novo conjunto fronteiriço, a fronteira do Biobío que, como mostramos, no futuro tornar-se-ia o símbolo maior da Fronteira chilena. Insistimos em lembrar que esses eventos foram precedidos por um colapso da antiga forma fronteiriça, que embora não tenha jamais sido abandonada em definitivo, foi recorrentemente transformada pelos mais urgentes eventos político-militares e pelas mais sutis transformações demográficas e socioeconômicas. Lembremo-nos também de que todo esse processo é bilateral. Os feitos e ações indígenas conformaram as formas, as definições e as relações humanas nas fronteiras, agindo como elemento operativo de delimitação entre grupos, espaços e situações (a *Tierra de Guerra* e a pacificada, o índio amigo e o índio de guerra, o cristianizado e o pagão etc.) e como mecanismo de produção de uma alteridade potencialmente reativa, sobre a qual travam-se batalhas até os dias de hoje.

Projetos Militares, Missionários e Territoriais: táticas e estratégias para vencer a guerra de Arauco e pacificar as fronteiras de guerra

Os capitães

Acossados pelas urgências oriundas da rebelião, lidando com uma população indígena majoritariamente refratária à sua presença e experienciando um completo hecatombe socioeconômico, alguns dos principais líderes espanhóis no Chile reuniram-se em Concepción para um conselho de guerra, em fevereiro de 1601. Deliberavam coletivamente sobre como proceder para mitigar as perdas, reocupar espaços perdidos, socorrer os sitiados, saciar os famintos, armar os desarmados, vestir a soldadesca desnuda e reordenar os desorganizados espaços produtivos que se encontravam parcial ou completamente sob poder dos *indios de guerra*. O conselho

⁵⁸⁵ MANTECÓN MOVELLÁN, Tomás A.; TRUCHUELO GARCÍA, Susana. La(s) frontera(s) exteriores e interiores de la Monarquía Hispánica: perspectivas historiográficas. **Historia Crítica**, Santiago de Chile, n. 59, p. 19-39, 2016, p. 21.

era coroado (e convocado) pela presença proeminente de Alonso de Ribera, o novo governador recém-chegado do périplo Espanha-Panamá-Peru-Chile. Acompanhava-o, na ocasião, o mestre de campo Luis Jufré, o general Francisco Jufré e os capitães Fernando Cabrera, Juan de Ocampo, Fernando Vallejo, Francisco Ortiz de Atenas, Francisco Hernández Ortiz, Francisco Galdames, dom Juan de Quiroga, Martín de Iriza, Salvador de Cariaga, Juan Hurtado, Antonio Recio, Antonio de Avendaño, Sebastián García Carreto e, *primus inter pares*, o já experiente e afamado ex-governador (e futuro, pois voltaria ao cargo em 1605) Alonso García Ramón. Um grupo diverso de oficiais provindos dos quadros chilenos, peruanos e ibéricos. O evento ocorreu conflagrado pela importância dada por Alonso de Ribera em respaldar suas ideias bélicas. Tratava-se de uma necessidade básica de encontrar a melhor solução para apaziguar a rebelião, retomar o que fosse possível e reduzir os rebelados à força da lei espanhola. Ribera, portanto, expôs suas ideias e compartilhou-as com seus pares, arguindo-os a “[...] que cada uno de por sí viese y considerase acerca de lo referido el dicho apuntamiento y dijese lo que de presente convenía hacer con que el Rey nuestro señor fuese más servido”⁵⁸⁶, o que equivalia a traçar uma estratégia de curto e médio prazo de como lidar com o espaço de guerra e de como operar junto às dispersas e sitiadas fronteiras do reino que, por esse tempo, estavam em completa ebulição.

A urgência da situação era aumentada pelo risco de ver a rebelião estender-se para o Norte, em direção a Santiago e às demais cidades e vales não tocados ainda pelas revoltas sistêmicas. Apenas um ano antes, relatavam os capitães, nas imediações do rio Maule, “[...] los enemigos habían degollado a tres españoles y llevándose ocho mujeres españolas, y muerto al doctrinero fray Christóval Buiza [...]”⁵⁸⁷. Além do descalabro da situação, os capitães ainda davam conta de que os índios de guerra prosseguiram em ataques nas redondezas, campeando as estâncias e *pueblos* da região central, fazendo butins de gado, cereais e cavalos. O capitão Francisco Galdames de la Veja contava dez mulheres sequestradas, vários *muchachos* de serviço capturados e ao menos quatro soldados, um padre e o capitão Diego de Salas assassinados. Ademais, relatava que “[...] Con este buen suceso [...] se alzó Duao y Futagán, que son términos de Santiago”⁵⁸⁸. O aterrador é que os eventos aconteceram ao norte do Maule, uma área

⁵⁸⁶ *Pareceres que tomó Alonso de Ribera cuando llegó a Chile para el buen acierto en la guerra y Gobierno de aquel reino, Concepción, 16 de febrero de 1601*, p. 34-84. In: CDIHCh, Segunda serie, t. VII, 1982, p. 40.

⁵⁸⁷ ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, t. II, 1878, p. 358. Embora o documento do conselho de guerra de Ribera trouxesse alguns relatos do ocorrido, optamos por trazer o mais bem sintetizado e narrado trecho a partir da pena do padre Rosales, que escreveu cerca de setenta anos depois do fato com bastante e comprovada acurácia.

⁵⁸⁸ *Pareceres que tomó Alonso de Ribera cuando llegó a Chile para el buen acierto en la guerra y Gobierno de aquel reino, Concepción, 16 de febrero de 1601*, p. 34-84. In: CDIHCh, Segunda serie, t. VII, 1982, p. 60.

potencialmente próxima da cidade principal do Reino e de seus campos (como mostrado acima, frequentemente referida como *término de Santiago*), onde até então nenhum sinal de rebelião tinha sido seriamente detectado. Ver-se-ia Santiago, a principal fonte de braços e recursos locais para a guerra, ameaçada pela iminência da rebelião? A defecção do perigo ocorreu sem maiores danos e as diminutas forças rebeldes foram interceptadas e vencidas, obtendo-se até mesmo a recuperação de alguns reféns e bens roubados. No entanto, o prognóstico da situação exigia uma resposta que fosse capaz de afastar o perigo e dissuadir qualquer pretensão de maior vulto à indisciplina ou à rebelião indígenas no centro-norte do Reino. Em resposta a este ataque, García Ramón, recém-chegado do Peru e preferido do vice-rei Luís de Velasco para o governo, saiu a *campear* as populações indígenas entre o Maule e o Itata. Reagrupando as tropas com contingentes reunidos por conscrição em Santiago, o governador interino passou primeiro a Concepción e depois a Chillán, liderando expedições punitivas e debelando potenciais focos de tensão por toda a região do Itata ao Biobío. Alguns meses depois, após seguidas *entradas* às ribeirais de La Laja, Hualqui e Quilacoya, mais ciente dos movimentos dos inimigos e melhor assegurando os fortes e cidades ao norte do Biobío, García Ramón ensejou atravessar finalmente o rio para socorrer ao forte Arauco, que se encontrava sob cerco cerrado. A chegada do novo governador adiou esses planos e o conselho convocada teria como serventia principal decidir uma forma definitiva de ação para aquele momento.

As diferenças de opinião e os dramas pessoais entre os dois “Alonsos”, como os denominou Crescente Errázuriz, são bem apresentados nas obras desse e de Barros Arana. Ambos os historiadores fazem questão de destacar as diferenças de personalidade, as simpatias, as querelas subjacentes e as motivações referentes às ações e opiniões de cada um desses governadores e militares. Certamente, a leitura de suas obras trará, com a abundância do uso de fontes que lhes são características, uma visão mais ampla das desavenças entre os dois homens. Interessanos, para além das mais generalizadas antipatias, as diferentes propostas de como lidar e organizar o espaço. Para isso, nos aprofundaremos um pouco mais neste interessante e rico documento que é o conjunto de pareceres dos governadores e dos capitães reunidos em Concepción, preconizando, cada um deles, formas assemelhadas ou destoantes de lidar com a *Tierra de Guerra*. Ao contrário do que propôs Errázuriz, que considerava que a ordem de reunir e inquirir o conselho “[...] equivalía a ordenarles que apoyasen al gobernador, ya que tan rara vez se veía un ejemplar de independencia entre los subalternos cuando se trataba de asuntos jenerales

[...]”⁵⁸⁹, a fonte nos mostra uma grande e considerável diferença de perspectivas, que iam de ideias mais gerais às mais específicas, e de fórmulas similares a concepções ímpares. Duas ideias gerais predominavam. Um grupo via com bons olhos a noção de um avanço rápido e progressivo rumo à terra de guerra, insuflado pelos contingentes trazidos por Alonso de Ribera e financiados pelo *Real Situado* de 60.000 ducados anuais que o novo governador acabara de trazer da Península e das *cajas reales* do Peru⁵⁹⁰. Os espanhóis deveriam defender as posições cercadas, enviar soldados às ruínas de Valdivia e encontrar o coronel Francisco del Campo; ao mesmo tempo, deveriam campear a terra com terror, vigor e força, reduzindo as populações rebeldes com a força das armas. A construção de fortes espalhados e o repovoamento eram as palavras de ordem. O principal proponente dessa ideia era Alonso García Ramón. Alocando-se ao lado do novo governador, estavam os capitães que preferiam consolidar as posições defensivas junto ao rio Biobío (alguns até sugeriam posições mais ao Norte, no Itata), garantindo a segurança dos vales centrais e momentaneamente contentando-se em socorrer, fortificar e auxiliar o forte de Arauco (esse último ponto era unanimidade). Um avanço posterior era aceito na medida em que as condições necessárias surgissem e as possibilidades de sucesso fossem tangíveis.

As duas perspectivas gerais eram eminentemente bélicas. Ainda não se divisava qualquer paz negociada que pudesse implicar em um reconhecimento ao menos superficial da autonomia indígena. Também não se planejava uma trégua acordada. Ambos os proponentes preconizavam uma guerra de características “gerais”, ou *a fuego y sangre*, como chamavam os espanhóis à guerra sem quartel. “Geral” também por idealizarem uma mobilização quase completa dos recursos humanos e econômicos à disposição. Recursos esses que, embora melhorados pelas novas levas, jamais eram suficientes para manter o ritmo da guerra e impor uma vantagem às fustigadas forças espanholas. Ademais, a revolta ocasionara uma hecatombe não apenas humano, mas também econômica:

[...] en dos años [...] han muerto estos indios setecientos soldados, la flor de esta tierra y llevándose más de quinientas mil cabezas de ganado y más de diez mill caballos, y despojos más de trescientos mil duros, y

⁵⁸⁹ ERRÁZURIZ, Crescente. **Seis Años de la Historia de Chile [23 de diciembre de 1598 - 9 de abril de 1605]**. Santiago de Chile: Imprenta Nacional, t. II, 1882, p. 38.

⁵⁹⁰ “[...] deseando dar en todo el asiento que conviene a las cosas de aquel reino y rendición de sus naturales, le asignó S. M. 60.000 ducados de situación llevados en dinero y empleados en ropa de este reino para la paga y socorro de mil soldados efectivos [...]”: *Copia de los memoriales que Alonso de Rivera, gobernador y capitán general de las provincias de Chile ha dado en la ciudad de los reyes al Virrey Don Luis de Velasco en razón de las cosas que son menester para las dichas provincias*, Santiago, sin fecha, p. 222-229. In: CDIHCh, Segunda serie, t. VII, 1982, p. 223.

sobre todo la mayor arrogancia y soberbia contra nosotros que jamás se ha visto y nosotros por el consiguiente, perdidos los humos y las esperanzas de ver bonanza en este reino, porque S. M. no sitúa pagas a los que en él sirven. Hay en este reino mil soldados [...]”⁵⁹¹.

O documento, escrito pelo provedor Gregorio Serrano antes da chegada de Ribera, aconselhava a esse que pedisse 100.000 pesos de prata por ano, uma quantidade enorme e desproporcional para o período e finalidade, pois afirmava que “[...] acá no hay quien pueda dar un jarro de agua, que ya todo está acabado con cuarenta y un años de prolija guerra”⁵⁹². A despeito de parecer difícil alcançar a soma pretendida, apenas cinco anos depois estipulava-se um socorro provisório de 212.000 ducados anuais, aproximadamente 292.000 pesos, embora não todo em prata. O quadro aterrador da situação econômica era atestado também pela falência da prospecção aurífera, fator que levava a uma direta queda na arrecadação do *quinto real*, visto que das cidades do Sul “[...] no se saca oro ni hay otro aprovechamiento ninguno y que sólo queda Santiago y Coquimbo y que en sus términos se saca oro, aí no son nada los quintos y aprovechamientos [...]”⁵⁹³. Esse relato lamentoso encaminhado ao vice-rei e ao rei, foi consubstanciado pela interrupção fatal da mineração do precioso metal vindo dos entornos de Villarrica e das prodigas minas de Quilacoya, Itata e Hualqui⁵⁹⁴. Tratava-se de locais especialmente férteis, vales fluviais onde a capacidade de produção de culturas agrícolas e de criação de gado eram coparticipes de uma exploração prospectiva do subsolo, andando lado a lado com a potencialidade aurífera, suprassumo dos interesses espanhóis em qualquer área colonial. Essa rica estrutura foi parcial ou completamente obliterada por décadas de insegurança e por uma rebelião especialmente destrutiva. Até mesmo o *cabildo* de Santiago lastimava, em carta ao soberano, a enxuta receita dos quintos reais, causada pela indisponibilidade de mão-de-obra para o garimpo, “[...] por estar toda la tierra tan afligida con guerra que no da lugar a que los indios de paz saquen oro, por estar todos ocupados en hacer pertrechos de guerra”⁵⁹⁵. O estado de pauperismo dos cofres públicos levava a seguidas intervenções dos governadores nas propriedades e bens

⁵⁹¹ *Copia de una carta de Gregorio Serrano, Proveedor General del Reino de Chile, al Gobernador Alonso de Ribera, Santiago, 15 de octubre de 1600*, p. 20-21. In: *Ibid.*, p. 20-21.

⁵⁹² *Ibid.*, p. 21.

⁵⁹³ *Pareceres que tomó Alonso de Ribera cuando llegó a Chile para el buen acierto en la guerra y Gobierno de aquel reino, Concepción, 16 de febrero de 1601*, p. 34-84. In: *Ibid.*, p. 83.

⁵⁹⁴ “Es tierra fértil, llana y de mucho pan, vino y carne y abundantísima de todo género de mantenimientos; tienes cerca de sí las minas de Itata y Quilacoya y Gualqui, de donde con la paz se sacaba mucha cantidad de oro”: *Ibid.*, p. 57. Esse trecho, a primeira parte do fragmento textual supracitado, mais se assemelhava a um relato propagandístico, uma prática comum para ressaltar e chamar a atenção para as potencialidades da localidade. Não obstante, nada parece contrariar à ideia de que os vales do Maule e do Itata fossem locais com ampla potencialidade econômica.

⁵⁹⁵ *Carta de Santiago de Chile a S. M. sobre trabajos que se padecen, 19 de abril de 1601*, p. 115-116. In: *Ibid.*, p. 115.

dos *vecinos*. Os santiaguenses relatavam isso da seguinte forma: “[...] ni se puede acudir a la guerra sino es tomando a los vecinos sus haciendas y moradores y mercaderes, que es causa de que los unos y los otros están pobres y empeñados”⁵⁹⁶. O confisco era, ao que parece, uma prática comum e bastante odiada, visto não ser raro reclamações e pleitos dos *cabildos* sobre campanhas de taxaço e conscrição dos cidadãos. Pedia-se para que o rei fizesse cessar as ingerências dos poderes locais sobre seus bens, suas propriedades e suas vidas, pois não raro os homens eram convocados e reunidos para partirem rumo às guerras do Sul.

Os efeitos das guerras chilenas também alcançavam outras regiões, especialmente as que compunham o vice-reinado do Peru, que eram afetadas diretamente pelo desvio de seus impostos à coroa para financiar o *Real Situado*⁵⁹⁷. Por fim, a própria coroa reconhecia que o Chile era uma província deficitária e dispendiosa, onde a guerra prosseguia “[...] con tanto gasto de mi Real Hacienda, derramamiento de sangre de mis vasallos y con tan poco efecto, como se ha visto”⁵⁹⁸. Com uma tão grande necessidade de manter uma custosa força bélica, todos os líderes militares espanhóis no Chile, indiferentes à repercussão destes atos intrusivos e potencialmente disruptivos, concordavam que para manter a tropa e prosseguir operante na guerra sem fim que travavam, era necessário saquear às terras indígenas, arrebatando aos nativos os alimentos que laboriosamente conseguiam coletar, caçar ou plantar.

Alonso de Ribera deu notícia desse *modus operandi* quando pela primeira vez atravessou o Biobío e saiu a *campear* nas imediações do forte de Arauco, “[...] proveyendo de comidas el fuerte con la que se quita al enemigo [...] y es tanto lo que estos indios sienten el daño que se les hace en las comidas, por ser gente viciosa que pone toda su felicidad en ellas, que [...] vino un cacique en persona a tratar de paces”⁵⁹⁹. A desestruturação da vida e da capacidade produtiva foi um problema constante para as populações indígenas envolvidas na guerra de Arauco. As comunidades frequentemente perdiam força de trabalho para as atividades de guerra ou para a fuga necessária em direção aos inóspitos refúgios montanhosos. O colapso trazido pela guerra também não poupava o lado espanhol. Não obstante, os efeitos da falta de braços, da fome e da desestruturação comunitária atingiam com grande desproporção ao lado indígena. As atas do

⁵⁹⁶ Ibid., p. 83.

⁵⁹⁷ *Los oficiales reales de Quito sobre diversos asuntos, 29 de marzo de 1612*. In: MCD, PARES, AGI, vol. QUITO, 19, N.49, f. 1-2. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/414219?nm>>. Acessado em: 02 de novembro de 2021. O documento traz informações das ajudas enviadas sobretudo durante o governo de Alonso de Ribera, como também do uso de recursos na defesa de fronteiras e terras de guerra. Explicita-se também a pouca quantidade de ouro destinado à Península, visto seu uso corrente nas guerras locais.

⁵⁹⁸ *Real Cédula al Virrey del Perú sobre la resolución que Su Majestad ha tomado en las cosas de la guerra de Chile, 8 de diciembre de 1610*, p. 260-266. In: FHTRCh, v. 1, 1982, p. 262.

⁵⁹⁹ *Carta al Rey del gobernador de Chile Alonso de Rivera. Y un testimonio de la Gente de Guerra que había allí, Arauco, 10 de marzo de 1601*, p. 117-130. In: CDIHCh, Segunda serie, t. VII, 1982, p. 118.

Parlamento de Conuco (próximo a Concepción), demonstravam os motivos pelos quais algumas comunidades capitulavam e pediam a paz negociada: “La cruda guerra que se les a hecho y haçe en sus personas mugeres e hijos tierra sementeras y ganados y demás haciendas asolando-selas y destruyendoselas y visto por los susodichos los Continuos daños y destroços [...]”⁶⁰⁰. Embora houvesse proporcionalmente muito mais indígenas que espanhóis, as perdas espanholas foram sempre bem menores, mesmo em situações de vitória araucana. Além disso, por tratar-se de uma situação de povoamento, havia um constante deslocamento humano (nem sempre espontâneo, visto que a maior parte dos contingentes hispânicos vinham conscritos nas forças expedicionárias) em direção à *Tierra de Guerra*, o que permitia a manutenção de um certo número de forças, sobretudo a partir do século XVII, quando o *Real Situado* instaurou uma força militar permanente. Os recursos oriundos de outras partes do império também eram uma vantagem espanhola, que contava com toda uma infraestrutura mundializada que financiava e sustentava o conflito, mesmo que de forma cambaleante e intermitente. Os araucanos, por sua vez, não possuíam nada disso. Todo apoio era obtido entre grupos correlatos e comunidades cultural e socialmente aparentadas. Havia também a possibilidade de conseguir apoio de grupos indígenas transandinos. As fontes fazem referência a um grupo de dois mil puelches, uma etnia pampiana de indígenas não falantes do *mapudungun* que ajudaram os araucanos no ataque a Villarrica⁶⁰¹. Mesmo assim, os efeitos das seguidas guerras parecem ter sido devastadores para a população indígena, embora seja quase impossível mensurar ou categorizar de forma mais certa essas perdas, a não ser por algumas poucas referências que podem ser encontradas nas fontes da época. Ainda em 1593, Martín García Óñez de Loyola relembra as dificuldades indígenas ao falar com os *caciques principales* durante os “parlamentos” que convocara para pacificar a Araucanía e as demais terras de guerra, usando-as como ferramenta retórica e argumento de convencimento, mostrando-lhes o estado calamitoso de sua situação e ressaltando a vantagem decisiva dos espanhóis sobre eles:

[...] les hizo un largo razonamiento dándoles a entender las muertes daños e menoscabos que les habían causado las guerras que habían sustentado de más de treinta años a esta parte contra el rey nuestro señor y sus Gobernadores y que mirasen los pocos indios que habían quedado de los muchos que eran antes que comenzasen las dichas guerras que como veían no quedaban con la cuarta parte de los indios que eran primero y que los españoles siempre yuan en acrecentamiento y que al presente ellos andaban inquietos no teniendo lugar seguro por los

⁶⁰⁰ Parlamento de Conuco de 1608, p. 63-65. In: PHM, 2015, p. 63.

⁶⁰¹ Pareceres que tomó Alonso de Ribera cuando llegó a Chile para el buen acierto en la guerra y Gobierno de aquel reino, Concepción, 16 de febrero de 1601, p. 34-84. In: CDIHCh, Segunda serie, t. VII, 1982, p. 59.

montes y quebradas con sus mujeres e hijos buscando lugar seguro para que los españoles no los hallase no se atreviendo a morar ni vivir en tierras llanas y buenas y fértiles siendo suyas ni tener sementeras en ellas⁶⁰².

Quando instigados pelas fontes espanholas, tendemos a ver a dramaticidade da situação apenas pelo viés hispânico da perda e tragédia trazidas pelas derrotas em combate (que, deveras, eram coisas surpreendentes para a experiência de conquista e povoamento hispânico no Novo Mundo), mas facilmente podemos esquecer que o extermínio de populações indígenas inteiras agravava algo mais que a falha sistemática de uma isolada tentativa de colonização. A perda de braços e cabeças para a guerra, para a fome, para a escravidão e para as pestes colocava esses vários grupos indígenas na iminência da extinção de sua cultura e de toda uma dinâmica de existência, também ameaçada pela emblemática religião e pelos costumes trazidos pelos *huincas*. A considerável força demográfica fez com que os mapuches tivessem uma importante vantagem de homens sobre os espanhóis, ao menos durante todo o século XVI e XVII. A documentação trazia dados divergentes, mas estimava-se que a quantidade de índios de guerra poderia variar entre 30 e 60 mil na virada do XVI, contando-se os contingentes de cada *tierra* e *frontera* de guerra⁶⁰³. É notório que, ao não desvendar os métodos de suas averiguações, só podemos tomar tal ponderação sobre os números indígenas como pressuposições generalistas do lado espanhol, estimativas grossas que criavam hipérboles numéricas tendo em vista a captação de atenção e recursos para o cenário local. Não obstante, parece ser coerente concordar que havia uma contínua vantagem numérica às vezes significativa entre os chamados *indios de guerra*.

E os espanhóis? Há pistas mais detalhadas de seus números. Alonso de Ribera e Alonso García Ramón trouxeram números conflitantes, mas igualmente elucidativos⁶⁰⁴. O primeiro, estipulava que havia não mais que 1.609 soldados espalhados por diferentes locais do Chile, abstando-se de citar os soldados que ainda lutavam em Villarrica, Chiloé e Osorno, cujos

⁶⁰² *Parlamentos de Quilacoya, Rere, Taruchina e Imperial de 1593*, p. 41-44. In: PHM, 2015, p. 41-44.

⁶⁰³ Alonso de Ribera trouxe os seguintes dados, ainda em 1601, segundo as informações levantadas junto a García Ramón e aos demais capitães: “[...] eran os de Concepción y San Bartolomé tres mill indios, los de Arauco cuatro mill, los de Santa Cruz tres mill, los de Angol dos mill y quinientos, en la Imperial tres mill y quinientos, en las de Castro tres mill, sin otros seis o siete mill de la provincia de Purén y Tucapel que siempre estuvieron rebeldes, todos los cuales poseen mucha fuerza y número de caballos, despojos y armas que han ganado de los españoles y ciudades perdidas [...]”: *Instrucción y orden de lo que el capitán Domingo de Erazo procurador deste reino y provincias de Chile ha dar cuenta y tratar con el Rey [...] en nombre de Alonso de Rivera [...]*, 15 de enero de 1601, p. 188-208. In: CDIHCh, Segunda serie, t. VII, 1982, p. 190.

⁶⁰⁴ Todas essas informações constam no seguinte documento: *Memoria de la gente que el Gobernador Alonso García Ramón dejó en el Reino de Chile por junio de 601, y la que por este mismo tiempo dice el Gobernador Alonso de Ribera [...]*. In: *Ibid.*, p. 92-93.

números nesse momento eram apenas especulativos. Acreditava-se, portanto, que segundo as cifras do novo governador, não mais de 2.179 soldados estavam mais ou menos aptos para a guerra. Alonso García Ramón contabilizava 2.613, ao englobar os soldados das cidades cercadas, das cidades transandinas e as tropas que estavam a caminho, vindas da Espanha. A maior concentração de forças estava entre Concepción e nas ribeiras do Itata. Em Concepción ambos concordavam haver 146 homens estacionados. Em Chillán, Ribera estipulava haver 117, enquanto García Ramón citava 193. Além disso, os dois falavam, respectivamente, de 52 ou 68 homens estacionados no forte Santa Ana, de 309 ou 268 homens sob comando de García Ramón, e de 268 ou 260, sob comando de Ribera. Esses últimos dois contingentes de pouco mais de cinco centenas de espanhóis, juntos aos mestiços, yanaconas e índios amigos, eram as tropas disponíveis para realizar as campanhas necessárias para vencer a guerra, pacificar as províncias rebeladas e acabar com a resistência araucana. Calculava-se, ainda, um número de aproximadamente 350 soldados distribuídos entre os fortes e cidades que ainda resistiam, de Arauco a Chiloé.

Os números demonstram uma realidade implacável: mesmo com os constantes (e por vezes débeis) reforços da Espanha e do Peru, era impossível submeter toda a região entre o Maule e Chiloé. As informações da época dão conta de um envio de cerca de mil homens provenientes de fora do Chile, chegados em remessas, entre 1598 e 1601, principalmente do Peru⁶⁰⁵. As tropas que chegavam, por sua vez, não eram sempre tropas funcionais. Alguns vinham combatidos, quase desnudos e em situação miserável. Alguns eram proscritos, *gente miúda* ou *mestizos*, como chamavam se eram pobres ou possuíam alguma ascendência não europeia; havia também recém-chegados de outros locais das Índias Espanholas ou portuguesas. Outros, mais aptos, vinham em levadas organizadas, comandados por um oficial profissional. Esses geralmente eram oriundos da Espanha e, sendo mais raros, eram os mais esperados. A eles, somavam-se as tropas angariadas entre os *vencinos* espanhóis, junto com uma companhia de indígenas encomendados ou yanaconas, que prestavam serviços temporários nas épocas de campanha (geralmente, no começo do verão, com interrupções quase totais no inverno). Esses reforços periódicos, no entanto, mal conseguiam superar as perdas humanas. Uma lista prévia datada de fevereiro de 1602 dá conta de 657 mortos na grande rebelião, até então; todos relacionados com a

⁶⁰⁵ “[...] digo que es así que el señor Visorrey don Luis de Velasco ha enviado a este reino, en tiempo de su gobierno, casi mill soldados, y que dellos faltan hoy en mucha cantidad en muertos y huidos y sin provecho están en diferentes partes que por no lo ser no se pone mucha instancia en recogerlos”: *Pareceres que tomó Alonso de Ribera cuando llegó a Chile para el buen acierto en la guerra y Gobierno de aquel reino, Concepción, 16 de febrero de 1601*, p. 34-84. In: CDIHCh, Segunda serie, t. VII, 1982, p. 34-84.

guerra e suas consequências colaterais⁶⁰⁶. Os piores cenários eram os de Osorno, Valdivia e Villarrica, onde o número de vítimas militares passava de cem. O número contrasta com a disposição das forças espanholas no mesmo momento, que se encontravam operando sobretudo entre o Arauco e o Itata, o que demonstrava a irreversibilidade imediata das derrotas militares precedentes. Esses dados permitem um vislumbre da situação nada alvissareira dos militares espanhóis. Ademais, é necessário ter em mente que as mortes humanas não são apenas elementos quantitativos, fatores ponderáveis e numerais espalhados em uma lista de cunho burocrático e formal. Sobretudo para os sujeitos históricos que as vivenciaram, essas perdas possuíam um profundo significado, que abalava a moral dos combatentes, desencorajava expedições mais ousadas e, por conseguinte, favorecia o esforço de guerra indígena, que embora contingenciado por outros fatores não menos sombrios, contava momentaneamente com o domínio estratégico do espaço de guerra e com a vantagem dos números sobre as enxutas e combalidas forças espanholas.

Para qualquer política e ideia de pacificação, era mister conseguir mais homens, recursos e aliados entre os indígenas. Ribera dizia ser impossível sustentar a guerra com os 60.000 ducados do *Real Situado* mandados trienalmente e ponderava que antes da revolta “[...] se solía entretener y continuar la guerra con menos de trescientos soldados, y ahora son menester por lo menos mil y quinientos [...]”⁶⁰⁷, tendo em vista o aumento tanto no número de índios de guerra quanto no de milhas territoriais disputadas. Anos depois, quando, no segundo governo de García Ramón, a coroa já se inclinava a promover a guerra defensiva pensada pelo padre Luis de Valdivia, o rei ordenava que se mantivessem “[...] en los dichos fuertes y presidios mil seiscientos soldados efectivos, poniendo la parte de ellos que fuere necesaria en la ciudad de Castro [...]”⁶⁰⁸. As fronteiras de guerra haviam sido estabilizadas, não obstante, necessitava-se de uma grande quantidade de tropas em prontidão, apostas para defender os lugares que foram mantidos e fornecer segurança às missões jesuítas. Seja a partir da perda massiva de vidas espanholas, ou do muito mais alarmante hecatombe indígena, as fronteiras de guerra dos séculos XVI e XVII eram espaços de potencial desastre e colapso demográfico; potencial esse raramente desperdiçado.

Para os espanhóis, superar o problema populacional e a vacância de braços para a guerra era uma questão basilar. A terra não seria pacificada, a paz não seria consolidada e a guerra não

⁶⁰⁶ Carta a S. M. de Alonso de Rivera, 25 de febrero de 1602. In: Ibid., p. 295-298.

⁶⁰⁷ Carta a S. M. de Alonso de Rivera, fecha en Santiago de Chile, 22 de setiembre de 1601, p. 104-111. In: Ibid., p. 107.

⁶⁰⁸ Real Cédula sobre las cosas de la guerra de Chile, 30 de marzo de 1609, p. 264-268. In: HFPCh, t. I, 1846, p. 265.

teria fim se a questão dos números não fosse equacionada e resolvida. Essa problemática revolvía-se na mente de Alonso de Nájera, que buscava uma fórmula final para acabar com a guerra no seu trabalho teórico *Desengaño y Reparación de la Guerra* (1614). Em sua perspectiva, a solução apontada era bastante prática e vantajosa a longo prazo. O capitão-tratadista urgia para que o rei fizesse vir anualmente homens de diferentes lugares do império: Tucumán, Paraguai, Peru, Juarez; todos deveriam contribuir igualmente para que a guerra terminasse no tempo de cinco anos. E não seria necessário “[...] más gente de la que hoy se halla en Chile, que son mil y quinientos hombres [...] cuyo gasto antes se ha de disminuir que acrecentar cada día [...]”⁶⁰⁹, visto que as antigas e custosas formas de guerra, como as campeadas, perderiam sua significância. Outra viabilidade, segundo Nájera, era encomendar a vinda de soldados *mamelucos* do Brasil⁶¹⁰, que possuíam longa experiência na luta contra os índios de guerra e rebelados no Brasil e poderiam ser pagos com os despojos e com os escravos capturados em batalha.

Outro desafio no começo do século XVII era o manejo e a quantidade das forças militares. Quanto a isso, Nájera concluía que era necessário galardoar e recompensar os serviços prestados no Chile, para que a chance de obter fama e honras reais atraísse o melhor material humano-militar para as guerras locais, “[...] con lo que no será menester llevarse a ella gente forzada del Pirú o Méjico, ni de España ni de otra parte; pues jamás hizo buen fruto en ninguna guerra”⁶¹¹. Essas ideias ecoavam nas requisições e cartas de García Ramón, durante seu segundo comando, quando pedia encarecidamente ao rei para que “[...] lo mande que será hacer una credidísima merced a todos los que en este Reyno servimos [...] que la guerra deste Reyno es la más trabajosa del mundo [...]”⁶¹², e que só seria vencida com o envio de ao menos 500 homens anualmente. Um ano depois (1608), Alonso García Ramón escrevia em outra carta ao rei que seria prudente mandar vir sempre que necessário duzentos homens do Paraguai, já que estes mostravam-se especialmente aptos às guerras contra os indígenas, sendo excelentes

⁶⁰⁹ GONZÁLEZ DE NÁJERA, Alonso. *Desengaño y Reparación de la Guerra del Reino de Chile*. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889, p. 230.

⁶¹⁰ O termo provém do árabe, e referia-se tradicionalmente à casta de escravos estrangeiros, comumente turcos e caucasianos, comprados ou tomados geralmente na juventude para servirem como guerreiros profissionais a serviço dos sultões da região do Levante. Na península Ibérica e no Novo Mundo, o termo geralmente serviu para definir um tipo étnico-racial oriundo da miscigenação entre o branco e o indígena ou entre os primeiros e os descendentes miscigenados desta relação. De amplo alcance, a palavra geralmente insinuava que alguém ou algum grupo possuía destacada ascendência indígena. No entanto, no contexto em que escreveu Nájera, a referência parece aludir às tropas de indígenas, mestiços e portugueses que começavam a engendrar as entradas e bandeiras rumo aos sertões da América portuguesa. Sobre a função, os avanços e a importância militar desses grupos, ver MONTEIRO, John Manuel. *Os Negros da Terra*. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁶¹¹ Ibid., p. 231.

⁶¹² *Carta de Alonso García Ramón al rey de España, 12 de abril de 1607*, p. 160-171. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 168.

arcabuzeiros. logo após, o governador mostrava o risco que consistia em liberar os soldados dos seus serviços. Por vezes desestimulados, cansados das longas estadias nos fortes e *tercios* e consternados com a má remuneração, esses homens abandonavam seus postos com ou sem licença, passando para províncias com menores problemas bélicos, como o vice-reino ou Tucumã⁶¹³. A perda de contingentes para outros empreendimentos coloniais era um problema visceral, que ampliava a necessidade da chegada regular de reforços⁶¹⁴. Não obstante, devido às mortes, casualidades, desfalecimentos, fugas e deserções, nem mesmo a estabilização das zonas fronteiriças e a consolidação de alguns assentamentos exauria a necessidade de socorro, tornando a governação regularmente dependente da Espanha e das regiões adjacentes.

A já tradicional má fama, agravada pelo quadro de pobreza, desestimulava a ida de soldados ao Chile por livre-arbítrio. Um relatório feito em Santiago, em 1600, falava da necessidade premente de trazer gente de guerra para debelar a rebelião indígena, ação que não ocorria espontaneamente, tendo em vista “[...] la gran necesidad y pobreza en que está ese reino, causada de tan prolija y largas guerras”⁶¹⁵. Os que lá se encontravam, por sua vez, poucas vezes atendiam às requisições técnicas e às necessidades comportamentais de um militar envolvido em um quadro tão drástico de combates. Motins e execuções pululam nos relatos documentais. O despreparo e a fadiga, a pouca disciplina e as deserções, por vezes emergiram como fatores endêmicos nas fronteiras⁶¹⁶. Assim que chegou a Concepción, Ribera deixou-se observar e descrever o péssimo estado técnico e a monumental ausência de disciplina das tropas, dando voz, bem provavelmente, a um estranhamento oriundo de sua experiência com a maior disciplina, ordem e engajamento das forças espanholas na França e no Flandres. O capitão narrava que a “[...] infantaria no tenía picas ningunas sino arcabuzes y pocos mosquetes [...] cuando esta gente marchaba yba toda a caballo así caballería como infantería y siempre salía muy tarde de los cuarteles [...]”⁶¹⁷. Pior que o lastimável estado técnico era a má liderança e a desobediência dos

⁶¹³ “[...] que por ninguno modo se ausentará hombre deste Reyno [...] que en seis días se ponen en la gobernación de Tucumán donde no solo no les prenden ni castigan más antes he hacen muy buena acogida [...]”: *Carta de Alonso García Ramon al rey, 9 de marzo de 1608*, p. 172-188. In: *Ibid.*, p. 173. A passagem reflete a antipatia que García Ramón nutria por Alonso Ribera que, nesse momento, era o governador de Tucumán.

⁶¹⁴ VARGAS CARIOLA, Juan Eduardo. Antecedentes sobre las levas de Indias para el ejército de Chile en el siglo XVII (1600-1662). *Historia*, Santiago de Chile, v. 22, p. 335-356, 1987. O autor sugere que, baseado na média ponderada dos *tercios* espanhóis em guerras paralelas, a deserção no Chile provavelmente estava constantemente em percentuais acima de 10%, podendo ordinariamente chegar a valores maiores.

⁶¹⁵ *Información hecha en Santiago sobre el miserable estado en que se hallaban las provincias del sur con la despoblación de más de doce ciudades y pueblos, 1600*, p. 237-248. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. V, 1961, 240. A expressão tornou-se uma forma comum de referir-se às guerras chilenas.

⁶¹⁶ CONTRERAS CRUCES, Hugo. **La soldadesca en la frontera mapuche del Bío-Bío durante el siglo XVI, 1600-1700**. Tesis de Maestría. Santiago: Universidad de Chile, Santiago, 2001.

⁶¹⁷ *Relación del modo y orden de militar que había en este Reyno de Chile [...], 9 de febrero de 1601*, p. 144-159. In: HFPCh, t. II, 1852, p.144-145.

subordinados: “[...] y por falta de oficiales, bandera y estandartes y desobediencia en los soldados, iban en tanto desorden y con tan malas armas y tan descuidados que parece milagro de Dios no haber acabado con ellos muchas veces los enemigos”⁶¹⁸. As guarnições agiam, por vezes, por livre iniciativa, e a incapacidade de vigilar e patrulhar as áreas adjacentes dos fortes e acampamentos tornava essas guarnições potencialmente vulneráveis aos roubos de gado e de cavalos. Segundo Ribera, a saída de novas tropas de Santiago ocorria geralmente em agosto, embora só chegassem à terra de guerra por volta de novembro ou dezembro, e só se engajassem em combate após a Páscoa. Esses combates, por sua vez, raramente ocorriam em campo aberto. Mantinha-se uma prática ordinária de lutas. Em épocas de avanço indígena e de rebeliões gerais, popularizavam-se as situações de cerco e de defesas dos fortes e cidades; não obstante, não raro, algum contingente indígena sitiava provisoriamente um dos vários fortins fronteiriços. As técnicas mais usuais de proteção, nesses casos, ocorriam em movimentos ritmados de disparos, ataques preventivos aos sitiados (o momento mais temeroso da operação) e defesa das paliçadas e muralhas em caso de ataque direto. Batalhas campais eram quase sempre rápidas e na maioria das vezes resumiam-se a escaramuças. Eram comuns principalmente quando os grandes grupos, com mais de duzentos soldados, avançavam sobre as províncias de guerra. Mais cotidianos, as entradas e malocas, seja na temporada de guerra, seja nas *campeadas* sazonais às zonas indígenas adjacentes, “[...] hacían mucho daño en las tierra trayendose los Indios e Indias y hurtando caballos y cuanto hallaban”⁶¹⁹. Tais características pouco convinham a uma situação de guerra que exigia dinamicidade bélica, profissionalização da tropa e expertise do oficialato, que de forma semelhante à soldadesca, estava profundamente imbricado nas práticas viciosas e deletérias das forças militares espanhola nas fronteiras de guerra do Chile.

O engessamento dos modos de luta era uma denúncia antiga. A tropa e o oficialato compartilhavam da mesma falta de dinamicidade e disciplina; esses últimos, porém, tendiam a receber especial responsabilidade pelas falhas inerentes de tal situação. No geral, em cerca de um século de confrontos, pouca inovação surgiu entre os belicistas hispânicos, e novas proposições para a guerra tendiam a ser pouco creditadas ou apenas parcialmente efetivadas. Nesse sentido, os indígenas mostraram-se mais bem adaptados, recorrendo a estratégias e formas novas e multifacetadas de combate, como a adoção ao uso intensivo da cavalaria, que possibilitava um rápido deslocamento de tropas, uma comunicação mais célere e ataques surpresa, percorrendo espaços consideravelmente longos e afligindo o inimigo *huinca* e seus aliados em

⁶¹⁸ Ibid., p. 145.

⁶¹⁹ Ibid., p. 148.

diferentes localidades. Contavam, além do mais, com uma ascendente quantidade de despojos. Fazendo referência à potencialidade do *ayllarewe* de Purén, denominado de “cabeça” da rebelião, os capitães espanhóis mostravam uma realidade de plenas vantagens, tanto materiais quanto estratégicas:

“[...] tienen gran cantidad de lanzas y flechas, más cuatrocientos arcabuces, más de seiscientas cotas, plomo y pólvora, coseletes, adargas de cuero y celadas, y gran servicio sobre nosotros, porque tienen centinelas puestas en todas partes y se comunican con los indios y servicios de paz y saben por horas nuestro [designios] e intento o le barruntan, que es ésta la mayor descomodidad y daño que nos puede suceder”⁶²⁰.

O engenho bélico, a liderança, o desempenho em campo, a capacidade de espionagem e o arsenal dos guerreiros de Purén faziam deles um formidável inimigo. Além disso, os relatos traziam cada vez mais pistas sobre uma tremenda vantagem psicológica dos indígenas sobre os espanhóis. Ao que parece, após 1598, os índios de guerra temiam cada vez menos enfrentar os espanhóis em confrontos. Mais que isso: desdenhavam-lhes as derrotas e perdas, já que inequivocamente eram senhores da maior parte da *Tierra de Guerra*. Ribeira entrevia essa ascendência na moral indígena ao relatar sobre os “[...] más de cuarenta mil indios llenos de soberbia y despojos de armas, caballos y haciendas que con tantas victorias y pueblos habían ganado y en su poder todas las mujeres y niños que en la ruina de la ciudad de Valdivia cautivaron [...]”⁶²¹. Aos espanhóis, faltava as armas, os braços, a disciplina e os recursos para serem páreos aos seus contendores. Faltou-lhes por séculos, já que o império espanhol jamais recuperou totalmente as terras, os recursos e os povoamentos perdidos no começo do século XVII. Os diferentes comandos militares e os limitados soldados do Exército Real do Chile pouco podiam fazer, na primeira década após o levante geral de 1598-1604, para subtrair ao inimigo aquilo que lhes fora subitamente tomado. Como demonstraram os ensaios de Juan Eduardo Vargas Cariola sobre os exércitos e os soldados nas fronteiras de guerra chilenas, uma parte substancial das tropas inseria-se no que se categorizava como “vagabundos”, homens sem fama, sem nome familiar proeminente e sem um emprego fixo, que enchiam as ruelas de Lima e de outras cidades peruanas, trazendo problemas e inconvenientes para as autoridades locais⁶²². Uma grande parcela desses tipos soldadescos, depois de longos processos convocatórios, inscreviam-se por dois

⁶²⁰ *Pareceres que tomó Alonso de Ribera cuando llegó a Chile para el buen acierto en la guerra y Gobierno de aquel reino, Concepción, 16 de febrero de 1601*, p. 34-84. In: CDIHCh, Segunda serie, t. VII, 1982, p. 59.

⁶²¹ *Carta de Alonso de Ribera a S. M. el Rey, Biobío, 1 de febrero de 1602*, p. 158-160. In: *Ibid.*, p. 159.

⁶²² VARGAS CARIOLA, Juan Eduardo. Antecedentes sobre las levas de Indias para el ejército de Chile en el siglo XVII (1600-1662). *Historia*, Santiago de Chile, v. 22, p. 335-356, 1987.

anos para servir às armas do império, sendo não raro denominados de *mestizos*, embora, no Chile, e em especial, nos campos de batalha, fortes e outros espaços de luta, todos fossem nomeados de “espanhóis”. Não obstante, eram regularmente tratados pelo termo quando debandavam, voltando-se contra seus antigos companheiros em conluio com os inimigos ou fugindo dos seus postos⁶²³. Como demonstrou Hugo Contreras Cruces, as próprias tropas podiam tornar-se um ameaça para os *vecinos* e *estancieros*, nas temerosas licenças invernais, onde esses grupos, geralmente armados, saíam vandalizando e saqueando propriedades espanholas alhures e capturando índios amigos ou encomendados⁶²⁴. Sobre esse assunto, o testemunho de Gabriel de Celada, membro da Real Audiência (1610), não era nada complacente. Ele qualificou as famosas saídas de inverno (folga concedida nos meses sem operações bélicas) como ocasiões verdadeiramente caóticas e desnorteadas, onde “[...] de su bajada se siguen muy grandes escandalos y ofensas de Dios en mucho daño de este reyno por que demás de inquietar la república con sus deshonestidades y pendencias hacen mil hurtos”⁶²⁵. A prática não se extinguia quando retornavam às atividades bélicas, visto que parecia ser de praxe furtar alguns índios amigos ou *encomendados* das comunidades, cidades ou estancias locais. Desprovidos de maiores escrúpulos e envoltos em um cotidiano de violência e miséria, esses homens levavam para os espaços “de paz” o comportamento amoral e desregrado do *front*⁶²⁶. A má qualidade das tropas imiscuía-se à falta de recursos para mantê-la, tornando a cadeia militar chilena uma instituição

⁶²³ Para uma discussão sobre as identidades e processos de identificação e de diferenciação na Espanha e em suas colônias americanas a partir dos conceitos de *naturaleza* e *vecindade*, ver HERZOG, Tamar. **Defining Nations. Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America**. New Haven e London: Yale University Press, 2003. É certo que a fronteira entre o espanhol e o mestiço era porosa e variável, permitindo transições e reconsiderações, o que poderia levar a deslocamentos dentro da lógica de “duas repúblicas”. Ademais, a precondição para uma definição primária de indivíduos que nasciam e cresciam em zonas de “intersecção” étnico-racial é complexa e pouco objetiva. Muitos “espanhóis” que chegavam ao Chile no século XVII possuíam hereditariedade indígena, e até mesmo poderiam ser classificados como *mestizos* em seus locais de origem. Uma pesquisa sobre a variedade étnico-racial no Exército Real do Chile traria uma possibilidade de estabelecer um amplo debate sobre os processos identitários na América hispânica, sobretudo quando considerado que a figura do mestiço e o próprio termo estava tradicionalmente ligado a eventos de traição, nos quais indivíduos denominados *mestizos* recorriam à vilania, passando para o lado indígena e agindo contra os espanhóis. Tratava-se de um estigma sociocultural que embalou uma tradição narrativa, ou havia uma propensão factual de um conjunto de sujeitos em um meio identitário variável para renegar seus antigos e abusivos companheiros e passar para o lado dos mais integrativos “índios de guerra”?

⁶²⁴ CONTRERAS CRUCES, Hugo. Como una guerra contra Santiago. Las licencias invernales de los soldados del Real Ejército de la frontera y su impacto en Chile Central, 1602-1655. **Cuadernos de Historia**, Santiago, v. 50, p. 43-74, junio 2019.

⁶²⁵ *Carta de Gabriel de Celada, 1610*, p. 194-203. In: HFPCh, t. II, 1852 p. 197.

⁶²⁶ Ao que parece, os problemas entre o mundo civil e o mundo militar eram comuns em outras realidades fronteiriças, inclusive na própria península Ibérica, como demonstra TRUCHUELO GARCÍA, Susana. Militares en el mundo urbano fronterizo castellano (siglo XVI-XVII). **Studia Historica: Historia Moderna**, Salamanca, n. 34, p. 147-182, 2012. Não obstante, mais próximas do trono, estas fronteiras experimentavam um maior grau de controlar administrativo, inclusive no seu conjunto militar. Isso não impedia a irrupção de querelas e a produção de agravos que opunham as autoridades militares e a soldadesca às autoridades civis, divisão que era bem mais nuançada nas realidades fronteiriças do Novo Mundo.

forçosamente frágil, exigindo um esforço contínuo de seus líderes para imprimir-lhe controle de um lado, e para angariar recursos para sua manutenção, de outro.

Especialmente após os anos de 1598 a 1604, o grande número de deserções andava adjunto da enorme quantidade de baixas, levando o pouco estruturado “exército” real das fronteiras chilenas a ciclos repetitivos de relativa estabilidade e colapso⁶²⁷. Outro agravante era que alguns dos quadros que desertavam iam em direção às terras dos inimigos, onde se associavam com os índios de guerra e passavam a auxiliar ativamente nos esforços de batalha desses⁶²⁸. Essas deserções parecem ter sido deveras comuns e, atingiam principalmente os soldados que padeciam das mais austeras condições de guerra nos fortes e destacamentos isolados⁶²⁹. Esses desertores desequilibravam ainda mais o conflito, colocando armas, táticas e segredos militares espanhóis nas mãos dos seus dedicados inimigos. Nájera punha esse problema da seguinte forma: “Pues es cosa averiguada que los más malos y más perniciosos enemigos que tienen el rey en aquella guerra, son salidos destos fuertes, que son los fugitivos soldados mestizos y españoles que dellos se pasan a los indios de guerra”⁶³⁰. Esse problema, bem conhecido por Alonso de Ribera, desembocava, na sua opinião, na derrota na guerra, visto que os soldados eram mal pagos, equipados e disciplinados. Sua análise era crua e realista: “[...] en ella ha servido forzada y contra su voluntad, poniendo la principal diligencia y cuidado en librarse de los trabajos y peligros deste reino [...] y la situación de los sesenta mil ducados [...] que de ninguna manera alcanza a cubrir la desnudez y miseria de la misma gente [...]”⁶³¹.

Tal cenário parece correlato com os problemas remuneratórios que não deixaram de existir mesmo após a instituição do *Real Situado*. Os estudos de Vargas Cariola sobre o financiamento do Exército Real do Chile no século XVII nos mostra um quadro de subvalorização salarial, constando que os salários militares do Chile estavam entre um dos mais baixos soldos de tropas da América Espanhola. E mesmo dentro do exército fronteiriço existiam discrepâncias significativas, com uma divisão marcante entre a soldadesca (dividida a grosso modo entre de cavalaria, um pouco mais bem gratificados, e de infantaria, que recebiam proporcional à

⁶²⁷ GUERRERO L., Cristián. ¿Un ejército profesional en Chile durante el siglo XVII? **Tradición y Saber**, Centro de Estudios Históricos de la Universidad Bernardo O’Higgins, Santiago de Chile, v. 10, n. 2, p. 31-50, 2013.

⁶²⁸ Ver o interessante documento *Lista de soldados que quisieron hacer fuga, Lázaro de Aránguiz, sin fecha*, p. 437-439. In: CDIHCh, Segunda serie, t. VII, 1982. Contabilizava-se treze casos entre espanhóis e mestiços rebeldes, enforcados e passados à terra dos índios de guerra. Ver também *Razón de la gente que se ha muerto y huído [...], Ribeira del río Claro, 9 de febrero de 1603*, p. 432-436. In: Ibid.

⁶²⁹ Ver CONRTERAS CRUCES, Hugo. Una enfermedad vieja y sin remedio: la desertión en el Ejército de la Frontera de Chile durante el siglo XVII. **Fronteras de la Historia**, Bogotá, vol. 16, n. 2, p. 443-468, 2011.

⁶³⁰ GONZÁLEZ DE NÁJERA, Alonso. **Desengaño y Reparó de la Guerra del Reino de Chile**. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889, p. 190.

⁶³¹ *Carta a S. M. de Alonso de Rivera, Santiago de Chile, 22 de setiembre de 1601*, p. 104-111. In: CDIHCh, Segunda serie, t. VII, 1982, p. 107.

complexidade e tecnicidade da função, não estando, por isso, muito mais bem valorizados), que não ganhava mais de 200 pesos anuais; um médio oficialato (tenentes, sargentos, alferes, cabos e os ajudantes do *maestre de campo*), com salários variados, mas ainda bem restritos; e o alto oficialato, marcado sobretudo pela figura dos capitães e do sargento-mor, com salários proporcionalmente bem maiores que os seus subordinados. Acima desses, constava o mais alto grau hierárquico da força militar, abaixo apenas do governador, o *maestre de campo*⁶³². Essas subdivisões hierárquicas e profundamente discrepantes mostram a grande vinculação que imperava nas forças imperiais ibéricas (mesmo em locais tão distantes da Península) com os valores estamentais do status e superioridade social da nobreza ou, para a realidade do Novo Mundo, dos grupos e indivíduos que gozavam de posições de mando, desvinculando a força militar de um profissionalismo técnico e isonômico e relacionando-a a fatores como o apadrinhamento, as capacidade de peticionar e receber mercês, a utilização dos trabalhos bélicos e da glória dos grandes feitos como fator diferencial na ascensão hierárquica e social, a proveniência familiar ou *limpeza de sangre*⁶³³ etc. A frustrada remuneração, os profundos desarranjos entre salários de altos oficiais e praças e a própria estrutura distintiva existente no Exército Real do Chile (emulando as características sociopolíticas da comunidade *hispano-criolla*), corroboravam para o crescimento das tensões internas, dos desvirtuamentos comportamentais e das contravenções à lógica militar, como comprovam os relatos de negociatas não oficiais com índios de guerra, os ataques a comunidades indígenas pacificadas e até mesmo os roubos a *pueblos* e propriedades espanholas.

Já na segunda metade do século XVII, Bascuñán apresentava um complexo quadro de roubos, malfazeres e destemperança entre os soldados do Reino, afeitos a assaltar *rancherías* e *estancias*, onde subtraíam cavalos dos seus homólogos. O roubo e os desgovernos faziam o

⁶³² Informação baseada no quadro estatístico do autor para o ano de 1607. Transcrevemos em seguida alguns dos seus dados: respectivamente, o cargo e a remuneração em pesos por ano: *Maestre de campo*, 1.650; *Ayudante del Maestre de Campo*, 248; *Sargento Mayor del Reino*, 823; *Capitán de infantería*, 825; *Alférez de infantería*, 330; *Sargento de infantería*, 198; *cabo de infantería*, 138; *Mosquetero de infantería*, 138; *Abanderado de infantería*, 105; *Arcabucero de infantería*, 105; *Piquero de infantería*, 105; *Capitán de caballería*, 965; *Teniente de caballería*, 330; *Cabo de caballería*, 165; *Trompeta de caballería*, 132; *Soldado de caballería*, 132; *Capitán reformado*, 215. O quadro estatístico está presente em VARGAS CARIOLA, Juan Eduardo. *Financiamiento del ejército de Chile en el Siglo XVII. Historia*, Santiago de Chile, v. 19, p. 159-202, 1984, p. 187-188. O autor ainda destacou a possibilidade não incomum dos soldados receberem menos que o estipulado, além da prática mercadológica de inflacionar os preços dos produtos relacionados ao consumo da tropa (principalmente roupas, carnes e trigo), o que onerava ainda mais os indivíduos, que recorriam a empréstimos, contraindo dívidas e encontrando nos subterfúgios ilegais uma forma de melhorar sua condição de penúria econômica.

⁶³³ “People should not be discriminated against because of the territory or kingdom where they were born, and immigration to the New World could never extinguish the original blood privileges (*originarios privilegios de sangre*) of Spanish Americans. Despite their birth and residence in the New World, Creoles still belonged to the kingdom of Castile, with which they formed a single body politic (*cuerpo político*) and whose privileges they had the right to enjoy”: HERZOG, Tamar. **Defining Nations**. Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America. New Haven e London: Yale University Press, 2003, p. 146.

capitão-cronista afirmar que no Chile imperava um quadro complexo de descontrolo e brutalidade, criado pelos seus teóricos “defensores”: “Gran mano y permiso les han dado en este reino a los que militan en su ejército, pues tan licenciosamente se hacen dueños y señores absolutos de la hacienda ajena [...]”⁶³⁴. Era uma denúncia aberta à bem conhecida da soldadesca que vivia de tomar posse daquilo que não lhes pertencia, sob a égide da autoridade de seus superiores. Isso, nas palavras do velho capitão, tornava-os ladrões, cujo conceito englobava todos que agiam da seguinte forma: “[...] no solo se llaman ladrones los que roban y hurtan lo que es ajeno, sino también los que con armas lo solicitan, y principalmente son así llamados los que por paga y sueldo son conducidos a la milicia [...]”⁶³⁵.

O provimento económico das forças fronteiriças era outro ponto fundamental para o sucesso de guerra. Os fortes, *tercios* e tropas em *capeadas* precisavam manter uma disponibilidade alimentar no mínimo aceitável para que continuassem a funcionar e não despencassem para a inanição, situação que levava a desesperados desdobramentos. O socorro oferecido à praça forte de Arauco era o principal objetivo estratégico das forças espanholas em 1601, a prioridade geral, elencada por todos os capitães; a mais premente ação. Ribera, que liderou a expedição (lembremos que García Ramón planejava fazê-la quando chegaram as novas da presença de Ribera em Concepción), catalogou os principais produtos necessários para prover uma unidade militar: “[...] le metí cinco o seis escoltas de comida y dos de leña muy grandes [...] y cuarenta vacas en pie [...]”⁶³⁶. Por mar, chegou um navio carregado de trezentas *fanegas* de trigo, dezesseis vacas salgadas, cento e setenta e uma arrobas de carne, vinte sacas de farinha, sete arrobas de tocinho e outros tantos produtos destinados à manutenção de cerca de sessenta e um homens. Além desses recursos, havia outra coisa essencial: vestimentas. Não raramente, falava-se da necessidade da soldadesca de vestir-se com roupas indígenas. Posteriormente, atesta-se a criação de um enorme e distendido fluxo mercantil de venda e troca de *ponchos*, produzidos pelas mulheres mapuches, além de produtos exóticos, intercambiados por diversas outras mercadorias como armas, vinhos, tinturas, manufaturas, metais, gado e cavalos⁶³⁷. No geral, as mercadorias básicas para a manutenção das fronteiras de guerra eram o trigo, a farinha,

⁶³⁴ PINEDA Y BASCUÑAN, Francisco Núñez de. **Cautiverio Feliz, y razón de las guerras dilatadas en Chile**. In: CHCh. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. III, 1863, p. 112.

⁶³⁵ Ibid., p. 112-113.

⁶³⁶ *Copia de carta que al Virrey Nuestro Señor escribió Alonso de Rivera [...], 16 de febrero de 1601*, p. 94-99. In: CDIHCh, Segunda serie, t. VII, 1982, p. 98.

⁶³⁷ As trilhas comerciais sulcavam todo o espaço sulamericano, dividindo-se, como sugeriu PINTO RODRÍGUEZ, Jorge. **La formación del Estado y la nación, y el pueblo mapuche**. De la inclusión a la exclusión. Santiago de Chile: DIBAM, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2003, em zonas locais, regionais e extrarregionais: “El comercio local y regional no se agotaba en estos ámbitos. Eran dos eslabones que tenían su propia dinámica, pero que unían también a todo este espacio con el resto de la economía colonial”: Ibid., p. 46.

o vinho, o milho, a carne e os materiais têxteis⁶³⁸. Temperos como o sal também eram incorporados ao pagamento e às remessas gerais⁶³⁹. O gado provinha sobretudo das *estancias* e *haciendas* espalhadas pelos campos e vales, cuja proteção era proporcionada pelas guarnições alocadas nas cidades ou fortes mais próximos⁶⁴⁰. Não obstante, todo território de criação e pastagem era um potencial alvo das *malocas* indígenas, sempre ansiosas em capturar os valiosos rebanhos. Também havia um considerável cultivo agrícola que se estendia do Chile central às ribeiras do Biobío. O mesmo ocorria nas cidades *de arriba*, antes de suas quedas, permitindo a manutenção de um ambiente econômico relativamente autônomo, já que essas localidades se encontravam distantes e por vezes isoladas umas das outras. O licenciado Domingo de Erazo fez menção a esse costume em seu memorial da guerra e das demais coisas do Chile, quando narrava a rotina de combates e as vicissitudes da guerra nas imediações da cordilheira Nahuelbuta, nas províncias de Tucapel, Arauco, Mareguano e Purén, destacando os indígenas que viviam nas adjacências do forte Arauco, que, a despeito de tantos anos de presença militar espanhola, e das ações e saques periódicos que esses realizavam durante o verão, “[...] se entretenían sin quererse rendir a servidumbre ni paz se alguna vez la ofrecían porque les desearan hacer en su tierra sementeras y chacaras, luego cogían se rebelaban [...] hacían gran congregación y junta para dar sobre el dicho fuerte [...]”⁶⁴¹. Feitas as atividades agrícolas, os “rebelados” congregavam os seus pares e realizavam as cerimônias e preparos ordinários para a confecção e desencadeamento da guerra. Não obstante, o conflito nem sempre era manifesto em um ataque disruptivo contra as cidades e fortes espanhóis. Erazo narrara também que a maior parte das arremetidas consistiam em roubos e saques muito danosos a escoltas, fazendas e ranchos, além

⁶³⁸ Ao que parece, não havia muita diversificação alimentar, e períodos de fome e necessidades eram corriqueiros nas épocas de guerra e especialmente nas situações de cerco prolongado. Para mais, ver VARGAS CARIOLA, Juan Eduardo. *Estilo de vida en el ejército de Chile durante el siglo XVII*. **Revista de Indias**, Madrid, v. 53, n. 198, p. 425-458, 1993.

⁶³⁹ “[...] a V. E. suplica se sirva de hacerle merced de mandarle dar, para llevar consigo de este reino, seis mil fanegas de trigo y harina, y dos mil quintales de bizcochos, y dos mil arrobas de sal y alguna cantidad de cecinas para la provisión y sustento de la gente de guerra [...]”: *Copia de los memoriales que Alonso de Rivera, gobernador y capitán general de las provincias de Chile ha dado de la ciudad de los reyes al Virrey Don Luis de Velasco [...]*, p. 222-229. In: CDIHCh, Segunda serie, t. VII, 1982, p. 226.

⁶⁴⁰ “En los términos de esta ciudad en la ribera de Itata, hay un fuerte y presidio donde residen setenta y más soldados con pocas cotas; ármanse de petos y adagas de cuero; tienen treinta y cuarenta caballos [...] hacen frente a todo el ganado que hay desde allí a Maule, que serán más de sesenta mil cabezas de todo ganado y de la gente de paz que hasta el dicho río Maule hay”: *Pareceres que tomó Alonso de Ribera cuando llegó a Chile para el buen acierto en la guerra y Gobierno de aquel reino, Concepción, 16 de febrero de 1601*, p. 34-84. In: CDIHCh, Segunda serie, t. VII, 1982, p. 74

⁶⁴¹ *Memorial de Domingo de Erazo a S. M. Sobre el estado del reino de Chile [...]*, sin fecha, p. 2-23. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. V, 1961, p. 6.

das ordinárias investidas contra *yanaconas* e índios amigos, um comportamento análogo às *correrias* espanholas nas terras indígenas⁶⁴².

As perdas econômicas agravaram a capacidade de manter e financiar a guerra. Estimava-se que os indígenas “lleváronse en todas estas ciudades más de quinientas mill cabezas de ovejas, gran suma de vacas, yeguas, puercos y cabras y gran cantidad de bueyes de arada”⁶⁴³. A escassez de gado só não era pior que a falta de equinos. Preocupado com a ausência de cavalos, García Ramón implorava ajuda ao rei, pois “[...] a los que sirven a caballo es forzoso ayudarles por ser de tanta importancia la caballeria y valer los caballos tan caros [...]”⁶⁴⁴. Esse quadro tornava a cavalgadura uma atividade onerosa e o próprio animal um bem capital. Os equinos provinham majoritariamente dos rebanhos locais e dos mais abundantes pastos e currais do leste andino, vindos em remessas esparsadas da governação do Rio da Prata, do Paraguai e de Tucumán. Pedro Martínez de Zavala, capitão espanhol, reclamava, em carta datada de 1610, da dificuldade de fazer passar cavalos através da Argentina para o Chile, onde a guerra exigia uma remessa incessante e difícil de suprir dos ditos animais⁶⁴⁵. O transporte dos equinos não ocorria sem acidentes; uma considerável parcela morria no caminho e havia o ubíquo perigo dos ataques e assaltos, obrigando as caravanas a investirem em segurança extra e proteção, fato que onerava ainda mais a *Hacienda Real*, principal financiadora das compras de cavalgaduras para as guerras no Chile.

Manter as zonas não rebeladas ou defender as não destruídas ou desocupadas era, em si, um enorme desafio econômico. Socorrer as cidades austrais, reocupar Valdivia e libertar as antigas áreas produtivas era uma pretensão colossal, incompatível com toda a capacidade econômica do esforço de guerra empregado. Além de produzir e estocar, era necessário transportar essa grande quantidade de recursos. Locais como Arauco, Valdivia e Chiloé podiam ser abastecidos por mar, mas a ação corsária e o risco de encalhes e naufrágios eram fatores de alto risco nesses périplos pela costa chilena. À revelia de tais riscos, formou-se um constante caminho marítimo entre Callao e os portos de Valparaíso, Concepción e, após 1645, Valdivia. Por ele circulavam recursos diversos para a guerra pela via Norte → Sul. No eixo inverso, entre outros elementos (madeiras, metais etc.), transportavam-se por mar indígenas cativos obtidos

⁶⁴² “[...] acostumbran ir muy de ordinario sobre las dichas ciudades y hacían muchos lances de muertes de yanacónas y otros robos e incendios de casas y haciendas y continua inquietud y daños”: Ibid., p. 3.

⁶⁴³ Ibid., p. 64-65.

⁶⁴⁴ *Carta de Alonso García Ramon al rey, 9 de marzo de 1608*, p. 172-188. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 179.

⁶⁴⁵ *Pedro Martínez de Zavala, capitán, 24 de marzo de 1610*. In: MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 229, R.7, f. 1-7. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126184>>. Acessado em 02 de agosto de 2022. Ver seu relato do trânsito de 700 cavalos em duas remessas, pontuada por consideráveis perdas de várias dezenas de animais e das demais dificuldades em abastecer o Chile desses animais.

em *entradas* ou ainda comprados na terra de guerra, que seriam vendidos como escravos nos mercados peruanos. As outras localidades contavam apenas com as rotas terrestres, mas se essas fossem fechadas por guerras ou por adversidades naturais, não poderiam ser facilmente reabertas, senão por uma considerável força militar ou pela cessação do fenômeno climático, respectivamente. Assim, a economia de guerra chilena tornou-se profundamente dependente dos recursos provindos principalmente do Peru, mas também de outras regiões. Em um cenário tão sensível de desequilíbrio econômico, tanto uma revolta local quanto uma rebelião geral minavam com diferentes intensidades as capacidades espanholas de manter e vencer os conflitos contra os indígenas, como bem expressava o relato de Alonso de Ribera:

[...] que no le ha quedado otro recurso ni inteligencia de que poderse ayudar y toda la tierra tan imposibilitada que, siendo muy fértil de comidas, carece al presente de ellas, y se proveen del Perú, adonde por granjerías se llevaban los navíos cargados de trigo y por haberse señoreado el enemigo de todas las haciendas y heredades de las fronteras, rebelándose todos los naturales, no hay comodidad de hacer sementeras ni juntar los bastimentos necesarios, más de los pocos que se recogen de Santiago y la Serena [...] ⁶⁴⁶.

As limitações produtivas geradas pela guerra retroalimentavam as limitações na capacidade espanhola de fazê-la com eficácia e de estendê-la às províncias rebeladas. Ou seja, as dificuldades não apenas influíam na má gestão territorial, mas conformavam-na, tornando-se um empecilho perene para os projetos de consolidação territorial do Reino. Elas também influenciavam na disponibilidade de mão-de-obra indígena para os trabalhos braçais ordinários de plantar, colher e construir, ou para auxiliar os espanhóis em suas campanhas ⁶⁴⁷. No começo do século XVI, o *cabildo* de La Serena reclamava ao rei que “[...] en esta ciudad no hay más de cuatrocientos indios de tasa naturales dela por haberse muerto de las pestes [...]” ⁶⁴⁸, o que refletia o potencial de extermínio das epidemias microbianas e da dominação espanhola entre os povos nativos da região, além da necessidade de transladar indígenas das terras meridionais

⁶⁴⁶ *Carta al Rey del gobernador de Chile Alonso de Ribera. y un testimonio de la Gente de Guerra que había allí, 10 de marzo de 1601*, p. 117-130. In: CDIHCh, Segunda serie, t. VII, 1982, p. 122.

⁶⁴⁷ “[...] y la mayor que hace falta a todo es la de los indios amigos que se han acabado en sus términos y eran los que sustentaban el reino y el principal servicio y ayuda de los ejércitos y campos que militaban para el acarreto de sus provisión y sustento, y la fábrica de las fortificaciones y poblaciones y demás obras y trabajo [...]”: In: *Instrucción y orden de lo que el capitán Domingo de Erazo procurador deste reino y provincias de Chile ha dar cuenta y tratar con el Rey [...] en nombre de Alonso de Rivera [...]*, 15 de enero de 1601, p. 188-208. In: *Ibid.*, p. 196.

⁶⁴⁸ *Institución del Cabildo, Justicia y Regimiento de la ciudad de la Serena, 9 de febrero de 1606*, p. 208-210. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982, p. 209

para os trabalhos nos vales pacificados do Norte⁶⁴⁹. Sem o trabalho dos indígenas havia uma paralisia excruciante nos empreendimentos espanhóis. Faltava-lhes opções viáveis para atividades banais, geralmente imbuídas de significância hierárquica e vistas como aquém dos deveres ou da posição social de *vecinos* e conquistadores. Mais ao norte, nos vales do Aconcágua e do Copiapó e nas redondezas de La Serena (talvez, a cidade a oeste dos Andes menos afetada pela rebelião geral), perseverava-se, com sobressaltos, no cultivo de frutas, trigo, açúcar e na prospecção de cobre e chumbo. No geral, as exportações seguiam um ritmo errático, ditado pela permissividade da situação bélica. É certo que vários produtos eram encaminhados rumo ao Norte e Oeste, espalhando-se pelo mercado peruano em direção aos grandes centros de Lima e Potosí. Tucumã, Cuyo, a região pampiana e até mesmo os distantes Paraguai e Buenos Aires podiam beneficiar-se de alguns intercâmbios comerciais, principalmente em virtude das rotas de circulação de gado e de homens que chegavam à foz do Prata e seguiam para as guerras chilenas, passando por Córdoba, San Juan ou Mendoza, antes de cruzarem os Andes. A produção agrícola também foi sustentada nos vales do Maipo-Mapocho, no Maule e no Itata, embora em ritmos e condições variáveis. Nas zonas propícias, nas proximidades de Santiago, produzia-se vinho, que era exportado para o Peru. É certo que o *Real Situado* criou um importante mercado de artigos e produtos para a guerra, sobretudo em Santiago e Concepción. Essa última cidade, após estabilizar sua comarca, voltou sua produção agrícola para a manutenção das forças fronteiriças no Biobío e nos territórios *de arriba*.

As várias petições por mais recursos e as constantes reclamações de fome, pobreza e desolação eram prova da difícil situação socioeconômica. Mal se podia sustentar as praças que ainda estavam de pé com regularidade para prover-lhes de boas condições e capacidade de luta. Ao contrário, grassavam condições insalubres. A solução logística para um abastecimento tão complexo perpassava pela capacidade das guarnições e presídios de se autoproverem; perpassava também pela criação de uma estável linha de suprimentos alimentares de sentido Norte → Sul, capaz de acabar com os surtos de fome e inanição nas tropas. Era essa a avaliação de González de Nájera, que compreendia bem esse problema de sua vívida experiência como sargento-mor de alguns fortes fronteiriços⁶⁵⁰. Ao que parece, ele edificou e liderou por algum tempo um forte chamado Nacimiento; depois, tomou a direção de outra fortificação nas

⁶⁴⁹ VALENZUELA MARQUEZ, Jaime. Los indios cautivos en la frontera de guerra chilena: entre la abolición de la esclavitud y la recomposición de la servidumbre esclavista. In: ALVEAL, Carmen; DIAS, Thiago (ed.). **Espaços Coloniais: domínios, poderes e representações**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 229-262.

⁶⁵⁰ Sobre as raras informações referentes à origem, família e vida de González de Nájera, assim como informações sobre seus escritos, ver DONOSO RODRÍGUEZ, Miguel. Noticias sobre Alonso González de Nájera y la edición de su Desengaño y reparo de la guerra del Reino de Chile (1614). **Hipogrifo. Revista de literatura y cultura del Siglo de Oro**, v. 4, n. 1, p. 9-21, 2016.

imediações de Millapoa. O soldado-cronista se viu em difíceis situações durante seus anos de serviços (1601-1605), tendo de resistir a seguidas investidas e cercos nos quais a fome e a ausência de produtos básicos pesavam sobremaneira no espírito dos combatentes. Remetendo ao seu tempo na liderança dos fortins nas ribeiras do Biobío, Nájera relatou que a sobrevivência ordinária dos soldados era precária. A alimentação não era suficiente para as necessidades nutricionais basilares, visto que “[...] la ración que se les da a los soldados antes de haber ocasión de extraordinarias necesidades, es cuatro celemines de trigo o cebada para un mes [...] Y cuando esto se acaba [...] es cosa lastimosa o que lo obliga a comer la intolerable hambre [...]”⁶⁵¹. Nessas situações, os soldados apelavam para o consumo de ervas selvagens, como o *pangue*⁶⁵², à caça de animais, à pesca e, no último estágio da carestia, aos objetos de couro. Quando havia, os cereais precisavam ser moídos e preparados no próprio forte por via de técnicas rudimentares de moagem (uso de pilões de pedra), o que levava a um preparo pobre e pouco apetitoso do alimento, amiúde insípido e insuficiente.

O efeito psicológico da penúria foi bem ressaltado nos relatos de Nájera, que jogava na carestia alimentar uma parte da culpa pelos insucessos bélicos dos espanhóis, tendo em vista que a fome desestimulava a ação, retirava a energia necessária para movimentar as tropas ao combate e impedia qualquer manobra de maior vulto. A solução era criar uma rede segura e perene de abastecimento baseada em dois pilares principais. Primeiro, a criação de *sementeras* próximas aos fortes, tornando-os o máximo possível autossuficientes, como sugere a ilustração de meados do século XVII da nova praça forte de Angol, refundado em 1637 e abandonada novamente em 1641, restando como um interessante exemplo visual de estrutura militar espanhola na Araucanía do século XVII⁶⁵³ (figura 10, abaixo). Os índios de paz cultivariam *granjerías*, abastecendo a guarnição com todos os recursos mais basilares. As tropas passariam a ter a capacidade de estocar mantimentos para os períodos de guerra cerrada e para os fustigantes invernos. Em segundo lugar, dever-se-ia trazer do Norte todos os recursos necessários para a manutenção das unidades de fronteira. Pescado, legumes, vinho e queijos, produtos geralmente importados para o Peru, deveriam antes preferencialmente abastecer as necessidades militares

⁶⁵¹ GONZÁLEZ DE NÁJERA, Alonso. **Desengaño y Reparó de la Guerra del Reino de Chile**. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889, p. 189.

⁶⁵² Vegetal típico de certas regiões do Chile e Argentina que é usado desde tempos longínquos na culinária tradicional.

⁶⁵³ O forte-presídio de Angol foi concebido como uma fortaleza quadriculada simples, rodeada por fontes de água, de lenha e por moinhos, olaria, ferraria, carpintaria, além do notável acampamento do exército estabelecido fora das muralhas. Todos esses elementos estavam localizados nas redondezas da fortaleza, assegurada, por sua vez, por duas torres, baluartes armados com artilharia que cobririam todo o perímetro amuralhado e adjacências. A imagem demonstra a necessidade dos fortes de serem na medida do possível autossuficientes, além de preconceber graficamente a disposição espacial dos empreendimentos militares hispânicos em plena *Tierra de Guerra*.

da Reino do Chile. O gado, que Nájera julgava ser desperdiçado em grande monta para aproveitamento do sebo, poderia ser valiosamente utilizado para prover carne para os soldados fronteiriços. Apenas isso, ponderava o agora mestre-de-campo, poderia mudar os fundamentos da atual situação militar das fronteiras de guerra: “[...] con lo cual acabarán los soldados de cuidar más del comer y de huntarse unos a otros las pobres y tasadas raciones [...]”⁶⁵⁴.

Figura 10 - Planta do novo povoamento de Angol, anônimo, 1637.



Fonte: *Planta de la nueva población de Angol*, 30 de mayo de 1637. In: MCD, PARES, AGI, vol. MP-PERU_CHILE,175, f. 1. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/22818?nm>>. Acessado em 25 de novembro de 2022.

Embora a situação do abastecimento fosse melhorada ao longo do século, sua ineficácia estrutural levou a tropa à manutenção de práticas usuais de violência, conhecidas como *entradas*⁶⁵⁵. As expedições de ataque às terras inimigas intituladas de *campeadas*, *correrías* ou *malocas*, empregadas como ferramentas de enfraquecimento, punição e saque aos adversários, juntas à captura eventual ou sistemática de cativos, possuíam um papel fundamental na subsistência e nos ciclos econômicos da vida cotidiana nas *tierras de guerra*. O saque e o apresamento eram atividades sazonais e correlatas que se retroalimentavam; um processo corrosivo de

⁶⁵⁴ Ibid., p. 226.

⁶⁵⁵ CONCHA MONARDES Raúl. *El Reino de Chile. Realidades estratégicas, sistemas militares y ocupación del territorio (1520-1650)*. Santiago: CESOC, 2016.

violência que desestabilizava o mundo indígena e perpetuava a guerra. Não à toa eram, junto aos *trabajos personales*, as práticas mais miradas pelos ardentes sermões e pela atividade epistolar e tratadistas dos padres jesuítas. Em um curto estudo sobre o interregno entre a conquista e a consolidação do complexo fronteiriço, Goicovich Videla elencou duas categorias principais de combate comuns às práticas bélicas hispânicas no Chile⁶⁵⁶. As *campeadas*, segundo sua interpretação, seriam sobretudo expedições punitivas, militarmente mais alinhadas, empregadas dentro de um dispositivo estratégico deliberado de repressão e aquisição territorial; poderiam empregar métodos de conquista *perene* da terra, ou poderiam simplesmente capturar o maior número possível de indígenas (*piezas*), *sementeras* e qualquer outro produto de fácil manejo e boa mobilidade, enquanto deixavam terras e comunidades arrasadas e teoricamente “pacificadas” para trás. Já a *correría* seria uma categoria de ação essencialmente econômica, levada a cabo pelos grupos militares fronteiriços com objetivos mercantis e de autossustentação. Certamente, havia diferenças entre as grandes expedições militares e as pequenas *entradas* mais cotidianas, mas, de forma ordinária, os termos *correr* e *campear* eram usualmente utilizados tanto para qualificar expedições de caráter mais estratégico e oficial quanto para *entradas* costumeiras de pilhagem, com ou sem anuência hierárquica.

No começo do século XVII, as *campeadas* confundiam-se com as expedições de *correr la tierra*. Durante o verão as tropas hispânicas lançavam-se em direção às terras indígenas para fazer toda sorte de dano possível, capturar *piezas* para o tráfico humano e juntar uma enorme quantidade de provisões materiais, levadas, em seguida, para os fortes e cidades, onde poderiam ser comercializadas, trocadas ou estocadas. Essas *entradas* eram quase sempre canceladas pela autoridade do governador ou organizadas sistematicamente em vários locais, como forma de produzir um efeito mais generalizado sobre as comunidades originárias refratárias. Nájera definia as *campeadas* como parte de um ciclo bélico; uma prática costumeira, anual e, segundo sua interpretação crítica, viciosa, onde “[...] acostumbran nuestros españoles en aquel reino a salir cada verano en campaña y entrar por las tierras de los indios rebelados para hacerles la guerra (a las cuales salidas llaman campeadas)”⁶⁵⁷. Alonso de Ribera falava repetidamente sobre suas ações de *campear*, que, como veremos, constituíam parte de seu plano para estabilizar a linha fronteiriça e fazer recuar a *Tierra de Guerra*. As *campeadas* também podiam tomar a forma de expedições emergenciais, contingenciadas pela necessidade de aliviar um cerco,

⁶⁵⁶ GOICOVICH VIDELA, Francis. Entre la conquista y la consolidación fronteriza: dispositivos de poder hispánico en los bosques meridionales del Reino de Chile durante la etapa de transición (1598-1683). *Historia*, Santiago de Chile, v. II, n. 40, p. 311-332, jul./dic. 2007.

⁶⁵⁷ GONZÁLEZ DE NÁJERA, Alonso. *Desengaño y Reparó de la Guerra del Reino de Chile*. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889, p. 158.

socorrer uma comunidade isolada e proteger comunidades indígenas aliados das constantes desavenças com seus inimigos.

Para além das questões geoestratégicas, *campear* incluía também um cálculo económico. Essa ponderação aparece em diferentes relatos, onde essas expedições tomavam forma de grandes incursões de rapina, captura e saque, como na *campeada* realizada pelo governador Ribera, em 1604: “[...] salí a campear a 21 de noviembre y corté las comidas al enemigo [...] estas son de trigo y cebada, porque de estos géneros habían sembrado [...] pareciéndoles que no habían de salir a campaña a tiempo de cortárselas”⁶⁵⁸. O sucesso da campanha baseava-se no resultado sistêmico das ações: roubar as colheitas antes da ceifa (ou capturar os estoques nos silos), privar os indígenas de mantimentos e, conseqüentemente, levá-los à rendição ou, ao menos, à mesa de negociação. Ao que parece, formou-se uma prática de *campeadas* periódicas, como nos indicava o então governador D. Luis Merlo de la Fuente (1611), que cuidava de analisar a época mais propícia para o desencadear desses eventos, visto que as *campeadas* em dezembro (como os antigos conquistadores), e as que ocorriam a partir de janeiro (costume dos últimos governadores), padeciam de uma série de problemas. Melhor seria, deliberava, começar “[...] su campeada por principio de noviembre y sin torzer camino via recta vaya pasando a Puren y talando todas las comidas y legumbres que hallare por el camino [...]”⁶⁵⁹, percorrendo os caminhos de La Imperial e Angol, e diversas outras províncias indígenas, saqueando as plantações e arrasando o que não pudesse ser levado.

As *malocas*, por sua vez, eram definidas da seguinte forma por o licenciando Talaverano, no ano final da Grande Rebelião: “[...] porque sólo se pelea cuando ellos quieren y el campo no puede correr tanto que ande todo el reino [...] y por ser tierra tan fragosa [...] es forzoso echar algunas mangas y hacer cuadrillas, que aquí llaman malocas”⁶⁶⁰. As *malocas* eram também *correrías*, ataques sem época definida que visavam sobretudo os ganhos materiais. Com o passar do tempo, tanto *correrías* quanto *campeadas* foram associadas ao termo *malocas*, não havendo à época uma rígida delimitação entre tais categorias conceituais. No geral, a despeito da mudança de contexto (feitas em período de guerra aberta e militarmente orientadas ou feitas em detrimento de uma razão mais abrangentes, tendo em vista apenas amealhar lucros

⁶⁵⁸ Carta de Alonso de Ribera a su Majestad, 22 de febrero de 1604, p. 538-548. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982, p. 540. A fonte especifica as localidades das *campeadas*: Andalicán, Colcura, Talcamávida, Curamlevo, Villapoa, Nevoa, piramávida, Aserijo, Maricano, Mareguano, Tavotevo, Curato, Petenbe y Medirche.

⁶⁵⁹ Avisos y advertencias que el D. Luis Merlo de la Fuente gobernador y capitán general del reino y provincia de Chile da al señor gobernador Joan Jaraquemada que le subcedio [...], 19 de febrero de 1611, p.204 -233. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 211.

⁶⁶⁰ Carta del licenciando Talaverano, teniente general, avisando su llegada a Chile, Santiago, 8 de marzo de 1604, p. 486-490. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982, p. 487.

rápidos e obter recursos), todas essas ações possuíam em comum o fato de serem *entradas*, expedições violentas às terras dos inimigos, *tierra adentro*, que geralmente desemborcavam em chacinas, capturas, roubos e destruição. Esse conjunto de práticas bélicas jamais foi livre de críticas. No entanto, seu debate foi bastante abrasado pela perda das cidades do Sul e sobretudo pela contundente posição adotada pela Companhia de Jesus. A discussão desenvolveu-se em dois níveis diferentes, no dos teóricos da técnica de guerra e no dos padres jesuítas. As críticas dos primeiros recaíam sobre a inutilidade geral da prática; as dos segundos, sobre a violência, o aspecto contraproducente e a brutalidade visceral que envolviam a maior parte das *entradas* militares na terra de guerra.

A má fama e rigurosidade das *entradas* estavam atestadas nas memórias dos militares e na experiência vívida dos indígenas. García Ramón, por exemplo, sempre fazia um relato vívido do emprego que dava à violência em suas campanhas de repressão nas terras rebeladas, colocando o seu ímpeto e a sua inclemência como pontos positivos de seu trabalho prestado ao rei. Vejamos o relato feito pelo dito governador lá por volta de 1607. Sob suspeição da possibilidade de guerra em Tucapel e assombro de uma possível tragédia geral em Boroa (que, de fato, já ocorrera), Alonso García Ramon dirigiu um grande contingente para socorrer as guarnições ameaçadas e para suprimir do ímpeto de revolta entre os indígenas já pacificados:

Con la nueva de haberse levantado Tucapel salí de la ciudad de la Concepción [donde] estaba invernando a quince de Octubre [...] fui a Arauco de donde hice una correría a la más fragorosa sierra deste Reyno y aunque se tomó poca gente la cual se pasó a cuchillo sin reservar mujer ni niño fue de mucha consideración respecto de que por la fragosidad jamás españoles habían entrado en ella, de allí fui a Paicavi [...] hice otra correría a Cayocupil el peor y más rebelde [...] Tomé mucha gente, ganados de Castilla y de la tierra la cual también se pasó a cuchillo [...] Habiendo hecho lo referido en la provincia de Tucapel pareció conveniente destruir todas las comidas y en particular las de la provincia y valle de Pure [...] ⁶⁶¹.

Como indicado, as *entradas* funcionavam muito mais como maneiras momentâneas de suprimir levantes e rebeliões, ou como método punitivo, do que propriamente como formas peremptórias de estabelecer dominação territorial. Para além de promessas vazias de submissão, coercitivamente obtidas, pouco ou nada aproveitava-se delas, ao menos não quando realizadas com objetivo de criar um domínio espanhol duradouro sobre as terras atacadas. Além do mais,

⁶⁶¹ Carta de Alonso García Ramon al rey de España, Concepción, 12 de abril de 1607, p.160 -161. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 161-162.

essas expedições eram perfeitas para catalisar novos conflitos, servindo frequentemente para fomentar querelas que levariam à perpetuação das guerras, embora pudessem impor certos interregnos aos períodos de ação. As *entradas* mostravam aos indígenas a brutalidade do poderio espanhol. Esse sentimento constava nas atas parlamentares, nas quais as queixas indígenas sempre retomavam o tema de “La cruda guerra que se les ha hecho y hace en sus personas mujeres e hijos tierra sementeras y ganados y demás haciendas assolándoselas y destruyéndoselas [...] por causa de las muchas malocas corredurías y emboscadas que se les han hecho con prisión y muerte de muchos dellos [...]”⁶⁶², como denunciavam os *principales* indígenas no Parlamento de Conuco (1608). Segundo o documento, os líderes araucanos buscaram *venir de paz* para dirimir o peso dos extenuantes assaltos às suas terras e pessoas, oriundos dos soldados alocados no forte San Gerónimo.

Desse contexto, surgia outra função estratégica das *campeadas*. Se não podiam criar uma submissão total e uma condição de domínio bem consolidada, poderiam ao menos forçar os indígenas à negociação. Do cruzamento da *campeada* com a diplomacia dos Parlamentos surgiram diversas negociatas de paz, cuja mais famosa foram as primeiras pazes de Quillín, em 1641, que foram precedidas por duas pomposas demonstrações de força, idealizadas e comandadas pelo marques de Baides, que em sua segunda entrada na *Tierra de Guerra* reuniu nada menos que 2.350 homens, sem contar as tropas auxiliares. A primeira *entrada* teve aspecto mais bélico, pois deveria mostrar aos indígenas a capacidade de ação e o grande poderio da força espanhola. A pompa e o poderio, no entanto, eram um tanto simulados, embora impressionantes para a época e para o lugar⁶⁶³. A segunda, tomou forma de procissão. Patroneou-a ninguém menos que São Francisco Xavier, o jesuíta de vida apostólica que se sagrou por seus trabalhos na Ásia, sendo conhecido por sua natureza persistente e por suas missões de conversão entre os povos gentios. Missas eram rezadas com regularidade, e a imagem da Imaculada Conceção da Virgem Santíssima serviu à tropa de estandarte. Com tal cerimônia, alinhando o poder espiritual das entidades cristãs com a demonstração de poderio bélico, o governador adentrou mais

⁶⁶² *Parlamento de Conuco de 1608*, 07 de octubre de 1608, p. 63-65. In: PHM, 2015, p. 63.

⁶⁶³ Segue-se uma narração das ações do marquês de Baides e de seu uso pragmático da *campeada* como arma diplomática: “Salió, pues, el Marqués a 4 de Enero de 1640. A la primera campaneada que hizo, después de haber tomado posesión deste Gobierno, y habiendo quemado y talado con su ejército las viviendas, comidas y sementeras del cacique Anteguano y de todos sus vasallos, y habiendo pasado por el río de la Imperial a las tierras del Toque (llaman así el Capitán general) Lincopichon para hacer lo mismo, le envió sus Embajadores y tras ellos sus hijos, y lo que más admiró, por la severidad y gravedad del sujeto, vino en persona, y con grandes cortesías y sumisiones pidió a su señoría no pasase adelante con el estrago que amenazaba el ejército en sus tierras, porque prometía por sí y por sus vasallos la paz y obediencia a S. M., y convocaría a otros Caciques convecinos á que hiciesen lo mismo, y para prenda de su fe ofreció una oveja de la tierra para que se matase a su usanza y costumbre; ceremonia con que entre ellos aseguran las paces que prometen”: *Parlamento de Quillín de 1641*, p. 107-118. In: *Ibid.*, p. 110.

profundamente na *Tierra de Guerra*, juntando em sua passagem uma corte de *ulmenes*, *conas* e *toquis* voluntariosos em concretar a paz. Esse foi, certamente, um uso aperfeiçoado das técnicas bélicas espanholas de *campear*, que cambiaram de expedições majoritariamente predatórias realizadas em um ciclo estacional, para uma forma de ação mais deliberada, acoplada à realização das cerimônias e rituais diplomáticos dos Parlamentos hispano-mapuches.

Não obstante, os problemas fundamentais do começo do século XVII não giravam especificamente em torno da construção de uma paz negociada entre espanhóis e indígenas. Ainda cambaleantes, porém vivas, as forças espanholas reagruparam-se lentamente com a ajuda dos reforços enviados das terras do Norte, do vice-reinado e com os homens enviados da Europa. Era imperativo decidir-se sobre os próximos passos. Tentar-se-ia uma ousada campanha para libertar as cidades sitiadas e alcançar os territórios sulistas isolados? Ou investiriam primeiro na estabilização e construção de uma nova zona fronteiriça? À revelia dessas questões, todas as partes concordavam que o forte de Arauco deveria ser suprido e defendido contra os atacantes que persistentemente apossavam-no e desejavam pôr fogo na fortificação. Tratava-se de um posição-chave: a província de Arauco, cujo nome era estendido à região que englobava a cordilheira de Nahuelbuta e suas adjacências (o que, aqui, referimo-nos ocasionalmente como Araucanía, para evitar confusões entre a “província” litorânea e o espaço mais amplo também chamado de Estado de Arauco)⁶⁶⁴. A importância de Arauco era tanto estratégica como simbólica. Estrategicamente, o forte estava assentado em uma zona de grandes desenlaces bélicos. A província litorânea foi ocupada pela primeira vez por Pedro de Valdivia, que percebeu no lugar uma grande potencialidade de povoamento, observando o clima, as paragens e o material humano disponível à *encomienda*⁶⁶⁵. Construído o forte de San Felipe de Arauco, em 1552, suportou-se os dissabores da primeira grande rebelião e os difíceis anos posteriores, tornando-se a principal força de ligação entre Concepción, o principal centro bélico do Reino, e a Araucanía. Arauco era um lugar acessível pelo litoral (provavelmente, defronte a um porto natural), uma ponte militar entre a cabeceira da guerra e as cidades *de arriba*⁶⁶⁶, além de ser um dos mais

⁶⁶⁴ ZAVALA CEPEDA, José Manuel; DILLEHAY, Tom D. El "Estado De Arauco" Frente a la Conquista Española: Estructuración Sociopolítica y Ritual de los Araucano-mapuches en los Valles Nahuelbutanos Durante Los Siglos XVI Y XVII. **Chungara, Revista de Antropología Chilena**, Arica, v. 42, n. 2, p. 433-450, 2010.

⁶⁶⁵ “Luego le despaché a que corriese la costa de Arauco y trajese los navíos cargados de comida [...] Vieron la más linda tierra del mundo todo, sana apacible e sitio para poblar una cibdad mayor que Sevilla [...] topó una isla de hasta mill indios de poblazón, e los traxeron de paz e le sirvieron [...]”: *Carta a sus apoderados en la corte, Santiago, 15 de octubre de 1550*. In: CPV, 1929, p. 138.

⁶⁶⁶ Vejamos a descrição dessa dinâmica feita por Góngora Marmolejo ao relatar uma expedição militar ao Arauco, realizada por Francisco de Villagra, em 1662: “[...] se embarcó con todos los caballos y gente, y con él navegó hasta la playa de Arauco, donde desembarcó y se fué a la casa fuerte que allí estaba”: GÓNGORA MARMOLEJO, Alonso de. **Historia de Chile desde su descubrimiento hasta el año de 1575**. In: CHCh. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. II, 1862, p. 98.

importantes baluartes abaixo da linha do Biobío, incrustado em uma posição que permitia uma rápida penetração de suas forças nas *Tierra de Guerra* insubmissas. Conservava-se em uma localização intermediária entre os espaços margeados pelo Biobío e as cidades mais meridionais (La Imperial e Villarrica, especialmente; estando demasiadamente distante de Osorno e Valdivia, e ainda mais de Castro), particularmente próximo de Cañete e Angol a sul e sudeste, respectivamente, e de Concepción, ao norte. Era parte de um projeto gradual de ocupação, reforçado pelo forte Tucapel, logo em 1553 (destruído no mesmo ano por Lautaro, refundado em 1557) e por Cañete de la Frontera, fundada por dom García Hurtado de Mendoza, em 1558 (do próprio assentamento do forte Tucapel), e abandonada em 1563⁶⁶⁷. Mostrou-se, no entanto, mais durável que essas outras localidades. Enfrentou por décadas uma sequência aparentemente infinda de cercos, mostrando-se uma impávida defesa contra as forças indígenas, e uma habilidosa ferramenta de manutenção, reação e proteção do espaço bélico que a rodeava. Foi momentaneamente despovoado no governo de Melchor de Saraiva, sob ordens expressas do governador, sendo repovoada por Alonso de Sotomayor, poucos anos depois. Simbolicamente, representava um dos últimos rincões que ainda não escaparam das mãos e braços dos fustigados espanhóis. O forte litorâneo era corriqueiramente utilizado como base de apoio para as *campeadas*, e sazonalmente saíam de seus portões alguns contingentes a *correr* a terra nos períodos de mais estabilidade, fornecendo homens às hostes vindas de Concepción ou socorrendo os *pueblos* espanhóis em sua zona de ação.

Portanto, urgia auxiliar na defesa e proteção do local. García Ramón asseverava que além dos malogros na luta contra os indígenas, a fortificação era fustigada pelos corsários, estando Concepción e Arauco em “[...] extrema necesidad a causa de haber quemado quantos navíos había el corsario Oliver de Nort”⁶⁶⁸, que passara pelo litoral chileno em 1601. O experiente mestre-de-campo já experimentara o desafio de resistir a um cerco prolongado no forte de Arauco entre os governos de Sotomayor e Óñez de Loyola. Ele reconhecia a suma importância de manter um pé fincado na Araucanía, sem o qual reduzir-se-ia ainda mais as chances de investir sobre os territórios austrais e de auxiliar os isolados grupos de espanhóis. A posição, não obstante, era precária. Precariedade essa que provinha de longo tempo. Ainda em 1591, García Ramón dava conta de que “Los de Arauco, Andalicán y Tucapel con los demás, vistas las pocas

⁶⁶⁷ “En una provincia que se dice Tocapel tenía una casa fuerte el gobernador y siete españoles en ella [...] y llegado a Arauco, donde había doce españoles, que era otra casa fuerte que está doce leguas de La Concepción, y de ésta a la de Tocapel hay siete leguas [...]”: BIBAR, Gerónimo de. **Crónica y Relación Copiosa y Verdadera de los Reynos de Chile**. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico José Toribio Medina, 1966, p. 168.

⁶⁶⁸ *Carta de Alonso García Ramón a su Majestad, Santiago, 12 de octubre de 1600*, p. 23-26. In: CDIHCh, Segunda serie, t. VII, 1982, p. 23.

fuerzas, les parecía se había de despoblar el fuerte [...] que sin duda si este mal no hubiera sobrevenido a este tiempo tenía por cierta la paz [...] y aunque sea con gente a pie está determinado poblar a Tucapel [...]”⁶⁶⁹, o que acabou por não ocorrer. Nem o derrocado forte capitulou, nem Tucapel foi repovoada. Não obstante, as cidades mais próximas de Angol, La Imperial e San Bartolomé caíram, deixando a guarnição ainda mais isolada e completamente dependente das ajudas marítimas e da sorte de Concepción. Por isso, no julgamento estratégico do futuro governador, a prioridade geral da contra-ofensiva hispânica deveria ser “[...] socorrer al fuerte de Arauco y librarle del riesgo grande en que está con el grave cerco que tiene y forzosa necesidad que padece por no haber sido poderoso el filibote [...] y el barco que yo había despachado a meterle comida”⁶⁷⁰. Malsucedida a ajuda marítima, seria preferível uma poderosa demonstração de forças terrestres. Cento e cinquenta cavaleiros deveriam acudir rapidamente, correndo a terra entre Concepción e o forte, seguidos de trezentos infantes. A força deveria saquear os mantimentos indígenas em sua passagem, em uma *campeada* de rapina e punição, levando o bem-sucedido butim ao forte, que deveria ser igualmente contemplado com uma posterior ajuda naval, prenhendo de materiais necessários para reformar as defesas físicas da fortificação. Ribera, por seu lado, concordava quase que plenamente com García Ramón. Era imperativo fortalecer o forte Arauco e fazer dele o primeiro passo rumo à pacificação da terra de guerra. O novo governador via a situação como uma oportunidade para impor uma pesada derrota aos índios de guerra, abalando-os psicologicamente e convencendo-os da inutilidade de revoltarem-se contra os espanhóis. Seu desejo era

[...] reparar el dicho inconveniente entrando con el campo en el estado de Arauco, que es el de mayor reputación y fuerza del enemigo, donde se le podrá hacer mucho daño en las comidas que están próximas a la sazón de recogerlas y se podría pelear y alcanzar con el favor divino alguna importante victoria, quebrantando al enemigo la soberbia y avilantez que tiene y dejar el dicho fuerte ofensivo y defensivo y basteadado⁶⁷¹.

A ideia era bater os inimigos no mais renhido e afamado campo de batalha, o Estado de Arauco, tão contrafeito à dominação espanhola e por tantas vezes triunfante. Ribera desejava fazer da defesa e proteção ao forte um exemplo magnífico de força e do poder militar que trazia

⁶⁶⁹ *Carta de Alonso García Ramón al virrey del Perú sobre el viaje emprendida a Chile por mar y el estado de la guerra, 6 de diciembre de 1591*, p. 156-158. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. IV, 1960, p. 157-158.

⁶⁷⁰ *Pareceres que tomó Alonso de Ribera cuando llegó a Chile para el buen acierto en la guerra y Gobierno de aquel reino, Concepción, 16 de febrero de 1601*, p. 34-84. In: CDIHCh, Segunda serie, t.VII, 1982, p. 41.

⁶⁷¹ *Ibid.*, p. 37.

consigo. O cálculo do governador mostrava-se acertado, mas não era um julgamento isolado, pois seus acólitos e todo experiente soldado espanhol no Chile sabia que a vitória indígena em batalha excitava e impulsionava a rebelião. Por isso, era importante trabalhar com as armas no campo da moral, buscando demonstrar força, vencer combates importantes e capturar líderes e bens indígenas, de forma a produzir um quadro geral de vantagem que afirmasse a superioridade do bando espanhol. Conjuntamente, o governador objetivava fortalecer ao forte de todo o necessário, transformando-o em uma base primária de um novo projeto bélico para as fronteiras daquela província.

A premissa da defesa e sustentação da fortaleza araucana funcionava como um fator de coesão, pois era uma ação livre de discordâncias por ser opinião compartilhada por todos os experientes oficiais militares do reino. Era uma decisão de desdobramentos quase óbvios. Cada localidade derrubada ou abandonada aproximava e intensificava a guerra das cercanias de Concepción e, mais remotamente, de Santiago. Não havia, portanto, uma intencionalidade geral de abandonar as possessões que pudessem mostrar-se defensáveis, capazes de receber reforços e abastecimentos. Igualmente, não havia uma política de recuo ou de abandono total das cidades *de arriba* ou dos antigos fortes destruídos. Antes, podemos perceber que com as fragorosas derrotas, com o aumento da temeridade espanhola (expressa nas precauções e na atenção dada aos planejamentos de novas iniciativas bélicas) e com a vinda de Ribera, novas perspectivas bélicas começaram a germinar. Esses novos cálculos estratégicos, não desprovidos de críticas, premiavam mais a paciência, a capacidade de adaptação e a defesa frente à impetuosidade dos ataques e dos povoamentos inconsequentes. Essa manifestação nova do pensamento marcial e da expansão territorial (pois não havia uma renúncia à lógica do *imperium hispaniae* em expansão) pode ser percebida no pensamento calculista e ponderativo de Ribera ao deliberar sobre a possibilidade de deslocar o forte de Arauco para duas léguas mais ao sul de sua posição, “[...] sobre el río que llaman de Curaquilla, donde estará tan cerca del que se pueda socorrer, siempre que sea necesario [...] sin arriesgar la gente, como se hacía en este otro [...]”⁶⁷². A ação era tida como necessária por causa das dificuldades de abastecimento, visto que na localidade em que estava era impossível receber auxílio marítimo direto de barcos de maior calado, o que obrigava o governador a despender tempo em *entradas* de auxílio à fortificação, gastando-lhe dois importantes recursos: tempo (pois devemos lembrar que as temporadas de guerra eram regidas

⁶⁷² *Carta de Alonso de Ribera a su Majestad, 26 de mayo de 1606, p. 508-514. In: Ibid., p. 510-511.* Há um adendo sobre a datação do documento. A data que consta no texto transcrito é do ano de 1606, o que não condiz com a cronologia, pois nesse momento Ribera já tinha assumido o governo de Tucumã, sendo substituído por García Ramón ainda em abril 1605. Dessa forma, seja por erro do copista, seja por engano do escrivão, as informações reunidas na carta parecem condizer com os eventos ocorridos no ano de 1604.

pela natureza das estações) e homens. Portanto, não era apenas o espaço maior, o quadro geral, as províncias e a *Tierra de Guerra* em sua totalidade que era necessário repensar, cuidar e fortificar. As pequenas localidades, enraizadas no centro dos conflitos, com suas estruturas defensivas, sua posição e suas funções precisavam, agora, obedecer à lei da praticidade estratégica. O forte Arauco foi, talvez, a primeira localidade a ser enquadrada nesse padrão, e por sua posição, sua importância e seu significado, precisaria ser não apenas mantido, mas firmado como uma ponta-de-lança para as ações posteriores.

Foi nesse momento que emergiram as divergências. Após socorrer ao Arauco, quais seriam os próximos passos da guerra? Podemos dividir as preocupações militares em três áreas específicas. Mais premente, urgia-se estabilizar e fortificar uma área mais setentrional, às margens de algum dos vales fluviais abaixo de Santiago, para servir como uma fronteira provisória entre a terra de paz e a terra de guerra. Além disso, havia as cidades perdidas ou cercadas. A partir de Arauco, uma zona de guerra plena de locais abandonados e urbes sitiadas esperava por uma ação de socorro, sustentação e reconquista. Por fim, mais ao Sul, erguiam-se os problemas de como reedificar Valdivia, socorrer e reforçar o capitão Francisco del Campo e a cidade de Osorno e prevenir a perda total de Castro e Chiloé.

A segunda tarefa principal era a estabilização fronteiriça em torno de um limiar protetivo, realizada preferencialmente sobre uma área de fronteira mais bem povoada com espanhóis e com indígenas em variados graus de submissão. Imperiosa e imediata, constituía-se, em suma, no manejo militar de uma área que se estendia do Itata ao Biobío, sendo a ponte entre as áreas de domínio consolidado e a *Tierra de Guerra*. Os pareceres do conselho de guerra concordavam, no geral, que essa área deveria ser estabilizada, defendida e fortificada. Algumas propostas mais heterodoxas, inclusive, sugeriam o recuo estratégico das fronteiras para as margens do Itata. Quem a indicava era o capitão Francisco de Ortiz, que julgava um avanço sobre o Biobío uma ação momentaneamente irresponsável, argumentando para que se “[...] fortifique deste cabo de Itata entre Canumanque y Quinel o estancia del Rey [...] que será fácil de sustentar, pues no tendrá más costa de la que tienen donde están [...] y hará los efectos siguientes: aseguran mejor la ribera de Itata y ofender la de Biobío y la cordillera [...]”⁶⁷³. Seu conselho intuía que, geograficamente, a defesa do Itata era mais viável e vantajosa, estando ali mais seguros contra ataques oriundos do Sul e em uma posição confortável e conveniente para atacar as ribeiras do Biobío, não tendo que lutar contra os empecilhos de atravessar rios caudalosos em áreas

⁶⁷³ *Pareceres que tomó Alonso de Ribera cuando llegó a Chile para el buen acierto en la guerra y Gobierno de aquel reino, Concepción, 16 de febrero de 1601*, p. 34-84. In: CDIHCh, Segunda serie, t.VII, 1982, p. 72

inseguras. Não obstante, o capitão concordava concomitantemente com a premência de auxiliar Arauco e Valdivia, mas fortificar amplamente às margens do Biobío só seria possível depois de uma campanha fulminante de *campeadas* que aniquilassem por completo os povoados rebeldes, ação que, naquele momento, era bastante improvável de lograr êxito. Essa proposta, solitária e impopular, certamente não chegou a ser cogitada por nenhum dos governadores. Qualquer posterior recuo da linha defensiva poderia ser visto como sinônimo de incapacidade ou como complacência para com as forças indígenas, enfraquecendo politicamente o nome de quem levasse a cabo tal estratégia e abrindo espaço para a detração de sua pessoa ao vice-rei e ao próprio monarca.

Alonso de Ribera sabia que sua posição era, no mínimo, sensível. Talvez, por isso, sua ideia conjugasse a paciência de um experiente soldado do Flandres europeu com a temeridade de um oficial diretamente enviado pelo soberano para lidar com uma situação aparentemente insolúvel. Seu plano estratégico consistia em fortificar Arauco, “[...] ganar el río de Biobío y ocuparle con guarnición de gente suficiente y el tercero, la población de Valdivia y tomar noticia del coronel Francisco del Campo y de las ciudades que se hubieren conservado arriba”⁶⁷⁴. Esse plano, aparentemente conciso e simples, era a primeira etapa de uma verdadeira política de (re)conquista e dominação espacial que apenas começara a germinar na mente de Ribera. Escrevendo no calor de sua chegada, ainda em 1601, ele representava o Biobío como “[...] la mayor defensa y reparo que tienen en su favor los indios rebeldes [...] por el impedimento y dificultades de su pasaje y es la frontera principal que cubriendo la tierra de paz abraza la de guerra”⁶⁷⁵. Se havia uma percepção do Biobío como uma zona de relativa segurança, esta certamente estava a evaporar-se, pois a rebelião há muito atravessara as margens do dito rio. Ainda assim, o governador via a fronteira do rio como a mais promissora para uma estabilização por fortificação, impedindo qualquer forma de ameaça significativa ao norte desse cinturão defensivo que Ribera desejava construir. Manter o Biobío sob controle iria trazer segurança para os vales fluviais acima dele, livrando Santiago e seus términos de preocupações mais urgentes com a guerra. Sustentar uma linha defensiva nessa posição significava torná-la a “[...] primera frontera y principio de la guerra que se debe seguir continuada y no salteada [...]”⁶⁷⁶, o que implicava na perpetuação da guerra a partir deste marco e não na cessação do conflito, sua mitigação ou na produção de um entendimento implícito de reconhecimento de uma certa soberania indígena para além do sul de suas margens. Longe disso, Ribera calculava que o Biobío

⁶⁷⁴ Ibid., p. 37.

⁶⁷⁵ Ibid.

⁶⁷⁶ Ibid.

e o Arauco, que ficava a calculadas 8 léguas do rio, funcionariam como uma pinça, derrotando os agrupamentos indígenas que resistissem, presos entre as tropas que sairiam a fazer campanha desses dois pontos defensivos. Quanto a Valdivia, tratava-se de um tema especialmente sensível. O governador concordava na importância de estabelecer algum tipo de reocupação temporária da cidade, mas argumentava que, nas atuais situações climáticas (proximidade do inverno), seria impossível enviar qualquer socorro, sendo mais seguro esperar a primavera. Qualquer política de socorro às cidades *de arriba* seria realizada a partir de Valdivia e Osorno, quando pudessem ser estabilizadas e reerguidas. Em outras palavras, secundarizava-se a ajuda às regiões mais meridionais e, na prática, abandonava-se as cidades perdidas ou cercadas momentaneamente à própria sorte.

A prioridade dada por Alonso de Ribera à defesa e manutenção dos territórios entre o Arauco e o Biobío fez surgir consideráveis críticas quanto aos seus projetos de guerra e territorialização, especialmente provindas do vice-rei, Luis de Velasco, que ordenara expressamente que o novo governador desembarcasse suas tropas e socorresse prioritariamente a Valdivia. Na percepção de um vice-rei do Peru, era embaraçoso admitir uma contração em terras sob sua jurisdição e administração. Essa contrariedade tornou-se quase uma acusação formal feita ao rei. Na narrativa de Velasco, a morte do coronel Francisco del Campo e a perdição da fronteira sulista foram colocadas como culpas parciais do governador, que não desembarcara no porto indicado. Mas a meia-acusação logo transformou-se em um informativo geral das ações de Ribera que, como reconhecia o próprio vice-rei, não estava imóvel ou apático. “Escríbeme que iba haciendo algunos fuertes en los sitios y puertos que parecían más a propósito para estrechar a los enemigos y quitarles las comidas, recobrar los ganados y caballos [...] y quedar él más señor de la campaña y poderla mejor ofender”⁶⁷⁷, escrevia Velasco, sobre as ações de seu subalterno. O informe, que Lima agora remetia ao rei, traduzia a intenção inevitável de Ribera de, em detrimento do que esperava o vice-rei e alguns dos capitães espanhóis mais experientes, construir um cinturão defensivo capaz de estabilizar a guerra a partir de um determinado limite, após o qual nenhuma rebelião espalhar-se-ia para o Chile Central. Apenas os espanhóis o cruzariam para *campear* e *poblar* novamente as terras perdidas nas fronteiras de cima. Para o vice-rei, no entanto, permanecia fulcral retomar à cidade de “[...] Valdivia, que es la de más importancia por razón del puerto, y así se siente y platica entre los más pláticos y expertos de aquella tierra [...]”⁶⁷⁸, provavelmente levando em conta a opinião dos que apontavam que a perda

⁶⁷⁷ Carta a S. M. de Don Luis de Velasco, Virrey del Perú, Lima, 5 de mayo de 1602, p. 84-89. In: Ibid., p. 85.

⁶⁷⁸ Ibid.

derradeira da cidade abriria um vácuo de poder na região, facilitando a penetração corsária nas águas do Pacífico, ou ainda pior, a ocupação estrangeira duradoura nessa região costeira, depois da qual, mostrava-lhe a experiência, os corsários partiam para saquear as águas e portos do Peru. Por isso, a insistência vice-real para repovoar a urbes destruída em 1599, vontade à qual o governador do Reino do Chile não podia ignorar.

A pressão por repovoar e fortificar Valdivia soava provavelmente mal aos ouvidos de Ribera, muito mais esmerado na construção das defesas ribeirinhas. Seus capitães, no entanto, pareciam bastante propensos a levar a cabo essa aventura ao Sul. Talvez, movidos por orgulho e empatia para com seus pares menos afortunados, ou ainda por simples questões pessoais e cálculos econômicos, os oficiais tendiam a conjugar em um mesmo escopo as ideias de estabilização do Centro-Norte e defesa do Sul. Fernando Vallejo de Tovar e Salvador de Cariaga declaravam que “[...] tomado el Bíobío y fortaleciéndose en él, con más brevedad que ser pueda [...] teniendo las espaldas seguras [...] se saquen ducientos hombres y por la mar se envíen al coronel del Campo [...] a la población de la ciudad de Valdivia como al socorro de Rica [...]”⁶⁷⁹. Mantinha-se a prioridade em defender e assegurar a fronteira do rio, sobretudo prevendo que na ausência dessa ação, a rebelião ameaçaria terras cada vez mais distantes. No entanto, tal inclinação não anulava o desejo de auxiliar às deterioradas forças isoladas. Do mesmo pensamento comungava o capitão Antonio de Avendaño, outro que se postava a favor do socorro ao Arauco e da ocupação da fronteira do Biobío, após o que, argumentava, Valdivia deveria ser prioritariamente repovoada, visto que

[...] estándolo, se podrá tener correspondencia por la mar todo el reino, y no lo estando no la habrá, porque por tierra todo el tiempo que no se volviesen a poblar las ciudades despobladas, será menester salir de las arriba un ejército y las fuerzas del reino se disminuirán y las del enemigo crecen cada día solo [...] hay cuarenta mil indios de guerra, que entre todos pueden echar seis mil caballos [...] Bien veo que ha de ser trabajoso y dificultoso y que hay pocos caballos para la ida arriba y quedar en el fuerte [...] y ser el camino largo de aquí a Osorno y haber ochenta leguas de distancia [...]”⁶⁸⁰.

Este mesmo pensamento era parcialmente comungado por Ribera, que temia um fracasso militar caso optasse por uma distensão da guerra em terra com os limitados recursos que possuía. O governador, no entanto, mostrava-se pouco animado em despender homens e

⁶⁷⁹ *Pareceres que tomó Alonso de Ribera cuando llegó a Chile para el buen acierto en la guerra y Gobierno de aquel reino, Concepción, 16 de febrero de 1601*, p. 34-84. In *Ibid.*, p. 67.

⁶⁸⁰ *Ibid.*, p. 83.

recursos no reerguimento da cidade perdida do Sul. Entretanto, renunciar ao repovoamento de Valdivia, como expunha o capitão Avedaño, era, na prática, renunciar às demais cidades circunvizinhas, visto que os caminhos por terra vindos do Norte se encontravam deveras indisponíveis, quiçá até mesmo para poderosas tropas. Valdivia seria o único bastião litorâneo com capacidade de receber reforços por via naval para daí executar a temerária tarefa de assistir às demais cidades sitiadas ou destruídas. Começava a operar uma espécie de cálculo estratégico um tanto pragmático, embora em parte derrotista: investir em mais tentativas desesperadas de *campear* e *poblar* os espaços perdidos levaria a situações piores do que as já vivenciadas. Esse pensamento talvez não fosse palatável, e com certeza era pouco glorioso, mas avolumava-se de forma sutil nas justificativas que se davam para priorizar-se a fortificação da linha de fronteira do Biobío em detrimento de outras operações, mais distantes e mais arriscadas. A fronteira primária não seria assentada facialmente, pois faltavam recursos humanos para impor uma defesa indefectível e impenetrável às terras produtivas ao norte das ribeiras do rio, realizada paralela a expedições de ataque, punitivos e preventivos, para além da sua margem sul.

Nas primeiras *campeadas* da contraofensiva de Ribera, ainda em 1601, o jesuíta Rosales deu notícia de que “Por este tiempo que el ejército detubo y ocupó en socorrer el castillo de Arauco y poblar a Santa Fe [...] hizo el enemigo várias entradas a las fronteras de la Concepción”⁶⁸¹, além de realizarem entradas em Talcaguanu, no forte Leltome, nos vales de Toquigua e nas imediações do Itata, o que apenas reforçava a urgência de fortificar a fronteira em detrimento do socorro às comunidades ameaçadas *de arriba*. Ainda assim, nenhum governador poderia ignorar o socorro ao Sul, ainda mais quando se pensava que o capitão del Campo resistia e que Osorno e Villarrica ainda estavam de pé. Osorno de fato estava, mas o capitão estava morto e Villarrica finalmente caíra, depois de um prolongado cerco. Quando os entornos de Concepción, Arauco e Chillán e as ribeiras do Itata foram melhor assegurados, e o reforço de quinhentos homens provindos da Europa chegou (entre os quais estava González de Nájera), o governador resolveu enviar pouco mais de uma centena de homens, sob o comando do mestre-de-campo Dom Antonio Mejía, em um “[...] navio llamado la *Galizabra* con gente para socorrer a Osorno, la Villarica y Chiloé [...] y dióle orden que reconociendo el estado y las fuerzas de la tierra, hiciese y probeyese en todo conforme mas conviniese [...]”⁶⁸², o que, como se efetivou,

⁶⁸¹ ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, t. II, 1878, p. 371. As mesmas informações constam, contadas em primeira mão, em *Relación de una información que a pedimento de Alonso de Ribera, hizo el capitán Francisco Galdames de la Vega, 17 de septiembre de 1604*, p. 500-507. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982.

⁶⁸² ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, t. II, 1878, p. 372.

poderia significar abandonar as praças indefensáveis na região. Partindo em meados de 1602, a expedição malogrou completamente. Errando o trajeto, após uma curta parada na Ilha de La Mocha, o *Galizabra* passou de Chiloé e naufragou mais ao Sul. A luta espanhola era também uma luta contra o clima e a geografia, como pontuaria Nájera. Uma luta contra os elementos adversos de uma natureza que pouco conheciam e que apenas temerariamente utilizavam, seja nos montes, florestas e vales que abrigavam os índios de guerra, seja no próprio mar, onde a cabotagem adversa tornava trágica a já lamentosa situação dos combatentes⁶⁸³. Outra expedição com duzentos homens, comandada por Francisco Hernández de Ortiz, logrou chegar inteira a Valdivia. Após a construção improvisada de um simples assentamento fortificado, próximo às ruínas da antiga cidade, as novas levaras foram em socorro de Osorno, onde tiveram notícia da morte do capitão Francisco del Campo e da queda de Villarrica, em fevereiro de 1602, onde o capitão Rodrigo de Bastidas sustentou a defesa de um cerco que não eximiu do combate nem sequer as mulheres e velhos.

A única tentativa efetiva de *repoblación* das cidades destruídas deu-se de forma cambaleante. O capitão Ortiz fundou o forte de *La Santísima Trinidad* nos primeiros meses de 1602, criando uma humilde fortificação defensiva sobre as cinzas da decadência de Valdivia, deixando-o sob o comando de Rodrigo Ortiz de Gatica, na esperança de que a presença de uma tropa permanente desencorajasse os huilliche-mapuches de seguirem os araucanos nas suas sublevações, aliviando com isso os ataques a Osorno. A sorte da praça que parcamente subsistia acabou por emular parcialmente à da antiga cidade que substituíra. Enfrentando constantes ataques indígenas, novos naufrágios, crises de suprimentos, fome, deserções, rebeliões e motins, seu destino mostrava-se nada auspicioso. Em setembro, Gatica morreu defendendo o forte de um massivo ataque indígena. No referente à cadeia logística de suprimentos, abastecer de víveres e de homens às fronteiras de guerra do Sul tornou-se um fardo pesado para Ribera, que via nas seguidas tentativas de manter a posição um verdadeiro desperdício de recursos em uma luta fatal contra o espraiamento da guerra, contra a revolta indígena e contra a inabilidade hispânica de lidar com um espaço e natureza de complexo manejo e ferocidade conspícua. Consciente de sua posição e da volatilidade dos humores régios, Ribera buscava esclarecer ao rei que o forte de Valdivia estava potencialmente condenado. Não obstante, reafirmava que persistia em sua

⁶⁸³ “[...] y en la dificultad que hay en subir los navíos arriba por la mucha altura y ser aquella mar muy brava, porque los siete u ocho meses del año casi no corre sino sur en esta costa, y cuando corre norte es con mucha furia y esta razón y también en este reino y aún en Lima hay pocos marineros prácticos de Valdivia arriba, donde no tenían descubierto ningún puerto hasta el año pasado [...]”: *Carta de Alonso de Ribera a su Majestad, 2 de febrero de 1604*, p. 538-548. In: CDIHCh, Segunda serie, t. VII, 1982, p. 545. O governador utilizava o argumento climático para justificar os insucessos em enviar reforços ao Sul e a trágica situação ocorrida com o *Galizabra*.

missão. Em sua opinião, os espanhóis deveriam priorizar a defesa e manutenção ou das fronteiras setentrionais, ou das fronteiras austrais. Ora, as fronteiras do Norte eram o muro de proteção para que o restante do Reino não decaísse no caos que engolira as cidades *de arriba*. Enquanto isso, Valdivia e Osorno "[...] no sirve de nada, sino todos dos de enflaquecer las fuerzas que tiene V. M. en este reino y de muchos gastos a su real hacienda e impertinente y muerte de sus vasallos, sin fruto"⁶⁸⁴, o que tornava contraproducente investir na sustentação de uma área tão distante da zona principal de combate e defesa prioritária. Como elencava o próprio governador, eram as cidades, fortes e campos ao norte do Biobío que seriam capazes de ser mais imediatamente protegidos e vigiados. Para além da impossibilidade de sucesso local, sucedia a impossibilidade técnica de manter o abastecimento marítimo ao Sul, fazendo-se necessário abrir um caminho que garantisse a passagem por terra de homens e mantimentos entre os aquartelados soldados e capitães nas ribeiras do Biobío e a sofrida guarnição que resistia no forte da La Santísima Trinidad. Isto seria um completo disparate, potencialmente falho e estrategicamente destrutivo, "[...] porque sería forzoso enflaquecer lo de acá abajo, que es lo más importante, y no podrá resultar [...] perderse lo uno y lo otro"⁶⁸⁵. Era uma declaração atenuada do já ordenado abandono defensivo da maior parte *de arriba* do Reino, em um suposto benefício à segurança e garantia dos projetos militares para a fronteira de guerra ao Norte. Esse cálculo, extremamente impopular e de profundas reverberações, visava salvaguardar as forças e as diminutas reservas espanholas.

Quando Alonso de Ribera escreveu essa carta, a ordem para despovoar o forte e a cidade já partira (datava de 1603). Abandona em 1604, o último bastião de Valdivia foi deixado nas mãos de indígenas e de ocasionais corsários holandeses pelos próximos cinquenta anos. A população de Valdivia e Osorno, como nos informou Ribera em 1606, já saído do Chile (era, então, governador de Tucumán) "[...] se retiraron a Carelmapo y Calvico [...] son puestos fuertes por naturaleza [...] con los cuales queda el dicho Chilué abrigado y los fuertes también lo están y han cesado las muertes y desgracias [...]"⁶⁸⁶. Todo o sul espanhol estava sob os poderes administrativos dos governadores de Chiloé. Carelmapu e Calbuco tornaram-se locais de refúgio e realocação populacional, tangenciados pelo mar, de um lado, e pela antiga *Tierra de Guerra* de Osorno e Valdivia, por outro. Os espanhóis chilotas recorrentemente avançavam nessa terra em *campeadas*, mas pouco influíam para além do rio Maullín, onde densas populações de

⁶⁸⁴ Carta de Alonso de Ribera a su Majestad, 22 de febrero de 1604, p. 538-148. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. VII, 1988, p. 546.

⁶⁸⁵ Ibid.

⁶⁸⁶ Carta de Alonso de Ribera a su Majestad, 18 de septiembre de 1605, p. 559-574. In: Ibid., p. 567.

cuncos e huilliches possuíam completa autonomia. Essas pequenas comunidades na costa oposta a Chiloé serviam, cada uma delas, de anteparo a qualquer avanço significativo advindo dos indígenas da costa e das ribeiras do rio Bueno. Castro, por sua vez, mantinha um equilíbrio deveras interessante. Era uma zona isolada, cercada por desafios naturais e populações indígenas consideravelmente densas, mas, a despeito desses fatores, apresentou uma estabilidade perene. Depois dos abalos da expedição de Baltazar de Cordes, em 1601, e das profundas excitações no começo da grande rebelião, a terra permaneceu pacificada, sem sofrer qualquer grande pressão dos índios de guerra, visto que as populações nativas da ilha principal não se mostraram muito propensas a insurreições contra o domínio espanhol. De seu arquipélago saíam expedições periódicas rumo ao continente, saídas de Chacao e dos dois rincões terrestres, ou voltadas para as ilhotas e terras ao Sul (ver a figura 11), onde os espanhóis assediavam frequentemente às comunidades Chono e às populações patagônicas⁶⁸⁷.

Como atestava Alonso de Ribera (1606), "El dicho Chilué está de presente quieto y va en aumento: tiene dos mil seiscientos cuarenta y tres indios de paz, sin los que están retirados de los términos de Osorno, que son seiscientos, poco más o menos"⁶⁸⁸. Em outras palavras, Castro estava assegurada pela relativa passividade da população "de paz", visto que seria impossível imaginar um socorro efetivo chegando à região com presteza para salvá-la de um levante geral. Devemos lembrar que a presença de Francisco del Campo e seu socorro à ilha foi um acontecimento contingente e muito fortuito para os espanhóis da região. Ainda assim, surpreende que o território mais isolado tenha enfrentado o menor grau de pressão e violência no tumultuoso começo do século XVII. A diferença na dinâmica da guerra entre essas populações indígenas chilotas (como eram geralmente chamados cuncos, chonos e outros grupos étnicos do arquipélago), o isolamento geográfico do turbilhão araucano, o maior nível de integração cultural entre indígenas e espanhóis (aculturação por duas vias) ou, até mesmo, um reconhecimento parcial dos conquistadores da impossibilidade de sobreviver na localidade sem uma mais elaborada "abertura" e "tolerância" (sempre limitadas) em relação ao *outro* indígena: quais tenham sido os motivos que tornaram Chiloé uma "área segura" para onde (ou para as proximidades da qual) fugiam os derrotados espanhóis, é certo que pouca ajuda se esperaria das autoridades que comandavam de Concepción ou Santiago. Em 1607, García Ramón descrevia Chiloé como uma província "[...] de cuarenta y cuatro y más grados la vuelta del estrecho de

⁶⁸⁷ Sobre isso, ver o trabalho de URBINA CARRASCO, María Ximena. **La Frontera de arriba en Chile Colonial**. Interacción hispano-indígena en el territorio entre Valdivia y Chiloé e imaginario de sus bordes geográficos, 1600-1800. Santiago de Chile: PUC Valparaíso y Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2009, especialmente o capítulo 3, "Chiloé y la exploración de su frontera nororiental: la misión de Nahuelhuapi".

⁶⁸⁸ *Carta de Alonso de Ribera a su Majestad, 18 de septiembre de 1605*, p. 559-574. In: *Ibid.*, p. 567.

Magallanes, la cual no se puede comunicar si no es por la mar una vez en el año y con grandísimo riesgo respecto de los grandes temporales que hay en aquella costa"⁶⁸⁹. Nájera descreveu o isolamento da comunidade de Castro de forma ainda mais clara: “[...] y así suelen pasarse dos y tres años, que en las ciudades de tierra firme no se tiene nueva de aquel pueblo, ignorando los del por la misma razón las cosas del estado dellas”⁶⁹⁰, ao que acrescentava a carência de ervas comestíveis no campo e de gado suficiente para manutenção de uma vida minimamente próspera na província. A despeito dessas intempéries constantes, a comunidade espanhola lá, embora não prosperasse esplendidamente, sobrevivia. O capitão Erazo, por exemplo, informava que a cidade de Castro dominava um arquipélago navegado por *piraguas* (canoas), o que sugeria uma adaptação espanhola à necessidade de deslocamento local a partir da adoção de uma técnica de mobilidade nativa. Bem povoada de indígenas, as ilhotas produziam pepitas de ouro de poucos quilates, mas compensava-se a aparente pobreza pela “[...] gran abundancia y buena pesquerías y mucha madera y comodidad para navios y las comidas que ha menester para sustento”⁶⁹¹. Boa para subsistência, complexa para defesa e abastecimento. Chiloé não possuía bons portos em sua costa oeste e estava demasiadamente distante das maiores cidades do Reino. Dependia, por isso, da manutenção de boas tratativas com os *chilotas*. A relativa paz com os indígenas tornou-se um imperativo para a permanência e a subsistência hispânica na região.

Essa distante e complexa *Tierra de Guerra*, que se estendia do Toltén ao golfo de Ancud, tornou-se uma zona de morte e abandono, um espaço perdido de povoamento, uma conquista abortada que viu na densa e organizada reação dos pretensos "conquistados" uma movimentação que suas parcas e espatifadas forças, fortes e recursos foram incapazes de interromper. Mais de quatro décadas foram despendidas sem que os espanhóis conseguissem (ou, de fato, tentassem) repovoar as antigas localidades meridionais. Houve um deslocamento estratégico considerável que levou os povoamentos sulistas a um relativo grau de esquecimento, até que eventos globais reacenderam os interesses ibéricos na região. Do lado espanhol, uma força terrestre considerável só poderia ser reunida a partir de Concepción e, mesmo assim, somente a duras custas poderia operar tão longe de sua base inicial, se é que pudesse. Essa incapacidade defensiva estava amplamente relacionada com os eventos de começo do século, quando a fronteira de guerra sofreu uma alteração fundamental de seu eixo, tornando os espanhóis quase

⁶⁸⁹ *Carta de Alonso García Ramon al rei de España, 12 de abril de 1607*, p. 160-171. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 166.

⁶⁹⁰ GONZÁLEZ DE NÁJERA, Alonso. **Desengaño y Reparó de la Guerra del Reino de Chile**. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889, p. 83.

⁶⁹¹ *Instrucción y orden de lo que el capitán Domingo de Erazo procurador deste reino y provincias de Chile ha dar cuenta y tratar con el Rey [...] en nombre de Alonso de Rivera [...], 15 de enero de 1601*, p. 188-208. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982, p. 200.

inoperantes ao sul da Araucanía. Esse foi um claro desdobramento do princípio estratégico (e, diga-se, profundamente lógico) de que a sustentação de Valdivia pouco influiria no asseguramento dos ameaçados recursos do Chile Central. Embora reconhecesse a importância estratégica de Valdivia como porto-base de uma dificultosa ponte marítima entre o centro-norte e o sul do Chile, Ribera ponderava que era impossível socorrê-la por terra, pois “[...] se ofrecieron grandes inconvenientes por la distancia de más de sesenta leguas de camino con muchos ríos, montañas y dificultades y el invierno tan cerca [...] para la necesidad de una jornada tan larga y dificultosa [...]”⁶⁹², o que, em seu cálculo, seria o equivalente a apostar demais em uma situação que, como ele mesmo definia, carecia de maior importância no quadro geral da guerra. O inverno que se aproximava e a distância tornava inviável “[...] al reparo de las fronteras que atrás dejaba, porque la guerra que quedaba sobre ellas no alterase lo poco que quedaba de paz en los términos de Santiago y la Serena [...] alejando las fuerzas de donde era más necesaria la asistencia de ellas”⁶⁹³. Esse desguarnecer temporário, como vimos, não pôde ser sustado pelos poucos recursos enviados *a posteriori* por mar.

Por outro lado, pode-se muito bem argumentar que durante esse meio século, a fronteira Centro-Norte também padecia, nunca estando totalmente assegurada, estabilizada ou pacificada, o que desestimulava qualquer autoridade colonial em pensar num retumbante repovoamento do Sul, que seria encarado como um gasto desproporcional de recursos em uma situação já deficitária. É significativo que não haja maiores referências de negociações nos Parlamentos, por exemplo, para reocupar Valdivia ou Osorno; nem sequer no Parlamento de Quillín (1541), realizado pelo governador Francisco López de Zúñiga, que apenas dois anos depois estaria lidando com a invasão holandesa naquela região meridional. Essa “despreocupação” aparentemente não era compartilhada pelas autoridades do vice-reino e de outras governações da costa do Pacífico. O vice-rei Velasco, como vimos, inconformou-se com a ação de seu subalterno Ribera, que não priorizou a defesa e a segurança do porto de Valdivia. Esse posicionamento é perfeitamente compreensível quando pensamos que as ações mais importantes para Lima eram aquelas que contemplavam a segurança das rotas marítimas que margeavam o litoral peruano, levando e trazendo preciosos recursos para o Panamá e das Filipinas. A perda de um porto tão austral, adjunto da possibilidade de vê-lo em mãos de inimigos bastante audazes constituía um verdadeiro pesadelo para as autoridades peruanas e panamenhas, que, mais do que quaisquer

⁶⁹² *Instrucción y orden de lo que el capitán Domingo de Erazo procurador deste reino y provincias de Chile ha dar cuenta y tratar con el Rey [...] en nombre de Alonso de Rivera [...], 15 de enero de 1601, p. 188-208. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982, p. 191.*

⁶⁹³ *Ibid.*, p. 191-192.

outras terras espanholas a leste do Novo Mundo, enfrentavam com frequência os riscos da pirataria e do corso promovido pelos rivais europeus dos Habsburgos⁶⁹⁴.

Não demorou para que o próprio Ribera, no seu segundo governo, tivesse que lidar novamente com o risco de um ataque categórico holandês, devido à expedição de Joris van Spielberg (1615), que assombrou a costa chilena com pequenos saques e rápidas ocupações, atraindo a atenção de uma armada peruana e zarpando para a América do Norte posteriormente⁶⁹⁵. A vulnerabilidade da passagem do Estreito e da costa meridional do Mar do Sul continuou a assombrar os espanhóis nos anos subsequentes, e a despeito da anuência e apoio da coroa à reedificação e fortificação de Valdivia, o governador Francisco Lasso de La Veja teve seus esforços soçobrados, entre os anos de 1635 e 1637, pela oposição tácita ao projeto do vice-rei do Peru, o Conde de Chinchón, que não estava interessado em gastar a Fazenda Real do vice-reino em tal empreitada⁶⁹⁶. Poucos anos depois, em 1643, a expedição de Hendrick Brouwer e Elias Herckmans ocupava com pretensões perenes ao antigo sítio, negociando com os grupos huilliches locais uma aliança estéril de suporte material e militar contra os espanhóis⁶⁹⁷. O governador Marques de Baidés lembrava ao rei o quão difícil seria lidar com a invasão, sendo improvável que o Reino tivesse capacidade para reunir e enviar forças suficientes, fosse por mar, fosse por terra, a Valdivia, tendo em vista a “[...] aspereza de ella y mucha distancia que hay desde estas fronteras a Valdivia”⁶⁹⁸. O espaço da *Tierra de Guerra*, com suas idiosincrasias (dificuldade de travessia, resistência indígena, dispersão populacional, natureza etc.), era um

⁶⁹⁴ Apreensão que pode ser lida em alguns documentos do XVII: *Carta del fiscal Juan Méndez de la Vega, Panamá, 30 de marzo de 1644*. MCD, PARES, AGI, vol. PANAMA, 19, R. 11, N. 90, f. 1-2. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/381110>>. Acessado em: 12 de novembro de 2021; AGUIRRE, Miguel de. **Población de Baldivia: motivos y medios para aquella fundación**. Defensas de Reyno del Perú, para resistir a las invasiones enemigas en mar, y tierra. Lima: Imprenta de Lima, en casa de Julian Santos de Saldaña, por Jorge López de Herrera, 1647, p. XXII.

⁶⁹⁵ Ver o trabalho GASCÓN, Margarita. The Defense of the Spanish Empire and the Agency of Nature: Araucanía, Patagonia and Pampas during the seventeenth Century. **The University of New Mexico, Latin American Institute**, Albuquerque, n. 46, 2008, com o adendo de que, diferente do que sugere a autora, a fixação do *real ejército* no Chile parece ser menos vinculada com a presença holandesa na região do que com a preocupação de uma derrota total nas mãos indígenas e com a perda definitiva de uma porção substancial do território do Chile Hispânico. Quanto a isso, note-se que o envio de forças peninsulares precedeu à grande rebelião e que o enviado da coroa para lidar com os eventos de 1598, Alonso de Ribera, foi designado ainda em 1599, data na qual a expedição de Simon e Baltazar de Cordes encaminhava-se para atravessar o Estreito, distantes ainda da fixação desse último em Chiloé (em fins de 1599).

⁶⁹⁶ O vice-rei ordenava, em clara oposição ao projeto, que o governador encontrasse a “[...] mejor disposición y ejecución de la materia [...] para que el gasto no sea de la Real hacienda [...]”: *Carta que el Conde de Chinchón, Virrey del Perú, escribió al señor Gobernador de Chile sobre la fortificación del Puerto de Valdivia, 9 de enero de 1636*, p. 247. In: MUZQUIZ DE MIGUEL, José Luis. **El Conde de Chinchón. Virrey del Perú**. Madrid: Escuela de Estudios Hispano-americanos de la Universidad de Sevilla, 1945, p. 247.

⁶⁹⁷ “[...] el holandés tenía el mismo interés que el español en levantar fuertes, y en explotar minas de oro. Al negar los alimentos dejaban los navíos. Era tan huinca el español como el 'moro huinca'”: ZAPATER, Horacio. Huincas y Mapuches (1550-1662). **Historia**, Santiago de Chile, v. 30, p. 441-504, 1997, p. 502.

⁶⁹⁸ *Carta del Marques de Baidés ao rei, 12 de Mayo de 1646*, f.1. BN, Manuscritos, t. MS. BA. 92, f. 1.

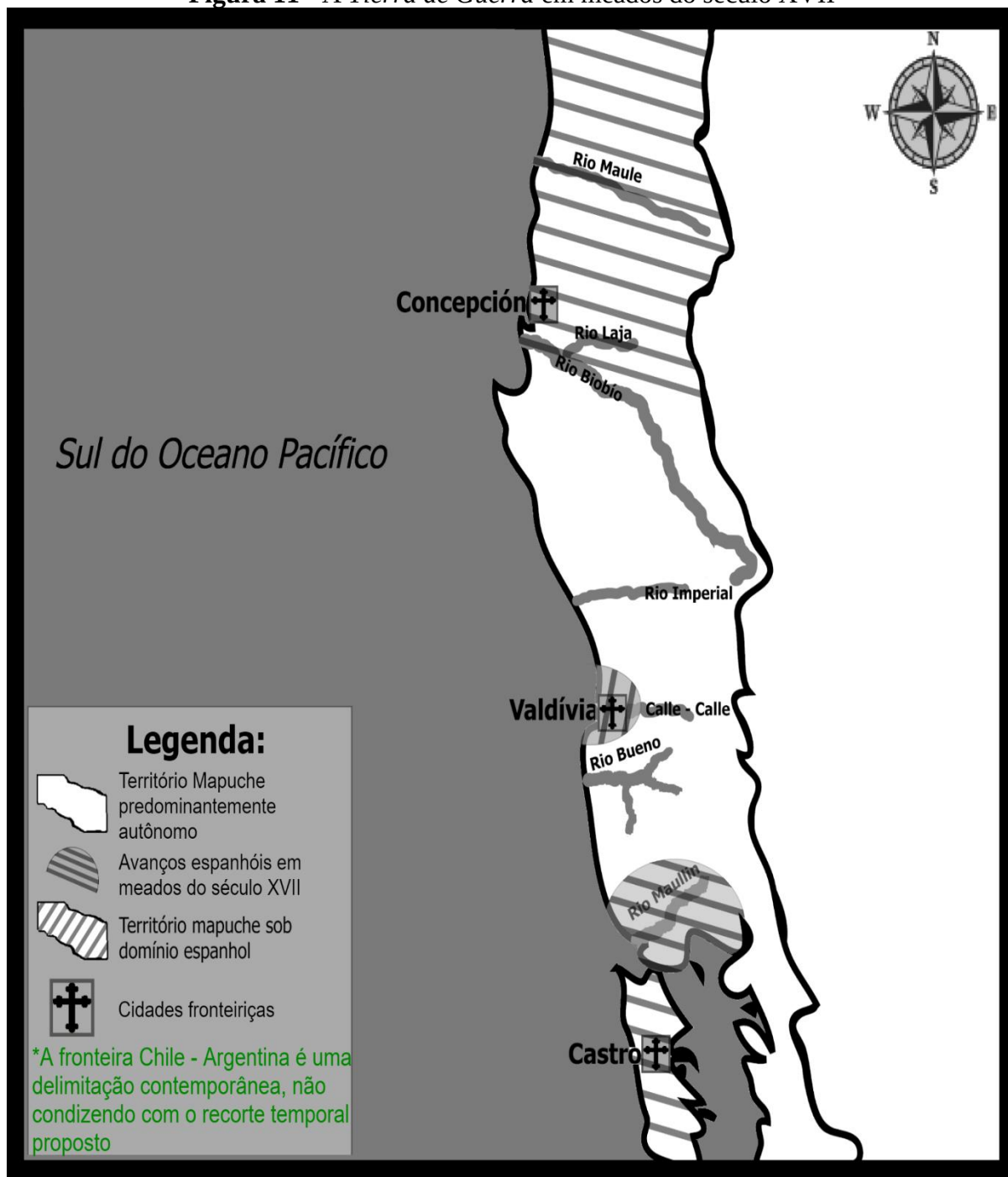
inimigo tão perene e formidável quanto a presença corsária. Descuidar-se das zonas de fronteira significava quase que penhorá-las à potência inimiga com maior capacidade de ação, mostrando que, em um plano global, ou ao menos regional, a situação fronteiriça chilena não deveria ser negligenciada em prol de uma postura estática e inoperante, visto os riscos internacionais e os já antigos medos de ver a resistência indígena alinhada à ação das potências adversárias⁶⁹⁹. Restou à inaptidão dos invasores e à recusa indígena a fornecer-lhes suprimentos o desmantelamento da breve ocupação. Do lado espanhol, a lição foi aparentemente aprendida. O vice-rei Pedro de Toledo ordenou a construção de uma cadeia de fortes e de uma cidade, construídos entre 1645 e 1647⁷⁰⁰. Escrevendo em 1647, Martín de Mujica y Buitrón, então governador do Chile, dava novas sobre a recente retomada de Valdivia, ressaltando que os espanhóis começavam novamente a reimpôr seu poder e seus pressupostos de domínio sobre a região: “[...] con que está asegurada la necesidad de aquella plaza, y sea cual de fortificar al puerto y la ciudad, sendo los peones demás ymportantes los yndios que he reducido a la obediencia de V. Mg., que ha más de cincuenta años no ha permitido su hostilidad rebelde”⁷⁰¹. Se o Biobío era a primeira fronteira de guerra, Chiloé sagrou-se definitivamente como a última. Valdivia, por sua vez, seria a grande barreira de contenção militar às invasões estrangeiras, além de uma importante cabeceira para expandir a influência e a dominação espanhola terra adentro (ver a figura 11).

⁶⁹⁹ Sobre a geopolítica marítima no império Habsburgo, ver GLETE, Jane. **The Sea Power of Habsburg Spain and the development of European navies (1500-1700)**. In: García Hernán, Enrique; Maffi, Davide (coord.). Guerra y sociedad en la monarquía hispánica: política, estrategia y cultura en la Europa moderna (1500-1700). Madrid: Fundación MAPFRE, CSIC, v. 1, 2006.

⁷⁰⁰ Valdivia desempenharia uma importante função a partir desse momento, tornando-se um influente centro comercial, de dispersão cultural e de expansão. Ver ADÁN, Leonor *et al.* Valdivia: Intercultural Relations along the Southern Frontier of the Spanish Empire in America during the Colonial Period (1552–1820). **Historical Archeology**. Society of Historical Archeology, v. 55, p. 158-186, 2021.

⁷⁰¹ *Carta de Martín de Mújica, Gobernador de Chile, 07 de junio de 1647*. In: MCD, PARES, AGI, vol. CHILE,21,R.2,N.29, f. 3. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/328169?nm>>. Acessado em 29 de novembro de 2021. Sobre o papel da praça-presídio de Valdivia no comércio ganadero e no intercâmbio mercantil com as comunidades araucanas e transandinas, ver CARREÑO PALMA, Luis. Relaciones Fronterizas y Violencias en la Plaza Fuerte de Valdivia. Siglo XVIII. **Espacio Regional**, Osorno, v. 2, n. 6, p. 13-22, 2009.

Figura 11 - A *Tierra de Guerra* em meados do século XVII



Fonte: Mapa temático elaborado por Marcelo Igor Oliveira por meio do Qgis 3.32.0 e Photoshop 2022. Escala: 1:5.000.000. Base cartográfica: Google Earth 2023; Antonio de Herrera y Tordesillas. Descripción de la Provincia de Chile. Amsterdã: Michiel Colijin, 1622. The David Rumsey Map Collection.

Esses eventos na fronteira Sul, a fronteira “de Valdivia”, remetiam a decisões e acontecimentos de décadas anteriores. A ênfase dada por Ribera na manutenção e defesa do Biobío teve um profundo impacto no futuro territorial da governação. Durante os anos posteriores à rebelião geral, lutou-se principalmente para estabilizar as linhas de fronteira, deixando algumas poucas possessões mais acantonadas na *Tierra de Guerra* e a maior parte dos empreendimentos

protetivos enfileirados em uma linha traçada estrategicamente no curso natural do Biobío. Essa atenção defensiva não foi estabelecida como uma política de abandono, nem como a delimitação de um *limes* definitivo. Menos ainda, foi concebida como parâmetro perene para a questão da guerra e da rebelião. Contrafeitos à catástrofe, os espanhóis pareciam ter compreendido a necessidade de estabilizar para expandir, de assegurar para conquistar e de deliberar bem antes de arremeter-se ao combate terra adentro. A relação do capitão Francisco de Galdames de la Vega, de setembro de 1604, relatava que desde o começo do governo de Ribera tinham sido erigidos os fortes de (ou nas imediações de, já que nem todos foram nomeados) Jesús, Talcahuano, Longué, Nuble, Santana, dois fortes no sítio de Guaneva, Santa Fé, Quinchamalí, Cangrejeras, além da cidade (que é descrita como forte, em outros documentos) de Nuestra Señora de Ale, na província de Millapoa⁷⁰². Isso tudo ocorreu entre 1601 e 1603, malfeitos dois anos de sua chegada. Não obstante, nem todos esses fortes foram empreendimentos duráveis ou sustentáveis. Alguns guarneciam tropas por apenas alguns meses, outros mostraram-se mais perenes, entrando definitivamente para o espaço de ocupação e de segurança do cinturão fronteiriço. Outro capitão, Francisco de Alva y Nurueña, rememorava as localidades que estavam regularmente ocupadas no ano de 1604⁷⁰³:

La gente que hay de presente.	Soldados
En la ciudad de la Concepción y fuerte San Pedro, incluso vecinos y moradores enfermos	300
En la ciudad de San Bartolomé, incluso vecinos y moradores	80
En el fuerte del Nacimiento	91
En el fuerte de Nuestra Señora de Ale	88
En el fuerte de Buena Esperanza, donde están los ganados y comidas de V. M.	160
En Arauco y la isla de Santa María	500
Total	1.219

Não é improvável que o capitão houvesse cometido equívoco e esquecido de incluir algum outro forte fronteiriço. Em um documento da mesma época, Ribeira falava ainda de cento e sessenta espanhóis estacionados em uma estância a uma légua e meia do Biobío, em um sítio chamado de Loyola, e de oitenta homens aptos defendendo Chillán⁷⁰⁴. A despeito desse protótipo de *limes* defensivo, como o próprio Nurueña relatava em continuidade, os anos de 1602 e 1603 assistiram a uma retomada da ação indígena, mobilizada contra a reação espanhola e seu

⁷⁰² *Relación de una información que a pedimento de Alonso de Ribera, hizo el capitán Francisco Galdames de la Vega, 17 de septiembre de 1604*, p. 500-507. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982.

⁷⁰³ *Memoria de los apuntes que lleva el capitán don Francisco de Alva y Nurueña para tratar con el señor Virrey del Perú, 1604*, p. 497-499. In: *Ibid.*, p. 498.

⁷⁰⁴ *Carta de Alonso de Ribera a su Majestad, 13 de abril de 1604, Fuerte Arauco*, p. 490-497. In: *Ibid.*, p. 493.

plano de assegurar e manter uma fronteira efetiva no Biobío. Entre os fortes queimados ou abandonados estavam Talcahuano, Tomé e San Pedro de Ñubles. Além disso, as expedições indígenas adentraram fundo nos campos de Chillán, Quinchamalí e Taquigua, onde queimaram plantações e estoques, roubaram gado, capturaram índios amigos e mulheres e saquearam as *estancias* e *haciendas* que encontraram. Volátil e insegura, a zona fronteira falhava em seus primeiros testes de resistência. A vantagem bélica permanecia com os araucanos, que conseguiam percorrer uma extensão tão significativa nas suas *entradas* em terras espanholas quanto os espanhóis em terras indígenas, com danos não menos drásticos e assaltos até mais assíduos e incisivos.

A situação não mudou substancialmente até o início da guerra defensiva, nos idos de 1612. Ainda em 1607, Alonso García Ramón enumerava as praças que, naquele momento, estavam sobre o poder efetivo de sua governança:

En la costa, en el valle de Arauco está poblado un fuerte y se va reedificando la ciudad de San Felipe de Arauco [...] nueve leguas [...] otro fuerte sobre el rio Levo [...] seis más adelante sobre el rio de Paicaví, en la provincia de Tucapel donde se ha de poblar la ciudad de Cañete está otro fuerte [...] sobre el rio Biobío la tierra adentro está el fuerte de San Pedro [...] hace frente a la ciudad de la Concepción que dista de este fuerte dos leguas [...] nueve leguas desta ciudad la tierra a dentro está un fuerte con treinta soldados [...] tres leguas desta estancia está la ciudad de Monterey sobre el rio [...] tres leguas más arriba está el fuerte nacimiento [...] cinco leguas del referido donde o cerca del se ha de poblar la ciudad de Angol y en medio destes fuertes en otro que llaman Santa Lucia [...] deste fuerte está doce leguas la ciudad de Chillan [...] cerca de todos estos fuertes y a las faldas de la cordillera de Catiray me hallo yo al presente [...] poblando el fuerte de San Jerónimo [...]⁷⁰⁵.

O número de povoamentos, fixos ou temporários, mostrava uma inflexão indígena à reconquista espanhola do espaço perdido, mesmo quando confrontados por um governador enérgico e belicista, como García Ramón, que insistia na ideia de repovoar os sítios aniquilados ou abandonados entre 1598-1604. Seu plano de retomada dessas terras, como veremos, acabou quase totalmente estéril. O legado de Ribera foi mais forte, como percebe-se da citação acima: a maior parte das localidades estão baseadas em espaços adjacentes ao Biobío, o que demonstrava um atuante impulso para solidificar a presença espanhola na região por meio do

⁷⁰⁵ Carta de Alonso García Ramón al rey de España, 12 de abril de 1607, p. 160-171. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 165.

erguimento de fortes e da alocação de recursos humanos na área. No mesmo documento, o governador García Ramon contava, distribuídos entre essas localidades, 1.414 homens disponíveis para a guerra e para a alocação de outras praças. Desses, poder-se-ia contar ao menos com cerca de 500 para realizar *entradas*, já que a grande maioria distribuída nos fortes e cidades possuíam uma missão mais propriamente assecuratória, defensiva e dissuasiva. Apenas três anos depois, o ouvidor Gabriel de Celada contabilizava os seguintes "[...] presidios y fuertes que hai de la gente de guerra [...] el fuerte Paicavi, el de Lebo, el de Arauco, el de S. Pedro, el de San Geronimo, el de Monterey, el de Nicolbueno, el de Yumbel, el del Nacimiento, el de Cayoguano, el de la estancia de V. M., el fontero de esta banda"⁷⁰⁶, ocupados por 1.610 homens divididos em vinte e nove companhias, das quais nove eram de cavalaria e o restante, de infantaria, o que sugere um número estável de homens nos espaços fronteiriços, com poucos momentos de aumento substancial em contingentes, geralmente realizado em épocas de crise ou quando da chegada de novos reforços, após o que o número máximo retraía-se rapidamente para a média de cerca um milhar e meio de soldados. A ocupação mostrada pelos documentos citados não representava nenhuma mudança muito significativa em relação à retomada territorial, significando, antes, o fracasso da ideia de repovoamento do governador García Ramón e dos demais defensores da reocupação das áreas destruídas. Mesmo nas ribeiras do Biobío a ocupação ocorria em meio à calamidade, com fortes ainda ameaçados e incrustados em uma terra não pacificada, *de guerra*, experienciando condições de vida e de desenvolvimento nada auspiciosas. Era o que sugeria a continuação do relato de Celada, visto afirmar que as fortificações "[...] son tan solamente unos corrales de tapias con unos aposentos dentro de ellos en que se recojen los soldados y algunos de estos fuertes son de tapias si no de maderas y empalizadas con sus chosas sin que en ellos asista otra gente más que los soldados de sueldo de V. M."⁷⁰⁷. Essa realidade certamente não foi rara nas fronteiras de guerra chilenas.

Esta zona de conflitos mantinha-se irrequieta e qualquer maior tentativa de avanço espanhol acabava estagnada ou inviabilizada, se realizada distante de sua base matriz, perdendo contato ou sendo aniquilada pelas forças indígenas. Até mesmo expansões próximas eram desestimuladas, visto que exigiam uma capacidade inexistente de povoar qualquer eventual ganho. O imobilismo no Biobío, portanto, pode ser considerado mais uma estagnação por incapacidade que um limite deliberado mirando a estabilidade. Quase uma década já se passara desde que os indígenas haviam virado a vantagem estratégica do conflito, levando a guerra para as

⁷⁰⁶ *Carta de Gabriel de Celada, 1610*, p. 194-203. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 202.

⁷⁰⁷ *Ibid.*, p. 202-203.

terras pacificadas e dominadas pelos espanhóis; desde então, foram essas terras que serviram como palco principal do embate, enquanto os territórios tomados pela rebelião, embora invadidos periodicamente, permaneciam livre de povoamento ou de dominação formal hispânica. Ribera compreendeu esse quebra-cabeças ao propor, mesmo em seu neófito governo, a necessidade tácita de reaver as terras invadidas. Mas isso não poderia implicar que a retomada da ação viesse acompanhada de um ônus insuportável, agindo em detrimento dos anseios de reconquista e pacificação. Para isso, portanto, era necessário garantir que o Biobío seria a “[...] primera frontera y principio de la guerra que se debe seguir continuada y no salteada, dejándola atrás sobre lo poco que ha quedado de paz [...]”⁷⁰⁸. A *guerra continuada* falada por Alonso de Ribera introduzia um pressuposto pouco pontuado pela historiografia, que por sua vez olhava para esses eventos como formadores de uma Fronteira de aspecto mais estático, oriunda do “encastelamento” das ribeiras do Biobío e da alocação de forças substanciais na contenção de *malocas* e levantes ao norte dessa posição. Na contramão disso, Ribera e seus acólitos tinham como norteadora uma guerra progressiva, desafeita aos riscos de novas catástrofes e de perdas humanas irremediáveis.

A fronteira de guerra não deveria ser percebida como um *limes* definitivo, mas como um limite temporário, necessário e protetivo, a partir do qual bem aquarteladas tropas, utilizadas *a priori* na estabilização dessa zona, sairiam depois planejadamente para repovoar gradualmente os territórios perdidos, reconstruindo casas e muralhas, igrejas e praças, enchendo-os novamente com *vecinos*, padres, soldados, estancieiros, mineradores, comerciantes etc. Em suma, sujeitos capazes de garantir a lei e a ordem, a riqueza e o poder, em nome do rei da Espanha. Para isso, duas coisas eram necessárias: estabelecer um deslocamento seguro de novos *pobladores* e realocar as populações indígenas potencialmente rebeldes ou recém pacificadas. Eram os desdobramentos finais da *pacificación*. Ribeira estabelecia quatro pontos a serem implementados quando os índios de guerra dessem as pazes: em primeiro lugar, que os de paz jamais confabulassem com os de guerra e que usassem espias para dar conta dos movimentos dos inimigos aos espanhóis, auxiliando-os em batalha quando necessário; em segundo lugar, que dessem livre passagem e auxílio a qualquer espanhol que atravessasse suas províncias; em terceiro lugar, que fossem devidamente encomendados, obedecendo às ordenanças estabelecidas; e em quarto lugar, que fossem reduzidos em suas terras ou em outro lugar, de acordo com o que fosse estabelecido pelos espanhóis, aceitando administradores e corregedores hispânicos,

⁷⁰⁸ *Pareceres que tomó Alonso de Ribera cuando llegó a Chile para el buen acierto en la guerra y Gobierno de aquel reino, Concepción, 16 de febrero de 1601, p. 34-84. In: CDIPHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982, p. 37.*

além do que, era exigido que aceitassem a predicação do Evangelho, “porque ellos no conocen Dios ni tienen ningún género de adoración”⁷⁰⁹. O documento expressava com primor a noção basilar de pacificação indígena, a construção ou restauração de uma ordem política e cultural, constituída pelo domínio resolutivo da soberania espanhola e do uso utilitário dos indígenas apaziguados.

No entanto, esse processo era cheio de dificuldades, mesmo quando alcançadas as pazes. Ao relatar sua primeira entrada na província de Arauco, o governador Ribera fez nota da dificuldade em realocar os indígenas. *Desamparar* ou *dejar las tierras*, como parte do processo de pacificação imposto pelos invasores, era uma ação deletéria para os indígenas: “[...] esta nación siente más que otras [...] el dejar la tierra que fue de sus padres y ninguna cosa les obliga a dar la paz más que ocuparsela”⁷¹⁰. Este arraigamento dos mapuches à terra era utilizado como ponto nevralgico nas negociações, seja pelos espanhóis, que por vezes ameaçavam ocupá-las ou exigiam o deslocamento de comunidades inteiras, seja pelos próprios indígenas, que demandavam a saída dos estrangeiros de suas terras ancestrais e territórios sociopolíticos. A despeito desse vigor na defesa de seus espaços de vida, algo era consensual entre os hispânicos: para produzir uma conquista ou alcançar uma pacificação efetiva, era necessário proceder com o povoamento em detrimento da população originária. Era por essa razão culminante que Ribera requisitava periodicamente a vinda de reforços para o Reino; homens que deveriam ser calejados nas guerras fronteiriças e utilizadas para a reocupação de fortes, *a priori*, nas adjacências da Araucanía. A citação que se segue nos ajudará a perceber alguns fatores fundamentais na condição fronteiriça chilena no começo do século XVII, seus problemas no decorrer do mesmo século e seu aparente aspecto de imobilismo tático planejado e mantido por fatores de ordem estratégica (uma percepção, no mínimo, mal esclarecida):

Al virrey del Perú le enviado a pedir trescientos hombres para poblar el año que viene, si no los envía en el río de Levo, que corre dividiendo Tucapel, a Arauco [...] será población de mucha importancia, así para acabar de asentar las cosas de Arauco, que ya para aquel tiempo, siendo Dios servido, habrá dado la paz lo más de aquel estado, como para hacer la guerra al de Tucapel más, esta población se hará enviándome la dicha junta al Virrey y de otra manera no será posible por ser poca gente⁷¹¹.

⁷⁰⁹ *Las condiciones con que se ha tomado la paz a los indios que la han dado en este reino. In: Ibid., p. 439.*

⁷¹⁰ *Carta de Alonso de Ribera a su Majestad, 26 de mayo de 1606, p. 508-514. In: Ibid., p. 508.*

⁷¹¹ *Ibid., p. 510.*

A reocupação territorial só era possível com a disponibilização de novas levas de homens, que subverteriam a *Tierra de Guerra*, transformando-a ou em província pacificada, ou em *frontera*. Como vemos no excerto citado, Ribera desejava criar não uma fronteira imóvel, a partir da qual os espanhóis reconheceriam a autonomia e autogoverno indígenas; ele desejava, por então, consolidar a defesa de uma área que tornar-se-ia a base da retomada espanhola das terras *de arriba*, a partir de sua *primera frontera*: após consolidar seu poder nos espaços ribeirinhos da fronteira do Biobío e nas imediações do forte de Arauco, reconstruiria paulatinamente a presença espanhola nas terras de Tucapel, mas apenas se (e essa condicionante era decisiva) os reforços peruanos chegassem. Não obstante, primeiro por anos, depois por décadas e então por séculos, esse projeto pareceu oras mais, oras menos distante de realizar-se. Qual a razão para que os planos de Ribeira acabassem para sempre inconclusos? Como a vinda regular e periódica de tropas era um pré-requisito fundamental para a expansão (lembrando que o quadro militar era o que mais contribuía para a formação de novos povoamentos e para a instalação de *vecinos* nas áreas fronteiriças), pensando que esse deslocamento populacional nunca foi vultoso e que a qualidade dos que ali chegavam não era das melhores, adicionando-se a razão de que muitos dos que habitavam as fronteiras de guerra abandonavam-na em algum momento, podemos presumir que a irremediável ausência de povoadores e soldados foi um dos motivos principais para o aparente imobilismo hispânico no Chile do século XVII. Imobilismo, diga-se, não propriamente operacional, mas principalmente ocupacional, pois a pobreza populacional do Chile espanhol o condenava a uma desvantagem perpétua na luta contra os seus ubíquos inimigos fronteiriços, os indígenas, a natureza e o espaço.

Ademais, o século XVII também viu prosperar o jogo da negociação como *modus operandi* das relações hispano-mapuches, o que frequentemente significava que, buscando dirimir à guerra, um dos lados tentaria resolver o problema da ocupação ou desocupação de terras por via das tratativas firmadas. Foi o que ocorreu, por exemplo, no Parlamento de Catiray, em 1612, onde o padre Valdivia viu-se em uma encruzilhada: por um lado, era pressionado pelos indígenas para que autorizasse a retirada do forte São Jerônimo das imediações de suas terras; por outro, não possuía a autoridade constituída para tecer tal compromisso⁷¹². Seu sucesso no negócio dependeu de uma juramentada promessa de retirar a tropa, abandonando a posição, o que concederia uma considerável vantagem às comunidades rebeladas da região. Já a presença militar abaixo de Concepción, seguindo verticalmente a linha do litoral, não passou dos isolados fortes de Paicaví, Tucapel e Lebu que, junto com o forte Arauco, mais ao Norte, formavam um

⁷¹² *Parlamento de Catiray de 1612*, p. 69-74. In: PHM, 2015, p. 74.

segundo direcionamento expansivo do complexo fronteiriço. Neste caso, a fronteira de guerra corria paralela à costa, estando muito mais isolados e desprotegidos que os fortes da linha do Biobío, já que enfrentavam enormes dificuldades para estabelecer comunicações e linhas de provisionamento seguras por terra, contando majoritariamente com o abastecimento marítimo, uma condição inalienável para suas sobrevivências.

Se em sua primeira vinda como governador (1601-1605), sua missão principal foi a estabilização fronteiriça, em sua segunda estada (1612-1617), seu raciocínio bélico esteve mais voltado à proteção da fronteira e ao suporte à proposta jesuíta (da qual discordava peremptoriamente), embora almeja-se a oportunidade de transpor o Biobío e realizar reocupações pontuais nos territórios perdidos. Não obstante, o governador despendeu a maior parte do seu segundo governo realizando *entradas* em território inimigo, feitas como contra-ataques às *malocas* indígenas ao campo espanhóis e às comunidades originárias amigadas. Não raramente, e a despeito da anuência dos padres, renovava-se o furor das *campeadas*: colheitas queimadas, aldeias incendiadas e *piezas* capturadas. As *malocas* indígenas, por sua vez, eram eventos que grassavam às terras baixas e altas do Biobío, à revelia da estrutura defensiva já existente. Alonso de Ribera de Ribeira descreveu ao rei uma dessas expedições: “[...] junto ao anochecer dieron 30 indios de a caballo en la rancheira del cacique Panguian que está junto al Rio de la Laja, mataron [...] amigos y hirieron ocho y se llevaron cuarenta piezas y a una española mujer de um soldado [...]”⁷¹³. A ação, relatada em 1617, ocorreu no contexto de um substancial aumento de ataques indígenas às terras espanholas e às comunidades aliadas. Segundo o governador, “Los enemigos no cesan en hacernos los daños que pueden y entrar muy a la continua a hurtar caballos, armas, tierras [...]”⁷¹⁴. A resposta militar ocorreu sob os auspícios da Companhia de Jesus e poderia ter tido reverberações mais abrangentes, com a reocupação do forte abandonado (como parte dos acertos para a paz entre espanhóis e araucanos) de Paicaví e com a criação de outra fortificação em Purén, centros viscerais de agitação. Ribera, que deixou bem claro a insatisfação em abandonar Paicaví, declarava que não pudera realizar tais ações tendo em vista a falta de homens e a aparente ilegitimidade que se sucederia destas ações, visto haver ordens expressas do vice-rei e do próprio monarca para evitar povoamentos militarizados na *Tierra de Guerra*. Este quadro nos revela que a guerra defensiva jesuíta trouxe uma nova estratégia de domínio e ocupação, causando uma profunda divergência entre os planos e entendimentos

⁷¹³ Carta de Alonso de Ribera, gobernador de Chile, que no la firmó por haber muerto repentinamente como lo certifica su secretario, Concepción, 03 de enero de 1617. In: MCD, PARES, AGI, vol. CHILE, 19, R.1, N.20, f. 6. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/327974?nm>>. Acessado em 08 de dezembro, 2021.

⁷¹⁴ Ibid, f. 7.

locais e as ordens peninsulares e peruanas sobre como gerir a guerra e o povoamento da região. Além do mais, revela-nos a não conformação de parte das forças espanholas (especialmente representadas na figura dos governadores, capitães e soldados, os “homens de guerra”, embora também bem frequente entre *vecinos* e até entre clérigos) com a fronteira de guerra estabelecida no Biobío, sendo que o anseio de *poblar* e conquistar os espaços *de arriba* mantinha-se, de diferentes maneiras, vivo entre os espanhóis do Chile.

Para embasar seu argumento em favor da transposição da fronteira do Biobío para fazer a guerra, Ribera frequentemente ressuscitava as mais antigas reclamações para justificar as *campeadas* em terras “rebeladas”, dando conta das fraquezas e vulnerabilidades do campo espanhol e relatando as *malocas* indígenas e seus efeitos nefastos para as suas forças, que perdiam cavalos, colheitas e homens, sendo severamente acossados de Chillán ao Talcamavida (atacado em 5 de junho de 1617, segundo o relato da carta supracitada). Os espólios dos saques e os próprios envolvidos dificilmente poderiam ser rastreados quando passavam da cordilheira ou adentravam fundo *tierra adentro*. O ponto fulcral da instabilidade era, ainda, a macrorregião da Araucanía, do litoral à Cordilheira Nevada, onde, sem qualquer aparato militar espanhol próximo, os indígenas permaneciam organizando expedições esporádicas e rebeliões abertas contra os territórios abaixo e acima do Biobío. Em 1615, em meio à tentativa de implementar a guerra defensiva, o governador dava a conhecer, em 10 de março, por vias de um cacique aliado, que “[...] estaba emboscada una junta muy grande com determinación de dar en los fuertes y reducciones de la ribera del Biobío y [...] de Yumbel”⁷¹⁵. Diego de Rosales relatava um cenário semelhante ao apresentado por Ribeira: apenas em 1613, a fronteira araucana teria sido invadida pelo menos vinte e duas vezes, em *entradas* lideradas ou estimuladas por Pelantaro e Tereulipe, *toquis* de Purén, que se mantinha como o ponto nodal de resistência, estorvo e sublevação para os espanhóis⁷¹⁶. Quase vinte anos após a rebelião que se iniciou com a morte de Óñez de Loyola, a *Tierra de Guerra* permanecia majoritariamente em mãos indígenas, autônomos e independentes senhores de suas terras, donos inequívocos da vantagem na prolongada guerra contra seus inimigos estrangeiros.

No início da segunda década do século XVII, já era perceptível que o plano da expansão processual, a partir de uma linha de fronteira bem protegida e assegurada, não se desenvolvera muito bem. Essa concepção de guerra foi retomada e repensada por González de Nájera em seu

⁷¹⁵ Carta de Alonso de Ribera, Gobernador de Chile, 14 de abril de 1615. In: MCD, PARES, AGI, vol. CHILE,19,R.1,N.14, f. 3. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/327968?nm>>. Acessado em 01 de dezembro de 2021.

⁷¹⁶ ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, t. II, 1878, p. 592.

livro. Seu esquema estratégico, por assim dizer, retomava e amplificava a proposta de Ribera para a *Tierra de Guerra*. Em seu *discurso segundo ele* explicava em pormenores a forma funcional que a fronteira deveria tomar. O mecanismo básico de defesa seria a estrutura de fortificações, que deveriam seguir sequencialmente do Mar do Sul à cordilheira dos Andes, construídos próximos às estancias, cidades e povoamentos espanhóis e dos índios amigos, centradas nas áreas onde mais corriqueiramente os inimigos costumavam atravessar e capazes de operar habilmente em situações de defesa, fornecendo proteção ou apoio em casos de *entradas* às terras dos inimigos. A crítica de Nájera obliterava, então, as semelhanças que pudesse haver entre sua proposta fronteiriça e a fronteira existente no Biobío, sobretudo tendo em vista a distância de mais de dez léguas, em alguns casos, existente entre as fortificações, o que gerava um isolamento perigoso para os defensores. Duas facetas de seu *Reparo* da guerra merecem destaque. A primeira é sua consciência de que a fronteira é um local produzido, não uma fatalidade. Por isso, o capitão despendeu um considerável tempo pensando e aconselhando sobre “[...] el límite que se ha de elegir para frontera y lugares importantes, donde se han de fundar fuertes [...]”⁷¹⁷. *Elegir frontera* era uma ação deliberativa que perderia totalmente o sentido se ele, tão quanto seus homólogos da soldadesca e do oficialato espanhol, não pensassem a fronteira de guerra como uma artificialidade, uma construção político-militar e cultural que, ao estabelecer-se como *limes* em uma situação de conflito, ensejava expandir suas forças para as terras de adiante. A artificialidade das linhas fronteiriças e a sapiência desse artifício possibilitava aos espanhóis a capacidade de planejar uma cronologia de guerra e expansão, defesa e ataque, reflexão e execução, operando, com suas forças, em um espaço que não era concebido *a priori* como definido, restrito e cercado. A fronteira, portanto, era um espaço operacional, não um espaço estacionário formado por uma preconcepção estanque de limite peremptório. Ao mesmo tempo, o cronista-soldado cometia um meio-erro analítico.

Nájera definia a relação dos mapuches com o espaço defensivo em termos essencialistas. Ele imaginava que enquanto os espanhóis despendiam tempo fortificando seus rincões fronteiriços, os indígenas prescindiam de fazer o mesmo, tendo em vista que suas terras já eram “naturalmente” fortalezas. Em outras palavras, imaginava que as comunidades *de guerra* viviam em certa simbiose com seu entorno natural, estando assentadas em uma geografia previamente defensiva, visto que “[...] la fortaleza de su tierra no tiene necesidad de aumento de fortificación ni de otros reparos, por ser montes y sierras las plazas que posee”⁷¹⁸. Embora ele

⁷¹⁷ GONZÁLEZ DE NÁJERA, Alonso. **Desengaño y Reparo de la Guerra del Reino de Chile**. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889, p. 221.

⁷¹⁸ Ibid., p. 222.

acertasse na dimensão da vantagem adaptativa araucana à natureza topográfica e ambiental da *Tierra de Guerra*, percebia essa habilidade como um ímpeto natural, arraigada na própria essência dos *indios de guerra*. Ao naturalizar a relação entre os indígenas e seus espaços de vida, Nájera via-se impossibilitado de perceber os araucanos como “engenheiros” de seu próprio sucesso, criadores e recriadores da *fortaleza de su tierra*. Muito mais que utilizadores passivos da natureza e geografia de seus territórios, os reche-mapuches foram artífices de técnicas defensivas variadas, construídas a partir das suas formas de organização política e socio-comunitária e de suas necessidades econômicas básicas. Criaram, portanto, a partir de seu arcabouço cultural e dos intercâmbios com os povos estrangeiros, diferentes mecânicas territoriais, que obedeciam às peculiaridades humanas e ambientais dos grupos que lutavam por autonomia, segurança e recursos nos espaços fronteiriços.

Vejamos um exemplo dessa dinâmica: o forte espanhol era um espaço adjunto à cidade, à estância, à fazenda ou à comunidade encomendada, ao porto ou às minas. Podia estar também isolado, em terra de guerra, mas cumpria sempre múltiplas funções para além da militar. Ser uma estrutura defensiva era sua função basilar, mas era ordinariamente utilizado como ponto de *población*, de comércio, de intercâmbios interculturais, de evangelização etc. Enquanto isso, o *pukara* indígena era uma estrutura pontual, temporária e de subsistência, construída em lugares por vezes inóspitos, isolados e de difícil acesso, onde nada ou pouco se produzia. Era um lugar lúgubre, ao que parece, embora essencial. Poucos relatos sintetizam tão bem a importância dos fortes indígenas e da adaptabilidade mapuche ao ambiente quanto o relato do cerco ao *pukara* de Pochunco, no começo do ano de 1579, sob liderança de Martín Ruiz de Gamboa. Vejamos o relato de Lobera:

Con todo eso [os indígenas] no desistieron de la guerra, aunque dejaron el fuerte de Puchunco metiéndose la tierra adentro a fortalecerse en un peñón inexpugnable [...] el lugar era de tal traza, que un solo hombre era bastante a defenderse de un ejército [...] no fue posible hacer los nuestros otra cosa más de estarse que dos impendiendo el paso a los que acudían con mantenimiento a los indios para tomarlos por hambre⁷¹⁹.

Não obstante, essa mecânica defensiva, a *fortaleza* sabiamente utilizada em seus inexpugnáveis rincões, era ansiosamente abandonado quando o perigo mais imediato passava, e

⁷¹⁹ MARIÑO DE LOBERA, Pedro de. **Crónica del Reino de Chile**. In: CHCh. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. VI, 1865, p. 382. A estratégia fracassou graças à ação enganadora de um embaixador indígena chamado de Naupollan. Fugidos, os índios de guerra sitiados não puderam ser rastreados ou perseguidos graças à indisponibilidade de um caminho de trânsito para os cavalos espanhóis.

seus habitantes, fugitivos das terras *campeadas* pelos seus inimigos, retornavam à vida ordinária de suas *rukas* e *rewes*. Vejamos o texto do Parlamento de Quilacoya, Rere, Taruchina e Imperial, de 1593, onde Óñez de Loyola arguia aos rebelados que aceitassem a paz e, sob as condições corretas, retornassem à suas terras, visto que estavam “Viviendo y sembrando como viven y siembran en tierras ásperas e infructuosas y en ellas son de los españoles maloqueados y ellos y sus mujeres y haciendas muertos presos y talados sin tener remedio ni seguridad en ninguna parte [...]”⁷²⁰. Portanto, diferente do que apontava Nájera e muitos dos seus pares, os indígenas não viviam em uma *fortaleza* autogerada pela natureza. Antes, produziam sua própria geografia de guerra, ação que vinha acompanhada de um ônus terrível: o afastamento dos indígenas de suas comunidades, das terras férteis de produção econômica e de subsistência, trocadas pela sobrevivência nada ordinária dos seus espaços isolados de proteção.

Essa inabilidade de Gonzáles de Nájera de entender os pressupostos militares indígenas para além do prisma da inferioridade, da naturalização de seus comportamentos bélicos e do barbarismo era contraposta a uma visão clara e precisa da problemática espacial hispânica na Guerra de Arauco. Em suma, a culpa recaía sobre a distância, o isolamento e a espreitada ocupação espanhola. Era, em essência, um problema de territorialização. Esse é o segundo ponto fundamental de sua análise e deveras o mais preponderante. Por isso a sua defesa de uma fronteira hermética:

¿qué junta se atreverá a entrar por nuestras fronteras, ni qué esclavo se osará levantar o rebelar en tiempo que se han de hallar todas nuestras fuerzas juntas, no desterradas en Purén, sino tan vecinas a nuestros pueblos y tierras de paz, a dar calor a las fábricas de algunos de los fuertes que se fueren fabricando que la hubiere menester, por tener necesidad de resguardo?⁷²¹

Sua proposta envolvia a criação de cinco fortes principais e de seis comuns. A diferença entre eles seria estratégica e quantitativa, variando na função central, na estrutura e na quantidade de tropas guarnecidas. Os espaços vacantes deveriam ser preenchidos com guarnições ou comunidades de índios amigos, sendo interligados por estradas que permitissem rápida e eficiente comunicação e deslocamento de cavaleiros e infantes (piqueiros, arcabuzeiros, mosqueiteiros etc.). Apenas depois de implementar copiosamente as proposições sugeridas, seria possível prosseguir com a conquista da *Tierra de Guerra*. Tratava-se de vencer os indígenas,

⁷²⁰ *Parlamentos de Quilacoya, Rere, Taruchina e Imperial de 1593*. In: PHM, 2015, p. 41.

⁷²¹ GONZÁLEZ DE NÁJERA, Alonso. **Desengaño y Reparó de la Guerra del Reino de Chile**. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889, p. 225.

certamente. Mas tratava-se, igualmente, de manejar bem os recursos na luta contra os índios de guerra, o que significava sobretudo não arriscar dar passos maiores que as pernas, "[...] pues lo podrá ser, juntas nuestras fuerzas, para todo el poder de los indios, puestos que las fuerzas unidas siempre se aumentan, por la razón que cuando son divididas, se enflaquecen y disminuyen [...]"⁷²², o que geralmente ocorria no Chile, com a dispersão do exército espanhol por um número considerável de ilhas de ocupação militar ou civil-militar, espalhadas, como em um arquipélago, e cercadas por um mar de inimigos potencialmente destrutivos. É de sua análise racionalizada dos desafios espaciais da guerra no Chile que Nájera teceu sua crítica à postura adotada por García Ramón, com quem, presume-se, possuía boas relações, sendo, inclusive, enviado como emissário do mesmo para advogar junto à corte real, ao Conselho das Índias e ao monarca, em 1609; e cujos planos ignoravam essas vicissitudes básicas de manejo do espaço de guerra, a ver, a concatenação das forças, em detrimento de sua dispersão.

Alonso García Ramón afastou-se desde cedo da proposta da estável fronteira margeada de Ribera. Voltando ao governo da governação em 1605, ele implementou o que entendia como o plano mais viável para vencer a guerra. O esboço dessa perspectiva bélica estava expresso nas suas opiniões e propostas diante da junta militar convocada por Alonso de Ribera, em 1601. Sua proposição dividia-se em três passos principais: primeiro, socorrer ao forte de Arauco; em segundo lugar, enviar pessoas para averiguar a situação das cidades *de arriba*, vendo a viabilidade de enviar socorros na próxima estação ao que denominava de a “outra metade deste reino”; e, por fim, a construção de um forte nas imediações do rio La Laja, “[...] para asegurar todas estas fronteras y hacer prevenciones de manera que el verano que viene se puedan poblar las ciudades de Angol y Santa Cruz en la parte que más convenga [...]"⁷²³. Sua resolução central não era o estabelecimento de uma fronteira alinhada, firme e perene, mas a retomada rápida e categórica, se possível, das comunidades perdidas, pautada nos pilares da guerra de conquista *a fuego y sangre*, no uso da violência como ferramenta de pacificação e no repovoamento insular da *Tierra de Guerra* abandonada, ações que seriam realizadas em um esforço conjunto das forças hispânicas disponíveis. A coroa enviaria homens e suprimentos, enquanto os *vecinos* disponibilizariam braços locais e recursos basilares para a realização de suas deliberações. Seus planos não paravam na simples reocupação da Araucanía. Para García Ramón, a guerra só poderia ser vencida se os antigos símbolos do poder espanhol fossem restaurados, o que significava especialmente restaurar a estrutura produtiva e o povoamento das cidades destruídas e

⁷²² Ibid., p. 213.

⁷²³ *Pareceres que tomó Alonso de Ribera cuando llegó a Chile para el buen acierto en la guerra y Gobierno de aquel reino, Concepción, 16 de febrero de 1601*, p. 34-84. In: CDIHCh, Segunda serie, t. VII, 1982, p. 41.

reafirmar o poderio e a vantagem bélica dos espanhóis sobre a *Tierra de Guerra*, agindo para que os rebelados fossem sumariamente punidos com a perda de sua liberdade, a morte e a destruição de suas casas e colheitas. Por isso, argumentava que “Conviene, asimismo, se vaya a buscar la gente de las ciudades de arriba y probar hacer un fuerte este año en la Imperial para que en el que viene se hagan grandes sementeras”⁷²⁴. Reocupar Imperial tornara-se um dos seus mais significativos escopos: uma proposta diametralmente diferente da maior parte dos seus pares. Era forçoso perceber que não havia, naquelas condições, nem recursos, nem homens, nem qualquer capacidade logística para tal empreendimento.

A proposta de Alonso García Ramón provinha de sua experiência no decorrer dos longos anos de serviço na guerra de Arauco. Servira por quase duas décadas aos governadores nas terras do Sul, chegando em 1583, nas levadas de reforço vindas da Europa, lutando sobre a autoridade de Sotomayor e, depois, no trágico governo de Óñez de Loyola. Percorrera praticamente todos os rincões espanhóis da Araucanía, onde ganhou destaque por sua destreza com as armas, por sua liderança e por, em 1586, ter enfrentado e derrotado em combate singular o *toqui* Cageduala, que sitiava a fortaleza de Purén. Sua memória de uma mobilidade operacional, de uma relativa vantagem tática (mesmo que pontuada por contratempos e derrotas ocasionais), quando comparada à atual situação que vivenciava, além da lembrança de um poderio que se estendia, mesmo que ilhado, de La Serena a Castro, fazia-o crítico das perspectivas mais pacientes e limitadas de criar uma fronteira forte, com aspectos de *limes*, e da ideia de reaver paulatinamente os territórios outrora possuídos. Preferia, por conseguinte, dividir as tropas disponíveis em grupos operacionais que pudessem, paralelamente, invadir e campear diferentes localidades fronteiriças. A divisão das forças nas grandes *campeadas* era uma proposta arriscada e constituiu uma das principais divergências entre Ribera e García Ramón⁷²⁵. Essa divergência, assim como a recusa de Ribera de enviar García Ramón a *poblar* La Imperial, o que ele desejava realizar, antes de deixar o reino, acabou por forçar o ex-governador a retornar imediatamente ao Peru, onde contava com as graças e favores do vice-rei. Ribera retomou a querela, mais uma vez, quando foi retirado do cargo, em 1605, sendo substituído por seu rival e antecessor,

⁷²⁴ Ibid., p. 42.

⁷²⁵ Ribera deixava claro a divergência ao escrever a Luis de Velasco que “[...] fueron su parecer y el mío tan diferentes que nos pareció a entrambos que de ninguna manera podríamos venir el uno en lo que el otro quería”: *Copia de carta que al Virrey Nuestro Señor escribió Alonso de Rivera [...], Concepción, 16 de febrero de 1601*, p. 94-99. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982, p. 96. Ao que parece, García Ramón pretendia utilizar o maior ajuntamento de forças em um conjunto de ações paralelas. É o que descreveu o vice-rei Velasco em carta ao rei: “[...] y le aconsejó Alonso García Ramón como parecer [...] que tres cosas se deben hacer luego sin dilación [...] socorrer a la fuerza de Arauco [...] a las ciudades de arriba [...] fundar un fuerte en la comarca de la Laja [...] y Alonso de Rivera acudió al socorro de Arauco que era lo que más apretaba [...]”: *Carta del virrey don Luis de Velasco a S. M. el Rey, Lima, 28 de diciembre de 1601*, p. 156-158. In: Ibid., p. 157.

acusando-o de defender uma opinião isolada do restante dos pareceres, o que não parece ser verdade, visto que, embora em minoria, outros capitães advogavam o distendimento da fronteira de guerra. Condenou-o também por querer repovoar as cidades *de arriba* sem as forças e recursos necessários, o que parece ser mais verdadeiro e fácil de sustentar, quando pensado o momento no qual foi posta a questão⁷²⁶.

Enquanto o primeiro preferia estacionar as forças em fortalezas estrategicamente erguidas, o segundo advogava, por seu lado, a reunião de uma força substancial e o emprego rápido desse montante em diversas operações de *campeadas*, alinhadas à criação de fortes e à reocupação de localidades distantes da idealizada fronteira do Biobío, de forma a ser possível reins-taurar o poderio espanhol em territórios alhures, trazendo, por medidas de força, os recalcitrantes índios de guerra à paz dos conquistadores. Antes, era mister que as condições necessárias fossem supridas para que as cidades fossem finalmente reconstruídas. Essas condições giravam em torno sobretudo da mais comum das requisições: o envio de mais soldados para a fronteira chilena. Já em seu segundo governo, em 1608, García Ramón requisitava ao rei “[...] los mil hombres que por otras tengo pedidos en tres años [...] y con ellos se podrán reedifica las ciudades aunque hallo los inconvenientes que aqui referiré [...]”⁷²⁷. Tais inconvenientes envolviam a ausência de indígenas para futuras *encomiendas*, visto que, embora apenas virtualmente, até muitos entre os rebelados eram *indios de encomienda* já repartidos, e a ausência concomitante de atrativos para *vecinos* e soldados, sem os quais seria impossível proceder com a reocupação dos lugares assolados. Por conseguinte, ecoando suas deliberações de seis anos antes, o governador almejava alcançar, dentro em pouco, a total pacificação da Cordilheira de Catiray (Nahuelbuta) que “[...] em breve se há de rendir com lo cual si viene la gente que aguardo de Perú al principio del verano poblare la ciudad de Angol lo cual hasta hora ni ha sido posible [...] por estar la tierra adentro y ser necesario mucha gente para sustentar aquella frontera [...]”⁷²⁸. A ideia firme de *poblar* essas cidades caídas mostrava um ímpeto que, muito provavelmente, não provinha unicamente de Alonso García Ramón, mas também de outros antigos *vecinos* das localidades perdidas e de alguns capitães que visualizavam nesta nova expansão da fronteira de guerra uma vantagem econômica e uma oportunidade para obter as glórias necessárias para um pedido de mercês. Entretanto, essas pretensões dissimulavam uma das maiores derrotas espanholas em todo o período da guerra de Arauco, ocorrida dois anos antes da escrita da

⁷²⁶ Sobre isso, ver o documento *Carta de Alonso de Ribera a Su Majestad. Córdoba, 20 de marzo de 1606*. In: *Ibid.*, p. 576-596.

⁷²⁷ *Carta de Alonso García Ramon al rey, estero de Vergara, 9 de marzo de 1608*, p. 172-188. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 182.

⁷²⁸ *Ibid.*, p. 183.

referida carta, em decorrência, em grande medida, dessa mesma intenção de distender a fronteira de guerra e aumentar o alcance da ocupação e do raio de ação das forças hispânicas. Tratava-se do fragoroso desastre de Boroa.

O descalabro ocorreu em um forte recém-fundado nas imediações de Boroa, próximo da antiga localização de La Imperial, nas imediações das ribeiras dos rios Cautín e Quepe (ver figura 5). Construído no começo de 1606, a fortificação foi deixada sob o comando do capitão Juan Rodolfo de Liespergue, que liderava cerca de 280 soldados, divididos em três companhias, dos quais entre 130 e 170 foram chacinados em uma emboscada sumária em 29 de setembro de 1606, quando saíam para obter carvão vegetal nas imediações do forte, liderados pelo próprio Liespergue⁷²⁹. A sorte do forte era ominosa. A decisão de reocupar um espaço tão distante da fronteira do Biobío levantou a pronta reação dos líderes indígenas locais, galvanizando, como relatou Diego de Rosales, uma junta que reunia *conas* de Toltén, de La Imperial, de Villarrica e até mesmo de Purén, reunidos sob liderança do *toqui general* de Toltén, Aypinante⁷³⁰. A fome e as calamidades ordinárias da vida em fortins já grassavam. Deserções de soldados e debandadas para as forças indígenas começaram a ocorrer, sobretudo entre os *mes-tizos*, segundo Nájera e Rosales⁷³¹. Eram consequências imediatas das privações alimentícias e de todas as outras dificuldades enfrentadas. González de Nájera julgava a situação fadada ao desastre, considerando todo o empreendimento um “[...] desproporcionado salto que dió de nuestras fronteras a la Imperial, desmandando tanto dellos el fuerte que hizo”⁷³², sendo um ponto completamente isolado, solitário e ameaçado da presença hispânica em uma terra que, havia quase uma década, expelira de suas redondezas qualquer presença física duradoura dos conquistadores. Impossibilitado de criar um forte intermediário nas imediações de Angol, García Ramón acabou por ilhar completamente a tropa estacionada em Boroa, impossibilitando,

⁷²⁹ O próprio García Ramón declarava, em carta ao rei datada de 1607, que “[...] los enemigos habían muerto ciento y treinta hombres en el fuerte de la Imperial y al capitán D. Juan Rodolfo Lispergue”: *Carta de Alonso García Ramon al rey de España, Concepción, 12 de abril de 1607*, p. 160-171. In; *Ibid.*, p. 162, sobrando vivos cem homens e quatorze cativas e cativos espanhóis resgatados dos indígenas. Já Nájera contava que “[...] los nuestros que eran ciento setenta y tres, los rompieron y atropellaron [...]”: GONZÁLEZ DE NÁJERA, Alonso. **Desengaño y Reparó de la Guerra del Reino de Chile**. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889, p. 75, restando vivos após a batalha apenas cinco espanhóis, dos quais apenas um, chamado Rivas, logrou fugir imediatamente, escondendo-se e dando notícias do desastre ao governador. Além disso, Nájera declarava que não restaram mais que oitenta soldados dentro do forte, sob comando do capitão Negrete, sem especificar eventuais perdas entre esses.

⁷³⁰ ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, t. II, 1878, p. 439.

⁷³¹ Um estudo desses casos particulares pode ser visto em CONTRERAS CRUCES, Hugo. Dejar de Servir al Rey para Hacerle la Guerra. Los Renegados en la Guerra de Chile, 1560-1630. **HISTORIA**, Santiago de Chile, v. II, n. 54, julio-diciembre, p. 441-465, 2021.

⁷³² GONZÁLEZ DE NÁJERA, Alonso. **Desengaño y Reparó de la Guerra del Reino de Chile**. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889, p. 67

inclusive, qualquer perspectiva de comunicação direta, tendo que contar com a ação de intermediários indígenas, o que, concluía Nájera, constituiu uma vantagem fundamental para os índios de guerra que ansiavam tomar em definitivo o forte e a sua guarnição, agora reduzida a uma pequena e esfomeada companhia liderada pelo capitão Francisco Gil Negrete.

Impossibilitado qualquer socorro rápido ao forte, “[...] no era posible alcanzar a entender cosa del más que si estuviera en otro mundo”⁷³³. Essa conclusão mostrava a falha já pontuada que era distender tanto a fronteira de guerra, povoando ou ocupando uma área longínqua dos pontos de apoio fronteiriços, insistindo em ilhar uma posição, que acabava incapaz de receber reforços imediatos e auxílio material. Na situação local da guerra de Arauco, isso geralmente significava condenar a tropa cercada a uma morte lenta ou a uma derrota fragorosa, causadas por violência, inanição, frio ou outras mazelas comuns em situações como aquela. Os cálculos de García Ramon, no entanto, giravam em torno da antiga proposição de conquistar, encomendar a população indígena e, como propunha em carta ao rei, punir rigorosamente aos rebelados, seja por escravização, morte, ou ainda por deslocamento forçado, retirando-os forçosamente de suas terras e reassentando-os em outros redutos, mas para isso eram necessários povoadores, sem os quais, entevia o governador, nenhuma das antigas cidades devastadas poderia ser reerguida, povoado e sustentada⁷³⁴.

Outro agravante de Boroa era o fato de o forte não ter sido uma projeção bem concebida dentro de um projeto de ocupação territorial. Fruto de uma grande *entrada* começada nas ribeiras do Biobío no mesmo ano, a fortaleza foi deliberada como a última ponta da distensão da operação que, iniciada ao Norte, criaria duas bases novas, uma em Angol, para vigiar Purén e servir de entreposto, e outra próxima à antiga La Imperial, por meio das quais o governador esperava resgatar homens e, principalmente, mulheres e crianças espanholas capturadas durante a Grande Rebelião. O massacre de uma companhia recém-chegada do Peru, comandada pelo capitão Pedro de Villarroel, que deveria fundar e armar o forte de Angol, tornou impossível a realização material desse entreposto defensivo, colocando Boroa na difícil condição de guarnição sitiada⁷³⁵. Mostrava-se, uma vez mais, que a luta no Chile era uma batalha contra a

⁷³³ Ibid., p. 76.

⁷³⁴ Pode-se averiguar algumas dessas propostas em uma extensa e tardia carta que escreveu ao rei, onde, após diversos insucessos, o já envelhecido conquistador reescrevia sobre suas expectativas de pacificar, povoar e acabar com a guerra de Arauco. Ver, *Carta de gobernadores, Concepción, 09 de marzo de 1610*. In: MCD, PARES, AGI, vol. CHILE,18,R.10,N.90. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/327931?nm>>. Acessado em 23 de novembro de 2021.

⁷³⁵ “Luego salía otro indio de través que se ofrecía de nuevo a ir, afirmando que él sabía un camino muy seguro y secreto, no poniendo duda en el hecho, todo a fin de dilatar más el negocio con otra tardanza y dilación, entreteniéndolo al Gobernador con estos embelecos, para que no fuese tan presto a socorrer el fuerte, por poderlo ellos

incapacidade bélica de gerir um espaço pontuado por grandes distâncias e pela inabilidade operacional das forças espanholas de percorrê-los de forma minimamente segura. Mesmo tratando-se de uma considerável presença armada, as forças do capitão Lispergue foram completamente dizimadas, em grande medida graças ao desgaste infligido pela situação de cerco, tornando os combatentes pouco propensos ao sucesso em uma batalha contra forças indígenas muito superiores em números, em saúde e, quiçá, em armas, o que tornava a vitória um mérito das capacidades de organização e execução da guerra dos indígenas, e um demérito para as lideranças espanholas que, já experientes, caíam novamente na artilosa armadilha de ignorar as dificuldades espaciais e as capacidades de luta dos seus inimigos *de guerra*. Abandonada a campanha e a tentativa de *poblar* La Imperial, o governador decidiu realocar sua atenção em um espaço mais próximo e igualmente aguerrido, fundando o forte de *San Jerónimo* próximo à cordilheira de Catiray. García Ramón reconheceu tardiamente a veleidade de suas pelejas mais meridionais, descrevendo sua campanha como um sucesso parcial, dando conta de que “[...] habiendo peleado tres veces com los enemigos y desbarratados [...] cuando se ven perdidos se arrojan dellos en unas quebradas terribles donde no se puede hacer daño ni seguir [...]”⁷³⁶, um breve e comedido reconhecimento das capacidades defensivas dos nativos e uma rápida menção à impossibilidade de submeter um inimigo que, só a grandes custos, conseguia alcançar.

A ignomínia de uma derrota massiva era mal disfarçada por promessas de reduções definitivas e vitórias peremptórias sobre outras províncias. Em carta ao rei, datada de 12 de fevereiro de 1607, pouco tempo depois de ter tido notícia da tragédia e de ter retirado a guarnição sitiada de Boroa, García Ramón dava conta do estado operacional de sua missão e dos procedimentos realizados para reduzir definitivamente às terras de La Imperial e de Arauco, relatando uma campanha inclemente onde capturara algumas centenas de mulheres e crianças indígenas e matara ao menos uma centena de índios de guerra, arrasando-lhes em *campeada* às suas terras, destruindo suas colheitas e tomando o seu gado⁷³⁷. No entanto, essa dinâmica de terra-arrasada e de guerra *a fuego y sangre* continuou a carecer de efetividade geral. Não por acaso, já velho e próximo da morte, o experiente governador opinava a Filipe III que “[...] para que del Rey fuese bien socorrido, me parecería mui gran medio y para que al venir gente tal

entre tanto ganar por hambre, y degollar la poca gente que en él había”: GONZÁLEZ DE NÁJERA, Alonso. **Desengaño y Reparó de la Guerra del Reino de Chile**. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889, p. 76-77.

⁷³⁶ Carta de Alonso García Ramón al rey de España, 12 de abril de 1607, p. 160-171. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 163,

⁷³⁷ “Después que anuncié a V. M. del suceso del fuerte de La Imperial me puse en campaña dividiendo la gente del [...] después de reparadas las fronteras del en dos campos [...]”: Carta de Alonso García Ramón, 13 de febrero de 1607. In: MCD, PARES, AGI, vol. CHILE,18,R.10,N.72, f. 1. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/327913?nm>>. Acessado em 27 de novembro de 2021.

cual conviene para su pacificación [...]”⁷³⁸, junto, claro ao *Situado*. Era o antigo e deveras repetitivo pedido dos governadores de Chile. Cada soldado deveria receber 200 pesos, a ser onerado do erário do *Real Situado*, que também deveria arcar com a importação de armas e outros utensílios necessários: “Con la continuación de la guerra hay gran disminución de armas. Porque conviene V. M. se sirva mandar [...] ducientos mosquetes, trecientos arcabuces [...] y quinientas picas [...]”⁷³⁹, o que demonstrava o não encerramento e, ademais, o acirramento dos conflitos; encerramento esse sempre prometido, mas nunca integralmente concretizado. Já moribundo e doente, em seu leito de morte, ocorrida em agosto de 1610, García Ramón expediu a ordem para que se construísse um forte em Angol, onde antes houvera a cidade abandonada, o que acabou por ser efetivado, embora fosse logo abandonado⁷⁴⁰. Uma última vontade, talvez compensativa e certamente limitada, de um dos últimos conquistadores da guerra de Arauco. Inegavelmente, García Ramon foi um dos soldados *del Rey* que, durante a maior parte de sua vida, mais devotou suas energias e forças para conquistar integralmente à *Tierra de Guerra*.

Morto García Ramón, o governo foi assumido temporariamente por Juan de Jaraquemada (1611-1612), enviado do vice-rei Montesclaros, que deixou um relato majoritariamente negativo da situação do Reino. Torquemada falava da situação chilena em tons pouco esperançosos e em aberto contraponto ao defunto que o precedera. Citando a promessa de García Ramón de pacificar com brevidade o Chile, ele afirmava que “[...] no le era Jaraquemada posible cumplir con esta obligación y palabra; si cuando tuvo 3 miles infantes no pudo asegurar esto, mal lo hiciera con la mitad menos [...] porque con el continuo ejercicio de estos indios y con las victorias que han tenido están alentados [...]”⁷⁴¹. Restava ao Peru e à coroa socorrerem a combalida governação, que aparentava ser completamente incapaz de promover, com forças próprias, uma guerra de (re)conquista dos territórios ao sul do *limes* defensivo do Biobío.

Se o século XVII marcou a transição ou o deslocamento de um paradigma predominante de conquista militar para um paradigma de conquista espiritual, econômica e cultural mais

⁷³⁸ Alonso García Ramón, *gobernador de Chile: socorro de Chile, 1609*. In: MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 229, R.5, f. 3. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126182?nm>>. Acessado em 27 de novembro de 2021.

⁷³⁹ Ibid.

⁷⁴⁰ “[...] y por el deseo tan grande que había tenido de poblar a Angol para freno de Puren no quiso morir con ese dolor [...] ordenó al Sargento mayor del Reyno, Francisco Galdames de la Vega, que luego saliese con todo el ejército y levantara un fuerte en el sitio viejo de Angol, y a primeros de mayo se puso en ejecución y se pobló el fuerte con nombre de San Francisco de Montes Claros [...]”, que foi guarnecido por oitenta infantes sob liderança do capitão Juan Fernandez Gallardo: ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, t. II, 1878, p. 489.

⁷⁴¹ *Carta de Jaraquemada al rey de España, Santiago, 29 de enero de 1611*, p. 245-253. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 246.

acentuado, como propôs Guillaume Boccara⁷⁴², o último governo de García Ramón foi uma espécie de suspiro arfante, de desvanecer desse ímpeto de conquistar definitivamente ao território indígena, não propriamente pela ausência de desejo, mas pela ausência de método e de situação favoráveis. A era de ouro dos conquistadores terminava, lançando sombras sobre enormes conquistas espanholas, por um lado, e sobre os fracassos fronteiriços dessas mesmas conquistas, por outro; o que não significava propriamente a cessação da violência. Como demonstraram os estudos de Hugo Contreras Cruces, o Exército Real do Chile manteve-se como uma força atuante e de extrema relevância durante todo o século XVII⁷⁴³. Mas, sobretudo após a implementação da guerra defensiva, essa força tornou-se mais uma garantia de defesa que uma arma de expansão e conquista. O relativo engessamento de uma fronteira de guerra nas ribeiras do Biobío, no entanto, não impossibilitava certa mobilidade em um *limes* que oras se expandia timidamente, oras se retraía sob ameaça. Sua estrutura era embalada pelas grandes expedições lançadas na época de campanha, a época anual das *entradas*. Essas, por sua vez, ganhavam cada vez mais uma conotação econômica, afastadas do paradigma de povoamento, conquista e pacificação. Faziam-se diversas expedições ofensivas, realizadas para capturar indígenas como escravos de guerra, o que periodicamente levava a revoltas generalizadas, como a grande revolta que ocorreu entre 1655 e 1661. Essa nova dinâmica não prescindia da guerra e da imposição de um poder conquistador, nem sequer via a situação fronteiriça como um dado estático ou perene da disposição espacial de suas forças. Antes, adequava-se, moldava-se e adaptava-se às adversidades locais, operando violentamente, quando necessário, ou negociando seus termos com a contraparte indígena. Mais que uma situação de imobilismo ou de consolidação, imperava a ponderação estratégica do lucro, das vantagens econômicas e dos potenciais militares; ações práticas para uma situação bélica em uma terra e fronteira (dinâmica, porosa e maleável) de guerra.

⁷⁴² BOCCARA, Guillaume. El poder creador: tipos de poder y estrategias de sujeción en la frontera sur de Chile en la época colonial (De la guerra a la pacificación en Araucanía). **Anuario de Estudios Americanos**, Sevilla, v. 56, n. 1, p. 65-94, 1999.

⁷⁴³ “[...] más de la mitad del ejército lo constituían quienes cumplían guarnición en los fuertes ribereños y en las ciudades de Concepción, Chillán y Castro, los cuales se dedicaban a la defensa de los territorios aledaños, a la protección de las parcialidades amigas asentadas en sus cercanías y al resguardo de los vados del río Biobío. Ello les restaba oportunidades para capturar y vender esclavos, y para salir los inviernos a avituallarse en Chile central”: CONTRERAS CRUCES, Hugo. Fortificaciones, logística y vida de cuartel en el Real Ejército de Chile durante el siglo XVII. **Boletín Americanista**, Barcelona, v. 2, n. 77, p. 203-223, 2018, p. 213.

Letrados, burocratas, vice-reis, ministros e monarcas

As decisões, opiniões, tratados e prescrições de indivíduos, grupos e instituições não militares também possuíram um peso significativo na definição das políticas espaciais de guerra, ocupação e dominação do território do Reino do Chile. A guerra era, por sua peculiaridade, uma problemática geral. Aqui, destacaremos a análise de alguns indivíduos e os pareceres institucionais de alguns corpos de poder relevantes, restringindo nossa visão às suas opiniões e ideias sobre a guerra e sobre os usos, desusos, deslocamentos, posicionamentos, destruição e reconstrução da presença hispânica na *Tierra de Guerra*. Para isso, corroboram especialmente as fontes oriundas de pessoas e agrupamentos civis, de administradores e de burocratas que peticionavam e informavam ao vice-rei, aos conselhos régios e ao próprio monarca sobre os assuntos de interesse respectivos a cada um destes centros de poder. Esses, por sua vez, respondiam em forma de ordens, prescrições e aconselhamentos, não raro concebendo instruções que destoavam das realidades e necessidades locais, mas que eram de fundamental importância na continuação do plano de conquista e povoamento do Novo Mundo. Na base dessa cadeia deliberativa hierarquizada de comando, administração e julgamento, temos as perspectivas, ideias e motivações dos *vecinos*, geralmente endossadas pela sua instituição *mater*, o *cabildo*, que se encontrava, não raramente, na dianteira da guerra contra os indígenas, além de cumprir um papel basilar de aglutinar as expectativas, vontades decisórias e manifestações jurídicas e políticas locais com a manifestação simbólica e impositiva do poder real, constituindo-se como uma ferramenta de poder dos grupos locais e do próprio monarca, fosse por meio do financiamento compulsório do conflito, como ocorria em Santiago, fosse lidando com os ataques hodiernos e com as demais situações bélicas, como em Concepción e nas cidades de fronteira⁷⁴⁴. Adjuntos a esses, estavam alguns funcionários civis: burocratas, tesoureiros, licenciandos etc. Suas funções, que se estendiam por uma gama considerável de atribuições burocráticas, organizacionais, tesoureiras e administrativas, por vezes os colocava defronte às contingências da guerra e das suas consequências. Relacionados à experiência vivencial, estes personagens encaravam o desenrolar e as soluções dos conflitos de forma bem mais prática e materialista do que o olhar longínquo e idealizado da corte e a visão religiosa e espiritual dos jesuítas. Para eles, temas como a escravização dos indígenas, o repovoamento de cidades, a submissão pela guerra, as trocas comerciais, o envio de tropas e recursos e outros temas correlatos

⁷⁴⁴ “El Cabildo, entonces, como cabeza de las poblaciones urbanas – nódulos de control imperial – actuaba como intermediario entre su población y las máximas autoridades del Estado”: VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. **Las liturgias del poder**. Celebraciones públicas y estrategias persuasivas en Chile Colonial (1609-1709). Santiago de Chile: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana / LOM Editores, 2001, p. 94.

eram pensados e repensados de acordo com a situação balanceada de ganhos ou perdas individuais e coletivas, mas sempre em nível local, da *ciudad*, *estancia*, *encomienda*, *hacienda* ou cargo que lhes eram próprios.

O *cabildo* de Santiago foi, por todo o século XVI, a mais importante instituição colegiada do Reino de Chile, eclipsando a rápida passagem da Real Audiência de Concepción (1567-1575) e carregando parte considerável do peso da guerra de Arauco que, em certos momentos, acercava-se da capital⁷⁴⁵. A clássica análise de Julio Alemparte Robles traçou um quadro histórico interessante sobre essas instituições. Oriundas de uma longínqua tradição política peninsular, foram fulcrais para a fixação ibérica no Novo Mundo, tornando-se parte integrante da paisagem política da América Hispânica, sendo recorrentemente o local de convergência das forças políticas e dos principais nomes envolvidos na conquista e na construção de novos assentamentos. Inseridos, em seus primórdios, na dianteira da expansão ibérica, “[...] los fueros y las prácticas municipales establecieron la obligación de que cada vecino había de tomar las armas, cuando así lo exigieran las contingencias militares”⁷⁴⁶; uma exigência deveras comum nas conflituosas guerras da governação do Chile. Não obstante, Alemparte Robles e vários autores subsequentes pontuaram que, no caso do mais importante *cabildo* chileno, o de Santiago, o progressivo afastamento da cidade dos conflitos meridionais e a formação do Exército Real nas fronteiras de guerra aceleraram uma dissociação relativa deste corpo político com as matérias mais imediatas do conflito, o que, por outro lado, não impossibilitou que os *vecinos* de Santiago criassem ideias ou manifestassem suas intenções no que diz respeito à melhor maneira de proceder com os assuntos das guerras nas partes *de arriba* do Reino. Todavia, como pontuou Jaime Valenzuela Márquez, “En las condiciones del siglo XVII [...] pesaba más la vida urbana pacífica y comercial, por lo que preferían vivir dicho rol militar en un plano más bien simbólico como elemento legitimador de su status más bien que como una acción real”⁷⁴⁷. A guerra tornava-se uma espécie de lembrança simbolicamente importante e dignificadora de sua experiência histórica.

De fato, desde as últimas décadas do século XVI, percebia-se, por via das cartas enviadas para o rei, uma vontade fundamental do dito *cabildo* e dos *vecinos* da capital de livrarem-

⁷⁴⁵ Sobre o dito *cabildo* e sua influência, jurisdições e atribuições, ver a clássica obra de AMUNÁTEGUI, Miguel Luis. **El Cabildo de Santiago**. Desde 1573 hasta 1581. Santiago de Chile: Imprenta Nacional Calle de la Monera, t. I, II e III, 1890-91.

⁷⁴⁶ ALEMPARTE ROBLES, Julio. **El Cabildo en Chile Colonial**. Orígenes municipales de las repúblicas hispanoamericanas. Santiago de Chile: Ediciones de la Universidad de Chile, 1940, p. 234.

⁷⁴⁷ VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. **Las liturgias del poder**. Celebraciones públicas y estrategias persuasivas en Chile Colonial (1609-1709). Santiago de Chile: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana / LOM Editores, 2001, p. 38.

se das imposições da guerra e das demandas econômicas correlatas à mesma. É o que nos mostra essa missiva enviada ao Conselho das Índias, de março de 1591, onde a tentativa dos grupos locais de dirimirem a carga da guerra e o ônus dos conflitos pautava-se na requisição ao monarca pelo envio da ajuda necessária aos seus súditos no ultramar: pediam “[...] los continuos socorros que se hacen a los ejércitos de Vuestra Alteza y armadas que a ella vienen [...] Suplicamos a Vuestra Alteza mande se provea de todo remédio com brevedad y al virrey del Perú lo advertiremos [...]”⁷⁴⁸. As súplicas por forças capazes de alterar a balança da guerra não se restringiram ao *cabildo* da capital. Dois anos depois, o *cabildo* de La Imperial fazia um apelo fervoroso para que o rei “[...] fuese servido enviar a este reino algún golpe de gente pagada por quatro o cinco años para ella, que [...] acabará com esta continua y prolija guerra[...]”⁷⁴⁹, prevendo as consequências nefastas, caso o monarca falhasse em enviar o socorro necessário ou achasse desnecessário fazê-lo: “Hacemos los que debemos y más de lo que podemos em servicio de Vuestra Majestad, más nuestro posible es tan poco que si no fuera por entender el gran deservicio [...] procuráramos antes despoblarnos que nos padecer tantos trabajos [...]”⁷⁵⁰, o que se cumpriu na íntegra alguns anos depois, em 1600. A carta deixava latente a lembrança de que os serviços dos *vecinos* para o rei eram pautados na reciprocidade; em perigo, os súditos esperavam que o rei cumprisse as obrigações monárquicas de provê-lhes da segurança necessária durante os momentos de ameaça. Dessa forma, deslocavam-se cada vez mais da figura dos conquistadores, que com forças autônomas fundava cidades e fortes e tomava posse de novos territórios em nome do rei, para a figura de vassallos assentados, súditos que honravam um pacto tradicional com o seu monarca e que, por seus serviços e por sua obediência, esperavam receber daquele a atenção necessária nas adversidades. Esse quadro plural levava à difícil questão de como equilibrar as funções militares dos homens da nova área de conquista e povoamento com seus empreendimentos pessoais e com a administração de seus prêmios (*encomiendas*, *mitas*, *solares*, cargos, etc.), o que fazia da guerra uma atividade nem sempre desejada ou lucrativa para os integrantes da hoste indiana que alcançavam bons prêmios e posições. Tal equilíbrio, difícil e por vezes inviável, requisitou uma constante intervenção do vice-reinado do Peru, quando não da própria coroa.

⁷⁴⁸ Carta del cabildo de Santiago al Consejo de Indias sobre el recibimiento que se hizo al licenciando Vizcarra y necesidad de socorro para acabar la guerra, 13 de marzo de 1591, p. 146-147. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. IV, 1960, p. 147.

⁷⁴⁹ Carta del cabildo de la ciudad La Imperial a Su Majestad pidiendo socorro de soldados para terminar la guerra, 22 de noviembre de 1593, p. 375-376. In: Ibid., p. 376.

⁷⁵⁰ Ibid.

Essa tensão era ainda maior na relação dos *cabildos* com as ingerências dos governadores e capitães, tendo em vista que essas autoridades militares, quando confrontados com momentos de especial dificuldade, não hesitavam em recorrer ao confisco de mantimentos e ao alistamento de *vecinos* para o esforço de guerra, como demonstrava o pedido a seguir, feito pelo *cabildo* de Villarrica a dom García Óñez de Loyola, que havia ordenado que se armassem quatorze *vecinos* da dita cidade para levá-los para a guerra, ao que o *cabildo* peticionava que “[...] vuestra señoría mande revocar el dicho apercibimiento, mandando no salga vecino ni soldado ninguno, atento a que la gente que hay en esta ciudad y sus términos por estar los enemigos tan cercanos y haber en sus términos cinco fuertes [...]”⁷⁵¹. Argumentava-se, para isso, que a cidade já participava suficientemente do esforço de guerra, provendo os fortes circunvizinhos e socorrendo as localidades próximas. No verão, faziam-se malocas e defendia-se a esta *ciudad de frontera* das tentativas de *maloquear* dos inimigos. Invertendo o pedido, o ajuntamento requisitava que o governador deixasse alguns arcabuzeiros na cidade, além de repará-la materialmente, como era necessário. Um documento semelhante foi formulado pelo *cabildo* de La Imperial, no mesmo ano. Requisitava-se que o governador poupasse a cidade dos alistamentos, tendo em vista que os demais governadores já haviam retirado forças de entre os habitantes da cidade, o que tornava difícil defender a localidade e os fortes adjacentes dos seguidos ataques dos índios de guerra. Operando de forma semelhante aos peticionários de Villarrica, o *cabildo* de La Imperial não se esquivava de reivindicar reforços, assistência material e proteção, ressaltando as dificuldades enfrentadas e a importância econômica da cidade⁷⁵².

Essa documentação nos revela dois aspectos interessantes da relação dessas cidades com a guerra. O primeiro diz respeito especificamente à situação da capital Santiago, uma urbe livre das batalhas, dos cercos e das ameaças cotidianas, mas que peticionava reforços para retirar dos seus ombros o peso econômico de sustentar o conflito e o peso humano de enviar forças oriundas de seus quadros para lutar nas fustigantes guerras do Sul. O segundo trata dos interesses dos *cabildos* das cidades *de arriba*, que peticionavam ao rei, ao vice-rei e ao governador por segurança, requerendo por seus serviços o envio de forças militares que sustentassem suas cidades. Para estes *vecinos*, a expansão não era a ordem do dia. Antes, interessava-lhes a estabilidade e a segurança de suas atividades produtivas, ficando o expansionismo e a conquista como atividades secundárias, ou relegadas à ação dos governadores, embora esses, por sua vez,

⁷⁵¹ *Pedimento del cabildo de la ciudad de Villarrica para que sus vecinos no sean compelidos a ir a la guerra*, 27 de octubre de 1593, p. 335-336. In: *Ibid.*, p. 335-336.

⁷⁵² *Pedimento del cabildo de la ciudad La Imperial para que sus vecinos no sean compelidos a ir a la guerra*, 18 de noviembre de 1593. In: *Ibid.*, p. 371-374.

devessem poupar às populações citadinas de recrutamentos frequentes, conscrições e confiscos. Em suas perspectivas, o governo deveria prover-lhes segurança militar, enquanto as milícias locais seriam empregadas na asseguuração da sua *comarca*, os campos e povoados interligados à respectiva área citadina, podendo, no verão, contribuir singelamente nas *campeadas* tradicionais. Obstinavam-se em ir à guerra apenas na defesa e obtenção de seus próprios interesses, que giravam em torno sobretudo da garantia de suas atividades produtivas e no vislumbre de lucros fáceis. Se a guerra deveria chegar a um termo, se a conquista e pacificação seriam completadas, se os índios de guerra seriam reduzidos, eram questões que pouco lhes assistiam (a não ser que esses fenômenos as afetassem diretamente), restando como assuntos de uma alçada superior que, como percebe-se pelas petições dos *cabildos*, recorrentemente falhava em alcançá-las. Em nível local, interessava principalmente a manutenção das conquistas obtidas e a proteção dos seus bens, famílias e aglutinados sócio-políticos. Esta dissonância entre os interesses locais e os interesses imperiais sobre a guerra, as fronteiras e os esforços para sustentá-las não eram raras⁷⁵³.

Constatada a não existência de um regime estatutário ou de uma regra formal de subdivisões das responsabilidades bélicas nos assuntos referentes à guerra no Novo Mundo⁷⁵⁴, a renúncia parcial dos *cabildos* chilenos pelas responsabilidades inerentes à guerra ofensiva e suas campanhas, apelando para a condição de súditos em perigo e requisitantes da intervenção e proteção do monarca, certamente obedecia a uma ponderação estratégica, a um cálculo de forças e a uma demanda prática preconizada por esses grupos de *vecinos*, intrincados em uma guerra periódica contra as forças nativas refratárias à sua presença na região ocupada. Quando os conflitos se intensificaram na virada do século, as cidades do Reino se viram na necessidade de enfatizar constante e repetidamente suas limitações operacionais perante às autoridades superiores. Um documento extenso de relação e petição, escrito pelo procurador de Santiago, o

⁷⁵³ A forma geral das responsabilidades e jurisprudências dos *cabildos* está bem sintetizada em JR, William Whately Pierson. **Some Reflections on the Cabildo as an Institution.** *The Hispanic American Historical Review*. Durham: Duke University Press, v. 5, n. 4, november 1922, p. 573-596. Trata-se de uma análise clássica dos fatores de força e de fraqueza dos *cabildos* espanhóis. Destaca-se a visão do autor (que, inclusive, tomava Santiago como uma das suas principais referências) de que os *cabildos* e a municipalidade, no geral, ocupavam um papel fundamental nos processos decisórios locais, interpondo-se, não raramente, às ações reais de ingerência nos assuntos comunitários. No Chile, a guerra, paradoxalmente, parece ter sido o fator central de desalinhamento entre forças locais e poderes reais. Paradoxal porque, visto que ao mesmo tempo que os locais requisitavam a ajuda e a presença de forças estrangeiras, desgostavam de sua ingerência nos assuntos internos. Sobre o atual estado da questão dos *cabildos* hispânicos coloniais na discussão historiográfica, ver CAÑO ORTIGOSA, José Luis. Los cabildos indios. Estado de la cuestión, fuentes y archivos para un necesario avance historiográfico. **Revista Electrónica de Fuentes y Archivos (REFA)**, Córdoba, año 10, n. 10, p. 15-37, 2019.

⁷⁵⁴ CEBALLOS, Rodrigo. **À margem do império:** autoridades, negociações e conflitos – modos de governar na América Espanhola (séculos XVI e XVII). *Sæculum – Revista de História*. João Pessoa: Periódicos UFPB, nº 21, 2009, p. 161-171.

capitão Fernando Alvarez de Bahamondes, em 1600, mostrava a profunda insatisfação cidadina na capital do Reino, que se colocava como o último ponto de resistência das cidades do Chile, juntamente com La Serena, a noroeste de sua posição. Primeiro, havia o reconhecimento formal do fracasso do esforço de guerra local, já que se afirmava a incapacidade dos *vecinos* do centro-norte chileno de contra-atacar e virar a sorte da guerra⁷⁵⁵. Sublinhada o papel dos governadores e vice-reis, o procurador, representando a capital, impôs uma sentença de culpa às autoridades superiores que, em sua lógica local, falharam em prover o Reino do Chile com forças adequadas aos seus desafios bélicos: “Y por haberse tomado siempre la guerra de este reino tan flacos medios y poca fuerza para pagar y que se pudiesen sustentar siempre, ha ido perdiéndose el reino poco a poco [...]”⁷⁵⁶. Além do mais, a cidade desejava retirar de suas costas o ônus da formação de novos corpos militares, da sua liderança nas fronteiras de guerra e do seu financiamento constante. Sabedores de sua condição fiscal extenuante e do sério perigo que, naquele momento, parecia iminente até mesmo sobre eles, os *vecinos* de Santiago estabeleciam uma série de sugestões, conselhos e pedidos voltados ao envio de ajuda militar e financeira, ao seu emprego em ação e ao futuro do trato e ocupação da *Tierra de Guerra*.

Os pontos mais significativos para Santiago eram os que a desvinculava (e deixava-se entender que o mesmo deveria ser estendido às demais cidades chilenas) das obrigações de armar e enviar tropas por subsídio local, declarando-se, no sexto ponto elencado, que “[...] si el rey nuestro señor o su virrey o Real Audiencia del Perú no proveen de pagos para la gente de guerra que en el sirviere no sólo [no] se podrá conquistar sino que tampoco se podrá sustentar [...]”, o que equivalia a dizer que caso Santiago e as outras urbes caíssem sem reforços, a responsabilidade estaria não na má capacidade de defesa local, mas na demorada e relapsa ajuda que deveria provir das autoridades superiores da Espanha e do vice-reino⁷⁵⁷. A indicação era clara: a guerra deveria ser efetuada por um exército enviado de fora da governação, financiado pela *Hacienda Real* e sob poder dos governadores locais. Já esses dignatários, além de proverem socorro militar às cidades que ainda estavam de pé, deveriam utilizar o exército como força ofensiva, nas épocas propícias. Como afirmavam os desgostosos santiaguenses, outros grandes exércitos já tinham sido erguidos no Chile, e vitórias parciais já foram obtidas, mas o recrutamento entre *vecinos* e a incapacidade de subsidiar essas grandes formações militares

⁷⁵⁵ Em virtude disso, requisitava-se que viessem homens do Peru, “[...] haber ya em él fuerza ni posible con qué vestir ni socorrer la gente de guerra [...] por no haber quedado ya em este reino más que las dos ciudades dichas, y éstas con tan poca fuerza [...]”: *Información hecha en Santiago sobre el miserable estado en que se hallaban las provincias del sur con la despoblación de más de doce ciudades y pueblos, 1600*, p. 237-248. In: CDIHC, Segunda Serie, t. V, 1960, p. 238.

⁷⁵⁶ Ibid., p. 238.

⁷⁵⁷ Ibid., p. 240.

minaram os sucessos alcançados, tanto quanto a mania repetitiva dos governadores de distender a guerra e esticar a zona fronteiriça para regiões indefensáveis, fazendo do conflito algo infindo, insustentável e custoso⁷⁵⁸. Na ponderação dos líderes municipais de Santiago, não restava alternativa à coroa que não assumir definitivamente os estribos da guerra, tomando para si uma responsabilidade até então parcialmente ignorada. Aconselhava-se, ademais, a formação de uma frota costeira que protegesse o litoral da invasão corsária, obviamente, às expensas reais; e a escravização dos índios de guerra, o que obedeceria a uma lógica militar e econômica local, visto que “[...] sus vecinos y moradores no tienen posible para comprar negros, porque los delitos, traiciones y herejías que han cometido son dignos de mayores castigos [...]”⁷⁵⁹. Isto resolveria a incapacidade de obter mão-de-obra para as práticas produtivas e, por conseguinte, auxiliaria os soldados a manterem um ritmo acelerado nas operações bélicas, excitando a coibição da tropa com a possibilidade de lucro oriundo da captura e venda de indígenas capturados. Retomava-se o argumento da escravização por guerra justa e da combinação da legítima punição por rebeldia com a conveniência econômica, que desemborcaria na futura aceitação real da possibilidade de escravizar as *piezas* colhidas nas guerras araucana.

Uma queixa comum de Santiago era que uma parte desmedida dos custos da guerra recaíam sobre seus ombros, especialmente depois do colapso das demais cidades, após 1598. Por manter-se relativamente segura, por ter a maior concentração demográfica de espanhóis e por ser a cidade mais rica do Reino do Chile, a capital era regularmente utilizada como fonte de recursos e de homens pelos exasperados governadores. Visto isso, os *vecinos* de Santiago incumbiram ao procurador geral, Domingo de Erazo, de fazer uma petição a Francisco de Quiñones, então governador (1600), para desincumbir-lhes de obrigações militares dirigidas a terras que estivessem para além dos términos de sua comarca, tendo em vista que “[...] este verano quedó indefensa y en notório peligro de perderse por no haber en la dicha ciudad treinta hombres de provecho que puedan subir a caballo para la defensa de ella, ni veinte arcabuces [...]”⁷⁶⁰. O cuidado com a segurança cidadina devia-se ao fato da importância fundamental de Santiago, que os seus moradores não cansavam de destacar, denominando-a de “[...] la principal del reino y su fundamento y cabeza, conviene que V. S. la mande reparar y defender, porque

⁷⁵⁸ “Y aunque los gobernadores para conquistar lo que estaba de guerra han sacado de las ciudades pobladas todas las fuerzas posible así las personas, vecinos y moradores de ella como su hacienda, no sólo no ha sido de ningún efecto para ganar lo perdido, más antes ha sido destrucción para perder lo ganado [...] y por no haber tomado esta guerra de una vez fuerza y posible para pagar la gente de ella se ha hecho tan infinita, prolija y larga con tanta costa y gasto [...] y daño de los vasallos [...]”: Ibid., p. 241.

⁷⁵⁹ Ibid., p. 242.

⁷⁶⁰ *Petición de los vecinos de Santiago llevados a la guerra para que no se les exija el cumplimiento de sus obligaciones militares fuera de los términos de la ciudad y provisión de don Francisco de Quiñones, 1600*, p. 248-252. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. V, 1961, p. 249.

de sola su conservación puede el poder sustentar la posesión de esta tierra [...]”⁷⁶¹. Argumento duvidoso, esse, já que o próprio governador discordava da opinião dos *vecinos* de Santiago, garantindo-lhes, em resposta ao pleito, que o dito reino enfrentava a maior crise militar da sua história. Segundo Quiñones, havia nada menos que cento e cinquenta léguas de fronteiras de guerra para proteger, com apenas 150 homens, não havendo risco ou motivo para maiores receios nas cidades de Santiago e La Serena, em um momento no qual os *vecinos* de Concepción e Chillán passavam noites e dias aquartelados em fortes e mosteiros⁷⁶². É certo que as preocupações não eram totalmente vãs, visto que, apenas alguns meses depois, como já falamos, alguns espanhóis e índios amigos foram mortos nas imediações do rio Maule. Os cidadãos contavam três mil *indios beliches*, imigrados de outras regiões, em Santiago e em suas redondezas, e temiam qualquer sinal de insubordinação que sugerisse um levante geral no Chile Central⁷⁶³. O documento ainda contava que, logo depois da morte de Óñez de Loyola, os índios de Quil-lota, poucas léguas ao norte de Santiago, tinham realizado ajuntamentos e *borracheras*⁷⁶⁴, rituais de conotações políticas e religiosas geralmente associados ao consumo dissipado de bebidas alcoólicas e à conflagração de guerras e levantes, o que, segundo interpretavam, seria apenas uma prefiguração dos eventos do porvir: uma revolta indígena geral que atingiria os vales centrais. Outro parecer da mesma época, feito pelo capitão-procurador Bahamondes, falava sobre uma rígida repressão do corregedor Jerónimo de Molina contra os indígenas de La Serena e da capital. Segundo o informe, essas populações também teriam sido convocadas a juntarem-se aos seus pares sulistas no levante que ocorria. A resposta espanhola teria sido fulminante: “[...] prendió y castigo muchos de ellos y con la mucha diligencia y rigor que en ello puso esta ciudad y en [...] La Serena cesó por entonces el efecto”⁷⁶⁵. Fosse medo genuíno ou apenas uma narrativa exagerada para reter recursos e homens, é certo que Santiago experimentou pouco do trauma avassalador que acometeu aos demais assentamentos do Reino. A única

⁷⁶¹ Ibid., p. 250. Diga-se, ainda, que o documento relatava a importância de outras praças, destacando-se a de La Imperial e a de Concepción, esta última, entendida como cabeça da guerra e como um porto fundamental para a defesa litorânea.

⁷⁶² “[...] porque no se le atribuya ninguna culpa del peligro que recelan en la dicha ciudad y socorrer con la gente que pudiese a las dichas ciudades de Santiago y la Serena, hasta que haya nuevo socorro del Perú para acudir a su remedio con mayor fuerza [...]”: Ibid., p. 252.

⁷⁶³ Nesse caso, embora o documento não esclareça, talvez se tratasse do número de indígenas oriundas do sul do Reino.

⁷⁶⁴ Ibid., p. 250. As informações foram reunidas pelo licenciando Francisco Pastén. Não obstante, o documento é rápido ao falar e titubeante em explicar a fundo as provas de uma sublevação generalizada. Sobre as *borracheras*, ver CONTRERAS CRUCES, Hugo. *Borracheras, huidas y rebeldía entre los indios de Chile colonial. Decretos, autos y bandos de los siglos XVI y XVII. Corpus, Archivos Virtuales de la Alteridad Americana*, v. 4, n 1, p. 2-23, 2014, que identificou no termo uma generalização genérica frequentemente utilizada pelos espanhóis para cobrir diferentes reuniões rituais indígenas.

⁷⁶⁵ Ibid., p. 239. *Información hecha en Santiago sobre el miserable estado en que se hallaban las provincias del sur [...], Santiago, 10 de setiembre de 1600*, p. 237-248.

ameaça efetiva documentada foi, até que se prove o contrário, a pequena *maloca* próxima ao Maule referida mais acima, facilmente debelada por algumas dezenas de espanhóis e índios amigos.

Cerca de um ano depois, uma carta do *cabildo* de Santiago ao rei evidenciava outra questão igualmente sensível: Santiago era, argumentavam, o cofre, o erário e a principal fonte de riqueza régia no Chile, donde se pagavam os salários das autoridades reais, e onde “[...] se ha sacado y saca toda la sustancia que hay en este reino para la guerra de caballos, armas, ganados, comidas de trigo, harina y maíz, y cuerda de arcabuz y ropa, y en suma, toda la sustancia está en este Obispado [...]”⁷⁶⁶, já que os distritos da diocese de La Imperial estavam tomados pela guerra e já não possuíam qualquer capacidade de contribuir prodigamente com a economia e com os esforços de guerra dos espanhóis. Os pedidos repetidos de dispensa militar, reforços e proventos comprovavam a não cessação do costume dos governadores-gerais de recrutarem *vecinos* para as lutas austrais. Os moradores de Santiago resistiam como podiam e desde fins do século XVI já mostravam uma clara tendência a declinar a ida à guerra. É curioso que no ano em que a rebelião foi deflagrada, meses antes da morte de Óñez de Loyola, o sargento-maior Pedro Cortés tenha escrito em desfavor dos *vecinos* da capital, acusando-os de que “[...] se escusaban de no acudir con la continuidad y presteza que solían haber [...] se han [...] dejado de venir a la dicha guerra en tiempo de su señoría sino alguno que por tener algún negocio ha acudido [...]”⁷⁶⁷. Essa tendência perdurou mesmo com o avanço da guerra. Como vimos, parte importante dos planos de pacificação e povoamento de García Ramón baseavam-se na conscrição de *vecinos*. Essa tendência é confirmada em carta datada de janeiro de 1600, onde García Ramón relatava uma negociação assertiva com as autoridades de Santiago para reunir homens para as campanhas de socorro ao Sul, e com as ordens religiosas, para proverem recursos e mantimentos para armar a força espanhola. O *cabildo*, que sabia tratar-se de situação excepcional, concordou em fornecer uma quantidade considerável de reforços, em concordância com a vontade do governador e de Alonso de Riveros Figueroa, *lugarteniente*, *corregidor* e *justicia mayor* da cidade. O ajuntamento, entretanto, não esqueceu de destacar que a situação deveria ser vista como peculiar e que se esperava a vinda de reforços vindos do Peru para aliviar as obrigações marciais das forças que partiam. Os locais queixavam-se de que “[...] para socorrer quatrocientos hombres que su Señoría sacó de esta ciudad [...] se quitaron a los vecinos y

⁷⁶⁶ *Carta de Santiago de Chile a S. M. sobre los trabajos que se padecen, 19 de abril de 1601*, p. 115-116. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982, p. 116.

⁷⁶⁷ *Informaciones de la guerra de Chile, sargento-mayor Pedro Cortés, Santiago de Chile, 8 de febrero de 1598*, f. 285. BNCh, Manuscritos, t. MS.BA. 4D, f. 288.

moradores todas las armas, caballos y sillas y mucha parte de sus haciendas dejándola descarnada de todo no necesario para la defensa de cualquier enemigo [...]”⁷⁶⁸. Porém, Alonso de Ribera, que personificava os pedidos de ajuda interpostos à corte, também conscreveu cidadãos de Santiago e das cidades do Sul para a guerra contra os araucanos, fazendo com que os impasses entre as vontades locais e as prescrições governamentais no referente à guerra persistissem⁷⁶⁹. Há décadas as comarcas que ficavam acima do Maule eram territórios de paz, uma terra predominantemente pacífica onde o domínio espanhol havia sido bem assentado durante os belicosos anos iniciais de ocupação. Como terra de paz, as atividades econômicas e os interesses locais dos *vecinos* e *encomenderos* giravam muito mais em torno da proteção local e da manutenção de seus bens, *encomiendas* e lucros do que na realização de uma guerra *a fuego y sangre* contra os indígenas rebelados. Portanto, não havia interesse local em arrolar-se pessoalmente em uma guerra fastiosa e sem data para fim, deixando à deriva as atividades ordinárias locais. Se fosse necessária uma guerra peremptória contra os índios de guerra do Sul, não seriam dos seus quadros que viriam os braços para fazê-la ou dos seus erários o dinheiro para financiá-la.

Esses problemas foram amainados com a instituição de um exército perene na fronteira de guerra, diminuindo as petições contra as ingerências governamentais. Persistiram, ainda, as requisições por reforços, por recursos e por meios de finalizar a guerra, destacando-se o apoio do *cabildo* santiaguense às propostas de escravização indígena, encabeçada por tratados como os de Melchor Calderón e pelos discursos e textos do franciscano Pedro de Sosa⁷⁷⁰. A produção de uma retórica contínua sobre as dificuldades e problemas da guerra e a requisição de novos provimentos expressa em falas, sermões, cartas, relatórios e crônicas tornou-se um verdadeiro

⁷⁶⁸ *Copia de carta que el gobernador Alonso García Ramón escribió desde la ciudad de Concepción a la ciudad de Santiago [...] la cual fue enviada por el general Alonso de Riveros Figueroa Corregidor de la dicha ciudad al Virrey del Perú, 19 de enero de 1600*, p. 139-143. In: CDHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982, p.142. A documentação, remetida ao Peru, conta ainda com a resposta colegiada dos *vecinos* e autoridades de Santiago, expedida em 29 de janeiro de 1601. Toda a documentação foi enviada ao Peru, em ação que denota o interesse dos locais em informar ao vice-rei sobre o complexo estado da questão da guerra e de seus andamentos.

⁷⁶⁹ “Saqué conmigo los vecinos de Santiago, Concepción, Chillán y los capitanes reformados y algunos enfermos, que todos serían ochenta hombres y más los indios amigos [...]”: *Carta de Alonso de Ribera a su majestad, mayo de 1606*, p. 508-514. In: *Ibid.* P. 509.

⁷⁷⁰ O posicionamento citadino contra a guerra defensiva pode ser visto no documento: *Ciudad de Santiago: estado y remedio de Chile, 12 de abril de 1613*. In: MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO,229,R.25. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126202?nm>>. Acessado em 30 de novembro de 2021, no qual a cidade mostrava que concedera poderes representativos ao padre Pedro de Sosa para dar voz às perspectivas dos *vecinos* perante os poderes peninsulares, em contraponto à proposta jesuíta do padre Pedro de Valdivia. O mesmo parece ter ocorrido com a cidade de La Serena, que encaminhou uma *Instrucción* assinada pelo *cabildo* para o dito padre. Sobre isso, ver *Instrucción de la Serena: asuntos de Chile, 1 de abril de 1613*. In: MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO,229,R.23, f. 1-4. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126200?nm>>. Acessado em 30 de novembro de 2021.

lugar-comum no Chile, especialmente entre os *vecinos* de Santiago e Concepción⁷⁷¹, que viam nessa narrativa a oportunidade de perpetuar e aumentar a entrada de recursos para o financiamento da guerra, parte dos quais era especialmente captado pelo mercado e pela economia local dessas municipalidades, embora a maior parte do *Real Situado* saído das *cajas reales* da prata de Potosí e alhures acabasse retido nos lucros nada modestos dos mercadores e comerciantes de Lima⁷⁷².

Outros ajuntamentos chilenos também pleiteavam perante o rei e o Conselho das Índias, defendendo e interpondo seus interesses frente aos demais ajuntamentos e comunidades. Essas requisições tornaram-se populares no começo do século XVII, tempo no qual uma quantidade maior de recursos começou a fluir da Fazenda Real do vice-reino, devido em grande medida às necessidades locais, que exigiram uma participação maior da coroa nos conflitos intestinos. Foi também uma época de problemas ininterruptos para os ajuntamentos citadinos, desfeitos, divididos e desenraizados de seus núcleos urbanos. O caso de La Imperial e de Osorno são bem elucidativos. A última cidade, como vimos, foi despovoada sob ordem e conselho de Ribera apenas em 1604, com anuência do seu *cabildo*. La Imperial foi deixada em 1601, no governo de Quiñones, que contou com apoio de *cabildo abierto* formado por capitães, corregedor, alcaides, *regidores*, o *alguacil mayor*, religiosos, *vecinos*, soldados y outras pessoas residentes no diminuto forte sitiado, no qual os miseráveis e empobrecidos habitantes e defensores passavam a noite e onde se protegiam dos ataques indígenas. O documento peticionava que fosse ratificado o traslado da população e a reconstrução das urbes em local propício, visto que, não havendo tal ação, corria-se o risco de toda a comunidade ser aniquilada, como já ocorrera em Valdivia⁷⁷³.

⁷⁷¹ Sobre essa tendência narrativa, ver o documento do procurador de Santiago dom Pedro Lisperguer sobre “[...] la gran ruina que se espera si con tiempo no se socorre y remedia [...]” a guerra, escrita em 1613, já na vigência da paz defensiva e em um momento bem mais estável de segurança cidadina, embora permeado de microconflitos fronteiriços: *Ciudad de Santiago: estado peligroso de Chile, 1613*. In: MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 229, R. 28, f. 1. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126205?nm>>. Acessado em 30 de novembro de 2021.

⁷⁷² RODRÍGUEZ RIDAO, Antonio Luis; SOLER LIZARAZO, Luisa Consuelo. Mecanismos de regulación del Real Situado: una aproximación a la eficiencia de los recursos fiscales destinados al ejército de Chile en el siglo XVII. *Tempus Revista en Historia General*, Medellín, n. 6, p. 22-56, segundo semestre, 2017. Desprende-se dessa análise que o caminho “natural” do *Real Situado* seguia o seguinte esquema: *cajas reales* → valores despendidos na obtenção de mercadorias em Lima e em outros lugares do Peru → valores remetidos a Concepción em forma de mercadorias e em prata → dispersão do Situado no pagamento de soldos, de dívidas do Exército Real e em demais débitos referentes à atividade militar no Chile. Como centros capitalizadores, percebe-se que Lima e Concepción eram as maiores beneficiadas com o subsídio, restando a Santiago um papel secundário na dispersão do recurso, já que o mesmo entrava no Reino de Chile a partir da “capital da guerra”.

⁷⁷³ *Auto y respuesta de la ciudad Imperial de Chile acerca de la despoblación de aquel reino. Copia dada en Lima en 20 de noviembre de 1601*, p. 111-114. In: CDIHC, Segunda Serie, t. VII, 1982.

Enquanto as cidades do Sul requeriam traslado, proteção e assistência, Santiago e La Serena aproveitavam a situação e a vinda de recursos para promover seus próprios interesses. La Serena, seguindo de perto às petições da capital, requisitava que a coroa provesse de melhores defesas à sua cidade litorânea, que se evitasse o recrutamento entre os seus *vecinos*, que tinham que se deslocar 150 léguas até a fronteira de guerra (ao custo de suas *haciendas*), que se encaminhassem para sua cidade alguns *indios rebelados* colhidos na guerra (visto que não restavam mais de 400 nos arredores da cidade, pois haviam sido vitimados pelas pestes), que os donos de estancias e chácaras tivessem direito perpétuo sobre os indígenas encomendados e *yanaconas*, e que as taxas alfandegárias de *almojarifazgos* (taxação sobre mercadorias importadas de outras partes do império) fossem abolidas para a dita localidade⁷⁷⁴. Apenas quatro anos depois, o *cabildo* da mesma cidade reclamava ao rei que “[...] en esta ciudad no hay más de cuatrocientos indios de tasa naturales dela por haberse muerto de las pestes [...]”⁷⁷⁵, o que refletia o potencial de extermínio das epidemias microbianas e da dominação espanhola entre os povos originários da região, além da necessidade de trasladar indígenas das terras meridionais para os trabalhos nessas paragens⁷⁷⁶. A guerra tornou o Chile um campo fecundo de requisições, isenções e privilégios. Os *ayuntamientos* exploravam esta situação de acordo com as necessidades locais, adaptadas às oportunidades materiais e às urgências militares (defesas, recrutamentos, ofensivas, povoamentos, reforços etc.). Concepción, por exemplo, era o coração ativo da guerra, a capital militar do reino, na qual os governadores passavam parte considerável de seus mandatos, socorrendo outras localidades, preparando *campeadas* e deliberando sobre novos povoamentos e posicionamentos estratégicos. Sua relevância exigia uma presença constante de forças e uma disposição defensiva que quase falhara durante a grande rebelião. Seus moradores experienciavam situações bem mais perigosas e constantes de guerra do que os de Santiago, estando, por isso, ansiosos em receber a maior quantidade possível de soldados e preocupados com guarnecer suas fortificações e campos.

No auge do Grande Levante, Concepción serviu de base principal para as campanhas de defesa e para as *entradas* punitivas. Seus *vecinos*, não obstante, estavam ávidos por proteção, temendo que o mesmo destino das outras cidades atingisse seu *pueblo*. Por isso, seu

⁷⁷⁴ *Institución del Cabildo, Justicia y Regimiento de la ciudad de la Serena, 9 de febrero de 1602*. In: Ibid., p. 208-2010. Interessante notar que se requeria com antecedência que o governador Ribera não convocasse os *vecinos* da cidade, mesmo reconhecendo que tal ato ainda não fora realizado. Exigia-se, ainda, o fim dos *apercebimientos y derramas* que, segundo o *cabildo*, por tanto tempo grassaram à cidade.

⁷⁷⁵ *Institución del Cabildo, Justicia y Regimiento de la ciudad de la Serena, 9 de febrero de 1606*, p. 208-210. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982, p. 209

⁷⁷⁶ VALENZUELA MARQUEZ, Jaime. Los indios cautivos en la frontera de guerra chilena: entre la abolición de la esclavitud y la recomposición de la servidumbre esclavista. In: ALVEAL, Carmen; DIAS, Thiago (ed.). **Espaços Coloniais: domínios, poderes e representações**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 229-262.

cabildo pedia ao governador Francisco de Quiñones que renunciasse aos seus desígnios de socorrer Angol e La Imperial, que acabariam despovoadas, visto que ele partira “[...] con tan poco campo y no dejando suficiente para la guarda de estas ciudades [...] estando los enemigos tan poderosos y arrogantes com las victorias que han tenido en las ciudades que han acometido [...]”⁷⁷⁷. Segundo a ponderação do *cabildo* e do *lugarteniente* Pedro de Vizcarra, a campanha de Quiñones, que mal contava duzentos homens (com outros duzentos e cinquenta deixados em Concepción e em San Bartolomé), deveria ser adiada até a chegada de novos reforços que, segundo a expectativa geral, estavam a caminho vindos do Peru, tratando-se em realidade dos reforços de Francisco del Campo e de Alonso García Ramón, empossado governador, que deveriam socorrer a Valdivia, prioritariamente, e às demais fronteiras, por extensão. É provável que as autoridades citadinas calculassem que a morte de outro governador condenaria o restante do Reino à ruína, e que a primeira cidade atingida seria a própria Concepción e suas redondezas. Por isso, exigiam parcimônia e comedimento no desenvolvimento das ações bélicas. Notemos que uma força de duzentos homens, embora não fosse pequena para os padrões das forças espanholas no Chile, não era, naquele momento, um montante dissuasor para os vitoriosos indígenas, o que, de fato, colocava Quiñones em uma posição perigosa e temerária. O fato do *ayuntamiento* interpor uma racionalidade própria para o desenvolvimento da guerra, em detrimento das demais cidades sitiadas, demonstrava a importância das forças e pressões locais para o desenvolvimento do conflito, pensado, nesse caso, a partir de uma via dupla que equacionava a possibilidade de obter vantagens com a capacidade de resistir a eventuais ataques e invasões. Não seria improvável ver no esmorecimento da vontade de *poblar* e de expandir, por parte das cidades chilenas e da maior parte dos *vecinos* que formavam seus *ayuntamientos* (onde as decisões citadinas eram tomadas, diretrizes traçadas e políticas econômicas e territoriais locais, elaboradas), como um dos principais responsáveis pelo engessamento bélico e pela incapacidade de repovoar às cidades perdidas durante o século XVII. Este quadro permitia, quando muito, o estabelecimento e manutenção de uma fronteira defensiva, de interesse geral, e a realização de algumas aventuras em forma de *entradas* periódicas e povoamentos esporádicos (ações ocasionais e perigosas, sobretudo quando distantes de bases de suporte), dificultando o prosseguimento de políticas territoriais mais abrangentes sem o devido impulso e apoio dos poderes extrínsecos ao Reino. Nesse sentido, cada comunidade lutava “sua guerra”, *a priori*, e participava de forma comedida do conflito geral, *a posteriori*, o que era frequentemente um

⁷⁷⁷ *Requerimiento del cabildo de Concepción para que el gobernador Francisco de Quiñones no fuese al socorro de la Imperial, 20 de enero de 1600*, p. 256-259. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. V, 1961, p. 257.

problema para alguns capitães e governadores, mais interessados nos resultados gerais do conflito do que nas adversidades locais e nos arranjos dos grupos de poder político e econômico das urbes fronteiriças.

Esses arranjos, baseados nas necessidades de diferentes grupos e localidades, quando não associadas aos seus interesses diretos, eram contrapostos às preocupações bélicas amplificadas que provinham do interesse da coroa em assegurar a costa chilena dos ataques estrangeiros, impedindo sua aliança com os inimigos indígenas. Os vice-reis, por sua vez, ver-se-iam felizes em cessar o envio de tão onerosas remessas de recursos para o Sul, mas não podiam renegar a segurança da costa oceânica e a proteção dos espaços litigados pela guerra. Os governadores, por seu lado, precisavam cumprir com seu papel governativo e protetivo perante o soberano e o vice-rei, pré-condição básica para alcançar favores e graças futuras, além de manejar a guerra em proveito de interesses particulares seus e de seus associados. Eram, em paralelo, por vezes carentes de boas relações locais, travando difíceis entendimentos com os grupos de poder que conformavam os *cabildos*. Mais que um choque corriqueiro entre interesses régios e locais, havia uma sobreposição, por vezes convergente, por vezes divergente, de perspectivas que, não raro, conviviam na realidade fronteiriça⁷⁷⁸. Neste quadro de interesses multifacetados, as perspectivas e prescrições régias e vice-reais eram contingenciadas pelas notícias que recebiam e capitavam dos seus súditos e subordinados: *cabildos*, *vecinos*, soldados, capitães, religiosos e toda gama de peticionários, cronistas e informantes que remetiam, por livre vontade, alguma informação à Península ou ao Peru. A coroa também contava com as vozes dos seus agentes diretamente instituídos, as audiências, vice-reis, corregedores, clérigos etc. Essas eram as fontes que informavam e possibilitavam aos mais altos poderes governativos do reino espanhol prescreverem medidas e “remédios” para lidar com o problema da guerra no Chile.

Dentre essas instituições, a Audiência Real de Santiago destacou-se pelo desempenho de papéis tão correlatos à guerra. A *Audiencia* foi criada em 17 de fevereiro 1609, por ordem régia de Felipe III, que buscava “[...] el mejor asiento de las cosas, pacificación y población de

⁷⁷⁸ Sobre essa aliança entre poderes locais e poderes régios, ver *Carta del Cabildo de la Ciudad de Concepción (en favor de Alonso Rivero), 13 de agosto de 1610*. In: MCD, PARES, AGI, vol. CHILE,18,R.12,N.103, f. 1-2. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/327944?nm>>. Acessado em 02 de dezembro de 2021. Trata-se de uma carta do *cabildo* de Concepción, na qual o *ayuntamiento* defendia a volta de Alonso de Ribera ao governo do Chile, em virtude da morte de García Ramón. Argumentava-se como vantagens para este a ampla experiência e a anterior competência do mesmo no exercício de suas funções. Veja-se que, enquanto mergulhado em problemas com grupos civis e religiosos em Santiago, Ribera passou grande parte de seu primeiro governo administrando a guerra e o restante da governação a partir de Concepción, que deixou assegurada e relativamente estruturada, cabeça principal de sua fronteira no Biobío.

las provincias de Chile y buena administración de mi justicia [...]”⁷⁷⁹, com poderes amplos e sobrepostos aos *cabildos* e acoplados à função governativa do governador, que seria o presidente da Audiência. O rei instituía este novo corpo jurídico-administrativo com atribuições nas áreas de jurisdições civis e criminais, governativas (sobretudo, abastecendo de informações variadas o Conselho das Índias e visitando os demais espaços do Reino), eclesiásticas, fazendárias (averiguação e supervisão da *Hacienda Real*) e certas atribuições fiscais, de dispêndios de recursos e de litigâncias diversas, além de responsabilizá-la por averiguar e relatar a situação indígena, trabalhando para a correta efetuação dos direitos e prescrições régias para o trato com as populações originárias de todo o Reino. Com um grau tão amplo de atribuições, não é estranho que a Audiência por vezes tratasse dos assuntos referentes à guerra, à ocupação de espaços e à disposição de forças nas áreas fronteiriças. Além do mais, a instituição de um novo órgão sobreposto a atribuições já existentes criava, mesmo que não intencionalmente, um imbróglio jurisdicional que a coroa buscava atenuar nos próprios comandos de criação da Audiência, como demonstravam algumas de suas diretrizes, que vinculavam o poder decisório da recém-criada Audiência com o parecer, consulta e concordância de outros órgãos colegiados e poderes do Reino⁷⁸⁰. No mais, a nova instituição trouxe um peso fundamental à vida civil e política de Santiago⁷⁸¹, contrastando-a com Concepción, a cidade que “governava” a guerra e que abrigara a última Audiência (1567-1575), extinta há três décadas⁷⁸². Os ouvidores da Audiência frequentemente escreviam sobre o estado do confronto, tornando-se uma das principais fontes de informação para o rei e vice-rei da situação bélica chilena. Constituíam, por essa e outras

⁷⁷⁹ *Real cédula sobre ordenanzas de la Real Audiencia de Santiago de Chile, 17 de febrero de 1609*, p. 316-396. In: CDHAAS, c. I, t. II, 1880, p. 317.

⁷⁸⁰ Veja-se por exemplo a passagem que estipula a dinâmica decisória que deveria imperar no tocante à distribuição de posses e à reorganização de propriedades em novos ou antigos povoamentos: “[...] cuando el presidente y oidores hubieren de repartir las tierras, aguas, o brevaderos, o pastos de alguna ciudad, villa o lugar entre las personas que las fueren a poblar, lo hagan con parecer de los Cabildos de ellas, teniendo respecto que en los tales repartimientos [...] y que los tales repartimientos se hagan sin perjuicio de los indios, dejándoles sus tierras y heredades y pastos [...]”: Ibid., p. 335. Isso criava um envolvimento direto da Audiência com a jurisdição citadina e com a disposição e repartimento de terras dos *ayuntamientos*. Por outro lado, envolvia os *oidores* com o complexo problema da disposição dos militares, *vecinos* e *pobladores* sobre os bens e as terras dos indígenas, fossem amigos, fossem de guerra.

⁷⁸¹ Sobre o peso simbólico, as reverberações conflitivas, as mudanças cerimoniais e as consequências da criação da *Real Audiencia* em Santiago, ver VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. Conflicto y equilibrios simbólicos ante un nuevo actor político: la Real Audiencia en Santiago desde 1609. **Cuadernos de Historia**, Santiago de Chile, n. 18, p. 115-138, 1998. Sobre a criação da *Real Audiencia* em 1609, ver o bem documentado artigo BARRIENTOS GRADON, Javier. La creación de la Real Audiencia de Chile y sus ministros fundadores. Sobre la formación de familias en la judicatura chilena. **Revista de estudios histórico-jurídicos**. Valparaíso, n. 25, p. 233-338, 2003.

⁷⁸² Sobre os motivos da criação e, principalmente, da extinção da Real Audiência de Concepción, ver GLOËL, Matthias. El virrey Toledo: figura clave para la supresión de la Audiencia de Concepción. **Diálogo Andino**, Arica, n. 65, p. 165-173, jun. 2021.

funções, um corpo de funcionários, em sua maioria letrados, que protagonizava uma intensa e paralela função diretiva ao lado do governador⁷⁸³.

A relação da *Real Audiencia* com a guerra era predominantemente informativa e propositiva. Sua atuação começou a intensificar-se após sua consolidação e sobretudo após a morte do governador García Ramón, preenchendo uma vacância que até então, na falta da Audiência, causara uma profunda desestruturação no âmbito governativo do reino, sobretudo no que diz respeito à persecução dos objetivos bélicos, que eram momentaneamente colocados nas mãos de um governador provisório, até que novos nomes vindos de Lima ou da Península fossem empossados. Em carta datada de janeiro de 1611, a Audiência trazia sua percepção institucional do desenlace do conflito, destacando o estado no qual se encontrava o Reino após a morte do governador. A carta começava por constatar que, desde o desastre de Curalaba e do levante de araucano, os espanhóis não ganharam nenhum território para o rei. O exército estava desarticulado, mal pago e carente e, o que era ignominioso, corriqueiramente perseguia mais os interesses particulares do que os interesses coletivos e régios. Os soldados estavam desnudos, famintos e desmoralizados, enquanto o *Situado*, relatavam os ouvidores, chegava sobretudo em roupas, enquanto os alimentos inflacionados encareciam a manutenção das tropas fronteiriças. Nessa realidade, continuava o documento, as debandadas e as trocas de lado eram opções mais viáveis que a continuação dos padecimentos no lado espanhol da fronteira, o que progressivamente minava e enfraquecia o Exército Real. Os desregramentos morais, portanto, grassavam o exército e a progressão da guerra. Nesse ponto, a Audiência justificava sua inatividade: segundo cláusula outorgada pelo monarca, os assuntos cívico-militares da *gente de guerra* fugiam das atribuições da instituição, estando resguardadas ao cuidado e atenção do governador e capitão-geral do Chile⁷⁸⁴. Esse feito demonstrava uma clara delimitação dos poderes militares da Audiência, que deveria abster-se de julgar os soldados em casos criminais que, como já vimos, eram recorrentes. Isso, não obstante, não dirimia o papel de ação da instituição no conflito, já que, como seus funcionários informavam, o próprio presidente da Audiência não assinava a carta por estar nas *tierras de guerra* naquela data.

⁷⁸³ Os conflitos emergiram bem cedo, como sugere um documento já analisado aqui: a carta do ouvidor Gabriel de Celada, que escrevia para informar ao rei sobre a situação geral da guerra no Chile, fazendo menção a uma guerra de narrativas anterior que ocorrera entre Alonso García Ramón e o *veedor general* do Chile: *Carta de Gabriel de Celada, 1610*, p. 194-203. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 194-195.

⁷⁸⁴ “No ha acudido la Audiencia al Remedio de estas cosas [...] por haberse V. Mag. Servido por su real cedula [...] guardar por la ordenanza quinta de esta Audiencia que el gobernador y capitán general privativamente conozca en primera y segunda instancia de las causas civiles y criminales de los soldados y gente de guerra”: *Carta de la Audiencia de Chile, Santiago, 30 de enero de 1611*. In: MCD, PARES, AGI, vol. CHILE,8,R.16,N.42, f. 5. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/327212?nm>>. Acessado em 03 de dezembro de 2021.

Como a guerra era um interesse de grande monta para a sociedade colonial chilena, a Audiência buscava garantir uma participação ativa nos processos decisórios, buscando posicionar-se como uma intermediária entre as ordens reais e a sua realização *in loco*. Em petição do ano de 1612, a Audiência requisitava que “[...] todos los despachos y ordenes que se enbiasen para la buena Direction de las cosas del gobierno y guerra destas provincias se dirijan y envíen a esta real audiencia [...]”⁷⁸⁵, o que criaria um monopólio executivo das vontades reais por parte dos ouvidores, concentrando o papel de executores de decisões vice-reais e peninsulares que poderiam ter um peso fundamental na dinâmica de conflitos da *Tierra de Guerra*. Com a afirmação da guerra defensiva e as ordens constantes para que as ordens régias fossem cumpridas, a Audiência transformou-se em uma ferramenta no jogo de promoção e detração das propostas de pacificação e de guerra defensiva do padre Luis de Valdivia, ocupando um papel fundamental na atualização dos sucessos e insucessos desta nova dinâmica bélica para as autoridades superiores. Em cédula real de 1615, por exemplo, o rei ordenava que sua Real Audiência trabalhasse em prol da causa da guerra defensiva, colocando a instituição como garantidora e executora da vontade régia que, naquele momento, orbitava em torno da ideia de pacificação do padre Valdivia⁷⁸⁶. Os ouvidores, por sua vez, não eram alheios às matérias da guerra. Pelo contrário, inseridos em uma sociedade embebida nos assuntos e dinâmicas marciais, muitos dos dignatários que formavam a instituição possuíam ideias e opiniões próprias sobre o conflito. Nesse ponto, entramos inevitavelmente na função específica de uma série de indivíduos de certa influência, ligados a funções geralmente intelectuais, burocráticas ou administrativas, que por meio de sua posição social, dos poderes de seus cargos e de suas experiências, encontravam oportunidades de tecer proposições sobre a condução da guerra e da ocupação territorial, pondo-as para análise do Conselho e do Rei.

Tais indivíduos operavam em uma conjuntura geralmente pontilhada por facções e grupos de interesse ansiosos por garantir seus lucros e vantagens no desempenho e realização das atividades militares. Além disso, inseriam-se em uma complexa rede de distribuição de poderes. Jhon Leddy Phelan conceitualizou essa situação, classificando-a como “[...] un equilibrio dinámico [...] en el cual la toma de decisiones altamente centralizada en el Rey y el Consejo era contrarrestada por una cantidad sustancial de toma de decisiones descentralizada, ejercida

⁷⁸⁵ *Carta de la Audiencia de Chile, Santiago, 15 de enero de marzo de 1612*. In: MCD, PARES, AGI, vol. CHILE, 8, R. 17, N. 43, f. 2. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/327213?nm>>. Acessado em 03 de dezembro de 2021.

⁷⁸⁶ “Y, porque mi voluntad es que aquello [guerra defensiva] se guarde y cumpla, os mando que de vuestra parte lo ayudéis y favorezcáis en lo que os tocara; que así conviene a mi servicio”: *Real cédula a la Audiencia de Chile sobre el cumplimiento de las órdenes que están dadas para la guerra del reino, 21 de noviembre de 1615*, p. 438-439. In: CDHAAS, c. I, t. II, 1880, p. 439.

por la burocracia subordinada en las colonias”⁷⁸⁷. Phelan interpretava este “equilíbrio” a partir da constatação da existência de um jogo político-administrativo balanceado entre dois fatores fundamentais: flexibilidade e autoridade⁷⁸⁸. A existência de padrões decisórios diversos, conflitantes e ambíguos, além dos desafios inerentes às comunicações e à tomada de decisões em um conjunto multifacetado de reinos, que comandados por uma mesma coroa, estendiam-se por diversos continentes, possibilitava que instituições e indivíduos jogassem de maneira dinamizada com seus cargos, posições e funções: tomavam decisões, sugeriam linhas de ação e influenciavam processos a partir de uma lógica dual. Buscavam priorizar os interesses pessoais (ou locais, em uma acepção mais comunitária) que por vezes eram desconhecidos ou ignorados pelos órgãos monárquicos, equilibrando-os com a existência de um poder régio com capacidade coercitiva, investigativa e vigilante, que impunha uma certa ordem e esperava o cumprimento de suas diretrizes. Ao mesmo tempo, esse poder soberano poderia ser convencido e influenciado por seus agentes, informantes e súditos locais, mudando de forma mais ou menos abrangente suas linhas de ação. O Chile é um modelo exemplar desta perspectiva, quando pensadas as dinâmicas discrepantes, tanto nas decisões régias, quanto nas opiniões, gestões e ações de diferentes funcionários do Reino nas questões referentes à guerra, no trato com os indígenas, na permissão da escravidão, no povoamento e conquista de novas terras, no agenciamento dos *vecinos* para as atividades bélicas, no financiamento do conflito e nas várias outras acepções que mostravam as divergências entre a idealização peninsular (ou vice-real) e a efetivação dessas vontades na *Tierra de Guerra*. Essas peculiaridades influenciavam negativamente o andamento dos assuntos bélicos, mas permitiam, paralelamente, que câmbios consideráveis ocorressem e novas linhas de ação, ou ao menos, de pensamento, surgissem e ganhassem espaço e voz, o que às vezes poderia vir consubstanciado em ações efetivas. Derivados de um número considerável de posições e instituições, esses indivíduos ocupavam funções com deveres amplos e limites nuançados, realidade diferente da que propôs Teodoro Hampe Martínez para os

⁷⁸⁷ PHELAN, John Leddy. Autoridad y flexibilidad en la burocracia imperial española. *Revista Historia y Justicia*, Santiago de Chile, n. 10, p. 281-297, abr. 2018, p. 293. O artigo original é de 1960.

⁷⁸⁸ Sobre os conceitos sugeridos, o autor pontua que “La flexibilidad comprende (1) la respuesta de los subordinados a los cambiantes objetivos de sus superiores, (2) la adaptabilidad de los subordinados a las cambiantes circunstancias, y (3) la iniciativa de los subordinados para respaldar las innovaciones. En este contexto del término, autoridad significa susceptibilidad de los subordinados a los objetivos de sus superiores en lugar de mera adherencia a sus normas”: *Ibid.*, p. 284. utilizando-se da noção de “racionalidade substantiva” weberiana, Phelan traçou uma hipótese que sugeria a existência de um tensionamento entre o poder centralista das decisões régias e o cumprimento local das leis, dos decretos e das ordenanças, o que, longe de minar completamente a viabilidade de poder e suserania reais, imprimia uma dinamicidade necessária para o comando de um império ultramarino.

funcionários da monarquia hispânica, dividindo-os entre categorias delimitadas de *gobierno*, *justicia*, *hacienda* e *guerra*⁷⁸⁹.

Como vimos em páginas anteriores, a convergência de jurisdições e a encruzilhada de poderes criavam conflitos e cooperações típicas de uma situação em que a guerra, para além das inconveniências mutuamente partilhadas, atendia a diferentes interesses. Instituições e funcionários régios, portanto, ocupavam um preponderante lugar propositivo nos delineamentos das ações locais e nas decisões reais na gestão da guerra e dos espaços bélicos do Reino. Isso foi bastante forte durante o período em que vigorou a Audiência de Concepción (de 1565-1573, por decreto; de 1567 a 1575, de fato), visto que sua instituição centralizava até mesmo as nomeações de patentes militares e previa a discussão e deliberação sobre assuntos de guerra pelos ouvidores, que seriam as principais figuras decisórias no reino, juntos ao presidente da Audiência, que congregaria as funções de capitão-geral e governador⁷⁹⁰. Seu poder, no entanto, era igualmente compartilhado e subordinado ao do vice-rei, que resguardava a condição de nomear generais e mestres-de-campo, pessoas que se dedicariam exclusivamente às coisas da guerra. “[...] Y vosotros no iréis personalmente a la guerra por que quedéis desocupados para las cosas de justicia y gobierno [...] salvo ofreciéndose alguna necesidad tan extraordinaria que sea necesario ir todos a ella [...]”⁷⁹¹, ordenava a coroa à Audiência, em 1571. Os líderes militares deveriam, destacava o mesmo documento, aconselhar-se junto à Audiência sobre os assuntos bélicos, sendo essa a legítima representante do poder real, mas os ouvidores deveriam ofertar-lhes a autoridade necessária para que cuidassem de seus ofícios sem dilações ou morosidade. Em sua ausência, restaria à Audiência e ao presidente nomear novas pessoas para os cargos vacantes. Era um intrincado jogo de distribuição de funções, nem sempre claro e pouco explicitado, fruto do entremeado de poderes que consubstanciavam o esforço de guerra e da dinâmica política da *Tierra de Guerra* e de suas adjacências administrativas, Santiago, Lima e a Península. No entanto, já no século XVII, com a Audiência alocada em Santiago, entendia-se que as funções da instituição deveriam ser predominantemente civis, elemento que pesou para que a instituição continuasse em Santiago, já que havia uma demanda, ainda por volta da segunda década do XVII, para que ela fosse novamente alocada em Concepción. Um parecer do mestre de campo Alonso de Maldonado junto ao Conselho de Guerra, escrevendo da própria

⁷⁸⁹ HAMPE MARTÍNEZ, Teodoro. Los funcionarios de la monarquía española en América. **Histórica**, Lima, v. XVI, n. 1, p. 89-118, jun. 1992.

⁷⁹⁰ Melchor Bravo de Saraiva (1568-1575) foi o nomeado presidente da Audiência de Concepción. Sobre suas atribuições, ver *Real Proveimiento por la cual se otorga el título de gobernador y capitán general de Chile al doctor Bravo de Saraiva, Madrid, 27 de septiembre de 1567*, p. 215-216. In: RAC, 1992.

⁷⁹¹ *Real Cedula por la que se notifica del nombramiento de un general y un maestro de campo, a cargo de los refuerzos enviados desde Perú a Chile, 30 de diciembre de 1571*, p. 164-165. In: *Ibid.*, p. 165.

Concepción, esclarecia que “[...] sería muy grande inconveniente el mudarla a esta ciudad [...] es la última de las de paz de este Reino arrimada a las fronteras de guerra donde no hay más pleito que las armas [...]”⁷⁹². No entanto, afastar a Audiência das fronteiras de guerra não significaria alijá-la de suas atribuições que tangenciavam ou que adentravam a esfera bélica.

Os ouvidores ocuparam um papel de destaque neste âmbito, apresentando corriqueiramente documentos de notificação, avisos, asseverações e aconselhamentos ao rei. Foi o caso de Hernando Machado, que durante a segunda e a terceira décadas do dito século ocupou papel de destaque na Audiência daquele Reino, propondo, por conseguinte, uma elaborada proposta militar para lidar com a *Tierra de Guerra*⁷⁹³. Sua perspectiva envolvia uma visão heterodoxa de manejo do espaço. Situado entre a guerra defensiva jesuíta e a ofensiva dos partidários da guerra, o ouvidor propunha abandonar a linha do Biobío em proveito das margens do Maule, que, ao contrário do Biobío, possui uma linearidade marcada por um corte que vai da costa à cordilheira, enquanto o Biobío é desenhado de forma decrescente no sentido Norte → Sul, com maior extensão e discrepância geográfica. O Maule seria a área onde seria instaurada uma nova fronteira de guerra. O recuo, no entanto, trazia monumentais dificuldades, além da contrariedade de todos os *vecinos*, soldados e estancieiros que possuíam terras, solares e *encomiendas* abaixo dessa região. Machado preconizava, também, o abandono das poucas cidades restantes nesta zona, como Chillán e Concepción, o que se apresentava como uma opção impossível e completamente aversa às expectativas militares e evangelísticas de capitães e missionários, respectivamente.

Embora esdrúxula para as expectativas bélicas da época, a mesma proposta foi retomada vários anos depois (1657), em meio a um dos mais arrasadores levantes armados mapuches, por Juan de Solórzano y Velasco, ouvidor da Real Audiência de Santiago. Ponderando o estado deplorável de Chillán, assolada pelos indígenas em 1655 e por um terremoto em 1657, e de Concepción, igualmente assolada por um maremoto em 1657, Solórzano, fazendo referência direta ao plano de Hernando Machado, propunha, como remédio para as dificuldades bélicas e naturais, o traslado de ambos os assentamentos e das atividades econômicas correlatas para o Norte. Concepción seria deixada como forte, ocupado perenemente por 200 soldados, enquanto sua população seria realocada para as ribeiras do rio Maule, para onde também seria trasladada a cidade e os moradores de Chillán, que deveria ser fixada nas imediações da

⁷⁹² *Apuntamientos del Maestro de Campo Alonso Maldonado del Consejo de Guerra, Concepción, 17 de marzo de 1621*, f. 1. BNCh, Manuscritos, t. B.A. 11, f. 13.

⁷⁹³ PANIAGUA PÉREZ, Jesús; VIFORCOS MARINAS, Maria Isabel. La Proyección del Humanismo Jurídico Español en Chile: Hernando de Machado (1557-1639). *Revista de Historia del Derecho Privado*, Santiago de Chile, n. 1, p. 131-154, 1998.

província de Duao. Uma força de ao menos 800 homens seria empregada na defesa da nova fronteira ribeirinha e, quando necessário, essa força sairia a *maloquear* na terra de guerra. A fortificação humana seria auxiliada pela fortaleza natural, interpondo “[...] 60 y 70 leguas y tres ríos caudalosos en medio que son el Maule, Itata y Biobío y muchos esteros que en el invierno no sufren vado y en el verano si quieren maloquear ha de ser a caballo o a pie [...]”⁷⁹⁴. Em ambos os casos, seria impossível para os indígenas efetivarem um ataque de grande monta, visto a distância entre suas terras e a nova fronteira e a impossibilidade de vencer os baluartes naturais. Tratava-se de subverter a lógica exposta por González de Nájera sobre a vantagem indígena relacionada à *fortaleza de su tierra*, utilizando-a agora em proveito dos espanhóis, que agenciariam os volumosos rios, as características do relevo, a proteção vegetal e todas as outras características naturais possíveis para frear o ímpeto bélico das forças indígenas adversárias. Algumas poucas forças militares e povoamentos seriam deixados ao Sul, e não se abandonaria a recém-construída cidade-presídio de Valdivia e a ilha de Chiloé. Aos que viessem a apontar que o abandono passado de certas regiões do Chile levava à invasão e fixação de forças estrangeiras, o jurista respondia que as tentativas inglesas e as várias empresas holandesas falharam igualmente em fixar-se de forma firme e bem estabelecida na região e nas ilhas costeiras. Ponderada a situação hispânica no Chile, parecia evidente que Santiago e seus vales mais próximos eram a única região segura e de maior capacidade produtiva. Não parecia incoerente, portanto, sugerir a criação de uma fronteira hermética, capaz de resguardar o centro-norte chileno dos horrores da guerra que se aproximava cada vez mais de seus términos, visto que Chillán fora completamente arrasada durante o levante indígena de 1655. Solórzano entendia isso como uma medida lógica, uma proposta racional que funcionaria de um ponto de vista essencialmente estratégico, já que a fronteira no Maule traria vantagens fundamentais para a sobrevivência das forças espanholas: “[...] quedaran unos com otros abrigados, la tierra poblada y rica, impedida la entrada a el enemigo por la cordillera y demas passos dha. Ciudad de Santiago y su distrito segura y resguardada y puesto que esta población se hace por el bien público [...]”⁷⁹⁵.

Homens como Hernando Machado e Solórzano encaravam a guerra como um problema espacial, resolvido pelo correto posicionamento de tropas, fortes e recursos e pela capacidade defensiva e ofensiva balanceada em um jogo analítico, logístico e racional. Suas concepções eram de certa forma externas, quase estrangeiras, e não levavam em conta as disposições dos

⁷⁹⁴ *Informe sobre las cosas de Chile por Alonso de Solorzano y Velasco, Santiago, 2 de abril 1657*, p. 422-448. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 446.

⁷⁹⁵ *Ibid.*, p. 422-443.

personagens locais, as ambições, a dependência socioeconômica de certos grupos com relação à guerra e a preocupação política com a ignomínia trazida por um recuo tão acentuado. Essas propostas, se efetivadas, significariam uma completa derrota na guerra simbólica, pois a ocupação dos espaços de guerra era também a afirmação dos símbolos de poder hispânicos sobre os territórios conquistados. Retração, portanto, significava um abandono momentâneo ou perecimento do domínio e da materialidade que simbolizava a soberania régia entre terras e povos indígenas. Nenhuma autoridade local e muito menos os orgulhosos vice-reis do Peru gostariam de ser proponentes desta contração espacial, que deveria ser devidamente explicada e justificada para o monarca. Os personagens locais, por sua vez, escreveram eles mesmos tratados, propostas e aconselhamentos. Estes, por sua natureza, estavam muito mais vinculados às questões de interesse local e cotidiano, como a legitimidade da escravização indígena, a disposição das *encomiendas*, o posicionamento estratégico das tropas nas fronteiras já estabelecidas; e com a perspectiva de novos povoamentos, negociações de paz (*Parlamentos*) e *entradas*. Esses sujeitos propunham reordenamentos e linhas de ação que dialogavam com as formas de ocupar, dominar e explorar os espaços em litígio, oferecendo potenciais formas de manejo da *Tierra de Guerra*⁷⁹⁶.

Um dos casos mais icônicos no começo do século XVII talvez seja o de Melchor Calderón, um clérigo, tratadista, teólogo e funcionário da catedral de Santiago, influente figura na capital do Reino, que sustentou um poderoso e elaborado argumento perante a coroa, defendendo favoravelmente a escravização dos índios de guerra, pelo que recebeu apoio de uma quantidade considerável de autoridades locais, entre as quais estavam figuras peculiares e paradoxais, como o jesuíta Luis de Valdivia. Primeiro, Calderón elencou o fim trágico e destrutivo enfrentado por algumas destacadas e emblemáticas figuras, tais quais Pedro de Valdivia, Martín García Óñez de Loyola e Pedro de Villagra, governadores e capitães de renome que tiveram a vida tolhida pelas mãos dos araucanos. Em sequência, discorreu sobre os repetidos ataques dos índios de guerra aos índios amigos, e sobre os danos causados por esses mesmos inimigos aos *vecinos* espanhóis, “[...] que es tanto que por la pobreza apenas se pueden sustentar en sus casas, ni tienen camisas que dar a sus hijos, com el continuo gasto de la guerra, e ya no puede acudir a ella, muchos por no tener com que pertrecharse [...]”⁷⁹⁷. Esse argumento nos

⁷⁹⁶ Um caso interessante de indivíduo de intermediária relevância política que deixou um parecer sobre a guerra e que transitou entre os reinos americanos e a corte peninsular pode ser visto em VIFORCOS MARINAS, Isabel. Juan Cortés de Monroy y sus remedios a la guerra de Chile: un memorial oportunista. **Cultura-Hombre-Sociedad**, Temuco, v. 23, n. 2, p. 11-35, dec. 2013.

⁷⁹⁷ CALDERÓN, Melchor. **Tratado de la importancia y utilidad que ay en dar por esclavos a los indios rebelados de Chile**. Santiago: Biblioteca Nacional de Chile: 1607, p. 199.

lembra as queixas e petições do *ayuntamiento* e dos *vecinos* de Santiago, cidade da qual provinha o licenciando. Em suas razões seguintes, trazia à tona a precariedade da situação para os mercadores, que se viam nos limites de suas possibilidades comerciais, enquanto as cidades, que também padeciam com a guerra, permaneciam inseguras e sob ameaça. A rede de tráfego terrestre de pessoas e de cargas era igualmente temerária. O licenciando desenhava nitidamente um quadro sombrio da situação local, para enfim justificar a obtenção das *piezas* capturadas e escravizadas entre os *aucas*, os índios de guerra, quase como uma panaceia capaz de convalescer à situação. Calderón esforçava-se para demonstrar em seu tratado a sensação de insegurança e de imperante medo que permeava o Chile naquele momento. Por isso, não se deve pensar no seu constructo textual como uma peça de total cinismo, ou como uma ferramenta de pura cilada. Se aceitarmos que a escrita ocorreu, provavelmente, em algum momento entre 1599 e 1600, devemos lembrar que amiúde o medo da ação indígena assolava muitas comunidades espanholas no Chile, que enfrentavam não apenas uma sombra, mas a imagem manifesta de sua potencial destruição.

As conclusões do clérigo eram bem encadeadas, sistemáticas e coesas. Reconhecia a existência de injustiças e agravos realizados pelos espanhóis contra os indígenas, sobretudo nos momentos iniciais da conquista. Em seu argumento pela justiça da guerra espanhola, Calderón elaborava um interessante contraponto para demonstrar a injustiça da causa indígena e de suas irrupções de violência. Elencou, para isso, três modelos de conduta: Pedro de Valdivia, García Hurtado de Mendoza e Óñez de Loyola. Enquanto as ações de Valdivia e de sua hoste eram pensadas como a antítese do bom proceder espanhol, como uma dominação balizada na cobiça e na imposição de trabalhos forçados⁷⁹⁸, Don García Hurtado de Mendoza era representado como um meio-termo, reunindo métodos bélicos com conversações e propostas de acerto, que conseguiram, em seu tempo, acalmar e pacificar momentaneamente à *Tierra de Guerra*. Não obstante, os conflitos não cessaram, e a culpa por isso recaía na vileza e ilegitimidade das ações dos índios de guerra. Para exemplificar essa assertiva, o licenciando demonstrava que Óñez de Loyola teria sido o mais apazível e contemporizador dos governadores, promovendo negociações de paz, perdões, alianças e serviços moderados. A despeito disso, os rebelados teriam preferido matá-lo e depois levantar a terra contra a presença dos espanhóis. Quando contingenciados por tamanha fúria indígena, desprovida de razão ou de circunstâncias explicativas, só restava aos espanhóis inverter a tradicional alegação de que eram os indígenas que estavam a

⁷⁹⁸ “Pero con todo eso les admitimos que esta su primera rebelión fue muy justa, pues no tuvieron otro remedio: y así les fue forzoso (como dicen defenderse) y para defenderse ofender, como ofendieron mucho, y se vengaron de ellos agravios, como mataron al gobernador don Pedro de Valdivia, y alzaron toda la tierra”: Ibid., p. 202.

fazer uma guerra injusta. Trocava-se o lugar dos agentes na dialética da conquista: os nativos faziam guerra ilegítima, de conquista, de matança e sem qualquer razoabilidade contra os espanhóis, vítimas costumazes do furor dos *indios de guerra*. Os espanhóis, portanto, fracassados os outros meios, deveriam interpor guerra justa contra os rebelados, condenando-lhes à escravização por insistirem no conflito. A solução, concluiu o licenciando, recaía na conflagração peremptória da guerra geral:

Y si con todo eso no nos creen, se les puede decir que la justicia que ellos tienen por no creer que los trataremos mal, y para matarnos y ofendernos, esa tenemos nosotros para hacerles guerra habiendo ofrecido nuestra parte al modo posible y bastante, según prudencia para ser creídos todos los medios posibles de paz, y pues con todo eso no bastan, siendo más forzoso acabar esta guerra, y pacificarlos, es justo tomar el ultimo remedio, que es guerra a fuego y sangre⁷⁹⁹.

Sujeição total, privação de liberdade e imposição definitiva da soberania espanhola. A fórmula sugerida era coroada pela analogia entre outros casos de guerra e rebelião já reconhecidas “injustas” pela coroa: a revolta de Alpujarras dos mouriscos de Granada (1568-1571) e a guerra perene contra os indígenas chiriguano. Com isso, assemelhava os araucanos aos povos que viviam no limite oposto da linha da alteridade: eram rebeldes inflexíveis, irascíveis, comedores de homens, *fieros y bestiales*. A desumanização do outro, as marcas da diferenciação e a promoção de uma alteridade maléfica eram pontuadas pela garantia da guerra como um mecanismo de justiça e de vontade divina. Era justo confrotá-los e dominá-los, não somente como rebeldes, mas como “[...] enemigos de Dios, y nuestro, y enemigos al Christianismo [...] tenemos este justo título para hacerles la guerra, haremos con ellos lo que hacen con nosotros que es matarlos, y cautivarlos [...]”⁸⁰⁰. Colocar a guerra geral e a escravidão como soluções definitivas para o problema da guerra de Arauco não era uma proposta original. A existência de um comércio de cativos ativo entre o sul do Chile e a região central, e entre a *Tierra de Guerra* e o Peru, já era bem atestado antes da grande rebelião mapuche, como mostrava a cruel diretiva do vice-rei do Peru, Francisco de Toledo, que em 1574 ordenava a captura massiva de *piezas* colhidas nas guerras em Tucapel e Arauco para trabalharem nas minas de Coquimbo, devendo, antes, sofrer mutilação nos membros inferiores para que não fugissem, mas de maneira a não incapacitá-los para o trabalho nas minas. O objetivo, dizia o vice-rei, era aumentar os ganhos da *Hacienda Real* e pagar parte dos soldados e dos gastos de guerra com a prospecção aurífera

⁷⁹⁹ Ibid., p. 204-205.

⁸⁰⁰ Ibid., p. 205-206.

(especulando obter até trinta mil pesos em ouro apenas nas minas de Coquimbo), impedindo os cativos de recorrerem à artimanha da fuga⁸⁰¹. A lógica da captura e escravização dos araucanos obedecia a interesses escusos de prósperos comerciantes, donos de terra, militares, governadores, *vecinos* e outros diversos interessados em assegurar certa mão-de-obra para trabalhos domésticos e compulsórios, geralmente proibidos ou limitados aos *encomendados*⁸⁰².

Outros tratados acompanharam quase paralelamente o texto de Calderón. O capitão e procurador do Reino do Chile, Domingo de Erazo, escreveu um pequeno texto onde expunha os motivos, julgados por ele como corretos, pelos quais Alonso de Ribera declarou os índios de guerra passíveis de escravização de maneira provisória, com anuência das ordens religiosas e dos bispos regulares do Chile, enquanto um comitê de religiosos em Lima, o Conselho das Índias e o rei não julgavam e davam um parecer definitivo à questão. Mais uma vez, a escravidão era atada à vitória definitiva na guerra, visto que a possibilidade dos lucros auferidos com a liberação do tráfico escravagista levaria muitos espanhóis a tomarem parte na guerra, “[...] por sacar esclavos dela y cesaría el tenerla por fuerza, e se ahorraría mucha hacienda real [...] y viendo los índios rebeldes que les sacaban del reino a sus hijos y mujeres [...] más presto se rendirían a la paz [...]”⁸⁰³. Esse argumento era altamente suspeito. A contrariedade imposta pela dominação hispânica era conhecida para além das fronteiras do Chile, como expressou o cronista indígena Guamá Poma de Ayala, em sua *Nuevo Crónica y Buen Gobierno* (Peru, 1616), onde, após falar das potencialidades da terra e da cidade de Santiago de Chile, definiu os indígenas e a luta nas terras do dito reino da seguinte forma: “[...] pero belicosos indios bravísimos no se dejan vencer por ver que los españoles arrear y quitan cuanto tienen; mujer, hijas, a los indios de este reino; no consienten ellos eso, más quieren morir [...]”⁸⁰⁴. As violências e ingerências hispânicas, sobretudo nas constantes sagas para capturar *piezas*, eram reconhecidos potenciais agravantes do conflito. Contudo, o capitão argumentava ainda que a legalização da

⁸⁰¹ Ordenava-se ao capitão-geral Rodrigo de Quiroga e ao Mestre de campo Lorenzo Bernal o seguinte: “[...] para que haya de entrar con la dicha fuerza [...] en el estado de Arauco y Tucapel, de donde [...] podrán sujetar con las armas algún buen golpe de los indios rebeldes, ahora sea combatiendo con multitud de ellos o encabalgados o facciones particulares para que puedan traer hasta seiscientos o setecientos a la provincia de Coquimbo y que asegurándolos de la fuga con desgobernarlos de un pie, puedan andar en las minas de oro y sacar con que se puede mejor sustentar la guerra e pagar los soldados [...] pues de las dichas piezas que así son habidas de guerra resulta tan poco provecho a los soldados y se vuelven a huir [...]”: *Provisiones que envió a Chile el virrey del Perú don Francisco de Toledo...*, 6 de marzo de 1574, p. 115-124. In: CDIHCh, t. II, 1957, p. 122.

⁸⁰² VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. Esclavos Mapuches: para una historia del secuestro y deportación de indígenas en la colonia. In: GAUNE, Rafael; LARA, Martín (ed.). **Historias de Racismo y Discriminación en Chile**. Santiago de Chile: UQBAR, 2009. p. 225-260.

⁸⁰³ *Papel sobre la esclavitud de los indios de Chile, del capitán Domingo de Erazo, sin fecha*, p. 60-68. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. V, 1961, p. 60-61.

⁸⁰⁴ GUAMÁN POMA DE AYALA, Felipe. **Nueva Crónica y Bueno Gobierno**. Edición a cargo de Franklin G. Y. Pease y Jan Szeminski. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, 411.

prática de tomar e vender cativos ajudaria na pacificação total e no povoamento da terra de guerra, que estava ameaçada por corsários, na qual deveriam ser construídas igrejas, batizados os indígenas e garantida a expansão do poderio espanhol até o Estreito de Magalhães. Em uma exposição geral dos motivos que tornavam a guerra *a sangre y fuego* e a escravização uma linha justa de ação, Domingo de Erazo declarava que

Añádanse a esto los graves delitos que han cometido, intentando aunarse con corsarios, piratas, herejes, y profanando iglesias y matando religiosos y sacerdotes, y a dos gobernadores de S. M. y mucho número de capitanes y soldados con inhumana crueldad y martirio; y últimamente han asolado nueve ciudades, dejando el reino desmantelado, y tienen en su poder cautivas y hechas esclavas todas las mujeres y niños que llevaron de la ciudad de Valdivia y Villarrica, con expresa prohibición de la ley cristiana [...] impidiendo los caminos reales del reino y el paso y comercio de las ciudades unas con otras y el bien común de todas, la entrada de los predicadores para predicar el evangelio entre ellos, estando dispuestos a matar a todos⁸⁰⁵.

Erazo operava uma interessante estratégia de justificação da guerra *a fuego y sangre* e da escravidão: a condição “selvagem”, por si, não era capaz de condenar o indígena a tal destino, mas quando assomada ao barbarismo, à profanação sacra, à subversão dos espaços de domínio, à desarticulação territorial e ao sequestro e ameaça à vida dos seus pares cristãos, o “índio” tornava-se *enemigo, de guerra*, passível, então, a todo o rigor da punição espanhola.

Outra defesa inflexível da guerra generalizada e escravidão era feita pelo governador do Panamá e ex-governador do Chile, Alonso de Sotomayor, que possuía considerável influência na corte e na governação. Devido à sua experiência pregressa no Chile, Sotomayor foi novamente escolhido para governar o Reino em 1604, proposta que acabou por declinar⁸⁰⁶. Em uma carta ao rei datada de 1602, o experiente e já idoso militar propunha que “[...] se les haga la guerra rigurosa sin perdonar Yndio de muerte o esclavitud [...] y se les de algun premio por cada uno de los que tomaron. O valor de dies o doce pesos [...]”⁸⁰⁷. A carta ainda aconselhava a defesa e proteção dos índios amigos, retirando de cima deles qualquer taxa, trabalho ou obrigação onerosa. Como solução para o problema da mão-de-obra compulsória, aconselhava a

⁸⁰⁵ Ibid., p. 62.

⁸⁰⁶ *Informe de la Cámara de Indias al Rey sobre que el presidente de la Audiencia de Panamá pase a Chile a finalizar aquella guerra*, 1603. In: MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO,228,R.40, f. 1. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126159?nm>>. Acessado em 02 de novembro de 2021.

⁸⁰⁷ *Carta del presidente Alonso de Sotomayor, 24 de julio de 1602*. MCD, PARES, AGI, vol. PANAMA,15,R.3,N.26, f. 4. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/380544?nm>>. Acessado em 03 de dezembro de 2021.

vinda de mil negros escravizados de Angola e de São Tomé para serem distribuídos entre os *vecinos* do Chile, especialmente entre os de Santiago e La Serena. Eles seriam encarregados das atividades produtivas braçais, em especial nas minas de Coquimbo. Sotomayor também propunha a vinda de outra leva de mil africanos trasladados pelo Atlântico até o Rio da Prata, seguindo posteriormente o caminho leste → oeste até as terras do Chile. Aconselhava, ainda, o traslado forçado e a realocação de populações indígenas recém-pacificadas e anteriormente rebeladas: arguia por substituir a população indígena de La Mocha, enviando-a para Coquimbo ou outros vales. Dar-se-ia terras aos indígenas, o evangelho seria predicado entre eles e seus braços seriam empregados na prospecção aurífera, para que ajudassem no esforço de guerra. A ilha seria repovoada por algumas centenas de chilotas vindos de Castro, trasladados em castigo por seu auxílio aos “ingleses” um ano antes. Lá, construiriam *sementeiras* para abastecer o povoamento de Tucapel. Por fim, aconselhava a integração dos governos da Prata, de Tucumán e do Chile em uma única governação.

Diferente da carta de Sotomayor, de caráter mais pragmática, prescritiva e sintética, os tratados de Melchor Calderón e de Domingo de Erazo possuíam um refinamento erudito, fundamental para assentar os argumentos e torná-los plausíveis, já que se tratavam de questões sensíveis para a coroa. Ambos os textos mostravam uma provável conexão com as teorias de guerra justa em voga, em especial com as ideias de Francisco de Vitória, expostas em seu *De Indis*. Erazo, por exemplo, fazia referência à limitação de comerciar, de ir e vir e de realizar o trabalho missionário. Calderón descreveu a dificuldade dos mercadores em transitar pela terra de guerra e das cidades em comunicar-se umas com as outras. Ambos relatavam os seguidos ataques e ameaças dos rebeldes aos índios de paz, a destruição de propriedades, a captura de mulheres e crianças espanholas tornadas cativas pelos indígenas e o vilipêndio aos símbolos e representantes da religião cristã. O teólogo de Salamanca, por seu lado, reconhecia ainda que “[...] los primeros españoles que navegaron hacia las tierras de los bárbaros no llevaban consigo título alguno para ocuparles sus provincias”⁸⁰⁸, coisa que Calderón estendia ao próprio Pedro de Valdivia, um conquistador que, carecendo de justiça em suas ações, padeceu na justa revolta dos nativos nos primeiros tempos da conquista⁸⁰⁹. Na teoria de Vitoria, deslegitimada a guerra para aumentar o império, para propagar o evangelho ou para honrar ao imperador,

⁸⁰⁸ VITÓRIA, Francisco de. **Relecciones Sobre los Indios y el Derecho de Guerra**. Madrid: Espasa-Calpe S. A., 1975, p. 68.

⁸⁰⁹ “[...] porque esa tal rebelión em tanto fue justa, em quanto su Majestad no los quisiese desagrvaiar y hacer justicia. Pero su majestad luego que supo estos agravios, y su alzamiento, y muerte de dom Pedro de Valdivia [...] envió gobernadores [...] y los desagrviasen asegurándoles [...]”: CALDERÓN, Melchor. **Tratado de la importancia y utilidad que ay en dar por esclavos a los indios rebelados de Chile**. Santiago: Biblioteca Nacional de Chile: 1607, p. 197.

restava reconhecer a autodefesa, a guerra para sanar uma injúria ou a guerra para defender um inocente como a bases legais para um conflito justo. Não obstante, dever-se-ia observar a razoabilidade e a intensidade dos usos da violência, para que não se decaísse em ações desproporcionais e intempestivas. A guerra justa, segundo Vitoria, deveria ser sustentada pela reflexão crítica e elaborada dos seus motivos, encontrando sua razão legítima se fosse feita efetivamente para defender a República e suas propriedades, para recobrar aquilo que fora perdido, para vingar-se de uma injúria ou para assegurar em definitivo a paz e a segurança de um *pueblo* e de seu território⁸¹⁰.

O encaixe da teoria vitoriana da guerra justa à malograda experiência espanhola durante os anos de 1598-1604, permitiu que os tratadistas espanhóis no Chile elaborassem suas teses pela escravidão e pela guerra *a fuego y sangre*, em clara consonância com a tese do teólogo dominicano. A grande rebelião e as adversidades espanholas na guerra de Arauco conferiam uma legitimidade aberta e bem explorada pelos arautos da guerra geral, dando-lhes a oportunidades de galvanizar favores na corte e nos conselhos ultramarinos, recebendo a atenção da coroa e, conseqüentemente, os almejados reforços e recursos. A tese de Francisco de Vitória permitia não somente justificar o conflito, como também garantir a obrigatoriedade do *Príncipe* de despender suas forças na pacificação e na ordenação desta terra afligida⁸¹¹. Em especial monta, pesava a indicação do teólogo de que “[...] los príncipes pueden castigar a los enemigos que hicieron alguna injuria a la república, sobre todo después que la guerra ha sido declarada justamente y con arreglo a todas las formalidades, pues entonces los enemigos quedan sujetos al príncipe [...]”⁸¹². Interpretada a partir da realidade chilena, isso poderia significar (e assim requisitavam os súditos locais) o pleno poder de dispor como desejasse dos índios de guerra colhidos nas guerras justas. Estava à mercê do rei usufruir dos seus trabalhos e do poder de penalizá-los, atribuindo-lhes a condição de escravos, visto serem taxados de *enemigos* e *rebelados*. Essa proposição poderia ser facilmente sugerida pelos defensores da guerra *a fuego y sangre*, como meio pelo qual o rei legaria aos seus súditos os direitos de reaverem suas perdas e de vingarem suas dores em detrimento dos indígenas capturados. Novamente, encontrava-se respaldo no pensamento de Vitoria, pois ele concebia que “[...] cuando la guerra es de tal condición que se puede despojar indiferentemente a todos los enemigos y apoderarse de sus bienes,

⁸¹⁰ VITÓRIA. Francisco de, op. cit., p. 138.

⁸¹¹ “[...] Es lícito hacer en la guerra todo lo que sea necesario para la defensa del bien públicos. Esto es evidente, ya que el fin de la guerra es defender y conservar la república. Por otra parte, esto mismo es lícito al particular en defensa propia [...] luego mucho más lo será a la república y al príncipe”: Ibid., p. 120.

⁸¹² Ibid., p. 122.

es lícito también entonces cautivarlos a todos, sean inocentes o culpables”⁸¹³. Justificava-se, ao mesmo tempo, a guerra e a captura de *piezas*. Por um lado, explicava-se a função e a necessidade de *campeadas* e *malocas*. Por outro, legitimava-se o apresamento de indígenas “rebeldes”, fossem ou não guerreiros, fosse pelas práticas mais ordinárias de captura, fosse por outros meios de escravização que se popularizaram durante o século XVII, com a diminuição dos conflitos abertos nas áreas das fronteiras de guerra⁸¹⁴.

Os vexatórios anos e malogros do Grande Levante muniram com argumentos os partidários da violência e convenceram os recalcitrantes e escrupulosos da necessidade de empenhar todos os meios possíveis para vencer definitivamente aos índios de guerra. Como destacou Eugene H. Korth, em seu estudo sobre as políticas espanholas para a guerra no Chile, “The ferocity and extent of the uprising convinced even the most conservative among them that the Araucanians understood only the language of armed conquest”⁸¹⁵. O clima de desastre gerou uma violenta reação em forma de retórica, impetrada por padres, letrados e militares no calor do momento, onde a sensação de ameaça e de destruição iminente preponderava até mesmo sobre as considerações missionárias e sobre os antigos argumentos interpostos contra as guerras ofensivas e a escravidão indígena. Com o parecer favorável de vários religiosos do Chile, do arcebispo Reginaldo de Lizárraga, da diocese de La Imperial, e de outras autoridades competentes, a questão posta pelo tratado de Calderón e pelas demais requisições foi realocada do vice-reinado para o Conselho das Índias e de lá para o monarca. As decisões primárias da coroa, não obstante, mostravam-se contrafeitas a legalizar a escravização dos índios de guerra capturados. Em 1605, Filipe III emitiu uma cédula régia em reação aos relatos generalizados de tráfico de cativos entre a *Tierra de Guerra* e o Peru, afirmando o inequívoco direito da coroa de legitimar a escravização por meio do poder outorgado ao vice-rei, o que até então não ocorrera. Além disso, estipulava que os indígenas deveriam ser declarados “[...] libres de toda servidumbre y esclavitud [...] así a los que se han traído a los dichos mis reinos [...] como los que tuviesen en las dichas provincias de Chile y adelante prendieren en la guerra, aunque sean de los pueblos más rebelados y de mayores delitos [...]”⁸¹⁶, o que vedava praticamente toda forma

⁸¹³ Ibid., p. 137.

⁸¹⁴ Sobre a modalidade da escravidão *a la usanza*, ver VELLOSO, Gustavo. Esclavitud “a la usanza”: historicidad de una modalidad de enajenación humana (Chile, 1650-1656). In: FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel; PÉREZ GARCÍA, Rafael M. **Tratados atlánticos y esclavitudes en América**; Siglos XVI-XIX. Sevilla: Editora Universidad de Sevilla, 2021. p. 271-287.

⁸¹⁵ KORTH, S. J. Eugene H. **Spanish Policy in Colonial Chile**. The Struggle for Social Justice, 1535-1700. Stanford: Stanford University Press, 1968, p. 84-85.

⁸¹⁶ *Real provisión prohibiendo la esclavitud y la venta de los indios cogidos en la guerra de Chile, Callao, 28 de abril de 1605*, p. 247-250. In: FHTRCh, v. 1, 1982, p. 248.

de servidão pessoal compulsória e, de forma peremptória, a captura, transporte e venda de escravos indígenas⁸¹⁷.

A tônica mudou após a bem-sucedida campanha local pela guerra geral e pela escravização dos insurretos, que foi capaz de mobilizar pareceres favoráveis em todas as instâncias decisórias, com poucas e efêmeras contraposições instantâneas. A que se deve esse sucesso argumentativo? Poderíamos elencar que a inversão da alteridade entre os conquistadores espanhóis e os “conquistados” indígenas, os quais naquele momento eram os que de fato [re]conquistavam territórios, produziu uma metanóia momentânea, sobretudo entre alguns setores do clero que eram tradicionalmente aversos à guerra aberta e à escravidão indígena. A captura de centenas de mulheres espanholas, a morte de outras centenas de homens e o rapto de inocentes, além da destruição propriamente dita das cidades e fortes mobilizou os ânimos hispânicos, que passaram a vislumbrar na guerra *a fuego y sangre* um mecanismo de proteção, segurança e necessidade preservacionista para os padecentes súditos de Filipe III. Ao menos, é assim que esses súditos parecem ter interpretado a situação deletéria e pouco auspiciosa na qual se encontravam. Mais importante que suas angústias, no entanto, foi sua capacidade de anunciá-las e representá-las, obtendo do próprio monarca favores até então negligenciados ou negados, tais quais o financiamento e sustentação de uma força permanente e operativa de soldados e o direito a capturar, escravizar e comercializar os índios de guerra.

Em 1607, o Conselho das Índias resolveu em parecer apoiar as demandas pela escravização dos rebeldes, anuindo favoravelmente e indicando ao rei as benesses que decorreriam dessa decisão. A saber, seriam (1) a manutenção da moral militar, motivada pela possibilidade de obter prêmios em forma de cativos amealhados em batalha, o que trazia uma conotação econômica para a decisão; (2) a liberação da força de trabalho e das obrigações dos índios de paz (substituídos pelos cativos), que poderiam ser melhor instruídos nos negócios da fé, quando liberados dos serviços pessoais e, correlato a isso, (3) aprenderiam outros ofícios e funções, podendo redirecionar seus trabalhos para a produção agrícola, por exemplo, por meio da qual todo o Reino seria recompensado. Além disso, (4) os rebelados que fossem capturados e escravizados aufeririam a benesse de tornarem-se cristãos catequisados, servindo de exemplo para as demais comunidades indígenas ainda recalcitrantes. Contribuiriam, portanto, para a cessação do conflito. As crianças indígenas, menores de nove anos e meio no caso das meninas, e de dez

⁸¹⁷ O texto é ainda mais explícito no parágrafo seguinte: “Por la cual declaro y mando que ningún indio de dichas provincias de Chile, así hombres como mujeres, chicos y grandes, no puedan ser habidos y tenidos por personas esclavas, ni vendidas, ni por sujetos a servidumbre alguna, antes sean habidos por libres y como tales gocen de su entera libertad y sirvan y estén con quien quisieren y por bien tuvieren [...]”: Ibid.

e meio para os meninos, não poderiam ser escravizados, mas poderiam ser raptados e levados aos cuidados de benfeitores cristãos, sendo “[...] entregados a personas a quien sirvan hasta tener edad de veinte años, para que puedan ser instruidos y enseñados cristianamente como se hizo con los moriscos del Reino de Granada [...]”⁸¹⁸, que serviam como permanente exemplo de alteridade étnica e religiosa dentro do império espanhol, também considerados rebeldes e contrafeitos à dominação cristã dos reis da Espanha. A relação hispânica com os mouros foi desde cedo parâmetro para legislar e tratar das comunidades ameríndias, recorrendo às ordenações das antigas e novas guerras peninsulares contra os “infieis” para balizar certas facetas das turbulentas relações com os indígenas no Novo Mundo⁸¹⁹. A resposta de Filipe III não se fez esperar. Na mesma data, o rei reconheceu a legitimidade da questão, mas ordenou que, quando de pronto pacificados e convertidos à fé cristã, os indígenas feitos escravos deveriam ser libertados. A suma decisão real tornou-se mais explícitas alguns meses depois, já em 1608, quando o rei expediu a famosa *Real Cedula para que los indios de guerra de las provincias de Chile sean dados por esclavos*.

O texto começava emulando os argumentos precedentes e afirmando a justeza das ações do rei para o bom governo do Reino do Chile, negando qualquer justa motivação indígena para o conflito e garantindo que as autoridades cumpriram com os altos ideais de justiça e doutrina que teoricamente norteavam as ações espanholas na *Tierra de Guerra*. Estabelecido o crivo da injustiça da guerra nativa, o monarca retratava os indígenas como afeitos à matança, profanadores das coisas sagradas, rebeldes irremediáveis e assassinos sanguinários de seus vassalos, governadores e padres. Portanto, contra tais inimigos, a guerra era permitida, estando seus súditos no direito de privar-lhes da liberdade natural: “[...] sean habidos y tenidos por esclavos suyos; y como tales se puedan servir de ellos y venderlos, darlos y disponer de ellos a su voluntad”⁸²⁰, ordenava o monarca, em claro disparate para com a cédula precedente de 1605. A cédula, que entrou em efetivo funcionamento no prazo de dois meses após sua expedição, foi um marco na relação entre indígenas e espanhóis no Chile, e só foi totalmente revogada em 1674 (apesar de ter passado por interregnos), embora seus efeitos tenham perdurado por muito

⁸¹⁸ *Recomendación del Consejo de Indias sobre que los indios de Chile puedan ser esclavos, 17 de noviembre de 1607*, p. 252-254. In: *Ibid.*, p. 253.

⁸¹⁹ Vale lembrar que o decreto de expulsão das comunidades *mouriscas* da península Ibérica foi assinado apenas um ano depois da cédula que permitia tornar escravos os índios colhidos na *Tierra de Guerra*, em 9 de abril de 1609.

⁸²⁰ *Real Cédula para que los indios de guerra de las provincias de Chile sean dados por esclavos, no reduciéndose al gremio de la Iglesia antes de venir a manos de las personas de los tomaren, 26 de mayo de 1608*, p. 254-256. In: *Ibid.*, p. 255. Ver também POUTRIN, Isabelle. Los Derechos de los Vencidos: las capitulaciones de Granada (1491). *Sharq Al-Andalus*, Alicante, n. 19, p. 11-34, 2008-2010.

mais tempo⁸²¹. A adoção integral do monarca ao parecer do Conselho e de suas deliberações constituiu uma vitória fundamental para os belicistas, para os grupos interessados no trabalho escravo e para os temerosos súditos locais que viam na medida um remédio para a sua delicada situação local.

A validade da decisão, no entanto, teve vida curta, ao menos em seu caráter legal e efetivo, visto que o reconhecimento da legitimidade da escravização indígena ampliou as possibilidades de ação dos cativadores e intensificou o tráfico de almas entre a *Tierra de Guerra* e as cidades do Norte que se beneficiavam deste comércio humano, iniciando-se em Concepción e estendendo-se até Lima e além. Em 1610, na conjuntura da viagem do padre Luis de Valdivia à Península e com o consequente reconhecimento da possibilidade de uma guerra defensiva que levasse à paz, a coroa ordenava que “En caso que se corte la guerra y se haga defensiva, os mando proveáis se suspenda, por el tiempo que durar a la guerra defensiva, la ejecución de la provisión en [que] se dieron por esclavos los índios [...]”⁸²², ordenando-se, por precaução, a continuidade da medida em caso de guerra ofensiva. A nova missiva demonstrava a completa falta de projeto real para a guerra chilena. Não raramente decisões de grande importância eram tomadas a partir do triunfo retórico e político de certas facções, cujas ideias eram apresentadas por agentes locais enviados para advogar suas perspectivas perante a corte, o rei e seus empoderados. A partir dessas campanhas, dessa luta entre poderes e ideias, a coroa e o Conselho definiam os rumos jurídicos da guerra, prescrevendo medidas por vezes dúbias, como a autorização da captura de indígenas em guerras “ofensivas”, proibindo-a, contudo, durante a vigência da guerra “defensiva”, conceitos que mesmo na época careciam de uma definição clara e objetiva.

A tendência a proibir a escravização, que vigorava desde meados do século XVI, alterou-se rapidamente. Até 1607, a coroa sempre fora reticente quanto a dar permissão aos seus súditos para escravizarem indígenas. Mantinha-se até mesmo uma disposição cambiante quanto à tradicional *encomienda* e às demais formas de serviço laboral, principalmente os de ordem pessoal, ou seja, prestados em usufruto específico de *encomenderos* ou demais beneficiados do trabalho de indígenas repartidos. Essa tendência coabitava com a necessidade de impor um domínio sobre essas populações, o que entevia dispor de sua capacidade laboral. Veja-se, por exemplo, uma carta do rei Filipe II à Audiência de Concepción datada de 1565, na qual o

⁸²¹ VALENZUELA MARQUEZ, Jaime. Los indios cautivos en la frontera de guerra chilena: entre la abolición de la esclavitud y la recomposición de la servidumbre esclavista. In: ALVEAL, Carmen; DIAS, Thiago (ed.). **Espaços Coloniais:** domínios, poderes e representações. São Paulo: Alameda, 2019. p. 229-262.

⁸²² *Real Cédula al virrey del Perú sobre la resolución que Su Majestad ha tomado en las cosas de la guerra de Chile, 8 de diciembre de 1610*, p. 262-265. In: FHTRCh, v. 1, 1982, p. 264.

monarca falava do envio de trezentos homens para “[...] que allanasen y pacificasen los dichos indios y los pusiesen debajo de nuestro dominio [...]”⁸²³, já que estavam revoltosos e haviam matado muitos espanhóis. Não obstante, conscientes que a “pacificação” geralmente desencadeava a brutalidade típica dos processos de conquista, o monarca ordenava que os locais realizassem “[...] a dicha pacificación [...] com toda paz y amor y com el menos daño que ser pudiere de los dichos indios, atrayéndolos así con buenas palabras y persuaciones [...] y a cualquiera persona que de ello excediere les castigueis ejemplarmente”⁸²⁴. O texto, um tanto paradoxal para aquela realidade histórica, antecedia em conteúdo às *Leyes de Población*, de 1573, que embora sempre tenham estado distantes de sua realização plena, concebiam o fim das conquistas e impunham a lógica de uma pacificação controlada por ordenanças régias, com o menor dispêndio de vidas indígenas possível e preferenciando a ação missionária em detrimento das armas. Essas medidas seguiam a tendência de amenizar as críticas de humanistas, religiosos e adversários à ação disruptiva das forças espanholas sobre a população ameríndia no Novo Mundo. Deve-se notar, no entanto, que o Chile (e outras várias partes do império espanhol) permaneceu relativamente alheio a essas estipulações, mantendo uma dinâmica de guerra pouco ou nada alterada durante todo o século XVI. Nesse sentido, a vultosa revolta que despediu o antigo e inaugurou o novo século serviu perfeitamente para que os súditos locais conseguissem aplacar as tendências mais protetivas da coroa e sua rejeição relativa à guerra *a fuego y sangre*.

Anômala, em certa medida, a permissão real de 1608 libertou todo o potencial das forças chilenas de usarem a fronteira de guerra como ponto inicial de um próspero comércio escravagista que adentrou, como prática corrente, todo o século XVII. A guerra defensiva, por sua vez, serviu como um interstício relativo entre o começo e o ápice das capturas de índios de guerra, visto que, embora os cativeiros não tenham cessado, as medidas régias e o abrandamento da guerra parecem ter dificultado a obtenção e o tráfico de *piezas*. Em 1620, por exemplo, sob ordens do rei, o vice-rei Francisco de Borja y Aragón (1615-1621), príncipe de Esquilache, promulgou a *tasa* que carregava seu título nobiliárquico. O vice-rei reclamava que, embora diversas cédulas e provimentos sobre o assunto tivessem sido expedidas por sua pessoa e por seus predecessores no cargo, ordenando-se a quitação dos serviços pessoais e da escravidão indígena, “[...] por ser tan contrario a la libertad natural de que deben gozar [...] sólo en el Reino de Chile no se ha puesto en efecto, no obstante las varias cédulas que sobre ello se

⁸²³ *Real Cedula sobre cómo llevar a cabo la pacificación de indios en Chile, Segovia, 13 septiembre de 1565*, p. 89-90. In: RAC, 1992, p. 89.

⁸²⁴ *Ibid.*, p. 89-90.

han despachados a los Gobernadores de aquel Reino [...]”⁸²⁵. Portanto, a *Tasa de Esquilache* declarava de forma direta “[...] todos los indios de paz y guerra que hay en el Reino de Chile por personas libres, y ordeno y mando que por tales sean tenidos, según y como por cédulas de Su Majestad está declarado”⁸²⁶. No entanto, permaneceriam escravizados os indígenas capturados entre a validade da primeira cédula, de 1608, e a sua posterior interrupção, em 1612. Todavia, proibia-se que esses cativos fossem vendidos, afastados ou sacados do Reino, ações que, caso realizadas, consumaria sua libertação efetiva. A medida ainda matinha a *encomienda*, exceptuando-se delas aos índios de Arauco, Tucapel, Catiray e aos indígenas que vivessem nas imediações do rio La Laja, além de algumas outras populações fronteiriças que viviam em localidades consideradas *Tierra de Guerra*. Em resumo, ordenava-se que todos os índios de guerra fossem considerados perpetuamente não encomendados. O novo regramento estabelecia ainda obrigações e tributos às populações indígenas, em especial para as populações pacificadas e já encomendadas, com destaque para os índios das jurisdições de Santiago, Concepción, La Serena e Chillán, autorizava a *mita* como forma de pagar os tributos devidos nos respectivos *repartimientos*, impunha a política de *reducciones* indígenas em *pueblos* ordenados, o recenseamento dos índios repartidos e encomendados e outras prescrições específicas, como a proibição de *borracheras* públicas, a obrigação de promover a catequese e a punição aos que vendessem vinho para os nativos.

Esse período de inflexão foi marcado por uma maior participação da coroa no gerenciamento da guerra chilena, se não diretamente, certamente de forma constante, prescritiva e decisória. As intervenções peninsulares, no entanto, eram eminentemente reativas. Obedeciam às urgências dos acontecimentos, às petições locais de seus súditos e, só por último, a cálculos estratégicos oriundos da própria Península. Isso significava que nem o Conselho, nem o monarca possuíam uma estratégia clara ou uma linha de ação específica para a guerra no Chile, avaliando as questões no decorrer dos acontecimentos. Comunga com esta visão a análise de Juan Eduardo Vargas Cariola, que se propôs a estudar o que talvez tenha sido uma das maiores intervenções reais na guerra do Chile: a criação e manutenção do *Ejército Real*. Como bem destacado em seu trabalho, a criação da força militar oficial não se deveu a uma iniciativa deliberada do rei, do vice-rei ou de seus conselhos, mas de um forte *lobby* sustentado por diversos atores relevantes e grupos preponderantes da governação, convencendo o rei e seus acólitos a estipularem, seguidamente, quatro propostas de financiamento e emprego militar para a

⁸²⁵ *Tasa y ordenanza para el Reino de Chile hecha por Don Francisco de Borja, Príncipe de Esquilache, 28 de marzo de 1620*, p. 84-105. In: FHTRCh, v. 1, 1982, p. 84-85.

⁸²⁶ Ibid. p. 86.

guerra araucana: a primeira, foi pensada no calor dos eventos de 1599; as demais, foram providas em 1602, 1604 e, finalmente, em 1606, quando Filipe III estabeleceu uma força de 2.000 homens e o *Real Situado* de 212.000 ducados anuais⁸²⁷. As medidas possuíam caráter supletivo e temporário, não devendo o *Real Situado* prologar-se para além de 1609, o que demonstrava que o papel da coroa na Guerra de Arauco estava, nesse momento, pautado na resposta aos acontecimentos, em detrimento de uma visão elaborada, a longo prazo, para as situações de guerra, territorialização e contingenciamento de ameaças aos seus reinos ultramarinos. A concessão de uma *tasa* excepcional para a guerra era a formalização e institucionalização das já existentes ajudas que partiam comumente do vice-reino e mais raramente da Espanha para o Chile. O papel desempenhado por Potosí nisso pode ser atestado desde cedo. Acossados pela pirataria corsária inglesa no ano de 1587, o vice-rei, Fernando Torres y Portugal, ordenava aos responsáveis por Potosí que levantassem quatro centenas de homens, armassem a tropa, providessem recursos para a jornada e financiassem sua ida ao Chile a partir do porto de Arica, visto que nem Lima, nem Cusco possuíam a capacidade de agrupar esse montante ou de financiar rapidamente o traslado. Era ordenado que a força consistiria em “[...] soldados y pólvora y municiones que se pudieren enviar [...] y que todo sea a costa de su Majestad [...] dando a cada soldado una barra o a lo menos doscientos pesos que con este premio acudan a hacer esta jornada”⁸²⁸. Sotomayor buscava obter essa ajuda sob a promessa de cumprir com a pacificação do Reino, tornando-o mais fechado à entrada tão temida de corsários nas águas do *Mar del Sur*. O grande dispêndio de recursos da Fazenda Real já caracterizara o Chile como uma governação que pouco produzia e que muito demandava de Lima e da coroa, mas até a grande rebelião, no final do XVI, não houve uma política contínua de financiamento humano e material dos conflitos; eram, pelo contrário, auxílios esporádicos e “voluntários”, já que não se constituíam como uma obrigação institucional firmada em Cédula Real ou *tasa*, mas como uma resposta dos altos poderes às demandas locais dos seus súditos no Chile. Uma racionalidade mais enfática quanto à questão da guerra no Chile tornou-se predominante a partir do governo de Filipe III, quando o Reino entrou em definitivo para o *hall* das preocupações constantes de domínio

⁸²⁷ VARGAS CARIOLA, Juan Eduardo. Los Austrias en la guerra de Chile. **Revista Chilena de Historia del Derecho**, Santiago de Chile, n. 9, p. 355-370, 1983. O artigo propôs ainda que Felipe III optou por minar posteriormente os esforços bélicos e fazendários da guerra do Chile, considerando-a assunto de pequena monta e de importância secundária frente aos demais desafios enfrentados nas outras partes de seu império. Isso poderia ser comprovado no relaxamento das medidas de financiamento, defesa e envio de reforços à localidade, retomados em maior monta apenas no governo posterior.

⁸²⁸ *Acuerdo sobre enviar cuatrocientos soldados de socorro al Reyno de Chile en virtud de ciertas Reales Cédulas y los autos que se hicieron con la Audiencia de la Plata [...]*, Potosí, 24 de septiembre de 158, f. 45. In: BNCh, Manuscritos, t. MS. BA. 4d, f. 59.

e ocupação da coroa, sendo presença cativa nas deliberações do Conselho das Índias e nas medidas decisórias para o sul do Novo Mundo. Durante Carlos V e, especialmente, no reinado de Filipe II, as intervenções da coroa mantiveram-se relativamente contidas, pontuadas por respostas a requisições, concessões de títulos e mercês, envio de *adelantados* e governadores, fixação de instituições régias e algumas poucas situações de envio de reforços e recursos, sobretudo nas últimas décadas do século XVI, quando a intervenção real começou a tornar-se mais perceptível após a criação da Audiência Real de Concepción. A ascensão da ameaça corsária no *Mar del Sur* também proporcionou uma virada no olhar do monarca para a governação chilena. Buscou-se proceder com a colonização efetiva do Estreito de Magalhães e tornou-se oportuno o envio de alguns experientes militares, como Sotomayor, para lidar e dar cabo da guerra que se arrastava indefinidamente contra os indigestos araucanos.

Foi a grande rebelião de 1598, a ameaça corsária e o contexto geopolítico imperial que colocaram o Chile nos holofotes da coroa, logo no começo do reinado de Filipe III. Seria possível acusar de negligente o poder régio por não traçar um plano estratégico de manejo do espaço de guerra no Chile? As decisões de ocupação ou desocupação, as estratégias bélicas e o uso de recursos, como vimos na documentação, à revelia da coroa, estavam massivamente nas mãos das autoridades locais que, conforme seus julgamentos, dirigiam os assuntos da guerra. É importante destacar que isso não marcava um quadro de ignorância, desprezo ou ingerência por parte dos reis. Antes, parece ser baseado em uma divisão oriunda de uma cultura política que equilibrava, na medida do possível, as decisões reais para um império gigantesco, mundializado e de extrema complexidade, com as necessidades e vontades dos grupos locais, que geriam mais diretamente as formas bélicas, os avanços, retrações e reordenações dos espaços hispânicos no Novo Mundo e alhures⁸²⁹. Remonta-se, portanto, a perspectiva trazida por John Leddy Phelan, à qual já aludimos anteriormente. Das questões burocráticas mais triviais e ordinárias, passando pelas ordenações religiosas, pelo trato com os indígenas, e desembocando na guerra e no manejo da litigiosa *Tierra de Guerra*, a coroa estava inserida não propriamente como o cerne norteador (embora pudesse tomar medidas capitais, que poderiam ser

⁸²⁹ Sobre a relação dos “Estados modernos” com suas esferas locais, pontuando a capacidade de intervenção e controle do poder central e sua convivência com as autonomias locais, ver GIL PUJOL, Xavier. Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos Séculos XVI e XVII. **Penélope: fazer e desfazer História**, Lisboa, Edições Cosmos, n. 6, p. 119-144, 1991. Destaco a percepção de que a função dos ditos Estados modernos não era propriamente o aparelhamento estatal ou a imposição do controle em sua acepção contemporânea, mas o asseguramento, aumento e manutenção do patrimônio dinástico. Na Espanha, chamava-se isso frequentemente de *Buen Gobierno*.

obedecidas ou não⁸³⁰), mas como parte acessória e legitimadora da guerra e do manejo territorial, sem deixar por isso de ocupar a mais alta hierarquia de poder. É um paradoxo, certamente: o mais elevado grau hierárquico da sociedade ibérica não era o poder mais basilar e fundamental na Guerra de Arauco. Autoconscientes desta condição e das limitações interpostas pelo distanciamento e desconhecimento da realidade ultramarina, os monarcas castelhanos delegavam o seu poder para seus subalternos mais bem relacionados com as peculiaridades da situação local.

A delegação de autoridade era balanceada por algumas intervenções pontuais. No geral, preservou-se a primazia do vice-rei nos assuntos primários, como pode ser visto em Cédula Real de 1610, dirigida ao governador do Chile, quando se deliberava sobre a guerra defensiva. O rei estipulava que “Habiéndose visto en la mi Junta de Guerra de Indias lo que el Marqués de Montes Claros, mi virrey del Perú, me escribió [...] cerca de la guerra de ese reino y los medios que me han propuesto para cortarla y hacerla defensiva [...]”⁸³¹, parecendo-lhe sensato adotar as medidas estipuladas pelos dignatário mencionado. Era mister, portanto, que o governador seguisse as indicações estratégicas e as deliberações bélicas de Lima, devendo manter uma corrente perene de informações no sentido Chile → Peru → Espanha: “Y de lo que se hiciere y ofreciere de nuevo, me iréis avisando y al dicho mi virrey muy particularmente, teniendo con él toda buena correspondencia, para que mejor acierte y haga mi servicio [...]”⁸³². Disso se infere que a guerra era muito mais influenciada pelas deliberações de Lima do que pelas do Escorial. Averigua-se isso ao perceber que o andamento da guerra no Sul dependia inteiramente de dois fatores supridos quase que completamente pelo Peru: reforço em homens e ajuda financeira e material com recursos provindos da *caja real* de Lima ou de Potosí. Mesmo antes, ainda no século XVI, os vice-reis peruanos já mostravam um grande poder de intervenção (nem sempre exercido) nos assuntos da guerra no Chile. Seu poder interventor pode ser visto na própria conjuntura de formação do território chileno: a concessão de Pizarro a Valdivia, o posterior reconhecimento desse como legítimo governador do Chile por Pedro de la Gasca, e a vinda de García Hurtado de Mendoza (1557) sob ordens de seu pai, o vice-rei Andrés Hurtado de Mendoza, que na vacância de poder oriunda da morte de Jerônimo de Alderete, que havia sido nominado *adelantado* real para o Chile, estabelecera, segundo Vivar, “[...] a su hijo

⁸³⁰ Retomamos à lógica dos grupos locais com relação às ingerências da coroa, sintetizada por Phelan na máxima de “Obedezco pero no cumplo”. Sobre isso, ver PHELAN, John Leddy. Autoridad y flexibilidad en la burocracia imperial española. *Revista Historia y Justicia*, Santiago de Chile, n. 10, p. 281-297, abr. 2018, p. 291, destacando sua análise sobre *flexibilidad*.

⁸³¹ *Real cédula al gobernador de Chile para que cumpla lo que el virrey del Perú le escribiere en orden a las cosas de aquella guerra, 8 de septiembre de 1610*, p. 407-408. In: CDHAAS, c. I, t. II, p. 407.

⁸³² *Ibid.*, p. 407-408.

don García de Mendoza por gobernador de estos reinos de la Nueva Estremadura [...] y como se quedaba aderezando en los Reyes de armas y gente y cosas necesarias a la conquista de la ciudad de La Concepción [...]”⁸³³, frustrando os anseios de dois dignatários locais, Francisco de Aguirre e Francisco de Villagra, de tornarem-se governadores do reino formado por Valdivia.

As intervenções peruanas, que não eram despossuídas de conflitos, relacionavam-se com diversos assuntos; leis indigenistas, criação de fortes e cidades, movimentos bélicos etc. Embora as operações militares e até mesmo a criação de novas urbes permanecessem como premissas eminentemente locais, a falha estratégica, o mau desempenho em batalha e a perda de contingentes ou terras poderiam descambar para a intervenção vice-real, geralmente seguida de uma carta de detração das autoridades de Lima para o Conselho ou para o rei, o que poderia trazer amplas complicações para os governadores. Vejamos, como exemplo disso, a já mencionada dissensão entre Alonso de Sotomayor e dom García Hurtado de Mendoza. O marquês de Cañete escreveu ao rei que, considerando a atuação de Sotomayor no desempenho de suas funções, “No tengo ninguna confianza de que por mano del gobernador se ha de acabar cosa ninguna, porque me dicen que atende más a sus granjerías y asistir en Santiago, que no a la guerra”⁸³⁴. Dom García propunha ao rei a substituição do governador, detratando sua inação e seus supostos desleixos com as coisas da guerra. O vice-rei ainda informava duas outras ações relevantes: sigilosamente, empregara uma pessoa de confiança para levantar informações junto às autoridades do Chile sobre o estado geral da governação; além disso, ordenara diretamente ao governador uma *entrada* em Arauco, o que pensava ser uma ação estratégica fundamental para a conclusão da guerra. Ambas as ações eram marcas indeléveis de uma direção mais incisaiva do vice-reinado sobre a mais alta autoridade local do Reino do Chile e sobre assuntos ordinários que lhe eram caros. Mas, à revelia das rugas de dom García com o governador Sotomayor, ele não poderia simplesmente substituí-lo. Antes, precisava antepor sua pessoa à coroa, mostrando o desserviço de suas ações, visto que Sotomayor fora empossado pelo próprio monarca⁸³⁵. Essa situação exemplifica a elaborada e complexa rede de poderes que se sobrepunham, transpassavam-se e modificavam sua forma e potência na decorrência dos acontecimentos, sem se calcificarem totalmente em uma forma monolítica de interação. Diferente de

⁸³³ BIBAR, Gerónimo de. **Crónica y Relación Copiosa y Verdadera de los Reynos de Chile**. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico José Toribio Medina, 1966, p. 197.

⁸³⁴ *Fragmento de carta del virrey García de Mendoza a Su Majestad sobre la ineficacia de Alonso de Sotomayor en la guerra y las informaciones que ha mandado levantar para averiguar su proceder en el gobierno, 23 de febrero de 1590*, p. 30-32. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. IV, 1960, p. 31.

⁸³⁵ Alonso de Sotomayor foi deposto de sua posição em 1591, sendo substituído por outro enviado da coroa, Martín García Óñez de Loyola, que tomou posse do cargo em setembro de 1592.

um poder simplesmente discricionário, o vice-rei precisava, a despeito de sua maior posição hierárquica frente ao governador, obter a simpatia real para investir em determinada linha de ação, seja na promoção de sua visão para o desenvolvimento da guerra e da ocupação dos espaços litigiosos, seja no plano administrativo geral de alguma das governadorias que estavam sob jurisdição do seu vice-reinado. De qualquer forma, um embate entre um vice-rei e um subalterno era uma luta desproporcional. Os senhores de Lima que se predispusessem a intervir nas realidades locais contariam com diferentes armas, desde seu lugar hierárquico e seu poder de mando, até os mecanismos mais sutis. A oposição de um vice-rei, portanto, era coisa temerária para um governador ou qualquer outro conquistador, funcionário ou clérigo nos territórios ultramarinos.

Entretanto, mais do que uma figura disruptiva, o vice-rei ocupava uma função fundamental, intermediando as petições mais importantes junto à coroa, enviando reforços, peticionando por mais auxílio e propondo endossos às demandas locais. Um caso interessante é o do vice-rei Francisco de Toledo, que em 1573 escrevera uma carta a Filipe II falando dos males causadas no decurso da guerra pela Audiência Real. Ele considerava que o presidente e os ouvidores “[...] que acá adonde aún no han metido la mano en materias de guerra por habérsela dejado en algunas de Gobierno quiere confundir y contradecir y meterse entrabas cosas donde las han usado y estado a su cargo [...]”⁸³⁶. A carta de Toledo, seguida de várias outras de mesmo conteúdo, sugere tanto uma inconformada resistência à ingerência da Audiência nos assuntos governativos e militares antes referentes principalmente ao governador e ao vice-rei, quanto uma vontade peremptória de retomar a primazia decisória da Cidade dos Reis sobre os negócios da guerra no Chile. Guerra essa que Francisco de Toledo fez questão de representar como dificultosa, renhida e necessitada não de um outro foro jurídico-administrativo, mas de “[...] personas que den ánimo y calor a las que están y de cabeza que tenga crédito y ejecute con la libertad necesaria el oficio militar [...]”⁸³⁷. Outra carta de igual raciocínio foi encaminhada ao rei em 3 de junho de 1573, acusando os ouvidores de má gestão e ganância, e defendendo a imposição de um governo estritamente militar, ligado como um apêndice

⁸³⁶ *Fragmento de carta de don Francisco de Toledo, virrey del Perú, a S. M. [...], 20 de marzo de 1573*, p. 9-11. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. II, 1957, p. 10.

⁸³⁷ Ibid.

administrativo, ao governo do Peru⁸³⁸. Sob tal campanha de oposição⁸³⁹, a Audiência de Concepción foi fechada em 1575, sob ordens régias que datavam de 1573. “[...] por algunas causas cumplideras a nuestro servicio habemos acordado de quitar la nuestra audiencia real [...] y proveer una persona que sea nuestro gobernador y capitán general [...] y otro que sea su lugarteniente [...]”⁸⁴⁰, ordenava o rei Filipe II, em carta firmada pelo Conselho em setembro de 1573. Era o triunfo de Toledo, que logo mais teria seu indicado firmado como substituto à Audiência em toda a sua gama de funções. O poder interventor do vice-rei foi consolidado e expresso em carta à coroa escrita pelo governador reempossado Rodrigo de Quiroga, onde ele expressava de onde proveio a diretriz para sua nomeação: “[...] me nombró el visorrey al fin del año próximo pasado por general deste reino y ofreciome de enviar para en el principio deste año socorro de gente y armas”⁸⁴¹.

O anômalo grande período de governo de Francisco de Toledo (1569-1581) foi sempre pontuado por suas decisões assertivas sobre a guerra de Arauco, e por suas intervenções junto às forças locais e junto ao Conselho e ao rei. Seu projeto de governo estava assentado em uma política geral de pacificação, redução e imposição peremptória de uma soberania régia pautada na justificação teórica da guerra e do domínio espanhol sobre os povos do Novo Mundo⁸⁴². O vice-rei via o Chile como parte indissociável do poderio do Peru, que usufruía de influência sobre a região desde o tempo incaico⁸⁴³. Sua carta de nomeação dada ao governador Quiroga traduzia o que considerava ser a responsabilidade de seu cargo para com o Chile e o que, consequentemente, tornou-se responsabilidade, ônus e dever dos senhores de Lima:

⁸³⁸ “[...] porque presidente y oidores de aquella audiencia lo acabarían de destruir respecto de las discordias que tienen entre sí y de la ambición [...] y que podrían en Chile tomar ocasión de que con enviarles las personas nombradas para la guerra [...] y que el virrey deste reino en los extraordinarios y socorros tuviese superintendencia para que ejecutase lo que el virrey le advirtiese [...]”: *Fragmento de carta de don Francisco de Toledo, virrey del Perú, a Su Majestad sobre la guerra de Arauco y socorro de Chile, 3 de junio de 1573*, p. 14-15. In: *Ibid.*, p. 15.

⁸³⁹ Toledo enviou, inclusive, espias e informantes para relatarem sobre os assuntos chilenos, como o caso do capitão Juan Ortiz de Zárate, que foi enviado com reforços ao Chile na responsabilidade paralela de relatar todos os desgovernos da governação ao rei, o que fez em carta datada de fevereiro de 1574. Para analisar o documento, ver *Carta de Juan Ortiz de Zárate al Rey sobre la conveniencia de cambiar al gobernador de Chile y retirar la audiencia, 15 de febrero de 1574*. In: *Ibid.*, p. 111-112.

⁸⁴⁰ *Real Cédula al licenciado (Gonzalo) Calderón. Con motivo de la supresión de la audiencia de Concepción [...], Bosque de Segovia, 13 de Julio de 1573*, p. 225-227. In: RAC, 1992, p. 225.

⁸⁴¹ *Carta de Rodrigo de Quiroga a S. M. sobre su nombramiento de gobernador, el socorro que trae Juan de Losada y otros asuntos, 15 de febrero de 1575*, p. 156-158. In: *Ibid.*, p. 157.

⁸⁴² Para uma apreciação geral do governo de Francisco de Toledo, ver MERLUZZI, Manfredi. **Gobernando los Andes**. Francisco de Toledo virrey del Perú (1569-1581). Roma: Fondo Editorial PUCP, 2014.

⁸⁴³ Sobre a paradoxal relação de Toledo com os antigos senhores incas dos Andes, ver a seguinte consideração: “[...] los incas comprendieron y dominaron los Andes, tanto a la gente como al espacio. Para Toledo, sería difícil no admirar a un régimen como este, y estaba dispuesto a imitarlo”: MUMFORD, Jeremy Ravi. Francisco de Toledo, admirador y émulo de la <<tiranía>> inca. **Historica PUCP**, Lima, v. 35, n. 2, p. 45-67, 2011, p. 67.

[...] y para los socorrer y sustentar y amparar en las dichas provincias muchas veces les hemos mandado enviar y se les han llevado socorro de este nuestro reino del Perú, con no pocos gastos de los haberes que Nos tenemos en las cajas reales [...] por ser de la parte y lugar más conveniente de donde pueden ser socorridas y amparadas para su conservación y según como la han sido hasta aquí, por todo lo cual y lo que conviene que esté dependiente de dicho nuestro visorrey y de los demás visorreyes lo que tocara a la defensa y ofensa de la guerra de las dichas provincias de Chile durante la dicha guerra [...]⁸⁴⁴.

Responsabilidades essas que apenas aumentariam com o passar das décadas, desaguando não apenas em um contínuo volume de despesas, mas em corriqueiros pedidos por intervenções reais. Toledo, portanto, apertava os laços entre as antigas partes do *Tawantinsuyu*, em uma tentativa de manter o vice-reino o mais politicamente coeso possível, em detrimento das influências peninsulares e da ação política dos seus adversários, que encontrariam menor espaço de ação em um vice-reinado firmemente vinculado ao poder central de Lima. Consequentemente, onerava a si mesmo, trazendo uma demanda que se provaria pesada para sustentar somente com os recursos do Peru. Fortalecia, em paralelo, uma relação de dependência, à qual os súditos do Sul recorreriam em horas de crise ou pressão, como o fizeram alguns soldados da guerra chilena, cansados dos conflitos e indispostos com os capitães e *vecinos* locais, aos quais acusam de diversos males, ao requererem melhores condições e prêmios, em carta datada de 1579⁸⁴⁵. Semelhante coisa faziam ordinariamente os governadores, intercedendo primeiro a Lima e depois à Espanha por meios para continuarem com a guerra, como o fez o governador Martín Ruiz de Gamboa alguns anos depois, em carta escrita para Martín Enríquez de Almansa, então vice-rei do Peru, lembrando-o abertamente de suas responsabilidades para com o belicoso reino meridional⁸⁴⁶.

O vice-rei Toledo enxergava o Chile como um potencial anteparo às investidas corsárias no *Mar del Sur*. Também o observava como um *limes* austral, a última extensão do seu esplendoroso vice-reino americano, sobretudo se, como desejava, “[...] se abre la navegación

⁸⁴⁴ *Provisiones que envió a Chile el virrey del Perú [...] nombrando capitán general a Rodrigo de Quiroga [...], 6 de marzo de 1574*, p. 115-124. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. II, 1957, p. 115-116.

⁸⁴⁵ *Carta que escribieron los soldados de Chile al virrey del Perú pidiéndole mejorar su desmedrada situación, 10 de mayo de 1579*. In: *Ibid.*, p. 407-408.

“Deseo saber nuevas de España [...] y si Su Majestad se ha acordado de este reino de proveer socorro de gente para él, porque está muy necesitado como tengo avisado a vuestra excelencia [...] aunque estoy confiado que vuestra excelencia se ha de acordar de este reino y le ha de enviar socorro, pues pende su remedio de vuestra excelencia cuando el de Su Majestad se detuviese”: *Carta de Martín Ruiz de Gamboa al virrey del Perú sobre la necesidad de defensa de las ciudades del sur, 2 de enero de 1583*, p. 149-150. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. III, 1959, p. 150.

de el Estrecho será la frontera de este reino y de donde ordinário se saca oro [...]”⁸⁴⁷. O Estreito, quase quatro décadas depois, permanecia um interesse prioritário de ocupação. Além disso, o Chile seria o sustentáculo de uma série de províncias menores, apêndices de seu território e ainda mais carentes e empobrecidas, como Tucumán. No tocante à expansão, não parece ter havido no Chile qualquer consideração mais relevante no apreço às *Ordenanzas del Bosque de Segovia*, principalmente no referente às novas *Leyes de Población*, criadas em 1573, na presidência de Juan de Ovando no Conselho das Índias. As ordenações centralizavam nas autoridades reais as permissões para novos descobrimentos e povoamentos, além de estabelecer rígidos critérios de não violência contra os indígenas. Talvez, esse aparente não cumprimento das *ordenanzas* tenha se dado pela percepção preponderante entre os espanhóis na governação de que o Chile era um espaço já *descubierto y poblado*, embora revoltoso, acrescido da consideração de que as novas leis admitiam “[...] que en lo que estuviere ya descubierto puedan dar licencia para hacer las poblaciones que convegan [...]”⁸⁴⁸, doravante se mantivesse as diretrizes gerais estabelecidas pelas *Leyes de Población* e a necessidade de informar ao Conselho de todo o desenvolvimento do processo.

Restava aos vice-reis do Peru proverem a *Tierra de Guerra* de materiais e homens suficientes para a persecução dos objetivos imperiais no Reino do Chile. Entrementes, considerou-se, por diversas vezes, dividir o peso dessa tarefa com a coroa. Foi o que idealizou o vice-rei Luis de Velasco, responsável por mitigar a pior perda hispânica em todos os anos de povoamento no Novo Mundo. Escrevendo ao monarca, em 1602, Velasco endossou o pedido de Ribera pela vinda de homens da península Ibérica, visto que “[...] los que aquí se le han enviado y vinieron dese reino se han consumido [...] que siendo V. M. servido, se le envíe la cantidad que pide [...] y que hasta la mitad fuesen labradores [...] que la de allí es tan fértil que los aficionará a quedar en ella”⁸⁴⁹. Tal ajuda, se realizada, agradaria grandemente aos súditos locais, ansiosos sobretudo por reforços peninsulares; mas também aos do Peru, cada vez mais contrafeitos a embarcarem para o Chile. As autoridades do vice-reino, por sua vez, também ficariam deveras satisfeitas, pois estavam desgostosos em pagar as onerosas despesas do abastecimento e deslocamento das tropas. Há de se corroborar que a manutenção de um estado constante de belicosidade (embora a ação fosse esporádica, mas não rara), imprimiu à

⁸⁴⁷ Carta del virrey Francisco de Toledo a Su Majestad sobre asuntos de gobierno y guerra del reino, 9 de abril de 1580, p. 28-33. In: Ibid., p. 29.

⁸⁴⁸ CUESTA DOMINGO, Mariano (ed.). **Normativa para descubrimientos y ordenanzas del Bosque de Segovia**. Madrid: Colegio Universitario de Segovia, 1994, p. 171.

⁸⁴⁹ Carta a S. M. de Don Luis de Velasco, Virrey del Perú, Callao, 5 de mayo de 1602, p. 84-89. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982, p. 86.

governança do Chile uma fama de *Tierra de Guerra* que extrapolava para além de suas fronteiras. O Chile permaneceu, até fins do século XVII, como um território deveras problemático para a coroa, suscitando intervenções tão contraproducentes para o erário real quanto o *Real Situado* (1599), criado para financiar as forças humanas engajadas na guerra de Arauco. Quanto a isso, Álvaro Jara pontou que essa disposição da coroa, alinhada à dispensa da classe *encomendera* das atividades bélicas era “[...] un vuelco completo de una política mantenida durante un siglo para toda América”⁸⁵⁰. Ao que parece, as seguidas desventuras espanholas no *Nuevo Extremo* criaram um conjunto idiossincrático de resoluções que não amainaram ou resolveram definitivamente o problema nuclear da conquista, pacificação e ocupação da *Tierra de Guerra*.

Entrando no século XVII, a tendência das intervenções peruanas não arrefeceu. Viu-se, no entanto, um intervencionismo cada vez maior por parte do rei e do Conselho. Atenção difusa, certamente, pautada sobretudo na reação aos pleitos e demandas, requisições e expectativas, dificuldades e ameaças locais, postas diante dos reis castelhanos por uma intrincada rede de propagação de informações, e retornadas à América em forma de Cédulas Reais, textos prescritivos que confirmariam, negariam ou reformulariam as ações e pretensões das autoridades e súditos locais. Adjacente a reis e vice-reis, estava a *Tierra de Guerra*, marcada por suas peculiaridades histórica e pelo conflito entre seus habitantes. Nesse cenário, um grupo delimitado de agentes religiosos viu uma oportunidade ímpar para implementar um projeto político-ideológico assentado no seu fervor religioso e na sua tradicional propensão a dedicarem-se à catequização. No começo do século XVII, a Companhia de Jesus no Chile traçou uma estratégia bélico-religiosa para a resolução da guerra, de sua esfera marcial ao âmbito expansivo, que não deixava de fora as negociações diplomáticas, o trato com os indígenas e o reordenamento moral dos *vecinos*. Proposta territorial, também, ao pôr e propor freios à expansão pelas armas e preconizar novas formas de disseminação do real domínio. Para isso, buscaram a simpatia e a legitimidade necessárias diante das cortes de Lima e de Madri. O grande ideólogo, proponente e defensor desta nova linha de ação foi o padre jesuíta Luis de Valdivia. Chegara a hora da *guerra defensiva*, e de todas as suas contradições, realizações e frustrações.

Os jesuítas

Decepcionado com a persistência da guerra e orientado por uma série de concepções humanistas, catequéticas e missionárias, pouco depois do intenso período de conflitos hispano-

⁸⁵⁰ JARA, Álvaro. **Guerra y sociedad en Chile, y otros temas afines**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1984, p. 140.

mapuches, o jesuíta Pedro de Valdivia aconselhava aos altos dignatários espanhóis a “[...] desde luego ir mezclando con la guerra al enemigo, el buen tratamiento al amigo que diese paz, para que esto le conserve en la paz, y disminuya al enemigo los motivos de su defensa [...]”⁸⁵¹. Tratava-se da promoção de uma ação deliberada que deveria empregar um meio-termo entre a guerra *a sangre y fuego* e a inação. Possuidor de uma crescente influência entre espanhóis no Chile, Peru e, futuramente, na própria corte, o padre começava a empregar sua visão da integralidade do que deveria ser a *Tierra de Guerra*, no que ela deveria se transmutar. Sua percepção de que a guerra era um elemento que retroalimentava os malogros espanhóis, ao mesmo tempo que reconhecia seus usos ordinários, levou-o a conceber uma mudança por gradação das cotidianas formas de lutar esse conflito por uma nova metodologia de consolidação do poder soberano e da lógica de domínio espanhol. Eram os primeiros sinais da gênese de um projeto bélico, evangelístico e expansivo que preconizava a ação da fé ante os braços armados, e o emprego dos rituais cristãos frente às táticas marciais. A expansão armada seria sucedida pelo progressivo aldeamento e a instrução cristã efetivaria a paz onde o poder dos homens fracassara. A premissa era clara e foi sinteticamente bem expressa em uma carta do padre ao rei, em um momento onde ele deliberava sobre como alcançar a paz na *Tierra de Guerra*:

Siendo de tanta importancia al servicio de su majestad la pacificación del Reyno de Chile y conversión de los naturales del a nuestra santa fe católica a más de 50 años que se trata de ello con las armas en las manos y muy gran costa de su Real Hacienda y derramamiento de sangre de sus vasallos y visto con la experiencia del tiempo el poco fruto que se ha conseguido en lo uno y en otro algunas personas celosas de sus servicios informaron ser más conveniente dar otra forma en esta pacificación mudando la guerra que se hace en defensiva para conservar lo que ya está ganado y asentando de paz para poder doctrinar a los naturales que en ellas están poblados [...] dándoles paga de su trabajo y quitando el jugo que tienen sobre su del servicio personal que dan por tributo en sus encomiendas [...] y que de este medio lo podrá usar con comodidad haciendo raya en la ribera del rio Biobío⁸⁵².

Nessa proposta, condensavam-se premissas militares, missionárias e civis. Rearranjava-se a função da fronteira proposta por Ribeira como bastião de defesa, tornando-a um trampolim para a ação da Companhia, que substituiria a *cabalgada* pelo evangelismo e a criação de fortes pelas missões (*reducciones*). Pacificar, afinal, a terra de guerra; dessa vez, com as

⁸⁵¹ *Padre Luis de Valdivia: guerra de Chile, 4 de enero de 1607*. MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 229, R.2, f. 3. . <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126179?nm>>. Acessado em: 05, dez. 2021.

⁸⁵² *Carta del Padre Luis de Valdivia, 1609-1610*, f. 385. In: BNCh, *Manuscritos*, t. MS. BA. 4d, f. 385-386.

sacramentadas armas do espírito, que, quando necessário, contariam com uma pequena ajuda das armas humanas: foi esse o principal escopo da ordem jesuíta no Chile durante a maior parte do século XVII e, sobretudo, o sonho de uma vida do seu maior proponente, o padre Luis de Valdivia⁸⁵³. A percepção jesuíta da guerra e do espaço dialogava com sua visão espiritual de mundo, com a proposta evangélica da Companhia e com o papel cívico-político que seus padres prestavam ao rei da Espanha⁸⁵⁴. Entretanto, conjugar esses fatores em uma proposta para salvar almas, ocupar o espaço e fazer dos novos cristãos ou dos pagãos não convertidos súditos fiéis ao rei era ideia de uma complexidade crescente. Muito do seu pensamento provinha da histórica crítica de setores do clero aos desvarios da conquista e à condição vexatória do trabalho pessoal indígena, sobretudo na forma de *encomiendas*, contra as quais o grande porta voz de oposição fora o Bartolomeu de Las Casas. De um ponto de vista teórico, as ideias jesuítas poderiam ser encaradas como um meio termo entre (1) o extremo da guerra *a fuego y sangre* e as ideias de letrados como Juan Guínés de Sepúlveda, que impunham, respectivamente, um gradual desmantelamento do mundo indígena pela obliteração do corpo social e pela negação da figura do índio como sujeito histórico livre, autônomo e integralmente humano; (2) e as mais radicais e raras ideias de humanistas como Erasmo de Roterdã, que ainda em 1517 escrevia que “[...] se existe algo entre as coisas humanas de que convém nos aproximarmos com hesitação, ou melhor, a que devemos de todas as formas escapar, execrar e afastar, certamente essa coisa é a guerra”, restando como ideal ao homem apenas os caminhos que levassem à paz e à anulação dos conflitos violentos⁸⁵⁵. Os padres da Companhia estavam conscientes das limitações que suas ideias de pacificação possuíam se rejeitassem qualquer uso da força, mas delegavam às armas um papel secundário e, com sorte, desnecessário no processo de pacificação indígena, que deveria ser efetivada sob a égide da cruz. O legado do século precedente, assim como a ação incisiva das ordens religiosas junto às reduções peruanas e alhures, foram de grande importância para o nascimento de uma crítica à conquista pelas armas e ao emprego arbitrário da mão-de-obra indígena entre os recém assentados jesuítas do Reino de Chile.

Em 1608, o padre jesuíta Diego de Torres Bollo, líder da província jesuíta do Chile e Paraguai, já anunciava a oposição da Companhia a certas categorias de trabalho indígena⁸⁵⁶.

⁸⁵³ Para uma visão geral da vida, das ideias, das propostas e da memória e retrato historiográficos do padre Valdivia, ver o trabalho seminal de ZAPATER, Horacio. **La búsqueda de la paz en la guerra de Arauco: padre Luis de Valdivia**. Santiago de Chile: Editora Andrés Bello, 1992.

⁸⁵⁴ WRIGHT, Jonathan. **Os Jesuítas**. Missões, Mitos e Histórias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

⁸⁵⁵ ROTERDÃ, Erasmo de. **O lamento da Paz. A Guerra é doce para quem não a experimentou**. Curitiba: Editora Segesta, 2019, p. 72.

⁸⁵⁶ Sobre o caso, ver KORTH, S. J. Eugene H. **Spanish Policy in Colonial Chile**. The Struggle for Social Justice, 1535-1700. Stanford: Stanford University Press, 1968, 96-116. Especialmente, o capítulo *Torres Bollo's campaign against slave labor*.

Em suas dedicadas campanhas e pregações contra a escravização e contra os trabalhos pessoais, o padre Torres Bollo sustentava que alguns fatores específicos tornavam a relação do espanhol com o indígena injusta e condenável. Ele contrapôs, *a priori*, o fato de alguns senhores e autoridades tratarem os índios como seres privados de liberdade, pois não havia razão para “[...] imponer perpetua servidumbre a hombres libres, y que no sean señores de su libertad, y de sus hijos”⁸⁵⁷. Além dessa afirmação sobre o direito à liberdade indígena, as ideias de Torres adentravam no mundo do trabalho para afirmar as outras grandes injúrias sofridas pelos nativos: eram mal pagos, sendo incapazes de sustentar suas famílias, e eram sistematicamente abusados, tendo que trabalhar para além de suas capacidades humanas sem receber cuidados devidos, descanso ou, no fim de suas vidas, como propunha o padre, alguma espécie de aposentadoria. Ele sugeria, por fim, que os indígenas mantivessem os hábitos da fé, a prática católica e os bons costumes, e que os espanhóis zelassem por sua saúde, bem-estar e perseverança na fé, pois os índios “[...] también tienen obligación a servir, y cumplir este concierto, como nosotros a pagarles [...]”⁸⁵⁸. As reformas de Torres Bollo foram dubiamente recebidas em Santiago, com apoios entre o clero secular e oposições renhidas entre os leigos *encomenderos*. Suas ideias incidiram primeiro sobre os índios de serviço do próprio colégio jesuíta, que foram liberados de seus serviços anteriores e tiveram a escolha de aderir a um novo pacto, pautado nos pontos elencados pelo provincial.

Enquanto Torres Bollo batalhava para propor sua concepção de trabalho justo, o padre Valdivia desenvolvia e buscava trazer apoio para sua idealização de guerra justa, a guerra defensiva. De forma semelhante, Valdivia fazia coro na denúncia à servidão indígena por vias do trabalho pessoal. Buscando explicar os fracassos do conflito, remontava a uma antiga e repetida crítica partilhada por muitos outros religiosos do mesmo e de outros hábitos, tanto quanto por alguns seculares e autoridades civis, que visualizavam nas formas de trabalho pessoal a “raiz de todos os males” da guerra chilena. Nessa leitura da história conflitiva do Reino, esses trabalhos vexatórios e compulsórios eram em definitivo a razão [...] por haber sido este servicio personal el motivo del alzamiento, y el fomento de la continuación desta guerra”⁸⁵⁹, como declarou o padre Valdivia em carta ao conde de Lemos (1607). Índios amigos e inimigos eram, em seus relatos, igualmente vitimados pela ganância e pelas infames perseguições dos

⁸⁵⁷ *Parecer del padre jesuita Diego de Torres, sobre el servicio personal y trabajo de los indios, Santiago, 28 de abril de 1608*, p. 138-139. In: FHTRCh, v. 2, 1983, 138.

⁸⁵⁸ *Ibid.*, p. 139.

⁸⁵⁹ *Padre Luis de Valdivia (Para el Conde de Lemos): guerra de Chile, Lima, 4 de enero de 1607*. In: MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 229, R.2, f. 2. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126179?nm>>. Acessado em 03 de dezembro, 2021.

espanhóis, ansiosos por conseguir novos braços submissos para os trabalhos ordinário em casas, minas e fazendas. Os conflitos eram marcas indeléveis deixadas pelo servilismo e imoderações das *encomiendas*. No entanto, diferente das demandas por justiça de seus congêneres, o padre jesuíta trazia um fator decisivo e preponderante para sua proposta de guerra: uma nova forma de gerir o espaço. Para Valdivia, não bastava alterar as condições degradantes e corruptoras do trabalho. Indo além das propostas usuais de reforma, o jesuíta preconizava uma mudança estrutural na dinâmica bélica do Reino de Chile e de seu trato com o espaço de guerra. Aqui, cabe ressaltar a conclusão de José Manuel Díaz Blanco sobre a percepção que o padre Valdivia possuía do Chile e da sua funcionalidade territorial: “[...] las visiones valdivianas de Chile como provincia de la Monarquía y de la Compañía de Jesús no pueden desvincularse de ninguna forma de una tercera: el Reino como pieza de la Cristiandad expansiva”⁸⁶⁰, o que dava ao seu trabalho uma dimensão política, religiosa e, conjunturalmente, imperial. Essas dimensões eram fundidas em sua vontade de cristianizar o espaço e a alma de seus ocupantes, de forma a tornar a *Tierra de Guerra* parte do reino católico terrenal de Sua Majestade, e às almas parte do Reino dos Céus; ao mesmo tempo, fazer dos *indios de guerra* servos de Deus e súditos do rei. O padre Valdivia desejava ser o promotor da construção de um Reino do Chile capitaneado pela pacificação e pela reorganização das relações de poder entre os grupos, facções e nações que o compunham. A projeção do jesuíta para o Chile perfazia a construção de um reino que integrasse harmoniosamente, sem amalgamar, os dois *pueblos*, espanhóis e índios, em uma simbiose funcional, certamente hierárquica, mas não opressiva (no que julgava ser a opressão hispânica, a ver, o trabalho compulsório, a escravidão e a guerra injusta), capaz de obliterar o conflito vigente e de perpetuar uma paz sob a égide do catolicismo e da obediência vassalada ao trono castelhano.

Na leitura que fez Horacio Zapater dos trabalhos de Luis de Valdivia, o Biobío não seria preconcebido como uma marca indelével e inexorável de distanciamento entre dois mundos; antes, “Lo conceptuaba más bien como el *limen* del respeto mutuo [...] Y a medida que creciera la quietud, aumentaría el intercambio de ideas, valores, cosas”⁸⁶¹. No entanto, o jesuíta

⁸⁶⁰ DÍAZ BLANCO, José Manuel. Luis de Valdivia y la articulación espacial de Chile. **Revista de Historia Social y de las Mentalidades**, Santiago de Chile, v. 12, n. 2, p. 89-107, 2011, p. 103. Outra interessante conclusão do estudo é a constatação de que o padre Valdivia via no Chile uma unidade política e geográfica. Podemos perguntar se tal realidade advém das condições históricas da ocupação territorial hispânica da região ou se era uma ideia particular, de cunho analítico e voltada para a afirmação do Chile como um espaço indissociável. Não obstante, constata-se que o fator *plurinacional* mencionado por Díaz Blanco era peculiar a outros locais de colonização hispânica. Ainda assim, futuras pesquisas possuem um interessante campo de estudos na questão sobre o aparecimento de uma visão geográfica do Chile como unidade política, reino e “nação”.

⁸⁶¹ ZAPATER, Horacio. **La búsqueda de la paz en la guerra de Arauco: padre Luis de Valdivia**. Santiago de Chile: Editora Andrés Bello, 1992, p. 16.

parece ter estado sempre consciencioso da importância de manter o viés da força como elemento de dissuasão. Valdivia reconhecia a importância da estabilização fronteiriça realizada por Ribera, dos fortes nas margens do Biobío e da capacidade defensiva das forças espanholas. Também nunca temeu chamar os indígenas rebelados de *enemigos*, embora mantivesse uma política dúbia, propondo a retirada de fortes avançados, o perdão de traições e a soltura de *caciques* e *guerreros* capturados. Sua estratégia bélica parecia estar pautada na perseguição de um desequilíbrio bélico, como explicitava em carta ao rei, datada de 1613. Nela, defendia que, naquele momento, preponderava o número de soldados espanhóis e de índios amigos ante os números dos índios de guerra que poderiam juntar-se em caso de uma rebelião geral. Portanto, o padre defendia com indómita certeza que não havia necessidade de enviar grande número de reforços ao Chile, como também garantia que eram “[...] mayores las fuerzas ordinarias nuestras que tenemos en las fronteras que las extraordinarias que ellos pueden juntar cuando echen el resto en juntarlas todas”⁸⁶², garantindo, ainda, que os rebelados estavam divididos e dispersos. No mesmo texto, pedia ao rei que pusesse um bispado na terra de guerra, visto os imensos trabalhos espirituais que se faziam necessários e as dificuldades enormes de prover os indígenas de serviços espirituais perenes. Garantir a paz pela superioridade bélica, usando para isso não apenas espanhóis, mas o braço armado dos índios amigos, e garantir um frutuoso trabalho espiritual nas terras litigiosas, eram o arco de sustentação central da guerra defensiva, com a qual a Companhia de Jesus no Chile pretendia obliterar as várias décadas de cruenta guerra. O próprio padre narrava suas realizações ao rei, em carta datada de 1614, falando dos seus principais sucessos até então nas províncias mais próximas às bases do Biobío, que antes da guerra defensiva encontravam-se rebeladas. No trecho que se segue, pode-se perceber com exatidão o caminho almejado pela missão político-religiosa do padre Valdivia:

[...] cuando llegue a este Reyno con ocasión del alzamiento y rebelión de las provincias de Arauco, Tucapel y Catiray, que precedió tres meses antes de mi llegada, las cuales con ella y el ofrecimiento de los medios dieron la paz cantidad de 1800 indios los cuales sen guerra y derramamiento de sangre en este pacto de cuatro meses se vinieron de tierra del enemigo a las suyas donde con gusto y quietud acuden al servicio de V. M. hasta el día de hoy; y de ellos se han bautizado [...] más de 300,

⁸⁶² *Padre Luis de Valdivia: estado de la guerra de Chile, setiembre de 1613*. MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 229, R. 18, f. 8. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126195?nm>>. Acessado em 04 de dezembro, 2021.

que para las dificultades [...] en esto ay de vencer no es pequeña [...]”⁸⁶³.

Seu informe sumariava as vitórias que tanto perseguia. Ao mesmo tempo, denunciava seus pares espanhóis que obstaculizavam e impediam a promoção da paz, enquanto afirmava ser possível pacificar sem sequer recorrer à ação direta das armas. Não obstante, o padre era compelido a reconhecer que ainda se tratava de uma guerra e que estava “[...] bien claro supuesto ser la dicha defensa necesaria para reparo de las entradas que el enemigo intentaría a los principios”⁸⁶⁴, o que equivalia a reconhecer certos limites à sua proposta. Ou melhor, tratava-se de reconhecer que não haveria paz sem capacidade bélica, e que a situação não seria resolvida apenas por meios pacíficos. Isso colidia também com a dedução do padre Valdivia de que o principal motivo da guerra indígena eram os vexatórios trabalhos pessoais e compulsórios, interpretação que nublava as razões subjacentes que estimulavam e embasavam a resistência araucana: persistir como populações *de guerra*, *enemigas* ou *rebeladas* consistia em algo mais profundo que a mera negação à *encomienda* e à *mita*, era uma forma tácita de afirmar sua autonomia política, de defender seus territórios e espaços tradicionais e de preservar certos aspectos de suas tradições, fatores ameaçados com o avanço espanhol; ao mesmo tempo em que, dinamicamente, adaptavam-se e introduziam novas elementos estrangeiros ressignificados ao universo de sua cultura. No momento histórico tratado, não obstante, essa percepção ausente era substituída por uma inevitável necessidade de explicar certos contratempos da guerra defensiva. O mais preponderante de todos foi certamente o massacre de Elicura, o assassinato de três padres jesuítas e de vários aliados indígenas nas mãos do *gran toqui* Anganamón, liderança de Purén e afamado comandante mapuche na luta contra a ocupação espanhola das terras da Araucanía.

O massacre ocorreu em um período de tréguas, durante a proposição das novas pazes sustentadas pelo Padre Luis de Valdivia com anuência direta da coroa. O então governador, Alonso de Ribera, buscava pactuar um tratado com as forças indígenas eufemisticamente chamadas de *rebeladas*, enquanto os detratores da guerra defensiva ansiavam por uma situação para deflagrar a guerra *a fuego y sangre*, que demonstraria os erros em tentar dialogar com os araucanos. A oportunidade apresentou-se em inícios de 1612. Um sargento espanhol, chamado Pedro Meléndez, percorria a *Tierra de Guerra* como arauto, convocando os *principales* a

⁸⁶³ *Padre Luis de Valdivia: guerra de Chile, 20 de febrero de 1614*. MCD, PARES, AGI, vol.. PATRONATO, 229, R.36, f. 2. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126213?nm>>. Acessado em 02 de novembro, 2021.

⁸⁶⁴ *Ibid.*

reunirem-se em Parlamento junto ao governador, que tinha em seu poder, como peça de barganha, o *toqui* Tereulipe, capturado numa tentativa frustrada de tomar o forte Arauco. Embora as conversações iniciais tenham logrado êxito, um acaso frustrou os resultados promissores do encontro. Meléndez fugiu das terras de Anganamón com duas de suas esposas, seus filhos e uma cativa espanhola, então sobre posse do *cacique*⁸⁶⁵, levando-as logo após para o forte de Paicaví. Criava-se assim um conflito de dimensões potencialmente catastróficas para a paz, pois a situação contrapunha a fuga das mulheres e sua salvaguarda entre os cristãos com uma tão cara e significativa faceta da cultura araucana, a poliginia dos homens mapuches, especialmente preponderante entre os grandes *toquis*, para os quais as mulheres desposadas apareciam como símbolos de status, poder e conexões políticas. Tendo em vista a sua posição de proeminência social frente aos demais indígenas da terra de guerra, Anganamón interpretou o acontecimento como uma traição desdenhosa, um ato oneroso para sua honra e uma violação ao seu espaço intrafamiliar e comunitário: o patriarca perdera repentinamente parte de sua parentela, logo incorporada ao mundo dos seus principais inimigos. A vingança, nessa situação, não era movida simplesmente por rancor. Antes, era a consequência direta de uma quebra da ordem pela qual se estruturava a sociedade mapuche. A represália emergiria como efeito de uma ação que maculava o espaço de existência do *gran toqui*, quebrando o núcleo familiar por via de uma fuga sagaz, de um sequestro infame e de uma alienação, pois o ato de Meléndez retirava o poder de Anganamón sobre a chefatura de parte de sua família, o que, sem dúvida, resvalaria sobre seu status social como reche, um homem verdadeiro, e como *toqui*, um chefe guerreiro⁸⁶⁶. Restava ao *principal* dos índios de guerra de Purén fazer a vendeta, negando aos espanhóis a paz e retomando seus entes familiares. Só pelo sangue, ou por um resgate equivalente e equitativo, restaurar-se-ia a ordem da vida⁸⁶⁷. Como os espanhóis negaram peremptoriamente a

⁸⁶⁵ Rosales menciona que, além das duas esposas indígenas, seguiram a essas os filhos que elas tinham com Anganamón. Além disso, o jesuíta se refere à espanhola como mulher do *toqui*, o que não seria raro naquela época, quando um número grande de cativas espanholas se encontrava entre os indígenas, sendo sua posse objeto de desejo e poder, sobretudo entre os guerreiros mais proeminentes. Bascuñán, por sua vez, menciona apenas as esposas, adjuntas de uma mulher espanhola que as seguiu junto a Meléndez. Com pequenas variações, ambos os relatos seguem a mesma estrutura narrativa dos eventos.

⁸⁶⁶ Esse fator foi bem detalhado no relato de Bascuñán, onde o *toqui* lhe explica a razão da gravidade com a qual tratou do assunto, mencionando o papel dos sogros/aliados no dito desenlace: “[...] nos volvimos desconsolados y tristes, mis suegros sin sus hijas y yo sin mis mujeres, rabioso de haber admitido aquel español en mi casa, y deseoso de hallar ocasión de vengarme [...] En este tiempo [...] tuve noticia cierta que habían llegado al valle de Elicura dos pasteros o padres de la Compañía de Jesús, enviados del propio padre que nos engañó, y porque mis suegros entendiesen cuán lastimado volvía [...] convoqué hasta doscientos indios amigos y comarcanos, y fue a donde ellos estaban, y los hice matar rabiosamente. Mirad ahora si tuve sobrando razón o no, después de recibidos los agravios que os referidos: PINEDA Y BASCUÑAN, Francisco Núñez de. **Cautiverio Feliz, y razón de las guerras dilatadas en Chile**. In: CHCh, Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. III, 1863, p. 431.

⁸⁶⁷ GOICOVICH VIDELA, Francis. Un sistema de equivalencias: el ritual del sacrificio en la cultura reche-mapuche de tiempos coloniales (siglos XVI y XVII). **HISTORIA**, Santiago de Chile, v. II, n. 51, p. 423-454, julio-diciembre 2018.

última opção, o massacre de Elicura serviu como expiação parcial pelas perdas aviltantes do *gran toqui*.

Os cristãos de Paicaví recusaram-se a entregar as mulheres de volta ao *toqui* de Purén. Argumentavam para isso que a poligamia era um pecado e que os filhos e mulheres do chefe tinham virado cristãos, não desejando voltar a lugar e modos de vida pagãos. O resultado desse incidente não tardou. Em meados de dezembro, as conversações de paz tinham sido feitas com apenas alguns líderes araucanos, deixando uma grande parte da província de Arauco ainda rebelada e em guerra. Nesse momento de ânimos exaltados, uma pequena missão contando com três padres jesuítas foi enviada à *Tierra de Guerra*, acreditando-se que não corriam risco iminente. Estavam presentes os padres Horácio Vechi, Matin de Aranda e Hermano Diego de Montalvam, acompanhados dos caciques Utablame, Paignuili, Tereulipe, Caniumanque, Coñuemanque, Calbuñamcu e outros indígenas de Elicura. Em 13 de dezembro, acampados às margens do lago Lanalhue, essa comitiva foi repentinamente atacada pelos indígenas de Purén. Os jesuítas tornaram-se mártires e Anganamón teve sua vingança⁸⁶⁸. Para o Padre Valdivia, embora toda a situação tenha sido um enorme revés, o massacre de Elicura era percebido como exemplo da validade de suas ideias. Os três jesuítas mortos seriam verdadeiros mártires que “[...] ofrecieron sus vidas por la eterna, y nos dejaron con el riego de su sangre esperanzas [...]”⁸⁶⁹. Disso resultara, segundo sua interpretação, não uma derrota, mas um sucesso arrebatador de seus ideais, ao conseguirem preservar a paz geral, em detrimento dos que pregavam os promotores da guerra ofensiva, que advogavam uma imposição de duras repressões aos indígenas pelo ocorrido e alardeavam sobre a incapacidade dos índios de guerra de manterem as promessas de paz. Contudo, mesmo sobre duras críticas e acusações, a guerra defensiva foi surpreendentemente preservada, não ocorrendo levante ou guerra significativa como corolário do dito evento.

A proposta da guerra defensiva assumia uma posição deveras simples sobre o uso das armas contra os indígenas. Se guerra houvesse, esta deveria existir para garantir a defesa dos índios amigos. A solução seria ir “[...] reduciendo estos indios amigos de las fronteras de modo que los cubran nuestras fuerzas, que ahora están indefensos [...] por estar muy esparciados

⁸⁶⁸ Como visto acima, um relato colhido segundo Bascuñán junto ao próprio Anganamón pode ser lido em PINEDA Y BASCUÑAN, Francisco Núñez de, op. cit., p. 431. Surpreendente foi a opinião emitida pelo soldado-cronista após ouvir o *toqui* de Purén: Bascuñán não se opôs à lógica de Anganamón e, por fim, ainda conclui que “[...] su indignación había sido justificada y su venganza debida correspondencia a la que con él había tenido”: *ibid.*, p. 133.

⁸⁶⁹ Padre Luis de Valdivia: *guerra de Chile, 20 de febrero de 1614*. In: MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 229, R.36, f. 3. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126213?nm>>. Acessado em 02 de novembro, 2021.

[...]”⁸⁷⁰; espaçamento esse que impedia uma defesa efetiva de suas comunidades por parte do Exército Real. O mais correto, portanto, era reunir-lhes em reduções na redondeza dos fortes espanhóis, onde, sob vigilância dos soldados, dos capitães e dos jesuítas, poderiam habitar pacificamente e resistir eficazmente aos ataques dos “inimigos”. A fórmula para o problema do espraçamento das forças espanholas e dos aliados indígenas era agrupá-los, diminuindo a distância em léguas entre os índios amigos e as forças de defesa fronteiriças, possibilitando o asseguramento de uma paz armada nas regiões de fronteira e, conseqüentemente, facilitando o trabalho de cristianização dos jesuítas. No auge da sua proposta de paz, o padre Valdivia pensava ser capaz não somente de dissuadir os seus congêneres espanhóis de realizar a guerra, mas almejava também desestimular, *a priori*, e findar definitivamente, *a posteriori*, as expedições de *maloca* dos índios de guerra. Frustradas as pilhagens e os botins, os rebelados perceberiam que os lucros advindos da guerra cessariam, trazendo-os a uma paz imposta não por *entradas* regulares, capturas ou punições exemplares, mas pela simples técnica defensiva de prover ajuda militar aos índios amigos e de defender com precisão as cidades, fortes e atividades produtivas espanholas. O padre desejava estrangular a guerra, suprimindo o fluxo de riquezas que estimulava ambos os lados a realizarem *malocas*. Racionalizava que, defendendo os bens e propriedades, impossibilitando os saques e extinguindo as capturas tanto por espanhóis quando por índios de guerra de outros indígenas, a paz apareceria como resultado inexorável da guerra de defesa.

O clero do Reino não experimentou unidade quanto à questão posta pelo jesuíta. Os pares clericais do padre Valdivia estavam entre alguns dos mais ferrenhos opositores e detratores de suas ideias defensivas. Vários integrantes do clero secular e de outras ordens expressaram, com sua erudição, as fraquezas que julgavam ver nas propostas dos jesuítas, emprestando suas vozes, letras e influência a uma camada de *vecinos*, capitães e soldados leigos e ignorantes que partilhavam das mesmas opiniões contrárias à proposta defensiva. O frei agostiniano Andres de Rozas, por exemplo, pensava ser muito mais relevante e produtivo que o rei enviasse socorro militar imediato e que “[...] a fuego, y a sangre se concluya de una vez la guerra, porque esperar pazes es esperar un imposible [...]”⁸⁷¹. Baseava seu argumento na falta de firmeza dos acordos de paz: sempre que se concluía a paz com os indígenas, eles a quebravam quando achavam conveniente, argumentava. A proposta do padre Valdivia, portanto, era

⁸⁷⁰ Ibid.

⁸⁷¹ Fray Andrés de Rozas y Gaspar de Viera: *guerra de Chile, 14 de abril de 1614*. MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 229, R. 50, f. 2. . <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126227?nm>>. Acessado em 05 de dezembro, 2021.

classificada como errônea e irrealizável. Todavia, seu maior adversário dentro do próprio clero foi o provincial franciscano Pedro de Sosa, um clérigo de boa retórica e influência local que recebeu de alguns *ayuntamientos* citadinos a permissão de representá-los diante do rei e do Conselho em suas prédicas contra a guerra defensiva⁸⁷². Sosa colocou-se sob escrutínio dos poderes maiores em 1613, quando viajou sob ordens de Alonso de Ribera e de alguns *cabildos* chilenos para a corte. Lá, não obteve melhores simpatias, favores ou decisões do que outros detratores das ideias dos jesuítas, como o coronel Pedro Cortés, enviando pelo governador junto ao padre Sosa para juntos advogarem pela perpetuidade da guerra ofensiva. Seus argumentos, todavia, revelavam uma percepção alternativa às tratativas de paz, ao resguardo defensivo e à estabilização militar proposta pelos padres da Companhia de Jesus, o que os torna uma interessante fonte de escrutínio.

As ideias do padre Sosa traziam uma crítica pontuada por uma suposta constatação histórica: todas as pazes antes celebradas se mostraram vãs, pois, sempre que possível, os índios de guerra sacudiam os antigos laços estabelecidos e punham-se em revolta contra o domínio espanhol. Para ele, isso advinha de uma predisposição bárbara e animalesca, inescapável à condição de existência dos *de guerra*, que eram, segundo Sosa “[...] gente de behetría, que jamás se les conoció adoración, Rey, ley, ni cabeza a quien obedezcan [...] y asi es gente barbara [...] porque entre ellos no hay más justicia, honra, razón, ni palabra [...]”⁸⁷³. Organizavam-se com aptidão apenas para a guerra, ação que o franciscano arraigava na própria natureza da existência dos indígenas rebelados, tornando-a parte indelével de sua experiência histórica e, portanto, um mal que não poderia ser sanado pelo simples estado de vigilância, defesa e evangelização⁸⁷⁴. O crivo da alteridade emergia para denunciar as *borracheras*, a poligamia e a gentilidade como elementos de distanciamento e confronto entre indígenas e espanhóis. Ao argumento de Valdivia de que lhes faltava efetiva evangelização, Sosa contrapunha que “[...] no se puede atribuir

⁸⁷² Seria essa uma prefiguração do conhecido antagonismo entre franciscanos e jesuítas? A documentação é escassa sobre a questão para um período como o início do século XVII, mas são notórias as disputas políticas, econômicas e teológicas entre as ordens alhures. Certamente, debates em torno dos *modus operandi* da evangelização já existiam e iriam aprofundar-se com a rápida ascensão da influência jesuíta na governação. No Chile, os atritos tornar-se-iam mais visíveis no século XVIII, culminando com a expulsão jesuíta em 1767 e com a entrada franciscanas nas suas antigas missões. Sobre o tema, ver LEAL, Cristián; MORENO, Rodrigo. Jesuitas y Franciscanos en tiempos del obispo Espiñeira en la gobernación de Chile: críticas al sínodo y a la estrategia misional, 1765-1771. *Temas Americanistas*, Sevilla, n. 46, p. 223-248, junio 2021.

⁸⁷³ *Ciudad de Santiago: estado y remedio de Chile, 1613*. MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 229, R.25, f. 11. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126202?nm>>. Acessado em 04 de dezembro, 2021. Trata-se do segundo documento do corpo, um memorial sistematizado e conciso de informações e argumentos apresentados pelo padre Sosa ao monarca nos idos de 1613.

⁸⁷⁴ “Y advirtiéndolo la barbaridad inhumana de aquella gente, y que crecía los daños, hizo recoger toda la gente a la ciudad”: Ibid., f. 13. O relato das entradas indígenas nas cercanias de Concepción (1612-1613) destacava a desumanidade, que seria característica preponderante nos índios de guerra, sempre apontada e suportada pelos maiores entusiastas da escravização e da guerra ofensiva.

a falta de doctrina el no estar reducidos los de guerra, sino a su obstinación, pues al tiempo que se alzaron, había más doctrineros, y doctrina, que nunca había tenido aquel Reyno [...]⁸⁷⁵. Com isso, tornava o problema da guerra dissociado da questão evangelística, que, segundo propunham os padres jesuítas, seria a verdadeira força que traria o fim efetivo do conflito, triunfando onde as armas falharam.

Trazendo à tona os profundos ressentimentos produzidos durante a grande rebelião de 1598, o padre rememorava que os índios de guerra foram responsáveis por uma enorme e devastadora subversão do espaço do Reino do Chile, na qual, mesmo após anos de boas propostas de paz e parcimônia por parte dos governadores (cujo mais parcimonioso teria sido o decapitado Óñez de Loyola), os nativos “[...] abrasaron y quemaron cinco ciudades, sin dejar en ellas piedra sobre piedra, asolando templos, matando sacerdotes, maltratando, y quemando las imágenes y crucifijos, vilipendiando las cosas sagradas”⁸⁷⁶; pois, como postulavam os maledicentes da ação indígena, os “bárbaros” não se saciavam em destruir os bens materiais, mas, como inimigos da fé, buscavam igualmente obliterar o divino. Essa representação trágica da sina espanhola ressaltava o caráter errático, irascível e belicoso dos indígenas chilenos rebelados, que não entenderiam outra forma de ação que não a bruta e sanguinolenta guerra *a fuego y sangre*.

Ao contrário da narrativa jesuíta, que contemplava Elicura como uma apoteose de sua missão evangelística e o martírio como um divisor de águas, canalizador do sucesso da missão espiritual da ordem, o franciscano representava a morte dos padres com um olhar mais terrenal, sem glórias e pouco heroico. Sosa afirmava que a morte dos jesuítas adveio da pouca proteção dada aos religiosos e, principalmente, da traição maldosa dos *caciques* e *principales* que convidaram os jesuítas a assentarem-se em suas terras, silenciando-se sobre os diversos indígenas, caciques e principais de Elicura mortos junto aos padres. Haveria relatos conflitantes sobre os eventos de Elicura, ou o padre Sosa silenciou a morte dos indígenas que acompanhavam os padres na tentativa de corroborar com seus argumentos? Ao que parece, o interesse principal do discurso de Sosa era desqualificar os índios de guerra como potenciais índios reduzidos e pacificados, viabilizando as opiniões a favor da guerra ofensiva e, paralelamente, favorecendo o retorno da escravização massiva de nativos colhidos nas guerras meridionais. Por fim, restava reconhecer que em sua versão ofensiva, o conflito interpunha um desafio enorme sobre o manejo territorial, pois a guerra “[...] se ha dilatado, se ha hecho mas dificultosa, porque aunque

⁸⁷⁵ Ibid., f. 11.

⁸⁷⁶ Ibid., f. 12.

los Indios son menos en numero, son mas en el valor, por el exercício, y uso de aquella guerra”⁸⁷⁷. Era um tímido reconhecimento do valor bélico indígena. Um paradoxo, já que contrastava com a desumanização e desvalorização das qualidades indígenas. Ou, talvez, haja alguma coerência na conclusão peremptória do padre Pedro de Sosa, visto que partia do pressuposto de que a irracionalidade e irredutibilidade da guerra chilena só poderia ser sustentada por um tipo de homem no qual mal se reconheciam os padrões de humanidade comuns aos hispânicos; uma quase besta que encontrava na selvageria da guerra sua *alma mater*, e que, portanto, ao não reconhecer outra comunicabilidade que não a das armas, só poderia ser vencido por essas.

A resposta da Companhia de Jesus não demorou. O padre Valdivia ordenou que o padre Gaspar Sobrino zarpassse para Espanha, a fim de contrabalancear os argumentos dos seus adversários perante o Conselho. Em seu memorial ao rei, o padre Sobrino sublinhava que, a despeito da propaganda contrária à guerra defensiva, o padre Valdivia, em cerca de um ano de trabalho, alcançara uma grande vitória nos espaços fronteiriços, obtendo a paz em Arauco, Tucapel, Catiray e Elicura. O sucesso era associado com a transformação do espaço de guerra em espaço de paz, evangelismo e ação jesuíta. Contra os argumentos de seus detratores, o padre convidava-os a mostrar qualquer insucesso nas políticas jesuítas além de Elicura. Mesmo este evento fora acidental, uma sucessão de mal-entendidos e destemperanças não usuais. Dessa forma, não haveria por que não insistir na guerra defensiva, que respondia muito bem às necessidades da guerra no Chile e “Tampoco se puede temer mayores daños [...] habiendo cuydado de nuestra parte, si ellos vienen a hacernos guerra, tendremos más certa la victoria la qual siempre ha sido dudosa [...] en la guerra ofensiva”⁸⁷⁸. Ou seja, vencia-se duplamente: pelo evitamento de expedições de ataque perigosas e contraproducentes e pela defesa efetiva de suas comunidades fronteiriças. Cuidadosos em sua resposta, os padres da Companhia confiavam na afirmação racionalizada de que a guerra ofensiva era uma aposta perigosa, enquanto a defensiva trazia embutida uma quase certeza de êxito militar, que se refletiria no consequente sucesso sobre o domínio do território. Sucesso de uma ocupação perene, de assentamentos espanhóis que atravessassem incólumes os séculos, de bordas que se estenderiam até seus limites “naturais”, de fronteiras suprimidas pelo apaziguamento das lutas e pelo esvanecer das alteridades conjunturais, preservadas, não obstante, as noções de “dois mundos”, o indígena e o espanhol.

⁸⁷⁷ Ibid.

⁸⁷⁸ *Carta memorial do padre Garcia Gaspar ao rei, segundo transcreveu Diego de Rosales*, p-600-602. In: ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, t. II, 1878, p. 601.

Esses, no entanto, não seriam separados por fronteiras de guerra, *limes* fortificados ou terras litigadas; antes, estariam associados pela fé, pelas suas relações produtivas e pela sua subserviência mútua ao rei. O resultado da guerra defensiva era a paz perpétua, conquistada com o mínimo derramamento de sangue necessário, com a política de negociações dos Parlamentos e com a evangelização generalizada da *Tierra de Guerra*. Um memorial jesuíta da época explicava a razoabilidade a partir da percepção empírica dos sucessos que, segundo seus realizadores, começavam a aparecer no lado da política defensiva, e faltavam nas propostas ofensivas:

La prudencia humana no enseña que es buena la guerra ofensiva para la predicación del Evangelio, ni para ahorro del gasto de V. M. pues em sesenta años que ha que dura, se ha visto y experimentado lo contrario, y la defensiva se ha comenzado a experimentar el bien, y es gran prudencia experimentarla por algunos años, como V. M. lo tiene ordenado”⁸⁷⁹.

Os jesuítas apelavam à razão e à experiência prática para solidificar seus argumentos, subterfúgio que, como veremos, foi usado igualmente por seus detratores para combalir a guerra defensiva. O padre Gaspar Sobrino dispôs-se, inclusive, a construir um documento elucidando os pontos fundamentais da proposta de Luis de Valdivia. Tratava-se de um memorial pormenorizado sobre os meios necessários para alcançar solução peremptória para a guerra. Para demonstrar os sucessos já alcançados pela guerra defensiva, o jesuíta citava a capacidade de locomoção na “antiga” terra de guerra, algo que sempre obstaculizou a vida dos espanhóis ao sul do Biobío, incapazes de percorrer os caminhos que ligavam as urbes umas às outras sem cair em emboscadas ou sem ter que travar escaramuças contra algum bando indígena refratário à presença espanhola:

[...] se pudiese caminar con seguridad (como lo hice yo) y que se poblasen muchas estancias de españoles, que por los sucesos dichos se habían despoblado. Y el P. Luis de Valdivia con solos dos españoles pudo atravesar, desde Arauco por los Catyrais al fuerte de Talcamahuida, cosa que poco antes un tercio de 400 hombres, no se atreviera a hacer sin mucho recato. Pues suceso tan nuevo, tan inopinado, y de mudanza tan maravillosa, con que fundamento se puede atribuir a las armas, que ya entonces había suspensos dellas [...]”⁸⁸⁰.

⁸⁷⁹ *Memorial impreso, sin fecha ni lugar, sobre la guerra defensiva y estado de ella*, f. 78. In: ANH, Fondo Jesuitas, v. 93, f. 77-79.

⁸⁸⁰ *Padre Gaspar Sobrino: medios para remediar la guerra de Chile, 1613*. MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 229, R. 26, f. 5. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126203?nm>>. Acessado em 02 de novembro, 2021.

O sucesso da *pax* jesuíta reverberava na disposição espacial da terra. Antes, de guerra, contraposta ao assentamento e às andanças dos espanhóis. Agora, habitável e segura. Obviamente, havia uma exageração na segurança dos caminhos e no apaziguamento geral da região, mas a ideia concebida pelos padres da Companhia de fato objetivava alcançar uma forma de apaziguamento moldado de maneira a “domar” um espaço de beligerâncias constantes. Sobre a usual justificativa das *entradas* espanholas, o resgate de cativos e cativas, o memorial contrapunha que durante a vigência da guerra defensiva o número de resgatados fora maior que nos anos de guerra ofensiva. Nesse quesito, afirmava, a negociação e as conversações funcionavam muito melhor do que as armas. A construção de uma rede comercial, de um espaço pacífico de negociações e de uma rotineira prática de intercâmbios, explicava o jesuíta, funcionaria muito mais nos resgates do que o estado de guerra constante, que vedava completamente as tratativas. Outros motivos sustentavam a prédica: centenas de “naturais” estavam sendo batizados e havia uma melhora significativa na produção econômica, como na criação de gado, alvo principal das *malocas* indígenas, já que os currais e pastos estavam bem melhor protegidos e assegurados que antes.

Após demonstrar o valor efetivo da sua proposta e de provar que o massacre de Elicura fora uma contingência alheia à quadratura geral da guerra defensiva, Gaspar Sobrino reafirmou a vontade da Companhia em proceder com as reduções dos índios de Arauco em torno dos fortes espanhóis, protegendo-lhes dos ataques dos inimigos e estabelecendo um controle mais efetivo sobre a província. Os fortes consolidariam um poder tutelar dos espanhóis sobre as comunidades reduzidas, presas às adjacências dos mesmos pela garantia de proteção dada pelos oficiais e padres ali alocados. Tanto o padre Gaspar Sobrino quanto o padre Valdivia afirmavam que muitas comunidades de Tucapel, Catiray e Arauco deixaram a margem meridional do Biobío, rumando para o lado setentrional. É certo que, por mais que não seja implausível que tal situação tenha ocorrido, parece longe de ter sido um efeito migratório massivo da guerra defensiva, pois as fontes não descrevem amiúde estes deslocamentos, nem destacam grandes e vigorosos assentamentos ou reassentamentos de comunidades indígenas a norte da fronteira de guerra do Biobío⁸⁸¹. Por fim, o memorial trazia à lembrança do monarca que a nova forma de fazer guerra seria testada, mas que seu efeito não estava na prevenção de ataque às comunidades espanholas, pois não havia como sustentar uma política que estivesse baseada na vontade

⁸⁸¹ Segundo relatava o memorial jesuíta: “[...] les ofreció se pacificaren, como esta dicho los de Arauco, Tucapel, y Catyrai, e estos dejaron sus tierras, como dice arriba, y se pasaron por gozar de mayor seguridad desta parte del rio de Biobío al amparo de los españoles”: Ibid., f. 22

e determinação de povos bárbaros. Antes, contavam com uma rotina de desgastes, onde por meio da persistência e da sagacidade os padres demonstrariam aos indígenas que, caso insistissem na rebelião, sua guerra estaria fadada ao fracasso. Esperançosos que os indígenas se desiludissem com a guerra, os jesuítas objetivavam levá-los por prédica, negociações e tratados à condição de súditos reduzidos do rei e de cristãos católicos cujas almas seriam salvas da danação, enquanto seus corpos seriam introduzidos ao reino dos homens, ao labor meritório e às graças oriundas da nova soberania régia à qual estariam sujeitos.

O memorial e a missão subjacente do padre Gaspar Sobrino perante o Conselho triunfaram ante a tentativa de subverter a guerra defensiva, iniciada por Alonso de Ribera ao enviar o padre Sosa e Pedro Cortés à Espanha. Triunfou porque, ao contrário de seus opositores, propunha uma solução menos onerosa, mais ligada à condição etérea da religião cristã e menos fadada a grandes tragédias. Além disso, era promissora, ao menos em suas expectativas. Todavia, o confronto de ideias mostrava que os jesuítas não teriam trégua. O próprio padre Valdivia mal calculara sua jogada política, ao endossar o retorno de Ribera ao governo do Reino em 1611, pois concebia-o como um potencial aliado de sua forma de fazer guerra (ou de alcançar a paz), ideia que logo se mostrou um equívoco. Ainda assim, nem os pleitos de Ribera, nem os dos partidários da guerra ativa surtiram efeitos no direcionamento político de Madri por ao menos uma década. Ademais, a guerra defensiva advinha de uma longa campanha que operara com eficácia e largo efeito de convencimento primeiro no Peru e, logo depois, na própria corte ibérica. Já em 1610, o pio Filipe III aceitava, favorável e esperançoso, a proposta do obstinado jesuíta que o arguira a mudar a estratégia do império na tão custosa guerra. Essa, no entanto, não era uma decisão em seu todo original, indissociável ou isolada. Em diversos cenários onde reinaram os impérios luso e hispânico, antes e depois da tentativa da paz jesuíta no Chile, lideranças jesuítas trabalharam com assiduidade e vitalidade na persecução dos objetivos régios, dirimindo conflitos entre colonos e indígenas, ou, por vezes, envolvendo-se nesses conflitos, e espalhando, junto à mensagem cristã, os preceitos do *buen gobierno*, ou da dominação temporal dos reis ibéricos⁸⁸². A proposta de guerra defensiva no Chile, dessa maneira, enquadrava-se num quadro profícuo de relação entre o poder soberano e os desenvolvimentos missionários da Companhia em âmbito mundial. Enquadrava-se, também, na correnteza dinâmica da política externa espanhola, controlada nessa época pelo partido do Conde de Lemos, do qual

⁸⁸² Sobre a atuação da Companhia de Jesus no âmbito do Novo Mundo ibérico, ver TROISI MELEAN, Jorge Cristian; AMANTINO, Marcia (org.). **Jesuítas en las Américas: Presencia en el tiempo**. Buenos Aires: TeseoPress, 2019. Em especial, no referente ao nosso escopo analítico, ver o capítulo *La Compañía de Jesús y su aporte a la modernidad en la sociedad de Chile colonial (1593-1767)*, p. 127-175, de autoria de Guillermo Bravo.

provinha o vice-rei marquês de Montesclaros (1607-1615)⁸⁸³, que defendeu e efetivou a política da guerra defensiva no Chile, em moldes muito semelhantes ao desenrolar da guerra no Flandres, onde um acordo contemporizou os conflitos entre a Espanha e os “hereges” rebelados das Províncias Unidas momentaneamente em 1609⁸⁸⁴. A guerra defensiva foi finalmente consolidada em um documento régio de março de 1612, onde o rei estabelecia o Biobío como *limes* balizador da *frontera de guerra*, a primeira fronteira, e postulava o trabalho militar como um auxiliar da missão jesuíta de completar a pacificação da *Tierra de Guerra* e de incorporar progressivamente aos índios de guerra na condição de súditos dentro do corpo político do trono castelhano⁸⁸⁵. Os jesuítas tornaram-se fiéis depositários da missão estratégica de apaziguar e submeter os povos rebelados da terra de guerra do Chile.

Na cédula de concessão do bispado de La Imperial ao padre Valdivia, o texto começava reconhecendo a inutilidade da luta e a nova ideação imperante: “La experiencia de tantos años como ha que dura la guerra de los indios rebeldes de ese reino ha mostrado la dificultad que tiene el acabarla siguiéndose como hasta aqui, y obliga a pensar en otros médios”⁸⁸⁶, que nada mais eram do que torná-la, como sugeria o padre, defensiva. A preconização desta nova metodologia bélica tinha objetivos bem claros e projetivos. Decidia-se preferencialmente por tratar da doença e não dos sintomas, que ao ver da coroa poderiam ser extintos, junto à mazela da guerra, se os indígenas rebelados não tivessem razão para contestar a dominação espanhola. As duras condições do domínio, a violência e a escravidão deveriam extinguir-se para dar espaço ao “[...] buen tratamiento de los de paz, introduciendo doctrina en los de guerra, procurando

⁸⁸³ O trabalho de DÍAZ BLANCO, José Manuel. **Razón de Estado y Buen Gobierno. La Guerra Defensiva y el imperialismo español en tiempos de Felipe III.** Sevilla, Universidad de Sevilla, 2010, insere essa proposta de paz em uma nova dinâmica global de larga abrangência que propunha uma série de tratados e conversações de paz com inimigos históricos, a ver, ingleses, neerlandeses, franceses e, no caso chileno, com os povos indígenas. Essas medidas foram efetivadas debaixo da influência do Duque de Lemos, braço direito da administração real nesse período. Buscava-se sanar as contas do Estado e reconstruir certos traços da política externa, evitando custosos e longos enfrentamentos.

⁸⁸⁴ DÍAZ BLANCO, José Manuel. **La Guerra Defensiva: confesionalidad y “maquiavelismo” de la política española en Chile.** *Chronica Nova*. Granada: Universidad de Granada, n. 35, 2009, 267-285, destaca que a diferença entre a Guerra Defensiva chilena e o tratado de Antuérpia foi a aceitação dos partidários mais religiosos da monarquia, como os jesuítas, da justeza envolvida na rebelião indígena, como resistência à tirania dos espanhóis no Novo Mundo, enquanto que a paz com holandeses e ingleses era encarada como um desvio dos objetivos católicos da monarquia Habsburgo e dos seus reinos. O pagão, portanto, possuía foro e legitimidade como súdito. O herege, sendo rebelde e estrangeiro, não deveria usufruir do mesmo benefício à paz. Ver também ECHEVARRÍA BACIGALUPE, Miguel Ángel. Presentación: guerra y economía en Flandes, siglos XVI y XVII. **Studia Historica: História Moderna**, Salamanca, v. 27, p. 17-23, 2005, sobre a dinâmica do conflito.

⁸⁸⁵ *Provisiones y Cartas del Rey Philipe Tercero Nuestro Señor y del Excelentísimo Marques de Montes Claros Virrey del Perú con otros sus órdenes y decretos sobre la nueva forma que le da en la guerra y buen asiento del Reyno de Chile, 29 de marzo de 1612.* Lima: Francisco del Canto, 1612.

⁸⁸⁶ *Real cédula al Obispado de Santiago para que entregue la jurisdicción del obispado de la Imperial al Padre Luis de Valdivia, 8 de diciembre de 1610.* p. 408-410. In: CDHAAS, c. I, t II, 1880, p. 408.

reducirlos por medio de la predicación evangélica [...]”⁸⁸⁷. Era o começo do triunfo oriundo de uma campanha de dois anos do jesuíta Luis de Valdivia junto aos poderes do Chile, do Peru e do próprio trono Castelhana, ao qual intercedera pessoalmente. O monturo da guerra ofensiva e as razões da monarquia para limitá-la foram ponderados décadas depois por Diego de Rosales, o grande padre-cronista do XVII. Rosales expunha o que se apresentava como uma visão comungada por uma maioria dentre os de sua ordem, a saber, que a guerra era um desfavor ao rei e, em paralelo, aos dois reinos, o da terra e o dos céus:

Pues ha pasado de un siglo y va por los mismos pasos caminando a otro, en deservicio de su Majestad y daño del Reyno, con excesivo gasto de su Real Hacienda y consumo de españoles e indios, y lo más considerable, con estorbo de la predicación evangélica [...] y con la perdición de innumerables almas de infieles que si no hubiera guerra oyeran la palabra divina y se convirtieran a nuestra santa fe que en estos indios no hay otro impedimento sino la inquietud de las almas para recibir la religión cristiana, porque entre ellos no hay ídolos ni adoración de dios alguno⁸⁸⁸.

Segundo pensava o jesuíta, a atratividade da religião cristã era nublada pela incessante violência, dificultando a missão apostólica dos padres entre almas tidas como sedentas pelo evangelho e que, por contingência da guerra, estavam sendo condenadas à danação eterna. Embora assentada sobre uma improvável e errônea visão de fácil conversão dos índios rebelados e de uma vontade natural e imanente desses de cristianizar-se, essa ideia soava plausível para a época. No entanto, havia nela um nexos carregado de plausibilidade: deixando de lado a suposta “carência indígena” pelos ideais da cruz idealizada pelo padre, é bem conhecido que o sucesso jesuíta foi mais frequente em zonas pouco tocadas pelos braços e vontades dos conquistadores e povoadores leigos⁸⁸⁹. Tendo em vista que situações de violência constante e guerra perene não facilitavam o trabalho da Companhia, grandes representantes da ordem, a

⁸⁸⁷ Ibid.

⁸⁸⁸ ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, t. II, 1878, p. 514.

⁸⁸⁹ Citamos alguns estudos luso-brasileiros sobre dois emblemáticos casos sulamericanos de missões jesuítas e índios missionários empenhados na resistência contra os arroubos da coroa e dos agentes coloniais na região dos Sete Povos das Missões e adjacências e na região Amazônica CHAMBOULEYRON, Rafael. Em torno das missões jesuítas na Amazônia (século XVII). *Lusitania Sacra*, Lisboa, v. 2, n. 15, p. 163-209, 2003; PIMENTEL, Maria do Rosário; BEITES MANSO, Maria de Deus. Os Jesuítas nas Américas: <<A República dos Guaranis>>. **Veguetas: Anuario de la Facultad de Geografía e Historia**, Las Palmas, n. 13, p. 255-268, 2013; FONTELLA, Leandro Goya. A Guerra Guaranítica num contexto de Cultura de Contato: uma interpretação sobre o caráter das interações entre guaranis e missionários e sociedades ibéricas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 27, p. 1-20, 2020. Esse último traz a aplicação do conceito de *Middle Ground* de Richard White (1991) ao caso de contatos, lutas e adaptações entre jesuítas, conquistadores e guaranis.

iniciar por Luis de Valdivia, de longe o mais relevante entre eles, arguiram em calorosos sermões, petições, discursos, crônicas e tratados por uma transformação substancial nas formas de guerra contra os indígenas no Reino do Chile. Transformação essa que perpassava inexoravelmente pelo trato com o indígena, com o espaço disputado e com as demais forças relevantes que formavam a *Tierra de Guerra*. Haveria um outro caminho para o poder soberano afirmar-se, que não a antiga e arraigada conquista *a fuego y sangre*? As respostas eram dissonantes, mas o momento parecia auspicioso. Se os espanhóis sofriam com a dilatada guerra, também o sofriam os índios de guerra e suas comunidades, sentenciados à tumultuosa vida das atividades bélicas. A relação da entrada do governador Ribera e do padre Valdivia em Arauco, num período de intensas crises entre os espanhóis e os indígenas de Purén (1612), capitaneados pelo ofendido Anganamón, sugere que, para além da necessidade de pausar a guerra, os indígenas enfrentavam consideráveis divergências internas. O texto falava da existência de [...] confusión por la división y variedad de pareceres que había en los indios de guerra en razón de dar crédito o no darle a las cosas que de parte de S. M. se les han ofrecido”⁸⁹⁰. Esta “confusão” não é difícil de compreender quando ponderados os traços sociopolíticos na formação de alianças entre as comunidades indígenas araucanas, que prescindiam de uelma centralidade marcante e de uma linha hierárquica coroada por uma cabeça decisória. De qualquer forma, esse traço de dissensões internas era um sinal especialmente auspicioso para os espanhóis, que há década e meia enfrentavam largas confederações indígenas nas províncias rebeladas⁸⁹¹.

Não resta dúvidas que, para o jesuíta, a guerra defensiva e a política de parlamentos eram o caminho correto para a pacificação araucana. Apenas um ano após o início formal da nova proposta defensiva, em uma extensa carta na qual explicava o revés de Elicura, Valdivia terminava sua argumentação em tom de extremo otimismo, afirmando que os índios de guerra estavam “[...] divisos que los más no quieren guerra, la qual el día de hoy más es tropillas de salteadores y ladrones que poco a poco se van cogiendo, y la guerra acabandose [...] como lo vera V. Mag. en estos tres años que a señalado para prueba desto”⁸⁹². Valdivia pontuava que,

⁸⁹⁰ *Relacion de lo que sucedió en la jornada que hicimos [...] Alonso de Ribera [...] y yo desde Arauco á Paycavi [...] escrita por mi el padre Luis de Valdivia [...], 26 de noviembre de 1612*, p. 281-296. In: HFPCCh, t. II, 1852, p. 281. O documento terminava com uma carta do governador Alonso de Ribera, de 25 de outubro de 1613, afirmando que não assinara nem tomara consciência da feitura o texto anterior, sendo de inteira responsabilidade do padre Valdivia. Além disso, expressava suas discordâncias com relação a certas tratativas nas questões da paz e da guerra, e sobre a culminância trágica das mortes jesuítas em Elicura.

⁸⁹¹ GOICOVICH VIDELA, Francis. Alianzas geoétnicas en la segunda rebelión general: génesis y dinámica de los vutanmapus en el alzamiento de 1598. **Historia**, Santiago de Chile, v. I, n. 39, p. 93-154, enero-junio 2006.

⁸⁹² *Padre Luis de Valdivia: estado de la guerra de Chile, setiembre de 1613*. In: MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 229, R.18, f. 8. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126195?nm>>. Acessado em 02 de novembro, 2021.

neste momento, o número fronteiriço de tropas espanholas e aliadas passava o número de braços indígenas rebelados. Afirmar a pacificação das fronteiras de guerra e a posterior redução das comunidades indígenas autônomas era fundamental, propagandisticamente, para sustentar a ideia de uma “paz armada”, profundamente abalada após o massacre de 12 de dezembro de 1612. Valdivia sustentava uma perspectiva otimista dos eventos e da situação geral, mas nem de longe era seguido por grande parte dos seus pares espanhóis.

Alonso de Ribera, novamente governador (1612-1617), concordava com o padre ao pontuar a aparente fragilidade dos índios de guerra presentes entre o Biobío e Purén, afirmando, inclusive, ser a perfeita oportunidade para invadi-los, impondo-lhes rendição e redução⁸⁹³, o que lhe estava interdito, visto a vigência da guerra defensiva. O governador propunha aproveitar a desavença interna entre os araucanos para, a partir da fronteira do Biobío, lançar entradas de conquista e ocupação sobre a Araucanía. Seus planos, no entanto, jamais foram substanciados, tendo em vista o parecer real contra expedições ofensivas. Não obstante, diferente do jesuíta, o comandante militar reconhecia as vulnerabilidades fronteiriças e os perigos iminentes, sobretudo quando se deslocava o olhar um pouco mais para o Sul: “La fuerza que tienen está em la Imperial y la Villa-Rica y Valdivia, donde estoy informado que juntan dos mil índios de a caballo [...] por cosa cierta que son de diez mil indios arriba los que hay en estas tres provincias”⁸⁹⁴. Sugeria-se, pelo seu relato, que as divisões eram menos aparentes ao sul de Tucapel e que os números não eram nada promissores para os hispânicos nas antigas províncias perdidas ao sul do Toltén, onde a limitada ação jesuíta demoraria ainda longínquos anos para lograr êxito substancial.

O preâmbulo de toda essa história está na chegada dos padres da Companhia de Jesus ao Chile, no ano de 1593. A Companhia foi fundada por Ignácio de Loyola na década de trinta do século XVI, como parte de sua apaixonada missão espiritual para expiar suas culpas terrenais e expandir o evangelho pelo mundo⁸⁹⁵. Os jesuítas que chegaram ao Chile possuíam, como instituição, décadas de experiência evangelística e um ardor ferrenho pela conversão de pagãos e infiéis, manifesto na amplitude de seu alcance missional, espraiado por todas as quatro partes

⁸⁹³ “Desde el rio de Biobio a Puren y desde la cordillera nevada a la mar no hay mil indios de guerra y estos estan muy repartidos en sus quebradas y si desde el fuerte del Nacimiento, Levo y Cayoguano se les hiciesen entradas con mucha facilidad se rendirían y reducirían a nuestra tierra o se retirarían a la del enemigo”: *Carta de Alonso de Ribera al rey de España, 1613*, p. 265-280. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 278.

⁸⁹⁴ Ibid.

⁸⁹⁵ Em seu processo de ascese, depois de uma vida devassada e violenta, Loyola narrara, em sua autobiografia, as profundas lutas interiores que travou para enfim encontrar o alívio da absolvição das culpas que o importunavam. Sobre isso, ver o relato pessoal em LOYOLA, Inácio de. **Autobiografia de Santo Inácio de Loyola**. Braga: Editorial A. O., 2005, para entender o caminho que o levou à formação da Companhia, seus anos e projetos iniciais e sua ideia central para a instituição.

do mundo. Como sugerem os estudos sobre a Companhia, desde cedo os seus padres missionários foram profundamente influenciados pela narrativa vitoriana e lascasina, tornando-se, com o tempo, defensores ainda mais ferrenhos que os seus pares dominicanos no tocante a certos tópicos concernentes ao bom trato, à liberdade e à não violação da vida dos indígenas, ainda que uma dubiedade em torno dos temas da guerra justa, da escravidão indígena e africana e dos trabalhos servis e compulsórios permeasse continuamente o clero e os doutores da lei ibéricos, dentro e fora da Companhia de Jesus, durante todo o período colonial⁸⁹⁶.

Periférico, isolado e afligido por ondas de revoltas indígenas, o Reino do Chile não contou com nenhum projeto sistemático de evangelização das populações araucanas para além do Biobío até o final do século XVI. A chegada dos jesuítas, por sua vez, foi tímida e não produziu maiores impactos missionários de imediato. A atenção da coroa com os assuntos religiosos e a aplicação de uma evangelização massiva como forma de reduzir aos indígenas sempre ocorreram de formas variadas no Novo Mundo. No geral, imperavam os desígnios administrativos do *patronato* régio, pelo qual a coroa administrava e impunha o crivo da hierarquia como norteadora do clero peninsular e ultramarino; e a missão evangelística, fundamentada em estratégias político-missionárias promovidas pela coroa, pelo Conselho das Índias e por setores da Igreja e das elites dirigentes. Os jesuítas, por seu turno, estavam imbricados nesses princípios político-religiosos como peças importantes, cumprido as missões ordinárias de sua ordem e diversas funções paralelas, ora observando os estamentos do *patronato*, ora obstaculizando-o, se não como oponentes, ao menos como súditos contrafeitos de certas propensões régias⁸⁹⁷. Não foi sem sobressaltos que um indisposto Filipe II permitiu a entrada da ordem no Peru, em 1568, onde desde cedo estiveram inseridos em muitos conflitos com as autoridades reais.

No Chile, uma zona periférica e afastada, o envio de missionários e a criação de uma estrutura religiosa foi nublada pelas tentativas de conquista e pelas necessidades militares. Em *Real Cédula* de 1551, ordenava-se a passagem de três padre da ordem dos franciscanos para o Chile, onde Pedro de Valdivia buscava “[...] descobrir y poblar aquella tierra; y, porque somos informados que no tiene consigo ningunos religiosos para que entiendan en la defensión y protección de los índios naturales de ella [...]”⁸⁹⁸. Restava aos religiosos o dever de instruir os

⁸⁹⁶ ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. O debate sobre a escravidão ameríndia e africana nas universidades de Salamanca e Évora. In: CAROLINO, Luís Miguel; CAMENIETZKI, Carlos Ziller (org.). **Jesuítas, ensino e ciência. Séculos XVI-XVIII**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005. p. 205-226.

⁸⁹⁷ NUMHAUSER, Paulina. El Real Patronato en Indias y la Compañía de Jesús durante el período filipino (1580-1640): un análisis inicial. **Boletín Americanista**, Barcelona, n. 67, p. 85-103, 2013.

⁸⁹⁸ *Real cédula em que se dispone que pasen del Perú a Chile tres religiosos a trabajar en la evangelización y protección de los naturales, 4 de septiembre de 1551*, p. 4-5. In: CDHAAS, c. I, t II, 1880, p. 4.

povos indígenas na revelação cristã, mediando seu contato com os intrépidos conquistadores que, como sugeria a Cédula, poderiam, sem o devido cuidado, incorrer em maus-tratos a essas populações locais, levando-as à revolta e à insatisfação com o domínio espanhol. Os franciscanos deveriam interpor-se a qualquer demanda arbitrária e trabalhar junto aos indígenas “en su instrucción y conversión a nuestra santa fe católica [...]”⁸⁹⁹. Os portadores do hábito de São Francisco chegaram em 1553 a Santiago, instalando-se posteriormente em Concepción também, cidades onde seus mosteiros representavam centros de aprendizagem, catequese e até mesmo de defesa, quando os conflitos acercavam-se das cidades. Além do clero secular, os mercedários já haviam se instalando no Chile entre 1548-1549 e os frades dominicanos chegaram em 1552. No geral, havia carestia de religiosos, e os assuntos concernentes à ortodoxia e ao disciplinamento dos cristãos eram tão prementes quanto a evangelização dos gentios. Pensando nisso, em 1561 foi criado o bispado de Santiago, por ordens de Pio IV (e benemérito de Filipe II), mas esta diocese só bem se estruturou anos depois. Passado algum tempo, em 1564, o mesmo papa criou o bispado de La Imperial. Pouco tempo depois, uma Cédula Real tratava da preocupação da coroa com a ausência de mosteiros no Chile, “[...] especialmente de la orden de San Francisco, a cuya causa dejan de ser doctrinados y enseñados en las cosas de nuestra santa fé católica muchos de los naturales de esas dichas provincias [...]”⁹⁰⁰, ao que se ordenava a construção dos ditos mosteiros em *pueblos* e nas *encomiendas* às expensas do real tesouro e dos particulares, respectivamente, ordem essa de difícil cumprimento, tendo em vista a má situação econômica da governação e a já constatada falta de padres.

Data da década de setenta o surgimento das primeiras ordens religiosas femininas em Osorno (1573) e em Santiago (1574). Por esse tempo, instituiu-se tribunais da Inquisição no Novo Mundo⁹⁰¹. Contribuindo para a manutenção da ortodoxia religiosa nas colônias, a coroa tratou de exportar o Santo Ofício para as Índias Ocidentais em carta régia de 1569, sendo instalados dois tribunais na América continental, em Lima e na Cidade do México (respectivamente, 1570 e 1571; outro seria formado em Cartagena de Indias, em 1610), embora os indígenas ficassem poupados de seus procedimentos. Foi o Tribunal de Lima, liderado por Sérvan de Cerenzuela, que consagrou os primeiros *comisarios* do Santo Ofício no Chile (1572), função que recaiu sobre Mélchor Calderón e Augunstín Cisneros, respectivamente em Santiago e La

⁸⁹⁹ Ibid.

⁹⁰⁰ *Real Cedula mediante la cual se reglamenta la edificación de monasterios en las provincias de Chile, Madrid, 6 de octubre de 1567*, p. 116-117. In: RAC, 1992, p. 116.

⁹⁰¹ KAMEN, Henry. **The Spanish Inquisition**. A Historical Revision. Yale: Yale University Press, 1998; SÁNCHEZ BOHÓRQUEZ, José Enrique. Implantación y evolución de la pre-Inquisición en la América Hispánica del siglo XVI. In: BARBAZZA, Marie-Catherine (dir.). **L’Inquisition espagnole et ses réformes au XVI^e siècle**. Montpellier: Presses Universitaires de la Méditerranée, 2006. p. 41-60.

Imperial⁹⁰². As necessidades de assistência espiritual à população cristã local, por sua vez, obstarizaram ações de grande monta na evangelização dos povos indígenas mais contrafeitos à presença espanhola, deixando-se a conversão dos “pagãos” mais restritas às populações nativas próximas das cidades e povoamentos, sobretudo na capital Santiago e na capital da guerra, Concepción. Por fim, já no declinar do século XVI, jesuítas (1593) e agostinianos (1595) vieram reforçar os esforços pela conversão e manutenção espiritual de indígenas e espanhóis.

Os trabalhos para dirimir as querelas entre indígenas e conquistadores pelos métodos do evangelismo continuaram tímidos e de difícil aplicação. Outra cédula régia, de 1573, dava conta novamente da falta sistemática de clérigos na governação, pois ordenava ao padre superior do Peru que enviasse dez franciscanos para o Chile, que possuía necessidade imediata de mais padres para exercer os ofícios da fé e para reerguer os monastérios despovoados, segundo informe dos próprios franciscanos locais⁹⁰³. Poucos meses depois, outra cédula real arguia ao vice-rei do Peru, Francisco de Toledo, a “[...] proveer clérigos y sacerdotes en las doctrinas, que administren a los indios los sacramentos, y los enseñen e instruyan em las cosas de nuestra santa fe cathólica”⁹⁰⁴. Nota-se, entretanto, que nenhuma ação incisiva do clero evitou o derramamento de sangue entre conquistadores e indígenas, restando destaque à ação, já mencionada, do padre dominicano Gil González, durante o governo de dom García Hurtado de Mendoza (1557-1561) e de Francisco de Villagra (1561-1563). Como afirmou Eugene H. Korth, o padre González encontrava-se em uma sensível posição: de um lado, os desejos de sucesso na submissão tácita da Araucanía que impulsionavam dom García Hurtado; de outro, a vontade decisiva do padre de, a partir do seu julgamento moral, impedir qualquer roubo injusto e a cruenta guerra contra os índios⁹⁰⁵. O frei Gil González causou um verdadeiro tumulto ao questionar aberta e altíssimo, utilizando-se de seu vigor retórico e de meios tratadísticos, a justeza e legalidade da guerra dos espanhóis contra os *aucas*. Seus embates eram ainda mais acirrados

⁹⁰² Seus usos religiosos e políticos no Chile foram bem estudados e catalogados por José Toribio de Medina, que nos legou um punhado de casos tratados pelo tribunal na governação meridional do vice-reino. Ver, por exemplo, o icônico caso de Francisco de Aguirre, duas vezes arrolado em processos inquisitoriais, em TORIBIO MEDINA, José. **Historia del Tribunal del Santo Oficio de la Inquisición en Chile**. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico J. T. Medina, 1952. Para um aporte historiográfico, ver CORDERO FERNÁNDEZ, Macarena. Inquisición en Chile: un recorrido historiográfico y nuevas propuestas de estudio. **Derecho PUCP**, Lima: n. 82, p. 93-119, julio-noviembre 2019.

⁹⁰³ *Real cédula em que se anuncia que se envían a Chile diez religiosos de la orden de San Francisco, 26 de mayo de 1573*. In: CDHAAS, c. I, t II, 1880, p. 151

⁹⁰⁴ *Real cédula para que el gobernador de Chile nombre sacerdotes y clérigos para que administren los sacramentos e instruyan a los indios, 16 de julio de 1573*, p. 152-153. In: Ibid., p. 152.

⁹⁰⁵ “Convinced of the rectitude of his own position, González did not hesitate to speak out boldly. Governor Mendoza, for his part, was extremely reluctant to hear [...] determined to make a name for himself in pacifying the Araucanians, he did not intend to allow any interference with plans. Under the circumstances, a clash of wills was inevitable”: KORTH, S. J. Eugene H. **Spanish Policy in Colonial Chile**. The Struggle for Social Justice, 1535-1700. Stanford: Stanford University Press, 1968, p. 41.

pela precariedade e isolamento de sua posição. Voz bastante heterodoxa no Chile à época, não encontrou suporte no seu companheiro franciscano, padre Juan Gallegos, também conselheiro do governador Mendonza, que se absteve de confrontar o belicismo imperante, apoiando medidas mais drásticas como a guerra e a instauração arbitrária de *encomiendas* que minimamente mantivessem suporte material e ensino espiritual para os indígenas repartidos⁹⁰⁶.

No governo posterior, Gil González bateu-se com um dos oficiais do governador Francisco de Villagra, Juan de Herrera, que montara um julgamento teatral contra alguns índios de guerra capturados, onde, à revelia dos argumentos do padre González, o veredito autorizou a justa guerra contra os rebelados e a pena capital para os réus, considerados totalmente culpados pelos seus atos de revolta. Em carta ao rei, Herrera buscou justificar seu veredito, embora, posteriormente, o julgamento tenha sido considerado sem valia pela coroa, afirmando que, no começo, os indígenas haviam concordado em dar paz e em aceitar o evangelho, mostrando-se, logo após, completamente refratários à presença espanhola e à pregação cristã. Eram, sem dúvida, culpados, visto que “[...] han muerto así en *guazabaras* [...] más de setecientos españoles, y han sido molestos e infestos a los christianos e impiden la predicación [...] retienen los indios christianos [...] y que finalmente ellos son los que hacen y dan la guerra [...]”⁹⁰⁷. Tornavam-se, nos argumentos do *teniente* Herrera, inimigos da cristandade, selvagens afeitos à guerra e à violência e, por isso, dignos de morte exemplar. Seus pressupostos eram prova da inclinação do *establishment* militar espanhol em direção às propostas de uma contínua guerra ofensiva, contra a qual se insurgia a voz do dominicano e de alguns poucos acólitos, obliteradas pelas vontades dos *encomenderos*, dos *cabildos* e *vecinos*, dos soldados e, não menos importante, de uma parcela significativa do clero do Chile, inclinados à perseguição dos objetivos marciais em detrimento das populações originárias. Enfrentando uma dura e incessante luta contra autoridades civis e eclesiásticas de Santiago, frei Gil Vicente finalmente deixou a *Tierra de Guerra* em 1563, retornando para o Peru, onde continuou com sua defesa veemente da falta de justiça imperante nos reinos americanos do rei da Espanha.

As consequências de sua campanha foram limitadas pela falta de apoio institucional direto da Igreja e da coroa. Pouco tempo após sua partida, o bispo de Santiago, Bartolomé

⁹⁰⁶ Além desses, Pedro Mariño de Lobera relatou sobre uma maior quantidade de clérigos que formavam o séquito de García Hurtado de Mendoza, destacando a preocupação espiritual do governador, mais voltada ao bem estar clerical de sua própria tropa do que propriamente com a implementação da obra evangelística junto às nações indígenas. Ver MARIÑO DE LOBERA, Pedro de. **Crónica del Reino de Chile**. In: CHCh. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. VI, 1865, p. 205.

⁹⁰⁷ *Segunda relación de las cosas de Chile, dada por el licenciado Juan de Herrera, sin fecha*, p. 253-254. In: CHCh. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. II, 1862, p. 253. O documento foi publicado junto à obra de Alonso de Góngora Marmolejo, em uma seção subsequente chamada de *Colección de Documentos Anexos a la Historia Anterior*.

Rodrigo González Marmolejo, convocou um conselho teológico para deliberar sobre a questão da guerra justa e as formas de como proceder com as populações indígenas encomendadas e rebeladas. Imperou entre os religiosos a ideia belicosa do clérigo e teólogo Francisco Paredes: “The only solution [...] was a recourse to Arms, not only to win respect for the rights of the Christians and to protect them against tyranny of the infidels, but also to recover the lands belonging to the Spaniards [...] the war against the Araucanians was not only just but obligatory”⁹⁰⁸. Os efeitos práticos dessa discussão foram uma considerável falta de criticismo à guerra dentro da própria governação, um quadro acentuado de conformismo do clero no que diz respeito às questões indígena e bélica e um proeminente emprego do *modus operandi* das armas em detrimento das políticas de cristianização e redução. Passadas as décadas do século XVI e ainda confrontados com uma completa falha e retração de suas iniciativas de povoamento e conquista, vozes discretas começavam a pronunciar-se entre os próprios hispânicos, balbuciando críticas ao modelo de guerra e ocupação vigentes. No final de sua *Crónica del Reino de Chile* (1595), editada no Peru pelo jesuíta Bartolomé de Escobar, Pedro Mariño de Lobera fez a seguinte meditação sobre a guerra, a terra e a intrépida e irredutível resistência indígena:

[...] por esta causa está la tierra mui adelgazada, pobre y miserable, y finalmente sin otro remedio sino la esperanza del cielo [...] Teme a Dios y guarda sus mandamientos, porque este es todo el hombre [...] Y si este santo temor hubiera sido el principio con que se conquistaron estos reinos, no estuviera esta historia llena de tantas calamidades como el lector ha leído en ella. Plegue al Señor sea servido de poner en toda su piadosa mano, para que en los corazones haya más amor suyo y más felice prosperidad en los sucesos⁹⁰⁹.

Prognóstico terrível era avistado na continuação de uma política bélica e espacial que não contemplasse a curadoria das almas ante os propósitos materiais. Foi nesse panorama que entrou no Chile a Companhia de Jesus. Segundo nos conta o devotado texto da crônica de Lobera, a vinda da Companhia foi efetivada a pedido dos governadores e de “[...] personas graves y celosas de su aprovechamiento espiritual [...] esperando por su medio la tranquilidad y sociego que no habían podido en tantos años alcanzar por fuerza de armas”⁹¹⁰, motivo pelo qual pediram a Filipe II a vinda dos jesuítas, rememorando os sucessos dos padres na

⁹⁰⁸ KORTH, S. J. Eugene H. **Spanish Policy in Colonial Chile**. The Struggle for Social Justice, 1535-1700. Stanford: Stanford University Press, 1968, p. 57.

⁹⁰⁹ MARIÑO DE LOBERA, Pedro de. **Crónica del Reino de Chile**. In: CHCh. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. VI, 1865, p. 448.

⁹¹⁰ Ibid., p. 442.

pacificação e na política de reduções das populações indígenas no Peru. Realizado tal desejo, desceram ao Chile oito padres liderados pelo provincial Baltazar Piñas, ainda em 1593⁹¹¹. Inicialmente relacionada ao Peru, as missões jesuítas no Chile passariam a responder à província do Paraguai, aberta em 1604 pelo seu primeiro superior, Diego de Torres Bollo, do qual já falamos⁹¹². Entre os padres que primeiro aportaram no Chile, encontrava-se o Luis de Valdivia, que rapidamente aprendeu o idioma da terra, o *mapudungun*, no que mostrou destreza, provada em sua gramática do idioma araucano de 1605. Além do mais, pelo que sugerem as fontes, Valdivia acercou-se rapidamente da população indígena, começando a lecionar os assuntos da fé católica entre os variados indígenas de Santiago, enquanto o padre Gabriel de La Vega impetrava a ministração entre a população de negros escravizados. Os outros padres dedicavam-se à instrução local dos espanhóis, a ministrar sermões e aos ensinamentos e rituais mais ordinários da religião. Com a estima e consideração dos *vecinos* santiaguenses, os padres conseguiram comprar uma casa para a Companhia (abrigaram-se, antes, junto aos dominicanos), abrir o colégio de *San Miguel*, cujo primeiro reitor foi o padre Valdivia, e começar, em 1595, a construção de uma igreja para a Ordem, finalizada apenas em 1631⁹¹³. O oneroso e acurado trabalho dos religiosos foi antagonizado pelas forças da natureza, que deram o primeiro golpe no tremor de terra de 1647, levando abaixo toda a construção.

Já o mais esperado e dificultoso trabalho entre os índios de guerra demorou um pouco a começar. Não obstante, o jesuíta Alonso de Ovalle contava em meados do XVII que, nos primórdios da Companhia no Reino, os seus predecessores de hábito separavam um tempo semanal para “[...] instruir en la fe a los Indios, que se cautivaran en la guerra [...]”⁹¹⁴, conseguindo entre eles acólitos comprometidos a guiar-lhes por entre a *Tierra de Guerra* para procederem com a pregação cristã. Em 1596, os padres Hernando de Aguilera e Grabiél de La Vega atravessaram o Biobío, iniciando o reconhecimento do espaço de atuação da Companhia.

⁹¹¹ Um apanhado mais completo e atual das ideias e das ações dos jesuítas no Chile, de suas perspectivas catequéticas e de suas propostas políticas, espaciais e religiosas pode ser encontrado em FOERSTER, Rolf. **Jesuítas y Mapuches, 1593-1767**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1996. Uma narrativa linear e factual pode ser vista no extenso trabalho de ENRICH, Francisco. **Historia de la Compañía de Jesús en Chile**. Tomo Primero. Barcelona: Imprenta de Francisco Rosal, 1991, um padre jesuíta que utilizou sobretudo as crônicas passadas dos seus pares para produzir seu texto. Além disso, há a já citada *Historia General de Chile* (1884-1902), de Diego Barros Arana, em especial seus tomos III e IV.

⁹¹² A missão jesuíta no Chile perdurou vinculada à província do Paraguai até 1625, quando foi elevada ao status de vice-província e religada à província do Peru, da qual se desvinculou apenas em 1683, tornando-se ela mesma uma nova província jesuíta.

⁹¹³ Sobre os avanços da companhia, desde sua fundação até meados do século XVIII, ver, como fonte histórica, o acurado trabalho do jesuíta OLIVARES, Miguel de. **Historia de la compañía de Jesús en Chile (1593-1736)**. In: Colección de historiadores y documentos para la Historia de Chile. Santiago de Chile: Imprenta Andrés Bello, t. VII, 1874.

⁹¹⁴ OVALLES, Alonso de. **Histórica Relación del Reyno de Chile**. Roma: Francisco Caballo, 1646, p. 338.

Travaram breves conversações com lideranças indígenas, visitaram a *Tierra de Guerra* de Concepción a Osorno, e tomaram nota das características culturais dos povos araucanos e dos principais desafios para a promoção da religião cristã⁹¹⁵. No entanto, como nos informa uma anua da Companhia no Peru, datada de 1595, desde sua instalação, os jesuítas sofriam com a grande demanda de trabalhos espirituais e a falta de pessoal, de forma que, passados dois anos da instalação do diminuto grupo em Santiago, não “[...] han podido por la misma razón entrar a los indios infieles hasta que este año entraron dos padres a los indios del valle tan nombrado de Arauco”⁹¹⁶, que eram os padres Aguilera e La Vega. A primeira fixação permanente ocorreu em Osorno, onde dois padres foram instalados, dedicando-se a promover o trabalho espiritual entre espanhóis e em converter os indígenas, além de reforçar os rituais e preceitos da fé entre os nativos já catequizados. As ameaças da guerra, no entanto, assim como as notícias da morte do governador, obrigaram os jesuítas a recuar do Sul. A fase posterior, marcada por todos os problemas da grande rebelião, caracterizou-se por um momento de profundo imobilismo da ordem, restrita aos espaços do Chile Central e contingenciada pela ubíqua violência do momento. Eles só voltariam a abrir uma missão ao sul do Biobío em 1608, com a ação dos padres Mantín de Aranda e Horacio Vecchi nos arredores do forte de Arauco. O protagonismo da ordem, no entanto, não demoraria a ascender.

Nessa época de fixação da Companhia no Chile, ainda não havia uma proposta formal de guerra defensiva, nem sequer uma política clara da Ordem para gerir a questão da guerra. Como notificou um informe de 1621, escrito de forma detratora contra o padre Valdivia, a proposta de manejo da guerra e do espaço surgiu engendrada pessoalmente às perspectivas missionárias do dito jesuíta. Após a virada do século, no ápice das cidades em chamas, invasões e derrotas que agora caracterizavam a vida espanhola no sul do Chile, Valdivia viajou para o vice-reino para cumprir o duro serviço de convencer os poderosos senhores de Lima da importância de implementar seu projeto:

[...] y concibió como con guerra de cincuenta y tantos años que hasta aquel tiempo habían corrido todavía duraban reliquias della y habiendo fecho sus animadversiones de lo que le pareció conveniente para el entable de su guerra defensiva bajó a esta ciudad de los Reyes a tratarlo

⁹¹⁵ “Luego que llegaron a Chile comenzaron a esparcir los rayos de su doctrina y santidad, así entre los españoles como entre infieles, por varias misiones que hizieron, pasando desde Santiago a la Concepción y las ciudades de la Imperial y Osorno, predicando en la lengua de los indios dos Padres que eran criollos de este Reyno y la sabían excelentemente, con admiración de los indios [...]”: ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, t. II, 1878, p. 277-278.

⁹¹⁶ *Anua del año de 1595 de la provincia del Perú sobre el colegio de la ciudad de Santiago de Chile*, f. 503. In: BNCh, Manuscritos, t. MS. BA. 5d, f. 502.

con D. Luis de Velasco virrey [...] No abrazo el virrey su partido pareciéndole no conveniente. Susedióle el conde de Monterey a quien pareció lo mismo [...] Siguió en el gobierno el marqués de Montes Claros y juzgólo por medio convenientes para los buenos sucesos de sus intentos⁹¹⁷

O vice-rei Montesclaros (1607-1615), como podemos relembrar, estava particularmente incomodado com a drenagem e recursos da *caja* de Lima para a infundável guerra fronteiriça, o que pode provavelmente atraiu sua atenção para a proposta de guerra bem menos onerosa do jesuíta. A intenção do padre encontrou o momento oportuno, otimizado pelo seu conhecimento da situação e pela natureza de suas ideias. Durante sua estadia em Lima (1599-1602), sabe-se que Luis Valdivia pôs-se a discutir os meandros da questão, e quando da sua volta à governação, pôs-se e pregá-la e trabalhá-la, sobretudo a partir de 1605, quando, junto a ao reempossado Alonso García Ramón, começou a percorrer a *Tierra de Guerra* promovendo parlamentos e tratativas de paz entre espanhóis e indígenas. As atas de alguns dos primeiros parlamentos, os de 1605, mostram uma atuação intensa e interventiva do jesuíta nas negociações, que deveriam ocorrer sob a proteção e boa vontade do rei, visto que se destinavam a “[...] aliviar los Indios Rebelados de algunos agravios y cargas que injustamente han padecido [...] aliviar los dichos naturales del servicio personal que ha sido una como esclavitud disimulada y del sacar oro [...]”⁹¹⁸. Os termos brandos da negociação associavam-se às demandas por paz naquele momento. Ademais, prometia-se aos indígenas “[...] toda libertad política para que gozen della como gozan los demás vasallos de su Magestad contentandose con que paguen un tributo moderado [...]”⁹¹⁹, além do perdão aos crimes cometidos contra o reino na grande rebelião. A função do padre Valdivia, então, unia a competência do intérprete à reverência de sua posição clerical e às capacidades analíticas e etnológicas de sua expertise linguística, pois requeria-se que houvesse “[...] persona que junto con saber la lengua tenga la autoridad y prudencia que para ser oydo [...]”; qualidades certamente inerentes ao padre Valdivia que, além do mais, contava com as graças do vice-rei, conde de Monterey. Embora não apoiasse por completo a proposta de guerra defensiva do jesuíta, o conde confiara a Valdivia a oportunidade de

⁹¹⁷ *Informe sobre el padre Luis de Valdivia de Cristóbal de la Cerda, 1621*, p. 297-316. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 297.

⁹¹⁸ *Parlamentos de Concepción, Paicaví, Lebu, Arauco, Santa Fe, Yumbel y Rere de 1605*, p. 47-59. In: PHM, 2015, p. 47.

⁹¹⁹ *Ibid.*

ensaiar suas ideias, impondo-lhe a responsabilidade de auxiliar na mediação das pazes entre espanhóis e índios de guerra⁹²⁰.

Não obstante, a fórmula desses primeiros Parlamentos hispano-mapuches, por mais que falassem abertamente em paz e “pacificação”, rememorava ainda a fala taxativa do *Requerimento*: caso a paz falhasse e os indígenas teimassem em continuar em suas revoltas e rebeliões, os espanhóis tinham o direito de fazer-lhes a guerra *a fuego y sangre*. Embora seja bem assentado que “[...] el Parlamento es una institución híbrida y transcultural”⁹²¹, os primeiros Parlamentos hispano-mapuches foram muito mais influenciados pela dinâmica negociativa espanhola. Seu caráter de instituição híbrida, com diversos elementos indígenas embutidos em seus trâmites e realizações, foi paulatinamente construído no decorrer do século XVII. Contudo, esse primeiro ensaio de tratativas com os *indios de guerra* foi um momento de importante inflexão para o padre Valdivia e sua proposta de guerra defensiva. Após o périplo pela *Tierra de Guerra*, o jesuíta pôs-se a anunciar e promover suas perspectivas e ideais diante das elites leigas e eclesiásticas de Santiago; depois mirou a corte vice-real, partindo novamente para a Cidade dos Reis, em 1607; por último, alcançou os ouvidos e atenções do Conselho e da Coroa, onde alocou-se entre 1609 e 1612, voltando com as graças régias e um poder espetacular para promover sua proposta de guerra, dominação e evangelização hispânicas. Trazia consigo a esperança de mudança e um espírito ávido por ser o promotor ideológico desta transformação.

Os fundamentos da guerra defensiva já estavam bem assentados em 1610, como demonstrou a Cédula Real que Filipe III encaminhou para o marquês de Montesclaros sobre suas deliberações. O texto, embora carregasse o parecer real, trazia em suas linhas as ideias do jesuíta para o manejo territorial, com linhas de ação e as prescrições sobre as atividades bélicas; tudo sumarizado para que os novos paradigmas rendessem os frutos esperados:

Y así os encargo y mando deis orden que, por el dicho tiempo, se corte la guerra, haciendo frente a ella por la línea que os pareciere más conveniente, como se juzga lo sería de la parte del sur del río de Bío-Bío, para que con ello esté seguro y bien defendido lo que quedare a las espaldas, sustentando los presidios y fuertes que están hechos con guarnición suficiente, que asegure la ribera del río y ampare las ciudades de la Concepción y Chillán y sus términos, y defienda los indios que de nuevo han dado y dieren la paz fuera de la dicha línea; y que, para

⁹²⁰ “[...] para cuyo efecto trajo el dicho Gobernador en su compañía al muy reverendo padre Luis de Valdivia de la Compañía de Jesús de la Ciudad de Los Reyes a quien el Exmo. Señor Conde de Monte Rey, Virrey del Perú, escogió para el dicho efecto por haber estado diez años en este Reyno de Chile y saber bien la lengua de los naturales y ser de los más dellos conocidos y amado”: Ibid.

⁹²¹ ZAVALA CEPEDA, José Manuel. **Los mapuches del siglo XVIII**. Dinámicas interétnicas y estrategias de resistencia. Temuco: Ediciones Universidad Católica de Temuco, 2009, p. 142,

mayor seguridad de todo y de los religiosos de la Compañía de Jesús, que ahora envió para que allí se ocupen en sus ministerios, predicando el santo evangelio, se conserven [...] mil y seiscientos soldados efectivos, poniendo la parte de ellos que fiere necesaria en la ciudad de Castro, que está en las islas de Chiloé [...] para defensa de los vecinos de ella y de los indios de paz [...] siendo necesario, haréis señalar raya y frente a la Tierra de Guerra, de manera que está dicho se ha de señalar la ribera de Bío-Bío, para que, viendo los indios que se entretiene este número de gente, se persuadan a que no es deponer las armas, sino el quererles hacer bien y procurar su salvación, y que hay disposición para volver a ellas, como en efecto convendrá hacerlo, si se viere que en el plazo dicho no se saca el fruto que se pretende⁹²².

O Biobío seria a primeira fronteira defensiva, um referencial de segurança para o prosseguimento do plano jesuíta. De lá, as forças militares deveriam proteger não apenas às cidades da margem norte, mas também às comunidades indígenas aliadas que tivessem dado a paz, mesmo que estivessem terra adentro. Ademais, seriam protegidas as fronteiras meridionais de Chiloé, deixando apenas alguns fortes esparsados e as cidades arruinadas entre essas terras e o Biobío. Nenhum novo povoamento era estipulado nesse espaço, nem deveria sê-lo, se para isso fosse necessário realizar alguma ação ofensiva. Esse lapso de dominação seria suprido, esperava-se, pela gradual pacificação oriunda da ação missionária, das negociações e da cessação da violência ordinária e generalizada, abrindo caminho para que as províncias *de guerra* espontaneamente brindassem à nova paz do rei.

O efetivo começo da nova política bélico-espacial, no entanto, ocorreu oficialmente em 1612, quando o marquês de Montesclaros instituiu oficialmente a guerra defensiva, dando ao padre Valdivia o encargo e atributos de um visitador real, com amplos poderes para negociar e estabelecer tratados com os índios de guerra, embora devesse andar alinhado às decisões das autoridades civis e militares que, por sua vez, foram ordenadas a agir com simpatia e esmero pela nova política⁹²³. É necessário pontuar que tão detalhada e elaborada política espacial,

⁹²² *Real Cédula al virrey del Perú sobre la resolución que Su Majestad ha tomado en las cosas de la guerra de Chile, 8 de diciembre de 1610*, p. 410-416. In: CDHAAS, c. I, t II, 1880, p. 411-412.

⁹²³ “Por cuanto su Majestad [...] se ha servido de cometer y encargarme la ejecución de las resoluciones que ha tomado para acortar la guerra del Reyno de Chile, haciéndola por ahora solamente defensiva [...] para el buen tratamiento de los indios de están de paz y adelante la dieren, todos sean bien tratados, pagados e aliviados del servicio personal [...] y porque estas partes concurren en el Padre Luis de Valdivia [...] su Majestad se sirve de encargar que las cosas de la pacificación y doctrina y asiento de la guerra de aquel Reyno se comuniquen con él [...] elijo y nombro y proveo al dicho Padre [...] por Visitador General de las dichas provincias de Chile [...]”: *Provisión del Marques de Monstes Claros en que manda al padre Luis de Valdivia, en nombre de su Magestad, atienda a la pacificación y doctrina de los indios, y a introducir la guerra defensiva, Ciudad de Los Reyes, 9 de marzo de 1612*. In: ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, 1878, t. II, p. 532. A primeira e a segunda provisões que instituíram a guerra defensiva constam transcritos na íntegra na crônica supracitada de Rosales, p. 531-533. O padre Rosales fez uma extensa compilação dos documentos régios, vice-reais e locais referentes à guerra defensiva.

bélica e evangelística não era fruto da coroa ou do Conselho, mas da confluência entre da proposta jesuíta com a experiência bélica espanhola na *Tierra de Guerra*. o padre Valdivia, grande conhecedor desta complexa realidade, sabia ser indispensável manter uma aparência de força militar, e uma efetiva capacidade de ação, tanto na fronteira do Biobío como na de Chiloé. Era igualmente consciente de que, para os frutos missionários lograrem êxito, a expansão de novos povoamentos deveria ser refreada, o que exigia da guerra defensiva um compromisso difícil e, em certa medida, humilhante, ao renunciar temporariamente à reconstrução das cidades destruídas anos atrás. Um memorial jesuíta da época da guerra defensiva aludia à aparente apatia dos araucanos em relação às cidades espanholas derrubadas. Não haveria o que temer com a guerra defensiva, argumentava o relator, já que os índios de guerra não se importariam em fortificar suas posições ou criar e ocupar eles próprios cidades: “[...] pues ellos ni tienen ciudades ni le quieren hacer, antes han derribado las de los Españoles, que han tomado, hasta los cimientos, sin dejar una sola casa en pie, y con la guerra ofensiva, y el ejercicio de ella, se hacen más valientes [...]”⁹²⁴. A despeito do julgamento pretensioso de que a postura defensiva arrefeceria o furor guerreiro araucano, resta-nos perceber certa perspicácia do autor jesuíta ao notar o completo desinteresse dos indígenas em fortificar suas terras ou habitar às antigas cidades decaídas, já que as suas próprias fortalezas, os *pukaras*, e a fuga para os montes eram adaptações defensivas periódicas e emergenciais para as épocas de conflito. Além do que, interessava-os muito mais destruir às habitações *huincas*, livrando seus territórios da ameaça que era trazida pela presença espanhola. As cidades abandonadas ou destruídas repousavam como ruínas lúgubres, símbolos da derrota peremptória dos hispânicos e marcos memoriais da vitória indígena; sombras pálidas das antigas estruturas de pedra e madeira, relegadas à deterioração. O aparente imobilismo espacial español, por sua vez, seria recompensado com a ação evangelística, que deveria contar com “[...] el buen tratamiento y la educación e introducción de la doctrina, que se ha de procurar por medio de los dichos padres de la Compañía [...]”⁹²⁵. Demonstrava-se, portanto, a supremacia das armas espirituais sobre as armas temporais, que deveriam ser empregadas apenas para defender os assentamentos espanhóis que sobreviveram à rebelião e aos índios amigos e cristianizados, considerados súditos e vassalos do rei, mesmo que tais ações exigissem a transposição da linha do Biobío. O padre Valdivia, por sua vez, era imbuído de poder real, tornando-se secretário do rei para tais assuntos.

⁹²⁴ *Memorial impreso, sin fecha ni lugar, sobre la guerra defensiva y estado de ella*, f. 77-79. AN, Jesuitas, v. 973, f. 78.

⁹²⁵ *Real Cédula al virrey del Peru sobre la resolución que Su Majestad ha tomado en las cosas de la guerra de Chile, 8 de diciembre de 1610*, p. 410-416. In: CDHAAS, c. I, t II, 1880, p. 412.

Às lideranças indígenas, o monarca escreveu uma carta de recomendação, onde explicava que ouvira os relatos e histórias sobre os maus-tratos espanhóis e agora, por meio das ações de seu legado real, empenhava-se em dirimi-los; era para isso que enviava o padre Valdivia como arauto da mudança e representante direto de sua vontade. Segundo Filipe III, que parece ter emitido a carta a partir da visão proeminentemente jesuíta da situação, os principais males da guerra advinham do penoso trabalho pessoal, sendo a guerra araucana um desdobramento direto da resistência ao trabalho compulsório e à escravidão desmedida. Ora, se assim o fosse, a solução era mais simples do que se esperava. O monarca então ordenava que seus funcionários procedessem “[...] aliviando ante todas cosas a los indios de paz del servicio personal y otras cualquier vejación y molestia que padezcan, y que se haga lo mesmo con vosotros, reduciéndolos de paz y al amparo de mi corona [...] sin género de jugo y servidumbre”⁹²⁶, o que significava equiparar-lhes aos demais súditos cristãos da monarquia. Esperava-se que com a implementação do ideal de violência limitada e com a aceitação da confissão católica, os índios de guerra passariam por um rápido e gracioso processo de pacificação, deixando para traz seus motivos sanguinolentos para a guerra e acoplando-se à órbita resplandecente do *orbis christianus*. Para a total realização desse objetivo, o rei enviava “[...] con el dicho padre [...] otros padres de la Compañía de Jesús para que os hagan cristianos y os instruyan en las cosas de la santa fe cathólica; oírlos heis de buena gana [...]”, pois a partir da instauração da guerra defensiva e da abertura à predicação estipulava-se um perdão e anistia gerais para espanhóis, mestiços, escravos e índios rebelados que habitavam a *Tierra de Guerra*⁹²⁷. No entanto, essa ampla metanóia coletiva entre os “rebelados” jamais ocorreu.

Essa concepção jesuíta imaginava que o espaço bélico poderia ser suprimido pela pregação cristã e pelo *buen gobierno* das relações institucionais entre espanhóis e indígenas. Estacionando as forças militares, dispor-se-ia delas na eventual necessidade de proteger aos índios de paz e aos seus missionários. Havia, nesse cálculo, uma supressão ou ignorância dos aspectos culturais mais gerais que impulsionavam os mapuches à guerra, em todas as suas facetas, e à resistência contra os espanhóis, em particular. Fatores esses que relegaram os planos e missões jesuítas a resultados um tanto estéreis na *Tierra de Guerra*. Não obstante, as atas dos primeiros parlamentos sugeriam uma certa sintonia entre o que oferecia o rei e o que esperavam os chefes indígenas: “Fue singular el alegría, y contento [...] Carapangui en nombre de todos [...] me agradeció a mi [...] y lo segundo agradeció al Rey nuestro Señor todas las mercedes que

⁹²⁶ *Real cédula en que se llama a los indios a la paz y se les comunica que se ha designado al padre Luis de Valdivia para que se preocupe de la suerte de ellos, 8 de diciembre de 1610*, p. 418-422. In: *Ibid.*, p. 420.

⁹²⁷ *Ibid.*, p. 421.

aquellas cartas les hacía que ellos o querían guerra de ninguna manera sino paz [...]”⁹²⁸, dizia o padre Valdivia sobre os resultados de suas negociações em Catiray (1612). Acrescentava, ainda, que os indígenas concordavam com todos os cinco pontos estipulados pelo rei: (1) abster-se de fazer guerra contra os espanhóis, (2) libertar as cativas espanholas, (3) admitir os padres enviados e ouvir a sua mensagem, (3) manter esses missionários seguros para que se locomovessem livremente na *Tierra de Guerra* e (5) dar aviso da chegada de piratas e corsários estrangeiros. Os indígenas de Catiray, no entanto, exigiram a supressão do forte e da guarnição de São Jerônimo, deixando evidente que, mais que sua vontade de contrapor-se aos serviços pessoais, *mitas* e *encomiendas*, havia a necessidade de conservar certos traços de seu modo de vida e de afastar suas comunidades da ingerência espanhola sobre sua dinâmica territorial, mesmo que admitissem a presença de emissários, contatos periódicos e a predicação cristã. O mesmo já havia sido exigido em Paicaví, e voltaria a sê-lo em outros Parlamentos. A busca jesuíta por subverter a condição de espaço bélico em *reducciones* e em pacificação definitiva (por meios prioritariamente pacíficos) esbarrava na luta indígena por preservar sua autonomia sócio-política e seus territórios, e na manutenção dos elementos culturais que formavam sua tradição. Com tais demandas, os indígenas buscavam manter incólumes a lógica particular de como dispor de seu próprio trabalho e de sua força de ação, além de não quererem abrir mão da liberdade de gerir de forma autônoma as formas que mais lhes apetecessem de ocupação e apropriação de seus espaços de vida.

Mesmo com essas vicissitudes, a política jesuíta não foi desprovida de méritos, mas, na visão de outras autoridades, o sucesso da Companhia era pouco aparente. Para o ouvidor Cristóbal de la Cerda, por exemplo, os objetivos mais imediatos da guerra defensiva não foram alcançados nem no começo do projeto jesuíta, em 1612, nem até o ano de escrita do seu parecer, em 1621, quando a política da Companhia de Jesus começava a naufragar. A livre passagem dos padres jesuítas encontrava quase sempre empecilhos, e várias mulheres espanholas cativas continuavam sob poder dos *conas* e *ulmenes* mapuches. La Cerda afirmava que “De todas las cuales dichas condiciones no han guardado una ninguna [...] Y tras estas se han seguido otras muchas entradas con juntas de mucha gente de guerra [...] con evidentes y crecidos daños de muerte y cautiverio de millares de almas de indios amigos [...]”⁹²⁹. O ouvidor contabilizava cerca de duzentos e vinte entradas de índios de guerra em terras espanholas ou em comunidades indígenas aliadas, o que aumentava a animosidade dos índios amigos contra os espanhóis, que

⁹²⁸ *Parlamento de Catiray de 1612, copia de la entrada a los indios de guerra del padre Luis de Valdivia*, p. 69-76. In: PHM, 2015, p. 74.

⁹²⁹ *Informe sobre el padre Luis de Valdivia, 1621*, p. 297-316. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 300.

eram cobrados a apoiá-los nas expedições de vingança e nas *malocas* que faziam nas terras de seus inimigos, sob ameaça de desfazer-se os termos da aliança. A tal intempérie, o padre Valdivia precisou responder com a parte bélica de sua estratégia, aprovando o uso restrito de forças espanholas em expedições punitivas na outra banda do Biobío, o que produzia, deveras, pouco efeito militar, e em nada auxiliava no alcance da sonhada pacificação definitiva dos jesuítas. O erro consistia em uma simplificação do problema da guerra, crendo-se que, satisfeitas certas condições, os indígenas deporiam as armas e os espanhóis ganhariam espaço pela evangelização, comércio e integração. É por isso que o rei falava dos benefícios da aceitação do seu domínio, visto quanto “[...] bien os está vivir quietos y pacíficos en vuestras tierras, bajo mi corona y protección, como lo están los indios del Perú y otras partes”⁹³⁰. Era um erro fundamental da proposta pensar a experiência indígena araucana a partir de experiências análogas alhures, e não dentro de sua indissociável condição geográfica, histórica e cultural.

A homogeneização do trato com as diversas questões indígenas foi um dos mais marcantes problemas da guerra defensiva. A experiência jesuíta no Peru pouco contribuiu para o desenvolvimento de suas missões e *correrías* no Chile. Como analisou Jaime Valenzuela Márquez, até bem avançado o século XVII, a maior parte da ação jesuíta desenvolvia-se no entorno de fortes e cidades, sendo profundamente limitada pelas adversidades da guerra, pela pouca aceitação à cristianização entre os indígenas e pela aversão desses aos elementos representativos da dominação dos espanhóis, entre os quais figurava a religiosidade cristã, do que concluiu-se que “La tierra araucana [...] se mostro esquiva, autónoma e infructuosa, tanto para las armas del império español, como para los misioneros católicos [...]”⁹³¹, restando-lhes investir em estratégias mais latentes, acopladas ao imaginário místico-religioso mapuche. No plano missional, era significativo que, durante a guerra defensiva, para além das *correrías* sazonais, apenas o forte Arauco tenha tido uma presença constante de uma missão jesuíta (1608) próxima à efervescente fronteira do Biobío, enquanto que, em Chiloé, os missionários da Companhia começaram no mesmo ano o trabalho de pré-dica ambulante, que seria o embrião da futuramente bem sucedida estrutura de missões circulares do arquipélago⁹³². De fato, não houve qualquer

⁹³⁰ *Real cédula en que se llama a los indios a la paz y se les comunica que se ha designado al padre Luis de Valdivia para que se preocupe de la suerte de ellos, 8 de diciembre de 1610*, p. 418-422. In: CDHAAS, c. I, t II, 1880, p. 421.

⁹³¹ VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. Misiones Jesuitas entre los indios “rebeldes”: límites y transacciones en la cristianización mapuche de Chile meridional (siglo XVII). In: WILD, Guillermo (ed.). **Saberes de la conversión**: jesuitas, indígenas e imperios coloniales en las fronteras de la Cristiandad. Buenos Aires: Editorial SB, 2011, p. 272.

⁹³² Ver respectivamente, Ibid., p. 258 e MORENO J., Rodrigo A. El Archipiélago de Chiloé y los Jesuitas: el espacio geográfico para una misión en los siglos XVII y XVIII. **Magallania**, Punta Arenas, vol. 39, n. 2, p. 47-55, 2011.

sucesso acaçapante para a cristandade, e ao missionarismo custaria tempo para que algumas de suas ações florescessem na terra de guerra ou em suas adjacências.

No início do século XVII, no entanto, os araucanos não pareciam ansiosos ou prestes a aceitar as novas crenças e práticas anunciadas pelos padres, mas os jesuítas gradualmente criaram estratégias para alcançar os indígenas. Como demonstrou Rolf Foerster, os jesuítas eram ciosos de suas estratégias de “salvação”, nem sempre bem aceitas pelo restante do clero. No caso mapuche, Foerst notou que o ritual batismal e a adoção de um nome próprio cristão foram fatores fundamentais para, processualmente, levar ao imaginário indígena certos traços da religiosidade e da cultura cristã. Mais do que uma conversão, parecia tratar-se de uma hibridização, visto que “La religiosidad mapuche se articulaba en un sistema ritual - complementado con mitos y creencias – que giraba em torno a un gran eje: la mantención del cosmos”⁹³³. Os fatores do imaginário, da prática e dos rituais cristãos que conseguiam enquadrar-se nessa cosmovisão poderiam facilmente ser integrados ao cotidiano cultural indígena. No entanto, estavam sujeitos a uma perda marcante do seu significado original. No entanto, cumpre destacar que essas foram iniciativas que demoraram certo tempo para serem pensadas, desenvolvidas e efetivadas. Como o estudo de Jorge Pinto Rodriguez destacou muito bem, advém dessa questão evangelística uma considerável rusga entre as ordens missionárias. Veja-se, por exemplo, o que ocorria com os franciscanos na mesma época: os portadores do hábito de São Francisco jamais lograram a mesma influência que os jesuítas no Chile do século XVII, destacando-se, segundo a interpretação de Jorge Pinto, a diferença das propostas de evangelismo: “[...] los franciscanos [...] Son conversores por excelencia. Los jesuitas se conformaron, en cambio, con buscar la salvación de los hombres. Cuando no pudieron lograrla por la fe o una adecuada comprensión del evangelio, les bastaba el sacramento”⁹³⁴. Enquanto os franciscanos queriam primordialmente converter os indígenas, inserindo os novos conversos nos mistérios da fé e nos dogmas do evangelho, os jesuítas primavam pela salvação pelos rituais e pela assimilação através do entrecruzamento com aspectos do mundo cultural indígena. De certo, durante a vigência da

⁹³³ FOERSTER GONZÁLEZ, Rolf. **Jesuítas y Mapuches, 1593-1767**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1996. Uma narrativa linear e factual pode ser vista no extenso trabalho de ENRICH, Francisco. **Historia de la Compañía de Jesús em Chile**. Tomo Primero. Barcelona: Imprenta de Francisco Rosal, 1991, p. 369. Outra importante asseveração do referido autor foi a de que os jesuítas agiam por meio de uma lógica de *ex opere operato* (p. 15), onde o ritual tem valor por si mesmo, um plano de ações dogmatizado e sacramentado em sua própria estrutura operacional, livre da parcialidade humana dos operadores do rito (a despeito da lógica do *ex opere operantes*). A forma do rito deveria, pouco a pouco, criar uma pré-disposição à continuidade da obra evangélica. Era uma ação processual, que gradualmente surtiria efeito, retirando, aos poucos, os antigos mundos de significado, reproduzindo em seu lugar, cada vez mais, gestos, palavras e imagens cristãs.

⁹³⁴ PINTO RODRÍGUEZ, Jorge. Frontera, Misiones y Misioneros en Chile, La Araucanía, 1600-1900. In: PINTO RODRÍGUEZ, Jorge *et al.* **Misioneros en La Araucanía, 1600-1900**. Temuco: Ediciones Universidad de la Frontera, 1988, p. 94.

guerra defensiva, pouco sucesso auferiu-se da instituição dos dogmas católicos pela ação jesuíta, sendo comum a queixa de que o padre Valdivia “[...] se ha atrevido a bautizar a millares de indios [...] sin estar catequizados ni saber oraciones, ni tener disposición conveniente ninguna, a unos con amenazas, a otros con inducimientos [...]”⁹³⁵, ocasionando eventos verdadeiramente disruptivos e contraproducentes para o projeto da Companhia, quando esses mesmos batizados pegavam em armas contra os espanhóis ou voltavam a adorar seus *pillanes*⁹³⁶, a praticar *borracheras*, *malocas* ou a realizar outras práticas de viés “pagão”.

Fracassadas as esperanças de uma conversão massificada, a guerra defensiva encontrou dificuldades enormes em lidar com as *malocas* indígenas, tanto quanto em trazer a paz definitiva às comunidades rebeladas. No alvorecer da concretização da guerra defensiva, em 1613, o vice-rei do Peru, escrevia ao rei demonstrando certa dúvida quanto à concretização de uma paz perene, visto “[...] haber nos enseñado la experiencia quan faciles son y e de poca fe, pues quando más de paz los habemos tenido, rompe la amistad en una traición”⁹³⁷. Além disso, a animosidade entre o governador Ribera e o padre Valdivia produzia uma verdadeira guerra de acusações e justificações em forma de produção epistolar, endereçada à Espanha e ao vice-reinado. Em 1614, por exemplo, Ribera prestou-se a fazer uma sintética descrição do estado atual dos indígenas da *Tierra de Guerra*, na qual se defendia de certa detração sofrida no referente ao seu manejo dos assuntos indígenas. Na frente da carta, escreveu que desejava encaminhar o documento ao Conselho Real para desfazer alguns enganos que eram escritos contra sua pessoa, sobretudo no que diz respeito às acusações de que “[...] los indios que hay de paz en el son vejados y que se les hacen malos tratamientos ahora más que en ninguno tiempo [...]”⁹³⁸, ao que contrapunha um relato de como, de Arauco a Chiloé, a maior parte da população indígenas encontrava-se pacificada e bem assentada. Cerca de um ano depois, uma cédula real reafirmava a obrigação do governador de prover um ambiente propício para a efetivação da

⁹³⁵ *Informe sobre el padre Luis de Valdivia, 1621*, p. 297-316. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 306.

⁹³⁶ O *Pillán*, espírito ancestral e poderoso, era um dos entes mais recorrentes da espiritualidade mapuche. Sua existência solidificava a união entre os diferentes *lebos*. Sua força e potência eram invocadas costumeiramente antes das batalhas. Os fenômenos da natureza, tal como a erupção de um vulcão, uma forte tempestade ou um incêndio, poderiam ser interpretados como manifestações, orientações ou profecias de um desses espíritos. Os grandes vulcões pareciam estar especialmente relacionados a essas entidades, como sugeriu Rosales: “Y lo mismo entienden por el Pillan, a quien también invocan, porque los volcanes que hay en este Reyno, que son muchos y echan fuego, humo y azufre, dicen que son algunos de sus caciques difuntos que habitan en aquellos volcanes y arrojan fuego quando se enojan [...]”: ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, v. 1, 1877, p. 168.

⁹³⁷ *El virrey del Perú dice a Su Majestad el modo de sostener la guerra de Chile a la defensiva, 25 de abril de 1613*. In: PARES, AGI, vol. PATRONATO, 229, R.16, f. 3. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126193>> Acesso em 05 de maio, 2022.

⁹³⁸ *Carta de Alonso de Ribera, gobernador de Chile, 15 de febrero de 1614*. MCD, PARES, AGI, vol. CHILE, 19, R.1, N.7, f. 1. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/327961?nm>>. Acessado em 04 de dezembro, 2021.

guerra defensiva, orientando-lhe a que “[...] cumpláis pontualmente y que en todos los casos que se os ofrecieren en esta conformidad favorezcáis a los dichos indios [...] teniendo muy buena correspondencia con el dicho padre Luis de Valdivia”⁹³⁹. Exigia-se, portanto, não somente o uso controlado da força, mas a confluência equilibrada dos poderes político e espiritual, manifestos nas figuras do governador e do padre. Para resolver a questão das *entradas* ilegítimas de escravização e dos ataques aos índios amigos, adotava-se a política de soltura direta dos capturados, para o primeiro caso, e de redução indígena, para o segundo: “[...] lo que convendrá proveer en orden a la guerra defensiva y libertad de los indios, tomados en malocas que se han hecho fuera de mi orden, y acerca de las reducciones de los indios de las fronteras de los de guerra, por los daños que el ella reciben y lo demás que advertís”⁹⁴⁰, o que significaria reuni-los em reduções encabeçadas por padres jesuítas nos arredores de fortes ou do outro lado da fronteira de guerra. A guerra defensiva exigia adaptabilidade e resiliência dos seus proponentes. Era necessário lidar com fatores contingentes que a todo momento emergiam como empecilhos para a concretização da paz. As guerras interétnicas, o fracasso nas conversões e a ganância de diferentes grupos apresentavam-se como inimigos frontais dos ideais defensivos.

Índigenas pacificados comumente passavam a orbitar, com diversos graus de autonomia, a esfera de influência espanhola, com os quais comerciavam, intercambiavam costumes e guerreavam contra seus inimigos. Mantinham, assim, certo grau de influência e de liberdade, garantidas por tratados com os *huincas*. Embora aparentemente contraditória, a aliança com os invasores poderia trazer diversas vantagens a certas comunidades e líderes nativos, embora enfraquecesse sua posição frente aos índios *de guerra*, tornando-os inimigos odiosos desses. A incapacidade hispânica de prover seus aliados indígenas de apoio militar e segurança poderia desencadear a rebelião dos *amigos*, tornando-os novamente *de guerra*. Por isso, garantir a segurança dessas populações era um problema recorrente e repetidas vezes ignorado pelas autoridades hispânicas. O *cabildo* de Concepción, em carta datada de 1614, demonstrava a natureza volátil dessa relação, feita, em grande medida, tendo em perspectiva a manutenção de um espaço de vida indígena livre dos horrores da guerra persistentes e das piores agruras da submissão: a escravização, o desenraizamento e os trabalhos compulsórios. Nos idos do dito ano, o *ayuntamiento* dava conta da possibilidade de ver um novo levante entre os então “pacificados”

⁹³⁹ Real cédula al gobernador Alonso de Rivera para que cumpla lo que se ha ordenado sobre la guerra de Chile, 21 de noviembre de 1615, p. 440-442. In: CDHAAS, c. I, t II, 1880, p. 441.

⁹⁴⁰ Real cédula en que se encarga al padre Luis de Valdivia que trabaje en la reducción de los indios, 3 de enero de 1616, p. 444-445. In: Ibid., p. 444-445.

índios de Arauco. Os indígenas, por sua vez, queixavam-se e justificavam sua temeridade tendo em vista a ação de seus adversários indígenas, que “[...] habían venido [...] sobre sus tierras, casas y sementeras [...] llevandoles sus hijos y mujeres y matando sus padres, hermanos, deudos y amigos [...] sin ser poderosos a tomar venganza porque desta parte no se les dava [...] asistencia”⁹⁴¹. Requeria-se que os espanhóis honrassem seus tratados e os ajudassem na defesa de seus territórios e na punição aos atacantes; demanda que, se não cumprida, poderia levar à quebra do pacto e à volta ao estado de “rebelião”. Os indígenas *reducidos* eram recorrentemente disputados entre os espanhóis e os índios de guerra, que usavam de sábios subterfúgios e estratégias para convencê-los a abandonar o lado hispânico. Vejamos, sobre isso, o caso do *toqui* Lleuvulican, contado pelo Padre Luis de Valdivia em uma *relación* do Parlamento de Paicaví, de 1612:

A que movió mucho un indio Cacique de Catiray llamado Lleuvulican (que estaba poblado con 50 yndios junto al fuerte de San Gerónimo) y por estar indiciado y casi convencido de traición (por haber ido a decir a los yndios de guerra que era falso lo que yo traía enviándole yo por mensajero mío a lo contrario de lo que el público), se huyó a Pellahuen con sus yndios que fueron poco más de treinta el cual dijo a la gente de Puren que no creyesen cosa porque es fraude para prender a todos los caciques y matarlos y embarcarlos a lima, y que él pensaba hacer guerra a los yndios de Catiray que habían dado la paz y para esto buscar gente en Puren, [pero] no pudo juntar más de algunos inquietos de los retirados que por todos juntos con los suyos serian 40 con los cuales volvió al fuerte de San Gerónimo a rebelar los que allí habían quedado de paz que serían 24, pero estos temiéndole y deseando quietud y paz se vinieron al fuerte de Talcamahuida a poblarse con todos los yndios de Catiray [...] ⁹⁴².

Embora essa tentativa de sublevar aos índios de paz reduzidos em torno do forte San Jerônimo não lograsse êxito, essas disputas entre índios *de guerra* e *de paz* pululavam por toda a *Tierra de Guerra*, levando-os a conflitos abertos de curta e longa duração com outros grupos étnico-linguísticos correlatos, que embora falassem o mesmo idioma e compartilhassem um universo simbólico comum, estavam do outro lado do campo de batalha. A capacidade hispânica de cooptá-los, no entanto, estava diretamente correlata com seu comprometimento com sua defesa e auxílio militar. Nem mesmo as reduções eram suficientemente fortes para prender

⁹⁴¹ *El cabildo de la ciudad de la Concepción de Chile, da cuenta al Rey del levantamiento de los indios de Arauco, 1614.* In: MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 229, R. 46, f. 1. < <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126223>>. Acessado em 02 de agosto, 2022.

⁹⁴² *Parlamento de Paicaví de 1612*, p. 85-91. In: PHM, 2015, p. 85.

as comunidades indígenas que se desgostavam de seus novos aliados. O governador Cristóbal de La Cerda reportava ao monarca, em 1623, que suas fronteiras careciam de homens, de recursos e de munições. A situação era agravada “[...] por haberse levantando los indios de la reduccion de Palligua y idose al enemigo, dejando convocadas las reducciones de los indios amigos de Santa Fe, Necugueno y La Magdalena”⁹⁴³. A aliança com os espanhóis parecia obedecer a um cálculo bastante pragmático, sobretudo entre as comunidades mais recentemente “amigadas”: o pacto só era viável quando (ou enquanto) produzia efeitos benéficos de prosperidade, paz e proteção, tendo em vista preservar o corpo social da aniquilação ou dos efeitos deletérios do conflito.

O clima bélico não foi quebrado pela guerra defensiva. Em uma extensa carta de 1616, Ribera dava conta de diversos acontecimentos ameaçadores ocorridos na governação, começando pela presença do corsário holandês Joris van Spielberg no litoral chileno. Sobre isso, o governador asseverava que os holandeses, inimigos *de Europa*, possuíam a capacidade de levantar em rebelião aos povos indígenas da região “até o Maule”, além de serem grande ameaça a Valdivia, então abandonada, e sobretudo a Chiloé. Visto isso, imperava vencer a guerra antes que ações mais incisivas de corsários tomassem os espaços desocupados pelos espanhóis. Elencando prioridades, o governador concluía que “[...] lo que más importa para todo es que V. mg. mande acabar esta guerra [...] antes que los extranjeros tomen algún puerto y se unan con los enemigos que será de mucho daño”⁹⁴⁴. Além disso, o governador pontuava as seguidas e recorrentes *malocas* indígenas, a perda de propriedades espanholas, a condição das fronteiras de guerra, os ataques incessantes aos índios amigos e outros fatores como argumentos de validação para sua afirmação tácita: o modo de fazer guerra dos jesuítas estava fadado ao fracasso. O padre Valdivia, argumentava o inconformado governador, apenas esbanjava de forma onerosa a *Hacienda Real*, sendo incapaz de lidar com as complexas situações conflitivas que emergiam na *Tierra de Guerra*. Para saná-las, Ribera urgia por sê-lo permitido demonstrar força, levando a guerra às comunidades rebeladas. Prevendo uma futura ocupação do abandonado porto de Valdivia e a aliança entre estrangeiros e indígenas, Ribera propunha uma *entrada* categórica, capaz de anular qualquer vantagem advinda do desembarque holandês e de qualquer aliança que pudesse ser urdida entre aqueles corsários e as populações nativas. Necessitava-se,

⁹⁴³ Carta de Cristóbal de la Cerda Sotomayor, Gobernador de Chile, Santiago de Chile, 04 de abril de 1622. In: MCD, PARES, AGI, vol. CHILE,19,R.4,N.38, f. 1. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/327992?nm>>. Acessado em 02 de agosto, 2022.

⁹⁴⁴ Carta de Alonso de Ribera, gobernador de Chile, Concepción, 02 de febrero de 1615. In: MCD, PARES, AGI, vol. CHILE,19,R.1,N.16, f. 8. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/327970?nm>>. Acessado em 08 de dezembro, 2021.

a partir do seu ponto de vista, tornar a guerra novamente ofensiva, ocupando todas as posições estratégicas que pudessem ser utilizadas pelos inimigos vindos do mar, o que significava entrar, povoar e ocupar partes abandonadas da *Tierra de Guerra*. De outro modo, seria impossível evitar a presença estrangeira nas terras chilenas, pois estaria minada a capacidade de resposta militar e soçobrada a balança da guerra, que penderia implacavelmente a favor do estrangeiro e de seus aliados indígenas⁹⁴⁵. Persistindo nas suas ideias, o governador escrevia enfaticamente, pouco tempo antes de sua morte, sobre “[...] los da daños y estorvos que sean seguido al servicio de V. mg y bien general de los habitantes de esta tierra con el nuevo modo de la guerra defensiva [...]”⁹⁴⁶, em uma incansável campanha para convencer o monarca, seus conselhos e o vice-rei da inutilidade e perniciosidade de tal proposta para os assuntos gerais da guerra, da defesa e da povoação hispânica no Chile.

Não obstante, as queixas de Ribera foram frustradas por um irredutível compromisso da coroa com a proposta jesuíta, que ainda perdurava em detrimento de seus reveses. Em uma extensa carta datada de 1516, no ápice da tensão entre o governador e o padre Valdivia, o padre Rodrigo Vásquez do colégio jesuíta de Concepción escreveu um texto advogando em favor das ações e do legado de seu ilustre companheiro de batina em seus trabalhos religiosos e políticos na *Tierra de Guerra*, em resposta a uma missiva difamatória e acusatória escrita por Ribeira ao rei. Segundo Vásquez, Ribeira acusava Luis de Valdivia de abandonar as regras de sua religião (da ordem jesuíta), de gastar inutilmente recursos da *Hacienda Real*, de não fazer bem ao Reino do Chile, de não sair a apaziguar os índios de guerra e ainda insinuava uma ação usurária do clérigo ao mencionar a fundação de uma estancia jesuíta nas imediações dos rios Nuble e Itata. O padre Vásquez replicou afirmando que Valdivia vivia uma vida de humildade de penitências, zelando pela fé católica e seguindo as práticas estipuladas para os de sua ordem; que percorria sempre e quando necessário a terra de guerra e que auxiliava ao reino com sua doutrina e seu testemunho. Quanto à estancia, Vásquez justificou-a como uma consequência do antagonismo do governador ao projeto jesuíta: “[...] Su Majestad mandó sustentar doce de la Compañía y a cada uno señalo el sr. Virrey sueldo tasándoles el sustento, esto so les dio dos años el de [1]612 y [1]613, luego el año de [1]614 escribió el sr gobernador contra este sueldo

⁹⁴⁵ “[...] tengo avisado a V. mg. bastaba el que sea recrecido [...] los enemigos de Europa en este mar para que V. mg. mandara mudar esta forma y que se hiciese la guerra ofensiva ocupando todos los puertos que el enemigo puede tomar y que se le quite la ocasión a los naturales desta tierra para poder se aunar con el [...]”: Ibid.

⁹⁴⁶ *Carta de Alonso de Ribera, gobernador de Chile, que no la firmó por haber muerto repentinamente como lo certifica su secretario, Concepción, 03 de enero de 1617. In: MCD, PARES, AGI, vol. CHILE, 19, R.1, N.20, f. 1. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/327974?nm>>. Acessado em 08 de dezembro, 2021.*

[...]”⁹⁴⁷, pelo que o vice-rei ordenou que só recebessem o sustento os dois padres das missões de Chiloé e mais dois religiosos que fossem alocados em outro lugar da fronteira meridional, além do próprio padre Valdivia. Os demais, que formavam o grupo de oito jesuítas sem *tasa*, estavam às próprias expensas e, segundo o informe, não havia no Chile esmolas e doações suficientes para todas as ordens, motivo pelo qual os religiosos fundaram a dita estância, encabeçada pelo padre Valdivia e às custas do seu próprio salário e de doações à Ordem. Nela, criavam gado, cabras e cavalos, além de produzirem trigo que moíam em Concepción, motivo pelo qual ambicionavam construir um moinho de água em suas terras. Além do mais, eram assistidos por “[...] siete negros porque no tienen indio algún de mita ni en esta tierra hay donde buscar”⁹⁴⁸, comprados pelo jesuíta⁹⁴⁹. A carta terminava com a afirmação de que os testemunhos de Ribera eram falsos, aludindo que a verdade poderia ser atestada entre as demais pessoas do Reino e sobretudo entre os membros da Companhia de Jesus no Chile que, embora não fossem um grupo homogêneo, estavam profundamente vinculados em seus laços religiosos e em suas perspectivas de evangelização.

Querelas como essa não tiveram um impacto profundo no parecer peninsular sobre a questão. A mudança de posição da coroa ocorreu somente de forma tardia, predominando, por mais de uma década, uma atitude de anuência e simpatia em direção à ideia e à pessoa do padre Valdivia. A despeito dos reveses e da forte oposição local, Filipe III e seus dignatários no Conselho das Índias e na Junta de Guerra continuaram a endossar e insistir na proposta defensiva. Em meados de 1620, o rei estipulava novo documento, reafirmando permanentemente a proibição a qualquer nova *encomienda*, com exceção dos casos de vacância, mas, mesmo assim, antes de garantido o direito, as situações seriam escrutinadas pelo Conselho, recebendo ou não a autorização do rei⁹⁵⁰. A tendência continuou, inicialmente, sob o reinado de Filipe IV (1621-1655). Um documento mais extenso e prescritivo foi lançado em 1622, promovendo uma reforma nas formas de *encomienda*. As ordenanças proibiam toda forma de serviço pessoal

⁹⁴⁷ *Manuscrito autografiado con carta respuesta del padre Rodrigo Vázquez del colegio jesuita de Concepción rebatiendo carta del gobernador Alonso de Ribera en oposición a los trabajos del padre Luis de Valdivia, Concepción, 1616 f. 65-77. In: ANCh, Fondo Jesuitas, v. 973, f. 67.*

⁹⁴⁸ *Ibid.*

⁹⁴⁹ Quase dez anos antes, o jesuíta já mostrava sua preferência por trazer escravos africanos para trabalhar no Chile, em substituição aos trabalhos pessoais compulsórios dos indígenas. Ver o seguinte documento memorial escrito para o Conde de Lemos: *Padre Luis de Valdivia: guerra de Chile, Lima, 4 de enero de 1607*. MCD, PARES, AGI, vol. PATRONATO, 229, R.2, f. 4. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/descripcion/126179?nm>>. Acessado em 03 de dezembro, 2021.

⁹⁵⁰ “[...] os mando no proveáis ninguna encomienda, si no fuere por vacante real y natural, guardando las cédulas sobre esto dadas, poniendo la cláusula ordinaria de que lleven confirmación mía [...]”: *Real cédula al gobernador de Chile para que cumpla lo que está mandado sobre encomiendas de indios, 25 de julio de 1620, Madrid*, p. 459-461. In: CDHAAS, c. I, t II, 1880, p. 460.

dos *encomendados*, regulavam e limitavam a escravidão dos índios de guerra e estipulavam de forma direta quem eram os indivíduos encomendáveis e os não encomendáveis. Esses últimos englobavam os caciques e seus filhos mais velhos, os naturais de algumas províncias de guerra (Arauco, Tucapel, Catiray etc.) e os índios amigos ou de paz. Reconhecia ainda o caráter de súdito dos indígenas que estavam sobre a soberania direta do rei, garantindo-lhes direitos e deveres, como o de receber salários por suas atividades e pagar tributos, respectivamente. Os indígenas das cidades pacificadas, em especial, no centro-norte chileno, em Chiloé, e no leste andino, poderiam ser *encomendados*, devendo aos *encomenderos* em moeda ou seu equivalente *in natura*; a *mita* seria limitada, sendo liberados os indígenas sem condições físicas de exercer este trabalho degradante. Estariam conscritos (para a *mita*) os índios encomendados, repartidos, assalariados ou domésticos; ordenava-se ainda a alocação dos *vecinos* e *encomenderos* nas localidades de suas *encomiendas* ou *repartimientos* (com exceção dos habitantes de Cuyo que estivessem a servir na guerra), que os índios de paz fossem reduzidos em seus *pueblos* e que esses mesmos não fossem trasladados sem expressa autorização do governador ou do corregedor responsável, dentre várias outras prescrições, que juntas somavam nada mais que setenta e três ordenanças⁹⁵¹.

O documento era um reforço e atualização da *Tasa de Esquilache* proposta pelo vice-rei que a nomeara, cerca de um ano antes. Não obstante, pontos desfavoráveis aos indígenas permaneciam. Jovens com mais de quatorze anos poderiam ser escravizados e a *mita* permanecia como uma categoria de trabalho compulsória e obrigatória. Além disso, o decreto preservava os tributos indígenas pagos aos *encomenderos* em alguns locais onde não havia tantas irrupções de violência ou oposição categórica aos tributos, preservando certos benefícios para os indígenas das fronteiras de guerra que tivessem aderido à paz do rei. Outras ordenanças majoritariamente simpáticas à guerra defensiva seguiram a essa. Esses documentos conjugavam a necessidade de minar os trabalhos pessoais, ligados ao pagamento direto de produtos e trabalhos laborais em benefício principal de um *encomendero*, com a igualmente importante vontade de perpetuar a exploração econômica, sobretudo mineral, possibilitando o autossustento do império no Novo Mundo e a exportação de metais para a Europa, dirimindo as críticas aos pesados encargos dos serviços pessoais. Tal como os jesuítas, os altos dignatários imperiais pensaram ser possível acabar com a latência do conflito araucano com a flexibilização dos trabalhos servis, o endurecimento das regras contra súditos espanhóis recalcitrantes, a limitação e prescrição dos trabalhos de *mita*, a redução das comunidades indígenas em *pueblos de indios*

⁹⁵¹ *Ordenanzas sobre el servicio personal, Madrid, 17 de julio de 1622. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 317-346.*

e a pregação sistemática do Evangelho. Essas ações deveriam levar diretamente a um apaziguamento definitivo das populações nativas, à dissolução da *Tierra de Guerra* e ao fim parcial da dispendiosa e dificultosa militarização fronteiriça.

A desmilitarização gradual do espaço era uma das mais controversas e audaciosas propostas do padre Valdivia. Afinal, na medida em que a pregação católica surtisse efeito, para que manter uma força militar onerosa, gananciosa, belicista e pouco ciosa de cumprir as ordens de não saquear, atacar ou intimidar às comunidades indígenas? O desarme do forte São Jerônimo, por exemplo, deveria ser seguido por uma gradual desmilitarização da Fronteira, como propunha a Cédula Régia de 1622. Nela, o rei ordenava que a estrutura bélica de fortes e guarnições na *Tierra de Guerra* fosse desmantelada assim que houvesse possibilidade de fazê-lo, segundo julgasse produtor o governador Pedro Osorio de Ulloa, levando em consideração que “[...] los motivos que obligaron a fortificar en las partes y por el modo de entonces cesan con las nuevas órdenes que están en la guerra defensiva”⁹⁵². A fortificação do espaço deveria ser reativa, respondendo a um impulso considerado “rebelde”, que tão logo desaparecesse, daria lugar a formas menos belicosas de interação. Por “menos belicosas”, entenda-se principalmente a missão jesuíta de conversão, um substituto idealizado, mas pouco apropriado para os fortes, os soldados e as armas espanholas. Obviamente, os partidários da guerra eram completamente contra o desarmamento fronteiriço. O Mestre de Campo alocado em Concepción, Alonso de Maldonado, deixou claríssimo esse parecer ao afirmar em seu apontamento que

[...] en la quitada de los fuertes no conviene porque todas las fortificaciones que estaban y están sobre el río de Biobío son convenientes, aunque se haga la guerra defensiva porque es resguardo de lo que tenemos [...] para que el enemigo que no quiere estar en obediencia nos demos la mano a estorbar sus divisiones y es abrigo para que nuestra gente de guerra tenga alojamiento para el invierno y pueden ser bastecidos por el río [...] y tienen otros muchos provechos [...] ⁹⁵³.

Segundo Maldonado, o inimigo teria feito nos últimos tempos nada mais que cento e oitenta e três entradas nas terras espanholas, roubando cavalos e gado e capturando dezesseis espanhóis, quatrocentos e quarenta e sete indígenas (de paz ou amigos, supõe-se) e mais de quinhentas *piezas*. Tendo isso em conta, parecia-lhe inconcebível recuar dos espaços fronteiriços ou abnegar às armas e às fortificações na defesa do complexo de fronteiras de guerra. Como

⁹⁵² Real cédula al gobernador de Chile para que provea lo que convenga en la mudanza y fortificación de los fuertes de aquel reino, 22 de marzo de 1622, Madrid, p. 477-478. In: CDHAAS, c. I, t II, 1880, p. 478.

⁹⁵³ Apuntamientos del Maestro de Campo Alonso Maldonado del Consejo de Guerra, Concepción, 17 de marzo de 1621, f. 3. In: BNCh, Manuscritos, t. B.A. 11, f. 3.

mostrou Jaime Valenzuela Márquez, as próprias missões jesuítas eram corriqueiramente instaladas e circunscritas às redondezas dos fortins, onde a segurança da missão poderia ser assegurada pelas tropas do Exército Real e pelos índios amigos, estando condicionadas à permanência da guarnição no local e enfrentando revezes e recuos nas épocas de maior ameaça de sublevação geral⁹⁵⁴. Deslocamentos em territórios hostis, como ocorria com algumas *correrías* missionárias, eram quase sempre acompanhados de escoltas armadas, tornando a substituição generalizada da força militar por qualquer outro poder menos armado uma utopia. Por outro lado, como já abordamos antes, os partidários da guerra não possuíam muito interesse na cessação completa dos conflitos, como expunha em denúncia o padre Diego de Rosales, em seu *Manifiesto apologético de los daños de la esclavitud del Reino de Chile* (1672): “Muchas veces han querido la paz los indios y no se la han admitido, por tener a quien maloquear, y de quien sacar provecho vendiendo los esclavos. I otras veces se la han admitido, pero dejando algunas provincias a quienes poder guerrear [...]”⁹⁵⁵. Portanto, as acusações dos belicistas de que os índios de guerra corriqueiramente subvertiam a proposta jesuíta não levavam em conta uma realidade igualmente ordinária: dos fortes hispânicos saíam frequentes patrulhas para terras de inimigos e, não raro, de amigos, para por meio de acusações infundadas ou até mesmo sem causa aparente apreendê-los e vendê-los como *piezas* em outros locais. No fim, a despeito de tantas detrações, sob a égide da soberania real, a guerra defensiva perdurou por quase uma década e meia como política oficial para o Reino do Chile.

Após a morte de Ribera, em 1517, o curto governo de Fernando Talaverano Gallegos, presidente da Real Audiência, preservou o compromisso com a guerra defensiva. Em seu memorando ao rei de sua breve administração, o governador provisório afanava-se orgulhosamente de ter sido capaz de tratar e negociar pacificamente com os indígenas. Contava, ainda, que travara conversações com os nativos das fronteiras de guerra, “y a otros yndios de guerra y a todos los reducidos procure persuadir las veras com que V. M. deseava su bien y quietude”⁹⁵⁶. Disponha-se ainda a cumprir todas as ordenanças da guerra defensiva e bom tratamento. Por fim, escrevia que “cuando vino a subcederme Don Lope de Ulloa hallo a los yndios

⁹⁵⁴ VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. Revisitando el “indigenismo” jesuita: en torno a los “bárbaros” de Arauco, la guerra y la esclavitud mapuche en el siglo XVII. In: CHAMORRO, Graciela; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira; BARROS GONÇALVES, Carlos (org.). **Fronteiras e Identidades: encontros e desencontros entre Povos Indígenas e Missões Religiosas**. São Bernardo do Campo: Nhaduti Editora, 2011. p. 61-79.

⁹⁵⁵ ROSALES, Diego de. **Manifiesto apologético de los daños de la esclavitud del Reino de Chile**. In: AMUNÁTEGUI SOLAR, Domingo (ed.). *Las encomiendas de indígenas en Chile*. Santiago de Chile: Universidad de Chile, t. 1, 1909, p. 187.

⁹⁵⁶ *Carta de Hernando de Talavera, Gobernador interino de Chile, 03 de enero de 1618, Santiago de Chile*. In: MCD, PARES, AGI, vol. CHILE, 19, R.2, N.21, f. 2. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/327975?nm>>. Acessado em 16 de dezembro, 2021.

todos dellos en paz y muchos dellos bautizados y a los españoles socorridos y os puestos proveídos en los mellores capitanes del Reyno”⁹⁵⁷. Seu sucessor, Lope de Ulloa (1618-1620), parece ter continuado uma política de apoio formal à guerra defensiva, embora o começo da segunda década também marcasse o recrudescimento da animosidade entre alguns grupos indígenas e os espanhóis. Ainda assim, a postura defensiva foi formalmente sustentada⁹⁵⁸. Entretanto, havia rachaduras irreparáveis nas bases da proposta jesuíta. O governo posterior, de Pedro Osores de Ulloa (1621-1624), foi pontuado por um cumprimento apenas formal, adjunto de descumprimentos progressivos dos parâmetros da guerra defensiva, posta definitivamente abaixo por Filipe IV, em 1625⁹⁵⁹. O jesuíta Rosales contara que o padre Luis de Valdivia deixou o Chile em definitivo em 1619, indo em direção à Espanha para dar continuidade à defesa de sua causa. Segundo informou o padre-cronista, Valdivia deixava um legado de sucessos: “[...] toda la Tierra de Guerra había admitido la paz y todos los indios amigos habían recibir el santo Evangelio y baptizándose muchos, y la raya que se hizo en el rio Biobio estaba fortificada con muchos torreones y fuertes [...]”⁹⁶⁰; era um cenário por demais idílico e pouco condizente com o cotidiano da conflitante vida nas terras e fronteiras de guerra chilenas.

Não é improvável que tenha havido surpresa e incompreensão, entre os promotores da guerra defensiva, quando a coroa removeu o endosso ao seu projeto. Assumindo o trono em meados de 1621, Filipe IV operou, junto ao seu mais próximo conselheiro, o Duque de Olivares, uma radical mudança nas políticas externas do trono castelhano⁹⁶¹. O monarca decidiu-se por retomar o papel bélico desempenhada pela Espanha de Filipe II. Com ele, revigorou-se a retórica da guerra santa contra a “heresia luterana” e contra as forças estrangeiras que rivalizavam com o poderio dos Reinos Ibéricos unidos. Olivares logo encabeçou uma política geoestratégica em favor da defesa e manutenção dos reinos dos Habsburgo da Espanha na Europa e

⁹⁵⁷ Ibid.

⁹⁵⁸ O governo transitório de Cristóbal de la Cerda y Sotomayor (1620-1621) foi marcado por uma política de manutenção e fortalecimento das fronteiras, com especial atenção à construção de fortificações em Chiloé, como este mesmo informava ao rei em *Carta de Cristobal de la Cerda Sotomayor, Gobernador de Chile, Santiago de Chile, 02 de febrero de 1622*. In: MCD, PARES, AGI, vol. CHILE,19,R.4,N.37, f. 1-10. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/327991?nm>>. Acessado em 16 de dezembro, 2021.

⁹⁵⁹ Rosales caracterizou Ulloa como um defensor relativo da guerra defensiva, afirmando que o mesmo “Sustentó la guerra defensiva ajustándose a las órdenes de su Majestad, si bien, algunas veces, mandó hacer entradas a tierras del enemigo porque no cesaba de infestar las nuestras y de acosar a las reducciones de nuestros amigos, ni de hurtar caballos y demás géneros de ganados”: ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, t. II, 1878, p. 662, falando logo depois que o governador então passara a advogar contra a guerra defensiva por considerá-la infrutífera.

⁹⁶⁰ Ibid., p. 642.

⁹⁶¹ Sobre as mudanças operadas por Filipe IV e Olivares, a sua política externa, seus ideais imperiais e bélicos e as suas reverberações na guerra do Chile, ver novamente DÍAZ BLANCO, José Manuel. **Razón de Estado y Buen Gobierno. La Guerra Defensiva y el imperialismo español en tiempos de Felipe III**. Sevilla, Universidad de Sevilla, 2010.

no restante do mundo⁹⁶². Essas medidas tiveram implicações mesmo em lugares longínquos de seu império, como entre os súditos no Chile. Escrevendo em abril de 1625 ao vice-rei do Peru, o marquês de Guadalcázar (1622-1629), Filipe IV instituía que

[...] habiendo mirado con mucho acuerdo y consideración, tanto en el tiempo en que hubieren de probar los provechos de la guerra ofensiva, como en el modo y circunstancias de ella, dispongáis y ordenéis que de aquí en adelante dicha guerra sea ofensiva [...] Y en particular haréis ejecutar lo dispuesto en razón de que todos los indios que se tomaren en la guerra sean dados y tenidos por esclavos [...] Y, aunque vos juzgáis que podían reformar parte del ejército y situado de la dicha guerra, no haréis novedad en ello [...] esto y aún más será necesario con la guerra ofensiva, mayormente habiéndose de acudir a hacer fuertes y poblaciones con que tener las espaldas seguras⁹⁶³.

Tratava-se, sem dúvidas, de um duro golpe para os jesuítas; por outro lado, era uma vitória triunfante para os belicistas, *encomenderos* e *vecinos* espanhóis no Reino. A cédula não apenas autorizava o vice-rei a dar continuidade à guerra ofensiva, como retomava a cédula de 1608, permitindo a captura e o comércio de *piezas* indígenas oriundas das guerras do Sul. Por conseguinte, liberava a penetração espanhola nos territórios fronteiriços, para além do Biobío, estando à disposição dos líderes militares o julgamento decisório sobre realizar *entradas*, construir fortes e impulsionar novos povoamentos. No Chile, a cédula chegou paralela ao início do governo de Luis Fernández de Córdoba y Arce (1625-1629), protegido do marquês de Guadalcázar e entusiasta da guerra ofensiva, que tomou conhecimento da ordem e efetivou-a no começo de 1626, fazendo valer a guerra ofensiva em expedições de *maloca* e apresamento. O governador Córdoba y Arce pôs-se a entrar nas províncias inimigas que não contemporizaram, iniciando uma arriscada luta de malocas contra os índios de guerra de Elicura e Purén, ação que desaguou sobretudo em represálias sobre os índios amigos dos espanhóis. Segundo narrou Rosales, o governador mobilizou entusiasticamente os homens do Chile Central, “[...] animando a todos los vecinos y caballeros de la ciudad de Santiago vistiesen todos las armas y [...] se dispusiesen a seguirle a la guerra, y en esta conformidad [...] envió un tanto de la carta a las fronteras y a todo el ejército [...]”⁹⁶⁴, informando-lhes da autorização de escravizar os indígenas capturados, o que trazia à vista a oportunidade de lucros rápidos e de realizar o

⁹⁶² Sobre este período histórico e as profundas consequências para a estruturação imperial espanhola, ver ELLIOTT, John H. *Lengua e imperio en la España de Felipe IV*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1994.

⁹⁶³ *Real cédula al virrey del Perú en que se manda que la guerra con los indios de Chile sea ofensiva, 13 de abril de 1625*, p. 518-520. In: CDHAAS, c. I, t II, 1880, p. 519.

⁹⁶⁴ ROSALES, Diego de. *Historia General del Reino de Chile*. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, 1878, t. III, p. 12.

criticado comércio de almas com o Norte sem a ilegitimidade trazida pela guerra defensiva e pelas cédulas que proibiam a escravização. Preparou, então, uma *entrada* inercial, ação ousada, que destarte ou maus auspícios, logrou sucesso em percorrer partes da *Tierra de Guerra* adjacentes ao Biobío, em Repocura, enquanto pressionava os indígenas da cordilheira interna e os de Purén a sujeitarem-se.

Após esse episódio, Rosales sublinhou um acontecimento significativo e que, para si, marcava prontamente a destoante guinada operada pela implementação da guerra ofensiva. Alguns dos principais caciques da *Tierra de Guerra* (segundo o jesuíta, cento e dez dos principais da terra), entre os quais Anganamón, reuniram-se em Parlamento junto ao governador, em Concepción. Oferecendo a paz aos hispânicos, requeriam a soberania tradicional sobre os seus negócios, a autonomia que lhes era cara e a permanência de suas comunidades em suas terras. Contrariavam, assim, as vontades do governador, que contrargumentava que “[...] no habían de estar de paz de donde él gustase, a fin de que estando reducidos a nuestras tierras serían más estables que en las suyas y el rey más servido de ellos, y de contrario se temía que se habían de dejar llevar de su antiguo natural y costumbre”⁹⁶⁵. Sem alcançar contemporização, o Parlamento terminou com a promessa do governador de atacar e vencer os seus inimigos indígenas que recusavam seus termos de paz inegociáveis em uma guerra sem quartel. Como bem notou o padre-cronista, a atitude refratária significava uma oposição clara ao trabalho do padre Valdivia, que, segundo Rosales, lamentara e tentara subverter no ultramar a nova face institucional da guerra no Chile⁹⁶⁶. Fracassada, o fim da proposta jesuíta iniciava um novo momento político da luta entre espanhóis e indígenas. Entre a concepção teórica e a prática da guerra defensiva certamente houve um abismo jamais totalmente ou majoritariamente transposto, mas entre a prática da guerra defensiva e a sua contraparte ofensiva, um considerável número de variáveis mudava. A despeito de suas nuances, podemos falar da validade de haver uma política de contemporização, mesmo que impositiva e com vista à dominação, em detrimento de uma política de conflito, espoliação e escravização.

É necessário elencar que as políticas jesuítas não contemplavam certos aspectos da cultura bélica mapuche, aspectos esses tratados pelos espanhóis partidários da guerra *a fuego y sangre* como provas cabais da incapacidade indígena de depor as armas e cessar a violência. A ver, a principal crítica consistia na dificuldade indígena de manter as alianças e renegar à guerra e à violência como forma de ação. Entretanto, longe de significar uma volatilidade de espírito,

⁹⁶⁵ Ibid., p. 17.

⁹⁶⁶ “Desgraciados fueron los indios y desgracia fue de este reino que se hubiese vuelto a España el Padre Luis de Valdivia y que no se hubiese hallado en esta ocasión al lado del gobernador [...]”: Ibid., p. 19.

a mutabilidade entre tempos de guerra e tempos de paz obedecia a dois fatores principais: um era a ponderação estratégica; outro, o contexto cultural indígena, que norteava os usos coletivos da violência. Como estudado por Eduardo Viveiros de Castro, uma situação semelhante ocorreu entre os tupinambás da costa do Brasil, contra os quais missionários e autoridades resmungavam frequente e incessantemente, acusando-os de serem voláteis em suas relações com os portugueses e com a fé cristã. A “inconstância” dos tupinambás no tocante às crenças católicas, que não eram bem praticadas ou cridas, e a propensão dos guerreiros indígenas a caírem nos “pecados” da poligamia, da guerra e da antropofagia ritual, eram aspectos alardeados e condenados pelos jesuítas que tentavam convertê-los e pelos demais poderes que buscavam submetê-los. Viveiros de Castro percebeu que as crenças tupinambás, tanto quanto as do mundo mapuche, digamo-lo, eram pináculos das atividades guerreiras, que no caso tupi, possuíam na ideia de vingança um papel fundamental. “A guerra não era uma serva da religião, mas o contrário [...] A dupla interminabilidade da vingança [...] sugere que ela não era uma daquelas máquinas de abolir tempo, mas uma máquina de produzi-lo: ligação com o passado, sem dúvida; mas gestação do futuro, igualmente [...]”⁹⁶⁷. A vendeta, no entanto, ocupava um lugar mais singelo entre as categorias de violência coletiva dos mapuches, estando postulada como uma forma de compensação a uma violência moral, a um roubo ou a um ataque homicida e pérfido injustificado à parentela estendida da rede familiar e patrilinear do *lebo*, podendo ser regulada, para não desemborcar em um morticínio feroz, na própria instância do *ayllarewe*, pelos líderes *principales* de cada *parcialidad*⁹⁶⁸. Era, portanto, uma violência paramentada e balizada pelo *admapu*, pela tradição e pelos costumes da terra, diferente das *malocas* e do *weichan*, categorias muito mais próximas do sentido de “guerra” que utilizamos. A lógica da compensação também operava no âmbito da cumplicidade guerreira entre diferentes *lebos*, como sugerem alguns relatos que dão conta do pagamento de “tributos” em forma de animais, utensílios e armas para as famílias dos mortos de um *rewe* aliado que perdia alguns de seus homens em batalha convocada por outro *rewe*, tornando-o, assim, obrigado a retornar o favor e o sacrifício despendido em *regalos* e reciprocidade⁹⁶⁹. Dessa forma, poder-se-ia incluir a vingança num rol de costumes orientados por uma lógica indígena de compensação, ação basilar para mediar a irrupção da violência intra-étnica e para estabelecer seus limites, sobretudo dentro de um mesmo *ayllarewe*.

⁹⁶⁷ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 35, p. 21-74, 1992, p. 49.

⁹⁶⁸ BOCCARA, Guillaume. **Los Vencedores**. Historia del Pueblo Mapuche en la Época Colonial. San Pedro de Atacama: Línea Editorial IIAM, Ocho Libros Editores LTDA, 2009, p. 85-89.

⁹⁶⁹ “[...] la provincia que pidió favor satisface las muertes a los deudos más cercanos con caballos, ropa, chaquiras, armas y otras preases que ellos usan [...]”: *Informe de don Miguel de Olaverria sobre el reino de Chile, sus indios y sus guerras*, 1594, p. 390-422. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. IV, 1960, p. 398.

Seriam as outras categorias de violência coletiva formas disruptivas oriundas da quebra da cadeia retributiva proveniente da lógica de compensação mapuche? Um estudo mais aprofundado poderia responder melhor a essa questão, mas, notemos que, até onde se observa na documentação, a compensação, embora não fosse o principal motor do *malón* ou do *weichan*, também os permeava nas demandas por apresamento dos bens dos atacados, na captura de prisioneiros e, no auge da representação simbólica da compensação, no canibalismo ritual dos derrotados⁹⁷⁰.

O *malón*, no decorrer do século XVII e XVIII, tornou-se a categoria principal de fazer guerra entre os mapuches, mas sempre se relacionou e, não raramente, confundiu-se com o *weichan*. Guerra, essa, que não era dicotomicamente dividida entre externa ou interna, como notou Zavala Cepeda: “[...] parece difícil hacer una diferenciación entre ‘exoguerra’ (guerra externa) y ‘endoguerra’ (guerra interna)”⁹⁷¹. De fato, como ressaltamos no segundo capítulo, as primeiras vítimas nos pequenos e grandes conflitos eram as populações indígenas aliadas aos espanhóis, tanto nas grandes expedições para tomar e expulsar os estrangeiros de suas terras, quanto nas diversas *malocas* que grassavam nas épocas propícias, ano após ano. Tais conflitos interétnicos ou não, eram marca latente de uma sociedade segmentada⁹⁷², onde a inexistência de centralismo, ou a multiplicidade de centros, impeliam-na à sustentação de um estado perene de conflito entre diferentes comunidades ou grupos político-identitários, havendo, no entanto, um conjunto de pressupostos regidos pela tradição de formas de mediação da violência coletiva⁹⁷³. Não se podia, no entanto, renunciar às armas, fosse contra os *huincas*, fosse contra uma outra agrupação indígena inimiga, pois desistir da guerra poderia irremediavelmente levar à dissolução social, à dominação completa e à perda ou quebra da relação entre o homem reche com sua parentela, com sua comunidade e com os espíritos que consubstanciavam seu mundo.

José Manuel Díaz Blanco viu nessa violência intra-étnica (mapuche contra mapuche), durante o conturbado momento da guerra defensiva, uma incapacidade da estrutura político-

⁹⁷⁰ Forma de coesão social, incorporação do outro (em sua força essencial), depreciação do inimigo devorado e, respectivamente, do núcleo social do vitimado, de forma a enfraquecer os inimigos que, por sua vez, tirou vidas da comunidade vitorioso. Sobre a complexidade do ritual antropofágico mapuche, suas múltiplas camadas e sua significação compensatória, ver GOICOVICH VIDELA, Francis. Un sistema de equivalencias: el ritual del sacrificio en la cultura reche-mapuche de tiempos coloniales (siglos XVI y XVII). **Historia**, Santiago de Chile, v. II, n. 51, p. 423-454, jul./dic. 2018.

⁹⁷¹ ZAVALA CEPEDA, José Manuel. **Los mapuches del siglo XVIII**. Dinámicas interétnicas y estrategias de resistencia. Temuco: Ediciones Universidad Católica de Temuco, 2009, p. 185

⁹⁷² ESTEBAN VEZUB, Julio. El Estado sin *Estado* entre los araucanos/mapuches. **Chungara, Revista de Antropología Chilena**, Arica, v. 48, n. 4, p. 723-727, 2016.

⁹⁷³ “[...] la posibilidad de conflicto siempre estaba latente, aunque hubiesen desarrollado mecanismos para atenuarla. La paz no era una realidad permanente en las tormentosas relaciones de corporaciones segmentadas que no poseían una autoridad reconocida por todos. No había quien ejerciera justicia ni poseyera la fuerza para imponerla”: SILVA GALDAMES, Osvaldo. Los Promaucaes y la frontera meridional incaica en Chile. **Cuadernos de Historia**, Santiago de Chile, n. 6, p. 7-16, jul. 1986, p. 51.

social indígena de regular o comportamento dos seus componentes, especialmente da belicosa figura do guerreiro⁹⁷⁴, concluindo que, diferente do que ocorria entre os espanhóis, cujos embates eram ideológicos, verbais, e predominantemente não violentos, não havia unidade ou capacidade na segmentada cadeia de poder mapuche para abortar o furor guerreiro e a propensão a ação violenta dentro dos seus quadros. Ora, se assim o fosse, talvez não houvesse um governador tal como Ribera reclamando ao rei da incapacidade de controlar sua própria soldadesca, reconhecendo, pelo contrário, que era necessário pagar-lhes o dito soldo, pois sem ele “[...] no pueden ser mandados como tales y con ella cesarán muchos agravios y que se hacen y la justicia y ministro de guerra tendrán la autoridad que conviene [...] que del contrario es imposible [...]”⁹⁷⁵. Nem muito menos seriam ouvidas as críticas recorrentes dos jesuítas, como Valdivia e Rosales, de licenciandos, como Santillán, ou até mesmo de soldados, como Bascuñán, que detratavam sem rodeios os roubos, ataques injustificados e violências múltiplas que eram feitas, sem a sanção régia, ou a despeito de sua proibição, às comunidades indígenas amigadas e, quando não, até mesmo às parcialidades espanholas⁹⁷⁶. Assim, falar na incapacidade coercitiva e ordenadora dos poderes sociopolíticos indígenas sobre seus respectivos indivíduos como propulsores da permanente violência intra-étnica, ou como instigantes da perpetuação de um estado de guerra, talvez seja ou prestigiar demasiadamente a figura do “indivíduo” entre espanhóis e mapuches de quase quatro séculos atrás, ou julgar enviesadamente o papel da guerra para um dos lados, pressupondo-a pela visão distorcida do outro. Se não havia paz perpétua, não era pela incapacidade dos indígenas de obtê-la, mas pelo desinteresse ou desnecessidade de fazê-la, concretizá-la ou perpetuá-la para além do conveniente, já que a guerra era menos uma ação contingente que uma mecânica social (como também o era a paz), capaz de orientar o conjunto dos indivíduos a uma durabilidade autônoma como corpo social,

⁹⁷⁴ “[...] los mapuches no tenían nada por encima de ellos; quizás empezaban a tenerlo, pero el desarrollo de las estructuras superiores al *rewe* y al *ayllarewe* era aún demasiado incipiente y no dotaba a éstas de casi ningún poder real de coerción sobre los individuos, especialmente si los que actuaban eran *ülmen* poderosos o guerreros de prestigio”: DÍAZ BLANCO, José Manuel. Violencia intra-étnica en Chile a comienzos del siglo XVII. In: LÓPEZ-GUADALUPE, Miguel Luis; IGLESIAS RODRÍGUEZ, Juan José. **Realidades Conflictivas: Andalucía y América en la España del Barroco**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012, p. 339-356, p. 355.

⁹⁷⁵ *Instrucción y orden de lo que el capitán Domingo de Erazo [...] ha de dar cuenta [...] que convengan en nombre de Alonso de Rivera...*, Biobío, 15 de enero de 1601, p. 188-208. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. VII, 1982, p. 212.

⁹⁷⁶ Sobre a violência sistêmica e não controlada entre as tropas espanholas, ver CONTRERAS CRUCES, Hugo. Como una guerra contra Santiago. Las licencias invernales de los soldados del Real Ejército de la frontera y su impacto en Chile Central, 1602-1655. **Cuadernos de Historia**, Santiago, v. 50, p. 43-74, junio 2019. É interessante perceber que, segundo o estudo de WHITE, Lorraine. Los Tercios de España: el combate. **Studia Historica: História Moderna**, Salamanca, v. 19, p. 141-167, 1998, uma situação similar de desordem, rebeldia e perigo à população civil não era rara entre os soldados dos terços espanhóis na Europa.

unindo intrinsecamente mudança e perpetuidade, transformação e conservação. Tanto mais que para os espanhóis, a guerra era uma ferramenta de sobrevivência para os mapuches.

Não foi apenas a violência dissipada das fronteiras de guerra e a animosidade espanhola com o plano jesuíta, nem somente a irreabilidade do projeto dos padres, ou unicamente a contrariedade indígena à pacificação e seu apego à guerra, mas a confluência desses fatores que fez naufragar a projeção jesuíta para o território e para a guerra no Chile. As avaliações subsequentes não pouparam à proposta defensiva. O governador Luis Fernández de Córdoba y Arce foi categórico ao afirmar que “[...] ningún buen efecto se ha seguido de esta guerra defensiva sino grandes daños [...]”⁹⁷⁷. Os “danos” por ele mencionados eram os supostos efeitos encorajadores que o estado latente de violência e certo imobilismo causavam nos índios de guerra, tornando-os mais rebeldes e apóstatas, em virtude dos “métodos suaves” utilizados contra eles. Rememorando a grande rebelião, Córdoba y Arce seguia argumentando que os doze ou treze anos de trégua apenas serviram para o nascimento de mestiços entre os indígenas, filhos das mulheres capturadas no levante de 1598-1604 que não puderam ser resgatadas. Além do mais, destacava a necessidade do afluxo de homens do Peru ou da Espanha para dar continuidade à guerra ofensiva e para proceder com novas *poblaciones*. Pouco depois, iniciavam-se os preparos para as ofensivas ao sul do Biobío. A mesma crítica foi levantada pelo seu sucessor, o governador Francisco Lazo de la Vega (1629-1639), que condenava a guerra defensiva utilizando-se do argumento de que “El padre Luis de Valdivia de la Compañía de Jesús atrasó esta guerra con el medio que trujo, cojiola con cantidad de índios amigos y es más dilatada y estamos arriconados”⁹⁷⁸, o que significava acusar o curto período da política espacial jesuíta de obliterar quase um século de conquista aberta e guerra ofensiva. Essas últimas, à luz dos acontecimentos, provaram ser igualmente ineficientes e incapazes de submeter às comunidades mapuches. O paradoxo desta detração dissimulava a contínua incapacidade dos espanhóis em lidar com as vicissitudes e com os problemas da *Tierra de Guerra* no Chile, fosse pelos caminhos da fé, fosse pela estrada das armas.

⁹⁷⁷ Carta de Luis Fernández de Córdoba, Gobernador de Chile, Santiago, 4 de julio de 1626. In: MCD, PARES, AGI, vol. CHILE, 19, R. 7, N. 67, f. 2. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/328021?nm>>. Acessado em 18 de dezembro, 2021.

⁹⁷⁸ Carta de Lazo de la Vega al rey de España, 27 de abril de 1630, p. 353-359. In: HFPCh, t. II, 1852, p. 357.

CONCLUSÃO

Em seu extenso, detalhista e outrora citado informe, don Miguel de Olaverria, que o escreveu por volta de 1594, trouxe à luz uma anedota que, embora impossível de comprovar-se historicamente, traduzia em suas entrelinhas a profunda hostilidade entre as partes que se digladiavam no Reino do Chile, já pelo fim do século. Segundo contou Olaverria, por volta dos tempos em que Alonso de Sotomayor governara o Chile (1583-1592), um bravo e venturoso índio de guerra de Catiray, sobrinho de um cacique da mesma província, foi capturado pelos invasores. Pensando a utilidade de tal captura, o governador ordenou que os seus subordinados enumerassem e descrevessem ao cativo os mais cruéis e torturantes castigos aplicados pelos espanhóis aos chamados *rebelados*, após o que, expostos os suplícios, perguntaram ao guerreiro qual desses castigos mais causava aflição e medo aos seus pares, ao que o araucano respondeu que “[...] cualquiera de aquellos castigos sentían los indios de guerra, pero el que más sentían y les lastimaba el corazón era el servir a los españoles”⁹⁷⁹. A história servia muito bem para ilustrar o quadro geral dos elementos que o informe buscava aclarar: espanhóis e indígenas estavam sempre às vias do embate, opondo-se oras de forma equilibrada, oras em vantagem de um sobre o outro; a paz era um ensejo distante e pouco querido pelos dois lados, a não ser que satisfeitas as condições e demandas que levavam à própria guerra.

A *Tierra de Guerra* só pode ser compreendida e interpretada, como espaço, territorialidade ou fronteira, quando iluminada a matéria-prima de sua tão longa sustentação, a ver, como tentamos demonstrar, a persistência da resistência reche-mapuche e a sua contraparte, a tentativa hispânica de estabelecer, consolidar e perpetuamente aumentar seus domínios sobre novas áreas de expansão, dentro daquilo que consideravam ser virtualmente seus legítimos territórios no Reino do Chile. A anedota do Olaverria, ou a resposta do guerreiro, serve-nos como reflexão e como lembrança das questões que perpassavam as vontades, esperanças e ações hispano-mapuches para aquelas terras disputadas, onde a guerra parecia infundável e onde os projetos que estruturavam a vida colonial espanhola tão comumente colapsavam. A Espanha indubitavelmente arquejou para manter as possessões que não escaparam do seu domínio entre os turbulentos anos do Grande Levante (1598-1604), e demoraria ainda mais para estabilizar as linhas fronteiriças, jamais conseguindo assegurá-las em definitivo, nem dominar por completo às *tierras de guerra* do Estado de Arauco e afins.

⁹⁷⁹ *Informe de don Miguel de Olaverria sobre el reino de Chile, sus indios y sus guerras*, 1594, p. 390-422. In: CDIHCh, Segunda Serie, t. IV, 1960, p. 407.

Descampada a guerra defensiva, retomou-se em 1626 à guerra *a fuego y sangre*, junto às práticas que os mais críticos entre os hispânicos eram rápidos em apontar como as principais responsáveis pelos prejuízos sofridos: escravização, saques, brutalidades etc. Filipe IV celereamente outorgou o retorno da versão ofensiva do conflito, pelo que foi obedecido com avidez pelos seus súditos no Chile, ansiosos em reaver a legitimidade de atacar por *guerra justa* às comunidades indígenas para além do *limes* do Biobío. Era o retorno legal a um modo de conflitos iniciados havia setenta anos e nunca completamente encerrados. *Conquistas, pacificações, entradas, campeonadas, malones*, entre outros, não eram invenções *sui generis* das lutas araucanas, estando imbricadas em um berço histórico que remontava à marcialidade cristã do medievo, às noções de Guerra Santa e, dentro da experiência histórica ibérica, à ideia de Reconquista, motivada pela perseguição de razões terrenais (expandir o reino, obter riquezas e conquistar novos vassallos para a coroa) e espirituais (dominar e converter ao infiel, pagão etc.). Esse aparato encontrou um campo fértil nas descobertas europeias de um “outro mundo”, criando figuras e situações ímpares como os descobridores/conquistadores, as suas hostes indianas, os seus inimigos índios/selvagens e as várias conquistas engendradas no Novo Mundo.

No Chile, décadas de guerras irresolutas e o meteórico fim dos assentamentos hispânicos abaixo do Biobío levaram à organização de um Exército Real mantido pelo *Real Situado*, que se estendeu oneroso ao longo do período colonial. Não obstante, isso não foi o suficiente para vencer e submeter peremptoriamente ao adversário indígena, nem pela força das armas, como preconizavam os núcleos civis, militares e religiosos que comungavam com a necessidade de brutalizar e, por todos os meios, finalizar a guerra; nem pela perspectiva bastante defendida por jesuítas e outros, mais parceiros da ideia de uma violência contida e da ênfase na cristianização e negociação como formas de implementar o justo domínio sobre os índios de guerra e gentios. Independente da estratégia adotada, fosse ela militar, religiosa ou diplomática, ou ainda todas essas conjugadas, as tentativas espanholas de dominar perpetuamente os territórios indígenas, sobretudo aos territórios fronteiriços abaixo do Biobío, acabaram provando-se experiências pouco profícuas, missões árduas ou, não raro, tragédias fenomenais.

Comprovamo-lo ao observar o desfecho das ofensivas espanholas seguidas à cessação da guerra defensiva, levadas a cabo, em um primeiro momento, pelo espírito belicoso e aguerrido do governador Fernández de Córdoba (1625-1629). A intensificação dos combates nos anos que se seguiram levou a outra famosa derrota hispânica, a de Cangrejeras, em maio de 1629, próxima a Yumbel, onde as tropas do comandante Juan Fernández Rebolledo foram destroçadas por cerca de um milhar de mapuches liderados por Lientur, que atraiu, emboscou e cercou a guarnição espanhola, saída do forte para dar combate à força, segundo rememorou

Bascuñán, o mais afamado partícipe do evento. Segundo suas memórias de cativo, os infantes viram-se confrontados por uma forte formação indígena em forma de cunha, composta de lanceiros e outros esquadrões desmontados, auxiliados por sua cavalaria ligeira, enquanto a cavalaria espanhola fugia para longe da batalha, derrotada, e as armas de fogo falhavam devido à chuva. O resultado definitivo foi a queda da infantaria, que, “[...] peleando con todo valor y esfuerzo por defender la vida [...] no habiendo podido resistir la enemiga furia, quedaron muertos y desbaratados mis compañeros [...]”⁹⁸⁰. Foi Francisco Laso de la Vega (1629-1639), sucessor de Fernández de Córdoba, que deu conta ao rei do trágico desfecho que precedeu à sua chegada: “[...] mató 95 españoles y hizo presa en mas de 200 yndios amigos y quemó los alojamientos [...]”⁹⁸¹, além de saquearem várias estâncias, capturarem *yanaconas* e espalharem uma onda de medo que alcançou a própria Santiago, onde os *vecinos* começaram a mobilizar-se no temor de que a guerra, geralmente tão distante da sua cidade, novamente a alcançasse. O medo de uma nova rebelião geral na Araucanía aumentou novamente, sobretudo durante o governo de La Vega, durante o qual os *toquis* Lientur e Butapichón continuaram a atingir com intensidade às cambaleantes tropas fronteiriças, embora os próprios indígenas tenham sofrido uma derrota fragorosa em Albarrada, em 1631, o que refreou momentaneamente seus êxitos na recorrente guerra contra os espanhóis.

A violência de um século de lutas entre espanhóis e indígenas mostrava-se, em meados do século XVII, um verdadeiro fomento à perpetuação dos combates nas já centenárias “guerras de Arauco”. Isolados, *encomiendas*, escravização, *malocas*, massacres, roubos, deslocamentos e outros mecanismos de dominação e repressão bastariam para compreender as seguidas revoltas indígenas, locais ou gerais, contra o domínio espanhol. Juntas, essa gama de situações perfaziam um quadro dissipado e recorrente de violência instrumentalizada que perdurava desde os primórdios da conquista, contraposta por uma oposição indígena contínua e, no geral, bem-sucedida. Lugar de embates, a terra de guerra não deixou de ser um campo de sucessos e insucessos para os cristãos; campo esse que não foi obliterado pelos acordos de meados do século XVII. O fim do século precedente, por sua vez, presenciou a um colapso já pressagiado pelos mais astutos observadores: o quase completo fim da ocupação espacial espanhola abaixo do Biobío. Os efeitos desses acontecimentos foram conspícuos a níveis territoriais, e

⁹⁸⁰ PINEDA Y BASCUÑAN, Francisco Núñez de. **Cautiverio Feliz, y razón de las guerras dilatadas en Chile**. In: CHCh, t. III, 1863, p.20.

⁹⁸¹ *Carta de Francisco Laso de la Vega, Gobernador de Chile, Lima, 11 de noviembre de 1626*. MCE, PARES, AGI, vol. CHILE,20,R.1,N.2, f. 2. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/328040?nm>>. Acessado em 24 de junho, 2022.

sorrateiros a níveis psicológicos, embora os variados relatos nos mostrem uma verdadeira onda de pânico e inquietação que desmoronou sobre o Reino do Chile após a morte de Óñez de Loyola e as subsequentes derrotas do bando espanhol.

No plano espacial, a grande rebelião significou a cessação temporária dos projetos de ocupação hispânicos, que, desde sua origem, mostravam-se problemáticos. A *Tierra de Guerra* poucas vezes foi tão espaiada, e as fronteiras foram sucessivamente transpostas em detrimento dos espanhóis, tornando-se zonas porosas pelas quais milhares de indígenas atacavam em campanhas de saque, vingança e destruição, pondo sob cercos mais ou menos apertados às apeguadas urbes ibéricas, que por algum tempo resistiram. Quando chegou ao Chile, Alonso de Ribera propôs-se a assentar uma fronteira de guerra no Biobío, que deveria servir simbolicamente como o limiar da *Tierra de Guerra*, e, efetivamente, como o baluarte das terras de paz, um anteparo às iniciativas bélicas dos guerreiros araucanos. A Fronteira do Chile, portanto, foi ordinariamente confundida com o *limes* do Biobío, embora essa, como limite simbólico primário, não esgotasse a área ou o complexo fronteiriço, nunca totalmente estabelecido, volátil, mutável, que mais se assemelhava a um arquipélago com pequenas e isoladas cidades e fortes, ligados por caminhos de terra e mar tempestuosos, do que com uma linha concreta e facilmente perceptível. *Fronteras de guerra*; não uma, mas várias, que se esparramavam por diversos rincões do território, tendo como eixo referencial o *limes* do Biobío, ao norte, e as isoladas terras de Chiloé e, depois de décadas, a reconstruída Valdivia, ao sul. Esse matiz de espacialidades convergia em um território político-administrativo amplo e nunca totalmente submetido, onde a resistência indígena, adjunta periodicamente da ameaça corsária, deitavam uma sombra nada auspiciosa sobre os esforços de guerra e de paz dos conquistadores e povoadores espanhóis na governação. O século XVII assistira a uma dinâmica intermitente de conflitos que perdurou até a sexta década, após uma nova rebelião geral (1655-1661) que mais uma vez varrera grande parte dos esforços de conquista, exploração e ocupação hispânicas nas partes austrais do Reino⁹⁸², mostrando não apenas a incapacidade espanhola, mas sua inépcia para lidar com esse “problema espacial” centenário que fora a *Tierra de Guerra*, nunca completamente obliterada, ou, como preferiam os antigos espanhóis, pacificada.

Os sonhos de pacificação estenderam-se por séculos, como demonstram as intenções narradas pelo governador Ambrosio O’Higgins (1788-1796), em carta ao Duque de la Alcudia, na qual dava conta dos seus sucessos nas negociações dos Parlamentos de Negrete e Las

⁹⁸² VELLOSO, Gustavo. **Os Nós da Flecha**. Crise e sublevação na fronteira meridional do Império Espanhol (Chile, 1655-1662). Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Canoas, entre março e setembro de 1793. Seu informe trazia uma antiga e repetida reclamação, a de que as terras espanholas padeciam com corriqueiros ataques, roubos e pilhagens, obrigando o governo a realizar sucessivas entradas militares nas terras indígenas não pacificadas. Situação como esta, dizia O'Higgins, era sem semelhante alhures. Não estavam os indígenas chilenos em uma situação de total liberdade? Questionava ele, acrescentando que não apenas usufruíam de inigualável autonomia como também em nada serviam aos espanhóis, nem como vassalos, nem como aliados, tornando-se, ademais, um verdadeiro calcanhar de Aquiles para os súditos de Carlos IV naquela distante parte de seu império, pois, não satisfeitos com sua liberdade, atacavam e espoliavam os espanhóis, invadindo suas terras, capturando pessoas e logrando um sucesso que o governador julgava ser sem paralelo na América Espanhola.

A solução derradeira seria a ocupação territorial, levada a cabo por missões que agorassem os ensinamentos do Evangelho e os valores cívicos e sociais que ascendiam com os ideais iluministas, adjunto de uma ocupação fortificada, de urbes e praças fortes, retomando gradualmente os espaços relegados por seus predecessores ao Sul do Biobío. Além do mais, O'Higgins preconizava que o comércio e a instauração de rotas mercantis estimulariam a pacificação regional, tornando os indígenas, mesmo que independentes, ativos colaboradores no enriquecimento e melhoramento econômico do Reino⁹⁸³. Isso seria feito não pela força das armas, mas pela diplomacia, assentada nos acordos dos Parlamentos, onde negociar-se-ia a refundação de Tucapel, La Imperial e, dentre todas a mais importante, o sítio novo de Osorno, construído nas ruínas da cidade que caíra em 1604, tendo como fim “[...] asentar la paz, la tranquilidad y demás negocios de aquella parte del Reyno [...] Todo eso no solo es conveniente sino también inocente y justo. El establecimiento de estas antiguas ciudades se halla solamente estipulado en varios tratados hechos con estas naciones [...]”⁹⁸⁴, tendo como parâmetro as países de Quillín, de 1541, acertada pelo Marques de Baides. A utopia hispânica de assenhorar-se da *Tierra de Guerra*, ocupando-a e pacificando-a, continuava vultosa e persuasiva entre os sucessores de Pedro de Valdivia. Alguns anos depois, já tornado vice-rei do Peru, Ambrosio

⁹⁸³ Destaquemos que não havia, já então, fundamento para que o governador O'Higgins desconsidera-se o já instaurado comércio transandino, que interligava o Atlântico e o Pacífico em uma lucrativa e enorme cadeia comercial. Se o comércio não servia especificamente aos interesses senhores hispano-criollos, servia-o muito bem ao fortalecimento político, sociodemográfico e militar dos indígenas. Sobre isso, ver LEON SOLIS, Leonardo. **Maloqueros y Conchavadores en Araucanía y las Pampas, 1700-1800**. Temuco: Ediciones Universidad de La Frontera, 1990.

⁹⁸⁴ *Carta del Presidente de Chile, Ambrosio O'Higgins Vallenar, al duque de la Alcudia acompañando testimonio del Parlamento que había celebrado con los indios de aquellas fronteras, Los Angeles, 17 de marzo de 1793*. MCD, PARES, AGI, vol. ESTADO,85,N.3, f. 24. <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/67644?nm>>. Acesso em 25 de junho, 2022.

O'Higgins despachara a ordem para que Osorno fosse finalmente reerguida⁹⁸⁵. Das ruínas de seu antigo sítio fundar-se-ia a nova cidade (1796), que legara ao seu idealizador o título honorífico de “marquês de Osorno”. O mesmo O'Higgins vislumbrava que, passado o tempo, poder-se-ia alcançar a sujeição mapuche por meio da assimilação cultural. Acreditava, por exemplo que era vantajoso “[...] hacer que los indios dejen sus antiguos trajes y se vistan como los españoles que se premie a los que se aventuren en esto y [...] que se distinga y prefiera al que hable mejor la lengua española [...] se conseguirá el sujetarles más bien que por la máxima de aniquilarles”⁹⁸⁶. Era um projeto iluminista de aculturação e assimilação que seguia bem próximo a proposição jesuíta de cessar a guerra com a postura defensiva, a conversão massiva e as suas missões fronteiriças. O projeto de ocupação e sujeição da terra de guerra e dos seus habitantes, no entanto, jamais foi completada pela monarquia espanhola, que foi extirpada das terras sula mericanas nos processos emancipacionistas e nas subjacentes guerras de independência que grassaram o continente por mais de uma década. Restou à República chilena, a partir de meados do século XIX, a ordem de conquistar e impor seu próprio controle territorial sobre a indômita *Tierra de Guerra*⁹⁸⁷.

As fontes coloniais nos permitem constatar um profundo e ativo incômodo das populações indígenas com a rígida intervenção trazida pelos espanhóis sobre os horizontes de suas vidas cotidianas. A voz dos descontentes ecoava entre as penas e papéis dos próprios espanhóis. No entanto, seus trabalhos de guerra não eram ininterruptos. Existiam necessidades materiais que exigiam a cessação dos conflitos e o trabalho por subsistência. Essas necessidades coabitavam com os desejos por paz e liberdade. Dessa necessidade, emergiram os Parlamentos. Estes eram eventos ambíguos: trabalhavam em prol e contra seus participantes, podendo ser melhor entendidos como um jogo de balanceamento de poder e como um dispositivo de negociação

⁹⁸⁵ Carta nº 12 del virrey O'Higgins, *marqués de Osorno, Barón de Ballenar, a Eugenio Llaguno, secretario de Estado de Gracia y Justicia, Lima, varias fechas*. Ibid., vol. LIMA, 714, N.49, f. . <<http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/4052903?nm>>. Acesso em 25 de junho, 2022. Com relação às motivações do repovoamento de Osorno, ver o último documento do compilado, datado de 26 de fevereiro de 1796, Concepción, no qual O'Higgins escreveu a Carlos IV dizendo que o imperativo de reerguer a urbes era estratégico, visto que Chiloé e Valdivia estavam isoladas ao Sul, carentes de anteparos. Osorno, portanto, seria um rincão de segurança mais interiorano. Uma cidade fortificada, pronta a pegar em armas e concebida como uma força sobretudo contra ataques vindos do Pacífico.

⁹⁸⁶ *Carta de Ambrosio O'Higgins para el rey Carlos III, Santiago de Chile, 31 de agosto de 1793*, f. 91. In: ANCh, *Varios*, v. 813, f. 95.

⁹⁸⁷ “Con bastante autonomía y regulada por los principios propios de una frontera que seguían compartiendo huincas y mapuches, la Araucanía se convirtió en una especie de Estado incrustado en otro, el chileno, en pleno proceso de formación [...] Las cosas empezaron a cambiar hacia 1850. A partir de esos años, una serie de factores que operaron simultáneamente desencadenaron la ocupación [...] provocando a desintegración del viejo espacio fronterizo”: PINTO RODRÍGUEZ, Jorge. **La formación del Estado y la nación, y el pueblo mapuche**. De la inclusión a la exclusión. Santiago de Chile: DIBAM, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2003, p. 131. Sobre os Mapuches nesse mesmo período, ver BENGEOA, José. **Historia del pueblo mapuche**. Siglo XIX y XX. Santiago de Chile: LOM ediciones, 2000.

multifacetado, operando diversamente para cada lado. Eram, especialmente, uma oportunidade à paz. A luta então reacendia, vívida, quando algum ato despertava o furor dos espanhóis ou a contrariedade dos índios de guerra, que precisavam lidar com expedições periódicas de aprisionamento de *piezas* para um lucrativo mercado andino de cativos indígenas e com o desejo espanhol de novas conquistas e povoamentos. As *malocas* grassavam os dois lados, constituindo-se como um catalizador regular de novos encontros. Gradualmente, formar-se-ia uma um complexo fronteiro. Os espaços de guerra e de paz eram lentamente acomodados a uma lógica ainda belicista, mas que via adentrar novos elementos de ordem comercial, missionária e diplomática, embora os usos da violência como *modus operandi* não sumissem jamais do horizonte próximo.

Em todo esse processo, a violência conquistadora mostrou-se como um dos principais motivos que opunham os espanhóis aos mapuches. As pesadas taxas tributárias e as exigências por trabalho compulsório em *encomiendas* e *mitas* desfiguravam a relação dos indígenas com o trabalho cotidiano. Não obstante, essas imposições eram fruto de outra situação prévia e ainda mais excruciante: o desenraizamento indígena, a dissolução de suas comunidades e modos de vida, a intromissão hispânica sobre sua autonomia política e sobre suas tradições etc. Em virtude disso, a guerra era uma premência, uma tentativa indômita de reaver a autonomia sobre seus espaços econômicos e simbólicos, sobre seus territórios produtivos e sobre sua concepção imagética de mundo. Espaços identitários com tal grau de complexidade reuniam em si diversos elementos constituintes, de razões puramente pragmáticas a concepções mitológicas, que em conjunto tornavam a necessidade de manter e assegurar essas terras um imperativo para a sobrevivência do corpo sociocultural que as ocupava⁹⁸⁸.

A invasão hispânica, portanto, trouxe um duplo efeito sobre as formas indígenas de conceber seus territórios: *a priori*, desestruturou-os e remodelou-os segundo as demandas da resistência ou a partir das novas perspectivas impostas pela ordem conquistadora; *a posteriori*, ao mesmo tempo em que obliterava, a pressão europeia possibilitava uma [re]territorialização autóctone, da qual emergiram novas formas de conceber espaços e territórios. Isso levou os mapuches à criação de novas estruturas geopolíticas, como os *vutanmapus*, e à expansão de seus territórios político-sociais, incorporando novos grupos étnicos e aumentando sua área de atuação guerreira e econômica, expandindo seus espaços de vida e de existência. O final do

⁹⁸⁸ BOCCARA, Guillaume. **Los Vencedores**. Historia del Pueblo Mapuche en la Época Colonial. San Pedro de Atacama: Línea Editorial IIAM, Ocho Libros Editores LTDA, 2009, p. 52-141; ORTIZ AGUILERA, Carlos. Percepción espacial y descripción geográfica entre los ríos Bio-Bio y Tolten. **Revista de Historia**, Concepción, v. 1, n. 17, p. 77-95, 2007.

século XVII veria uma profícua expansão da sociedade mapuche a Leste, consolidada nos séculos seguintes⁹⁸⁹. Os espanhóis, por seu lado, dariam pequenos passos rumo ao Sul, e suas cidades restantes seriam conservadas em pé. Para eles, o território do Reino manteve-se em perpétua incompletude, aguilhoadado à incapacidade deles de utilizar suas armas e sua cultura para efetivamente dominar aos povos originários das terras litigadas. O impasse territorial tornou-se regra, sempre aviltante, mas ordinária; fruto de uma dinâmica histórica de conflitos, negociações e práticas que carregavam em si verdadeiras epopeias humanas. De terras disputadas, o Reino do Chile nasceu no decurso de um eixo de expansão hispânico, mas seu valor, sua identidade perdurante como terra de guerra foi forjada na luta dos espanhóis contra os povos indígenas em seu caminho; especialmente, no longo conjunto de embates entre espanhóis e araucanos nas províncias livres e rebeladas da Araucanía. Imbricadas, a impactante conquista espanhola e a fecunda resistência indígena pariram a *Tierra de Guerra*.

⁹⁸⁹ “A lo largo de las rutas de los maloqueros florecían nuevos asentamientos, surgían nuevas alianzas entre los linajes, se afianzaba el proceso de araucanización de las tribus pampinas y se fortalecían entre los vínculos entre los segmentos tribales con gente asentada en ambos lados de los Andes”: SOLIS, Leonardo Leon. **Maloqueros y Conchavadores en Araucanía y las Pampas, 1700-1800**. Temuco: Ediciones Universidad de La Frontera, 1990, p. 50; Ver también ZAVALA CEPEDA, José Manuel. **Los mapuches del siglo XVIII**. Dinámicas interétnicas y estrategias de resistencia. Temuco: Ediciones Universidad Católica de Temuco, 2009, p. 31-60, que atribui à língua mapuche, à descentralização política e à resiliência do seu sistema de pensamento, capaz de conjugar inovações e tradições sem ser obliterado, a responsabilidade pelo sucesso expansivo da etnia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

De arquivos

Archivo General de Indias, Portal de Archivos de España:

Colección Mapas, Planos, Documentos Iconográficos y Documentos Especiales: Perú y Chile;

Colección Patronato Real: Descubrimientos, Descripciones, Población, Conquista y Pacificación (Estrecho de Magallanes, Perú);

Colección Patronato Real: Materias Diversas (pacificación del Reino de Chile);

Sección Gobierno: Audiencia de Chile (cartas y expediente de los gobernadores de Chile, cartas y expediente del presidente y oidores de Audiencia);

Sección Gobierno: Audiencia de Panamá.

Sección Gobierno: Audiencia de Quito;

Sección Gobierno: Indiferente General (registros, asientos y capitulaciones);

Archivo Histórico de la Nobleza

Archivo de los Duques de Osuna: Ducado del Infantado.

Biblioteca Digital Hispánica

Fondo: anterior a 1958.

Biblioteca Nacional de Chile

Fondo Manuscritos:

MS. BA. 92

B.A. 11

MS.BA. 4d

MS.BA.5d

Archivo Nacional de Chile

Fondo Carlos Morla Vicuña: vol. 1 e 2;

Fondo Jesuitas: vol. 93;

Fondo Varios: vol. 813 e 973.

De obras publicadas

ABREU GALINDIO, Ruan de. **Historia de la conquista de las siete islas de Canaria**. Santa Cruz de Tenerife: Imprenta Valentina Sanz, 1940.

ACADEMIA CHILENA DE LA HISTORIA (org.). **Real Audiencia de Concepción (1565-1573)**. Documentos para su estudio. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1992.

AGUIRRE, Miguel de. **Población de Baldivia: motivos y medios para aquella fundación**. Defensas de Reyno del Perú, para resistir a las invasiones enemigas en mar, y tierra. Lima: Imprenta de Lima, en casa de Julián Santos de Saldaña, por Jorge López de Herrera, 1647.

AMUNÁTEGUI, Miguel Luis. **El Cabildo de Santiago**. Desde 1573 hasta 1581. Santiago de Chile: Imprenta Nacional Calle de la Monera, t. I, II e III, 1890-91.

ARTEAGA ALEMPARTE, Domingo *et al* (org.). **Colección de Historiadores de Chile y Documentos relativos a la Historia Nacional**. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, 45 v., 1861-1923.

BARROS ARANA, Diego (ed.). **Purén Indómito**. *Poema por el capitán Fernando Álvarez de Toledo*. Leipzig: Franck-Verdags-Buchnanlung (Imp. de Bar & Hermann), 1862.

BAUDOT, Georges; TODOROV, Tzvetan (ed.). **Relatos astecas da Conquista**. São Paulo: UNESP, 2019.

BIBAR, Gerónimo de. **Crónica y Relación Copiosa y Verdadera de los Reynos de Chile**. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico José Toribio Medina, 1966.

CALDERÓN, Melchor. **Tratado de la importancia y utilidad que ay en dar por esclavos a los indios rebeldes de Chile**. Santiago: Biblioteca Nacional de Chile: 1607.

CARO DE TORRES, Francisco. **Relación de los servicios que hizo a Su Majestad del Rey Don Felipe Segundo y Tercero, don Alonso de Sotomayor del abito de Santiago, y comendador de Villamayor, del Consejo de Castilla**: en los estados de Flandes, y en las provincias de Chile, y Tierrafirme, donde fue capitán general. Madrid: Impreso por la viuda de Cosme Delgado, 1620.

CIEZA DE LEÓN, Pedro. **Crónica del Perú**. El señorío de los Incas. Caracas: Biblioteca de Ayacucho, 2005.

COMISIÓN VERDAD HISTÓRICA Y NUEVO TRATO CON LOS PUEBLOS INDÍGENAS. **Informe de la Comisión Verdad Histórica y Nuevo Trato con los Pueblos Indígenas**. Santiago de Chile: 2008.

CORTEZ, Hernan. **A conquista do México**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

COVARRUBIAS OROZCO, Don Sebastián. **Tesoro de la Lengua Castellana o Española**. Madrid: por Luis Sánchez, impresor del Rey N. S., 1611.

CUESTA DOMINGO, Mariano (ed.). **Normativa para descubrimientos y ordenanzas del Bosque de Segovia**. Madrid: Colegio Universitario de Segovia, 1994.

DÍAZ DE CASTILLO, Bernal. **Historia verdadera de la conquista de la Nueva España**. Edición, estudio y notas de Guillermo Serés. Madrid: Real Academia Española, 2011.

DON ALFONSO X. **Las siete partidas del muy noble Don Alfonso El Sabio**. Madrid: Compañía General de Impresores y Libreros del Reino, t. I, 1843.

ENRÍQUEZ DE GUZMÁN, Alonso. **Libro de la vida y costumbres de don Alonso Enríquez de Guzmán**. In: Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España. Madrid: Imprenta Miguel Ginesta, t. LXXXV, 1886, p. 1-419.

ERCILLA, Alonso de. **La Araucana**. Santiago de Chile: Pehuén Editores, 2001.

GARCILAZO DE LA VEGA, Inca. **Comentarios reales de los incas**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976.

GAY, Claudio. **Historia Física y Política de Chile**. Santiago de Chile: Museo de Historia Natural de Santiago, t. I e II, 1846-1852.

GROTIUS, Hugo. **On the Law of War and Peace**. Indianapolis: Liberty Fund, v. 1, 2001.

GÓMARA, Francisco López de. **Historia General de las Indias y Vida de Hernán Cortés**. Caracas: Biblioteca de Ayacucho, 1979.

GÓNGORA MARMOLEJO, Alonso de. **Historia de Chile desde su descubrimiento hasta el año de 1575**. In: Colección de Historiadores de Chile y Documentos Relativos a la Historia Nacional. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. II, 1862.

GONZÁLEZ DE NÁJERA, Alonso. **Desengaño y Reparación de la Guerra del Reino de Chile**. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 1889.

GUAMÁN POMA DE AYALA, Felipe. **Nueva Corónica y Bueno Gobierno**. Edición a cargo de Franklin G. Y. Pease y Jan Szeminski. México: Fondo de Cultura Económica, vol. 1 e 2, 1993.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. Ou Matéria, Forma e Poder de uma República Eclesiástica e Civil. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

JARA, Álvaro; MELLAFE, Rolando (org.). **Fuentes para el estudio de la Colonia**: protocolo de los escribanos de Santiago, 1559 y 1564-1566. Santiago de Chile: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, t. I e II, 1996.

JARA, Álvaro; PINTO, Sonia (org.). **Fuentes Para la Historia del Trabajo en Reino de Chile, 1546-1810**. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 2 v., 1982-83.

LA GUARDIA, Don Miguel de (ed.). **Las Leyes de Indias**. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Pedro Núñez, 1889.

LAS CASAS, Bartolomé de. **Brevísima relación de destrucción de las Indias**. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2011.

LIZANA, Elías; MAULÉN, Pablo (ed.). **Colección de Documentos Históricos del Archivo del Arzobispado de Santiago (1548-1649)**. Santiago de Chile: Imprenta Chile, t. II, cedula I, 1880.

LOYOLA, Inácio de. **Autobiografía de Santo Inácio de Loyola**. Braga: Editorial A. O., 2005.

MARIÑO DE LOBERA, Pedro de. **Crónica del Reino de Chile**. In: Colección de Historiadores de Chile y Documentos Relativos a la Historia Nacional. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. VI, 1865.

MENÉZES PIDAL, Ramon (ed.). **Primera Crónica General**: estoria de España que mandó componer Alfonso X el Sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1239. Madrid: Bailly-Bailliere e Hijos Editores, 1906.

OVALLE, Alonso de. **Histórica Relación del Reyno de Chile**. Roma: Francisco Caballo, 1646.

OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo Fernández de. **Historia general y natural de las Indias, islas y tierra-firme del mar océano**. Madrid: Imprenta de la Real Academia de la Historia, 1851.

PINEDA Y BASCUÑÁN, Francisco Núñez de. **Cautiverio Feliz, y razón de las guerras dilatadas en Chile**. In: Colección de Historiadores de Chile y Documentos Relativos a la Historia Nacional. Santiago de Chile: Imprenta del Ferrocarril, t. III, 1863.

PINTO ARIAS, José Manuel. **Memoria del Jeneral en Jefe del Ejército de operaciones de la Alta Frontera, pasada al Supremo Gobierno**. Santiago de Chile: Imprenta Nacional, Calle de la Moneda, n. 4, 1869.

PIZARRO, Pedro. **Descubrimiento y Conquista del Perú**. In: Colección de libros y documentos referentes a la historia del Perú. Madrid: Lima Sanmartí y Ca., t. 6, 1917.

PULGAR, Hernando del. **Crónica de los Señores Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón**. Valencia: Imprenta de Benito Monfort, 1780.

QUIROGA, Jerónimo de. **Memorias de los sucesos de la guerra de Chile**. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 1979.

RODRÍGUEZ VILLA, Antonio (org.). **Crónicas del Gran Capitán**. Madrid: Librería Editorial de Bailly-Bailliére é Dijos, 1908.

ROSALES, Diego de. **Historia General del Reino de Chile**. Flandes Indiano. Valparaíso: Imprenta del Mercurio, 3 v., 1877-78.

ROSALES, Diego de. **Manifiesto apologético de los daños de la esclavitud del Reino de Chile**. In: AMUNÁTEGUI SOLAR, Domingo (ed.). Las encomiendas de indígenas en Chile. Santiago de Chile: Universidad de Chile, t. 1, p. 183-272, 1909.

ROTTERDÃ, Erasmo de. **O lamento da Paz. A Guerra é doce para quem não a experimentou**. Curitiba: Editora Segesta, 2019.

SANTO AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. São Paulo: Editora Vozes, 2 v., 2000.

SEPÚLVEDA, Juan Ginés de. **Demócrates segundo o De las justas causas de la guerra contra los indios**. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006.

SOLANO, Francisco de (ed.). **Cuestionarios para la formación de las Relaciones Geográficas e Indias**. Siglos XVI / XIX. Madrid: CSIC, 1988.

SOLÓRZANO PEREIRA, Juan de. **Política Indiana**. Bélgica: Henrico e Cornélio Verdussen, 1703.

SOUSTELLE, Jacques. **A Civilização Asteca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

TOMÁS DE AQUINO, São. **Suma de Teologia**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1990.

TORIBIO MEDINA, José (org.). **Cartas de Pedro de Valdivia que tratan de descubrimiento y conquista de Chile**. Sevilla: Establecimiento Topográfico de M. Carmona Velásquez, 1929.

TORIBIO MEDINA, José (org.). **Colección de Documentos Inéditos para la Historia de Chile desde el viaje de Magallanes hasta la Batalla de Maipú (1518-1818)**. Santiago de Chile: Imprenta Ercilla, 30 v., 1888-1902.

TORIBIO MEDINA, José *et al* (org.). **Colección de Documentos Inéditos para la Historia de Chile**. Segunda Serie. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico J. T. Medina, 7 v., 1956-1982.

VALDIVIA, Luis de. **Arte, y Gramática General de la Lengua que corre en todo el Reyno de Chile, con un Vocabulario, y Confesonario**: Compuestos por el Padre Luis de Valdivia, de la Compañía de Jesús, en la Provincia del Perú. Sevilla: Tomás López de Haro, 1684.

VITÓRIA, Francisco de. **Relecciones Sobre los Indios y el Derecho de Guerra**. Madrid: Espasa-Calpe S. A., 1975.

ZAVALA CEPEDA, José Manuel (ed.). **Los Parlamentos hispano-mapuches, 1593-1803: textos fundamentales**. Temuco: Universidad Católica de Temuco, 2015.

Bibliografia

ADÁN, Leonor *et al*. Valdivia: Intercultural Relations along the Southern Frontier of the Spanish Empire in America during the Colonial Period (1552–1820). **Historical Archeology**. Society of Historical Archeology, v. 55, p. 158-186, 2021.

ALDUNATE del SOLAR., Carlos. **Estadio Alfarero en el Sur de Chile (500 a ca. 1800 d. C)**. In: HIDALGO LEHUEDÉ, Jorge (ed.) Culturas de Chile. Prehistoria. Desde sus orígenes hasta los albores de la conquista. Santiago de Chile: Editorial Adres Bello, 1989, p. 329-348.

ALEMPARTE ROBLES, Julio. **El Cabildo en Chile Colonial**. Orígenes municipales de las repúblicas hispanoamericanas. Santiago de Chile: Ediciones de la Universidad de Chile, 1940.

ALVARADO PÉREZ, Margarita. Weichafe: el guerrero mapuche. Caracterización y definición del rol del guerrero em la “Guerra de Arauco” (1536-1656). **Revista de Historia Indígena**. Santiago de Chile, n. 1, p. 35-54, 1996.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ANTEI, Giorgio. **La invención del Reino de Chile**. Gerónimo de Vivar y los primeros cronistas chilenos. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1989.

ARAYA ESPINOZA, Alejandra; VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime (ed.). **América Colonial**. Denominaciones, clasificaciones e identidades. Santiago: RIL editores, 2010.

ARNOLDSSON, Sverker. **La Leyenda Negra**. Estudios sobre sus orígenes. Göteborg: Göteborgs Universitets Arsskrift, 1960.

ASTUHUAMÁN GONZÁLES, César W. The concept of Inca province at Tawantinsuyu. **Indiana - Estudios Antropológicos sobre América Latina y el Caribe**. Berlin, v. 28, p. 79-107, 2011.

AUGUSTA, Félix José de. **Gramática Araucana**. Valdivia: Imprenta Geral, J. Lampert, 1903.

BARRAZA, Carlos F. La institución de los Adelantados en América. Aportación al estudio de las magistraturas indianas. **Humanidades**. Buenos Aires, n. 28, p. 519-546, 1940.

BARRERA-OSORIO, Antonio. Experiencing nature: the Spanish American empire and the early scientific revolution. Austin: University of Texas Press, 2006.

BARRIENTOS GRADON, Javier. La creación de la Real Audiencia de Santiago de Chile y sus ministros fundadores. Sobre la formación de familias en la judicatura chilena. **Revista de estudios histórico-jurídicos**. Valparaíso, n. 25, p. 233-338, 2003.

BARROS ARANA, Diego. **Historia General de Chile**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 16 v., 1999-2005.

BARROS, José d'Assunção. Os conceitos na história: considerações sobre o anacronismo. **Ler História**, n. 71, p. 155-180. 2017.

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

BASTIAS SAAVEDRA, Manuel. The normativity of possession. Rethinking land relations in early-modern Spanish America, ca. 1500-1800. **Colonial Latin American Review**, United Kingdom, v. 29, n. 2, p. 223-238, 2020.

BATAILLON, Gilles; BIENVENU, Gilles; VELASCO GÓMEZ, Ambrosio (org.). **Las teorías de la guerra justa en el siglo XVI y sus expresiones contemporáneas**. Ciudad de México: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2013.

BELL, David A. **Primeira Guerra Total**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

BENGOA, José. **Historia de los Antiguos Mapuches del Sur**. Desde antes de la llegada de los españoles hasta las paces de Quilín. Santiago: Catalonia, 2003.

BENGOA, José. **Historia del pueblo mapuche**. Siglo XIX y XX. Santiago de Chile: LOM ediciones, 2000.

BENTON, Lauren. **Law and Colonial Cultures**. Local Regimes in World History: 1400-1900. New York: Cambridge University Press, 2002.

BENTON, Lauren. The Legal Logic of War of Conquest: truce and betrayal in the early modern world. **Duke Journal of Comparative & International Law**, v. 28, p. 425-448, 2018.

BENTON, Lauren; ROSS, Richard J. (ed.). **Legal Pluralism and Empires, 1500–1850**. New York: NYU Press, 2013.

BERNARDO ARES, José Manuel de. **Luis XIV rey de España**. De los Imperios plurinacionales a los Estados unitarios (1665 -1714). Madrid: IUSTEL, 2008.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos**: das Cruzadas ao século XX. Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2015.

BISBAL-GRANDAL, Ignacio. El paisaje araucano en la cartografía de 1545 a 1646: una imagen del territorio basada en el dominio. **Revista AUS**, Valdivia, n. 26, 2019, p. 4-9.

BLOCH, March. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. São Paulo: Zahar, 2002.

BOCCARA, Guillaume Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel. **Memo-ria Americana. Cuadernos de Etnohistoria**, Buenos Aires, n. 13, p. 21-52, 2005.

BOCCARA, Guillaume. El poder creador: tipos de poder y estrategias de sujeción en la frontera sur de Chile en la época colonial (De la guerra a la pacificación en Araucanía). **Anuario de Estudios Americanos**, Sevilla, v. 56, n. 1, p. 65-94, 1999.

BOCCARA, Guillaume. **Los Vencedores**. Historia del Pueblo Mapuche en la Época Colonial. San Pedro de Atacama: Línea Editorial IIAM, Ocho Libros Editores LTDA, 2009.

BOCCARA, Guillaume. Poder Colonial e Etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os mapuches na era colonial. **Tempo**, Niterói, v.12 n.23, p. 56-72, 2007.

BOEIRA, Marcus Paulo R. Lei Natural e “dominium”: uma análise sobre a fundamentação dos direitos humanos em Domingo de Soto. **Unisinos Journal of Philosophy**, v. 18, n. 23, p. 234-246, sep/dec. 2017.

BONCIANI, Rodrigo Faustino. **O Dominium sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania régia no Atlântico**: da colonização das ilhas à política ultramarina de Filipe III (1493-1615). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BOORSTIN, Daniel J. **Os Americanos**. A Experiência Colonial. Lisboa: Gradiva, 1997.

BOUYASSE-CASSAGNE, Thérèse. Las minas de oro de los incas, el sol y las culturas del Collasuyu. **Bulletin de l’Institut Français d’Études Andines**, v. 46, n. 1, p. 9-36, 2017.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe I**. São Paulo: EDUSP, 2 v., 2016.

BURBANK, Jane. COOPER, Frederick. **Empires in World History**. Power and Politics Difference. Princeton: Princeton University Press. 2010

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. **Puritan Conquistadors**. Iberianizing the Atlantic (1500-1700). Stanford: Stanford University Press: 2006.

CANNY, Nicholas (ed.). **The Origins of Empire**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CAÑO ORTIGOSA, José Luis. Los cabildos indianos. Estado de la cuestión, fuentes y archivos para un necesario avance historiográfico. **Revista Electrónica de Fuentes y Archivos (REFA)**, Córdoba, año 10, n. 10, p. 15-37, 2019.

CARDIM, Pedro. Os povos indígenas, a dominação colonial e as instâncias de justiça na América portuguesa e espanhola. In: DOMINGUES, Ângela; RESENDE, Maria Leônia Chaves de; CARDIM, Pedro (org.). **os Indígenas e as Justiças no Mundo Ibero-Americano (sécs. XVI-XIX)**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH-UAC) e PPGH/UFSJ, 2019, p. 29-84.

CARREÑO PALMA, Luis. Relaciones Fronterizas y Violencias en la Plaza Fuerte de Valdivia. Siglo XVIII. **Espacio Regional**, Osorno, v. 2, n. 6, p. 13-22, 2009.

CASANUEVA, Fernando. Chile, el Reino de la guerra sin fin: la visión del p. Diego De Rosales S. J. (1603-1677). In: CALVO, Thomas; MUSSET, Alain. **Des Indes occidentales à l'Amérique Latine**. México: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, CEMCA, IHEAL, v. 2, 2006, p. 601-612.

CASANUEVA, Fernando. Crónica de una guerra sin fin: <<Crónica del Reino de Chile>> del capitán Pedro Marino de Lobera (1594). **Bulletin Hispanique**, Bordeaux, vol. 95, n. 1, p. 119-147, 1993.

CASTANY PRADO, Bernat. Perdida toda coherencia: El descubrimiento de América en la “crisis de la conciencia europea”. **Anales de Literatura Hispanoamericana**, Madrid, v. 41, p. 19-44, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Em torno das missões jesuíticas na Amazônia (século XVII). **Lusitania Sacra**, Lisboa, v. 2, n. 15, p. 163-209, 2003.

CHIHUAILAF, Arauco. Acerca de la “Leyenda de los guerreros araucanos”. **Sociedad y Discurso**, Aalborg, n. 1, p. 1-11, 2002.

CHIHUAILAF, Arauco. La prolongada Guerra de Arauco: ¿un mito plurisecular? **Amérique Latine: Histoire et Mémoire. Les cahiers ALHIM**, Paris, n. 19, p.79-109, 2010.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**. Pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: 1978.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**. Pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CONCHA MONARDES Raúl. **El Reino de Chile. Realidades estratégicas, sistemas militares y ocupación del territorio (1520-1650)**. Santiago: CESOC, 2016.

CONRTERAS CRUCES, Hugo. Una enfermedad vieja y sin remedio: la desertión en el Ejército de la Frontera de Chile durante el siglo XVII. **Fronteras de la Historia**, Bogotá, vol. 16, n. 2, p. 443-468, 2011.

CONTRERAS CRUCES, Hugo. Fortificaciones, logística y vida de cuartel en el Real Ejército de Chile durante el siglo XVII. **Boletín Americanista**, Barcelona, v. 2, n. 77, p. 203-223, 2018.

CONTRERAS CRUCES, Hugo. **Oro, tierras e indios**. Encomienda y servicio personal entre las comunidades indígenas de Chile Central, 1541-1580. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2017.

CONTRERAS CRUCES, Hugo. Borracheras, huidas y rebeldía entre los indios de Chile colonial. Decretos, autos y bandos de los siglos XVI y XVII. **Corpus, Archivos Virtuales de la Alteridad Americana**, v. 4, n 1, p. 2-23, 2014.

CONTRERAS CRUCES, Hugo. Como una guerra contra Santiago. Las licencias invernales de los soldados del Real Ejército de la frontera y su impacto en Chile Central, 1602-1655. **Cuadernos de Historia**, Santiago, v. 50, p. 43-74, junio 2019.

CONTRERAS CRUCES, Hugo. Dejar de Servir al Rey para Hacerle la Guerra. Los Renegados en la Guerra de Chile, 1560-1630. **HISTORIA**, Santiago de Chile, v. II, n. 54, julio-diciembre, p. 441-465, 2021.

CONTRERAS CRUCES, Hugo. Discontinuidad territorial y complementariedad ecológica indígena en la cuenca del río Mapocho durante los primeros años de la ocupación castellana. **Revista tiempo Histórico**, Santiago de Chile, v. 10, n. 18, p. 123-145, enero-junio 2019.

CONTRERAS CRUCES, Hugo. **La soldadesca en la frontera mapuche del Bío-Bío durante el siglo XVI, 1600-1700**. Tesis de Maestría. Santiago: Universidad de Chile, Santiago, 2001.

CONTRERAS GAY, José. El Servicio Militar en España Durante el Siglo XVII. **Chronica Nueva**, Granada, n. 21, p. 99-122, 1993-1994.

CONTRERAS PAINEMAL, Carlos. **Los Tratados celebrados por los Mapuche con la Corona Española, la República de Chile y la República de Argentina**. Santiago de Chile: Freien Universität Berlin, 2010.

CORDERO FERNÁNDEZ, Macarena. Inquisición en Chile: un recorrido historiográfico y nuevas propuestas de estudio. **Derecho PUCP**, Lima: n. 82, p. 93-119, julio-noviembre 2019.

CORREA BELLO, Sergio. Los Fundamentos Legales del Primer Nombramiento de Pedro de Valdivia. **HISTORIA**. Santiago de Chile, v. I, n. 21, p. 167-176, 1986.

DEL VALLE, Ivonne; MORE, Ana Herron; O'TOOLE, Sarah Rachel (ed.). **Iberian Empires and the Roots of Globalization**. Nashville: Vanderbilt University Press, 2020.

DENEVAN, William M (ed.). **The Native population of the Americas in 1492**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1992.

DÍAZ BLANCO, José Manuel. Violencia intra-étnica en Chile a comienzos del siglo XVII. In: LÓPEZ-GUADALUPE, Miguel Luis; IGLESIAS RODRÍGUEZ, Juan José. **Realidades Conflictivas: Andalucía y América en la España del Barroco**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012, p. 339-356.

DÍAZ BLANCO, José Manuel. Luis de Valdivia y la articulación espacial de Chile. **Revista de Historia Social y de las Mentalidades**, Santiago de Chile, v. 12, n; 2, p. 89-107, 2011.

DÍAZ BLANCO, José Manuel. **Razón de Estado y Buen Gobierno**. La Guerra Defensiva y el imperialismo español en tiempos de Felipe III. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2010.

DILLEHAY, Tom D. **Monuments, Empires, and Resistance: The Araucanian Polity and Ritual Narratives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

DONOSO RODRÍGUEZ, Miguel. Noticias sobre Alonso González de Nájera y la edición de su Desengaño y reparo de la guerra del Reino de Chile (1614). **Hipogrifo. Revista de literatura y cultura del Siglo de Oro**, v. 4, n. 1, p. 9-21, 2016.

DUBY, Georges. **A sociedade cavaleiresca**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

DUNN, Richard S. **The Age of Religious Wars (1559-1715)**. New York: W. W. Norton & Company, 1979.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUVE, Thomas. La Escuela de Salamanca ¿un caso de producción global de conocimiento? Consideraciones introductorias desde una perspectiva histórico-jurídica y de la historia del conocimiento. **Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series**, Frankfurt, n. 02, p. 2-32, 2018.

DUVE, Thomas. **Indigenous Rights in Latin America: A Legal Historical Perspective**. Max Planck Institute for European Legal History. Frankfurt: Research Paper Series No. 2017-02, p. 1-20.

DUVE, Thomas. Pragmatic Normative Literature and the Production of Normative Knowledge in the Early Modern Iberian Empires in the 16th–17th Centuries. *In*: DUVE, Thomas; DANWERTH, Otto (ed.). **Knowledge of the pragmatic: Legal and Moral Theological Literature and the Formation of Early Modern Ibero-America**. Leiden: Brill, Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series, n. 19, v. 1, 2020, p. 1-31, 2019.

DUVE, Thomas; PIHLAJAMÄKI, Heikki (ed.) **New Horizons in Spanish Colonial Law**. Contributions to Transnational Early Modern Legal History. A Max Planck Institute for European Legal History: Frankfurt am Main, 2015.

ECHEVARRÍA BACIGALUPE, Miguel Ángel. Presentación: guerra y economía en Flandes, siglos XVI y XVII. **Studia Historica: História Moderna**, Salamanca, v. 27, p. 17-23, 2005.

EDELMAYER, Friederich. The “Leyenda Negra” and the Circulation of Anti-Catholic and Anti-Spanish Prejudices. **European History Online**, Mainz, p. 1-29, 2011.

ELDEN, Stuart. Terra, Terreno e Território [Land, Terrain and Territory]. **Geografares / Progress in Human Geography**, Vitória, n. 21, p. 42-60, jan-jun 2016 / v. 34, abril 2010.

ELLIOT, John H. **Empires of the Atlantic world: Britain and Spain in America, 1492–1830**. Yale: Yale University Press, 2006.

ELLIOTT, John H. **España y su Mundo (1500-1700)**. Madrid: Taurus, 2007.

ELLIOTT, John H. **Imperial Spain (1469-1716)**. London: Penguin, 1963.

ELLIOTT, John H. **Lengua e imperio en la España de Felipe IV**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1994.

ERRÁZURIZ, Crescente. **Seis Años de la Historia de Chile [23 de diciembre de 1598 - 9 de abril de 1605]**. Santiago de Chile: Imprenta Nacional, 2 t., 1881.

ESPINOZA VENEGAS, Fernando. **De Tralca-Mawida a Santa Juana**. Despliegue Histórico de una Localidad en la Frontera del Biobío (1550-1980). Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso, 2014.

ESTEBAN VEZUB, Julio. El Estado sin *Estado* entre los araucanos/mapuches. **Chungara: Revista de Antropología Chilena**, Arica, v. 48, n. 4, p. 723-727, 2016.

FEBVRE, Lucien. **O Problema da Incredulidade no século XVI**. A Religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERNANDES, Luiz Estevam de O., FLECK, Eliane Cristina Deckmann. A conquista da América como uma História emaranhada: o intercâmbio de significados de uma palavra controversa. *In: As Américas na Primeira Modernidade (1492-1750)*. Curitiba: Editora Prisma, v.1, 2017, p. 103-170.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. **Las Américas**. Madrid: Debate, 2004.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. **Desbravadores**: uma história mundial da exploração da Terra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FLORI, Jean. **Guerra Santa**. A formação da ideia de Cruzada no Ocidente cristão. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

FOERSTER, Rolf. Guerra y Aculturación en la Araucanía. *In: FOERST, Rolf; PINTO, Jorge; SALINAS, Maximiliano. **Misticismo y Violencia en la Temprana Evangelización de Chile***. Temuco: Universidad de La Frontera, 1991, p. 169-2013.

FOERSTER, Rolf. **Jesuitas y Mapuches, 1593-1767**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1996.

FOERSTER, Rolf; IVÁN VERGARA, José. ¿Relaciones interétnicas o relaciones fronterizas? **Revista de Historia Indígena**, Santiago de Chile, n.1, p. 9-33, junio 1996.

FOERSTER, Rolf. **Introducción a religiosidad mapuche**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1995.

FONTELLA, Leandro Goya. A Guerra Guaranítica num contexto de Cultura de Contato: uma interpretação sobre o caráter das interações entre guaranis e missionários e sociedades ibéricas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 27, p. 1-20, 2020.

FREITAS, Ludmila Gomides. Princípios jurídicos da colonização do Novo Mundo: O debate sobre a escravidão indígena nas Américas portuguesa e espanhola. **Passagens, Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, setembro-dezembro, p. 456-472, 2015.

GABRIELA HUIDOBRO, María. **El imaginario de la guerra de Arauco**: mundo épico y tradición clásica. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica y Universidad Andrés Bello, 2017.

GARCÍA FITZ, Francisco. La Reconquista: o estado de la cuestión, **Clio & Crimen**, Durango, n. 6, 2009, p. 144-215.

GARCÍA GALLO, Alfonso. El encomendero indiano (estudio sociológico). **Revista de estudios políticos**, Madrid, n. 55, p. 141-162, 1951.

GARCÍA GALLO, Alfonso. Las Bulas de Alejandro VI y el Ordenamiento Jurídico de la Expansión Portuguesa y Castellana en África e Indias. **Anuario de historia del derecho español**, España, n. 27-28, p. 461-830, 1957-58.

GARCÍA HERNÁN, Enrique. **Consejero de ambos mundos**: Vida y obra de Juan de Solórzano Pereira (1575-1655). Madrid: Fundación Mapfre – Instituto de Cultura, 2007.

GARCÍA, Carmen Mena. Lo Privado y lo Público en la Exploración y Conquista del Nuevo Mundo (hasta Felipe II). In: CEBRIÁ, Ernest Belenguer (org.). **De la Unión de Coronas al Imperio de Carlos V**. Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2001. p. 399-439.

GARCÍA, Eladio. El Purén indómito como obra literaria (prolegómenos a una edición crítica). **Anales de la Universidad de Chile**, Santiago de Chile, n. 119, p. 204-226, 1960.

GASCÓN, Margarita. La frontera en Arauco en el siglo XVII: recursos, población, conocimiento y política imperial. **Frontera de la Historia**, Bogotá, v. 8, p. 153-182, 2002.

GASCÓN, Margarita. The Defense of the Spanish Empire and the Agency of Nature: Araucanía, Patagonia and Pampas during the seventeenth Century. **The University of New Mexico, Latin American Institute**, Albuquerque, n. 46, 2008.

GASCÓN, Margarita. **The southern frontier of the Spanish empire: 1598-1740. 1996. 278 f.** Tese de Doutorado (Philosophy in History). University of Ottawa, Ottawa, 1996.

GAUNE, Rafael. Guerreros, arrepentidos y transgresores. Fisonomías y voces indígenas en la obra del jesuita Diego de Rosales, siglo XVII. In: LUPI, Maria; ROLLE, Claudio. **El Orbe Católico**: transformaciones, continuidades, tensiones y formas de convivencia entre Europa y América Siglos IV-XIX. Santiago: RIL editores, 2016. p. 233-259.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GET, Azar. **War in Human Civilization**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GIBSON, Charles. **Spain in America**. New York: Harper & Row, Publishers, 1966.

GIL PUJOL, Xavier. Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos Séculos XVI e XVII. **Penélope: fazer e desfazer História**, Lisboa, Edições Cosmos, n. 6, p. 119-144, 1991.

GIUDICELLI, Christophe. Encasillar la frontera: clasificaciones coloniales y disciplinamiento del espacio en área diaguito-calchaquí (XVI-XVII). **Anuario de la Revista del Instituto de Estudios Histórico Sociales**, Buenos Aires, n. 22, p. 161-211, 2007.

GLETE, Jan. Warfare at Sea, 1450-1815. In: BLACK, Jeremy (ed.). **War in the early modern world, 1450-1815**. London and New York: Routledge e Taylor & Francis Group, 2005. p. 25-52.

GLOËL, Matthias. El virrey Toledo: figura clave para la supresión de la Audiencia de Concepción. **Diálogo Andino**, Arica, n. 65, p. 165-173, jun. 2021.

GOICOVICH VIDELA, Francis. La Etapa de la Conquista (1536-1598): origen y desarrollo del 'Estado Indómito'. **Cuadernos de Historia**, Santiago de Chile, n. 22, p. 53-110, 2002.

GOICOVICH VIDELA, Francis. Alianzas geoétnicas en la segunda rebelión general: génesis y dinámica de los vutanmapus en el alzamiento de 1598. **Historia**, Santiago de Chile, v. I, n. 39, p. 93-154, enero-junio 2006.

GOICOVICH VIDELA, Francis. Entre la conquista y la consolidación fronteriza: dispositivos de poder hispánico en los bosques meridionales del Reino de Chile durante la etapa de transición (1598-1683). **Historia**, Santiago de Chile, v. II, n. 40, p. 311-332, jul./dic. 2007.

GOICOVICH VIDELA, Francis. Un sistema de equivalencias: el ritual del sacrificio en la cultura reche-mapuche de tiempos coloniales (siglos XVI y XVII). **Historia**, Santiago de Chile, v. II, n. 51, p. 423-454, jul./dic. 2018.

GÓNGORA, Mario. **Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX**. Santiago: Editorial Universitaria, 1986.

GÓNGORA, Mario. Vagabundaje y sociedad fronteriza en Chile: siglos 17-19. **Cuadernos del Centro de Estudios Socioeconómicos**, Universidad de Chile, Facultad de Ciencias Económicas, Santiago de Chile, v. 3, n. 2, p. 1-41, 1966.

GOÑI, Guillermo. **Las conquistas de México y Yucatán**. Ciudad de México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2008.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Sobre la ideología de la Reconquista: realidades y tópicos. In: **Semana De Estudios Medievales**, 13. Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, p. 151-170, 2003.

GONZÁLEZ LABRA, Cristian. Trayectoria histórica de la frontera hispano-mapuche (Chile): la carga duración para la conformación territorial, 1605-1716. Perspectivas desde la geopolítica hispana-parlamentaria. **Revista Historia**, Concepción, v. 26, n. 2, p. 129-147, 2019.

GREBE VICUÑA, María Ester. Los Mapuches de Chile en el Contexto Andino: algunas perspectivas interculturales. **Revista de Lenguas y Literatura Indoamericanas –antes Lengua y Literatura Mapuche**, n. 10, p. 23-34, 2002.

GRUZINSKI, Serge. **A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**. História de uma mundialização. Belo Horizonte; São Paulo: UFMG/Edusp, 2014.

GRUZINSKI, Serge. **La guerra de las imágenes: De Cristóbal Colón a “Blade Runner”**, 1492-2019. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

GUERRERO L., Cristián. ¿Un ejército profesional en Chile durante el siglo XVII? **Tradición y Saber**, Centro de Estudios Históricos de la Universidad Bernardo O'Higgins, Santiago de Chile, v. 10, n. 2, p. 31-50, 2013.

GUEVARA, Tomás. **Psicología del Pueblo Araucano**. Santiago de Chile: Imprenta Cervantes, 1908.

HAMPE MARTÍNEZ, Teodoro. Los funcionarios de la monarquía española en América. **His-tórica**, Lima, v. XVI, n. 1, p. 89-118, jun. 1992.

HANKE, Lewis. **La lucha por la justicia en la conquista de América**. Madrid: Ediciones Istmo, 1998.

HENNESSY, Alistair. The Nature of the Conquest and the Conquistadors. **Proceedings of the British Academy**, London, n. 81, p. 5-36, dec. 1993.

HERRERO SÁNCHEZ, Manuel. La Monarquía Hispánica e las repúblicas europeas. El modelo republicano en una monarquía de ciudades. In: HERRERO SÁNCHEZ, Manuel (ed.). **Repúblicas y Republicanismos en la Europa Moderna (siglos XVI-XVIII)**. Madrid: FCE, Red Columnaria, 2017. p. 273-326.

HERZOG, Tamar. **Fronteiras da Posse: Portugal e Espanha na Europa e na América**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

HERZOG, Tamar. **Defining Nations**. Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America. New Haven e London: Yale University Press, 2003

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

HORN, Rebecca; KICZA, John E. **Resilient Cultures: America's native peoples confront European colonization, 1500-1800**. New Jersey: Pearson Education, 2013.

JARA, Álvaro. **Guerra y sociedad en Chile, y otros temas afines**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1984.

JARA, Álvaro. **Trabajo y salario indígena**. Siglo XVI. Santiago de Chile: Colección Imagen de Chile, 1987.

JONES, Emily Lena *et al.* Caballos y Humanos en el Nuevo Mundo: investigaciones arqueológicas en América del Norte y perspectivas para Argentina. **Anales de Arqueología y Etnología**. Cuyo, v. 74, n. 2, p. 247-268, jul./dic. 2019.

KAMEN, Henry. **The Spanish Inquisition**. A Historical Revision. Yale: Yale University Press, 1998.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KEELEY, Lawrence H. **A Guerra Antes da Civilização**. O Mito do Bom Selvagem. São Paulo: É Realizações, 2001.

KIENING, Christian. **O Sujeito Selvagem: pequena poética do Novo Mundo**. São Paulo: EDUSP, 2014.

KORTH, S. J. Eugene H. **Spanish Policy in Colonial Chile**. The Struggle for Social Justice, 1535-1700. Stanford: Stanford University Press, 1968.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Contraponto, 2006.

KUMAR, Krishan. *Visões Imperiais: cinco impérios que mudaram o Mundo*. Lisboa: Editora 70, 2018.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Castilla y la Conquista del Reino de Granada**. Granada: Diputación Provincial, 1988.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O Estado Monárquico**. França (1460-1610). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LATCHAM, Ricardo E. **La organización social y las creencias de los antiguos araucanos**. Santiago de Chile: Imprenta Cervantes, 1924.

LAVALLÉ, Bernard. **Francisco Pizarro: Biografía de una conquista**. Lima: Institut français d'études andines, 2004.

LEAL, Cristián; MORENO, Rodrigo. Jesuitas y Franciscanos en tiempos del obispo Espiñeira en la gobernación de Chile: críticas al sínodo y a la estrategia misional, 1765-1771. **Temas Americanistas**, Sevilla, n. 46, p. 223-248, junio 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: SP editora da UNICAMP, 1990.

LE GOFF. **Por uma longa Idade Média**. In: *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994, p. 35-41.

LENK, Wolfgang. **Guerra e Pacto colonial: A Bahia Contra o Brasil Holandês (1624-1654)**. São Paulo: Alameda, 2013.

LENS, Rodolfo. **Estudios Araucanos**. Materiales para el Estudio de la Lengua, la Literatura i las Costumbres de los Indios Mapuches o Araucanos. Santiago de Chile: Imprenta Cervantes, 1895-1897.

LENZ, Rodolfo; FERRECCIO PODESTÁ, Mario (org.). **Diccionario Etimológico**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1910.

LEÓN PORTILLA, Miguel. **Visión de los Vencidos**. México: Universidad Autónoma de México, DGSCA, 2003.

LEÓN SOLIS, Leonardo. Expansión inca y resistencia indígena en Chile, 1470-1536. **Chungara: Revista de Antropología Chilena**, Arica, n. 10, p. 95-115, marzo 1983.

LEÓN SOLIS, Leonardo. La guerra de los Lonkos en Chile central, 1536-1545. **Chungara: Revista de Antropología Chilena**, Arica, n. 14, p. 91-114, 1985.

LEÓN SOLIS, Leonardo. La resistencia anti-española y el rol de las fortalezas indígenas en Chile Central, 1536-1545. **Cultura, Hombre, Sociedad**, Temuco, v. 3, n. 1, p. 53-116, 1986.

LEÓN SOLIS, Leonardo. **Maloqueros y Conchavadores en Araucanía y las Pampas, 1700-1800**. Temuco: Ediciones Universidad de La Frontera, 1990.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

LINDBERG, Carter. **História da Reforma**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

LITTE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

LOCKHART, James. **Nahuas and Spaniards**. Postconquest Central Mexican History and Philology. Stanford: Stanford University Press, 1991.

LORANDI, Ana María. Mitayos y Mitmaqkunas en el Tawantinsuyu Meridional. **Histórica**, Lima, v. II, n. 1, 1983, 3-50, 1983.

LORANDI, Ana María. **Ni Ley, ni Rey, ni Hombre Virtuoso**. Guerra y Sociedad en el Virreinato del Perú. Siglos XVI y XVII. Barcelona: GEDISA, 2002.

LÚGARO TÉLLEZ, Eduardo; SILVA GALDAMES, Osvaldo; GONZÁLEZ LABRA, Cristián. La fundación de la frontera hispano-mapuche en el Biobío de orden del rey: 1612. **Cuadernos de Historia**, Santiago de Chile, n. 52, p. 265-274, jun. 2020.

LUIS AMUNÁTEGUI, Miguel. **Descubrimiento y Conquista de Chile**. Santiago de Chile: Imprenta Litografía I Encuadernación Barcelona, 1913.

MANRÍQUEZ, Viviana. Purum Aucca, «promaucaes»: de significados, identidades y etnocategorías. Chile central, siglos XVI-XVIII. **Boletín de Arqueología PUCP**, Lima, n. 6, p. 337-354, 2002.

MANTECÓN MOVELLÁN, Tomás A.; TRUCHUELO GARCÍA, Susana. La(s) frontera(s) exteriores e interiores de la Monarquía Hispánica: perspectivas historiográficas. **Historia Crítica**, Santiago de Chile, n. 59, p. 19-39, 2016.

MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan; ROMERO CABOT, Ramón. El origen de la Hueste y de la Institución Militar Indianas en la Guerra de Granada. **Actas de las III Jornadas de Andalucía y América**. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1983. p. 91-112.

MARÍA MÍNGUEZ, José. **La España de los siglos VI al XIII**: guerra, expansión y transformaciones. San Bartolomé: NEREA, 2004.

MARTÍNEZ C. José Luis. ¿Cómo hablar de indios e identidades en el siglo XVI? Una aproximación a la construcción de los discursos coloniales. **Historia Indígena**, Santiago de Chile, n. 8, p. 41-55, 2004.

MARTÍNEZ CASTILLA, Santiago. Juan Ginés de Sepúlveda y la guerra justa en la conquista de América. **Pensamiento y Cultura**, Chía, v. 9, n. 1, p. 111-136, 2006.

MARTINIC, Mateo. **Historia del Estrecho de Magallanes**. Santiago de Chile: Editorial Andres Bello, 1977.

MAWSON, Stephanie F. Convicts or *Conquistadores*? Spanish Soldiers in the Seventeenth-Century Pacific. **Past and Present**, Oxford, n. 232, p. 87-125, 2016.

MAZÍN, Oscar. El poder y la potestad del rey: los brazos espiritual y secular en la tradición hispánica. In: LÓPEZ-CANO, María de Pilar Martínez (coord.). **La Iglesia en Nueva España**. Problemas y perspectivas de investigación. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Históricas, 2010. p. 53-68.

MELLAFE, Rolando. **Breve historia de la esclavitud negra en América Latina**. Ciudad de México: Secretaría de Educación Pública, 1973.

MELLAFE, Rolando. **La Introducción a la Esclavitud Negra en Chile**. Traficos y Rutas. Santiago de Chile: Universidad de Chile: 1959.

MENARD, André. Sobre la vida y el poder de las piedras: newenke kura en el museo Mapuche de Cañete. **Museo Mapuche de Cañete**, Cañete, p. 1-26, 2018.

MERLUZZI, Manfredi. **Gobernando los Andes**. Francisco de Toledo virrey del Perú (1569-1581). Roma: Fondo Editorial PUCP, 2014.

MILLONES, Luis; LIMÓN OLVERA, Silvia. **La caída de los imperios**. En busca de una perspectiva indígena. Lima: CDE, CIALAC, UNAM, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Pretoperú, 2022.

MITCHELL, Peter. **Horse Nations**. The Worldwide Impact of the Horse on Indigenous Societies Post-1492. Oxford: Oxford University Press, 2015.

MOLINA MARTÍNEZ, Miguel. Aproximación entre Granada y el Nuevo Mundo. **Revista de la Asociación Europea de Profesores de Español**, Madrid, Año XXIII-XXIV, n. 40-41, p. 52-66, 1992.

MONTEIRO, John Manuel. Entre o etnocídio e a etnogênese: identidades indígenas coloniais. In: MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores**: estados de História Indígena e do Indigenismo. Tese (Livre-docência em Etnologia) - Departamento de Antropologia da Universidade de Campinas, Campinas, 2001. p. 53-78.

MONTEIRO, John Manuel. **Os Negros da Terra**. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAES, Antônio Carlos Roberto. **Território e História do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2008.

MORAES, Antônio Carlos Roberto. Bases da Formação Territorial do Brasil. **Geografares**, Vitória, n. 2, p. 105-113, jun. 2001.

MORENO J., Rodrigo A. El Archipiélago de Chiloé y los Jesuitas: el espacio geográfico para una misión en los siglos XVII y XVIII. **Magallania**, Punta Arenas, vol. 39, n. 2, p. 47-55, 2011.

MUMFORD, Jeremy Ravi. Francisco de Toledo, admirador y émulo de la <<tiranía>> inca. **Historica PUCP**, Lima, v. 35, n. 2, p. 45-67, 2011.

MUÑOZ GOMEZ, Víctor. El ideal militar hispánico: una propuesta sobre transferencias socioculturales y literarias de la Castilla Medieval a la conquista española de América. **Medievalismo**, n. 29, p. 323-354, 2019.

MUSSET, ALAIN. **Ciudades nómadas del Nuevo Mundo**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, Primera edición electrónica, 2012.

MUZQUIZ DE MIGUEL, José Luis. **El Conde de Chinchón. Virrey del Perú**. Madrid: Escuela de Estudios Hispano-americanos de la Universidad de Sevilla, 1945.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. A Reconquista Ibérica: a construção de uma ideologia. **Historia, Instituciones, Documentos**, n. 28, p. 277-295, 2001.

NUMHAUSER, Paulina. El Real Patronato en Indias y la Compañía de Jesús durante el período filipino (1580-1640): un análisis inicial. **Boletín Americanista**, Barcelona, n. 67, p. 85-103, 2013.

O’GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

O’CALLAGHAN, Joseph F. **Reconquest and Crusade in Medieval Spain**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2011.

ONETTO PAVEZ, Mauricio. Geopolítica Americana a Escala Global: El Estrecho de Magallanes y su condición de “Pasaje-Mundo” en el siglo XVI. **Historia**, Santiago, v. 53, n. 2, p. 521-559, jul./dic. 2020.

ORELLANA RODRÍGUEZ, Mario. **La Crónica de Gerónimo de Bibar y la Conquista de Chile**. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1988.

ORELLANA RODRÍGUEZ, Mario. **Los Aborígenes del Sur de Chile en el Siglo XVI. ¿Cómo se Llamaban?** Santiago de Chile: Ediciones de la Universidad Internacional SEK, 2001.

ORTIZ AGUILERA, Carlos. El liderazgo indígena en la Araucanía del siglo XVI. **Tiempo y Espacio**, Concepción, n. 40, p. 34-52, 2018.

ORTIZ AGUILERA, Carlos. Percepción espacial y descripción geográfica entre los ríos Bio-Bio y Tolten. **Revista de Historia**, Concepción, v. 1, n. 17, p. 77-95, 2007.

PAGDEN, Anthony. Law, Colonization, Legitimation, and the European Background. In: GROSSBERG, Michael; TOMLINS, Christopher (ed.). **The Cambridge History of Law in America**. (1580-1815). Cambridge: Cambridge University Press, v. 1, 2008, p. 1-31.

PANIAGUA PÉREZ, Jesús; VIFORCOS MARINAS, Maria Isabel. La Proyección del Humanismo Jurídico Español en Chile: Hernando de Machado (1557-1639). **Revista de Historia del Derecho Privado**, Santiago de Chile, n. 1, p. 131-154, 1998.

PARENTINI GAYANI, Luis Carlos. **Introducción a la Etnohistoria Mapuche**. Santiago de Chile: Ediciones de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 1996.

PAIRICAN PADILLA, Fernando. El reloj de los antiguos: un acercamiento a la Temporalidad Mapuche. In: TAPIA, Canales; MORENO CASTILHO, Mariana (eds.). **Los Claroscuros del debate**. Pueblos Indígenas, Colonialismo y Subalternidad en América del Sur, Siglos XX y XXI. Santiago de Chile: Internacional del Conocimiento, 2016, p. 97-112.

PAVLOVIC BARBARIC, Daniel *et al.* Rituales de la vida y de la Muerte: dinámicas de interacción entre el *Tawantinsuyu* y las poblaciones locales en la cuenca del Maipo-Mapocho, Chile Central. **Estudios Atacameños**, San Pedro de Atacama, n. 63, p. 43-80, dic. 2019.

PAYÀS, Gertrudis; ALONSO, Icár. La Mediación Lingüística Institucionalizada en las Fronteras Hispano-mapuche e Hispanoárabe: ¿Un Patrón Similar? **Historia**, Santiago de Chile, v. I, n. 42, 185-201, enero-junio, 2009.

PÉREZ SÁENZ DE URTURI, Juan-Eusebio. La minería colonial americana bajo la dominación española. **Boletín Millares Carlo**, Canaria, n. 7-8, p. 53-120, 1985.

PÉREZ, Demetrio Ramos: **Determinantes formativos de la hueste indiana y su origen místico**. Santiago de Chile: Editorial Jurídica de Chile, 1965.

PÉREZ, Ezequiel. Territorios del Discurso. Representaciones del Reino de Chile en Pedro de Valdivia y Jerónimo de Vivar (1545-1558). **CELEHIS—Revista del Centro de Letras Hispanoamericanas**, Mar del Plata, v. 27, n. 35, 2018, p. 65-78.

PERROY, Édouard, *et al.* **A Idade Média: o período da Europa Feudal, do Islã turco e da Ásia Mongólica**. In: *História Geral das Civilizações*. São Paulo: Difel, 1974.

PESET, Mariano; MENEGUS, Margarita. Rey propietario o Rei soberano. **Historia Mexicana**, Ciudad de México, vol. XLIII, n. 4, p. 563-600, 1994.

PHELAN, John Leddy. Autoridad y flexibilidad en la burocracia imperial española. **Revista Historia y Justicia**, Santiago de Chile, n. 10, p. 281-297, abr. 2018.

PIMENTEL, Maria do Rosário; BEITES MANSO, Maria de Deus. Os Jesuítas nas Américas: <<A República dos Guaranis>>. **Vegueta: Anuario de la Facultad de Geografía e Historia**, Las Palmas, n. 13, p. 255-268, 2013.

PINTO RODRÍGUEZ, Jorge. Frontera, Misiones y Misioneros en Chile, La Araucanía, 1600-1900. In: PINTO RODRÍGUEZ, Jorge *et al.* **Misioneros en La Araucanía, 1600-1900**. Temuco: Ediciones Universidad de la Frontera, 1988, p. 17-119.

PINTO RODRÍGUEZ, Jorge. **La formación del Estado y la nación, y el pueblo mapuche**. De la inclusión a la exclusión. Santiago de Chile: DIBAM, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2003.

POMERANZ, Kenneth. **The Great Divergence**. China, Europe, and the Making of the Modern World Economy. Princeton: Princeton University Press, 2000.

PONCELA GONZÁLEZ, Ángel. Domingo de Soto: uma análise antropológica do poder do dominium. **Anuário Filosófico**, Salamanca, v. 45, n. 2, p. 343-366, 2012.

PORTUGAL, Ana Raquel. **A representação do ayllu pré-hispânico e colonial em crônicas quinhentistas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PORTUONDO, Maria M. **Secret Science: Spanish cosmography and the New World**. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

POSSAMAI, Paulo (org.). **Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**. Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.

POUTRIN, Isabelle. Los Derechos de los Vencidos: las capitulaciones de Granada (1491). **Sharq Al-Andalus**, Alicante, n. 19, p. 11-34, 2008-2010.

PRESCOTT, William. **The conquest of Mexico and the conquest of Peru**. New York: The Modern Library Giant, 1960.

PRODI, Paolo. **Uma História da Justiça**. Do dualismo dos tribunais ao moderno dualismo entre a consciência e o direito. Lisboa: Editora Estampa, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMINELLI, Ronald. **Nobrezas do Novo Mundo**: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

RAMÍREZ BARRIOS, Julio Alberto. Mecanismos de persuasión del poder regio en indias: el recibimiento del sello real en la real audiencia y chancillería de Lima. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Debates**, p. 1-17, 2017.

REILLY, Bernard F. **Cristianos y Musulmanes (1031-1157)**. Barcelona: Editora Crítica, 1992.

RESTALL, Matthew. Black Conquistadors: armed Africans in early Spanish America. **The Americans**, Cambridge, v. 57, n. 2, p. 171-205, oct. 2000.

RESTALL, Matthew. **Seven Myths of the Spanish Conquest**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Mario. Estructura del "Purén Indómito", de Álvarez de Toledo. **Boletín de Filología**, Santiago de Chile, n. 16, p. 145-170, 1964.

RODRÍGUEZ RIDAO, Antonio Luis; SOLER LIZARAZO, Luisa Consuelo. Mecanismos de regulación del Real Situado: una aproximación a la eficiencia de los recursos fiscales destinados al ejército de Chile en el siglo XVII. **Tempus Revista en Historia General**, Medellín, n. 6, p. 22-56, segundo semestre, 2017.

ROJAS DONAT, Luis. Derecho político y derecho natural en América. Las juntas de Burgos y el Requerimiento (1512). **Revista de Derecho, Criminología y Ciencias Penales**, Santiago de Chile, n. 1, p. 123-137, 1999.

ROSTWOROWSKI, María. **Historia del Tahuantinsuyu**. Lima: IEP edições, 1992.

ROUSSET, Paul. **História das cruzadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

RUIZ-ESQUIDE FIGUEROA, Andrea. **Los indios amigos en la frontera araucana**. Santiago de Chile: DIBAM, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 1993.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Brasília: Editora UNB, 2001.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Histórias do Atlântico Português**. São Paulo: UNESP, 2014.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Um Mundo em Movimento**. Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Algés: DIFEL, 1998.

SALDANHA, António Vasconcelos de. **Iustum Imperium**: dos tratados como fundamento do Império dos portugueses no oriente: estudo de história do Direito internacional e do Direito português. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004.

SÁNCHEZ BOHÓRQUEZ, José Enrique. Implantación y evolución de la pre-Inquisición en la América Hispánica del siglo XVI. In: BARBAZZA, Marie-Catherine (dir.). **L'Inquisition espagnole et ses réformes au XVI^e siècle**. Montpellier: Presses Universitaires de la Méditerranée, 2006. p. 41-60.

SÁNCHEZ, Joseph P. **The Spanish Black Legend**. Origins of Anti-Hispanic Stereotypes. Albuquerque, n. 2, p. 1-16, 1990.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio. **La Edad Media española y la empresa de América**. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica del Instituto de Cooperación Iberoamericana., 1983.

SÁNCHEZ-PEDREÑO, José María. El adelantado en Indias de 1497 a 1518. **Anales de Derecho**, Murcia, 1994, p. 189-203, 1994.

SANTA CRUZ, Lucia Invernizzi. ‘Los trabajos de la guerra’ y ‘los trabajos del hambre’: dos ejes del discurso narrativo de la Conquista de Chile (Valdivia, Vivar, Góngora Marmolejo). **Revista Chilena de Literatura**, Santiago, v. 1, 36, 7-15, 1990.

SANZ CAMAÑES, Porfirio. **Las Ciudades en la América Hispana**. Madrid: sílex, 2004.

PADOA-SCHIOPPA, Antonio. **História do Direito na Europa**. Da Idade Média à Idade Contemporânea. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEED, Patrícia. **Cerimônias de posse na conquista europeia do novo mundo: 1492-1640**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SILVA GALDAMES, Osvaldo. El surgimiento de hombres poderosos en las sociedades segmentadas de la Frontera Inca: el caso de Michimalonko. **Revista de Historia Indígena**, Santiago, n. 2, p. 21-28, dec. 1997.

SILVA GALDAMES, Osvaldo. En Torno a la Estructura Social de los Mapuches Prehispánicos. **Cultura, Hombre, Sociedad (CUHSO)**, Santiago de Chile, v. 1, n. 1, p. 89-115, 1984.

SILVA GALDAMES, Osvaldo. Hacia una redefinición de la sociedad mapuche en el siglo XVI. **Cuadernos de Historia**, Santiago de Chile, v. 14, p. 7-19, 1994.

SILVA GALDAMES, Osvaldo. Hombres fuertes y liderazgos en las sociedades segmentarias: un estudio de caso. **Cuadernos de Historia**, Santiago de Chile, n. 15, p.49-64, dec. 1995.

SILVA GALDAMES, Osvaldo. Los Promaucaes y la frontera meridional incaica en Chile. **Cuadernos de Historia**, Santiago de Chile, n. 6, p. 7-16, jul. 1986.

SILVA VARGAS, Fernando. **Tierras y Pueblos de indios en el Reyno de Chile**. Esquema histórico-jurídico. Santiago de Chile: Universidad Católica de Chile, Facultad de Ciencias Jurídicas, Políticas y Sociales, Estudios de Historia del Derecho Chileno, n. 7, 1962.

SIQUEIRA FILHO, Segismundo. **A Resistência Mapuche ao Processo de Colonização Espanhol nos Séculos XVI e XVII**: um olhar sobre as obras de Alonso de Ercilla e Jerónimo de Vivar. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de história, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

SMITH, Michael E. **The Aztecs**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012.

SOUSA, Rodrigo Franklin de. A Legitimação da Guerra no discurso Ético e Político de Santo Agostinho. **Ciências Da Religião – História E Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 193-208, 2011.

SOUZA, Guilherme Queiroz de. **A Mentalidade Cruzada na Conquista de México-Tenochtitlán (1519-1521)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São Jorge del Rei, São João del-Rei, 2010.

SOUZA, Laura de Mello. **Inferno Atlântico**. Demonologia e Colonização. Séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

STEHBERG, Ruben. **Instalaciones Incaicas en el Norte y Centro Semiárido de Chile**. Santiago de Chile: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 1995.

STERN, Steve J. Paradigms of Conquest: History, Historiography, and Politics. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 24, p. 1-34, 1992.

STEWART, Julian H.; FARON, Louis C. **Native People of South America**. New York: McGraw-Hill Book Company, 1959.

SUBIRATS, Eduardo. **El continente vacío: la conquista del nuevo mundo y la consciencia moderna**. Madrid: ANAYA & Mario Muchnik, 1994.

TALLETT, Frank. **War and Society in early-modern Europe**. London and New York: Routledge e Taylor & Francis Group, 2003.

THOMPSON, Irving A. Anthony. El soldado del Imperio: una aproximación de recluta español en el Siglo de Oro. **Manuscripts**, Barcelona, n. 21, p. 17-38, 2003.

THORPER, I. J. N. Anthropology, archaeology, and the origin of warfare. **World Archaeology**, Taylor & Francis Group, v. 35, n. 1, p. 145-165, Apr. 2003.

THORPER, I. J. N. The ancient origins of warfare. In: PEARSON, Mike Parker; THORPER, I. J. N. **Warfare, Violence and Slavery in Prehistory**: Proceedings of a Prehistoric. Oxford: BAR International series, 2005. p. 1-18.

TINAJEROS ARCE, Gonzalo. Opinião provável sobre guerra e paz no Indiarum Iure, de Juan Solórzano Pereira. **Veritas**, Porto Alegre, v. 65, n. 1, p. 1-14, jan./mar. 2020.

TINAJEROS ARCE, Gonzalo. Um estudo filosófico comparado sobre o conceito de Guerra Justa em F. Vitoria, J. Solórzano Pereira e G.W.F. Hegel. **Classica Boliviana**, La Paz, n. IX, p. 121-152, 2018.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

TORIBIO MEDINA, José. **Cartografía Hispano-Colonial de Chile**. Santiago de Chile: Imprenta Universidad San Diego, 1924.

TORIBIO MEDINA, José. **Historia del Tribunal del Santo Oficio de la Inquisición en Chile**. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico J. T. Medina, 1952.

TOSI, Giuseppe. Guerra e direito no debate sobre a conquista da América (século XVI). **Verba Juris**, João Pessoa, v. 5, n. 5, p. 277-320, jan./dez. 2006.

TRIVIÑOS, Gilberto. El Mito del Tiempo de los Héroes en Valdivia, Vivar y Ercilla. **Revista Chilena de Literatura**, Santiago de Chile, n. 49, p. 5-26, 1996.

TROISI MELEAN, Jorge Cristian; AMANTINO, Marcia (org.). **Jesuitas en las Américas:** Presencia en el tiempo. Buenos Aires: Teseo Press, 2019.

TRUCHUELO GARCÍA, Susana. Militares en el mundo urbano fronterizo castellano (siglo XVI-XVII). **Studia Historica: Historia Moderna**, Salamanca, n. 34, p. 147-182, 2012.

URBINA CARRASCO, María Ximena. **La Frontera de arriba en Chile Colonial.** Interacción hispano-indígena en el territorio entre Valdivia y Chiloé e imaginario de sus bordes geográficos, 1600-1800. Santiago de Chile: PUC Valparaíso y Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2009.

VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. Conflicto y equilibrios simbólicos ante un nuevo actor político: la Real Audiencia en Santiago desde 1609. **Cuadernos de Historia**, Santiago de Chile, n. 18, p. 115-138, 1998.

VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. Del Biobío al Magdalena: para una historia conectada de experiencias militares y fronteras imperiales, Domingo de Erazo (1592-1617). In: PUERCELL, Fernando; ARIAS TRUJILLO, Ricardo (ed.). **Trascendiendo Fronteras.** Universidad de los Andes Colombia y Pontificia Universidad Católica de Chile, 2020. p. 1-34.

VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. Esclavos Mapuches: para una historia del secuestro y deportación de indígenas en la colonia. In: GAUNE, Rafael; LARA, Martín (ed.). **Historias de Racismo y Discriminación en Chile.** Santiago de Chile: UQBAR, 2009. p. 225-260.

VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. Inmigrantes en busca de identidad: los indios *cuzco* de Santiago de Chile, entre clasificación colonial y estrategia social. In: ARAYA ESPINOZA, Alejandra; VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime (ed.). **América Colonial:** denominaciones, clasificaciones e identidades. Santiago: RIL editores, 2011. p. 81-118.

VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. **Las liturgias del poder.** Celebraciones públicas y estrategias persuasivas en Chile Colonial (1609-1709). Santiago de Chile: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana / LOM Editores, 2001.

VALENZUELA MARQUEZ, Jaime. Los indios cautivos en la frontera de guerra chilena: entre la abolición de la esclavitud y la recomposición de la servidumbre esclavista. In: ALVEAL, Carmen; DIAS, Thiago (ed.). **Espaços Coloniais:** domínios, poderes e representações. São Paulo: Alameda, 2019. p. 229-262.

VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. Misiones Jesuitas entre los indios “rebeldes”: límites y transacciones en la cristianización mapuche de Chile meridional (siglo XVII). In: WILD, Guillermo (ed.). **Saberes de la conversión:** jesuitas, indígenas e imperios coloniales en las fronteras de la Cristiandad. Buenos Aires: Editorial SB, 2011. p. 251-272.

VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime. Revisitando el “indigenismo” jesuita: en torno a los “bárbaros” de Arauco, la guerra y la esclavitud mapuche en el siglo XVII. In: CHAMORRO, Graciela; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira; BARROS GONÇALVES, Carlos (org.). **Fronteiras e Identidades:** encuentros e desencontros entre Povos Indígenas e Missões Religiosas. São Bernardo do Campo: Nhaduti Editora, 2011. p. 61-79.

VARGAS CARIOLA, Juan Eduardo. Antecedentes sobre las levas de Indias para el ejército de Chile en el siglo XVII (1600-1662). **Historia**, Santiago de Chile, v. 22, p. 335-356, 1987.

VARGAS CARIOLA, Juan Eduardo. Estilo de vida en el ejército de Chile durante el siglo XVII. **Revista de Indias**, Madrid, v. 53, n. 198, p. 425-458, 1993.

VARGAS CARIOLA, Juan Eduardo. Financiamiento del ejército de Chile en el Siglo XVII. **Historia**, Santiago de Chile, v. 19, p. 159-202, 1984.

VARGAS CARIOLA, Juan Eduardo. Los Austrias en la guerra de Chile. **Revista Chilena de Historia del Derecho**, Santiago de Chile, n. 9, p. 355-370, 1983.

VÁZQUES DE ACUÑA, Isidoro. **Las incursiones corsarias holandesas en Chiloé**. Santiago de Chile: Universidad de Santiago de Chile, 1992.

VELLOSO, Gustavo. Esclavitud “a la usanza”: historicidad de una modalidad de enajenación humana (Chile, 1650-1656). In: FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel; PÉREZ GARCÍA, Rafael M. **Tratas atlánticas y esclavitudes en América**; Siglos XVI-XIX. Sevilla: Editora Universidad de Sevilla, 2021. p. 271-287.

VELLOSO, Gustavo. **Os Nós da Flecha**. Crise e sublevação na fronteira meridional do Império Espanhol (Chile, 1655-1662). Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

VEYNE, Paul. **Writing History: Essays on Epistemology**. Middletown: Wesleyan University Press, 1984.

VICUÑA MACKENNA, B. **Chile. Relaciones Históricas**. Santiago de Chile: Imp. De la Lib. Del Mercurio de E. Undurraga y Ca., 1877-78.

VIFORCOS MARINAS, Isabel. Juan Cortés de Monroy y sus remedios a la guerra de Chile: un memorial oportunista. **Cultura-Hombre-Sociedad**, Temuco, v. 23, n. 2, p. 11-35, dec. 2013.

VILLALOBOS, Sergio *et al.* **Relaciones Fronterizas en la Araucanía**. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1982.

VILLALOBOS, Sergio. **Vida fronteriza en la Araucanía**. El mito de la guerra de Arauco. Santiago: Andrés Bello, 1995.

VILLAR, Daniel; FRANCISCO JIMÉNEZ, Juan. En lo alto de una pica: Manipulación ritual, transaccional y política de las cabezas de los vencidos en las fronteras indígenas de América meridional (Araucanía y las pampas, siglos XVI-XIX). **Indiana**, Berlín, v. 31, p. 351-376, 2014.

VINCENT, Bernard. **1492: descoberta ou invasão?** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1992.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 35, p. 21-74, 1992.

WACHTEL, Nathan. **Los vencidos**. Los indios del Perú frente a la conquista española (1530-1570). Madrid: Alianza Editorial, 1976.

WEBER, David J. **Bárbaros**. Spaniards and Their Savages in the Age of Enlightenment. New York: Yale University Press, 2005.

WECKMANN, Luis. **La herencia medieval de México**. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1994.

WHITE, Lorraine. Los Tercios de España: el combate. **Studia Historica: História Moderna**, Salamanca, v. 19, p. 141-167, 1998.

WINGS, John T. **Roots of Empire**: Forests and State Power in Early Modern Spain, c.1500–1750. Leiden: Brill, 2015.

WOBESER, Gisela von. **La formación de la hacienda en la época colonial**. El uso de la tierra y el agua. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Nacional de México, 1989.

WOLKMER, António Carlos (org). **Direito e justiça na América indígena: da conquista à colonização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

WRIGHT, Jonathan. **Os Jesuítas**. Missões, Mitos e Histórias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

YUN-CASALLILA, Bartolomé. **Iberian World Empires and the Globalization of Europa 1415-1668**. Sevilla: Palgrave Macmillan, 2019.

ZAPATER, Horacio. Huincas y Mapuches (1550-1662). **Historia**, Santiago de Chile, v. 30, p. 441-504, 1997.

ZAPATER, Horacio. **La búsqueda de la paz en la guerra de Arauco: padre Luis de Valdivia**. Santiago de Chile: Editora Andrés Bello, 1992.

ZAVALA CEPEDA, José Manuel *et al.* Los mapuches de Concepción y la frontera inca: revisión de fuentes tempranas y nuevos datos. **Revista de Historia**, Santiago de Chile, v. 28, n. 2, p. 138-168, 2021.

ZAVALA CEPEDA, José Manuel. ¿Enemigos o rebeldes? Categorización hispana de la resistencia mapuche en el Chile del siglo XVIII. In: ARAYA ESPINOZA, Alejandra; VALENZUELA MÁRQUEZ, Jaime (ed.). **América Colonial**: denominaciones, clasificaciones e identidades. Santiago: RIL editores, 2011. p. 201-217.

ZAVALA CEPEDA, José Manuel. Aproximación Antropológica a los Parlamentos Hispano-Mapuches del siglo XVIII. **Revista Austerra**, Santiago de Chile, n. 2, p. 49-58, 2005.

ZAVALA CEPEDA, José Manuel. La explotación española del oro de la Araucanía: sus características y su aporte a la economía del reino de Chile durante la segunda mitad del siglo XVI. **Fronteras de la Historia**, Bogotá, v. 27, n. 2, p. 157-183, jul./dec. 2022.

ZAVALA CEPEDA, José Manuel. **Los mapuches del siglo XVIII**. Dinámicas interétnicas y estrategias de resistencia. Temuco: Ediciones Universidad Católica de Temuco, 2009.

ZAVALA CEPEDA, José Manuel. Origen y Particularidades de los Parlamentos Hispano-Mapuches Coloniales: entre la tradición europea de tratados y las formas de negociación indígenas. In: GONZÁLES CRUZ, David (ed.). **Pueblos Indígenas y Extranjeros en la Monarquía Hispánica**: la imagen del otro en tiempos de guerra (siglos XVI-XIX). Madrid: Sílex, 2011. p. 303-316.

ZAVALA CEPEDA, José Manuel; BACHRATY, Dagmar; PAYÀS, Gertrudis. El pron o quipu mapuche según fuentes coloniales y datos arqueológicos: antecedentes sobre su origen, uso y función. **Boletín del Museo Chileno de Arte Precolombino**, Santiago de Chile, v. 26, n. 1, p. 41-55, 2021.

ZAVALA CEPEDA, José Manuel; DILLEHAY, Tom D. El "Estado De Arauco" Frente a la Conquista Española: Estructuración Sociopolítica y Ritual de los Araucano-mapuches en los Valles Nahuelbutanos Durante Los Siglos XVI Y XVII. **Chungara: Revista de Antropología Chilena**, Arica, v. 42, n. 2, p. 433-450, 2010.

ZAVALA CEPEDA, José Manuel; DILLEHAY, Tom D.; PAYÀS, Gertrudis. El Requerimiento de Martín García Óñez de Loyola a los indios de Quilacoya, Rere, Taruchina y Maquecua de 1593, testimonio oficial de parlamentos hispano-mapuches tempranos. **Memoria Americana**, Buenos Aires, v. 21, n. 2, p. 235-268, jul./dec. 2013.

ZAVALA CEPEDA, José Manuel; MEDIANERO SOTO, Francisco Javier; ZEBALLOS SAN MIGUEL, Mirentxu. Maquegua (Maquewe) y sus habitantes en la Araucanía del siglo XVI: geopolítica y economía aurífera en los términos de la Ciudad Imperial de Chile. **Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria**, Buenos Aires, v. 28, n. 1, p. 117-138, 2020.

ZAVALA, Silvio A. **Las instituciones jurídicas em la conquista de América**. México: Editorial Porrúa, 2006.

ZAVALA, Silvio. La Encomienda Indiana. **El Trimestre Económico**, Ciudad de México, v. 2, n. 8, p. 425-451, 1935.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. O debate sobre a escravidão ameríndia e africana nas universidades de Salamanca e Évora. In: CAROLINO, Luís Miguel; CAMENIETZKI, Carlos Ziller (org.). **Jesuítas, ensino e ciência. Séculos XVI-XVIII**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005. p. 205-226.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. O Ocidente do Ocidente: linhas e perspectivas em confronto. **Revista de História**, São Paulo, n. 170, p. 77-106, jan./jun. 2014.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. Political Theories and Jesuit Politics. In: ZUPANOV, Ines G. (ed.). **The Oxford Handbook of the Jesuits**. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 1-29.